

TESE DE DOUTORADO

# CONSTRUIR-SE NAS LGBTFOBIAS: EXISTÊNCIA, RESISTÊNCIA E CAPACIDADE DE AGIR NO CONTEXTO BRASILEIRO



**DIEGO PAZ**

Sob a direção de  
CRISTINA AMAZONAS  
ÉRIC FASSIN

Universidade Católica de Pernambuco  
Université Paris 8 - Vincennes Saint-Denis

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLINICA

**UNIVERSITÉ DE VINCENNES A SAINT-DENIS – PARIS VIII**  
ÉCOLE DOCTORALE PRATIQUES ET THEORIES DU SENS  
DOCTORAT EN SOCIOLOGIE ET ÉTUDES DE GENRE

**Diego Paz**

**Construir-se nas LGBTfobias:  
existência, resistência e capacidade de agir no contexto brasileiro**

Tese de doutorado

Sob a orientação de  
Cristina AMAZONAS, Universidade Católica de Pernambuco  
Éric FASSIN, Université de Vincennes à Saint-Denis – Paris VIII

---

**Banca avaliadora:**

Cristina AMAZONAS,  
Profa. Dra., Universidade Católica de Pernambuco, {orientadora}

Éric FASSIN,  
Professeur des universités, Université Paris 8, {orientador}

Ana Lucia FRANCISCO,  
Profa. Dra., Universidade Católica de Pernambuco, {avaliadora interna}

Ricardo D. MARQUES,  
Prof. Dr., Universidade Católica de Pernambuco, {avaliador interno}

Larissa PELÚCIO,  
Profa. Livre Docente, Universidade Estadual Paulista, {avaliadora externa}

Thamy AYOUCHE,  
Professeur des universités, Université de Paris, {avaliador externo}

Pascale MOLINIER,  
Professeure des universités, Université Sorbonne Paris-Nord, {avaliadora externa}

---

Recife et Paris  
2021

P348c Paz, Diego.  
Construir-se nas LGBTfobias : existência, resistência  
e capacidade de agir no contexto brasileiro / Diego Paz,  
2021.  
350 f.

Orientadores: Cristina Amazônas, Éric Fassin.  
Tese (Doutorado) - Universidade Católica de  
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Psicologia.  
Clínica. Doutorado em Psicologia Clínica. Université de  
Vincennes a Saint-Denis - Paris VIII. École Doctorale  
Pratiques et Theories du Sens Doctorat em Sociologie et  
Études de Genre, 2021.

1. Identidade de gênero. 2. Subjetividade. 3. Sexo.  
4. Homofobia. I. Título.

CDU 159.922.1

Pollyanna Alves - CRB4/1002



**Bianca Manicongo**

@bixarte, 17 de maio de 2019  
<https://www.instagram.com/p/BxkwTHsB1F->

Exatamente!

A vitória é de quem corre atrás e de quem sempre tem lutado

Queremos o trono pros LGBT que tem vencido o genocídio parcelado

Não queremos só respeito, queremos também oportunidade

É que o fato de ser bixa faz eles duvidarem da nossa capacidade

Hoje também é dia de comemorar

Porque eu ainda tô viva e consigo recitar

Viver nesse país que mais mata LGBT

É conviver com uma bomba relógio instalada dentro de você

Vamos começar a enfrentar teus problemas e tuas hipocrisia

É melhor se preparar, tô matando um homofóbico à base de poesia

No carnaval, adora se vestir de mulher e querer fazer os outro rir

Mas no dia-a-dia se passa e não sabe respeitar uma travesti

Eu sei, nossa gangue é muita informação

Mas nossa gangue só tá completa com as mina sapatão

Que não se cansa todo dia de quebrar esse padrão

Eles querem nos matar porque sabem que bixa é revolução

Ousada! A nova princesa Isabel vai ser preta e afeminada

Queremos visibilidade, mas não só quando formos assassinada

Queremos também as bixa e as trava tudo empregada

A gente não vai parar

Vamos mostrar que todas juntas...

Essa tese situa, no centro de suas reflexões, a construção da subjetividade como potência de agir face à violência por identidade de gênero e orientação sexual, que se convencionou nomear homofobia ou LGBTfobia. Essa pesquisa se inscreve na perspectiva epistemológica feminista dos saberes situados: o pesquisador encarna seu campo e sua escrita, pelos quais reivindica uma responsabilidade ética e política. O estudo que lhe deu origem foi conduzida com pessoas que se definem como gays, lésbicas, bissexuais, não binárias, travestis e transexuais (LGBTQIA+).

O campo de investigação se dá no Brasil que sucede o golpe de Estado parlamentar de 2016, com a destituição da presidenta Dilma Rousseff, conduzindo à escalada da extrema-direita ultra neoliberal e conservadora que alcança a presidência com Jair Bolsonaro. Uma revisão extensa e sistemática da literatura científica permitiu evidenciar a história desta virada ideológica: a homofobia não mais será combatida pelo Estado, como começava a ser sob a égide dos governos anteriores; ela se torna, ao contrário, um modo de governo.

Esses eventos implicaram, ainda, no aumento expressivo das violências que percorrem as narrativas das pessoas aqui entrevistadas. A partir dos relatos co-construídos no âmbito de entrevistas, a tese reconstitui 21 narrativas de vida (inclusive a do autor). Seus eixos de análise versam sobre as maneiras de se produzir a si-mesmo, face às prescrições culturais, sobretudo em termos de gênero e sexualidade; sobre as estratégias de existência e de resistência frente à violência; por fim, sobre a capacidade de agir coletiva e politicamente, visando a construção de uma rede de suporte.

Partimos assim das discriminações sofridas para analisar como essa experiência participa à subjetivação de nossas entrevistadas e entrevistados. Para tal, mobilizamos como chave analítica o conceito de capacidade de agir (*agency*). Na esteira de uma releitura de Michel Foucault e Judith Butler por Saba Mahmood, pensada como um trabalho de si, essa potência de agir se distingue nitidamente da noção de resistência. Apoiamo-nos em três princípios: primeiramente, a violência é um ato que produz sujeição e, logo, formas de subjetividade; em seguida, esse processo de se tornar sujeito acontece na luta que implica a produção de uma margem de manobra frente à uma forma específica de violência; e, finalmente, essa capacidade não se limita às ações ou práticas que se opõem visivelmente às normas, mas inclui igualmente maneiras produtivas de habitá-las.

Pudemos enfim observar que é na relação com esse tipo de vivência (concreta ou simbolicamente) onipresente, que LGBTQIA+ constroem suas maneiras de existir no mundo. Essa construção se dá numa negociação permanente com a norma sexual e de gênero, bem como com as sanções que as acompanham. Tal existência negociada requer modos criativos de ação: as maneiras pelas quais nos organizamos para produzir respostas criativas às experiências de violência formam modos de existir, e eventualmente resistir, que se traduzem em formas singulares de subjetividade. Em síntese, a subjetivação é, ao mesmo tempo, efeito e instrumento da capacidade de agir.

**Palavras-chave:** LGBTfobias. Subjetivação. Capacidade de agir. Estudos feministas e de gênero. Sexualidade.

Cette thèse place au centre de ses réflexions la construction de la subjectivité comme puissance d'agir face à la violence basée sur l'identité de genre et l'orientation sexuelle, homophobie ou plus largement LGBTphobie. Cette recherche s'inscrit dans une perspective épistémologique féministe des savoirs situés : le chercheur est incarné sur son terrain et dans son écriture, où il revendique une responsabilité éthique et politique. L'enquête a été menée auprès de personnes qui se définissent comme gaies, lesbiennes, bisexuelles, non binaires, travesties et transgenres (LGBTQIA+).

Le terrain de cette étude, c'est le Brésil depuis le coup d'État parlementaire de 2016, avec la destitution de la présidente Dilma Rousseff, qui a débouché sur la montée en puissance d'une extrême droite ultra néolibérale et conservatrice qui accède à la présidence avec Jair Bolsonaro. Le passage en revue systématique de la littérature scientifique ont permis de mettre en lumière l'histoire de ce tournant idéologique : l'homophobie n'est plus combattue par l'État, comme elle commençait de l'être sous les gouvernements précédents ; elle devient au contraire un mode de gouvernement.

Ces événements ont d'ailleurs entraîné l'accroissement des violences qui parcourent les récits des personnes enquêtées ici. À partir des discours co-construits lors des entretiens, la thèse reconstitue en effet 21 récits de vie (dont celui de l'auteur de la thèse). Les axes d'analyse portent sur les manières de se produire soi-même, face aux prescriptions socio-culturelles, notamment en termes de genre et de sexualité ; sur les stratégies d'existence et donc de résistance face à la violence ; enfin, sur la capacité d'agir collective en vue de construire un réseau de soutien pour affronter la violence.

Je pars donc des discriminations qu'ils et elles ont subies en analysant comment cette expérience participe de leur subjectivation. Pour cela, je mobilise comme clef analytique le concept de capacité d'agir (*agency*). À partir de la relecture de Michel Foucault et Judith Butler par Saba Mahmood, pensée comme un travail sur soi, cette puissance d'agir se distingue clairement de la notion de résistance. Je m'appuie ainsi sur trois principes : premièrement, la violence est un acte qui assujettit et produit des formes de subjectivité ; en deuxième lieu, ce processus de devenir sujet s'opère dans une lutte qui implique la production d'une marge de manœuvre face à un type spécifique de violence ; et, finalement, cette capacité d'agir ne se limite pas à des actions ou pratiques qui s'opposent visiblement aux normes, mais inclut également des manières productives de les habiter.

J'ai enfin pu observer que c'est dans la relation avec ce type de vécu, toujours présent (concrètement ou symboliquement), que les personnes LGBTQIA+ construisent leurs manières d'exister dans le monde. Cette construction se joue dans une négociation permanente avec les la norme de genre et de sexualité, et les sanctions qui en découlent. Une telle existence négociée requiert des modes créatifs d'action : les manières dont nous nous organisons pour produire des réponses créatives aux expériences de violence construisent des façons d'exister, ainsi que de résister, qui se traduisent en formes singulières de subjectivité. Bref, la subjectivation est à la fois l'effet et l'instrument de la capacité d'agir.

**Mots-clés :** LGBTphobie. Subjectivation. Capacité d'agir. Études féministes et de genre. Sexualité.

This thesis places at the center of its reflections the construction of subjectivity as a power to act in the face of violence based on gender identity and sexual orientation, homophobia or more broadly LGBTphobia. This research is part of a feminist epistemological perspective of situated knowledge: the researcher is embodied in his field and in his writing, where he claims ethical and political responsibility. The survey was conducted among people who identify as gay, lesbian, bisexual, non-binary, transvestite and transgender (LGBTQIA+).

The field of this study is Brazil since the parliamentary coup of 2016, with the dismissal of President Dilma Rousseff, which has led to the rise of an ultra-neoliberal and conservative far right which has gained access to power. the presidency with Jair Bolsonaro. The systematic review of the scientific literature has shed light on the history of this ideological turn: homophobia is no longer fought by the state, as it began to be under previous governments; on the contrary, it becomes a mode of government.

These events have also led to an increase in violence that runs through the accounts of the people interviewed here. From the speeches co-constructed during the interviews, the thesis indeed reconstructs 21 life stories (including that of the author of the thesis). The axes of analysis relate to the ways of performing oneself, in the face of socio-cultural prescriptions, particularly in terms of gender and sexuality; on the strategies of existence and therefore of resistance in the face of violence; and lastly, on the capacity to act collectively in order to build a support network to face violence.

I, therefore, start from the discriminations they and they have suffered by analysing how this experience participates in their subjectivation. For this, I use as an analytical key to the concept of capacity to act (agency). From the rereading of Michel Foucault and Judith Butler by Saba Mahmood, conceived as work on oneself, this power to act is clearly distinguished from the notion of resistance. I, therefore, rely on three principles: first, violence is an act which subjugates and produces forms of subjectivity; second, this process of becoming a subject takes place in a struggle that involves the production of room for manoeuvre in the face of a specific type of violence; and, finally, this capacity to act is not limited to actions or practices that visibly oppose norms, but also includes productive ways of inhabiting them.

I was finally able to observe that it is in the relationship with this type of experience, always present (concretely or symbolically), that LGBTQIA+ people build their ways of existing in the world. This construction is played out in permanent negotiation with the norms of gender and sexuality, and the resulting sanctions. Such a negotiated existence requires creative modes of action: the ways in which we organize ourselves to produce creative responses to experiences of violence construct ways of existing, as well as of resisting, which translate into singular forms of subjectivity. In short, subjectivation is both the effect and the instrument of the capacity to act.

**Keywords:** LGBTphobia. Subjectivation. Ability to act. Feminist and Gender Studies. Sexuality.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABGLT** – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos

**ABONG** – Associação Brasileira de ONGS

**AEIS** – Áreas Especiais de Interesse Social

**AIDS** – *Acquired ImmunoDeficiency Syndrome*

**ALEPE** – Assembleia Legislativa de Pernambuco

**AMHOR** – Grupo Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana

**APA** – *American Psychological Association*

**BRT** – *Bus Rapid Transit*

**BSH** – Brasil Sem Homofobia

**BVS-PSI** – Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia

**CANDACES** – Réseau National des Femmes lesbiennes et Noires bissexuelles et Féministes

**CECH** – Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco

**CFP** – Conselho Federal de Psicologia

**CID** – Código Internacional de Doenças

**CiuP** – *Cité Internationale Universitaire de Paris*

**COMLESBI-PE** – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco

**CNE** – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

**CNS** – Conselho Nacional de Saúde

**CNV** – Comissão Nacional da Verdade

**CRDH** – Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania LGBT

**COREM** – Conselho Regional de Enfermagem

**CRP** – Conselho Regional de Psicologia

**DDH** – Disque Defesa Homossexual

**DEM** – Democratas

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**ESPM** – Escola Superior de Publicidade e Marketing

**FACEPE** – Fundação de Amparo a Ciência e a Tecnologia do Estado de Pernambuco

**Fórum LGBT/PE** – Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco

**GALF** – Grupo Ação Lésbica-Feminista

**GATHO** – Grupo de Ação Homossexual

**GEMA** – Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades

**GGB** – Grupo Gay da Bahia

**GLBT** – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**GLOS** – Gerência da Livre Orientação Sexual

**HCE** – *Haut Conseil à l'Égalité entre les femmes et les hommes*

**HIV** – *Human Immunodeficiency Viruses*

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Inep** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IVG** – Interrupção Voluntária de Gravidez

**LACLIFE** – Laboratório de Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial e Psicossocial

**LEGS** – *Laboratoire d'Études de Genre et de Sexualité*

**LF** – Grupo Lésbico Feminista

**LGBTQIA+** – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queers*, Intersexos, Assexuais e outro·as

**LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais

**LSE** – *London School of Economics and Political Science*

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ONG** – Organização Não Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PNDCDH-LGBT** – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**PNDH** – Programa Nacional de Direitos Humanos

**PPGpsi/UNICAP** – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco

**PPS** – Partido Popular Socialista

**PROUNI** – Programa Universidade para Todos

**PRTB** – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PSD** – Partido Social Democrático

**PSDB** – Partido da Social-Democracia Brasileira

**PSL** – Partido Social Liberal

**PSOL** – Partido Socialismo e Liberdade

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**PSDB** – Partido da Social-Democracia Brasileira

**REUNI** – Programa de Reestruturação e de Expansão das Universidades Federais

**RMR** – Região Metropolitana do Recife

**SciELO** – *Scientific Electronic Library Online*

**SECADI** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

**SDS** – Secretaria de Defesa Social

**SENALE** – Seminário Nacional de Lésbicas

**SERTA** – Serviço de Tecnologia Alternativa

**Sinan** – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

**SINTEPE** – Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Pernambuco

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TSE** – Tribunal Superior Eleitoral

**UERJ** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UFRPE** – Universidade Federal Rural de Pernambuco

**UNICAP** – Universidade Católica de Pernambuco

**WCAR** – *World Conference against Racism*

**ZEIS** – Zonas Especiais de Interesse Social

**IEGHON** – Primeiro Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste

## LISTA DE FIGURAS

---

- Figura 1.** *O Frevo é viril* (Bia Lessa, 2014). Recife, PE, Brasil. Foto: Diego Paz (2019) \_\_\_ 102
- Figura 2.** Ilustração da matéria sobre as LGBTfobias no Brasil, *Le Monde*, 18/11/2018. \_\_\_\_\_ 192
- Figura 3.** Com o cartaz «NÃO AO FASCISMO; #ELENÃO», Place de la République, Paris – França, 29/9/2018. \_\_\_\_\_ 193
- Figura 4.** Com o cartaz «[Ele] JAMAIS», Place de la République, Paris – França, 29/9/2018. \_\_\_\_\_ 193
- Figura 5.** Fachada do Mercado da Encruzilhada, Recife - PE. \_\_\_\_\_ 212
- Figura 6.** Candidato mais votado no primeiro turno da eleição presidencial de 2018, em cada estado do Brasil. \_\_\_\_\_ 213
- Figura 7.** Candidato mais votado no primeiro turno da eleição presidencial de 2018, em cada município do Brasil. \_\_\_\_\_ 213
- Figura 8.** Candidato mais votado no segundo turno da eleição presidencial de 2018, em cada estado do Brasil. \_\_\_\_\_ 243
- Figura 9.** Candidato mais votado no segundo turno da eleição presidencial de 2018, em cada município do Brasil. \_\_\_\_\_ 243
- Figura 10.** Vista da parada de ônibus do BRT e da Praça do Derby, Recife - PE, Brasil. \_ 246
- Figura 11.** A *Drag Queen* pernambucana Ruth Venceremos na urna de voto, 28/10/2018, Brasília - DF, Brasil. \_\_\_\_\_ 252

## LISTA DE QUADROS

---

<b>Quadro 1.</b> Cronologia dos principais eventos do impeachment de Dilma Rousseff	58
<b>Quadro 2.</b> Perfil socioeconômico, de sexo, gênero e orientação sexual do-as entrevistado-as	118
<b>Quadro 3.</b> Perfil de Roberto França (Pernalonga)	121
<b>Quadro 4.</b> Perfil de Paulete Godard	125
<b>Quadro 5.</b> Perfil de Rildo Veras	129
<b>Quadro 6.</b> Perfil de Jackson Junior	133
<b>Quadro 7.</b> Perfil de Jair Brandão	138
<b>Quadro 8.</b> Perfil de João Nery	141
<b>Quadro 9.</b> Perfil de Weligton Medeiros	145
<b>Quadro 10.</b> Perfil de Miriam Martinho	149
<b>Quadro 11.</b> Perfil de Rivânia Rodrigues	151
<b>Quadro 12.</b> Homofobia na literatura científica brasileira	175
<b>Quadro 13.</b> Perfil de Vera Baroni	196
<b>Quadro 14.</b> Perfil de Lia de Itamaracá	199
<b>Quadro 15.</b> Perfil de Thiago Rocha	201
<b>Quadro 16.</b> Perfil de Jean Wyllys	207
<b>Quadro 17.</b> Perfil de Sandro Cipriano	222
<b>Quadro 18.</b> Perfil de Iris de Fárima	227
<b>Quadro 19.</b> Perfil de Demétrio Campos	231
<b>Quadro 20.</b> Perfil de Marielle Franco	235
<b>Quadro 21.</b> Perfil de Dandara dos Santos	248
<b>Quadro 22.</b> Quatro abordagens no uso do conceito de agency	262
<b>Quadro 23.</b> Perfil de Bianca Manicongo (Bixarte MC)	317

**Tabela 1.** Total de textos encontrados *versus* selecionados, por base de dados \_\_\_\_\_ 173

## **AGRADECIMENTOS**

---

Quando comecei a escrever esta seção, tive o sentimento de que poderia escrever um texto da dimensão de uma nova tese, mas tentarei ser breve.

Agradeço primeiramente à força transcendental que carrego comigo e que fui ensinado a chamar de Deus.

Agradeço à minha mãe, que trabalhou como costureira para que eu tivesse uma educação básica com o mínimo de qualidade em minha infância, e aos membros de minha família que me demonstraram apoio afetivo durante esse percurso.

Obrigado ao meu companheiro, Julien Bourgier, que revisou cada palavra escrita em francês desta tese, e por ter estado ao meu lado quando chorei e quando sorri por causa dela.

Obrigado à minha orientadora Cristina Amazonas por acolher minha tendência ao perfeccionismo e megalomania. Reconheço o quanto Cristina, como “ariana” que é, tomou partido por mim contra os prazos exíguos e imposições institucionais. Sem sua imensa paciência, esta tese não teria sido concluída da maneira que foi. Agradeço igualmente a todas as demais professoras e professores da UNICAP, especialmente Ana Lúcia Francisco e Ricardo Marques.

Meus agradecimentos ao meu orientador Éric Fassin, que aceitou codirigir minha tese mesmo que nos conhecêssemos há pouco tempo. Agradeço-lhe por sua confiança, mas igualmente por sua disponibilidade. Mesmo sempre submerso em inúmeras atividades, eu não tenho recordação de ele já ter me dito que não estava disponível para dialogar. Lembro-me de quando ele chegou para uma orientação visivelmente sem ter dormido bem. Mas ele estava lá, sem nem ao menos comentar sobre o cansaço, durante as quase duas horas que a reunião durou. Éric acreditou que eu poderia dar aula em uma universidade francesa, quando eu mesmo duvidava. Ele me encorajou e me mostrou os caminhos para que essa conquista se tornasse real.

Agradeço a todo·as os·as doutorando·os do LEGS, algun·mas já doutore·as – especialmente Lucas Monteil, Anambar Chaudhury, Alejandra Peña Morales, Rachel Colombe, Anne-Cécile Caseau, Josselin Tricou, Lucie Dupain, Sara Cesaro, Alessio Di Stefano, Loé Lis, Natacha D’Orlando, Claire Fich, Maia Busquier Cerdàn – pelas ricas trocas e aprendizados.

Obrigado a Anna Paula Uziel, que me recebeu de braços abertos na UERJ, apresentou-me ao professor Éric Fassin e me acolheu no projeto franco-brasileiro Gênero Ameaça(n)do.

Meu muito obrigado a Larissa Pelúcio, que encontrei na barulhenta Linha 13 do metrô de Paris, mas que a vida se encarregou de que nossa relação não tenha sido passageira.

Não poderia me esquecer de Benedito Medrado, que participou diretamente dos primeiros anos do desenho desta pesquisa e que esteve presente em muitos momentos e a partir de lugares diferentes.

Aproveito para agradecer à amizade das pessoas que me amam a distância até hoje, mas que conheci no GEMA, os-as dissidentes Anna de Cassia, Celestino Galvão, Patrícia Caetano, Bruno Robson, Marília Torres, Laís Hellena, Fernanda Ximenes, Aida Carneiro, Carolina Barros, Juliana Costa Cunha, Luiz Braúna, Yuri Sousa, Suely Oliveira.

Agradeço aos membros do Fórum LGBT de Pernambuco, por acolher e contribuir com esta pesquisa, mas igualmente por participar da construção de minha subjetividade politicamente implicada.

Agradeço à Aliança Francesa do Recife, pelos 4 anos de bolsa que me permitiram estudar gratuitamente uma língua a cujo acesso no Brasil ainda é um privilégio. Esses agradecimentos são especialmente dedicados tanto aos membros da administração Isabelle Medeiros, Adrien Lefebvre, Regina Jacobine e Marcos Silveira, como a-os professora-es Mariana Paes, Aude Neuvessele, Fabienne Granier, Boris Gasnier, François Tardieux.

Gostaria de agradecer igualmente à Ozlem Yildirim, Jérôme Duplan e Oana Besnea, da equipe de comunicação da Cité Internationale Universitaire de Paris, pela amizade e pela visibilidade que ajudaram a trazer ao meu trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram diretamente para o resultado desta tese, dentre as quais eu não poderia esquecer: Rita Kramer, revisora da versão em português e amiga; Olivier Pradel, Virginie e Lucie Chauveau, revisore-as da versão francesa; e à talentosa Milla Pizzignacco, pela diagramação e arte da capa.

Por último, mas não menos importante, à Capes, ao Ministério francês da Europa e das relações exteriores, no âmbito do Programa de excelência Eiffel, ao LEGS, ao Instituto do Gênero (Institut du Genre) e à Escola doutoral práticas e teorias do sentido pelos subsídios em etapas diferentes desta pesquisa.

A todos e todas, meu muito obrigado!

## SUMÁRIO

---

## **NOTAS SOBRE A FORMATAÇÃO DO TEXTO - 21**

### **Aspectos linguísticos, terminológicos e de tradução -22**

- a) Estratégias visando a uma escrita não sexista e inclusiva - 22
- b) Emprego da primeira pessoa do singular e do plural - 23
- c) A versão em português, original ou tradução? - 25
- d) Escolhas terminológicas - 26

## **PREÂMBULO - 32**

### **Objeto e objetivos da pesquisa - 33**

- a) Enquadramento e objetivos - 33
- b) Deslocamentos transnacionais em torno da construção de um objeto de pesquisa - 33
- c) Um pesquisador implicado pelo/no seu objeto - 36
- d) O contexto social e político da pesquisa - 38

### **Organização da Tese - 40**

## **INTRODUÇÃO - 44**

### **Uma história do Brasil recente, em primeira pessoa - 45**

## **PARTE I - 61**

### **1 Uma “ideologia” que não se assume - 62**

- 1.1 Androcentrismo e a crítica feminista das ciências - 75
- 1.2 Qual utilidade política de uma teoria feminista do conhecimento? - 80

### **2 Das epistemologias do posicionamento aos saberes situados - 86**

- 2.1 O privilégio epistemológico do posicionamento feminista 89
- 2.2 O posicionamento como uma estratégia feminista “pós-moderna”95
- 2.3 Os saberes situados de Donna Haraway 96
- 2.4 Referências geográficas de uma pesquisa fronteiriça - 100
  - 2.4.1 Viver num Recife viril - 101
  - 2.4.2 Sofrer homofobia em Paris - 107
  - 2.4.3 Refletir desde as fronteiras - 110

### **3 Realizar entrevistas é coconstruir narrativas - 112**

- 3.1 O método da pesquisa - 113
- 3.2 Os·as coautore·as das narrativas - 116
  - 3.2.1 Roberto busca ajuda no Fórum LGBT-PE - 119
  - 3.2.2 Paulete foi agredida no Baile dos Artistas - 122

- 3.2.3 Rildo, gay, nem muito negro nem muito branco - 125
- 3.2.4 Jacskon e o bairro da Várzea, duas histórias que se cruzam - 129
- 3.2.5 Jair, uma identidade construída entre sexualidade e raça - 134
- 3.2.6 João chega adiantado para evitar ficar em casa - 138
- 3.2.7 Para Weligton, lutar não é uma escolha, mas uma necessidade - 141
- 3.2.8 Miriam me recebe em seu local de trabalho - 146
- 3.2.9 Meu encontro com Riva na Gestos - 149
- 3.3 Reflexões sobre as primeiras entrevistas - 152
  - 3.3.1 Pensar a partir da posição de um “intelectual marginal infiltrado” -152
  - 3.3.2 A violência e seus efeitos subjetivos -155
  - 3.3.3 As LGBTfobias no Brasil pré-bolsonarista -159

## **PARTE II - 164**

### **4 Reflexividade no âmbito da revisão sistemática da literatura científica -165**

- 4.1 Breve histórico do termo “homofobia” - 166
- 4.2 O campo-tema de uma revisão da literatura - 167
- 4.3 Como construímos o corpus da revisão da literatura científica -169
  - 4.3.1 A seleção das bases de dados - 170
  - 4.3.2 O delineamento dos descritores da pesquisa - 170
  - 4.3.3 Procedimentos no manejo das bases de dados - 171
  - 4.3.4 Refinamento dos resultados e seleção acurada dos textos - 172
- 4.4 Como a homofobia está situada nas produções científicas brasileiras - 173
  - 4.4.1 Territórios como micro-lugares - 176
  - 4.4.2 Estratégias de enfrentamento - 183
  - 4.4.3 Homofobia na literatura científica brasileira, um conceito teoricamente controverso e politicamente potente - 188
- 4.5 Políticas de demolição - 189

### **5 O retorno ao campo - 191**

- 5.1 Narrativas sobre violência contra LGBTQIA+ no contexto das eleições 2018 - 201
  - 5.1.1 “O clima nas ruas é de hostilidade.” O medo do futuro e o desejo de Jean de partir - 201
  - 5.1.2 “Foi quando o medo começou a se tornar real”. Depois do primeiro turno, a violência interseccional e a militância de Thiago - 207
  - 5.1.3 “Bolsonaro vem te pegar”. Um encontro inesperado com Sandro e a violência que diz um nome - 218

- 5.1.4 “Quem tem cu tem medo”. O medo disseminado e o engajamento de Fátima - 223
- 5.1.5 “Até que chegou a era Bolsonaro, e aí as máscaras caíram”. Demétrio denuncia uma violência legitimada e desnudada - 228
- 5.1.6 “Era violência todo dia”. WhatsApp, a arena virtual de uma batalha real - 231
- 5.1.7 “Esse pânico também tá sendo construído”. Marielle denuncia os benefícios políticos da espetacularização do terror -236
- 5.1.8 “As pessoas estão adoecendo porque elas estavam correndo risco de vida”. O impacto da política na saúde mental das LGBTQIA+ - 241
- 5.1.9 “Bolsonaro ganhou, tu vai morrer filho da puta!”. O amanhã de Dandara - 242
- 5.1.10 “Eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”. Ruth cita Conceição - 248
- 5.2 Despojos - 250

### **PARTE III - 253**

#### **6 Da agência à capacidade de agir: o que significa agency? - 254**

- 6.1 Trajetória filosófica do termo agency - 254
- 6.2 Agency e a teoria feminista - 258
- 6.3 Sujeito e performatividade em Judith Butler: uma nova teoria da capacidade de agir - 263
  - 6.3.1 Formação do sujeito e condições para a ação - 264
  - 6.3.2 A performatividade é o coração da capacidade de agir - 265
  - 6.3.3 Agency e resistência não são (necessariamente) sinônimos - 268

#### **7 Capacidade de agir e produções de si face às LGBTfobias -272**

- 7.1 “Eu lembro dos meninos falarem que eu era gay”. A homofobia como experiência de interpelação e assujeitamento - 275
- 7.2 “Então, eu aprendi que pra ser mulher você tem que ser lutadora”. Transformar-se para (r)existir (à)na transfobia - 285
- 7.3 A lesbifobia “...é tipo uma doença que eu carrego comigo, essa doença não vai me derrubar e eu vou viver com ela” -288
  - 7.3.1 “Eu cresci ouvindo chacota”. A interpelação camuflada e a capacidade de agir no interior das identidades sexuais -291
  - 7.3.2 “Eu fui me dando conta que aquilo ali era uma forma de me defender”. A subjetividade é o efeito e o instrumento da capacidade de agir -297
  - 7.3.3 “Eu resolvo não dar relevância a aquilo...”.
- A capacidade de agir como uma categoria êmica - 306
- 7.4 “Ninguém solta a mão de ninguém”. Capacidade de agir coletivamente e solidariedade entre oprimido·as - 312

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS - 318**

“Se fere minha existência, eu serei resistência” - 319

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - 324**

## **ANEXOS - 351**

Anexo 01 - Termo de consentimento livre e esclarecido - 352

## NOTAS SOBRE A FORMATAÇÃO DO TEXTO

---

## Aspectos linguísticos, terminológicos e de tradução

### a) Estratégias visando a uma escrita não sexista e inclusiva

Coerente com a abordagem feminista da produção de saberes (que desenvolvo detalhadamente nos Capítulos 1 e 2), na redação desta tese, não utilizo as marcas linguísticas de gênero masculino como universais e busco colocar em prática estratégias que visam a uma escrita não sexista e inclusiva. Apesar do binarismo de gênero que o português e o francês impõem, línguas nas quais eu escrevo esta tese, as inovações no uso do gênero linguístico visando a uma linguagem inclusiva (oral e escrita) são diversas e múltiplas nas duas línguas<sup>1</sup>.

No Brasil, é no início dos anos 2000 que as estratégias de escrita inclusiva visando a uma linguagem não sexista ganham visibilidade, a partir da expansão do campo dos estudos de gênero e de sexualidade nas produções universitárias, bem como de uma crítica feminista dessas mesmas produções (Paz, Pelúcio, et al., 2020). No esforço de designar um gênero neutro, pesquisadores e pesquisadoras colocam em prática estratégias para substituir as vogais que marcam a distinção de gênero no português, ou seja, a vogal “a” para o feminino e a vogal “o” para o masculino. Essas táticas incluem o uso de símbolos como o “@” (Grossi et al., 2007) e de letras como “e” e, principalmente, o x (Borba, 2019). Essas engenhosidades permitiam escrever, por exemplo, “tod@s”, “todes” ou “todxs”, no lugar de “todos”, para a generalização. O tema não alcança o consenso no debate público e suscita fortes polêmicas (Borba & Carvalho Lopes, 2018).

Na França, embora o assunto não seja menos polêmico, o alto conselho pela igualdade entre homens e mulheres (*Haut Conseil à l'Égalité entre les femmes et les hommes* – HCE), publicou em 2015, um guia prático por uma comunicação sem estereótipo de sexo<sup>2</sup>, tendo, em seguida, uma nova versão reeditada e republicada em 2016. Entre as recomendações que o guia prático traz, buscando uma “comunicação igualitária” no cotidiano, encontra-se, na escrita, o uso do ponto mediano<sup>3</sup> “.”. Esse caractere permitiria incluir tanto o masculino como o feminino nas mensagens endereçadas a um grupo

---

1 Eu discuto algumas dessas inovações, principalmente no que concerne ao uso do “x” no contexto brasileiro, no artigo *Le genre de la nation et le x de la question. Controverses linguistiques dans le contexte politique brésilien*, coescrito em francês com Larissa Pelúcio e Rodrigo Borba (Paz, Pelúcio, et al., 2020).

2 O guia, ainda sem tradução para o português, *Pour une communication sans stéréotype de sexe – Guide pratique*, pode ser baixado gratuitamente no site do HCE. Cf.: <http://bit.ly/2fejwZ7>

3 Para obter o ponto mediano: no Windows, é necessário compor Alt + 183 ou Alt + B7; e no MacOS, é necessário apoiar simultaneamente sobre alt + maj + 9, para os teclados versão inglês internacional, normalmente utilizados por usuário-as brasileiro-as.

misto de pessoas, formado por homens e mulheres, a fim de que todos e todas sintam-se incluído·a·s e representado·a·s (Haut Conseil à l'égalité entre les femmes et les hommes, 2016). A construção “radical da palavra + sufixo no masculino + caractere especial + sufixo no feminino”, sugerida pelo HCE (2016, p. 29), já vinha sendo utilizado também no Brasil. Todavia, o ponto mediano era substituído pelos parênteses ou pela barra oblíqua, no uso, por exemplo, de “todo(a)s” ou “todos/as”.

Essa similaridade entre o português e o francês, quanto às estratégias de escrita inclusiva, pareceu-me bastante pertinente e útil ao meu trabalho. Ainda que mantenha o binarismo do masculino e feminino, diferente de outras estratégias como o uso do “e” ou do “x” no português, ela me permitia menos ou muito poucas adaptações na passagem de uma língua à outra. Eu decidi assim utilizá-la, introduzindo algumas adaptações.

Primeiramente, no lugar dos parênteses ou da barra oblíqua, decidi utilizar o ponto mediano, tanto no português como no francês. Além disso, ao invés de dois pontos medianos, escolhi de seguir a indicação de Eliane Viennot (2018), professora de literatura na Universidade Jean-Monnet de Saint-Etienne, e utilizar apenas um ponto mediano, em vez de dois. Por exemplo: preferirei grafar, em português, “todos·as” ou “todo·as”, ao invés de “todo·a·s”; ou “incluído·as” e “representado·as”, no lugar de “incluído·a·s” e “representado·a·s”. Do meu ponto de vista, essas escolhas tornam a estética do texto mais agradável para a leitura, mais fácil na redação e, conseqüentemente, aumentam as chances de que a escrita inclusiva seja ainda mais utilizada nos trabalhos universitários e no cotidiano.

## b) Emprego da primeira pessoa do singular e do plural

No texto desta tese, eu subverto a escrita formal acadêmica e me coloco na primeira pessoa do singular, compreendendo que a implicação pessoal do pesquisador na produção do conhecimento é uma postura ético-política de responsabilização, pois, como escreve Haraway (1995), devemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.

É importante, inclusive, precisar que, em alguns momentos, utilizo o pronome na primeira pessoa do plural “nós”, no lugar daquele que concerne à primeira pessoa do singular “eu”. Isso acontece, principalmente, em duas situações. Em primeiro lugar, quando convido o leitor ou leitora a seguir o fio do meu argumento, por exemplo, nas formulações como “nós observamos aqui” ou “podemos assim concluir”. Nesse

caso, o “nós” inclui meus leitores, leitoras, bem como a mim mesmo. Em segundo lugar, utilizo “nós” no lugar de “eu”, quando um procedimento metodológico tenha sido realizado de forma coletiva ou no âmbito do grupo de pesquisa. É o caso, por exemplo, da realização do estado da arte das produções bibliográficas sobre as homofobias. Essa revisão da literatura, que culminou nas reflexões que apresento na parte II da tese, deu-se a partir da minha participação no projeto de pesquisa intitulado “Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero”, do qual fiz parte de 2014 a 2017, no âmbito do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE)<sup>4</sup>. Nesse sentido, “nós” inclui meus e minhas colegas do grupo de pesquisa e eu.

Nos meus relatos sobre o campo, a diferenciação do “eu” e do “nós” foi mesmo necessária para a inteligibilidade do texto. Utilizo assim “eu” ou “nós” para que os leitores e leitoras possam identificar de quem falo durante a narração. Usemos o exemplo de minha primeira entrevista realizada formalmente no campo (ver Capítulo 4). Ela foi conduzida na companhia de um colega da minha promoção de doutorado. Uma linguagem universal que utiliza indiferentemente o “nous”, mesmo quando o autor ou autora se refere unicamente a si mesmo-a, não deixava evidente se o pronome se referia ao binômio formado entre meu colega e eu, meu entrevistado e eu, ou ainda nós três juntos. Nessa situação, o fato de falar a partir da primeira pessoa do singular, pelo uso do “eu”, permitiu-me distinguir minha voz nesse diálogo.

Ao invés de individualizar, essa estratégia busca corporificar a produção dos argumentos que constroem esta tese. Por outro lado, como preconiza a perspectiva feminista, a produção dos saberes é política e coletiva (Puig de la Bellacasa, 2014). Dito de outra maneira, o “eu” que carrega minha voz nesse texto inclui igualmente meus diálogos com minha orientadora e orientador de pesquisa, as trocas que acontecem com meus colegas cada vez que eu apresentei minhas reflexões no âmbito dos grupos de pesquisa aos quais estive vinculado, como o GEMA, mas igualmente o Laboratório de Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial e Psicossocial (LACLIFEP), na Universidade Católica de Pernambuco et o *Laboratoire d’Études de Genre et de Sexualité* (LEGS, UMR 8238), na Universidade Paris 8, e, enfim, todos os interlocutores e

---

<sup>4</sup> Fundado em 1998, o Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA/UFPE) tem por objetivo desenvolver ensino, pesquisa e extensão universitária, a partir do enfoque feminista de gênero, atuando no campo da saúde e direitos humanos, especialmente em temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos. Mais informações: [gema-ufpe.blogspot.com.br](http://gema-ufpe.blogspot.com.br)

interlocutoras com quem eu dialoguei sobre o meu tema de pesquisa, o que inclui meus entrevistados e entrevistadas. Enfim, o “eu” no meu texto também é coletivo.

c) A versão em português, original ou tradução?

« *Traduttore, traditore* ». Esse antigo ditado italiano (Froeliger, 2017) encontra suas versões tanto em língua francesa, « *traduire, c'est trahir* », como portuguesa, ou seja, « *traduzir é trair* ». Literalmente, o aforismo corresponderia, nessas duas línguas, respectivamente, à « *traducteur, traître* » e « tradutor, traidor ». A sentença em si mostra os limites de uma tradução dita fiel face à linguagem viva, como uma prática criativa do/no cotidiano (M. J. Spink et al., 2000). Contudo, ao invés de investir numa discussão teórica sobre a tradução, utilizo esse exemplo para introduzir, por um lado, a aventura que foi redigir esta tese em português e em francês e, por outro, oferecer algumas informações práticas no tocante aos aspectos linguísticos.

Primeiramente, de um ponto de vista prático, algumas das obras que cito nesta tese foram consultadas nas versões originais em inglês, em suas traduções em francês e, quando estavam disponíveis neste idioma, em português. É o caso, por exemplo, dos textos de autore·as francófono·as ou anglo-saxões·ãs, como Michel Foucault, Judith Butler e Saba Mahmood. Visando à facilidade no acesso dos leitores e leitoras brasileiras, priorizarei, sempre que for possível, as referências e números de página das versões em português, salvo casos em que a especificidade da informação demanda a citação de uma versão em outro idioma, ou quando não existia uma versão do texto em português. Nesse caso, eu traduzi “livremente” as citações e cito o trecho original em nota de rodapé. Mesmo em português, eu encontrei traduções que julguei boas e outras que julguei muito ruins. Mesmo assim, a priorização de citações, indiretas ou diretas, na língua falada localmente e na minha língua de origem, ou seja, em português para a versão brasileira do texto, é uma decisão política visando ao acesso do·as leitore·as lusófono·as.

No tocante à redação do texto, alguns dos capítulos foram escritos inicialmente em português, mas uma grande parte fora escrita inicialmente em francês. Algo que seria uma exigência posterior da cotutela, mas, sobretudo, uma estratégia que adotei para que eu pudesse dialogar mais rapidamente com as pessoas que estavam no meu cotidiano em Paris 8 e no LEGS. Os capítulos escritos primeiramente em francês foram, em seguida, reescritos em português. A reescrita em português me fazia frequentemente rever a redação da primeira versão, escrita em francês. A escrita em

português modificava, assim, o texto em francês, mas, ao mesmo tempo, produzia uma nova versão, e *vice-versa*. É por isso que eu começo esta sessão com uma questão, que me faz refletir sobre a impossibilidade de chegar a uma conclusão definitiva entre classificar uma ou outra como original ou tradução. Rotular meu texto, seja em francês ou português, nos termos de original ou tradução, é correr o risco de se apegar a noções fixas de verdade e fidelidade (Mehnert, 2015), sem considerar os contextos de produção.

A escrita, em minha experiência e como experiência, requer ultrapassar os aspectos ditos práticos e exige mencioná-la enquanto exercício afetivo e de afetação. A escrita no francês foi prazerosa em muitos momentos. Não à toa. A língua fala também de um lugar de pertencimento. Afinal, desde muito cedo a língua (bem como outros elementos de linguagem) é o lugar do estabelecimento dos primeiros meios de constituição de vínculos. Ter a possibilidade de escrever em uma língua que não é aquela que nomeamos materna me permitiu um distanciamento de um contexto que havia me trazido dor e angústia. Nesse sentido, a escrita foi uma fuga.

Eu prefiro, assim, nomear meu texto em português como uma versão, do que limitá-lo à dicotomia original e tradução, que não é capaz de dar conta da complexidade das práticas de redação nas quais esses textos, em português e em francês, foram produzidos.

#### d) Escolhas terminológicas

##### Homofobia(s) ou LGBTfobia(s)?

Essa sessão visa unicamente a precisar minhas escolhas terminológicas. No Capítulo 4, desenvolvo uma discussão mais aprofundada sobre as nuances teóricas dos usos de termos como homofobia ou LGBTfobia, para nomear a violência baseada no preconceito e na discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Borrillo e Mérary (2019) propõem diferenciar a “homofobia geral” como o conjunto de discursos e práticas sociais que atacam a todos e todas que transgridam a norma sexual e de gênero (incluindo, mas não exclusivamente, os e as LGBTQIA+)⁵

---

5 A sigla LGBT refere-se aos sujeitos políticos internos ao movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. Com o advento da visibilidade de outras identidades políticas baseadas em orientações sexuais e identidades de gênero que se encontram fora da norma, outras siglas também se tornaram conhecidas e começaram a ser utilizadas para este fim, tais como LGBTQIA, que acrescenta as iniciais das palavras *queer*, *intersex* e *asexual*. Mais recentemente, o uso do símbolo + no final destas siglas, tornou-se mais difundido para levar em conta a pluralidade destas identidades. Assim, utilizarei nessa tese a sigla LGBTQIA+.

dos tipos de “homofobia específica”, de acordo com as variações da homofobia geral nas vivências dos homens e mulheres (cis ou trans) homossexuais e bissexuais, no uso de nomeações específicas, tais que “gayfobia”, “lesbofobia”, “bifobia” e “transfobia”. Eu julgo a proposição desses autor e autora conveniente, de um ponto de vista tanto teórico como político, e afirmo minha aderência às suas proposições, mas com algumas adaptações.

Em meu texto, faço a diferenciação entre uma “homofobia geral” e uma “homofobia específica” pelo uso do singular e do plural. Assim, ao falar de “homofobias”, no plural, estarei me referindo à produção coletiva de violências, que faz eco à ideia de “homofobia geral”, segundo Borrillo e Mérary. Isso serve igualmente para o termo LGBTfobias no plural. No singular, de maneira mais precisa, a “homofobia”, designa a violência baseada no preconceito e na discriminação contra “homossexuais”, ou seja, homens e mulheres cisgênero·as autoidentificado·as como homossexuais. Nesse sentido, a homofobia no singular será um sinônimo da gayfobia ou da lesbofobia, de acordo com a identidade de gênero da pessoa. Essas duas nomenclaturas também estarão presentes no meu texto, em referência às suas particularidades. Para nomear a violência contra pessoas bissexuais, empregarei o termo bifobia. No que concerne às pessoas trans, uma categoria genérica à qual recorro para nomear as identidades travestis, transgêneros e transexuais, empregarei o termo transfobia.

Finalmente, por questões de economia da linguagem, quando utilizar unicamente a palavra “violência”, estarei mencionando de forma sucinta a “violência baseada no preconceito e na discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”.

*Subjection*: assujeitamento ou subjetivação?

Cabe igualmente aqui uma ressalva sobre diferenças linguísticas nos textos de Foucault e de Butler mencionados nesta tese. Primeiramente, Foucault utiliza duas palavras diferentes, “assujeitamento” (*assujettissement*) e “subjetivação” (*subjectivation*), para falar de elementos distintos do processo de constituição dos sujeitos. O autor utiliza a “subjetivação” (*subjectivation*) em referência a um “processo”, que implica a produção de modalidades históricas de subjetivação bem como de formas singulares de subjetividade (Gros, 2017, p. 92–96). Por outro lado, o termo “assujeitamento” (*assujettissement*) é utilizado para nomear uma “prática” (Foucault, 2001, p. 1551), que implica a produção de uma relação de sujeição a um poder.

Em Butler (2018a, p. 10), um só termo é utilizado para nomear “tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito”. Na introdução de *The Psychic Life of Power*, Butler (2003, p. 11) traduz a palavra “*assujettissement*” (do francês) como “*subjectivation*” (em inglês), mas a palavra que utilizará em seu lugar em toda a obra, inclusive em seu subtítulo, será “*subjection*”. Apesar de indicar uma tradução diferente, a autora não opera essa distinção em seu uso e assimila dois processos ligeiramente distintos ao mesmo termo.

No âmbito deste estudo, preferi respeitar as nuances de cada processo e utilizar termos diferentes, apesar de usar amplamente os textos de Judith Butler em minhas problematizações. Assim, quando mencionar diretamente o texto dessa teórica, empregarei o termo “sujeição”, referindo-me ao termo usado pela autora em inglês, ou seja, *subjection*.

Em português, *subjection* foi traduzido posteriormente por “sujeição” (Butler, 2018a), mas integra igualmente o sentido de “assujeitamento” e “subjetivação”. Sujeição (*subjection*), em Butler, nomeia tanto as práticas de assujeitamento como os processos de subjetivação. Como assujeitamento, a sujeição nomeia a “dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos” (p. 10), que, através de práticas de interpelação, permite a existência discursiva do sujeito. Como processo de subjetivação, a sujeição nomeia “a forma psíquica que o poder adota” (p. 10).

Tendo dito isso, seria incoerente sugerir que “assujeitamento” (*assujettissement*) e “subjetivação” (*subjectivation*) tratam de coisas distintas, pois ambas, mesmo em Foucault, descrevem nuances de processos articulados um ao outro. Mesmo que o “assujeitamento” (*assujettissement*) seja associado por Foucault a uma prática, a palavra, mesmo em francês, traz implícito o sentido de um processo, que pode implicar uma ação (de se sujeitar), estado (de dependência ou coerção) ou fato (de estar sujeitado ou submisso), segundo o dicionário *Le Petit Robert de la langue française* (versão digital 5.2).

Tais observações terminológicas se justificam, pois, embora eu utilize amplamente os textos de Judith Butler em minhas problematizações, preferirei respeitar as singularidades de cada processo, por meio de termos distintos. O termo “subjetivação” indicará principalmente o processo de se tornar sujeito em suas modulações singulares, na construção de um modo de pensar a si mesmo (*rapport à soi*), que Foucault chamaria de “sujeito ético” e Butler, de “vida psíquica do poder”. Ao empregar o termo “assujeitamento” (do francês *assujettissement*), estarei me

referindo ao aspecto particular da subjetivação que indica a sujeição ao poder. Outras particularidades serão indicadas e explicadas à medida que desenvolverei minha argumentação.

### *Agency*

Esta sessão visa refletir sobre as alternativas possíveis ao inglês *agency*, para sua transferência (pois, como sabemos, traduzir é trair) ao português. Para tal, tiro proveito das reflexões de pensadoras francesas, que, no momento da recepção da obra de Butler no hexágono europeu, discutiram profusamente sobre as possibilidades de transferência desse conceito a seu contexto acadêmico nacional. A raiz latina, comum ao português e ao francês, permite-me tirar proveito de suas análises. Tal procedimento faz eco a Cassin (2019, p. XVII), quando afirma que o sentido de uma palavra em uma língua pode ser produzido se o colocamos em relação às redes de significado presentes em outras línguas. Meu objetivo aqui será o de apontar caminhos para uma versão (que difere de tradução) do termo *agency* para o português do Brasil, respeitando o sentido que esta palavra adquire no quadro teórico desta tese.

A escolha por provocar o debate em torno da transferência desse conceito é tanto acadêmica quanto política. Do ponto de vista acadêmico, visio a ampliar a compreensão sobre *agency*, um conceito incontornável na teoria feminista, mas ainda muito pouco mobilizado no contexto acadêmico brasileiro. Do ponto de vista político, esse debate procura evitar atalhos que tomam a forma de neologismos ininteligíveis, palavras que fazem sentido unicamente para aquele-a-s que detêm um léxico acadêmico das lutas das minorias (num sentido político) de gênero e de sexualidade. É o caso, por exemplo, da palavra “passabilidade” recentemente utilizada no Brasil como uma alternativa ao termo inglês “*passing*”, para qualificar pessoas que “passam por...”, ou seja, que não mostram indícios visíveis de suas não conformidades às normas de gênero e sexualidade<sup>6</sup>. Esse tipo de palavra, que não tem o mínimo sentido em português, tende a restringir ainda mais a circulação de um vocabulário político inteligível às pessoas de fora do meio universitário.

---

<sup>6</sup> Podemos pensar assim, por exemplo, aos homens que preservam ou colocam em evidência seus atributos masculinos, o que lhes permite de “passar por” heterossexuais, mesmo que assumam uma identidade sexual homossexual ou gay. Semelhantemente, uma pessoa trans (no caso, homem transicionando para mulher) que pôde desenvolver tanto de atributos corporais associados ao feminino, bem como apagar os traços ligados ao masculino, que é capaz de “passar por” uma mulher cisgênero.

Sem equivalente simples em português, *agency* é frequentemente traduzido por “agência”. Essa é uma tradução que ocorre diretamente, isto é, sem um debate que considere as vicissitudes semânticas que o termo adquire na língua e no contexto brasileiro. A similaridade com o léxico neoliberal – quando nomeia com esse termo repartições públicas (agência dos correios), filial de banco (agência bancária) ou empresa comercial (agência de viagens, de imóveis, etc.) – me incitou a buscar alternativas em nossa língua que se aproximam mais dos sentidos que o conceito busca produzir no seu idioma de partida e nas teorias mencionadas acima, ou seja, mais próximo de uma semântica da ação.

Na França, o verbete *agency* faz parte do *Dicionário dos intraduzíveis* (*Dictionnaire des intraduisibles*). Conforme explicam Balibar et Laugier (2019), autor e autora da entrada correspondente a *agency* nesse dicionário, o termo é qualificado como intraduzível, primeiramente, pela impossibilidade de encontrar, nas traduções francófonas, um só termo que lhe corresponda. Esse fato me parece análogo, nesse aspecto, ao português. Em segundo lugar, o qualificativo de intraduzível coloca em evidência o caráter polissêmico da palavra. Dito isso, o que é um intraduzível?

Barbara Cassin, coordenadora da obra, explica que o qualificativo intraduzível “não implica de maneira alguma que os termos, ou as expressões, artifícios sintáticos e gramaticais, não sejam traduzidos ou não possam sê-lo – o intraduzível, é principalmente o que não se para de (não) traduzir”<sup>7</sup> (Cassin, 2019, p. XVII, tradução minha). A autora diz, ainda, que não se trata de uma sacralização do intraduzível e de seu idioma fonte, mas de um esforço de desterritorialização que se distingue de um “universalismo lógico”, onde a palavra toma um sentido universal independentemente das línguas, ou de um “nacionalismo ontológico”, segundo o qual a palavra permanece colada ao valor semântico de sua língua de origem (Cassin, 2019, p. XIX-XX).

Para o nosso português, como propõe Adriana Zaharijevic (2018a) para as línguas de raiz latina, podemos seguir a trilha do verbo *agere*, do latim, que se desdobra num léxico amplamente constitutivo de todo um campo semântico da ação. É o caso de fazer, agir, operar, dirigir, produzir efeito, etc.<sup>8</sup> Em francês, *agency* foi diversamente traduzido por *capacité d’agir* (capacidade de agir), *puissance d’agir* (potência de ação ou potência para a ação), *agence* (agência), *agentivité* (próximo de “agentividade”), *agencéité*

7 Assim: [Le qualificatif intraduisible] “n’implique nullement que les termes en question, ou les expressions, les tours syntaxiques et grammaticaux, ne soient pas traduits et ne puissent pas l’être – l’intraduisible, c’est plutôt ce qu’on ne cesse pas de (ne pas) traduire”.

8 Ver: <https://pt.glosbe.com/la/pt/agere>

(algo como “agencidade”), *agencivité* (algo próximo de “agencividade”), *conscience d’agir* (consciência de ação ou consciência para a ação) (Kraus, 2006).

Tendo sido amplamente traduzida em francês, a obra de Judith Butler pode fornecer pistas importantes sobre a tradução de *agency*. Por exemplo, Cynthia Kraus, na ocasião da tradução de *Gender Trouble* para o contexto francês, retém, em acordo com a autora americana, “capacidade de agir” (“*capacité d’agir*”), para *agency*, e “capacidade de agir politicamente” (“*capacité d’agir en politique*”), para *political agency* (Kraus, 2006). Kraus relembra que *agency*, em inglês, articula nossa margem de manobra frente ao poder e conota a capacidade da ação, mas também a própria ação em si. Charlotte Nordmann et Jérôme Vidal (2017), nas notas de tradução de *Les pouvoirs des mots (Excitable speech)*, inspiram-se nas reflexões do filósofo Benedito de Espinosa e sugerem que “potência de agir” (*potentia agendi*) é uma tradução das mais apropriadas, pois evoca, como *agency* em inglês, o que é ativo e exerce um poder, a força motriz de uma ação.

Finalmente, faço uma escolha pela expressão “capacidade de agir”, podendo também utilizar seus correlatos como “possibilidade de agir” (ou “possibilidade de ação”), “condições de agir” (ou “condições para a ação”). Tais escolhas se justificam, do meu ponto de vista, porque elas fazem funcionar todo um vocabulário que informa a dinâmica da ação instaurada pelo termo *agency*. A expressão “potência de agir”, do francês “*puissance d’agir*”, e amplamente utilizada como versão de *agency* nesse idioma, adquire uma tonalidade pouco usual no português. Mesmo assim, seus equivalentes, como “potência de ação” ou “potência para a ação” podem ser eventualmente utilizados. O termo “margem de manobra” também me parece perfeitamente adaptável como expressão, tendo em vista o debate feminista pós-estruturalista sobre *agency* como as “possibilidades de negociação” do sujeito na sua relação com o poder. Por último, apesar do sentido estático que evoca, muito eventualmente, os leitores e leitoras me verão utilizar “agência”, unicamente, pois o termo é relativamente utilizado nos trabalhos acadêmicos brasileiros.

## PREÂMBULO

---

## Objeto e objetivos da pesquisa

### a) Enquadramento e objetivos

Minha pesquisa doutoral se insere no âmbito de uma cotutela de tese entre duas instituições: por um lado, no Brasil, no PPGPsi, e; por outro lado, no Laboratório de Estudos de Gênero e Sexualidade (LEGS, CNRS – Paris 8 – Paris Nanterre), Na França; sob a co-orientação da professora Cristina Amazonas e do professor Éric Fassin. A tese versa sobre as pessoas LGBTQIA+ no contexto brasileiro recente, depois o golpe de estado parlamentar de 2016 e o mais recente propagação da extrema-direita, ultraconservadora e ultraliberal, e sua chegada à presidência. Ela tem como objeto a violência articulada ao preconceito e à discriminação baseada na identidade de gênero e orientação sexual, que se convencionou, na linguagem do cotidiano e na literatura científica (Borrillo, 2000; Borrillo et al., 1999; Fassin, 1999; Guillemaut, 1994) de ser nomeada “homofobia”, ou mais recentemente “LGBTfobia” (Junqueira, 2007). Precisamente, eu parto das discriminações as quais LGBTQIA+ são submetidos, analisando como esta experiência participa à sua subjetivação sem, contudo, apagar sua agência (ou *agency*): trata-se da capacidade de produzir uma margem de manobra face à violência. Em síntese, proponho como objetivo geral analisar os mecanismos de agenciamento (*agency* ou capacidade de agir) de LGBT+ que vivenciaram experiências de violência LGBTQIA+fóbica no cotidiano suas vidas. De modo específico, a partir de seus discursos, produzidos durante entrevistas, trata-se de desenvolver como eixo de análise: primeiramente, os modos de produção de si mesmo-as, face às prescrições socioculturais, sobretudo em termos de gênero e sexualidade; em seguida, as estratégias de existência e então de resistência face à violência e; a capacidade de agir coletivamente visando construir uma rede de apoio para afrontar a violência.

### b) Deslocamentos transnacionais em torno da construção de um objeto de pesquisa

Para desenvolver minha pesquisa, eu havia proposto, em princípio, de trabalhar com as pessoas acolhidas no âmbito do Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco<sup>9</sup>

---

9 O Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco, ou CECH, foi fundado com a finalidade de “combater a discriminação e a violência contra a população LGBT e promover sua cidadania em todo o território pernambucano” (Pernambuco, 2012, p. 8). Funcionando até os dias de hoje, o CECH começa com uma parceria com a ONG Movimento Leões do Norte, que mantinha e geria o até então chamado Centro de Referência Leões do Norte, com recursos do governo federal vindos do Programa Brasil sem Homofobia (C. F. Pereira, 2016). Esse processo de transição acontece entre 2009 e 2010 e, em 2012, o CECH inicia suas atividades com orçamento vindo inteiramente do governo estadual (Pernambuco, 2012). Desde então, o CECH oferece à população LGBT+ local uma equipe multiprofissional especializada, formada por assistentes sociais, advogado-as e psicólogo-as. Esses profissionais são responsáveis por seu acolhimento, orientação e encaminhamento para outras instituições da rede estadual.

e o Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT<sup>10</sup>, dois mecanismos de combate à violência contra LGBT+ mantidas, respectivamente, pelos governos do estado de Pernambuco e do município de Recife, sua capital. Essa proposição visava o enquadramento no projeto de pesquisa “Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero”. Esse projeto de pesquisa, do qual eu fiz parte, foi desenvolvido no âmbito do GEMA/UFPE, sob a coordenação do professor Benedito Medrado. Essa participação se deu durante o término de meu mestrado, o período em que refletia sobre a construção de um projeto de pesquisa doutoral e mesmo alguns meses após o seu início. Todavia, essa intenção inicial, de trabalhar no âmbito de duas instituições públicas, sofreu modificações devido aos imperativos do campo. De fato, em função da falta de subsídio em diversos níveis governamentais, os centros de referência, uma das principais estratégias do Programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004), foram sendo sucateados até a sua descontinuidade em muitos municípios do Brasil<sup>11</sup>.

Em 2015, o então projeto de pesquisa doutoral foi aceito por Cristina Amazonas, professora do PPGPsi na UNICAP e pesquisadora no Laboratório de Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial e Psicossocial (LACLIFEP). No âmbito de novos vínculos institucionais e sob nova orientação, o projeto passou por reformulações. Se mantive a ideia de trabalhar com pessoas que viveram experiências de violência por LGBTfobia, eu me desloquei, contudo, do enquadramento das políticas públicas e dos centros de referência para me interessar às estratégias mobilizadas pelas pessoas em sua vida cotidiana. Foi a partir dessa mudança de perspectiva que o conceito de *agency* (Butler, 1999; Mahmood, 2009), comumente traduzido no Brasil por “agência” ou “agenciamento”, pareceu corresponder aos meus interesses de pesquisa. Esse conceito me permitiu escapar à díade opressão-resistência e de incluir outro conceito, que ocupa um lugar crucial em meu trabalho: a subjetivação.

---

10 O Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife foi inaugurado no dia 29 de agosto de 2014 pela Gerência da Livre Orientação Sexual (GLOS), no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos da Prefeitura do Recife. Isso marca uma diferença entre o Centro Municipal e o CECH, enquanto esse tem sua origem nos movimentos sociais, aquele nasce no âmbito do Estado. O Centro LGBT do Recife visa promover a articulação entre os diferentes atores da rede de proteção e de promoção dos Direitos Humanos para a população LGBT de Recife (Pastor, 2019). Isso significa que ele tem o papel de acolher, informar e, em seguida, acompanhar ou transferir os usuários e usuárias, de acordo com suas necessidades, para as diferentes instituições na rede de políticas públicas do município, como delegacias, hospitais, escolas e outros estabelecimentos do Estado. Além disso, ele oferece também acolhimento e acompanhamento social, jurídico e psicológico.

11 Em Pernambuco, o CECH teve o funcionamento temporariamente suspenso durante o ano de 2016. Eu apresento os desdobramentos dessas estratégias governamentais de combate à homofobia a partir das produções da literatura científica brasileira no Capítulo 4, Parte II, desta tese.

Na esteira desses eventos, em setembro de 2016, participando à jornada “Subjetividades em batalha, territórios em guerra: geopolítica, sexualidade, migração e violência”, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), eu conheci o professor Éric Fassin, que aceitou de me receber na Universidade Paris 8, para uma estada de um ano na França no contexto dos meus estudos doutorais. Este programa de mobilidade doutoral se transformou rapidamente em uma cotutela de tese, o que me permitiu de me inserir e participar mais ativamente ao cotidiano do grupo de pesquisa, o LEGS, bem como à oficinas facilitadas pelo grupo de doutorando-as do professor Fassin.

Esta mobilidade internacional Brasil-França pôde igualmente produzir deslocamentos importantes para na trajetória da nossa pesquisa. Em primeiro lugar, o distanciamento do ambiente acadêmico em que a pesquisa foi concebida me impulsionou a pensar de modo mais autônomo e além da minha zona de conforto. Em seguida, a inserção no campus da Universidade Paris 8 e no cotidiano do LEGS diversificou e, conseqüentemente, ampliou o meu repertório acadêmico. O que acontece no que classifico em um duplo movimento: de um lado, cultural, pois as culturas universitárias possuem suas particularidades nos dois países, principalmente quando se refere a uma universidade tão politicamente posicionada à esquerda como Paris 8; por outro lado, disciplinar, pois, vindo de laboratórios majoritariamente de psicólogo-as, eu trabalho na França num meio interdisciplinar, mas prioritariamente de sociólogos. Esse último aspecto, o da interdisciplinaridade, merece que eu o desenvolva.

Nos seminários do departamento de gênero em Paris 8 e nos seminários doutorais do LEGS, eu me confrontei à riqueza das trocas disciplinares, através das intervenções propostas por pesquisadores e pesquisadoras vindas de diferentes disciplinas e países. É o caso, por exemplo, do seminário coletivo do laboratório de pesquisa “Traduire le genre” (em português: Traduzir o gênero)<sup>12</sup>. No desenvolver dos nossos encontros, concomitantemente transdisciplinares e transnacionais, eu pude refletir precisamente sobre as implicações linguísticas, culturais e políticas que engendram, sobre meu trabalho de tese, a tradução de conceitos caros aos estudos de gênero, como, por exemplo, o de *agency*<sup>13</sup>.

---

12 Mais informações estão disponíveis em francês no site do LEGS: <https://legs.cnrs.fr/seminaires/seminaire-dequipe-traduire-le-genre/>.

13 Destaco aqui a importância das contribuições preciosas sobre a tradução da palavra inglesa *agency* trazidas por Adriana Zaharijevic, filósofa do Institute for Philosophy and Social Theory, na Universidade de Belgrado na Sérvia. No âmbito de um dos encontros de nosso seminário mensal, que aconteceu no dia 23 de novembro de 2018, Adriana apresentou uma versão em inglês de um dos seus textos, publicado originalmente em italiano (Zaharijevic, 2018a), cujo título era *Engaging Translation, Making it Do Things: The Case of Agency* (Zaharijevic, 2018b).

Além dos seminários do LEGS, as oficinas com os doutorandos e doutorandas orientadas pelo professor Éric Fassin eram um espaço que se mostrava, ao mesmo tempo, como desafiador e estimulante. Foi no âmbito desses encontros mais intimistas que eu fui me sentindo pouco a pouco mais à vontade para fazer perguntas, intervir e mesmo apresentar as primeiras ideias de análise desse trabalho. Discutindo o trabalho deste-as doutorando-as, cuja maioria era de sociólogo-as, eu pude trabalhar meu olhar sobre o campo e redimensionar o escopo deste estudo. Foram momentos de descoberta e, igualmente, de colaboração. Neste grupo eu pude encontrar, por exemplo, pessoas trabalhando com conceito de agenciamento, com as quais as trocas, de conselhos sobre bibliografias e também de experiências, puderam enriquecer meus repertórios sobre as possibilidades de trabalho a partir desse conceito.

c) Um pesquisador implicado pelo/no seu objeto

Para além dos vínculos institucionais, minha experiência pessoal também alimentou reflexões que construíram argumentos de pesquisa. Como detalhado na introdução que sucede este preâmbulo, a memória em torno de minha história de vida foi um importante ponto de partida de reflexões sobre estratégias de negociação para escapar à discriminação e ao preconceito. O investimento nos estudos foi uma ação frequentemente colocada em prática para atrair o reconhecimento social, como uma forma de compensação pelo sentimento subjetivo de inferioridade, em função da diferença do modelo de masculinidade hegemônica definida pela virilidade. O “passar por” (“*passing*”) não era uma escolha que me correspondia. Para além da experiência pessoal, minha inserção preliminar no campo, como os espaços de sociabilidade e militância LGBTQIA+ de Recife, tornaram possíveis as primeiras observações e diálogos sobre as diversas formas de evitar a discriminação pela via das estratégias subjetivas e/ou relacionais.

Essa imersão que praticamos quando iniciamos uma pesquisa sobre algum tema nos confere um olhar diferenciado sobre o mundo. No meu caso, essa imersão existiu desde cedo. Contudo, meu olhar mudou. Esse olhar mais atento nos leva a produzir aproximações entre nosso tema de pesquisa e as diferentes experiências e relações do nosso cotidiano: as conversas com pessoas próximas, as notícias na mídia e até mesmo um filme no cinema podem alimentar profícuas reflexões. Foi o que me passou vendo o filme *Moonlight*, que eu apresento um trecho da sinopse abaixo:

Chiron, um homem negro de Miami luta contra seu ambiente escolar e

sua família para viver sua homossexualidade. Criança, ele é regularmente martirizado pelas outras crianças de sua idade. Um único menino lhe oferece um contato amigável, Kevin. Adolescente, Chiron é o alvo de um grupo de estudantes de sua escola. Ele baixa a cabeça e se submete. Uma noite, depois de vagar sozinho, ele se encontra só numa praia, sem nada esperar. Aparece Kevin. Eles se beijam.

Apesar do protagonista lidar constantemente com o preconceito, é o personagem de Kevin, coadjuvante, que me chama mais atenção. Kevin tem práticas homoeróticas, mas, diferente de Chiron, ele não se deixa ser agredido. No lugar de ser o alvo do grupo de alunos de sua escola, todos homens, Kevin dissimula uma masculinidade que torna invisível sua homossexualidade e ele chega mesmo a ser integrado pelo grupo. Ele não é nem insultado, nem agredido. Contudo, ele continuará “no armário”.

A confrontação entre essas duas narrativas me leva a refletir que entre o enfrentamento e a acomodação existem diferentes nuances e, na busca de escapar à esta polarização, construções híbridas com ambas. É um constante movimento de negociações. É como jogar com as regras, mas no interior delas, a fim de produzir espaços de liberdade, ou dito de outra forma, reorganizar-se e produzir modos diferentes de se governar (Foucault, 2014b)<sup>14</sup>. Tomo o partido assim de não focalizar a violência (que situo como plano de fundo de minhas problematizações), mas criatividade das pessoas a escapar ou produzir respostas a elas. O que passa por estratégias individuais, mas também pela mobilização coletiva e a confrontação política.

Trabalhando com a violência contra as pessoas LGBTQIA+, eu notava que o discurso dos trabalhos acadêmicos que versavam sobre esse tema, assim como as mídias e alguns representantes dos movimentos sociais, focalizavam sobre a condição de precariedade e construía um sujeito excessivamente vitimizado. Do meu ponto de vista, ainda que fossem de fato vítimas (faço a ressalva para não cair no risco de “romantizar” a violência), essas pessoas não estariam privadas de toda possibilidade de negociação. Parecia-me que este discurso era restritivo e imprimia limites estreitos às possibilidades de existência dessas pessoas. Eu quis assim escapar deste olhar negativo e produzir um trabalho que pudesse mostrar a capacidade criativa das pessoas, apesar das situações penosas as quais elas eram submetidas.

Além disso, esta relação contínua com a violência, seja pela sua concretude, seja pela sua iminência constante, fabrica modos de existir e de se produzir no

---

<sup>14</sup> Para a versão brasileira, ver Foucault (2010b).

mundo. Didier Eribon (2012) compreende assim a injúria como uma maneira de ser interpelado·a como sujeito: para esse autor a violência age como um modo de assinação e de subjetivação. Ele se inspira sobretudo das reflexões foucaultianas; contudo, o centro de sua análise, parece-me, repousa sobre a violência.

Inspirando-me igualmente das proposições de Michel Foucault sobre a subjetivação (2001)<sup>15</sup>, mas também daquelas de Judith Butler sobre o gênero performativo (1999)<sup>16</sup> eu diria que: se a violência age interpelando uma posição de sujeito no mundo, são as respostas que produzimos, (i.e.) o modo como nos organizamos para produzir essas respostas, que constroem modos particulares de existir no mundo. Minha análise versa sobre as respostas, essas que produzimos repetidamente face à violência por LGBTfobia, sempre concretamente ou simbolicamente presente na vida de LGBTQ+, e seu papel nos processos de subjetivação. O que me leva ao diálogo entre *agency* e subjetividade, no contexto da violência por LGBTfobia, que está no centro da reflexão desta tese.

#### d) O contexto social e político da pesquisa

A superação do modo de violência que a homofobia pretende nomear ainda representa um desafio. As últimas pesquisas no Brasil apresentam números de violência ainda expressivos e mostram que a problemática continua atual e latente. O relatório publicado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) é uma das principais fontes de informação sobre o assunto, tendo em vista a lacuna governamental na produção de dados oficiais<sup>17</sup>. O relatório mais recentemente publicado por esta organização indica 320 homicídios e 100 suicídio de LGBTQIA+ em 2018 no Brasil (Grupo Gay da Bahia, 2019)<sup>18</sup>. De acordo com esse relatório, uma pessoa LGBTQIA+ morre a cada vinte horas no Brasil.

Uma constante no cotidiano das pessoas que vivem essa realidade na pele, a

---

15 Para a versão brasileira, ver Foucault (2014c).

16 Para a versão brasileira, ver Butler (2006b).

17 Os dados sobre homofobia no Brasil são historicamente produzidos pelo movimento social. O Grupo Gay da Bahia, também conhecido pela sigla GGB, é a instituição mais antiga a fazê-lo. Inclusive, seu fundador, o antropólogo e militante histórico no país Luiz Mott, reivindica o fato de ter sido o precursor no emprego do termo homofobia como pauta do movimento gay brasileiro, no contexto da luta contra as violências direcionadas à LGBT. Efetivamente, são em grande parte as informações, coletadas e publicadas pelo GGB desde os anos 1980, que torna visível tal problemática, dando ferramentas ao movimento social para pressionar o poder público a incluir a homofobia nas suas políticas de luta contra violência (Ramos & Carrara, 2006).

18 Desde 2016, o GGB contabiliza igualmente o número de suicídios em seu relatório de mortes de LGBTQ+, pois os qualificam como um efeito do preconceito e da discriminação que toma a forma de um tipo de homofobia que se convencionou nomear “internalizada” (Grupo Gay da Bahia, 2019).

violência contra LGBT+ é um dos temas que ocupa hoje o centro do debate público brasileiro, desde os últimos eventos políticos, a saber, a vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Abertamente nostálgico da ditadura militar, ele tem se feito reconhecer em sua trajetória política por suas declarações sexistas, racistas e LGBTfóbicas. Os efeitos do discurso de ódio disseminado e vulgarizado na voz desse político já foram percebidos desde o período que precedeu as eleições. Ativistas e organizações de defesa dos direitos humanos chamaram à atenção das mídias brasileiras e internacionais para uma onda de violência desencadeada durante o período eleitoral<sup>19</sup>, pela qual as minorias políticas como mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ foram particularmente atingidas.

O estudo “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral” (Bulgarelli & Fontgaland, 2019), realizada pela associação e revista Gênero e Número, que entrevistou 400 pessoas auto-identificadas em uma ou mais identidades políticas da sigla LGBT+ em espaços de sociabilidade das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, indique 51% das pessoas entrevistadas sofreram pelo menos um episódio de violência associado ao contexto eleitoral (desde a campanha eleitoral, o primeiro e segundo turno e o período subsequente, até as primeiras semanas de mandato). Algumas pessoas relataram até mesmo mais de um episódio de violência sofrida pelas mesmas circunstâncias.

Como consequência da proliferação e da banalização do discurso de ódio desse que viria a se tornar o chefe do poder executivo no Brasil, vivemos uma perseguição alarmante das minorias durante o processo eleitoral, que, todavia, não se dissipou. Essa conjuntura inaugura um novo momento histórico, mas também um potente campo de possibilidades de análise. Nossa pesquisa traz exemplos de narrativas de pessoas que viveram essa realidade na pele.

Após o fim tempestuoso de 2018 e o início de 2019 marcado pelas declarações escancaradamente sexistas da Ministra bolsonarista Damares Alves, pudemos tomar um fôlego de esperança quando o Supremo Tribunal Federal (STF) anunciou o julgamento sobre a criminalização da homofobia para o mês de fevereiro. Assim, por 8 votos contra 3, o STF tornou equivalente a LGBTfobia ao crime de racismo, até que o Congresso Nacional elabore uma lei específica; e por 10 votos contra 1,

---

<sup>19</sup> É o caso, por exemplo, do jornal francês *Le Monde* que publicou no dia 11 de outubro de 2018, a quinta-feira que sucedeu o primeiro turnos das eleições presidenciais, o artigo “No Brasil, a vitória esperada de Bolsonaro desencadeia a violência homofóbica”; ou, no original, em francês: “Au Brésil, le triomphe attendu de Bolsonaro déchaîne les violences homophobes (Gatinois, 2018a).

reconheceu o atraso do Congresso em legislar sobre o assunto<sup>20</sup>. Para além da vitória que obtivemos, o julgamento sobre a criminalização da homofobia pelo STF, que se desenrolou durante seis sessões entre fevereiro e junho de 2019, trouxe o debate sobre a violência contra LGBTQIA+ para a ordem do dia, concomitantemente, no debate público, nas mídias, nas redes sociais e nas relações do cotidiano.

Esses acontecimentos do cotidiano nos permitem observar a centralidade da homofobia na sociedade brasileira atual, pelo seu efeito de concretude na vida (ou na morte) de LGBTQIA+ e, ao mesmo tempo, pelas tensões que esse sujeito suscita em nível societal e político.

### **Organização da Tese**

Essa tese está dividida em três partes. Cada uma delas agrupa um conjunto de capítulos por proximidade temática. A primeira versa sobre a abordagem teórico-metodológica que orienta minha postura ética como pesquisador e minhas práticas no processo de produção de conhecimento. Trata-se dos “saberes situados”, conceito desenvolvido pelas epistemologias feministas. Tal modo de organização, no qual a metodologia abre o texto, faz sentido em minha escrita, pois é a postura que adoto ao longo de toda a redação do trabalho. A Parte 1 é composta de 3 capítulos.

Durante a escrita do Capítulo 1, inspirei-me nos acontecimentos políticos brasileiros que me eram contemporâneos; isto é, o início do governo de Jair Bolsonaro e mesmo sua cerimônia de posse. O que acontecia naquele momento era, do meu ponto de vista, um exemplo flagrante do que as pesquisadoras feministas denunciavam ao falar em relações de poder impregnadas por uma ideologia centrada no masculino. Eu observava que os efeitos de tal contexto implicavam na validação de certos discursos tidos por “verdadeiros” e, por outro lado, na deslegitimação de outros ditos “pseudocientíficos”, “militantes” ou “ideológicos”. O discurso de posse do novo presidente brasileiro era, a meu ver, a própria caricatura dessa postura ideológica androcêntrica. Ele trazia os elementos linguísticos da mudança ideológica caracterizada pela passagem de um governo de esquerda pró-LGBTQIA+ a outro governo provisório da direita liberal e, em seguida, de extrema direita ultraneoliberal e conservador, abertamente LGBTfóbica, que caracteriza o país atualmente. Decidi,

---

20 O Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de duas ações movidas pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (ABGLT) e o Partido Popular Socialista (PPS), solicitou que seja fixado um prazo para que o Congresso Nacional edite uma lei sobre o tema. Até lá, o crime de homofobia será enquadrado pela lei do Racismo.

então, investir, ao longo deste capítulo, na análise desse cenário, utilizando como lente os estudos feministas.

Diante de um contexto de ataques aos estudos de gênero, pareceu-me necessário tornar explícitos os postulados dessa abordagem de maneira detalhada, trabalho cujo produto pode ser lido no Capítulo 2. Esse exercício me permitiu desenhar histórico preciso dos saberes situados. Tal nível de detalhe se mostrava indispensável face à hostilidade do contexto político no qual esta tese nascia, o que põe em evidência o caráter indissociável entre produção científica e práticas sociais.

Fechando a Parte I, o Capítulo 3 descreve os procedimentos de uma primeira etapa de coleta de dados, ou seja, de narrativas de vida, no contexto do meu trabalho de campo. Isso se dá durante o governo de Michel Temer, ano seguinte à destituição de Dilma Rousseff. A segunda etapa da coleta de dados aconteceu posteriormente, durante o primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro e será detalhada na Parte II desta tese (incluindo, por exemplo, os motivos pelos quais a realização de entrevistas se dá em dois momentos distintos).

O segundo bloco da tese, que nomeio de Parte II, compreende os capítulos que desenvolvem os fundamentos teóricos sobre a violência baseada no preconceito e discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero, que ganha grande visibilidade social nas últimas décadas pelo uso político e acadêmico do termo “homofobia”, ou, mais recentemente, “LGBTfobias”. Para o desenvolvimento dessas reflexões, utilizei como base as produções acadêmicas identificadas durante a extensa revisão sistemática da literatura. Além do material bibliográfico identificado na revisão sistemática da literatura, foram mobilizadas outras fontes bibliográficas identificadas durante toda a trajetória, nacional e transnacional, que a tese e eu, seu autor, percorremos. Tais produções permitiram, na medida em que lhe fundamentam, o prolongamento das reflexões próprias à nossa própria pesquisa. A composição desse material, seu conteúdo, e as análises que aportam serão descritas de forma pormenorizada.

No primeiro capítulo deste bloco, o Capítulo 4, aborda com especial interesse o processo de produção da revisão sistemática da literatura. Essa iniciativa reitera o compromisso com os postulados sobre reflexividade da crítica feminista das ciências, pautada na produção de saberes situados (que detalho atenciosamente na primeira parte desta tese), perspectiva que considero indispensável à explicitação minudente e argumentada das escolhas metodológicas que realizo no decorrer do desenvolvimento

de todas as etapas da pesquisa (o que não exclui a revisão bibliográfica), no sentido de refletir criticamente sobre a pesquisa em si e não apenas sobre os resultados que produz. À medida que exponho tais escolhas, submeto-as às trocas com os/as diferentes interlocutores/as das ciências; um exercício dialógico que se contrapõe ao objetivismo tradicional pautado no universalismo do ponto de vista do/a pesquisador/a.

Em seguida, busco olhar criticamente para o conteúdo da produção identificada. Se, na primeira metade do Capítulo 4, busquei entender como estão situadas as pesquisas sobre homofobia nas produções científicas brasileiras, busco na sequência descrever como a homofobia vem sendo situada por tais produções. Nesse sentido, descrevo os contextos nos quais foram relevantes desenvolver pesquisas sobre a homofobia e, em seguida, olho para as discussões presentes na literatura científica sobre as estratégias governamentais de enfrentamento dessa violência, no período em que o Brasil caminhava para a construção de tais dispositivos. Mantido um contexto de fragilidade institucional, tais mecanismos são empurrados para a precarização total após o golpe de estado via processo parlamentar que marcou a história do Brasil em 2016.

Nesse mesmo capítulo, eu proponho um resgate das discussões teóricas sobre o conceito de homofobia, nas produções clássicas sobre o termo em ciências sociais. Essas produções ratificam o uso desse termo para denominar uma forma particular de violência, ao mesmo tempo em que problematizam os impasses teóricos nos quais se inscreve e os recobrimentos que produz, sem deixar de levar em conta a sua potência política no âmbito da visibilidade e da reivindicação do combate à violência contra LGBTQIA+. No sentido de dar conta da complexidade, e talvez superar tais impasses, novos termos têm sido produzidos, tais como, LGBTfobia ou LGBTQIfobia. Para contextualizar o debate, confronto as apreensões sobre a homofobia nas produções clássicas às nomeações dadas a essa forma de violência, e os sentidos adjacentes, segundo a produção científica brasileira acessada através da extensiva e sistemática revisão da literatura que desenvolvemos no âmbito de nossa pesquisa.

No Capítulo 5, eu me preocupo em descrever a LGBTfobia no Brasil atual, sob um governo autoritário, conservador e de extrema direita. Além da descrição do cenário político, um segundo bloco de narrativas conta experiências de pessoas LGBT+ durante as eleições presidenciais de 2018, quando a banalização e a popularização do discurso de ódio multiplicaram as agressões contra minorias políticas, principalmente de sexo e de gênero. Muitas das pessoas que entrevistei viveram essa realidade na própria carne. Seus relatos contribuem com as análises que produzo sobre como a

experiência de pessoas LGBTQIA+ é atravessada pela violência, ou pela possibilidade que ela aconteça; e como as respostas que elas são obrigadas a produzir para se defender participam da construção de suas subjetividades. Análise que desenvolvo na terceira parte desta tese.

Na Parte III, situo no centro de minha análise os modos pelos quais meus entrevistados e entrevistadas, com base em suas narrativas, construíram suas subjetividades em resposta às experiências de violência LGBTfóbica. Para este fim, utilizo o conceito de agência (*agency*), ou capacidade de agir, como chave analítica.

O conceito de capacidade de agir foi inicialmente concebido em termos de resistência, das mulheres, à dominação masculina. A análise do termo foi atualizada pelo trabalho de Judith Butler, que o associa à performatividade, mas também, apoiando-se no trabalho de Michel Foucault, ao paradoxo da subjetivação. Nesta concepção atualizada, destaco três aspectos que são particularmente interessantes para esse estudo. Em primeiro lugar, ele incorpora à essa (re)ação uma produção de si mesmo. Em segundo lugar, dá a possibilidade de escapar da dicotomia submissão/resistência e pensar o conceito como uma espécie de híbrido entre subversão e adaptação, onde, neste campo de forças, são produzidos micro-espços de liberdade. Dada sua complexidade e polissemia, a fim de situar onde de estou falando, e do que estou falando, quando uso o termo capacidade de agir, julguei necessário situar esse conceito a partir de suas influências filosóficas e do significado que adquire nas ciências sociais e na teoria feminista. Faço-o, antes de mais nada, no Capítulo 6.

No Capítulo 7, procuro analisar as histórias de meus respondentes utilizando as ferramentas teóricas especificadas no capítulo anterior. Primeiro, concentro-me na análise dos episódios nos quais eles-as descrevem, em suas narrativas biográficas, o efeito interpellativo da violência. Para isso, apoio-me nas noções de interpelação e performatividade, de Louis Althusser e John L. Austin, por meio da leitura de Judith Butler. Destaco como meus entrevistados e entrevistadas se organizam para responder a experiências de violência, construindo formas de existência que se traduzem em formas singulares de subjetividade. Para abordar este trabalho de si sobre si, recorro à noção de Michel Foucault sobre o sujeito ético, particularmente no uso que Saba Mahmood faz quando conceitua a capacidade de agir.

Em seguida, analiso a agentividade em sua dimensão coletiva. A esse respeito, a solidariedade mútua foi observada entre meus entrevistados e entrevistadas, especialmente em contextos políticos hostis a sua existência, como o atual governo de Jair Bolsonaro.

## INTRODUÇÃO

---

## **Uma história do Brasil recente, em primeira pessoa**

Esta tese é um manifesto. Ela foi possível graças às políticas de inclusão social, principalmente no nível da educação, implantadas no Brasil do início dos anos 2000, que me propiciaram as condições materiais de fazer a “escolha” por uma formação acadêmica como pesquisador. A narrativa em primeira pessoa que se segue ultrapassa o estilo biográfico no qual se apresenta, mas busca produzir uma leitura das condições de possibilidade, históricas e políticas, de existência de uma tese situada na posição de seu autor.

A partir deste momento do texto, subverto a escrita formal acadêmica e me coloco em primeira pessoa, entendendo que a implicação pessoal do pesquisador na produção de conhecimento trata-se de uma postura ético-política de responsabilização, pois, como escreve memoravelmente Donna Haraway (1988), devemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver<sup>21</sup>. Nesse sentido, a evidência de minhas vivências faz eco em uma estratégia epistemológica que mobiliza a experiência do pesquisador para “melhor” compreender questões importantes do objeto da pesquisa.

Vindo de uma família de classe popular, na qual a mãe foi costureira e o padrasto mecânico de automóveis, em 2006, eu fui beneficiado com uma bolsa de estudos do Governo Federal brasileiro para desenvolver minha formação universitária em psicologia, no âmbito do Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>22</sup>. O acesso ao Ensino Superior, que me foi viabilizado pela concessão dessa bolsa, sempre foi um privilégio do·as filho·as das famílias de classe favorecidas, que podiam financiar as onerosas mensalidades das escolas privadas durante o período da educação dita básica e lhes oferecer uma formação de base de qualidade, para que pudessem em seguida acessar as renomadas universidades públicas e gratuitas ou as inabordáveis universidades privadas de prestígio. Duas escolhas que não se inscreviam no meu campo de possibilidades. No âmbito pessoal, a entrada na universidade significou a possibilidade de uma transição de classe, mas também

---

21 Discussão que será desenvolvida em detalhes na Parte I desta tese.

22 O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado com o objetivo de conceder bolsas de estudo em nível de graduação em instituições de Ensino Superior privadas, para alunos vindos do Ensino Médio público. Essas bolsas podem ser parciais ou totais, cobrindo, respectivamente, a metade ou a totalidade da mensalidade de uma instituição privada. Elas são atribuídas em função da renda per capita do domicílio e da nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O PROUNI foi criado em 13 de janeiro de 2005 no âmbito do Ministério da Educação, sob a gestão de Fernando Haddad, e do Governo Federal brasileiro, sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva. Para mais informações: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>.

a produção voluntária de autonomia e capacidade de agir na vivência de minha sexualidade, no curso de minha trajetória de vida.

O investimento nos estudos como modo de ação para confrontar as sanções sociais, em virtude de uma não conformidade ao ideal de virilidade, foi uma estratégia própria a minha história de vida. Criança, eu tentava continuamente evitar os frequentes comentários das outras crianças, principalmente de meninos, sobre minha maneira, por exemplo, de andar (“*como uma menina*”) ou de falar (“*muito explicado*”, o que significava o estranhamento ao meu uso “correto” do português e da utilização de palavras pouco frequentes ao meio “popular” no qual eu estava inserido). Os insultos, a intimidação e a exposição pública eram o cotidiano na escola. Falar de tudo isso em casa era impensável. A postura de minha mãe e de meu padrasto já comunicavam que a ameaça de uma provável homossexualidade fazia parte do escopo do inaceitável. A família, tal qual minha mãe e o padrasto, identificavam minha diferença, mas a justificavam dizendo que “ele é apenas muito educado e gosta demais de estudar”.

Quanto a mim, percebia que o fato de ser designado como “veado” ou “bicha” deveria ser escondido de todos e de todas, a todo custo, e principalmente da família. Eu me via sem escolha, senão aquela de me virar sozinho. Eu me encontrava, de fato, na gestão dessa carga, sozinho. Era assim que a independência se tornava uma estratégia de sobrevivência, uma necessidade, e, pouco a pouco, um modo de ser. A primeira estratégia então mobilizada foi a de me esconder dos olhares que me condenavam, de evitar de ser notado ou de chamar a atenção das pessoas. Qualquer um era um potencial agressor (palavra grafada voluntariamente no masculino). A vida social não me parecia tão atrativa. Conduzido à introversão, eu me dirigia no sentido do que me restava, isto é, os estudos, e do que eu aprendia gradativamente a gostar. Além disso, o reconhecimento que a dedicação à escola proporcionava me ajudava a contrabalançar o sofrimento pela violência do assédio, fosse por reencontrar um valor subjetivo, fosse pela possibilidade de negociar um “acordo de paz” com os agressores que vinham buscar ajuda durante o período dos exames escolares. Aos poucos, a identidade de criança inteligente foi sendo associada a mim, bem como a de menino sensível e efeminado. Em alguns momentos, as duas se confundiam mutuamente. Em todo caso, a interpelação como “melhor aluno” era um escudo, e, ao mesmo tempo, um “trunfo” no “jogo”. De todo modo, era um recurso na luta cotidiana.

Assim, minha entrada posterior na universidade reproduz um importante elemento na constituição de um modo de produção de si, que ativa particularmente

os recursos subjetivos de luta contra a violência. Esse marcador biográfico se produz em um período político e econômico nacional de investimentos massivos em políticas de educação, que favoreceram sobretudo as classes populares (mas não apenas), propiciando uma possível migração socioeconômica. Uma leitura que não me é possível senão hoje. Trata-se de um olhar para o passado desde uma posição do presente. No momento em que tais eventos se desenvolviam, lembro-me de perceber as mudanças “concretas” que aconteciam na esfera individual. Eu não fazia, contudo, uma articulação entre tais mudanças e o contexto político mais amplo. Eu não me vejo podendo fazer esse tipo de ponderação na época, sobretudo, pois a politização de minha existência é um elemento posterior à minha trajetória, que acompanhou minha inserção em espaços acadêmicos de discussão implicados nos estudos de gênero.

Foi assim no âmbito da minha formação em psicologia, onde produzi minhas primeiras aproximações às produções acadêmicas do domínio dos estudos de gênero e da sexualidade. Isso aconteceu durante a disciplina de práticas integrativas, ministrada pelo prof. Ricardo Marques. Ao ser apresentado a esse conjunto de saberes, minhas concepções pessoais sobre gênero e sexualidade começaram a ser desconstruídas e, conseqüentemente, ressignificadas. Foram momentos de muita descoberta e todas aquelas discussões produziam um clima, ao mesmo tempo, desafiador e instigante. Ao final do percurso, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso sobre o gênero e a psicologia organizacional, domínio no qual eu já fazia estágios desde o terceiro período de graduação. Este trabalho foi desenvolvido sob orientação do professor Ricardo Marques. Na esteira desses acontecimentos, eu fui aceito no curso de mestrado em psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), após minha inserção como aluno especial nessa instituição na disciplina “Psicologia social e linguagem”, ministrada pelo Professor Benedito Medrado, que se tornou meu orientador.

Minha entrada no mestrado em uma universidade pública, que no Brasil é uma instituição historicamente ocupada pela elite econômica, é igualmente inscrita num movimento nacional de reconfiguração das relações sociais de classe. Esses foram anos marcados por um crescimento exponencial do número de universidades públicas em todo o país, principalmente nos interiores dos Estados e na Região Nordeste, e de um investimento federal massivo no desenvolvimento e internacionalização da produção científica e da pesquisa. O conjunto dessas ações, bem como as políticas de inclusão sob critérios sociais de classe e raça, tornaram as barreiras de acesso à educação, impostas

pelo contexto socioeconômico (ou estudas, ou trabalhas), mais porosas. Muitos jovens de classes populares puderam, assim, ter acesso a uma formação universitária em nível de graduação, sem as mesmas dificuldades que havia até então, ou à profissionalização pela pesquisa no âmbito de cursos de mestrado e doutorado, graças ao crescimento no número de bolsas de estudos. As barreiras invisíveis de acesso ao Ensino Superior para os “filhos de pobre” continuaram a existir, mas foram atenuadas.

Minha trajetória se traduz num exemplo dessas ações. Tendo trabalhado período integral durante os cinco anos de minha formação em graduação, eu iria, pela primeira vez, depois dos meus 17 anos de idade, poder dedicar todo o meu tempo aos estudos. A concretização desse direito me tinha sido atribuída, primeiro, por uma bolsa do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado entre 2008 e 2012 sob a presidência de Luis Inácio Lula da Silva e a liderança do Ministério da Educação de Fernando Haddad. Seis meses depois, eu fui contemplado com uma bolsa, que durou até o final do mestrado, da Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

Desde o início de minha formação em mestrado, eu integrei o Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades, conhecido pela sigla “GEMA”, sob a coordenação dos Professores Benedito Medrado e Jorge Lyra. Entre as várias atividades das quais participei com integrante desse Grupo, destaco a inserção, de formas diferentes, nos projetos “Performatividades de gênero, violência e sexualidade em movimentações político-culturais: a produção de sujeitos e estéticas políticas em Belém e Recife”, “Homens e equidade de gênero”, “Acesso aos serviços de saúde por homens que fazem sexo com homens: implicações para a vulnerabilidade à Aids” e “Fortalecendo redes: formação de lideranças LGBT no controle social e promoção de direitos humanos”.

Em decorrência da atuação nesses projetos, iniciei a representação do GEMA no Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco (Fórum LGBT/PE)<sup>23</sup>, contribuindo com a construção de diversas pautas do movimento LGBT em nosso estado, entre elas a Parada da Diversidade. Considero que minha inserção no Fórum LGBT extrapolou a simples realização de uma atividade de extensão

---

23 O Fórum LGBT de Pernambuco, fundado em Recife em abril de 2004, é uma articulação política dos movimentos sociais que atua na defesa dos direitos humanos, reunindo a sociedade civil organizada e ativistas independentes, sem distinções de orientação sexual, gênero, identidade de gênero, classe, religiosas, étnico-raciais, ideológicas, geracionais ou partidárias. Mais informações: [flgbtpe.blogspot.com.br](http://flgbtpe.blogspot.com.br).

universitária. Além de contribuir para a potencialização das análises empreendidas na dissertação e, posteriormente, para a construção de um projeto de tese, essa experiência corroborou para a construção de um vocabulário político no campo dos direitos humanos. Essa construção se deu não apenas no âmbito das orientações sexuais e identidades de gênero não normativas, mas na relação e identificação (em razão, por exemplo, do pertencimento de classe), com pessoas que representam o que Gayatri Spivak (1985/2010) chamaria de “populações subalternizadas”, embora essa conexão não tenha sido sempre pacífica.

Se meus privilégios se dissolviam no seio da universidade, no meio de universitário-as majoritariamente branco-as (no GEMA e, posteriormente, na Universidade Católica de Pernambuco), eu era continuamente confrontado pelo contraste com os membros do coletivo do Fórum LGBT de maioria negra, na faixa dos trinta, quarenta, cinquenta anos ou mais, e em extrema precariedade. Algumas dessas pessoas não podiam muitas vezes estar presentes nas reuniões semanais do grupo, pois não dispunham do valor do bilhete de ônibus para o seu deslocamento.

A participação ativa nos debates no âmbito do grupo de pesquisa na universidade e minha inserção nem sempre apaziguadora no movimento social LGBT+ provocaram deslocamentos importantes na minha maneira de me construir nas minhas relações do cotidiano, principalmente a partir da consciência dos efeitos das relações de poder inscritas nas diferenças de classe e raça. Tais deslocamentos produziram um modo de existir que reverbera não apenas fora, mas também dentro da academia. Essas vivências pareciam dar forma a uma posição que se construía, num híbrido de militante e pesquisador ou, mais precisamente, a um pesquisador implicado. Além disso, avalio que o posicionamento político do governo sob o qual tais eventos se desenrolaram (principalmente no que concerne à educação e a quem passou a ter o direito a ter acesso a ela) contribuiu para a composição das condições de possibilidade de existência de tal posição.

Eu nunca fui formalmente vinculado a nenhum partido político. Contudo, devido à minha formação acadêmica fortemente crítica e à minha própria visão sobre as ciências, eu posso hoje analisar como as políticas da (digo, de um dos partidos da) esquerda brasileira produziram efeitos tangíveis na construção da minha experiência enquanto pesquisador, mas também enquanto sujeito. As políticas de inclusão social implementadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2016), promoveram mudanças

estruturais e ideológicas na educação de nível superior no Brasil. Essas políticas democratizaram o acesso ao Ensino Superior, o que se traduziu na minha trajetória em um lugar na universidade, em uma bolsa para o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa de mestrado e, *a posteriori*, em um trabalho de tese. A criança trabalhadora do início desta narrativa, branca, de classe popular e afeminada, que procurava (ou procura) no sucesso escolar um modo de negociação para escapar ao assédio moral constante por seu desvio às normas de gênero, apesar de toda a sua boa vontade e esforço, teria tido mais dificuldades para acessar e concretizar sua formação superior num contexto diferente. Eu retornarei em breve a essa questão.

Esse ciclo universitário foi concluído com a defesa da minha dissertação de mestrado, que versou sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (Paz, 2014). Contudo, mesmo que minha pesquisa particular tenha sido finalizada, continuei participando ativamente das reuniões periódicas do GEMA e envolvido no projeto coletivo de pesquisa nomeado internamente como “Projeto Diversidade”. Esses diálogos fomentaram reflexões importantes na construção de um novo (pré-)projeto particular, cujo objetivo seria desenvolvê-lo numa pesquisa de doutoramento.

Foi então, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica (PPGpsi) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), que a Professora Cristina Amazonas acreditou na relevância do projeto que apresentei e aceitou orientá-lo. Tendo logrado aprovação, iniciei formalmente o doutorado em 2015. Ao longo das aulas, o pré-projeto foi sendo exaustivamente revisto, reconstruindo e ganhando consistência teórico-metodológica. Dessa trajetória, ressalto as trocas ocorridas durante as reuniões do grupo de orientandos de Cristina, cuja possibilidade de dialogar com outro·as pesquisadore·as sobre diferentes projetos desenvolvidos concomitantes ao meu elucidaram pontos importantes em sua construção.

Toda a minha formação doutoral foi financiada por uma bolsa do governo brasileiro, que me foi atribuída pela fundação Capes. Em 2015, na ocasião do início do ano universitário, que no Brasil se estende de meados do mês de março a dezembro, o PPGpsi da Unicap realizou uma seleção interna e pôde beneficiar oito pós-graduando·as do curso de doutorado com uma bolsa de estudos financiada pelo governo federal, e uma delas me foi atribuída. Contudo, esse cenário de amplo desenvolvimento do fomento do Ensino Superior pelas políticas públicas de nível federal se deterioraria bruscamente, na esteira, principalmente, dos eventos políticos ligados ao processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, um golpe

de Estado parlamentar que culminou em sua destituição e substituição por seu vice e antagonista ideológico, Michel Temer (ver Quadro 1). Desde então, o investimento público na educação e na pesquisa do país não cessa de se degradar. Por exemplo, no início do ano universitário de 2017, o seguinte à concretização do *impeachment* de Dilma Rousseff, nenhuma bolsa de pós-graduação foi disponibilizada pelo governo federal para a nossa pós-graduação.

Não seria pretencioso dizer que o episódio mais emblemático de todo o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi a votação em sessão plenária que aconteceu na Câmara dos Deputados, no domingo do 17 de abril de 2016. O objetivo desta sessão foi o de decidir se o dossiê deveria seguir para ser examinado pelo Senado, responsável, por sua vez, pela sua execução ou rejeição. Esta sessão foi, porém, o preâmbulo caricatural e teatralizado do ultraconservadorismo – e de outras facetas do neofascismo – que tomaria o poder posteriormente. Foi nessa ocasião que o atual presidente, o então deputado federal Jair Bolsonaro, durante o seu voto favorável ao *impeachment*, homenageou o militar que mais matou e torturou pessoas durante o período da ditadura militar (1964-1985) no Brasil, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Foi nessa ocasião que, em resposta aos insultos homofóbicos, Jean Wyllys, igualmente deputado federal na época, cuspiu no rosto de Bolsonaro. Essa sessão abriu a “caixa de Pandora” da política brasileira. Aqueles homens, e também algumas mulheres, gritavam insultos misóginos e escarneciam a então presidenta, sem nenhum pudor. Eu acompanhei essa exibição, como praticamente todos e todas as brasileiras, ao vivo na televisão. A hipermediatização foi considerada em si uma estratégia política das mídias favoráveis ao golpe. A espetacularização dessa votação plenária pelos canais de televisão dava a impressão que eles já davam por garantida a destituição da presidenta, embora ela representasse apenas uma das etapas iniciais do processo.

Retomando a minha narrativa pessoal, no tocante a esse evento, eu lembro de ter sido particularmente interpelado por uma conversa que se deu no cotidiano das minhas relações pessoais, na véspera dessa sessão plenária. Era o aniversário de três pessoas do meu círculo universitário de amigo-as. Chovia muito, e alguns corajosos e corajosas conseguiram chegar no local da festa. Quem mora ou já morou em Recife sabe como pode ser muito difícil se locomover na cidade em dias chuvosos; o nível da água pode subir algumas dezenas de centímetros e tornar o deslocamento dos veículos impossível ou, no mínimo, muito perigoso. Era o meu segundo ano de tese e, apesar de tudo o que se passava e que eu via nas mídias, a vida seguia normalmente

seu curso. Afinal, não era a primeira vez que um grande escândalo midiático tocava o Partido dos Trabalhadores e quem o representava, poderia ser apenas mais um. Aquele dia representava um sábado à noite comum no qual eu estava indo para a comemoração do aniversário de amigo-as. No momento em que chegava ao local combinado e saudava os-as convidado-as individualmente, eu me pus a dialogar com um colega que é professor na Universidade Federal da Paraíba. Como de costume, perguntei se tudo estava bem. Esperei pelo “tudo bem” automático do clichê social, mas ele se disse “*preocupado com o golpe que se anunciava [no dia seguinte]*”. Aquela fala me interpelou. Deveríamos nos inquietar? Foi um momento de “tomada de consciência” do momento político que vivíamos, que em seguida desencadeou reflexões (e afetos) importantes para a construção de uma subjetividade mais implicada politicamente.

Na realidade, minha entrada no debate político – que eu situo no início de minha formação universitária e minha inserção no movimento social LGBTQ+ de Pernambuco – se dá num momento de prosperidade da esquerda brasileira e das políticas sociais no Brasil. Trata-se igualmente de um período no qual o debate pautado pelos estudos de gênero e a efetivação dos direitos sexuais<sup>24</sup> de LGBTQ+, apesar das dificuldades a superar, expandiam-se no âmbito da políticas públicas (ver o Capítulo 4). O Brasil chegou a ser visto do ponto de vista internacional, por pesquisadores e pesquisadoras de países ocidentais, como um modelo de expansão da discussão sobre gênero<sup>25</sup>. Minha visão otimista da política, pra não dizer ingênua, construída a partir desses referenciais, não me permitia vislumbrar para onde caminhávamos e aonde chegaríamos.

Todavia, tento compreender tal equívoco de avaliação política no qual eu me encontrava através de um contexto social mais amplo. De fato, uma grande parte

---

24 Segundo Sonia Corrêa (1999), a expressão “direitos sexuais” aparece no âmbito dos debates internacionais de politização da saúde das mulheres, mais precisamente da luta feminista pela inclusão dos “direitos reprodutivos” no texto de acordos sobre direitos humanos das mulheres. Frente às mudanças sociais promovidas pelos movimentos de liberação sexual, a noção de “direitos sexuais” buscava levar em consideração, por um lado, os esforços conceituais e políticos dos movimentos gays e lésbicos e, por outro lado, a articulação teórica entre gênero e sexualidade (Corrêa, 1999). A autora lembra que a moldura que delimita os conteúdos do que seriam esses direitos tem como marco histórico o relatório da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pelas Nações Unidas em 1995 e que aconteceu em Pequim, na China; cujo parágrafo 96 afirma que “os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências.” (Nações Unidas & Viotti, 1995, p. 179).

25 Como afirma, por exemplo, o sociólogo e professor de ciências políticas Éric Fassin numa recente entrevista (Pelúcio & Paz, 2019).

da população, historicamente e mesmo até hoje, foi relegada à ignorância política. Uma estratégia que serviu sistematicamente aos interesses das elites econômicas, que, favorecidas pela desigualdade no acesso à educação e cultura, perpetuavam-se nos espaços de poder nacionais. A política, essa entidade “incompreensível” e “distante”, não é para os pobres e ignorantes. Essa é uma das razões pelas quais a história das lutas políticas que o país atravessou para chegar a uma democracia, ainda que faça parte dos conteúdos da formação escolar (daqueles e daquelas que podem acessá-la), não fazia parte das nossas relações cotidianas, de nossos diálogos familiares e nem de nossos bate-papos entre amigos. Efetivamente, constatamos, hoje, que demos pouquíssima atenção à elaboração de nossa história, em síntese, colonizada, escravizada e militarizada. Por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cuja função era a de investigar as violações de direitos humanos cometidas durante o período da ditadura militar, não foi criada senão em 2011, ou seja, bastante recentemente. Inclusive, a nostalgia do período ditatorial, presente nos discursos reacionários da “nova direita brasileira” (Solano, 2018), e da extrema direita, vem sendo compreendida como um sintoma de uma elaboração extremamente empobrecida de um passado ainda presente (Starling, 2019).

É assim que os fantasmas que habitavam o imaginário coletivo brasileiro acordaram em junho de 2013. Grupos de direita que exaltavam a polícia, o exército e o período ditatorial capturaram a força de um movimento político que havia se mobilizado em princípio contra o aumento do preço da passagem do ônibus e, sob o pretexto da luta contra a corrupção, ordenavam « Fora Dilma! » e « Fora PT! » (Amaral, 2016). Apesar desse movimento de grande amplitude nacional, alguns meses mais tarde, em outubro de 2013, Dilma Rousseff era eleita para seu segundo mandato.

Eu me lembro de ter ido à Praça do Marco Zero, no bairro do Recife Antigo, onde um grande ajuntamento comemorava a segunda vitória de Dilma Rousseff nas urnas. Uma vitória com uma tênue diferença entre ela e seu opositor Aécio Neves (PSDB), 51,4% contra 48,36% respectivamente, mas importante para a esquerda, que acreditava na continuidade da política praticada até aquele momento. Eu compartilhava certamente do mesmo contentamento que as pessoas no local, pois sabia o que aquela vitória representava. No entanto, aquela comemoração me afetava de modo diferente. Eu não compartilhava interamente da euforia vista em grande parte das pessoas ali presentes – ou, pelo menos, não da mesma maneira. Havia certamente em jogo implicações ligadas à afiliação ao partido vencedor, que, não me

incidindo, produzia um efeito subjetivo diferente nelas e em mim. Dada a relevância desses eventos, escolho, assim, refletir sobre os elementos que constituem a minha vivência e suas particularidades em relação às das outras pessoas, e o que os nossos afetos nos comunicavam.

Consciente de minha própria trajetória universitária, eu me sentia igualmente contemplado pela vitória do Partido dos Trabalhadores, mas menos tocado do que, por exemplo, aqueles e aquelas do nosso grupo de amigo·a-s vindo·a-s de uma geração anterior. Eram pesquisadores e pesquisadoras que conheceram o Brasil “de antes”, vindos de uma geração que lutou pela construção de uma sociedade na qual poderia ser legítimo falar de temas tabus, tais quais gênero e sexualidade, ou ainda os estabelecer enquanto domínio acadêmico de estudos. Reconheço hoje que foram essas lutas que, em certa medida, tornaram possíveis que esta tese possa ter sido escrita no âmbito dos estudos de gênero, como um campo legítimo de estudos. Aquela vitória tinha um peso diferente para eles e elas, que haviam participado da construção política daquele presente no qual minha geração vivia. O fato de esta geração atual, a minha, ter “chegado” em um momento em que falar sobre gênero estava sob o efeito da moda nos fez “tomar por adquiridas” conquistas que custaram anos de luta. Uma luta empreendida por pesquisadores e pesquisadoras, no interior da lógica institucional da academia e pelos movimentos sociais, que tornou visível e legítimo falar de nossas experiências enquanto LGBTQIA+ como uma problemática de relevância social e científica.

Desde então, as mudanças políticas em nosso país produziram igualmente transformações em meu modo de me implicar politicamente. De 2014, no momento da reeleição de Dilma Rousseff, passando pelo *impeachment* entre 2015 e 2016 e pelo governo de demolição e destroços de Michel Temer, que vai até 2018, até o crescimento do fascismo nas intenções de voto e a sua chegada ao poder na figura de Jair Bolsonaro, nós (uma grande parte dos brasileiros e brasileiras e eu mesmo) fomos impelidos a pensar, agir e sentir politicamente. O contentamento racional que narro durante a comemoração da vitória de Dilma Rousseff não se compara à decepção de quando acompanhei o voto por sua destituição no Senado Federal, quase três anos mais tarde, ou a dor na alma quando acompanhei em *streaming* Bolsonaro subir a passarela na direção do Palácio do Planalto em sua posse. Essa crise recente no âmbito da democracia brasileira, desencadeada por um duplo golpe de Estado, parlamentar e judiciário (Fassin, 2019b), teve de todo modo a potencialidade de nos despertar, de nos sacudir e de nos conduzir a pensar mesmo nossa existência como política.

Como escreveu a filósofa brasileira Márcia Tiburi (2019), em exílio político na França depois da eleição de Bolsonaro, a luta por hegemonia na política não acontece apenas no nível ideológico ou das estratégias discursivas, mas na dimensão dos afetos. Para Tiburi, devemos ter consciência de que a política de hoje é pautada no desejo de dominar os afetos das pessoas, isto é, as emoções não podem ser negligenciadas numa época na qual as pessoas são apenas capazes de suportar as violências, pois foram se habituando ao sofrimento. Bolsonaro e seus acólitos entenderam bem essa lógica quando se prevaleceram da religiosidade para explorar a fé do povo brasileiro mais miserável e capitanear seus votos com um discurso “obscurantista cristão” (Reina, 2019). Assim, se temos consciência de que os afetos e as subjetividades são uma arena privilegiada na qual se trava a luta política, é um imperativo que não os deixemos de lado. É uma ilusão e um “ponto cego” na luta acreditar que o debate político é puramente racional.

É através desse exercício, de pensar os efeitos que engendram a política brasileira dos últimos anos num modo politicamente implicado de construção de si, que desejo dar início a esta tese. Processos subjetivos que se dão na conjuntura das políticas sociais implementadas pelos recentes governos orientados politicamente à esquerda no Brasil. Reitero. Tais políticas possuem um papel fundamental para a existência desta tese e para minha formação como profissional do campo da psicologia e como pesquisador em estudos de gênero. É igualmente importante precisar que esses dois campos do saber informam questões fundamentais à reflexão que desenvolvo aqui, pois, tradicionalmente, os filhos e filhas de famílias com poucos recursos materiais se veem obrigado·a·s a buscar formações que levam a profissões que “dão dinheiro”, para assim complementar a renda familiar mensal. O que impede frequentemente uma formação em ciências humanas e sociais.

A política de bolsas teve também essa função, a de ampliar o campo das possibilidades de escolha, frequentemente tão restrito, por uma formação, principalmente quando se trata de um campo ainda tão marginal na academia como o de estudos de gênero. O que pra mim, designado socialmente como homem gay, em função do meu desejo, torna-se visceral. Em suma, essa pesquisa não teria sido exequível sem as condições materiais que as políticas sociais de educação dos governos Lula e Dilma fomentaram. No que me concerne, homem gay branco, vindo de uma família de classe popular da periferia do Nordeste do Brasil, esta tese representa o resultado de uma série de modos de agenciamento colocados em prática. Tê-la

finalizado significa a possibilidade de continuar a utilizar a “carta” de “homossexual intelectualizado” para produzir uma margem de manobra na negociação contra a violência do preconceito e da discriminação cotidiana.

Uma pessoa do meu núcleo familiar, que vota à direita, disse-me uma vez que os benefícios sociais, na pretensão de serem temporários, tornam-se perenes e que essas políticas de assistência colocam as pessoas em condição de dependência. Eu lhe diria hoje que, ao invés de me colocar numa posição de dependência, as políticas educacionais mencionadas acima me tornaram autônomo e, salvo as devidas proporções, capaz de cuidar de mim mesmo; e como eu, uma parte não negligenciável de brasileiro-as em condições similares (Fagundes, 2019).

A narrativa que construo neste preâmbulo é mais que um posicionamento político, é também uma escolha metodológica. Pois os elementos de contexto aqui descritos, que formam as condições de possibilidades desta tese, engendram efeitos na construção da minha pesquisa e da minha redação. Noutro contexto, outra tese teria sido escrita. Isso mostra que a produção científica não é de modo algum isolada de seu contexto de produção, um pressuposto que vai ao encontro das epistemologias feministas do posicionamento e dos saberes situados, caras ao meu trabalho. Assim, torna-se importante sublinhar que não tenho como pretensão produzir generalizações a partir de minha experiência, mas de pensar esta tese como uma produção situada e, conseqüentemente, parcial e precária (Haraway, 1988).

Evidentemente que todas as histórias das pessoas que viveram este período não se resumem à minha narrativa pessoal, mas sua pertinência habita, em resumo, nos aspectos que descrevo a seguir. Em primeiro lugar, esta parte de minha trajetória se inscreve em uma janela temporal caracterizada por uma importante transição sócio-histórica do tema desta tese – ou seja, as LGBTfobias. Esse período vai da implementação, pela primeira vez, de estratégias de enfrentamento a esse tipo de violência na esfera governamental até a sua mais recente validação, reprodução e banalização pelo chefe de Estado e seus acólitos. Em segundo lugar, esse mesmo período reflete um momento de transformação no contexto social brasileiro no qual jovens pertencentes a minorias (num sentido político) acessam a universidade e alteram profundamente as condições ideológicas de produção de produção do conhecimento, por exemplo, pela expansão do pensamento feminista, feminista negro, pós e decoloniais. Enfim, como mencionado acima, essa postura reflete o alinhamento teórico-metodológico do meu trabalho nesta tese, ou seja, as epistemologias feministas segundo Sandra Harding, Donna Haraway e Patricia Hill Collins.

De uma maneira lamentável, o atual governo brasileiro, segundo a sua própria conveniência e proveito, não visa o investimento numa formação universitária crítica. Ao contrário, como na maior parte dos governos de extrema direita da atualidade, o anti-intelectualismo é mesmo uma bandeira do bolsonarismo (Solano, 2019). O fato de estar revivendo a luta por legitimação e reconhecimento dos estudos de gênero me impulsiona a produzir outra relação com esse domínio de estudos, sua história e construção política. O fato de ter sua “cientificidade” colocada continuamente em questão torna o cuidado com os elementos epistemológicos e metodológicos um imperativo. Encontramo-nos numa posição em que somos convocados a nos provar novamente. A propósito, dedico toda uma parte desta tese a tais aspectos.

As lutas de hoje nos impulsionam à criatividade, e parece-me que isso nos ajudará a reinventar nossos velhos argumentos, sem deixar de reconhecer a sua história. Essa é uma das contribuições que esse trabalho aporta ao campo acadêmico, especialmente à psicologia e aos estudos de gênero: a produção de argumentos científicos desde a posição de subjetividades assujeitadas, o que inclui a do seu autor.

## CRONOLOGIA

DOS PRINCIPAIS  
EVENTOS DO  
*IMPEACHMENT* DE  
DILMA ROUSSEFF

2015

02/12

### DEZEMBRO

No dia 2, Eduardo Cunha (MDB), então presidente da Câmara dos Deputados, aceita o requerimento (formulado pelo ex-vice-prefeito de São Paulo Hélio Bicudo, pelo advogado Miguel Reale Júnior e a advogada Janaina Paschoal) de processar pedido de *impeachment* contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Eduardo Cunha se encontrava ameaçado de perder o seu mandato, pois era investigado por corrupção, no âmbito da operação judicial conhecida como “Lava-Jato”, e quebra de decoro parlamentar, ao ocultar a existência de contas em bancos suíços. Ele aceita o pedido de *impeachment* no mesmo dia em que o Partido dos Trabalhadores publica uma nota informando que não o apoiaria na comissão de ética da câmara que o investigaria.

16/12

Ainda em dezembro, a presidenta Dilma Rousseff e o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, entram cada um-a com uma ação no Supremo Tribunal Federal quanto ao processo de *impeachment*, sendo a primeira para anular os atos de Eduardo Cunha. Contudo, no dia 16 deste mês, o ministro da corte Edson Fachin julgá-la-á improcedente.

2016

17/03

### MARÇO

A Câmara dos Deputados elege, no dia 17, os 65 membros da comissão especial que analisaria o pedido de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, cuja maioria é composta por deputado-a-s do PMDB e do PT.

06/04

### ABRIL

No dia 6, o relator da Comissão de Impeachment, deputado Jovair Arantes (PTB), apresenta um parecer favorável à abertura de um processo por crime de responsabilidade, que será posteriormente aprovado por 38 votos a 27, no âmbito dessa comissão. As acusações contra a presidenta eram: 1. A emissão de 6 decretos de suplementação orçamentária sem aprovação do Congresso, em que ela teria violado o princípio da separação dos três poderes; 2. As chamadas “pedaladas” ou, como ficaram conhecidos, os atrasos nos repasses da União para bancos públicos garantirem o pagamento de benefícios sociais e programas públicos (por exemplo: Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Plano Safra e seguro-desemprego), obrigando-os a avançar os fundos. Isso permite ao governo adiar as despesas de um ano a outro e aliviar artificialmente as contas públicas.

**17/04** No dia 17, em uma votação conturbada e amplamente midiaticizada, a Câmara dos Deputados autoriza, por 367 votos favoráveis e 137 contrários, a continuidade do processo de *impeachment*. A partir daí, o processo é encaminhado para o Senado, que se encarregaria da decisão de instaurar ou arquivar as investigações.

**22-26/04** Entre os dias 22 e 26 deste mês, é instalada a comissão especial de *impeachment* no Senado, formada por 21 senadores e senadoras (entre elas, por exemplo, a senadora Gleisi Hoffmann do PT e Cássio Cunha Lima do PSDB), presidida por Raimundo Lira (PSD), e cujo relator seria Antonio Anastasia (PSDB). A Comissão de Impeachment do Senado inicia seus trabalhos no dia 28 desse mês.

## MAIO

**04/05** No dia 4 deste mês, no âmbito da Comissão de Impeachment no Senado, o relator Antonio Anastasia apresenta parecer favorável à abertura do processo e obtém aprovação de sua proposição por 15 votos a favor e 5 contra. A posição da comissão passa então a ser a mesma de Anastasia.

**05/05** No dia 5 de maio, Eduardo Cunha é afastado do cargo pelo Supremo Tribunal Federal devido às acusações de corrupção e lavagem de dinheiro. O substituto de Cunha, Waldir Maranhão, assume, assim, a presidência da Câmara dos Deputados interinamente.

**09-10/05** Entre os dias 9 e 10, o governo entrará com novo recurso no Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que será negado pelo ministro da corte Teori Zavascki.

**12/05** No dia 12, a Comissão de Impeachment no Senado aceita as acusações, com 55 votos favoráveis e 22 contrários, e instaura o processo de *impeachment* propriamente dito. No mesmo dia, Dilma Rousseff é afastada do mandato por 180 dias, até o julgamento final pelo Senado, e o vice-Presidente Michel Temer é notificado a assumir a presidência interinamente. “Fora Temer” torna-se o bordão de ordem daqueles que não reconhecem a legitimidade de seu governo e de todos que se posicionam contra o “desmonte” das políticas sociais dos últimos 13 anos.

**23/05** No dia 23 de maio, vazam áudios de conversas entre o senador Romero Jucá e o ex-senador Sérgio Machado, em que ambos tratam de “um grande acordo nacional” para “botar o Michel [Temer]” e “estancar essa sangria”, referindo-se às investigações da “Operação Lava-Jato”. Tal acordo, segundo esses diálogos, envolveria inclusive o Supremo Tribunal Federal. A tese de um “golpe de estado” ganha, assim, respaldo. Um trecho da transcrição desse áudio pode ser visto abaixo:

*Sérgio Machado: “É um acordo pra botar o Michel, num grande acordo nacional.”*

*Romero Jucá: “Com Supremo, com tudo.”*

## JUNHO

**14/06** No dia 14 deste mês, o Conselho de Ética da Câmara aprova o parecer pela cassação do mandato de Eduardo Cunha, que já estava afastado da presidência da Câmara dos Deputados.

## AGOSTO

02, 04, 10 / 08

No dia 2 de agosto de 2016, o Senador Anastasia apresenta seu relatório final pelo impedimento da presidenta, que será votado e aprovado, dia 4, no âmbito da Comissão de Impeachment no Senado e, dia 10, no plenário. A presidenta Dilma Rousseff vai a julgamento.

29 / 08

No dia 29, a presidenta presta depoimento no Senado, com um discurso de 46 minutos, em que classifica o processo de *impeachment* como um “golpe de estado”.

31 / 08

Dois dias seguintes, em 31 de agosto de 2016, acontece a votação no Plenário do Senado e Dilma Rousseff tem o mandato cassado, por 61 votos favoráveis e 20 contrários, sendo definitivamente afastada do cargo. Ela terá, no entanto, seus direitos políticos de candidaturas futuras preservados.



## A capacidade de agir dos saberes

Uma produção científica engajada como ferramenta política de contestação

PAR  
TE  
01

foto: Mário Pizzi

## CAPÍTULO 1

### Uma “ideologia” que não se assume

*“A pretensa neutralidade científica é uma postura política”*

Elsa Dorlin<sup>26</sup>

*“Falar não é jamais neutro”*

Luce Irigaray<sup>27</sup>

A redação deste capítulo se desenvolve nos dias posteriores à, e é mobilizada pela, posse do novo presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro (PSL). Esse evento do cotidiano (no sentido de concretude e não de banalidade) é nomeado aqui, pois testemunha sobre um contexto histórico singular que, de um lado, toca particularmente esta tese e a minha experiência como seu autor e, por outro, situa-nos e nos constitui.

Além disso, esse episódio aponta elementos empíricos – principalmente no que concerne ao discurso do novo chefe do poder executivo nos momentos seguintes da tomada de posse – que nos permitem reposicionar no presente os postulados de teóricas das epistemologias feministas que, a fim de contestar a pretensa objetividade e neutralidade como fundamentos da produção científica do conhecimento, propõem uma ciência engajada e produzida politicamente. Desse modo, sem a pretensão de uma descrição exaustiva, busco retratar seus elementos contextuais que considero mais relevantes.<sup>28</sup>

Era a primeira vez, desde o período de redemocratização brasileira pós-ditadura militar (1964-1985), que um chefe de estado de extrema-direita tinha sido eleito através do sufrágio popular. Essa cerimônia marcava um capítulo da história. Ela colocava em cena, por metáfora, uma peça de múltiplos gêneros; uma tragédia, para os e as que experimentavam uma forte preocupação pelo futuro dos direitos humanos no país, e também uma pantomima, indo da comédia ao patético, para os e

<sup>26</sup> Ver: Dorlin (2008, p. 20)

<sup>27</sup> Ver: Irigaray (1985)

<sup>28</sup> As solenidades da cerimônia de posse foram amplamente midiaticizadas em diversos canais de comunicação nacionais. Após tê-las acompanhado ao vivo em um site de hospedagem e compartilhamento de vídeos *online*, escolhi como fonte principal de informações o site do jornal de ampla circulação nacional, conhecido por ter denunciado um sistema de corrupção no âmbito do financiamento da campanha do atual presidente, a Folha de São Paulo. Cf. <https://www.folha.uol.com.br/>.

as que não o levavam a sério. Havia também alguns e algumas que se alegravam. De uma maneira ou de outra, um grande drama.

Essa composição dramática se desenvolve em vários atos durante o dia primeiro de janeiro de 2019, em Brasília, capital nacional e sede da administração pública brasileira. Desde a manhã, encontravam-se no local pessoas portando camisetas, bonés e broches estampados com a foto do, ou com frases de apoio ao, seu novo presidente, mas também ao juiz e futuro ministro da justiça, Sérgio Moro, e, em número menos expressivo, ao seu vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB). Predominava o verde e amarelo, as cores da bandeira do Brasil apropriadas pela “nova direita” como um símbolo de um nacionalismo exacerbado.

A presença massiva da polícia e das forças armadas era igualmente notada. O contraste com aquela dos seus predecessores e predecessora era nítido. Uma visível demonstração ostentadora de poder. Sob pretexto da ameaça de um atentado, até mesmo atiradores de elite foram posicionados na extensão do trajeto por onde passaria o carro oficial. Jair Messias Bolsonaro teria recebido um golpe de faca, durante uma atividade de campanha eleitoral no estado de Minas Gerais. Um episódio cuja veracidade foi largamente questionada. Seus opositores e opositoras viam o fato com desconfiança, vista a forma como foi hiper-mediatizado durante o período que antecedeu a votação do primeiro turno, o que o fez crescer significativamente nas pesquisas de intenção de voto. Além disso, é importante lembrar que, até aquele dia, Bolsonaro não havia ainda apresentado as faturas de suas despesas hospitalares ao seguro saúde da câmara dos-as deputados-as, com as descrições do seu tratamento, o que despertou a curiosidade e a desconfiança da mídia e de sua oposição.

Os-as jornalistas presentes publicavam ao vivo declarações que deploravam a conduta da polícia e das forças armadas durante o controle das mochilas e dos partidários do presidente eleito, enquanto estes bradavam contra aqueles-as frases hostis como “comunistas” ou “jornalismo de araque”. O desprezo de Bolsonaro contra a imprensa foi mostrado desde a campanha. Realizando vídeos em difusão direta nas redes sociais, ele se esquivou constantemente do contato direto com a mídia. Ele também não compareceu a nenhum debate na televisão realizado entre o primeiro e o segundo turno. De qualquer forma, seria de fato uma tarefa consideravelmente difícil defender seu limitado plano de governo, tendo em vista sua falta geral de habilidade oratória e sua incapacidade de apresentar uma linha argumentativa aos seus propósitos, sem correr o risco de aumentar o seu repertório de declarações polêmicas de cunho discriminatório e de atestar ao vivo sua incompetência.

De outro modo, o envio massivo de mensagens de texto financiado por empresas privadas foi um recurso largamente utilizado, o que fez de Bolsonaro alvo de escândalos, tendo em vista que essa é uma prática ilegal, segundo a lei eleitoral brasileira. É importante precisar que o conteúdo dessas mensagens, falsas notícias (*fake news*) repercutindo distorções de questões tabus como a “ideologia de gênero” e o “kit gay”, situavam tanto seu adversário e adversária principais, Fernando Haddad (PT) e Manuela d’Avila (PC do B), como questões de gênero e sexualidade no centro de fortes controvérsias morais.

A cerimônia de posse aconteceu no início da tarde e durou cerca de cinco horas. Jair e Michelle, o casal Bolsonaro, percorreram as ruas de Brasília no carro oficial. Em um Rolls Royce dado de presente a Getúlio Vargas, em 1953, pelo magnata da imprensa Assis Chateaubriand, e que é utilizado em posses e eventos oficiais desde então. O que não era esperado foi a presença de um dos filhos de Jair Messias, o vereador Carlos Bolsonaro, sentado no banco de trás do veículo.

Recebido pelos então presidentes da câmara dos-as deputados-as Rodrigo Maia (DEM), reeleito semanas depois, e do senado, Eunício Oliveira (MDB), substituído mais tarde pelo “bolsonarista” Davi Alcolumbre (DEM-AP), Bolsonaro tomou posse às 15h em sessão plenária. Ele fez então seu primeiro discurso, do qual falaremos abaixo. Uma sessão que foi boicotada pelos partidos de esquerda, num ato de contestação ao governo de extrema-direita. Na esteira de quaisquer pronunciamentos, Sr. Mourão, o vice-presidente recém-empossado, discursou num tom de voz particularmente inadequado à ocasião, tão forte que se assemelhava a um líder religioso num sermão bradado numa igreja neopentecostal ou de um militar para sua tropa.

Posteriormente, no Palácio do Planalto, sede e local de trabalho do chefe de Estado, situado ao norte da Praça dos Três Poderes em Brasília, Bolsonaro foi acolhido por seu impopular predecessor Michel Temer (PMDB), de quem ele recebeu a faixa presidencial. Michelle Bolsonaro, trajando um vestido rosa claro, uma cor emblemática do modelo caricaturado de mulher delicada e frágil, fez seu discurso na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Se, por um lado, buscou promover a igualdade utilizando a língua das pessoas surdas, ela não contava como que seu marido assinaria um decreto no dia seguinte extinguindo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que se ocupava das políticas e programas direcionados a essa população. Bolsonaro faz, então, o seu segundo discurso, ao qual retornarei após essa contextualização.

Em seguida, no Salão Nobre do Planalto, ele dá posse aos seus vinte e dois ministros e ministras. Essa equipe foi formada de, por um lado, vinte homens, incluindo sete militares e Sérgio Moro como Ministro da Justiça, sem o qual Bolsonaro não poderia se eleger – visto que, enquanto juiz, ele foi o responsável pela condenação do principal adversário de Jair Bolsonaro, impedindo-o de participar da corrida presidencial, Luis Inácio Lula da Silva (PT). Por outro lado, compunham também esse grupo não mais que duas ministras, dentre as quais a pastora evangélica ultraconservadora, Damares Alves, pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A mesma que protagonizou diversas polêmicas envolvendo contraditoriamente temas caros ao seu ministério, como, por exemplo, o direito das mulheres de decidirem pelo seu próprio corpo quando envolve o tema do aborto, ao qual a ministra é contrária, mesmo em casos de estupro, e os direitos de pessoas LGBTQIA+.

O protagonista dessa posse é o sexagenário Jair Messias Bolsonaro, um político de extrema direita, abertamente nostálgico da ditadura militar brasileira. Ele se faz ilustrar por declarações sexistas, racistas, mas também LGBTfóbicas. Desde suas primeiras aparições públicas e mesmo durante a campanha presidencial, ele se coloca em cena como uma figura excêntrica, que “diz o que pensa”, “sem filtro”. Não é à toa que seus opositores o chamam jocosamente de “Bozo”, um personagem fictício americano vestido em *clown* que se torna célebre no Brasil por uma versão do seu programa de televisão exibida nesse país entre 1980 a 1991. O repertório de pseudônimos para nomear esse político esdrúxulo é vasto: de “o coiso” a “aquele-que-não-pode-ser-nomeado”.

Ele representa o papel daquele “homem branco furioso” (*angry white men*), para utilizar o termo do sociólogo Michael Kimmel (2013), que vocifera contra as minorias políticas, para lhes colocar em “seus lugares”, mas também para reintroduzir no centro do poder a identidade que ele pretende representar. Também não é sem motivo que ele seja designado pela mídia internacional como o “Trump dos trópicos”. De certa maneira a comparação com o presidente americano Donald Trump, por quem o novo presidente brasileiro confessa ter admiração, me parece pertinente. O exemplo de Trump e, na analogia que emprego aqui, de Bolsonaro, ilustra esse movimento de reação contra as mudanças sociais caracterizado pela emancipação das minorias políticas, qualificado por Marie-Cécile Naves (2018) como “a revanche do homem branco”.

De acordo com essa autora, a obsessão desses “homens brancos furiosos” é aquela, frequentemente situada no centro de seus projetos políticos, do reestabelecimento de

um modelo de sociedade construído sobre o fulcro da masculinidade; mas não qualquer uma. A masculinidade valorizada nesse contexto é aquela que carrega os atributos de sua representação hegemônica (Connell, 2014): um homem branco, heterossexual, virilizado, pouco escolarizado (ou portador de um saber prioritariamente técnico ao intelectual), desprovido de afetividade e, particularmente no caso brasileiro, militarizado. Essas figuras políticas emblemáticas manejam com a retórica da crise da masculinidade<sup>29</sup>, a fim de obter vantagens no debate público. Porque estimam esse modelo de masculino ameaçado, irão se esforçar de reafirmá-lo. A maneira como o incarnam é, contudo, exagerada, teatralizada e caricaturada.

No contexto brasileiro, essa representação encontra ressonância no jargão do “cidadão de bem”. O termo, quanto à historiadora Linda Gordon (2017), recupera o título do periódico *Good Citizen*, publicado nos Estados Unidos entre 1913 e 1933 pela líder religiosa radical Alma White<sup>30</sup>. Nas palavras de Bolsonaro, a palavra é utilizada como um eufemismo de referência a uma parte da população que, em tese, alinha-se com os valores tradicionais da moral cristã, mas que supostamente perdeu seu espaço na sociedade (leiam-se privilégios), a contrassenso da obtenção ou extensão de direitos às mulheres, aos LGBTQIA+, ao·às negro·as e às pessoas de classes populares. No entanto, é sabido que essa estratégia discursiva visa satisfazer o quinhão conservador de seu eleitorado e a bancada parlamentar evangélica ligada ao “lobby da bíblia”<sup>31</sup> no congresso nacional.

O “cidadão de bem” do bolsonarismo, “trabalhador”, reclama igualmente o direito ao porte de armas de fogo, sob o pretexto da autodefesa contra a ameaça do “bandido”, “vagabundo”. Uma bipolarização reforçada pelo discurso de seu representante. É importante lembrarmos que à ocasião de um dos debates anteriores ao primeiro turno do processo eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro afirmou que “o cidadão de bem foi

---

29 Sobre a retórica da crise da masculinidade como estratégia antifeminista ver, por exemplo, Silva (2006), Audoin-Rouzeau, Baecque, e Bard (2011) e Dupuis-Déri (2012).

30 “Alma Bridwell White (1862-1946) foi uma pastora, bispa metodista estadunidense e fundadora da Igreja da Coluna de Fogo (The Pillar of Fire Church). Conhecida por suas posturas antissemitas e racistas, ela declarava constante apoio à organização supremacista branca Ku Klux Klan, no âmbito de seu periódico mensal *Good Citizen*.”

31 O “lobby da bíblia”, que agrupa representantes de igrejas evangélicas ultraconservadoras, bem como o “lobby do boi”, constituído de proprietário·a-s de terras, pecuaristas e defensore·a-s do agronegócio, mas também o “lobby da bala”, formado pelos militares e pelos adeptos da flexibilização da legislação que versa sobre o porte de armas de fogo, formam juntos o influente lobby do “BBB”. Ou seja, o pseudônimo dado às alianças de pressão entre parlamentares que defendem os interesses comuns aos grupos que eles e elas representam no Congresso Nacional brasileiro. São também chamadas de bancadas, como, por exemplo, a “bancada evangélica”.

desarmado pelo referendo de 2005<sup>32</sup>, mas o bandido continuou bem armado”.

A ameaça ganha forma numa estratégia discursiva que dissimula jogos de classe e raça, que opera pela oposição e pela aniquilação. Pela oposição, pois o “bandido” é descrito frequentemente como aquele da “favela”, com frequência negro e pobre; raramente é descrito como aquele do “parlamento”, frequentemente branco e afortunado, envolvido em esquemas de corrupção e “lavagem de dinheiro” (a menos que seja de esquerda). De aniquilação, à medida que esse discurso cala vozes dissonantes, em muitos casos seus efeitos operam de forma concreta. É importante lembrarmos a frase “bandido bom é bandido morto”, do ex-deputado Luiz Carlos Alborghetti (que viveu entre 12 de fevereiro de 1945 e 9 de dezembro de 2009) e dita amiúde por Bolsonaro.

Embora a violência letal atinja de fato números históricos no Brasil, como mostra a pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Atlas da Violência 2018 (Cerqueira et al., 2018), parece contraditório nesse contexto propor uma intervenção que vise flexibilizar a regulamentação sobre a utilização do porte de armas. A antilogia é facilmente explicada quando levados em conta os jogos políticos internos. Basta considerar que esse governo empossado no primeiro de janeiro de 2019 já expressa seu apoio a um dos principais grupos de seus acólitos, (i.e) a indústria de armas e munições representados no parlamento pela alcunha de lobby ou bancada “da bala”.

Contudo, a dinâmica é mais complexa que a oposição nítida entre o “cidadão de bem” (homem, branco, heterossexual, rico) e o “outro” (mulher, negro-a, LGBTQIA+, classe popular) e pode funcionar no entrecruzamento de múltiplos desses marcadores sociais. Eliane Brum (2019) nos dá alguns exemplos dessa articulação. Por um lado, comparável à polarização sugerida acima, a jornalista sinaliza o exemplo do casal de classe média alta (majoritariamente branco), que não pode mais contratar uma empregada doméstica (com frequência negra), pois essa não aceita mais prestar os seus serviços sem um contrato de trabalho acompanhado de todos os direitos a ele inerentes. Brum cita também de maneira análoga o exemplo clássico da violência de gênero, em

---

32 O “referendo de 2005” perguntou à população brasileira se o art. 35 da lei 10.826/2003, conhecida como lei do desarmamento, deveria ser rejeitado ou aceito. Se ele fosse aceito, o comércio de armas de fogo deveria ser proibido no Brasil. Contudo, apesar da ampla campanha das mídias e do então presidente Luís Inácio Lula da Silva para a aprovação desse artigo e a interdição do mercado de armas, ele foi rejeitado com 63,94% dos votos, e o comércio de armas de fogo, autorizado no Brasil. Por outro lado, toda a “lei do desarmamento”, uma das mais restritivas do mundo, continuou em vigor. Mais uma vez, Bolsonaro utilizou a referência incorreta, pois, para que ele pudesse manter a coerência com seu próprio argumento, ele deveria mencionar a lei 10.826 de 2003, e não o referendo de 2005.

que o homem agressor viril é confrontado pela Lei Maria da Penha<sup>33</sup>, no caso em que as vítimas são as mulheres, ou constrangido pela visibilidade e pela possível denúncia, quando se trata de insultos ou agressões de cunho LGBTfóbico. Por outro lado, Brum atenta para o paradoxo do homem pobre, seja branco ou negro, para quem humilhar homossexuais e mulheres pode ser o único indício de superioridade que lhe resta, após enfrentar diariamente jornadas de trabalho extenuantes e mal pagas.

Em síntese, trata-se de um movimento reacionário de reabilitação de um modo de funcionamento social que favorece o interesse de grupos dominantes, reiterado por esses personagens políticos na figura emblemática – mas nem sempre encarnado no corpo – do homem-branco-heterossexual-viril de classe social abastada. Em nosso exemplo, a fórmula “governo bolsonaro”, em minúsculo, traz consigo mais pessoas que o nome próprio Bolsonaro. O primeiro não se reduz à individualidade do segundo, mesmo se o segundo personifica o primeiro.

Na ocasião do seu primeiro discurso proferido durante a solenidade da posse, no Congresso Nacional, o parlamento bicameral brasileiro, Bolsonaro convoca deputado-a-s e senadore-a-s a apoiá-lo na “missão” de “restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”. Ele promete “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”. Ele insiste na sua pretensa missão contra “ideologias nefastas”, “que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido”.

Suas declarações repercutiram sob a forma de severas críticas, que destacavam sua mediocridade. É o caso da mídia brasileira, na qual seu discurso foi qualificado,

---

33 A lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, promulgada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, cria mecanismos a fim de coibir a “violência doméstica e familiar contra as mulheres”, seguindo recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Essa lei recebeu o nome de Lei Maria da Penha, sendo amplamente conhecida no Brasil por esse nome, em decorrência do caso, internacionalmente referido, de violência sofrido por Maria da Penha Maia Fernandes (nascida em 1945 em Fortaleza, CE). Ela foi vítima de duas tentativas de assassinato, que a deixaram paraplégica. O agressor, seu marido, foi condenado apenas 19 anos depois de ter cometido os crimes. Além disso, ele cumpriu somente 2 anos de pena, dos 6 aos quais ele foi condenado. O caso foi, em seguida, julgado novamente pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e, pela primeira vez, esse tipo de crime foi caracterizado como “violência doméstica”. Desde então, uma extensa bibliografia científica tem sido produzida dedicando-se ao estudo dessa lei como um fenômeno complexo – analisado desde a perspectiva de diversas disciplinas e áreas do conhecimento; de múltiplas atrizes e atores implicados; e de instituições que atravessam sua concepção, aplicação e efeitos. Eu citaria como exemplo, por se tratar de um trabalho produzido por uma pesquisadora pernambucana e no âmbito da Psicologia Social, a tese de Jullyane C. B. Brasilino (2014).

por exemplo, como “um resumo de tweets”<sup>34</sup>. Essa foi uma referência ao excesso de reatividade do novo presidente nessa rede social, bem como à similaridade da linguagem virulenta que ele emprega na sua comunicação com seus e suas simpatizantes por essa via. Eu acrescentaria a essa crítica o conteúdo clichê e vazio de suas afirmações, semelhantes nessas duas vias de comunicação, na Internet, mas também no seu discurso de posse.

Além disso, colocando-se no lugar daquele vindo para “salvar o Brasil”, ele vive seu delírio hipomaniaco de teor messiânico, que seduziu uma horda de admiradore-as religioso-as. Ele acena tanto para aliado-as evangélico-as como para os-as mais conservadore-a-s, mencionando “Deus”, o do cristianismo, seis vezes no seu primeiro discurso e sete durante o segundo.

Querendo “salvar” o Brasil do “socialismo”, das “ideologias nefastas” e o “politicamente correto”, Bolsonaro coloca em prática a estratégia maniqueísta – de fabricar a oposição entre os inimigos do bem comum (“eles”), mas que diz respeito unicamente aos interesses do grupo análogo (“nós”) – que caracteriza os líderes de movimentos populistas de direita e de extreme direita, que vimos retomar a sua força no início dos anos 2010 (Fassin, 2019a). Por exemplo, a “ameaça comunista” foi vista até mesmo na cor do tecido que recobria as cadeiras do Palácio da Alvorada, a residência oficial do-a presidente-a brasileiro-a. A medida que mais repercutiu no seu terceiro dia de mandato foi aquela que exigia a troca das cadeiras de tecido vermelho por outras de tecido azul.

Afim de recrutar aliado-as para combater esses “inimigos”, o messias brasileiro ressucita o autoritarismo e a truculência que marcaram o nosso passado colonial e escravagista e que assombam o nosso presente (Miskolci, 2012; Schwarcz, 2019). Marcas da fundação da nossa nação tal como a conhecemos hoje, deixadas pelo genocídio dos povos nativos e pela escravidão, e que continua no dia a dia das pessoas negras, pobres, indígenas e das minorias sexuais e de gênero, como mulheres e LGBTQIA+. Uma lista extensa e que poderia ser ampliada.

Não tendo, todavia, o projeto de fazer uma análise de discursos das suas falas nos eventos, mas de utilizá-los como exemplo, eu me recentro nas minhas reflexões sobre a relação entre as práticas sociais, a política e a produção do saber científico. O que, do meu ponto de vistam, fica exposto nos seus discursos, primeiramente, pelo

---

34 Ver Gielow, I. (2019, janeiro 1). Discursos de Bolsonaro são coleção de tuítes temperada com messianismo. Folha de São Paulo [online]. Recuperado de <https://folha.com/rk18oy4j>

uso do termo ideologia; em segundo lugar, pelo próprio caráter ideológico de seu discurso e, em terceiro lugar, pela dissimulação desse segundo tópico num ponto de vista pretensamente universal e neutro.

Primeiramente, se Bolsonaro afirma amiúde que ele pretende “limpar a nação do lixo marxista”, em referência a um socialismo (utilizado às vezes como sinônimo de comunismo) que pesquisadores·a·s afirmam jamais ter realmente existido no Brasil, ele utiliza um o termo “ideologia” num sentido adjacente ao que foi utilizado por Karl Marx (em colaboração com Friedrich Engels)<sup>35</sup>. Isto é, na acepção de algo contra o qual deveríamos lutar, um perigo ou um mal. Do ponto de vista do novo presidente brasileiro, as ideologias são nefastas, porque tornam “os brasileiros submissos”<sup>36</sup>.

Mais do que ignorância, o equívoco entre a crítica feita ao filósofo e ao uso do termo de acordo com a sua apreensão aparece como uma estratégia. Tenho dúvidas que o ex-capitão do exército brasileiro tenha domínio das teorias marxistas. Sou mais inclinado a pensar que seu uso vulgar do termo visa reafirmar a estratégia que angariou seguidores e ajudou a elegê-lo. O que não anula o fato, todavia, que seu próprio discurso se mostre ideológico. Ocupando a centralidade de sua fala, as palavras “ideologia”, “ideólogo” e “ideológico” são utilizadas nove vezes nos dois discursos do primeiro de janeiro.

Segundo o filósofo Georges Labica (1999), as palavras “ideologia” e “ideólogo” são forjadas inicialmente pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, em 1796, que as desenvolve no âmbito dos cinco volumes de sua obra *Elementos de ideologia* (*Éléments d'idéologie*, 1804-1815). Para Destutt de Tracy, esses termos são usados para designar uma “ciência das ideias” que, em ruptura com a então teoria da “psicologia racional”, segundo a qual as ideias fornecem os pressupostos para interpelar a realidade empírica. Marx, que havia lido *Elementos de ideologia* de Destutt de Tracy, e Engels recuperam o termo na obra *A ideologia alemã* (*Die deutsche Ideologie*), que redigem juntos entre 1845 e 1846. Em Marx e Engels, a ideologia se dissocia de um entendimento generalista, esse de “ciências das ideias”, em que não há necessariamente um julgamento de valor sobre a sociedade, para se atrelar às ideias de uma classe dominante<sup>37</sup>, legitimando

---

35 Ver Karl Marx e Friedrich Engels (1988).

36 Tendo em vista que ele generaliza sempre no masculino e não cita as mulheres no seu discurso, eu não uso a escrita inclusiva nesse trecho e em outros em que cito suas falas diretamente.

37 Na crítica de Marx e Engels, são, por exemplo, “a ideologia ‘da fraternidade’, a ideologia ‘republicana’, a ideologia remanescente de 1789 em 1948 [*As lutas de classes na França* (Marx, 2012)]; as ‘ideias napoleônicas’ que explicitam a adesão dos camponeses pequenos proprietários de terra [*paysans parcellaires*] ao Segundo Império.” (Labica, 1999, p. 567).

suas práticas e estabelecendo o ideal que situa essa classe como a classe dominante<sup>38</sup>. Em suma, estreitamente ligada à alienação e à luta de classes, pois ela preserva sua relação desigual, a ideologia adquire esse sentido “nefasto”, se torna algo a ser combatido.

Em segundo lugar, Bolsonaro ataca a ideologia utilizando um discurso evidentemente ideológico. Isso e é perceptível, por exemplo, na generalização da posição de onde ele fala. A ideologia funciona pelo mecanismo da universalização. O interesse suposta classe dominante deve ser apresentado como interesse coletivo, ou, (segundo minha tradução:) “para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar ao seu pensamento a forma do universal”<sup>39</sup> (Labica, 1999, p. 565).

De acordo com a análise do filósofo brasileiro Mauro Iasi, é a apresentação do que é particular como universal, i.e., a burguesia (e, guardadas todas as proporções, o “cidadão de bem” brasileiro, na voz do seu representante eleito) apresentando, por exemplo, sua forma de Estado como O Estado, seu modelo de família como A família (Iasi, 2014). Nesse sentido, parece-me também razoável adicionar que o saber dos grupos dominantes se torna igualmente A produção intelectual legitimada. Esse processo é claramente apresentado nos propósitos do discurso bolsonarista, principalmente no fragmento no qual ele deseja “liberar” o Brasil das “ideologias que destroem [seus] valores e tradições, [suas] famílias, o fundamento [dessa] sociedade”.

Em terceiro lugar, ainda que ele seja notoriamente ideológico, essa será uma ideologia que não se assume. “O descolamento da ideologia encontra aí o seu princípio” (Labica, 1999, p. 565, segundo minha tradução). Essa despersonalização da ideologia dos/as dominantes é a base da universalização do seu pensamento, pois ela não representaria seus próprios interesses, mas “a realidade”. A ideologia funciona, assim, como uma forma de consciência que oculta e impede que as determinações sejam percebidas (Iasi, 2014).

Talvez Bolsonaro não tenha nem mesmo consciência disso e creia realmente em tudo o que ele diz. Talvez não. Talvez tudo isso seja a mais pura manipulação. Essa não é, todavia, a questão, i.e., de ter ou não consciência, pois “a consciência individual

---

38 Dizendo de outra maneira: “a ideologia não é de forma alguma um reflexo passivo, mas uma formação ativa colocada em secreto pela classe. Pois uma ideologia se refere sempre a uma classe e serve a uma classe. Contudo, a classe é ao mesmo tempo inscrita no processo de produção e inscrita na ideologia; o que quer dizer que ela se representa (qualquer que possa ser a modalidade desta representação) na ideologia sua própria relação ao processo.” (Labica, 1999, p. 567).

39 “...pour exprimer les choses sur le plan des idées : cette classe est obligée de donner à ses pensées la forme de l'universalité.”

não é a arquiteta dessa superestrutura ideológica” (Bakhtine, 1977, p.31, segundo minha tradução)<sup>40</sup>. De uma maneira ou de outras, são os efeitos desse discurso que nos concernem. Em outras palavras, não se trata de falar de intencionalidade, pois a ideologia excede a consciência de quem fala, ou quem reproduz sua lógica em suas práticas. Ela está dissimulada na idéia de que existe uma verdade pré-discursiva ou antes de qualquer prática.

Essa retórica da neutralidade dissimula os propósitos ideológicos de quem fala. Ela também impede a identificação da materialidade de seu corpo. Havendo, contudo, um corpo, ele se torna intangível, até mesmo invisível. Presume-se que não tenha atributos de cor nem de sexualidade nem de sexo. Submetido, todavia, ao crivo do gênero, da raça e da sexualidade (sem esquecer os seus entrecruzamentos com as questões de classe), o discurso da neutralidade se mostra falacioso, pois é sempre proferido por seres sexuados, racializados e desejantes.

Como notaremos, neutralidade é uma produção masculina (o que não quer dizer sempre “de homens”). Sendo frequentemente uma produção masculina (sem que seja necessário acrescentar branca e heterossexual), o discurso da sabedoria dissimula um gênero neutro. Contudo, “essa evidência, ao mesmo tempo imediata e inscrita em toda nossa tradição, parece dever ficar oculta, funcionar como um ponto radicalmente cego de entrada do sujeito no universo do falar”, como indica a linguista e filósofa feminista belga Luce Irigaray (1985, p. 281, segundo minha tradução). Essa autora nos oferece quaisquer precisões sobre esse jogo discursivo de dissimulação, na passagem que traduzo abaixo:

A questão da sexuação do discurso nunca, paradoxalmente, foi colocada. O homem como animal dotado de linguagem, como animal racional, foi sempre representado como o único sujeito do discurso possível, o único sujeito possível. E *sua* língua aparece como o universal ele mesmo. O(s) modo(s) de predicação, as categorias do discurso, as formas de julgamento, o império do conceito... Jamais foram interrogados como determinados por um ser *sexuado*. Se a relação do sujeito falando com natureza, com o objeto dado ou fabricado, com Deus criador, com outros seres intramundanos foi questionada nas diferentes épocas da história, que se tratasse ainda e sempre

---

40 *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris, Ed. de Minuit, 1977, p. 31; citado por Labica (1999, p. 565).

de um universo ou mundo *do homem*, este *a priori* jamais apareceu, nem aparece ainda, como devendo ser colocado em questão. Uma lei perpetuamente desconhecida prescreve todas as realizações de linguagem(ns), toda produção de discurso, toda constituição de língua, de acordo com as necessidades de uma perspectiva, de um ponto de vista, de uma economia: a do homem, supostamente representando o gênero humano.<sup>41</sup> (p. 281, grifos da autora).

A linguagem universal do masculino dissimula sua intangibilidade. Tem seu corpo desintegrado em mais de um milhão de partes. Difuso, ele é ao mesmo tempo por toda parte e em lugar algum; o que lhe permite não ser o alvo de qualquer forma de contestação que seja. Desprovida de pontos de referência materiais de sexo, raça, classe ou sexualidade, a voz que pronuncia “a verdade” provém de um vazio não identificável. É o que Donna Haraway (1988) – uma referência incontornável do pensamento feminista norte-americano – evocou memoravelmente como o *God trick*, ou “truque mítico de deus”, para preservar a tradução de Marisa Corrêa em Haraway (1995, p. 19). Isto é, a pretensão do sujeito conhecedor de se colocar como um agente transcendental que fala autoritariamente de tudo no mundo, sem falar de nenhuma posição ou ponto de vista humano que seja. O truque (*trick*) reside também no fato de ver sem ser visto. A possibilidade de produzir enunciados com efeito de verdade, sem ser localizado, é um atributo imputado apenas a Deus, ou ao homem, feito à sua imagem e semelhança.

O *God trick* bolsonarista é colocado em jogo num duplo movimento. Por um lado, ele performa uma onipotência, à medida em que afirma ter vindo para “salvar” o Brasil dos seus inimigos. De outro, num sentido mais próximo da metáfora de Haraway, ele performa sua suposta onisciência, pois suas elucubrações ambicionam o status de verdade, a divina e incontestável, pois, não se assumindo em sua própria ideologia, ele busca a universalização de seu julgamento. Tendo dito isso, recusar reconhecer o seu caráter ideológico de suas afirmações é uma postura que engendra igualmente efeitos políticos. No caso brasileiro, trata-se principalmente de um

---

41 Citação original: “*Le problème de la sexuation du discours ne s’est, paradoxalement, jamais posé. L’homme comme animal doué de langage, comme animal rationnel, a toujours représenté le seul sujet du discours possible, le seul sujet possible. Et sa langue apparaît comme l’universel même. Le(s) mode(s) de prédication, les catégories du discours, les formes de jugement, l’empire du concept... n’ont jamais été interrogés comme déterminés par un être sexué. Si le rapport du sujet parlant à la nature, à l’objet donné ou fabriqué, au Dieu créateur, aux autres êtres intramondains a été questionné aux différentes époques de l’histoire, qu’il s’agisse là encore et toujours d’un univers ou monde de l’homme, cet a priori n’est jamais apparu, n’apparaît pas encore, comme devant être mis en cause. Une loi perpétuellement méconnue, prescrit toutes réalisations de langage(s), toute production de discours, toute constitution de langue, selon les nécessités d’une perspective, d’un point de vue, d’une économie : celles de l’homme, supposé représenter le genre humain.*”

retrocesso no sentido de um projeto masculino de sociedade, o qual menciono acima.

Como havia evocado anteriormente, esse projeto político representa mais do que os delírios e desejos de um homem no poder: trata-se da tentativa do reestabelecimento de um projeto político masculino (quer seja representado por um homem ou uma mulher), cujo propósito é senão um, o de manter ou restaurar uma determinada ordem. Não podemos esquecer que tanto homens quanto mulheres aderem a esse projeto político. É o caso, por exemplo, no Brasil, da ministra Damares Alves, pastora evangélica do clã ultraconservador do novo governo. Designada para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares coleciona numerosas declarações contra os direitos de minorias políticas, como contra mulheres e pessoas LGBTQ+, não sendo condizentes ao desenho de sua pasta.

Desde o anúncio de Damares Alves para o cargo, as mídias brasileiras resgataram as declarações que ela havia feito enquanto líder religiosa. É o caso, por exemplo, de quando, na ocasião do dia internacional pelo direito das mulheres, em 2018, poucos meses antes de sua nomeação, Damares declara durante uma entrevista que “a mulher nasceu para ser mãe, seu papel mais especial, e dizer que elas estão em guerra com os homens é uma lorota feminista”<sup>42</sup>. A atual ministra é também contra o aborto, ou Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), em todos os casos, mesmo naqueles em que a lei brasileira o autoriza. Ou seja, quando a gravidez coloca em risco a vida da mulher, quando a gravidez é o resultado de um estupro ou se o feto apresenta uma má-formação do sistema nervoso central, provocando uma anencefalia. Sendo contra o que ultraconservadore-a-s chamam “ideologia de gênero”, quaisquer dias após entrar em exercício da função, ela esteve no centro de uma polêmica, quando, num vídeo feito em um telefone celular, que viralizou nas redes sociais, declara em voz alta e em tom de comemoração: “Atenção, atenção! É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa!”. Esse evento desencadeou uma onda nas redes sociais, um movimento em que pessoas postavam fotos vestindo a cor inversa à que seria “correta” para seu gênero. Nesse período, a *hashtag* #cornãotemgênero esteve entre os “assuntos do momento” (*trend topics*) do Twitter Brasil.

A ministra brasileira da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é um exemplo oportuno da diferença entre falar a partir da experiência de ser mulher et produzir um saber situado em um posicionamento feminista (ver esse debate com

---

42 Dias, M. (2018, dezembro 6). « Gravidez é problema que dura só 9 meses », diz nova ministra das Mulheres. *Folha de São Paulo* [online]. Recuperado de <https://folha.com/gijk4lpy>.

mais detalhes no Capítulo 2). Dito de outra forma, como nesse exemplo, as mulheres podem ocupar o lugar de multiplicadoras desse projeto de poder “masculino”, “não feminista” ou antiemancipatório, da mesma maneira que homens podem se identificar, defender e adotar uma postura feminista. O posicionamento feminista coloca em evidência o caráter político desse discurso que se pretende verdadeiro, numa ambição de uma revisão das hierarquias de gênero, mas também, com o advento das teorias feministas interseccionais e decoloniais, seu entrecruzamento com lógicas de dominação fundadas na raça, na classe e/ou origem geográfica.

Trazendo-o ao contexto do nosso estudo, o posicionamento feminista nas ciências nos leva a compreender que a ideia de neutralidade política das ciências (denunciada como uma produção de homens brancos) não cede lugar para a crítica e a revisão dessas lógicas de opressão supramencionadas, contribuindo à conservação do estado atual das coisas, mais precisamente ao privilégio de grupos dominantes. Nesse sentido, e aderindo ao posicionamento feminista da produção de conhecimento e sua perspectiva política das ciências, minhas reflexões seguem esse horizonte.

### 1.1 Androcentrismo e a crítica feminista das ciências

Como nos descreve Elsa Dorlin em sua síntese sobre as *Epistemologias Feministas*<sup>43</sup>, as primeiras contestações visando uma elite masculina (bem como branca e heterossexual) ocupando posições privilegiadas de onde ditava as verdades científicas, foram colocadas – porque diretamente implicadas – por pesquisadoras anglo-americanas do campo dos estudos das ciências, ou *science studies*<sup>44</sup>. Esse é um movimento que vai tomando forma, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980. Essas pesquisadoras, sobretudo aquelas vinculadas à filosofia das ciências, interessaram-se mais precisamente pelas implicações epistemológicas do fato de as mulheres terem sido excluídas das funções de forte valor social agregado, como as militares, políticas e, igualmente, científicas (Dorlin, 2008).

---

43 Ver *Épistémologies féministes*, em Dorlin (2008).

44 De acordo com a historiadora francesa Dominique Pestre (2006), os *science studies*, ou estudos das ciências (numa tradução minha do termo em francês *études des sciences*), nomeiam um campo de estudos interdisciplinar, cujo nome é grafado no plural para marcar uma diferença no significado social do termo no singular “a ciência”. Segundo Pestre, esse campo nasce numa oposição a uma visão idealizada de uma ciência, supostamente pura e universal, e da atividade de cientistas, que conheceu um crescimento significativo no curso dos anos 1970, particularmente em países do eixo anglo-saxão. Assim, a filosofia (mas também a história, a sociologia, e antropologia etc.) das ciências compreende essa instituição, as ciências, como um conjunto de práticas e de fazeres que respondem a objetivos múltiplos e que não pode ser dissociado do contexto cultural em que nasce.

Essas cientistas formaram um corpus de pesquisa que, de um lado, colocava em questão a posição das mulheres enquanto categoria política “dominada” e, de outro, denunciava a pretensa universalidade de um saber que, na verdade, teria sido produzido por homens. Na síntese de Dorlin (2008), elas perturbaram a economia do saber e a separação do sujeito que conhece (*sujet connaisseur*) e objeto de conhecimento. Sandra Harding, uma dessas filósofas das ciências, havia afirmado: o orador implícito das ciências nunca foi uma mulher, mesmo que falasse supostamente como humanidade em geral (segundo minha tradução e paráfrase)<sup>45</sup>.

Essas teóricas feministas da década de 1970-1980 denunciavam a ocupação masculina do núcleo dos espaços de poder. Isso fazia com que o era produzido intelectualmente pelos homens adquirisse o status social de “ciência”. O que eles faziam, quando afirmavam fazerem ciência, era considerado a ciência. Dito de outro modo, a posição como grupo dominante produziria a legitimação das práticas e interesses desses homens. Esse universalismo seria, contudo, maquiado de uma suposta imparcialidade, escondido atrás do que se convencionou chamar de neutralidade científica. No entanto, como enfatiza Dorlin (2008, p. 20, segundo minha tradução), “a pretensa neutralidade científica é [igualmente] uma postura política”.

Numa de suas obras mais comentadas, *The Science Question in Feminism*, Sandra Harding (1986c), uma figura chave no campo de estudos das ciências numa abordagem feminista, defende que o androcentrismo (ou bem os discursos não feministas) em ciência são prejudiciais socialmente. De acordo com essa autora, à medida que as mulheres foram excluídas do processo de definição da cultura, elas foram igualmente concebidas como “um outro” diferente. As mulheres não foram, contudo, as únicas assimiladas como tais.

Harding argumenta que uma sociedade determinada por uma lógica sexista, racista, classista e LGBTfóbica (como no exemplo brasileiro já mencionado) engendra na sua produção intelectual a legitimação de saberes que produzem tais opressões. Ela acrescenta que, por exemplo, no cenário de uma sociedade na qual o racismo está no centro do poder, não se reconhecerá senão saberes que justificam a supremacia branca. Em contrapartida, as práticas científicas no âmbito dessa sociedade produzirão pesquisas que sustentarão sua ideologia.

Ela nos faz lembrar que os usos e abusos das tecnologias e das ciências

---

45 Citação original: “*The implied ‘speaker’ of scientific (sociological, economic, philosophic, etc.) sentences was never women. It was supposed to be humanity in general.*” (Harding, 2004a, p. 4)

sociais, mostraram como as ciências podem ser usadas a serviço de projetos sexistas, racistas, LGBTfóbicos e classistas, como a estigmatização pela via da categorização, a discriminação e o tratamento medicalizado da homossexualidade – mas também de pessoas intersexuais, e, ainda mais recentemente, da transexualidade. Além disso, há as políticas opressivas de controle da reprodução, às quais as mulheres foram e têm sido submetidas – e que, até o presente, não mudaram de maneira satisfatória, se considerarmos a luta atual pelo direito das mulheres de decidir pela IVG. Em resumo, de acordo com essa autora, uma ciência guiada pelos interesses de uma ideologia “androcentrista” (não feminista, quer seja produzida por mulheres ou por homens) leva a ainda mais prejuízos e violência para os modos de vida das mulheres (e de outras minorias políticas).

A revisão feminista das ciências reivindica também que o androcentrismo é uma forma enviesada de produção de conhecimento. Quando um grupo social, preocupado em manter o seu lugar de dominação na escala social, ocupa os lugares de decisão nos domínios da pesquisa numa sociedade (cujo exemplo dos homens, como grupo social, mostra-se historicamente apropriado), são seus interesses que definirão os projetos e as questões importantes de serem perguntadas, em detrimento de outras consideradas menos essenciais. Aliás, não podemos esquecer que a alegação de serem “menos importantes” é frequentemente utilizada para que pesquisas em gênero e sexualidade sejam colocadas em segundo plano, mesmo quando o cenário não é esse de perseguição em que vivemos atualmente.

Não obstante, alguns fatos históricos cooperam a favor de uma leitura feminista de gênero das ciências. Em *Objectivity and Diversity: Another Logic of Scientific Research*, Sandra Harding (2015) detalha sua perspectiva sobre como condições históricas (atravessadas pela política e economia) elevaram a compreensão da objetividade herdada das ciências duras<sup>46</sup> – desenvolvidas principalmente por homens – à posição de modelo de racionalidade científica dominante. Harding nos lembra que o debate crítico articulando mulheres, gênero e desenvolvimento econômico tem como um dos marcadores iniciais a publicação em 1970 do livro *Woman's role in economic development*, da economista sueca Ester Boserup<sup>47</sup>. Segundo Boserup, as mulheres foram excluídas das políticas de desenvolvimento criadas pelas Nações Unidas no período pós Segunda Guerra Mundial. Boserup argumenta também que

---

46 Numa linguagem dos dias de hoje, equivaleriam às ciências exatas e às ciências da natureza, tal qual, por exemplo, a física.

47 Ver Boserup, Kanji, Tan e Toulmin (1970), citada por Harding (2015, p. 50–51).

os homens jovens foram os únicos a receber uma educação para o desenvolvimento científico e econômico nesse período chave para o desenvolvimento científico no ocidente. Harding acrescenta que, diferente do que Boserup argumentava, bem cedo tornou-se evidente que as mulheres não foram colocadas à margem das políticas de desenvolvimento. Ao contrário, suas posições na precarização dos espaços rurais e das reponsabilidades do lar foram planejadas desde o início para que os homens jovens pudessem vir aos centros urbanos trabalhar para o sucesso das políticas para o “progresso” científico e tecnológico. Em seguida, Harding destaca que o grande projeto vislumbrado naquela época era a ampla transferência da racionalidade científica e da expertise técnica do Hemisfério Norte (aquelas das ciências exatas e da natureza, que foram elaboradas e executadas em suas múltiplas particularidades por homens) aos países do “terceiro mundo”. Harding insiste no fato de que isso foi pensado desde o princípio como o motor do desenvolvimento do “terceiro mundo”, o que promoveu a disseminação generalizada desse tipo particular de racionalidade científica no âmbito de todo pensamento do mundo ocidental. Assim, para Harding, a noção de ciência como a-histórica, como fundamento epistemológico, tem uma história. Do mesmo modo, a epistemologia sendo assim concebida como “uma estratégia de justificação histórica que corresponde a certas percepções do modelo de ciências construídas em um dado momento” (Puig de la Bellacasa, 2014, p. 62, segundo minha tradução)<sup>48</sup>. “A ciência” ganha, assim, as características que associamos tipicamente ao masculino, tais quais a razão, o distanciamento dos afetos, o pragmatismo, a objetividade, etc. Concomitantemente, essas características se tornam aquelas da “ciência de verdade”.

Compreendo que seria simplista crer que todos os homens escolheram e projetaram arbitrariamente colocar em prática uma lógica que visa de forma explícita e consciente a opressão de grupos minoritários. Embora tenhamos visto que, historicamente, esse foi muitas vezes o caso e, como dito na introdução desse capítulo, no caso do governo Bolsonaro, esse é muitas vezes o caso. Tendo dito isso, compreendo, num esforço de não homogeneizar ou produzir um juízo de valor, que as condições históricas de possibilidade que conduziram os homens a ocupar determinadas posições na sociedade contribuíram para a construção de certas lógicas de poder no âmbito do que conhecemos como ciência. Por outro lado, esses homens, como grupo, não tiveram capacidade reflexiva suficiente para pensar que tais lógicas de poder nas ciências são o reflexo de sua própria condição de dominação

---

<sup>48</sup> Ou seja: “*une stratégie de justification historique qui correspond à certaines perceptions du modèle de sciences construites à un moment donné*”.

na sociedade. Ao invés de assumir o caráter situado dos saberes que produziam, eles o instituíram como norma. Assim, as práticas na produção de conhecimento são reconhecidas, ou não, de acordo com a posição de poder ocupada pelo grupo social que as produz, quer ele reconheça ou não.

Evidentemente, isso não explica tudo, mas nos permite visualizar a importância fundamental que o gênero engendra na construção do pensamento das ciências do ocidente e, logo, a importância central que ele deve ocupar nas nossas epistemologias e pesquisas. Harding admite que o feminismo não é o primeiro grupo a escrutinar os usos políticos das ciências (e seus abusos), porém, quanto a ela, a crítica feminista aparece para “tocar na ferida” “*to touch raw nerves*”) (Harding, 1986a, p. 16). É lá onde reside uma das contribuições mais originais do projeto feminista para as ciências, o gênero como um modo privilegiado de dar significado às relações de poder nas nossas análises e práticas<sup>49</sup>.

Além disso, outro elemento fará ainda mais da teoria feminista do conhecimento uma ferramenta de contestação, de capacidade de agir face à normatividade dos cânones científicos tradicionais: o evidenciamento do aspecto político das ciências, e, por que não dizer, sua politização. A filósofa María Puig de la Bellacasa, trabalhando sobre *os saberes situados de Sandra Harding e Donna Haraway*<sup>50</sup>, destaca, sobre o todo da obra de Harding, que seu projeto epistemológico é guiado por uma vontade política, seu projeto é político. Sendo fortemente engajada no sentido de uma abordagem democrática da produção científica, Harding propõe perguntas que são interpelações políticas indissociáveis de um esforço para promover ciências engajadas (Puig de la Bellacasa, 2014).

Partindo de uma leitura de Harding, confrontado-a com os comentários de Puig de la Bellacasa, parece-me que há três aspectos sobre a politização das ciências que me interessam particularmente aqui. O primeiro diz respeito à noção das ciências como um “fazer”, que as coloca em uma relação dialógica de coconstituição com as crenças, práticas e valores científicos inscritos nas instituições e projetos políticos e sociais que as validam. Nesse sentido, a ciência é sempre uma prática social. Isso que dizer que “a epistemologia/teoria do conhecimento é político no sentido de ser tributário das convicções majoritárias de uma época histórica ou de um contexto

---

49 Para um debate mais aprofundado sobre o papel do gênero nas epistemologias feministas segundo Sandra Harding, ver o capítulo dois de *The Science Question in Feminism*, ou seja *Gender and Science: Two Problematic Concepts* (Harding, 1986b)..

50 Ver *Les savoirs situés de Sandra Harding et Donna Haraway* de Puig de la Bellacasa (2014).

social”, sem perder de vista que “ela contribui, por sua vez, com sua construção a partir da deslegitimação de certos saberes científicos em benefício de outros” (Puig de la Bellacasa, 2014, p. 76, minha tradução)<sup>51</sup>. A negação desses aspectos pela via de uma ciência que se afirma apolítica suscita – o que eu destaco como o segundo aspecto mais importante – a ignorância arbitrária ou o “ponto cego” do gênero.

Contudo, por falta de reflexividade sobre sua própria posição nas relações de poder atravessadas pelo gênero, pesquisadores produzem um viés em suas pesquisas. Harding afirma numa entrevista que as sociedades procuram descrições cada vez mais objetivas, mas o problema reside no fato que as descrições “objetivas” que temos sempre foram subjetivas e, por que não dizer, androcêntricas (Hirsh et al., 1995). A ideia tradicional de objetividade fundada na neutralidade é, na realidade, “fraca” (*weak objectivity*), pois a noção de complementaridade construída entre método científico e objetividade é “fraca” (*weak objectivity*) (Harding, 1992, 1995). Em síntese, “historicizando o conceito de objetividade, elas [as teóricas e pesquisadoras feministas] mostraram como por trás do conceito de neutralidade que é associado a ele, havia uma história de relações de poder, de normas e de valores dominantes, que havia sido dissimulada” (Dorlin & Rodriguez, 2012, p. 15, segundo minha tradução). É assim que Harding estima que o modelo de ciência androcentrado é enviesado.

Finalmente, o terceiro aspecto que eu gostaria de pontuar fala das repercussões sociais de um posicionamento científico engajado. Nesse sentido, como vimos, se as ciências estão sempre implicadas nos jogos políticos, quer reconheçam ou não, qual a particularidade da perspectiva que adota um posicionamento feminista? Em que ela se coaduna com a posição que assumo nesta tese? É o que eu desenvolverei com mais detalhes em seguida.

## 1.2 Qual utilidade política de uma teoria feminista do conhecimento?

Como mencionei na introdução desde capítulo, esta tese é escrita num momento histórico em que o seu tema, as LGBTfobias, encontra-se no centro do debate público brasileiro e o campo de estudos onde ela se insere, os estudos de gênero, torna-se explicitamente o alvo do governo que ocupa atualmente o poder no Brasil, país sobre o qual ela versa.

---

<sup>51</sup> Isto é: “l’*épistémologie/théorie de la connaissance est politique en ce sens qu’elle est tributaire des convictions majoritaires d’une époque historique ou d’un contexte social*”; “*qu’elle contribue à son tour à [les] construire en délégitimant certains savoirs scientifiques au profit d’autres*”.

Eu escolhi o discurso de posse daquele que está à frente desse governo, como uma sorte de contextualização deste capítulo, pelos motivos seguintes. Primeiramente, porque esses acontecimentos me mobilizaram enormemente os afetos (sobretudo a tristeza e a decepção, mas também a cólera), pelo fato de tocar minha experiência como alguém, por exemplo, nascido no Brasil, situado politicamente à esquerda, não heterossexual, acadêmico e engajado na luta pelos direitos humanos. Em segundo lugar, eu vislumbrava desenhar uma cartografia (mesmo precária e parcial) do contexto de produção histórico e político desta tese. Ainda que Bolsonaro não seja o único representante do projeto político desse governo, ele é a sua mais insólita caricatura. Seus discursos na ocasião da posse não esgotam todos os elementos de que poderíamos falar (tal exposição exaustiva também não era minha pretensão), mas ele me permitiu recuperar pontos de referência, e também de partida, para evocar outras aberrações subjacentes a esse governo. Esse reconhecimento do terreno político concorre diretamente a favor da pertinência social das análises e reflexões que este trabalho ambiciona aportar. Finalmente, e tocando mais precisamente a especificidade deste capítulo que versa sobre o aporte teórico-metodológico da tese, esse episódio serviu de apoio empírico para colocar em ação ferramentas teóricas que conduzem minha postura epistemológica como pesquisador, a saber, a de um posicionamento feminista.

As problematizações das teóricas feministas tornaram factível uma leitura politizada das dinâmicas de produção dos saberes científicos possíveis no âmbito do atual governo brasileiro. Em primeiro lugar, parece-me que no jogo retórico no qual a extrema-direita brasileira diaboliza todos os contradiscursos que se opõem à sua ideologia, ela busca encarnar uma falsa imparcialidade. O ideólogo é sempre o outro. Essa tem sido a estratégia para que os dispositivos do Estado (programas que sejam colocados em prática, a atribuição das subvenções, a legislação, etc.) sejam postas em benefício do projeto de sociedade pensado pelo governo atual. Em meio a esses dispositivos, aqueles destinados à educação e à pesquisa são diretamente visados.

Na atual conjuntura, nós observamos o uso dos mecanismos do Estado sendo empregados para a execução de uma agenda política aplicada ao ensino e à pesquisa que busca desqualificar as vozes das minorias políticas. Entre elas, as minorias de gênero e sexualidade são alvos explícitos. A obstinação persiste na ruminação da palavra ideologia, todas as vezes que os membros da administração desse governo desejam colocar em prática uma nova etapa desse projeto político que subjuga os direitos humanos.

É o caso, por exemplo, do ex-ministro da educação Ricardo Vélez Rodrigues, que incitou aluno-as a fazerem vídeos de professor-e-as e denunciá-lo-as, caso mencionassem em sala de aula assuntos que vão de encontro ao pensamento e à ideologia do governo, uma forma explícita e institucionalizada de autoritarismo e censura. Sob o pretexto de uma “limpeza ideológica”, educadores e educadoras vivem hoje uma versão contemporânea da caça às bruxas da Idade Média. Além disso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), criou uma comissão para colocar em prática um chamado “crivo ideológico” aplicado às questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que significa a passagem do-a-s estudantes ao Ensino Superior. Vélez pediu demissão três meses após ter entrado em exercício de suas funções, depois de ter sua competência para gerar a pasta da educação colocada sucessivamente em questão por diversos setores do governo, incluindo seus supostos aliados. Apesar disso, a educação continua sendo o campo de batalha privilegiado do governo. Posteriormente, durante a cerimônia que marcou os cem dias dessa gestão, Bolsonaro assinou o projeto de lei que permite o ensino domiciliar, através do qual os pais e mães que “possuírem inquietações de ordem moral e religiosa” em relação à educação de seus filhos e filhas, não serão mais obrigados pela lei a matriculá-lo-as em instituições de ensino formais e poderão ensinar os conteúdos em casa. *“Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente dentro das escolas, mas comece a aprender coisas que possam levá-las ao espaço no futuro”*, disse Bolsonaro durante este evento para defender o ensino das ciências duras a despeito das ciências humanas. Ele só esqueceu (ou simplesmente não sabia) que a “corrida espacial” dos anos 1950 e 1960 foi motivada por disputas políticas entre Estados Unidos e a União Soviética.

O evento dos 100 dias do governo Bolsonaro foi também a ocasião em que foi apresentado o novo ministro da educação, Abraham Weintraub. Alinhado à ideologia bolsonarista de extrema-direita, ele já declarou que apoia o projeto de lei “Escola Sem Partido”, também conhecido por professores e professoras como “Lei da Mordça”. Ele estaria posteriormente no centro de uma polêmica por ter insultado os estudantes de três universidades federais (Brasília, Rio de Janeiro e Bahia) que se manifestavam contra as políticas de educação, dizendo que os-as estudantes estavam fazendo, eu o cito, “balbúrdia”, na universidade. Ele decidiu, assim, reduzir em cerca de 30% o orçamento anual dessas universidades e, alguns dias depois, estendeu essa medida a todas as universidades do Brasil. Suas ações desencadearam manifestações de grande proporção em diversas cidades do país, o que fez com que ele, pela pressão popular,

voltasse atrás com as sanções algumas semanas depois. Abraham Weintraub deixa o cargo em 18 de junho de 2020.

No curso dos três primeiros meses posteriores à sua posse, Bolsonaro também mencionou sua guerra contra a “ideologia de gênero” em algumas ocasiões, como, por exemplo, durante seu pífio discurso de 6 minutos em Davos, na Suíça, no Fórum Econômico Mundial (*World Economic Forum*). Ele a evocou também nos Estados Unidos, diante de Donald Trump, na sua visita à Casa Branca. Ele continua a perseguir seus inimigos de fumaça, nesse jogo cujo objetivo tem se mostrado a rejeição pela opinião pública de tudo o que ele chama de “ideologia”; ao mesmo tempo em que ele coloca no lugar a “imparcial”, a “verdadeira”, mas que nada mais é do que a sua própria.

Nesse sentido, os fatos do cotidiano que inauguram a nova conjuntura política brasileira, sobre a qual eu busquei refletir na contextualização deste capítulo, apenas ilustram eventos históricos semelhantes que já se desenrolaram. Isto é, a promoção de “verdades” fabricadas para a manutenção no poder de grupos dominantes (como os homens brancos, heterossexuais e de classe social favorecida), que se pretendem a totalidade dos objetos e sujeitos. Essa instrumentalização acontece de maneira meticulosa, nas políticas de educação, das ciências e da pesquisa. Isso mostra, nos acontecimentos dos nossos dias, primeiro, como ciência e sociedade se constituem mutuamente; segundo, como política e ciência possuem uma estreita relação; e, finalmente, como gênero, raça, classe e sexualidade estão no centro da política.

O exemplo do Brasil de hoje traz à ordem do dia questões que pensávamos termos superado. Que pensávamos, minimamente, estarmos no caminho de superá-las. Refletimos, contudo, sobre essas questões tendo disponíveis ferramentas conceituais desenvolvidas por pesquisadores e, especialmente em nosso caso, pesquisadoras. As reflexões feministas sobre as ciências nos permitiram ver a ideologia como ideologia. Não para negar que existe uma ideologia, mas para que, aceitando-a, ela se torne visível e passível à crítica e à revisão. Assim, sob essa visão, possibilitando a contestação do status de norma das ciências dominantes e dos interesses dos grupos que a produzem, a crítica feminista porporcionou uma margem de agenciamento no âmbito das ciências. Ou seja, a capacidade de agir dos saberes subalternizados e, com eles, os grupos de pessoas pelos quais essas ciências se interessam e os que elas produzem.

Ao expor o gênero do “cientista educado” (*gentleman-scientist*), pedindo

emprestado o termo de Haraway (2004a, p. 230)<sup>52</sup>, as epistemólogas feministas mostraram a implicação política dissimulada da ciência em geral. Bolsonaro não é um acadêmico, nem cientista, mas estando na posição de poder que ele ocupa, ele tem sido o representante de uma gestão que tem buscado institucionalizar um modo de produção de conhecimento científico que legitima um campo ideológico ultraconservador, mesmo antifeminista e anti-LGBTQIA+. Essa “testemunha modesta” numa “posição inocente”, que define a vida e a morte, não é, na verdade, inocente coisa alguma<sup>53</sup>. Uma epistemologia que justifica a ausência de parcialidade, de tomada de posição, lhe convém perfeitamente. Afinal de contas, como questiona Puig de la Bellacasa (2014, p. 53), e que traduzo em seguida: “a qual objetividade, e com quais interesses, refere-se um político ou responsável científico quando reivindica a uma neutralidade necessária da ciência?”<sup>54</sup>

Dito isto, não devemos dar todo esse crédito ao chefe de Estado. A suposição de que todo conhecimento está situado, seja deliberadamente assumido ou não por quem o produz, não pressupõe que o saber seja um efeito do poder que um único indivíduo exerce (Foucault, 2015). Na continuação de uma visão foucaultiana, entendo que os modos de ação do poder são difusos e, como mencionei anteriormente, escapam à consciência do sujeito. Não pressuponho, então, uma relação, direta ou causal, entre as ações do presidente e de seus representantes governamentais e a produção científica brasileira dentro de seu governo. Entretanto, afirmo que eles utilizam instrumentos do Estado para legitimar uma determinada visão de mundo, apresentada como “a verdadeira”, e que exclui qualquer experiência divergente. Esse modo de governo favorece as produções científicas que, em um movimento dialógico, baseiam-se em e, concomitantemente, justificam uma tal visão normativa do mundo.<sup>55</sup>

---

52 Também citado por Sam Bourcier, conhecido no momento em que escreveu o texto como Marie-Hélène Bourcier (2009, p. 7), como « *gentleman observateur* », ou “observador educado”.

53 As expressões entre aspas são terminologias cunhadas por Donna Haraway na sua teoria feministas das ciências, comentadas por Dorlin e Rodriguez (2012), e que eu detalharei adiante.

54 “...*de quelle objectivité s’agit-il quand un responsable scientifique ou un politicien fait appel à la neutralité nécessaire de la science ?*”

55 Um exemplo significativo é dado pela chamada para financiamento de projetos “A Família e as Políticas Públicas no Brasil”, publicada em 8 de janeiro de 2021, pela CAPES e pela Secretaria Nacional da Família, vinculada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (SNF/MMFDH), de Damares Alves. O edital que a rege define “políticas para a família” como “políticas públicas desenhadas e executadas com o objevo de sustentar as relações e os vínculos familiares, fortalecendo as famílias e tornando-as mais capazes de agir com autonomia e responsabilidade diante das próprias circunstâncias de vida”. O texto intima tacitamente a instituição familiar a assumir a responsabilidade pelas consequências dos acontecimentos da vida, em outras palavras, a ser responsável pelos sucessos ou fracassos individuais e, conseqüentemente, coletivos. Trata-se de uma manobra que reproduz a ideologia neoliberal de desresponsabilização do Estado. Além disso, como analisa Fassin (2020), o neoliberalismo também versa

As pesquisadoras e teóricas feministas dos estudos das ciências não inscreveram simplesmente a ciência na malha política. Elas dirigiram o “farol de marche ré” na direção da história dos argumentos falaciosos que não resistiram à avaliação do gênero, nem de outros conceitos que colocam em questão lógicas de dominação. O que se dizia invisível, tinha as cores da raça, da posição social, do sexo e da sexualidade. Elas nos permitiram ver os jogos políticos em posições supostamente neutras, mas que não eram em absolutamente nada. Em contrapartida, a pesquisa feminista terá sempre como objetivo, por definição, a produção de saberes engajados. Nesse sentido, a particularidade do posicionamento feminista habita na sua teleologia, no seu *télos*. Isto é, em eco à Sandra Harding (1986c, p. 25), uma ciência engajada numa perspectiva feminista buscará sempre atingir fins emancipatórios.

A fim de concluir, retomo a ideia na qual tenho insistido ao longo de todo este capítulo: mais do que uma reflexão, as epistemologias feministas implicam um posicionamento. Nesse sentido, este trabalho adere à perspectiva feminista de produção científica, pois, ao se opor à ideologia sexista e LGBTfóbica que caracteriza o atual governo brasileiro, esta tese ambiciona ter a potência de converter conhecimento em ferramentas para o reposicionamento das relações de poder na sociedade atual.

Evidentemente, a afirmativa é igualmente verdadeira no sentido inverso: trata-se de, mais do que tomar partido, mais de um modo situado, senão encarnado, de produção de saber. É por esse motivo que eu não poderia privar minha leitora e meu leitor, num trabalho dessa amplitude, de um exame aprofundado dos pilares teóricos dessa abordagem.

Permito-me retrazar o percurso histórico dos saberes situados, passando pelas epistemologias do posicionamento. Convido-a-o a assim apreciar o resumo cronológico que produzi, sem objetivar o esgotamento na exposição, das contribuições as autoras fundadoras de tal abordagem – como as materialistas Sandra Harding, Nancy Hartsock e Patrícia Hill Collins ou as pós-estruturalistas Jane Flax e Donna Haraway. O que será o objeto do capítulo seguinte.

---

sobre a moralidade dos valores familiares, já que “para que o Estado provedor desapareça, as famílias devem assumir o seu papel” (p. 86). É por isso que, como diz Fassin, o neoconservadorismo faz uma aliança com o neoliberalismo: a família heterossexual, um dogma para a primeira, é um pilar para a segunda. Portanto, não é à toa que em nenhum momento palavras como “diversidade” ou “diversas” sejam utilizadas para designar essa instituição no texto do edital.

## CAPÍTULO 2

### Das epistemologias do posicionamento aos saberes situados

“Começemos com a reivindicação de que o conhecimento é sempre socialmente situado”

Sandra Harding<sup>56</sup>

“Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?”

Donna Haraway<sup>57</sup>

“Condições de vida são condições de visão.”

Maria Puig de la Bellacasa<sup>58</sup>

As teorias feministas inscritas na crítica das ciências não são um grupo homogêneo. Trata-se de um campo composto de autoras oriundas de diferentes disciplinas e de filiações filosóficas plurais. Nesse sentido, a cartografia desenhada por Sandra Harding em *The Science Question in Feminism* indica que essas teorias buscam responder a um problema epistemológico comum, que ela qualificará como aparentemente paradoxal: “como uma pesquisa tão politizada pode alcançar a objetividade numa pesquisa?” (Harding, 1986a, p. 24).

A partir de um primeiro olhar sobre as mais importantes proposições de resposta a essa questão, essa filósofa categoriza os domínios de afiliação do trabalho teórico feminista em três eixos majoritários, a saber: o “empirismo feminista” (« *feminist empiricism* »), o “posicionamento feminista” (« *feminist standpoint* ») e o “pós-modernismo feminista”<sup>59</sup> (« *feminist postmodernism* »). Considerando esse panorama

56 Versão em português para a afirmação de Harding (2004a, p. 7), « *Let us begin with the claim that knowledge is always socially situated* ».

57 Tradução de Mariza Corrêa, na versão em português do célebre texto sobre os saberes situados (Haraway, 1995, p. 25), para a máxima harawayriana « *With whose blood were my eyes crafted?* » (Moutinho & Moutinho, 2014).

58 María Puig de la Bellacasa dedicou sua tese de doutorado, em Filosofia e Letras, à produção de um estado da arte sobre o pensamento feminista desde as teorias do *standpoint feminism* anglo-americano. O trabalho foi publicado em seguida como livro, sob o título *Politiques féministes et constructions des savoirs. « Penser nous devons » !* (2012), do qual retirei a citação em epígrafe. Posteriormente, ela publicou a obra intitulada *Les savoirs situés de Sandra Harding et Donna Haraway* (2014), que versa sobre aproximações e distanciamentos, que ela nomeia de “divergências solidárias”, entre essas duas autoras cujas contribuições foram especialmente importantes para a fundação do campo dos *feminist science studies*, ou seja, dos estudos das ciências numa perspectiva feminista. As análises, bem como críticas, trazidas por Puig de la Bellacasa, foram indispensáveis para que eu pudesse compreender com maior profundidade a abordagem epistemológica que eu adoto e tento colocar em prática. Suas reflexões e atualizações serão igualmente importantes na construção deste capítulo.

59 Escrevo essas expressões entre aspas, primeiro, para lembrar aos leitores que são expressões utilizadas por Sandra Harding e, principalmente no tocante ao termo “pós-modernismo”, para informar aos meus

geral particularmente relevante para o enquadramento nesse campo, tomo esse horizonte como ponto de partida para situar meu próprio caminho, minhas posições e escolhas nesse terreno teórico-epistemológico.

Primeiramente, de acordo com Harding (1986a), o feminismo empirista argumenta que, de um lado, o sexismo e o androcentrismo produziram vieses nos resultados de pesquisas, pois obscurecem o conhecimento e a observação. De outro lado, os movimentos de liberação social, como o feminista, contribuiriam para o progresso da ciência, pois “isentos” dos pontos cegos que a posição androcêntrica hegemônica inflige aos homens, eles tornariam possível um olhar mais vasto sobre o mundo. Nesse sentido, as mulheres cientistas estariam em melhores condições de produzir resultados credíveis do que estariam os homens, pois elas estariam mais atentas aos eventuais vieses induzidos pelo androcentrismo.

Tendo dito isto, ela argumenta, porém, que a solução proposta pelo empirismo feminista é contraditória, pois subverte profundamente os postulados tradicionais do empirismo mesmo. A filósofa salienta que, para o empirismo, a identidade social do-a pesquisador-a é algo que deve ser indiferente para o bem dos resultados da pesquisa. Além do mais, de acordo com essa perspectiva, o método deve ser capaz de eliminar os “desvios” sem nenhuma relação com as características individuais do-as cientistas, quer sejam homens ou mulheres, branco-as ou negro-as, norte americano-as ou latino-as. Assim, Harding conclui que seguir os métodos e orientações do empirismo leva a resultados androcentrados (falsamente universais e neutros). Aliás, se Harding partilha

---

leitores e leitoras que essa referência não ignora as tensões em torno de seu uso e significado. Deve-se notar também que o texto de Harding foi publicado em 1986. Desde então, tem havido muitos debates sobre a definição de “pós-modernidade”. De fato, nem o termo nem o significado que ele implica são unanimidade entre pensadores e pensadoras das ciências humanas e sociais. A disputa toma forma no que eu resumo em dois argumentos principais e complementares. Por um lado, do ponto de vista linguístico, é o uso do “pós” para designar essa possível ruptura com um momento chamado “moderno” que não satisfaz. Por outro lado, de um ponto de vista teórico, é a compreensão desse momento como uma ruptura com a “modernidade” que é problematizada. Por exemplo, em *The Consequences of Modernity*, publicado em 1990, Anthony Giddens argumenta que em vez de uma nova era que poderíamos chamar de “pós-moderna”, estaríamos vivendo em uma extensão radicalizada e universalizada da modernidade. Ele prefere chamar essa fase de “modernidade tardia”. O pensador francês Bruno Latour dirá, mais radicalmente, que “jamais fomos modernos” (Latour, 2019). Na América Latina, o sociólogo Ramón Grosfoguel (2009) vincula a ideia de pós-modernidade à nossa herança colonial, visto que essa perspectiva se baseia principalmente no pensamento de autores europeus (como Foucault, Derrida e Deleuze). Grosfoguel, que se inspira em Walter Mignolo, propõe, assim, que pensemos em termos de uma “transmodernidade”, para, em vez de vislumbrarmos uma ruptura utópica, propormos ultrapassar o colonialismo epistemológico num diálogo de perspectivas, que nos levaria a uma “diversidade de respostas aos problemas da modernidade” (Grosfoguel, 2009; Mignolo, 2000). Em suma, entendo as simplificações e controvérsias que o termo “pós-moderno” engendra. Contudo, opto por utilizá-lo nesta parte do texto para permanecer fiel à minha fonte bibliográfica. Seu uso acompanhado das aspas me permite deixar o conceito sob rasura.

do postulado empirista de que os movimentos de liberação social são certamente benéficos para a ciência, graça aos novos fatos empíricos que permitem descobrir, ela não acredita, contudo, que eles são suficientes para colocar em questão os métodos científicos, nem tornam as ciências suscetíveis a críticas radicais (Puig de la Bellacasa, 2014). Assim, na ótica de Harding, a proposição empirista não seria o melhor ponto de partida, se esperamos ter êxito no projeto do feminismo para as ciências.

Ao contrário, Harding deseja ir para além do estudo da experiência das mulheres. Ela militará por uma ciência feminista, que incidirá numa nova epistemologia. Para tal, ela colocará a ênfase do seu trabalho na produção de uma teoria que privilegia mais um posicionamento feminista (« *feminist standpoint* ») que um posicionamento das mulheres (« *women's standpoint* »). Isso implicará a produção de uma chamada teoria feminista do posicionamento (« *feminist standpoint theory* »), que transforma a maneira pela qual, e o objetivo para o qual, o conhecimento é produzido. Ou seja, um modo de fazer ciência cujos escopo e sucesso repousam, respectivamente, sobre a luta política e a emancipação (Harding, 1986a).

Assim, segundo Harding, por um lado, os saberes feministas se configuram como uma ciência conquistada pela luta política, pois se faz necessário militar pelo reconhecimento de sua “perspectiva” como uma posição capaz de produzir um saber legítimo. Por outro lado, a luta política em si conduz à produção de novas formas de análise, à medida em que os aspectos singulares da opressão são transformados em recursos científicos. Harding citará, por exemplo, como os feminismos negros foram particularmente importantes para o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade<sup>60</sup> (Harding, 2004a). As epistemologias feministas do posicionamento se constituem assim como um modo de agenciamento entre a cientificidade e o engajamento político (Puig de la Bellacasa, 2014). Proponho, assim, que prossigamos a discussão focalizando essa abordagem.

---

60 Para uma cartografia das condições sociais de emergência do conceito de interseccionalidade, pensada em termos de saberes situados, desde as lutas do feminismo negro nos Estados Unidos até sua introdução na França pela via dos estudos de gênero, ver Éric Fassin (2015). Um trabalho semelhante, aplicado ao contexto acadêmico brasileiro, pode ser visto em Laura Moutinho (2014).

## 2.1 O privilégio epistemológico do posicionamento feminista

De acordo com Harding (1986a), a teoria feminista do posicionamento, de inspiração hegeliana e marxista, acorda uma importância particular à experiência de grupos sociais assujeitados. Ela explica que essa teoria se inspira no materialismo histórico de Marx (que, por sua vez, foi fortemente influenciado pela dialética do mestre e do escravo de Hegel), sobretudo pelo intermédio das produções do filósofo marxista Georg Lukács. Segundo Puig de la Bellacasa (2012), o termo *standpoint*, traduzido ao longo desse texto por *posicionamento*<sup>61</sup>, é emprestado de Marx e Lukács por Nancy Hartsock<sup>62</sup>, uma importante feminista materialista americana. Partindo das referências supramencionadas, Hartsock (1983) propõe um *feminist standpoint*, ou seja, um posicionamento feminista.

Seguindo a influência do materialismo histórico – que, sem entrar nos detalhes, adota a perspectiva dos “proletários” a fim de denunciar o sistema de dominação fundado em relações de classe –, pesquisadoras feministas reivindicam a legitimidade do ponto de vista das mulheres (como grupo dominado), para problematizar o status universal dos saberes produzidos por homens (como grupo dominante), explica Dorlin (2008). Isso quer dizer que essa perspectiva atribui às “condições materiais” de vida desses grupos socialmente assujeitados, que supostamente possuem menos interesse em manter o status quo social, uma posição (*standpoint*): epistemologicamente privilegiada, no que concerne à explicação da natureza e da vida social; e politicamente engajada, como ferramenta de contestação dos saberes produzidos por grupos dominantes (Harding, 1986a). Em síntese, para as pesquisadoras feministas do *standpoint*, “a experiência das mulheres como grupo

---

61 Segundo María Puig de la Bellacasa, o termo “posicionamento” sintetiza com sucesso a polissemia da palavra inglesa *standpoint*, bem como o sentido que lhe é atribuído no âmbito das teorias do *feminist standpoint*. Ela afirma, inicialmente, que as palavras “posicionamento” e “posição” sugerem uma postura ativa, a adoção de uma posição. E dá como exemplo a distinção entre a afirmação “é minha posição” e “é o meu ponto de vista” (2012, p. 171). Em seguida, reafirma que essa última característica reitera o aspecto político, de luta e resistência, que as teóricas feministas deram ao *standpoint* (2014, p. 19). Isso lembra a expressão “tomar posição”, cujo verbo “tomar” suscita essa conquista. Assim, segundo essa autora, a tradução de *standpoint* por posicionamento é preferível à outras que sugerem simplesmente um “ponto de vista” ou “perspectiva”, sob pena de cair em interpretações perspectivistas ou relativistas (2014, p. 32). Outras autoras, como Espínola (2012), preservaram a denominação “ponto de vista” para falar sobre “posturas epistemológicas feministas”. Quanto à minha escolha, eu irei aderir à proposição de tradução da palavra *standpoint* privilegiando o termo “posicionamento” na minha escrita, em detrimento de outras expressões, pelas razões supramencionadas. No entanto, por cuidado no estilo, evitando repetições, eu utilizarei também “ponto de vista”, “perspectiva” ou ainda a palavra inglesa *standpoint*, sabendo que os sentidos que lhes serão sempre atribuídos serão aqueles políticos, ativos e construídos que María Puig de la Bellacasa tem evocado.

62 O texto mencionado é o capítulo *The Standpoint of the Proletariat*, da versão em inglês do livro *History & Class Consciousness* de Lukács (1971).

assujeitado contribui para a construção de um saber específico que coloca em questão os saberes dominantes”, segundo María Puig de la Bellacasa (2012, p. 168), autora que atesta o fato de que “as condições de vida são também condições de visão” (p.190, traduções minhas)<sup>63</sup>.

Puig de la Bellacasa explica em seguida que a concepção da relação entre a experiência das mulheres e a construção dos saberes já era, de certo modo, um consenso nos numerosos trabalhos filiados ao pensamento feminista. Contudo, é a partir da importância conquistada pelo trabalho de Harding que o posicionamento feminista se torna amplamente reconhecido como uma postura epistemológica de orientação feminista. Assim, o posicionamento feminista se mostra mais preciso que a compreensão ampla de que a perspectiva das mulheres produz efeitos na construção dos saberes. Além disso, ele implica justamente “uma produção teórica explícita da valorização pelo feminismo da experiência das mulheres [e de outros grupos politicamente minoritários, como, por exemplo, LGBT+] no objetivo de transformar os saberes e as ciências” (Puig de la Bellacasa, 2012, p. 168). Essa mudança de foco, das pesquisas sobre as mulheres para uma teoria feminista do posicionamento, representa, para Harding (1986a, p. 29), um deslocamento que vai da “questão das mulheres nas ciências” na direção da mais radical “questão das ciências para o feminismo”. Em seguida, ela insiste na importância de não se rotularem, ou seja, de se não pensarem as questões do feminismo como tocantes apenas às mulheres, mas como um pensamento político de forma geral (Harding, 2004a).

Harding representou, assim, o ponto de convergência de teóricas feministas vindas de diversas disciplinas, que trabalhavam até aquele momento de maneira relativamente independente, para executar o projeto de uma epistemologia feminista. Em *The Science Question in Feminism*, Harding (1986a) lista as pesquisadoras que, quanto a ela, foram responsáveis, digamos, pelas primeiras linhas diretrizes dos *feminist standpoint epistemologies*. A saber, a filósofa e psicanalista estadunidense Jane Flax; a socióloga britânica Hilary Rose; a filósofa e cientista política Hancy Hartsock; a socióloga e antropóloga britânica Dorothy Smith. Mais tarde, em *Whose Science? Whose Knowledge?* (Harding, 1991b), Harding acrescentará as contribuições dos trabalhos da socióloga Patricia Hill Collins sobre o posicionamento produzido desde o pensamento feminista negro norte-americano (Hill Collins, 1986).

---

63 Cf.: “l’expérience des femmes comme groupe assujetti contribue à construire un savoir spécifique qui met en cause des savoirs dominants”; “les conditions de vie sont aussi des conditions de vue”.

Além dessa virada no sentido dado às epistemologias feministas do posicionamento, Harding insistirá no caráter múltiplo do *feminist standpoint*, ou seja, na possibilidade de uma multiplicidade de posicionamentos (Puig de la Bellacasa, 2014). Ela dedicará, por exemplo, um capítulo ao posicionamento lésbico, pensado desde a perspectiva das vidas de mulheres lésbicas (Harding, 1991a). Em seguida, em *Is science multicultural?: postcolonialisms, feminisms, and epistemologies* (Harding, 1998), a autora refletirá, por exemplo, sobre os problemas dos quadros conceituais da epistemologia contemporânea confrontados às questões filosóficas trazidas pela teoria feminista e pela filosofia afro-americana do final dos anos 1970 e ao início dos anos 1980 nos Estados Unidos, através do que ela nomeará *postcolonial standpoint*, ou posicionamento pós-colonial. Na esteira dessas reflexões, e na relação com o trabalho de Patricia Hill Collins, esse posicionamento feminista levará em consideração igualmente as lógicas de dominação que implicam tanto gênero e classe como raça, sexualidade e origem geográfica.

Essa atribuição plural e multicultural do *standpoint* visa a combater a crítica da homogeneização do posicionamento feminista, uma vez que essa teoria teria sido pensada no início por mulheres cientistas brancas (Puig de la Bellacasa, 2014). Além disso, essa multiplicidade de posicionamentos torna possível a reunião de recursos políticos e saberes pensados desde a posição de grupos heterogêneos, mas que compartilham um projeto emancipatório comum: combater os autoritarismos, sexismos, LGBTfobias, racismos, elitismos, etc.

Harding descreve um projeto comum das teorias feministas do posicionamento ao longo de suas numerosas publicações (dentre as quais algumas já foram citadas neste texto) e de entrevistas publicadas em periódicos científicos [por exemplo, Elizabeth Hirsh e Gary Olson (1995)]. Tendo dito isso, nos textos com os quais eu escolhi trabalhar em seguida, Harding oferece uma descrição sumária de temas centrais, conceitos e projetos das teorias feministas do posicionamento. Ela o fará ao mesmo tempo em que responde a críticas, fontes de “controvérsias produtivas” (Harding, 2009), que lhe permitem rever e/ou afinar certos postulados de suas teorias. São os benefícios da controvérsia (Harding, 2004a, 2004b).

Primeiramente, para Harding, as epistemologias feministas não podem existir senão pela luta política. Na sua lógica do posicionamento, cada sujeito político carrega a potencialidade de produzir questões científicas posicionadas para a justiça e emancipação – sejam as mulheres, sejam pessoas negras, LGBT+, imigrantes, pessoas de origem de (ou que vivem em) países em desenvolvimento (do “terceiro mundo”,

como aquelas do “primeiro mundo” as nomearam). Acrescentaria a esses últimos, por exemplo, trazendo para o contexto de nossa pesquisa, pessoas do eixo Norte e Nordeste do Brasil, considerado o mais precarizado do país.

Nesse sentido, as posições particulares são vistas como uma fonte, e não como um obstáculo à produção de conhecimento (Puig de la Bellacasa, 2014, p. 39). “A ordem social parece diferente do ponto de vista de [suas] vidas e lutas”, ainda mais porque “cada grupo oprimido pode aprender a identificar oportunidades particularmente distintas para transformar um caráter opressivo da condição do grupo ao qual pertence, como uma fonte de compreensão crítica de como a sociedade dominante pensa e é organizada”. Por fim, “as teorias do posicionamento informam como uma desvantagem social e política pode se transformar em uma vantagem epistemológica, científica e política” afirma Harding (2004a, p. 3, 7–8, segundo minha tradução)<sup>64</sup>.

O posicionamento feminista se mostra – como epistemologia, metodologia, filosofia das ciências e teoria social – orgânico. Ou seja, está organicamente ligado às necessidades de grupos de pessoas assujeitadas. Sua ambição é fazer seus problemas existirem como questões políticas e tornar aparente suas vozes no debate político. Isso implica a formulação de questões de pesquisa oriundas de (e que terão um impacto positivo sobre) suas vidas e lutas, respondendo aos seus interesses e não àqueles das elites. Isso representa uma virada epistemológica, à medida que essas pessoas produzem objetos coletivos de pesquisa, no lugar de se colocarem como objeto passivo de observação de “ciências de verdade” (Harding, 2004a, p. 3).

Respondendo à questão indicada no início deste capítulo, sobre “como opressões podem se tornar recursos políticos e científicos”, Harding investirá na premissa que o conhecimento é baseado na experiência e que diferentes experiências tornam possíveis diferentes percepções, para sustentar a afirmação de que “o conhecimento é sempre socialmente situado” (2004a, p. 7, tradução minha)<sup>65</sup>. Todavia,

---

64 Citação original: “*The social order looks different from the perspective of our lives and our struggles*” (p. 3); “*Each oppressed group can learn to identify its distinctive opportunities to turn an oppressive feature of the group’s conditions into a source of critical insight about how the dominant society thinks and is structured. Thus, standpoint theories map how a social and political disadvantage can be turned into an epistemological, scientific, and political advantage.*” (p. 7-8)

65 Uma vez que a autora reivindica que o conhecimento é sempre situado, pois certas posições são fontes preferíveis de conhecimento e, finalmente, essas fontes podem ser múltiplas, as teorias do posicionamento se encontram assombradas pelo receio de um relativismo epistemológico. Nesses textos em que Harding responderá às controvérsias em torno do *standpoint*, logo sobretudo o relativismo, a filósofa contra-argumentará que, por exemplo, a existência de valores e interesses na condução de pesquisas não é uma exclusividade das epistemologias feministas, mas é comum a diferentes domínios, e que isso não deteriora a qualidade empírica e teórica da pesquisa (Harding, 2004a, especialmente pp. 11-12). A propósito, Harding reforçará que o perigo reside sobretudo em visões totalizantes que reivindicam ser verdadeiras por toda parte e todo o tempo, como nos rememora Puig de la Bellacasa (2014, p. 28).

ela acrescentará que somente a condição dos grupos dominados é capaz de produzir tipos dissidentes de conhecimento, ao passo que os grupos dominantes insistirão na manutenção dos conhecimentos que tornam possível sua dominação. Ela concluirá, assim, que o posicionamento feminista não é atribuído, mas conquistado nas lutas políticas por reconhecimento<sup>66</sup>.

As teorias feministas do posicionamento são, desse modo, formadas nesse movimento que se retroalimenta. Por um lado, o posicionamento é fabricado desde os agenciamentos de grupos de pessoas assujeitadas, na medida em que ele se constitui no momento das tentativas de produção de subterfúgios aos seus combates políticos pelo reconhecimento e emancipação de suas existências. Por outro lado, essas teorias potencializam a capacidade de agir desses grupos no âmbito político, fornecendo recursos intelectuais aos seus confrontos. A partir de lutas históricas – que são também particulares, mas que borram e atravessam essas fronteiras e se constituem coletivas –, essas epistemologias feministas irão produzir saberes desde conteúdos empíricos ligados aos agenciamentos do cotidiano (Puig de la Bellacasa, 2014, principalmente p. 27–30).

Tendo dito isso, Harding rejeitará todo essencialismo associado ao posicionamento feminista. Como sinaliza Puig de la Bellacasa (2014), sua rejeição ao essencialismo será argumentado num duplo movimento, pela via do gênero e pelo estabelecimento de sujeitos epistemológicos.

Primeiramente, a diferença entre sexo e gênero será realçada pela dissociação do posicionamento de toda dimensão biologizante do sexo, ou da diferença entre os sexos. Essa separação explícita do posicionamento feminista de toda forma de essencialismo se mostra bastante potente em nossas pesquisas, pois, como observamos, “os homens podem igualmente adotar um posicionamento feminista, [...] que pode ser elucidativo quanto à sua própria posição nas relações de gênero e contribuir a transformá-las”, considerando que existam mulheres que também sustentam propósitos não feministas, mas racistas, sexistas ou LGBTfóbicos (Puig de la Bellacasa, 2014, p. 31, tradução minha, itálicos da autora)<sup>67</sup>. Isso mostra que, no

---

66 No meu ponto de vista, uma pessoa não é automaticamente dominada nem essencialmente dominante e esse “rótulo” mudará, podendo inclusive coexistir, de acordo com qual identidade, ou identidades (que diz respeito a um sujeito político pertencente a um grupo social historicamente construído), é colocada em destaque na luta política. Eu retornarei a esse ponto ao falar sobre a perspectiva “pós-moderna” e os saberes situados.

67 Citação original: “*les hommes peuvent également adopter un positionnement féministe, [...] qui pourrait être éclairant sur leur propre position au sein des rapports de genre et contribuer à les transformer*”.

âmbito dessa teoria, são as relações entre saber e poder (situadas no sistema sexo/gênero) as consideradas profícuas, e não as relações entre o saber e uma diferença naturalizada entre os sexos (Harding, 1998, principalmente p. 72).

Finalmente, Harding apresentará o posicionamento como uma construção sócio-histórica de “sujeitos epistemológicos” (Puig de la Bellacasa, 2014), que implicam lutas históricas e particulares de mulheres (ou de outros “grupos de pessoas”). A utilização de termos que fazem referência a “grupos de pessoas”, ou de pessoas “como grupos”, é uma estratégia que vemos ser empregada por Harding de sorte a evitar o essencialismo pela individualização do posicionamento. Essa nomenclatura me convém particularmente neste trabalho, em virtude do sujeito epistemológico e político LGBTQ+, do qual essa tese se ocupa.

Sob esse olhar, Harding proporá a existência de uma discrepância entre a experiência e o posicionamento, tendo em vista que “o posicionamento feminista não é automaticamente oriundo da experiência”, segundo Puig de la Bellacasa (2014, p. 31, tradução minha)<sup>68</sup>. Isso quer dizer que há uma diferença entre a experiência de grupos oprimidos e a teorização que o feminismo propõe para, e se engaja por, essa experiência. Assim para essa autora, o posicionamento feminista é, assim, formulado epistemológica e politicamente na produção teórica das lutas e dos sujeitos políticos por emancipação e legitimação (Puig de la Bellacasa, 2014).

Levando em consideração tais argumentos, eu advogo que este trabalho se beneficie desse enquadramento epistemológico e que esta tese reivindique um posicionamento feminista. Primeiro, porque tal posicionamento não se restringe ao estudo e engajamento das mulheres, mas ele agrega sujeitos políticos diversos, como a população LGBTQ+, pela qual essa pesquisa se engaja. Além disso, tal perspectiva encontra forte ressonância nesta tese, porque, primeiramente, ela se interessa pelas pessoas cujas vivências ligadas ao gênero e à sexualidade as situam num grupo socialmente subalternizado, embora saibamos que suas experiências conjugam uma complexidade além dos limites desenhados pelas fronteiras identitárias. É dessa maneira que tais reflexões nos conduzem a uma terceira possibilidade dentro das políticas do saber feminista, que poderíamos designar como pós-identitárias.

---

68 Ou seja: “*le positionnement féministe n’est pas automatiquement issu de l’expérience*”.

## 2.2 O posicionamento como uma estratégia feminista “pós-moderna”

Finalmente, o “pós-modernismo feminista” (« *feminist postmodernism* ») conjuga a teoria feminista ao projeto filosófico “pós-moderno”, recentemente nomeado também como “pós-estruturalista”. Jane Flax, em *Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory* (1987)<sup>69</sup>, indica que os feminismos, como outros “pós-modernismos,” recusam os postulados transcendentais que perpetuam a experiência de determinadas pessoas, sobretudo de homens brancos ocidentais. Contudo, esse não é o único ponto de convergência sinalizado por Flax. Ela propõe uma leitura em que a teoria feminista, ao lado do “pós-modernismo” e da psicanálise, faz parte de um movimento similar de transição interno às ciências. Para essa autora, essas três correntes de pensamento teriam como ponto de convergência, mais precisamente, a tentativa de reconstruir a noção de sujeito, de gênero, de conhecimento, de relações sociais e de cultura, escapando aos modos de pensar lineares, teleológicos, hierárquicos e/ou binários. Tomando o exemplo do gênero, objeto sobre o qual Flax reflete especialmente em seu texto, ela propõe que não é suficiente estudar as “relações de gênero”, mas é imprescindível pensar sobre os modos pelos quais nós pensamos sobre o gênero (ou evitamos pensar, como nas ciências, por exemplo). Deve-se considerar que, segundo Flax, as maneiras pelas quais pensamos o gênero estão implicadas nas relações de poder existentes. A propósito, as preocupações em torno das relações de poder, sob o olhar de Michel Foucault, ocupam um espaço capital nas análises do feminismo “pós-moderno”.

Harding (1986a) descreve Jane Flax como uma das teóricas, naquele momento, que mais puseram em relação a teoria do *feminist standpoint* com os postulados “pós-modernos”, produzindo aproximações, mas também rupturas. O mesmo é dito sobre Donna Haraway. Conhecida por seu icônico texto sobre os saberes situados, Haraway é citada por Harding no tocante à sua rígida crítica às ciências, partindo do feminismo “pós-moderno” no âmbito de seu *Manifesto for Cyborgs* (Haraway, 1985).

Para os feminismos “pós-modernos”, o ponto de partida proposto pelos feminismos do *standpoint* não satisfaz totalmente o rigor epistemológico dos saberes situados, pois o “ponto de vista” do assujeitado “não é uma garantia em si e, se for o caso

---

69 Nesse artigo, Flax não define o controverso termo “pós-moderno”, mas descreve postulados comuns que reúnem filósofos na categoria indicada por esse termo. A saber, um ceticismo radical quanto a descrições estáveis sobre a verdade, o conhecimento, o poder, o sujeito (*self*) e a linguagem; descrições frequentemente colocadas ao serviço da legitimação da cultura ocidental e suas práticas, a ciência inclusa. Para tal, essa teórica feminista indicará autores e autoras de referência da filosofia “pós-moderna”, como Friedrich Nietzsche, Jacques Derrida, Michel Foucault, Ludwig Wittgenstein, Richard Rorty, Paul Feyerabend, Jean-François Lyotard, mas também os/as psicanalistas Julia Kristeva et Jacques Lacan.

de valorizar os saberes assujeitados, nenhum privilégio deve ser dado à sua perspectiva a priori” (Dorlin & Rodriguez, 2012, p. 16, tradução minha)<sup>70</sup>. Nesse sentido, Flax (1987) insiste nos jogos de poder inscritos nas relações de dominação e propõe que devemos evitar um olhar inocente sobre as mulheres, como seres passivos, pois elas podem se encontrar no seio de relações nas quais elas também exercem poder, considerando-se, por exemplo, privilégios de raça, classe, orientação sexual, identidade de gênero ou origem<sup>71</sup>. “Casa posicionamento feminista será necessariamente parcial” (Flax, 1987, p. 642, tradução minha)<sup>72</sup>.

Harding (1986a) observa que essa abordagem se mostra um terreno fecundo para questões que problematizam e se interessam pelas “identidades fraturadas”, numa referência explícita ao texto de Haraway (1985), que a “modernidade” fabricou: feminismo negro, socialista, etc. Certamente as abordagens “pós-modernas” desafiam radicalmente a estabilidade dessas identidades; deve-se notar, porém, que elas são solidárias às identidades no que concerne às políticas que elas criam.

### 2.3 Os saberes situados de Donna Haraway

O desafio da apreensão do pensamento de Donna Haraway começa por seu percurso acadêmico exemplar e disciplinarmente difuso. Dessa maneira, para lograr sucesso na tarefa de apresentá-la, valho-me das palavras de quem já o fez, antes e melhor do que eu: referência incontornável do feminismo anglo-saxão contemporâneo, Haraway é – de um ponto de vista disciplinar – bióloga, historiadora e filósofa de formação. Quanto às suas referências institucionais, ela começou sua carreira na Universidade John Hopkins, onde obteve uma das primeiras posições universitárias americanas em teoria feminista. Em seguida se tornou professora no departamento de História da consciência, na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, nos Estados Unidos. No que diz respeito à sua produção, seus trabalhos interrogam o saber da biologia, que nutre os mitos acerca da naturalização dos corpos e dos gêneros, desde o cruzamento dos estudos das ciências e dos estudos de gênero, recorrendo às

---

70 Citação original: “la « vue d'en bas » n'est pas une garantie en soi et, s'il faut valoriser les savoirs assujettis, aucun privilège ne peut être donné à leurs perspective a priori.”

71 Do meu ponto de vista, essa questão é particularmente sensível, pois nós, como pesquisadores e pesquisadoras, devemos estar atento-as a esses jogos de poder no âmbito das relações, inerentes às vivências de nosso-as interlocutore-as e, principalmente, à nossa própria relação com eles ou elas.

72 Alguns meses depois de escrever esse texto, eu tive acesso a uma versão brasileira desse texto, traduzida por Heloisa Hollanda (Flax, 1991). No entanto, tendo em vista que esta foi primeira versão que consultei, o número de páginas faz referência à versão original em inglês supracitada. Citação original: “Any feminist standpoint will necessarily be partial.”

ferramentas teóricas fornecidas pela teoria marxista e os estudos culturais (Dorlin & Rodriguez, 2012; Gardey, 2007; Puig de la Bellacasa, 2014).

Haraway se faz ilustrar através de personagens que ela criou para, por um lado, ultrapassar as barreiras identitárias (para tal, ela preferirá a alcunha de “identidades fragmentadas”, ou *fractured identities*) e os antagonismos do pensamento humanista pós-renascentista (humano-máquina/humano-animal). Por outro lado, para ironizar o modo tecnicista pelo qual é conhecida a dita ciência de verdade. O ou a ciborgue (nem humana-o, nem máquina, nem homem, nem mulher – e tudo isso concomitantemente), a *Oncomouse*<sup>TM</sup> (uma sátira solidária aos ratos e ratas de laboratório utilizados nos experimentos científicos da cura do câncer de mama) e a TestemunhaModesta (*ModestWitness*, que olha desde o exterior, sem se misturar) exemplificam a sua crítica às ciências em forma de ironia<sup>73</sup>.

Em detrimento à sua vasta produção bibliográfica e de suas diferentes facetas, focalizo aqui a Haraway autora de *Saberes localizados*, um dos textos mais citados do pensamento feminista anglo-saxão. O fato curioso é que esse texto foi, a princípio, um comentário do livro célebre de Sandra Harding, *The science Question in Feminism*, o que seu subtítulo, *a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, denuncia (Zitouni, 2012). Esse texto foi apresentado inicialmente em 1987, no âmbito de um evento realizado pela Associação americana de Filosofia, em São Francisco, e, posteriormente, publicado na primeira revista especializada em estudos feministas, a *Feminist Studies*, em 1988, volume 14, número 3, pp. 575-599 (Zitouni, 2012, p. 46). A versão em português será publicada poucos anos depois, traduzida por de Mariza Corrêa (Haraway, 1995).

Nesse artigo, que veio a se tornar capítulo de um de seus livros, Haraway argumenta a favor de “uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver” (Haraway, 1995, p. 24). Em síntese, trata-se de uma reflexão crítica quanto à questão da objetividade científica. Tal objetividade, circunscrita à crítica da autora, diz de um posicionamento que distancia o pesquisador ou pesquisadora da responsabilidade pelo conhecimento que produz.

Como alternativa, propõe uma objetividade corporificada, que implica um saber localizado e parcial. Uma visão parcial, na descrição da autora, busca rejeitar

---

<sup>73</sup> Ver, no original em inglês, Haraway (1991, 2008, 2016) e, em português, Haraway (2004b; 2013).

falsos universalismos de discursos científicos que pretendem falar de todos os lugares e, ao mesmo tempo, não falar de lugar algum – o que a autora chama de “truque mítico de deus” (*God Trick*). Ao contrário, um saber situado reconhece as vicissitudes do·a pesquisador·a: os afetos implicados, as dificuldades superadas, os caminhos modificados, os trabalhos obtidos, as ferramentas produzidas, os debates e discussões realizadas com diferentes interlocutore·as, bem como suas inserções de sexo-gênero, suas experiências afetivo-sexuais, seus processos de racialização em função da cor de sua pele, do pertencimento ou origem de classe social, etc. Nesse sentido, reconhecer que o conhecimento é produzido de forma situada diz de um posicionamento – ético, político e epistemologicamente comprometido – que chama a responsabilidade pra si. A posição na qual se situa o pesquisador ou pesquisadora nas relações de poder não é mais vista como um entrave, mas como uma fonte importante de reflexão. Em suma, os saberes situados, segundo Haraway, são indissociáveis da díade saber-poder, de acordo com Foucault.

Haraway ainda nos faz lembrar da capacidade de agir dos saberes, senão da capacidade emancipadora que os discursos científicos podem operar, quando argumenta que “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham possibilidade de um futuro” (p.16). Através de uma metáfora da visão como instrumento de mediação entre pessoas e objetos, sugere que os “modos de ver” constroem “modos de vida”, ou seja, criam sujeitos, categorias e classificações, que, como vimos, podem ser utilizadas a serviço de interesses dominantes, mais igualmente da·os que se encontram à margem.

Por objetividade corporificada, ela não está se referindo a um corpo reificado, coisificado, material, mas a um corpo teórico reconhecível, que possui um nome, que reivindica um lugar, que atua dialogicamente e que se constrói nessa relação. Para a autora, as explicações do mundo não acontecem como num processo de decodificação de sinais que estão à espera de serem lidos, antes os objetos não preexistem, “não dependem da lógica da ‘descoberta’, mas de uma relação social de ‘conversa’ carregada de poder” (p.37).

O que a autora nomeia de objetividade corporificada é o que tenho buscado produzir desde as primeiras páginas desta tese. Dando continuidade a esse panorama, e graças às suas coordenadas, eu poderia afirmar que me encontro particularmente situado no âmbito de uma visão feminista que se convencionou nomear pós-

estruturalista. Os autores e autoras nos quais eu me apoio teoricamente no âmbito desta tese, bem como em minhas práticas de pesquisa, fazem eco às suas afiliações filosóficas. No entanto, podemos constatar que as demarcações nítidas de limites entre essas abordagens se mostram fictícias e, às vezes, contraproduativas. De fato, podemos notar no desenvolvimento das leituras de seus textos que são produzidos num diálogo colaborativo e coletivo. As feministas situadas como “pós-modernas” se inscrevem num movimento que diz mais de prolongação que de ruptura das teorias do posicionamento (*standpoint*). Assim, mesmo alinhando-me aos saberes situados das feministas pós-estruturalistas, pensei que seria indispensável recuperar neste texto os pontos principais das teorias do posicionamento, a partir dos quais esses prolongamentos foram desenvolvidos.

Eu uso, assim, uma narrativa do meu próprio percurso para exemplificar. Meus estudos sobre as teorias do posicionamento feminista iniciaram, à ocasião do meu mestrado, pelo denso texto sobre saberes situados de Donna Haraway. Embora eu o considerasse fascinante, pois refletia o que eu considerava coerente em pesquisa (mesmo que esse texto tenha contribuído para construir esse ponto de vista), eu ignorava a que e a quem se dirigiam suas críticas. Não conhecer seus antagonistas fez com que me faltassem elementos de contexto para que eu mesmo pudesse produzir uma crítica mais consistente. É por esse motivo que, durante a tese, eu fiz uma escolha em favor de mostrar ao leitor as pegadas do caminho que eu mesmo percorri. Meu texto reflete esse exercício de apropriação que eu desenvolvi durante a redação deste capítulo teórico e metodológico. Esta pesquisa que desenvolvo aqui reivindica uma produção situada. Por esse motivo, as seguintes reflexões tomam corpo no meu olhar e em minha experiência, dentro e fora do que se convencionou nomear “campo de pesquisa”.

## 2.4 Referências geográficas de uma pesquisa fronteiriça

*É por este termo [fronteira] que eu defino habitualmente minha própria identidade. Eu a nomeio fronteiriça, ancorada, não em um lugar de ruptura, mas, ao contrário, num espaço de conexão permanente. A fronteira, tal qual eu a defino e habito, é um local onde os mundos se tocam, sem jamais se soltar. É um lugar de oscilação constante: de um espaço a outro, de uma sensibilidade a outra, de uma visão do mundo a outra. É lá onde as línguas se misturam, não necessariamente de maneira ensurdecadora, impregnando-se naturalmente uma das outras, para produzir, na página branca, a representação de um universo composto, híbrido. A fronteira evoca a relação. Ela diz que os povos se se reencontraram, às vezes na violência, no ódio, no desprezo, e que, apesar disso, eles deram origem ao significado. Ela relembra, àqueles que creem na fixidez das coisas, que nem a planta se reduz às suas raízes, mas que essas podem ser replantadas, espalhar-se num novo solo. Uma planta pode igualmente cruzar as raízes com as de uma outra e produzir um novo ser vivo. O mundo ao qual nós pertencemos é antes de tudo aquele que nós carregamos conosco.<sup>74</sup>*

Léonora Miano

O texto em epígrafe faz parte da obra *Habiter la frontière* (Habitar a fronteira, traduzido livremente, mas ainda sem tradução oficial para o português), um compêndio de conferências dadas por Leonora Miano (2012). Essa autora, de nacionalidade franco-camaronesa, recebeu em 2013 o prestigioso prêmio literário francês *Femina*. O fragmento em destaque chegou até mim na ocasião de uma oficina de leitura e tradução organizada pelo LEGS e pela Rede de Leituras Feministas (*Réseau Lectures Féministes* ou *Feminist Readings Network*), facilitado por Akila Kizzi e Heta Rundgren (integrantes tanto do LEGS como da Rede de Leituras Feministas), que aconteceu na Universidade de Paris 8, em 5 de outubro de 2018 – ano e mês no qual acontecia a eleição presidencial que viu Bolsonaro chegar ao poder.

---

74 No original : « C'est par ce terme [frontalière] que je définis habituellement ma propre identité. Je la dis frontalière, ancrée, non pas dans un lieu de rupture, mais, au contraire, dans un espace d'accolement permanent. La frontière, telle que je la définis et l'habite, est l'endroit où les mondes se touchent, inlassablement. C'est le lieu de l'oscillation constante : d'un espace à l'autre, d'une sensibilité à l'autre, d'une vision du monde à l'autre. C'est là où les langues se mêlent, pas forcément d'une façon tonitruante, s'imprégnant naturellement les unes des autres, pour produire, sur la page blanche, la représentation d'un univers composite, hybride. La frontière évoque la relation. Elle dit que les peuples se sont rencontrés, quelques fois dans la violence, la haine, le mépris, et qu'en dépit de cela, ils ont enfanté du sens. Ma multi appartenance est porteuse de sens. Elle rappelle, à ceux qui croient en la fixité des choses, des identités notamment, que non seulement la plante ne se réduit pas à ses racines, mais que ces dernières peuvent être rempotées, s'épanouir dans un nouveau sol. Une plante peut également croiser ses racines avec celles d'une autre, et engendrer un nouvel être vivant. Le monde auquel nous appartenons est d'abord celui que nous portons en nous. »

Esse texto, distribuído em uma meia folha de papel ao pequeno grupo de trabalho no qual eu me encontrava, tocou-me diretamente. A identificação foi imediata. Ele me falava de um multipertencimento e, pela primeira vez, eu aceitava, sem me culpabilizar, o sentimento de alívio por não estar em solo brasileiro. As palavras de Miano me liberavam do sentimento de obrigação de permanecer no lugar onde nasci. *Se nem a planta se reduz às suas raízes, mas que essas podem ser replantadas*, o que nos impede de gozar de tal mobilidade senão o medo da liberdade? Afinal de contas, para a planta frutificar, ela pode precisar antes mudar.

Em se tratando de saberes localizados, nada de mais apropriado que começar por descrever os territórios onde se desenrolaram uma pesquisa, onde ela está situada geograficamente. Além disso, eu não poderia afirmar que esta pesquisa, nem eu mesmo, permanecemos no mesmo lugar desde o seu início. Numerosos deslocamentos, em diferentes dimensões, acontecerem nesse ínterim: geográficos, culturais, linguísticos e disciplinares. Nesse processo, a pesquisa se transformou comigo.

Em um primeiro momento, abordarei os pontos de partida da pesquisa, a cidade de Recife, o estado de Pernambuco e o Nordeste do Brasil. Em seguida, voltarei meu olhar para as implicações, sobre a tese, da minha mobilidade a Paris, na França.

#### 2.4.1 *Viver num Recife viril*

A imagem da Figura 1 reproduz um dos muros do interior do Paço do Frevo, museu inaugurado em 2014 e dedicado inteiramente à história do Frevo, esse ritmo tipicamente pernambucano. O Paço do Frevo está situado no Recife Antigo, bairro cuja arquitetura de inúmeros de seus prédios guarda os traços do nosso passado colonial e que fazem parte do patrimônio histórico e cultural atual. O museu ocupa um desses prédios históricos, no entorno da Praça do Arsenal da Marinha.

Embora a praça do Arsenal, como é conhecida localmente, e o Recife Antigo sejam locais turísticos, esses pontos são bastante frequentados pelos moradores da cidade, principalmente aos domingos, quando o mercado de artesanato ocupa quase toda a extensão da conhecida Rua do Bom Jesus e quando bandas locais se apresentam nos arredores da praça. Tendo em vista que esses eventos acontecem nas ruas e são gratuitos, eles se tornaram um dos principais lazeres das classes populares, mas não exclusivamente. Dada a riqueza histórica e cultural da localidade, os membros das classes mais abastadas e intelectualizadas também costumam ser muito assíduos nessa região.

Mesmo eu sendo uma dessas pessoas que tinha o hábito de frequentar o bairro do Recife Antigo, a foto da Figura 1 foi tirada apenas em 2019, quando estava de retorno ao Brasil, no âmbito de uma segunda etapa de meu trabalho de campo (ver Capítulo 5 desta tese). Aquela nova forma de estabelecer uma relação com minha cidade, do ponto de vista de quem não habita mais nela e que se coloca na postura de um pesquisador, gerou um olhar de estranheza que me fez saltar aos olhos uma frase antes indiferente: o frevo é viril<sup>75</sup>.



Figura 1. *O Frevo é viril* (Bia Lessa, 2014). Recife, PE, Brasil. Foto: Diego Paz (2019)

O conteúdo da frase não é aleatório. Ele reproduz um dos mais fortes clichês sobre os habitantes da região Nordeste do Brasil, os nordestinos e nordestinas, quer sejam homens ou mulheres: a virilidade. Um estereótipo enraizado na, e valorizado pela, cultura local. As palavras da canção *Paraíba* (nome do estado do Nordeste que faz fronteira com Pernambuco), de Luiz Gonzaga, não me deixam mentir: “*Paraíba masculina; Muié macho, sim sinhô*”. A música do Rei do Baião não é, contudo, o único elemento cultural que reproduz tal estereótipo.

<sup>75</sup> Tanto essa frase, cujo autor não é mencionado, como os demais textos vistos nos muros do Paço do Frevo, foram escolhidos pela atriz e diretora Beatriz Ferreira Lessa, conhecida como Bia Lessa.

Adicionam-se a esses elementos, por exemplo, o casal lendário Virgulino Lampião e Maria Bonita. O casal viveu no território semiárido do Sertão de Pernambuco no início do século XX e permaneceu no imaginário social como a representação do povo do Nordeste. Lampião e Maria Bonita faziam parte do Cangaço, movimento situado posteriormente no que foi chamado de banditismo social (Hobsbawm, 1975). O Cangaço surgiu em resposta à repressão dos chamados Coronéis, donos de terra que concentravam o poder econômico local e exploravam a mão de obra da outra parte pobre da população, vinda dos processos de integração das antigas escravas e escravos (Hobsbawm, 1975; Rego, 2011). Lampião e Maria Bonita, Rei e Rainha do Cangaço, tornaram-se símbolos atuais, em nível regional e nacional, da imagem das nordestinas e dos nordestinos.

O personagem de Maria Bonita nasce apenas após a morte de Maria Déa, jovem de 28 anos e ex-companheira de Lampião, em 28 de julho de 1938, segundo a autora Adriana Negreiros (2018). A versão gerreira de Maria – que larga seu marido, junta-se ao bando de Lampião e carrega facões e fuzis, transformada em Maria Bonita, Rainha do Cangaço e Joana D’Arc da Caatinga (vegetação típica do Sertão) – é posteriormente integrada e explorada pela indústria cultural (Negreiros, 2018). É assim que a memória de Maria Déa, que jamais soube que se tornaria a lendária Maria Bonita, ajuda a construir a imagem do que é a mulher nordestina: um espelho da virilidade do homem nordestino. Resta saber de onde vem essa ênfase em uma tal virilidade, que mistura identidade de gênero e identidade regional, a despeito mesmo da identidade masculina nacional, já extremamente virilizada.

Durval Muniz de Albuquerque Junior, historiador, que se interessou pela “história do gênero masculino” no Nordeste, pode nos trazer algumas respostas. Segundo esse autor, o homem nordestino típico é uma figura concebida e redesenhada por uma vasta produção cultural que aparece junto com a formação geográfica do Nordeste como região, na segunda metade dos anos 1910. Ele será o retrato do esforço dos representantes de uma elite intelectual e política local, tal qual o sociólogo Gilberto Freyre e o político Agamenon Magalhães, que buscavam: criar uma identidade regional<sup>76</sup>; fazer barreira a esmagadora economia do Centro-oeste e do Sul, cujo centro econômico era São Paulo<sup>77</sup> e, finalmente, defender-se das transformações

---

76 Esse projeto fora desencorajado durante a colonização portuguesa, bem como todo sentimento de pertencimento territorial ou nacional – o “movimento regionalista tradicionalista” visava efetivamente a se desligar da dependência cultural europeia que marcava a sociedade brasileira.

77 O Nordeste, outrora região mais rica, em virtude da cultura do açúcar e do algodão, vê-se em plena

culturais que a migração europeia gerava nas cidades de suas regiões antagônicas, como no Rio de Janeiro<sup>78</sup> (Albuquerque Júnior, 2013).

Visando a definir o que seria realidade do Nordeste e sua diferença face aos fantasmas da vida moderna (moldadas por eventos como a urbanização, a industrialização e a República – que marcam a sociedade brasileira do século XX), o movimento regionalista tradicionalista se esforça em criar um rosto ao habitante do Nordeste ancorado no passado – tradicional, rural, patriarcal e até mesmo escravagista, como relembra Durval Junior (2013). O historiador explica que

“o nordestino é definido como um homem que se situa na contramão do mundo moderno, que rejeita suas superficialidades, da sua vida delicada, artificial e histórica. Um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos. O nordestino é definido como um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise, um ser viril, capaz de retirar sua região da situação de passividade e subserviência em que se encontrava” (p. 26).

Esse discurso se vê reproduzido nas práticas: ele é até os dias de hoje um motor na subjetivação de muitos homens do Nordeste. Nascido em Pernambuco, onde morei até quando vim para a França, eu cresci em relação constante com muitas pessoas, homens e mulheres, que reproduziam o machismo assumido do “homem nordestino”. Essa injunção a uma masculinidade viril troglodita foi bastante presente em minha socialização, principalmente na infância.

Eu nasci e cresci em Jaboatão dos Guararapes, município da Região Metropolitana do Recife (RMR)<sup>79</sup>. Jaboatão, como a nomeamos de forma abreviada, é econômica e socialmente clivada em duas zonas geográficas: Jaboatão Novo e Jaboatão Velho. Contrariamente às áreas ditas antigas de outras cidades (como o exemplo do Recife Antigo), não era exatamente pela arquitetura ou patrimônio histórico que Jaboatão Velho era assim nomeado. Na realidade, Jaboatão Velho, ou Jaboatão Centro, foi o local da antiga sede da Prefeitura da Cidade, que foi desmobilizada e realocada no bairro dos Prazeres (em homenagem à Nossa Senhora dos Prazeres), no Jaboatão Novo, majoritariamente metropolitano e com alguns de seus prédios à

---

decadência face ao crescimento da cafeicultura do Sul.

78 O “movimento regionalista “tradicionalista” tinha como ambição fazer da região Nordeste a imagem do que era de mais brasileiro.

79 A RMR é formada, no total, por 15 municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.

beira-mar. Uma paisagem que comunicava o extremo oposto da insalubridade de muitas residências do Jaboatão Velho.

Foi em Jaboatão Velho onde eu cresci, no mesmo domicílio de meu irmão mais novo, mãe e padrasto. Este era a própria caricatura da brutalidade, do que ele se orgulhava. Seu exercício da paternidade, uma palavra que uso com muitas ressalvas em sua referência, não se dava senão pela provisão alimentícia da casa. Minha mãe, como costureira, trabalho que exercia em casa, pois não tinha a permissão do companheiro para trabalhar fora, encarregava-se de nos vestir e dos custos com a nossa escolarização – uma separação de tarefas arbitrariamente generificada. Nenhum sinal de afeto jamais foi mostrado da parte do meu padrasto, seja no que dizia respeito ao meu irmão, seu filho biológico, ou no que dizia respeito a mim. Ao contrário, os comportamentos que não eram apreciados eram serevamente punidos com surras de cinturão, colher culinária de madeira, de galhos de árvore (lembro que os de goiabeira eram os que machucavam mais e que deixavam mais marcas), mas também de escovas plásticas de lavar as costas durante o banho e mesmo correias de motor de automóvel. Como ele era mecânico de automóveis, ele as trazia da oficina. As marcas e hematomas que ficavam já eram vistas como normais.

A correia ficava normalmente pendurada em uma das paredes da casa, sempre à vista, e era utilizada como objeto de tortura psicológica, em caso de desobediência ou quando, por exemplo, não queríamos dormir cedo. Minha mãe raramente se opunha. As surras eram a forma de punição culturalmente mais frequente. Nós não éramos as únicas vítimas, meu irmão e eu, dessa educação bárbara, mas aos poucos, quando fui crescendo, fui também percebendo que no âmbito de nosso domicílio havia mais sadismo e crueldade do que o que eu via na casa de colegas da escola, por exemplo. Não esquecerei jamais o dia em que apanhei após ele ter me visto sentir e guardar uma flor. Era seu dever fazer de nós homens de verdade, não é mesmo?

A violência não era o único sinal de masculinidade levantado como um estandarte em casa. Ele frequentemente contava histórias de quando, durante a juventude, não deixava nenhuma mulher passar; ou de quando frequentava espaços de prostituição (que chamava de “cabarés”, “zonas” ou “puteiros”). Ele fazia promessas, que eu via como ameaças, de me levar num desses lugares no dia em que eu fizesse 12 anos, para que eu perdesse minha virgindade com uma trabalhadora do sexo (que em suas palavras era uma “puta”). Isso jamais aconteceu, mas foi por muito tempo uma tortura pensar que quando eu fizesse 12 anos (12 anos!), eu teria que viver isso.

Eu desejava qualquer coisa, menos completar 12 anos. Importante também lembrar que minha mãe não era a única mulher com a qual ele vivia na época. Durante três dias da semana ele dormia na casa em que eu vivia com minha mãe e irmão e o resto da semana, na casa de outra mulher, com quem ele já tinha duas filhas. Todos e todas sabíamos e eu tinha certeza de que isso era a coisa mais normal do mundo. Eu até dizia na escola, quando falávamos no assunto família, que “meu pai tinha duas mulheres”. O assédio dirigido às amigas da minha mãe que frequentavam nossa casa era constante, com palavras (“só uma piada”) ou toques (“só tirando onda”). Afinal, não é assim que um homem de verdade se comporta?

Todo e qualquer símbolo de feminilidade era, claro, imediatamente repreendido. Por exemplo: quando eu era adolescente, minha pele do rosto tinha grande tendência acneica. Para cuidar desse problema, comecei a utilizar um creme que comprei diretamente na farmácia. No dia em que ele me viu na frente do espelho, recebi um sermão sobre o que era ser um homem. Ele vociferava, tocando o próprio rosto de forma agressiva, que um homem não passa creme no rosto. Um homem de verdade teria as marcas da vida e do trabalho “na cara”. Eu continuei a usar o creme, mas escondido. Ele também controlava o tipo de música que eu escutava. Um homem não escuta “música com mulher gritando”. Eu passei, então, a ouvir as divas pop que marcaram a minha geração durante o dia, quando ele não estava em casa, com a cumplicidade de minha mãe.

Apesar de tudo, eu me dirigia a ele como “pai”, pois por muito tempo acreditei que ele o era. Descobri apenas aos 14 anos que ele era, na realidade, “padrasto”, e que vivia com minha mãe desde que eu tinha cerca de um ano de idade. Meu “pai biológico” se recusou a reconhecer a paternidade e eu fui registrado com o sobrenome de meu padrasto. Duas práticas bastante frequentes: abandono da criança pelo pai biológico e o reconhecimento por outro homem que estivesse disposto a fazê-lo. Esta última é uma prática conhecida como “adoção à brasileira”, e que hoje se tornou ilegal. Essas são minhas duas referências de paternidade.

As violências da parte do meu padrasto terminaram aos meus 14 anos, quando, por acidente, eu o denunciei. Uma noite, após apanhar e ficar com hematomas nos braços, esperei que todos e todas dormissem e fugi de casa. Fui encontrado, pela Polícia Militar, vagando na rua as duas horas da madrugada e tive que contar o que havia acontecido. Ele foi detido, mas liberado no outro dia. Continuamos a viver na mesma casa até o dia em que minha mãe decidiu pôr fim a essa relação abusiva

e violenta. Apesar de tudo, ele nunca bateu nela. Ao mesmo tempo em que vivia tudo isso, vivia de guarda para evitar que meu segredo fosse revelado, que eu sentia desejo por meninos. Não imagino o que poderia ter me ocorrido se isso acontecesse, nesse contexto.

Após ele ter ido embora de nossa casa, e apesar das experiências de homofobia e de injunção às normas de masculinidade predominantes, em outros espaços que frequentava, fui buscando, pouco a pouco, ampliar a minha margem de manobra. Aos 15 anos, tive minha primeira experiência sexual com um garoto e fiz minha primeira amiga lésbica no Ensino Médio. Aos 18 anos, aconteceu o *coming out* para a família. Foi também, não aleatoriamente, a idade em que entrei na vida economicamente ativa e comecei a frequentar espaços de sociabilidade LGBTQIA+. Na época, o ponto de encontro principal era a Boate Metrópole, situada no centro do Recife, no “Bairro gay da Boa Vista”, aonde meu grupo e eu íamos nos finais de semana.

Alguns anos mais tarde, entrei na universidade. Em seguida, comecei o mestrado. Desde então, engajei-me na militância através do Fórum LGBT-PE. No âmbito desses espaços de militância, de sociabilidade e acadêmicos, as violências que vivi transformavam-se em um problema coletivo. A continuidade da vida acadêmica levou-me, assim, até o doutorado e, com ele, à possibilidade de associar minhas vivências pessoais e minhas lutas políticas a meus projetos profissionais e vive-versa: a possibilidade de fazer de minha carreira profissional um catalisador da potência de agir contra as violências que continuavam presentes na vida cotidiana.

#### *2.4.2 Sofrer homofobia em Paris*

Esse percurso de doutoramento conduziu-me em seguida a mudar de cidade e de país. Se essa mobilidade se deu no âmbito de meus estudos doutorais, ela não foi menos importante em minha vivência íntima, principalmente se levarmos em conta o fato de que minha pesquisa versa sobre um tipo de experiência que eu vivi e vivo em minha vida pessoal. Minha história com Paris e a França é mais recente, mas não menos pertinente.

Cheguei a Paris e, conseqüentemente, à França, no verão de 2017, em 20 de junho mais precisamente. Falo em termos de estação do ano, como o verão, reconhecendo que essa descrição parte de um ponto de vista europeu. A principal razão é que falar, em se tratando de Pernambuco, em uma divisão em quatro estações, não faz sentido. Nesse estado faz sempre calor, frequentemente muito calor e às vezes muito muito calor.

Vivendo no condomínio da Cidade Universitária Internacional (*Cité Internationale Universitaire*), situada no 14º distrito de Paris, a mudança se fazia flagrante em meu cotidiano. Eu passei a não mais viver na periferia, mas no centro da cidade. Adicionado ao deslocamento geográfico, havia o deslocamento social. A despeito de outros aspectos significativos, focalizo, na minha narrativa sobre esse período, as experiências ligadas à minha vivência da homossexualidade, homosociabilidade e homofobia em Paris.

Como para a maioria dos jovens da minha geração, os aplicativos de celular foram as primeiras ferramentas que usei para me proporcionar encontros. Eu tinha um bom conhecimento da língua francesa, e a comunicação escrita, em princípio, não era uma barreira. Porém, a pergunta sobre “quais eram minhas origens” era frequentemente feita no meio dos diálogos que duravam para além das perguntas clichês, como “o que você procura aqui?”. Senão a cor da pele, que no meu caso se assemelhava à do europeu típico, o que mais “denunciava” meu estrangeirismo? Era o nome. A resposta veio através de um desses interlocutores, segundo o qual “Diego”, “*Ça fait pas très français!*”, ou seja, não tem nada de francês. Frase conclusiva que foi seguida dos símbolos que comunicam aquele “riso amarelo”, “hahaha”, provavelmente para aliviar o comentário discriminatório com algum humor. Nas saídas à noite, em bares e boites, como The Labo ou CUD BAR, ou em festas nômades, como Flash Cocotte ou Doctor Love, meu *passing* vinha água abaixo quando eu começava a falar. Eu tinha um sotaque estrangeiro quando falava francês. Algo que era às vezes exotizado, às vezes erotizado. Bastava dizer que era brasileiro para ser hipersexualizado. O interesse dessa contextualização é o de relatar, em seguida, de uma experiência que jamais pensei viver em Paris: a homofobia.

Os aplicativos de encontro trouxeram frutos e comecei a ver pessoas em carne e osso. Foi assim que após algumas trocas de mensagens, durante alguns dias, eu fui encontrar Pierre (nome fictício), um rapaz vindo da Suíça francófona e que vivia em Paris há cerca de 2 anos em função do seu trabalho. Encontramo-nos no centro de Paris e fomos “*boire un verre*”, expressão local para dizer que fomos a um bar tomar algo, nem sempre um único copo. Tendo esvaziado nosso copo, decidimos continuar a conversa caminhando nas ruas que beiram o Rio Sena. Deixamos a mesa na qual estávamos sentados e deixei uma gorjeta para o garçom, um “*pourboire*”, que em Recife seria “o dinheiro do guaraná”. Pierre disse que fui generoso demais. Talvez eu não soubesse muito bem quanto deixar e decidi ser generoso para impressionar. Na

beira do Sena, andamos algumas dezenas de minutos até que decidimos nos sentar. O tempo estava bom e, como de costume no verão parisiense, as ruas e calçadas à beira do rio estavam repletas de pequenos grupos de pessoas que se sentavam em círculos mais ou menos irregulares ao redor de garrafas de vinho e sacos de *chips*, pra “*boire un verre*” entre “*potes*”, ou seja, para tomar algo entre amigos.

Pierre e eu encontramos onde nos sentarmos e nos instalamos no local. Sem mostrar nenhum sinal voluntário de que estávamos em um *date*, fomos de repente interpelados por um jovem ligeiramente, mas visivelmente, embriagado. Esse, vindo em nossa direção e se afastando de seu grupo de origem (todos homens), perguntava-nos em voz alta: “Ei, vocês são gays?” (“*Hé, vous deux, vous êtes gais?*”). Por medo, surpresa ou vergonha, ficamos paralisados. Visivelmente sem graça, Pierre tentou driblar amigavelmente a situação respondendo positivamente. O rapaz embriagado insistia com suas questões e parecia não acreditar no que via: “Vocês estão juntos, juntos?” (“*Vous êtes ensemble, ensemble?*”). Um casal heterossexual dificilmente seria visto, quiçá abordado, com tamanha perplexidade. Os amigos do rapaz, aparentemente menos embriagados, tomaram-no pelo braço e o arrastaram. Diante disso, continuei em silêncio, sem resposta, sem saber o que dizer. Pierre me olhou e disse que era melhor, nesse tipo de situação, não partir para o enfrentamento, pois “esse tipo de gente” poderia se irritar.

Olhando do ponto de vista do presente, a situação não parecia exatamente perigosa nem representava um risco real para nossa integridade física. Todavia, eu jamais esperei ser o alvo desse tipo de comentário público numa cidade como Paris. Sem sombra de dúvidas, eu havia superestimado a abertura à homossexualidade na Cidade Luz. Essa experiência me fez refletir ainda mais sobre como nós, no Brasil, idealizamos a vida no velho continente. Eu esperava, vindo a Paris, mais que o anonimato da cidade grande (que eu já conhecia em Recife), mas a total indiferença do olhar do outro. Mas isso não foi o que encontrei.

Esse tipo de experiência nunca mais se repetiu, principalmente porque eu adaptei minha maneira de me comportar publicamente desde então. Senti-me coagido pelo medo de ser agredido, verbal ou fisicamente. Esse sentimento permaneceu mesmo quando encontrei e comecei uma relação estável com meu atual parceiro, com quem estou desde abril de 2018. Ele também já havia confessado o receio de andar de mãos dadas na rua. Embora fôssemos dois homens gays de trajetórias bem diferentes, a homofobia nos era algo constitutivo.

### 2.4.3 Refletir desde as fronteiras

Embora eu tivesse vivido grandes experiências em nível pessoal que nutriram minhas reflexões sobre a homofobia, meu interesse em Paris era acadêmico; mesmo que eu entenda que essa distinção seja artificial e perecível. Estar na França, ou noutra país senão o Brasil, permitiu-me um distanciamento prolífico para as minhas reflexões. Um tal afastamento que se deu em diversos níveis, tanto geográfico (o mais evidente), como linguístico (na escrita da tese em francês) e disciplinar (se, no Brasil, os grupos de pesquisa no âmbito dos quais eu compartilhava minhas reflexões eram formados majoritariamente por psicólogos, na França, as trocas ocorreram em espaços interdisciplinares).

Nesse processo, uma questão se impôs: qual o interesse de estar na França e fazer uma tese sobre o Brasil? Para responder a essa questão, eu pensei bastante no exemplo da pesquisadora Sonia Corrêa. No momento da chegada da extrema-direita ao poder no Brasil, ela escreveu e publicou um ensaio em inglês sobre o ocorrido (Corrêa, 2019). Nesse momento, tão crítico localmente, foi de suma importância ter uma pesquisadora brasileira como Sonia Corrêa inserida num espaço estratégico como a *London School of Economics and Political Science* (LSE) para falar ao mundo sobre o que acontecia em nosso país. Não que eu me sentisse à altura da visibilidade de Sonia Corrêa, mas eu já podia mensurar o que significava falar, na França, no idioma local, sobre o ultraje que acontecia com as pessoas LGBTQIA+, entre outras minorias políticas, no Brasil. Não é apenas o idioma no qual o texto é escrito, mas a posição que a autora ou autor ocupa. É mais que uma questão linguística, mas o uso estratégico da geopolítica do mundo universitário.

Dito isso, compreendo os jogos de poder envolvidos nessas cenas. O fato que uma voz pronunciada de um ponto geográfico seja mais audível que pronunciada de outro ponto não faz sentido senão numa lógica de dominação pós-colonial como a nossa. Contudo, é preciso nos darmos conta de que, se nosso campo de ação está inscrito em relações de poder, nós podemos agir e nos valer delas para agir a partir de seu interior, ou até mesmo produzir novas formas de organização dessas relações. Empiricamente, sabemos da impossibilidade de inverter, da noite para o dia, as relações de força que existem entre os países do Norte com relação aos países do Sul. Mas esse sistema pode ser utilizado contra ele mesmo. Pensar de maneira decolonial não significa produzir isolamento em vez de diálogo. Valorizar o saber produzido localmente não significa se fechar para as trocas externas.

Hoje, vendo o resultado da tese, percebo a potência que ela tem. Esse é o valor de escrever uma tese sobre o Brasil, na França: dar visibilidade internacional, considerando a posição que a França ocupa na geopolítica mundial, aos eventos históricos brasileiros. Minha tese é um vetor para que as vozes de 20 pessoas LGBTQIA+, que nunca vieram à França e nem falam francês, sejam traduzidas e publicadas no hexágono europeu.

Para ensaiar o fim desta sessão, acrescento que esta tese não está apenas situada na perspectiva do autor, mas igualmente de suas entrevistadas e entrevistados. Os caminhos que me conduziram às pessoas com as quais trabalhei no âmbito deste estudo articulam nossas trajetórias de vida, pesquisador e entrevistada-os. Embora as narrativas desses últimos sejam, às vezes, contadas em terceira pessoa, elas fazem parte de histórias compartilhadas. Minha identificação com a história de minhas entrevistadas e entrevistados foi um catalizador de empatia e cuidado (pois compreendo o contexto de escuta da pesquisa como uma situação de cuidado, principalmente quando consideramos os temas que foram abordados), bem como do manejo da entrevista. Conhecer as dores dessas pessoas me ajudou a saber qual pergunta fazer e como elaborá-las com cuidado. Esses encontros começarão a ser descritos a seguir.

## CAPÍTULO 3

---

### Realizar entrevistas é coconstruir narrativas

O estudo sobre a qual esta tese foi escrita se baseia em um conjunto de entrevistas, realizadas em dois momentos distintos. Cada bloco de entrevistas fala sobre o mesmo objeto de pesquisa, a subjetividade das pessoas LGBTQIA+, a partir de dois contextos particulares. O primeiro é o Brasil desde o golpe parlamentar de 2016, com a destituição da Presidente Dilma Rousseff e a posse e governo interino de Michel Temer. O segundo inclui o período eleitoral de 2018, quando a ascensão de uma extrema-direita ultra neoliberal e conservadora acedeu à presidência com Jair Bolsonaro, e os primeiros seis meses desse governo.

A primeira e a última entrevista relativas a cada período de coleta de dados ocorreram, respectivamente, em novembro de 2016 e junho de 2017, depois em março e agosto de 2019. Essa divisão não foi inicialmente prevista, ela seguiu o caráter inesperado dos eventos nos quais o trabalho de campo ocorreu (e que é objeto do Capítulo 5).

O Capítulo 3 visa assim introduzir, em particular, os discursos produzidos nas entrevistas realizadas entre novembro de 2016 e junho de 2017, seus autores, atrizes e as questões que levantam. Na descrição da primeira fase do trabalho de campo, as entrevistas são apresentadas exatamente na ordem em que foram realizadas. Na segunda fase, descrita no Capítulo 5, busquei manter a ordem cronológica, mas os temas que as entrevistas levantavam, no entanto, se impuseram como figura e a ordem cronológica se tornou fundo.

No capítulo presente, discutirei inicialmente o método de entrevista narrativa como uma estratégia para produzir histórias de vida. Em seguida, apresento os autores e autoras destas histórias. Em seguida, reflito sobre a forma como a violência experimentada participa da construção da subjetividade dessas pessoas. Finalmente, interesse-me em como esses discursos estão inseridos em (e, de forma dialógica, testemunham de) um momento sociopolítico singular. Atravessando esses três aspectos, engajo-me numa reflexão constante a respeito de minha posição como pesquisador que fala de dentro do grupo do qual investiga, um grupo marginal em relação à norma social.

### 3.1 O método da pesquisa

No total, realizei 27 entrevistas, dentre as quais eu escolhi utilizar 20, que foram audiogravadas e posteriormente transcritas e fazem parte do meu material. No entanto, existem 21 narrativas em vez de 20, pois estou presente no texto da tese, mesmo quando não apareço explicitamente. As 7 suplementares foram realizadas junto à equipe especializada do Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco e do Centro Municipal de Referência em Cidadania LGBT do Recife (dentre os quais fazem parte assistentes sociais, psicólogos·as, advogados·as e responsáveis administrativos·as). Essas entrevistas contribuíram certamente de forma importante às minhas reflexões, todavia não as incluí no meu material de análise, pois julguei que não informavam diretamente sobre o meu objeto, mas sobre seu contexto. As 20 entrevistas, cujos discursos constituem o coração da análise, foram realizadas com pessoas autoidentificadas como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTQI+), que vivenciaram experiências de violência em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero e que se disponibilizaram a participar.

Baseando-me em Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2000), o principal modo de produção de informação foi uma série de entrevistas narrativas. Segundo essa autora e autor, o método de narração propõe escapar ao esquema “pergunta-resposta” que caracteriza a maioria das situações de entrevista. Não há necessariamente um roteiro de perguntas predefinidas, há senão questões diretivas. Na maioria das vezes, uma única questão é colocada e não necessariamente sob a forma de pergunta. Pode, de fato, tratar-se de uma sugestão de tema acerca do qual a pessoa entrevistada poderá desenvolver uma fala a partir de suas experiências e de seu percurso de vida. Para esta pesquisa, utilizei duas sugestões de tema que poderiam ser elaborados pelas pessoas entrevistadas. Por um lado, busquei conhecer melhor suas *trajetórias pessoais*, encorajando-os·as a produzir “narrativas de vida” (Bertaux, 2016). Por outro, explorei no diálogo sobre suas eventuais *experiências de violência*.

Primeiramente, a fim de conhecer melhor suas trajetórias pessoais, eu propunha que pudessem se exprimir a partir da frase: *Conte-me um pouco sobre você*. De acordo com suas respostas, eu os encorajava a abordar temas como, por exemplo, “quando e onde você nasceu”, “onde e com quem você viveu”, “conte-me um pouco sobre sua família, sua infância, sua adolescência”, quando cabível “em qual momento você deixou de viver com sua família e o porquê”. Além disso, eu os·as encorajava a falar sobre suas trajetórias escolares e profissionais, se estudavam ou desejam estudar, se já haviam trabalhado, com qual idade haviam começado a trabalhar e/ou

se trabalhavam atualmente. A título de exemplo, transcrevo abaixo uma passagem que ilustra uma das situações em que eu dava as instruções a um dos participantes:

*Diego: Hoje eu estou aqui pra te ouvir... no máximo o que eu vou fazer são algumas perguntas para esclarecer alguns pontos. Na verdade, eu não vou te fazer perguntas, mas eu vou te trazer um tema, e aí eu queria que você dissertasse sobre esse tema, que você me contasse... Não é dissertar... Porque dissertar é falar tua opinião sobre isso... Eu não quero ouvir a tua opinião sobre isso... Eu quero que você conte sobre as tuas experiências. Como foi... É... Experiências que você viveu, a partir dessas coisas que eu vou te falar. Você pode usar os termos que você quiser... É... Em momento algum aqui eu vou te julgar pelo que você falou. Não é meu objetivo... Não é julgar, não é promover nenhum juízo de valor sobre o que você falar, tá? Você pode ficar à vontade pra você falar sobre o que você quiser... É... E com os termos que você quiser. E assim, tentar dar... Trazer mais elementos possíveis à situação, entendeu? [...] Eu queria que você começasse falando da tua história de vida. Então, fala um pouquinho da tua história... Me conta um pouquinho da tua história.*

Essa passagem mostra que, no contexto de uma entrevista narrativa, não existe um roteiro rígido, que deve ser lido todas as vezes que uma entrevista é realizada. Essa espontaneidade ajuda a quebrar a frieza do ritual da entrevista, estabelece um clima de confiança mútua e proporciona um espaço de escuta acolhedor.

Em segundo lugar, eu me dirigi ao tema das experiências de violência a partir da frase “conte-me as experiências de violência que você viveu em sua vida”. Junto com os elementos de suas narrativas, pude explorar detalhes ligados a essas vivências como “qual experiência foi a mais marcante”, “onde aconteceu”, “se havia pessoas presentes”, “se haviam contado a outras pessoas ou a algum órgão público o que aconteceu”, etc. Recorria a outras questões quando necessário. O trecho seguinte mostra uma dessas ocasiões:

*Diego: Eu queria também que você falasse de experiências da tua vida que foram complicadas, ou mesmo violentas, e que tenham relação com a sua orientação sexual. Enfim, talvez seja um tema delicado pra você... É, compreendo que possa ser um tema delicado... Só pra lembrar que você não vai ser identificado e só quem vai ter acesso à gravação sou eu... Mas veja também esse espaço com uma oportunidade de você falar coisas que você não teve oportunidade ou coragem de falar com outras pessoas.*

Reconhecendo que essa separação foi pedagogicamente útil para a organização das entrevistas, constatei, contudo, que as narrativas de violência já estavam no coração das narrativas de vida, em suas trajetórias pessoais. A resposta de um de meus entrevistados às perguntas anteriores, logo no início da entrevista, lança luz sobre esta fluidez do discurso:

*Jair: Pronto... Eu me chamo Jair [nome fictício], eu tenho vinte e quatro anos... É... Eu nasci aqui em Recife... E... Meus pais são separados, moro com minha mãe. Tenho um irmão, que agora é casado, mas antes morava com a gente... É... Meu pai tem um outro relacionamento, desde quando eu tinha dois anos, e aí ele construiu a família dele, ele tem quatro filhas, que inclusive são gêmeas e gêmeas... Com onze meses, ele teve o prazer de ter outra barriga no caso de... Quatro filhas, enfim... É... A gente se dá super bem, eu e ele... E tudo mais... Ele vai visitar a gente e tudo certo. Mas aí eu moro com a minha mãe, né? E aí surgiu a... Depois de um certo tempo, eu me senti na obrigação de dizer sobre minha orientação sexual pra eles... E aí... Não que fosse uma satisfação... Mas que deixasse eles cientes, porque eu acho que eles deveria saber por mim, e não pelos outros.*

*Diego: Tu tinhas que idade?*

*Jair: Uns vinte e dois, vinte e três... Não, vinte e dois! Entre vinte e um e vinte e dois. Aí eu tirei proveito da situação, né? Só que aí meu pai foi embora, né? Não sei o que... Minha mãe ficou... E aí como eu moro com a minha mãe eu sofri bem mais né? De tipo... Ela já botou [risos]... Socorro! [risos irônicos] Ela já botou, meio que água benta pra eu tomar banho, e tudo mais... E assim, eu: meu Deus, eu não tô acreditando que vou me passar pra isso...*

O discurso de Jair (nome fictício, ver Quadro 7) é apenas um exemplo, entre outros que testemunhei durante as entrevistas, da complexidade do campo. As entrevistas não acontecem, como não aconteceram, numa ordem ou script pensados anteriormente. Dito isto, considero que essa imprevisibilidade é a própria riqueza do trabalho de pesquisa.

Como argumenta Kastrup (2015), o trabalho de pesquisa (re)configura-se à medida de sua própria trajetória de realização, e o desafio para o pesquisador ou pesquisadora é o de seguir as pistas para mover-se através do campo e mapear processos mutáveis e não objetos fixos. “O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional do método – não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (metá-hódos), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas.

A reversão afirma, então, um “hódos-metá.”; como afirmam Eduardo Passos, Virgínia Kastrup et Liliana da Escóssia (2009, p. 17).

Nesse sentido, na sessão seguinte, sigo as pistas dadas pelo-as entrevistado-as para entender o processo de produção de suas subjetividades como uma resposta à violência. Minha posição no campo é o ponto de partida, e um ponto de referência importante, que me permitiu mapear as redes que nos colocam em relação.

### 3.2 Os-as coautore-as das narrativas

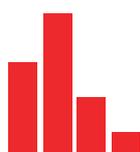
Esta seção será dedicada aos interlocutores e interlocutoras com quem eu pude criar narrativas e reflexões no âmbito deste estudo. Eu tomo minha própria posição no campo como ponto de partida a fim de cartografar as redes que nos colocam em relação. Essas redes foram mobilizadas a partir das inserções institucionais no meio acadêmico e do ativismo político, mas também de encontros e vínculos que acontecem nos espaços não institucionalizados, criados durante e mesmo antes do início formal desta pesquisa.

Os-as autores-as das narrativas que compõem esta tese foram recrutados, primeiramente, a partir de indicações que aconteceram num dos espaços de inserção política em que eu estive inserido mesmo antes da realização desta pesquisa e que fomentaram as reflexões de sua concepção. Optei estrategicamente pelo Fórum LGBT-PE — uma articulação política dos movimentos sociais que atua na defesa dos direitos humanos, que reúne a sociedade civil organizada e ativistas independentes —, pois entendi que os-as integrantes desse coletivo seriam informantes estratégicos para o acesso aos meus interlocutores. Para ampliar a perspectiva, novos-as interlocutores-as foram alcançados através do método “bola de neve”, em que cada entrevistado-a indicava um-a ou mais novos-as entrevistados-as.

Uma síntese de seus perfis é apresentada no Quadro 2. Estas informações foram recolhidas no início das entrevistas a partir de questões formuladas visando ao reconhecimento do que se convencionou chamar de perfil socioeconômico. Em seguida, eu desenvolvo, ao longo de pequenas narrativas, a apresentação de cada uma das pessoas entrevistadas. O resumo da trajetória individual de cada um-a dos-as entrevistados-as abaixo apresenta também a forma como os conheci e os momentos informais – conversas no cotidiano — que antecederam o encontro para a produção da entrevista audiogravada, como forma de refletir sobre minha inserção no campo e como estamos – pesquisador e informantes – situados.

Mesmo tendo obtido a autorização por escrito do uso das narrativas e opiniões, pela assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE, ver no Anexo I), os nomes civis ou sociais das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa foram modificados por outros fictícios. Esses nomes foram escolhidos em diálogo com as pessoas entrevistadas, no sentido de preservar a posição social e cultural que elas ocupam. Informações que poderiam identificá-las também foram cuidadosamente modificadas ou omitidas. Nesse caso, as devidas observações serão realizadas no decorrer da redação do nosso texto ou na ilustração dos fragmentos de suas falas. Essas precauções visaram à garantia do anonimato, considerando o conteúdo íntimo e delicado das entrevistas e das implicações éticas da relação entre pesquisador e as entrevistadas e entrevistados. Além disso, essa medida segue as linhas diretrizes e as normas regulamentares de pesquisas com seres humanos do Conselho Nacional de Saúde (CNS, Brasil, Resolução 466/12).

Além disso, para fins desta tese, decidi tornar anônimos os-as entrevistado-as, dando-lhes pseudônimos de personalidades históricas na luta pelos direitos LGBTQIA+, quando possível, do estado de Pernambuco ou da região Nordeste do Brasil. Essa escolha se justifica, pois, apesar de suas lutas, seus nomes ainda não são suficientemente conhecidos. Por um lado, a história do movimento LGBTQIA+ ainda está reduzida, em nível global, aos eventos de Stonewall nos Estados Unidos. Por outro lado, no Brasil, o foco está nas regiões do Sul do país. Esse-as ativistas, aos quais presto homenagem nesta pesquisa, são, assim, duplamente invisibilizados. A dificuldade que tive em encontrar informações publicadas que versam sobre essas pessoas atesta isso. Portanto, busquei reconstruir, resumir e compartilhar suas histórias, o que em muitas ocasiões só foi possível graças à ajuda deles e delas.



## PERFIL

Perfil socioeconômico, de sexo, gênero e orientação sexual do·as entrevistado·as

Nº	Nome fictício	Idade*	Sexo**	Identidade de gênero***	Orientação sexual***	Religião	Raça***	Profissão
1	Roberto	21	Homem	Masculina	Gay	Nenhuma	Negra	Técnico em Enfermagem
2	Paulete	40	Homem	Feminina <sup>(T)</sup>	Heterossexual	Nenhuma	Parda	Técnica em Enfermagem
3	Rildo	19	Homem	Masculina	Gay	Nenhuma	Parda	Operador de telemarketing
4	Jackson	28	Homem	Masculina	Gay	Umbanda/ Evangélica	Parda	Auxiliar de cozinha
5	Jair	24	Homem	Masculina	Gay	Católica	Negra de pele clara	Estudante de Direito
6	João	27	Mulher	Masculina <sup>(T)</sup>	Heterossexual	Nenhuma	Branca	Sem profissão
7	Weligton	21	Homem	Masculina	Bissexual	Nenhuma	Negra	Estudante de Direito
8	Miriam	40	Homem	Feminina	Bissexual	Católica	Branca	Analista de TI
9	Riva	31	Mulher	Não binária <sup>(T)</sup>	Lésbica	Nenhuma	Branca	Psicóloga
10	Jean	29	Homem	Masculina	Bissexual	Nenhuma	Branca	Dentista
11	Thânia	22	Homem	Travesti <sup>(T)</sup>	Heterossexual	Candomblé	Parda	Estudante de arquitetura
12	Sandro	23	Homem	Masculina	Gay	Católica/ Candomblé	Branca	Estudante de psicologia
13	Bianca	39	Homem	Travesti <sup>(T)</sup>	Bissexual	Nenhuma	Branca	Estudante de psicologia
14	Marielle	43	Mulher	Feminina	Bissexual	Nenhuma	Branca	Assistente social
15	Fátima	29	Mulher	Feminina	Sapatão	Jurema	Preta	Psicóloga
16	Thiago	29	Homem	Masculina	Gay	Nenhuma	Branca	Estudante em sistemas de informação
17	Paulo	29	Homem	Masculina	Gay	Evangélica	Branca	Professor universitário
18	Demétrio	27	Mulher	Masculina <sup>(T)</sup>	Heterossexual	Candomblé	Negra	Ambulante
19	Laerte	40	Homem	Masculina	Gay	Candomblé	Negra	Arte educador
20	Dandara	28	Homem	Feminina <sup>(T)</sup>	Heterossexual	Católica/ Candomblé	Branca	Estudante de educação física

\* No momento da entrevista. \*\* Atribuído no nascimento, de acordo com a genitália. \*\*\* Auto-atribuída. <sup>(T)</sup> Refere-se a um entrevistado ou entrevistada cuja identidade de gênero atual não corresponde ao sexo atribuído no nascimento, i.e. situa-se no campo das identidades trans.

### 3.2.1 Roberto busca ajuda no Fórum LGBT-PE

Roberto<sup>80</sup>, 21 anos no momento da entrevista, identifica-se como homem, no que concerne a sua identidade de gênero, e como negro, no que se refere a sua cor de pele. Respostas essas produzidas com a orientação do questionário socioeconômico que propus no curso das entrevistas. Seus parceiros amorosos e sexuais são homens e ele se define como “gay”. Até o dado momento, vivia numa comunidade popular da periferia da Região Metropolitana do Recife (RMR) com sua avó materna e seu irmão mais velho de 22 anos. Outros membros da família habitavam a mesma comunidade, tais quais uma prima, com a qual ele desenvolveu um forte vínculo, e um outro irmão de 14 anos, o mais novo, e também um dos personagens centrais na sua narrativa, tendo em vista a posição ativa que esse ocupa no episódio de violência que ele nos contou.

Sua história chega até mim antes dele mesmo. Era um dia em que esperava o início de uma das reuniões do Fórum LGBT-PE – a primeira após a Parada da Diversidade de Pernambuco, evento organizado pelos membros das organizações que compõem essa instituição –, quando discutíamos com outros colegas de militância. As reuniões do Fórum LGBT-PE aconteciam de maneira regular no prédio do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Pernambuco (SINTEPE), a algumas ruas da Universidade Católica de Pernambuco, no centro do Recife.

Durante a hora que nos restava, nós falávamos, entre outros assuntos, sobre o tema da nossas pesquisas e sobre como elas se desenvolviam. Um dos colegas que nos ouviam, um jovem gay de seus vinte e poucos anos e membro de uma associação voltada para um público cujo perfil se aproximava de sua própria descrição, começou a contar um caso recebido no grupo de mensagens *WhatsApp* de sua associação. Segundo ele, outro membro dessa mesma associação teria sido procurado por um jovem de seu grupo social, que se encontrava em uma condição de vulnerabilidade em decorrência de sua homossexualidade e buscava apoio.

Tratava-se de um jovem que teria sido obrigado a sair de sua casa por ter sido ameaçado de morte por seu irmão. Adicionava-se a isso o fato de não ter recebido o apoio de parte de sua família, que tendia a ter escolhido o lado do irmão e possível agressor. Aparentemente não havia nada pior do que a homossexualidade nessa escala interna de valores familiares.

---

80 Como é o caso de muitos dos nomes fictícios escolhidos para preservar o anonimato das pessoas que entrevistei, eu homenageio aqui uma personalidade da memória LGBTQIA+ de Pernambuco. Estou me referindo a Roberto França, ator que adotava o pseudônimo artístico de Pernalonga (Quadro 3).

Logo que obtive os meios, contatei Roberto. Num primeiro momento, propus um espaço no qual poderíamos discutir pessoalmente sobre o que e como teria acontecido. Para esse primeiro encontro, convidei um colega de trabalho – igualmente doutorando em Psicologia clínica e pesquisador em gênero e sexualidade – para que pudéssemos dividir os receios, as inseguranças e a responsabilidade sobre alguém que nem ao menos me conhecia, mas que havia depositado em mim uma enorme confiança. Eu havia recentemente recebido o acordo do comitê de ética em pesquisa e essa iria ser a primeira entrevista do trabalho de campo. No entanto, aquele momento era um híbrido de pesquisa de campo e espaço de acolhimento e suporte. Suas particularidades, eu conhecia os afetos vividos por aquele entrevistado. Sendo assim, na tarde do dia 12 de novembro de 2016, em um café situado no interior de uma grande livraria do centro do Recife, encontramos Roberto.

---

 **PERFIL DE  
ROBERTO FRANÇA (PERNALONGA)**

Pernalonga foi o pseudônimo artístico adotado pelo ator Roberto França, que era também (ou mais) conhecido como Perna – de acordo com a psicóloga e pesquisadora brasileira Aida Rodrigues (2016). Rodrigues, por meio de pesquisa realizada no Arquivo Público Estadual (APEJE), faz-nos saber que em plena ditadura militar, entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, Perna era abertamente “homossexual” e reivindicava seu lugar no espaço público como tal, tonando-se um ícone político da época. Pernalonga foi membro do Vivencial Diversiones. Grupo de teatro símbolo da transgressão, surgido em 1974, em Olinda, o Vivencial Diversiones era formado por homens travestidos em mulher, que colocavam em cena a homossexualidade, a violência e o uso de drogas ilícitas (Araújo, 2015). No Brasil, a alcunha de Pernalonga se tornou conhecida por ser a tradução do nome do célebre personagem de desenho animado *Bugs Bunny*, da empresa americana Warner Bros. No seu uso cotidiano, a palavra, formada pela justaposição de “perna” e “longa”, contém uma ambiguidade com conotação sexual, pois faz referência a um membro inferior, que pode ser a perna, mas também um grande pênis, figurativamente tão longo quanto uma perna. Tal duplo sentido parecia convir a Pernalonga, artista pernambucano que homenageio aqui, cuja indumentária dita feminina recobria uma genitália associada ao corpo masculino. Travesti, negro-a, pobre, vivendo na periferia de uma cidade do Nordeste, Pernalonga foi um-a precursor-a ainda pouco conhecido-a de uma história das homossexualidades no Brasil ainda narrada do ponto de vista sulista (onde se encontram as regiões mais economicamente desenvolvidas), em produções que dizem contar a história nacional do movimento LGBT+, mas que estão restritas ao eixo São Paulo e Rio de Janeiro (Facchini, 2005; James N. Green, 2019; James Naylor Green et al., 2018; Macrae, 2018).

---

### 3.2.2 Paulete foi agredida no Baile dos Artistas

Encontrei Paulete<sup>81</sup> participando das reuniões semanais do Fórum LGBT-PE. Eu havia recentemente me reinvestido de maneira assídua no âmbito dessa instituição depois de uma pausa entre o fim da redação de minha dissertação de mestrado e o início do doutorado. Paulete chegou aproximadamente no mesmo momento que eu para representar uma das associações que compunham o Fórum LGBT-PE. No início, não tivemos numerosas oportunidades para conversar, mas um fato que ela contou no fim de uma reunião, a um integrante desse coletivo e a mim, fez-me perceber que ela seria uma interlocutora potencial para esta pesquisa.

Na semana seguinte ao carnaval, Paulete nos contou que participou do Baile dos Artistas, onde ela foi vitimada por uma agressão física. Entre as tradicionais festas do carnaval de Recife, esse baile tradicional, que aconteceu pela primeira vez em 1975, é conhecido como um evento tipicamente LGBTQIA+. Paulete nos conta, em primeiro lugar, que foi empurrada sem motivo aparente por um dos seguranças do local enquanto dançava e, porque ela o empurrou de volta, foi imobilizada e agredida por esse mesmo segurança e outros dois de seus colegas.

Após ter ouvido o que se passou, era evidente para mim que ela deveria mover uma ação judicial contra a organização da festa. Mas não para ela. Paulete acrescenta que ela já havia tentado mover esse tipo de ação contra outro estabelecimento devido a um outro episódio de agressão, mas, mesmo depois de alguns anos, ela nunca obteve a justiça que esperava. Mesmo fragilizada pelo que havia acontecido no Baile dos Artistas, ela não tinha nenhuma intenção se submeter a ainda mais violência institucional nem do Estado, no contexto de uma delegacia ou pela ineficácia do sistema judiciário brasileiro. Ela, então, decidiu deixar esse episódio passar.

Sem dúvida, sua história mereceria se tornar visível, mas eu decidi de não propor sua participação na minha pesquisa imediatamente, pois ela se encontrava ainda bastante tocada. Naquele momento, eu joguei que o mais importante era oferecer um espaço de acolhimento. Assim, sabendo que a veria pouco tempo depois, aguardei até a semana seguinte para propor que pudéssemos realizar uma entrevista.

Foi assim que nos encontramos posteriormente, na manhã do sábado 25 de março de 2017, na UNICAP. Paulete me aguardava no pequeno jardim diante do prédio da Biblioteca Central. Como de costume, em Recife, era um dia ensolarado e

---

81 Escolhi o nome fictício Paulete em homenagem a Paulete Godard (Quadro 4).

ela usava grandes e redondos óculos de sol. Sua bolsa apoiada no antebraço permitia o gesto tipicamente feminino do punho dobrado. Deste modo, nossa entrevista se deu numa sala reservada, no interior daquele prédio.

Tendo sido registrada como homem no momento do seu nascimento com o sexo masculino, Paulete identifica-se como mulher, no que diz respeito a sua identidade de gênero, como heterossexual, baseada no seu desejo por homens. Ela corresponde ao que foi convencionalmente chamado de mulher trans<sup>82</sup>. Em discurso, ela desliza entre essa identidade, higienizada e herdada do discurso médico, e a identidade de travesti, que tensiona por seu caráter politizado. Ela estava com 40 anos no momento da entrevista e, apesar de sua densa formação e experiência profissional como auxiliar de enfermagem, ela encontra sérias dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Na ocasião, estava desempregada, o que ela qualifica como a pior das discriminações.

Órfã de seu pai, que faleceu tragicamente em um acidente de trabalho, Paulete viveu no início de sua infância a rejeição de sua mãe, cujo segundo marido não aceitava filhos ou filhas de relações anteriores, o que fez com que Paulete crescesse na casa e sob os cuidados de sua avó materna. Essa última, bastante presente e protetora, ocupa um lugar significativo no seu discurso sobre esse período de sua vida. Todavia, os momentos de abertura eram contrastados pela afirmação de uma performance masculina durante os finais de semana com sua mãe.

Após a morte do segundo companheiro, sua mãe constitui uma nova relação amorosa. Com um homem a quem ela se habituará a se dirigir como “pai” desde os cinco anos de idade. Dessa relação, sua mãe tem uma menina. No âmbito da relação com a irmã caçula, Paulete produz subterfúgios lúdicos que colocam em cena um movimento de proteção e projeção.

Aos seus 15 anos aproximadamente, Paulete se vê obrigada a morar com sua mãe em decorrência de uma enfermidade grave que acomete sua avó. Ela descreve esse período como bastante difícil, tendo em vista a pressão de sua mãe e de seu “pai” no sentido de uma conformidade de seu modo de agir àquilo que é normativamente estabelecido para “um menino”. Posteriormente, sua avó faleceu alguns anos mais tarde, em 2002, quando Paulete tinha a idade de 25 anos. A experiência é trazida em seu relato como algo extremamente marcante em sua história.

---

82 Neste trabalho, utilizo a palavra “trans” como uma categoria mais ampla, que inclui as diferentes nomeações da experiência das transidentidades, como travesti, transexual ou transgênero.

O controle de sua família a encoraja a buscar novos espaços mais acolhedores fora de casa, onde é possível vislumbrar a construção de uma rede de apoio. Contudo, ao mesmo tempo em que essas novas relações produzem microespaços de liberdade, persiste a ambiguidade do sentimento de não conformidade com as práticas do grupo. Esse aglomerado de elementos incompatíveis torna possível uma produtiva matriz de novas formas de construção de si. Nesse contexto, e na sequência de outros acontecimentos e encontros, produz-se uma rede de condições de possibilidade para um processo de modificação corporal do masculino para o feminino e a movimentação de um jogo performativo de construção-afirmação de uma identidade trans.

Paulete volta a morar com sua família, no entanto seu corpo está reconstruído pelos hormônios e pelo silicone. Ela tem “belos seios” – a marca mais cuidada de sua estética feminina, além dos cabelos longos e loiros, quadris largos e uma voz mais suave. Em termos butlerianos<sup>83</sup>, o gênero produziu um corpo e, particularmente – à medida que se mantém a coerência interna da relação causal entre sexo, gênero e desejo –, um sujeito socialmente inteligível. Esse efeito de coerência, mesmo que fictício e precário, é suficiente para acalmar seu pai.

O descontentamento persiste, todavia, na relação com sua mãe, que nega o reconhecimento do seu nome social e continua a chamar-lhe pelo seu nome civil masculino. No âmbito dessa relação, Paulete é uma pessoa estranha que não faz parte da família: “*Você matou meu filho!*” é uma frase dita frequentemente por sua mãe. Posteriormente, num contexto em que sua mãe é acometida por uma enfermidade grave, esse vínculo conturbado não será empecilho para que Paulete renuncie a uma considerável parte de sua vida pessoal para prestar-lhe cuidados durante um período que chega a durar dois meses.

Essa contingência dramática engendra consequências fortuitamente positivas para a vida profissional de Paulete. Sua inserção numa instituição de saúde contribui para o desenvolvimento de uma rede profissional que começa a indicá-la para trabalhos informais como “cuidadora” na casa dos pacientes após terem recebido alta. Posteriormente, ela fará um curso técnico de enfermagem financiado pela família de um desses pacientes.

---

83 Como concebido por Judith Butler (2006a), “a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”, no enquadre de uma matriz de inteligibilidade cultural, no âmbito da qual os “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.” (p. 38).


**PERFIL DE  
PAULETE GODARD**

Paulete Godard foi o pseudônimo artístico de Paulo Rogério, jornalista, artista e colega de Pernalonga (ver Quadro 3, sobre Pernalonga) no Vivencial *Diversiones* (A. C. B. Rodrigues, 2016). O pseudônimo da Paulete Godard pernambucana (escrito com apenas um “t” e um “d”) relembra o nome e sobrenome da atriz americana Paulette Goddard (grafados com dois “t” e dois “d”), conhecida principalmente pelo papel principal em *Tempos Modernos*, de Charlin Chaplin, lançado em 1936. Paulete foi editora da coluna *Mundo Guei*, publicada entre outubro de 1979 e abril de 1980, no jornal *Diário da Noite* – a fonte documental do estudo de Rodrigues (2016). Segundo Rodrigues, os textos de Paulete, mais do que documentar, narravam o Recife homossexual dos anos 1970-1980, seus espaços de convivialidade e círculos de militância, produzindo, assim, um “estilo de vida guei” politicamente estratégico para aquele momento histórico.

Para além dos limites do doméstico, Paulete me relata outros episódios, os contextos nos quais se desenvolvem e as diferentes interlocutoras e interlocutores com os quais ela compartilhou essas experiências. À medida que os retraço, tento realizar análises que valorizam sua capacidade de produzir modos de ação – de existir e resistir – e as formas de se construir a si mesma face à violência.

### 3.2.3 *Rildo, gay, nem muito negro nem muito branco*

A participação de Rildo<sup>84</sup> na pesquisa aconteceu pela indicação de Roberto, seguindo a estratégia de “bola de neve”. Eu havia perguntado se ele conhecia alguém que havia vivido “uma situação semelhante àquela em que ele se encontrava”. Ele sugeriu que eu falasse com Rildo, que tinha sido um de seus ex-namorados, e me deu suas informações de contato. Telefonei, então, para Rildo e contei a ele sobre a pesquisa. Ele, por sua vez, mostrou grande disponibilidade. Ele trabalhava para uma grande empresa de telemarketing sediada a poucos quarteirões da UNICAP, também no bairro de Boa Vista. Ele gentilmente concordou com que nos encontrássemos durante seu intervalo. Era 1º de abril de 2017, uma tarde.

Meu entrevistado, um homem cisgênero de 19 anos, afirma ser gay, mas diz que também tem atração sexual por mulheres. Em suas palavras: “*o mundo é muito pequeno pra eu me limitar, assim, já tive relações com mulheres, poucas, [eu me sinto mais atraído] por homens, só que eu não me limito a isso, se eu sentir desejo de ficar com uma menina,*

<sup>84</sup> Presto aqui minha homenagem a Rildo Veras (Quadro 5).

*eu fico*". Um discurso que revela a natureza frágil das identidades sexuais, perecíveis face à fluidez do desejo.

Com relação à sua identificação racial, ele se considera "pardo", o que ele explica como "*nem muito negro e nem muito branco*". Segundo o IBGE, "pardo" é a terminologia oficial para qualificar uma pessoa "multirracial" ou "mestiça"<sup>85</sup>. Contudo, como demonstrou o antropólogo e pesquisador brasileiro Lívio Sansone (2004), além das classificações oficiais, coexiste na sociedade brasileira uma multiplicidade de outros termos para se referir a si mesmo no que diz respeito à identidade racial, dos quais a cor da pele é apenas um critério. Os termos usados para responder à pergunta sobre a "cor", observa Sansone, levam em conta características corporais (além da cor da pele, também são consideradas, por exemplo, a textura do cabelo ou sua aparência geral ou a maneira como a pessoa se veste), mas buscam, além disso, marcar posições sociais e culturais. Sansone afirma também que, em contextos nos quais as diferenças de cor tendem a ser minimizadas, as pessoas evitam as palavras "preto" ou "negro" e preferem outras mais socialmente aceitáveis, tais como "pardo" ou "escuro" ou "moreno". Este último é um dos mais populares.

O uso destes termos, como "pardo" ou "escuro" ou "moreno", reproduziria uma lógica racista, pois encobriria uma vergonha da palavra "preto·a" ou "negro·a", como forma de autoidentificação. Em vez de negro·a, que teria uma carga social negativa, preferiria-se nomear a si (ou a outrem) de moreno·a ou pardo·a. Os movimentos antirracistas contemporâneos almejam reverter essa lógica, transformando a vergonha do termo "negro" em orgulho, encorajando as pessoas "não brancas" a se identificarem como negras ou negras de pele clara.

O pesquisador ressalta que a preferência pela palavra "moreno" provavelmente deriva de sua polissemia. Segundo o autor, essa expressão funciona como um termo guarda-chuva que pode designar quase todos os tipos de aparência física não branca: uma pessoa branca com cabelo preto; uma pessoa com pele bronzeada; alguém mestiço·a; uma pessoa negra com pele clara ou pele escura e características negroides. Todos esses exemplos podem se dizer "morenos" ou, no feminino, "morenas". Como "moreno·a" não aparece nas classificações do IBGE, "pardo" seria seu análogo,

---

<sup>85</sup> O termo "pardo" é também uma das categorias étnicas e raciais utilizadas no contexto do Censo nacional, realizado a cada década pelo IBGE. Segundo essa instituição, os cinco termos oficiais para nomear grupos de pessoas conforme a cor da pele são: "brancos", "pretos", "pardos", "amarelos" (usado para qualificar asiático·as) e, finalmente, "indígenas" (utilizado para agrupar os povos ameríndios do Brasil).

gozando da prerrogativa de status oficial. Em resumo, de acordo com Sansone, dizer-se “pardo·a”, “moreno·a” ou “escuro·a” não significaria necessariamente ter a pele mais clara que uma “pessoa negra”. Essas seriam formas de não se denominar, em certos contextos, “preto·o” ou “negro”. Pois, para Sansone, dizer-se “negro” é o resultado de um complexo processo de autodescoberta e reconhecimento. Essa observação tem uma ressonância particular na forma como alguns das entrevistado·as nesta pesquisa constroem suas respostas à questão da identidade racial.

Parece-me interessante, por exemplo, observar que a maneira pela qual Rildo justifica seu pertencimento a uma identidade racial é diferente da maneira pela qual outros entrevistados, como Jair e Weligton (que serão apresentados abaixo), rejeitam a ambiguidade de palavras como “pardo” e/ou “moreno” e reivindicam uma identidade negra. Isso pode ser explicado pela proximidade dos dois últimos com o debate político em torno do termo, com o qual Rildo não está particularmente familiarizado. De uma maneira ou de outra, esses exemplos mostram o caráter social e especialmente político desses modos de identificação.

É importante lembrar que, embora me concentre nas respostas à violência que surge das normas de gênero e sexualidade na construção da subjetividade, não perco de vista o fato de que esses processos não são marginais a outras dinâmicas sociais de opressão, tais como a racialização. O que a narrativa de Rildo mostra particularmente.

Rildo nasceu em Abreu e Lima, município da RMR-PE. No entanto, ele cresceu em Natal, cidade do Estado do Rio Grande do Norte, situada a cerca de 270 quilômetros da cidade onde nasceu. Rildo viveu em Natal, no bairro litorâneo de Redinha Velha, entre os dois e os dezessete anos de idade. Embora a prática religiosa não fosse a característica mais proeminente de sua formação familiar, Rildo se converteu à religião evangélica em sua adolescência. Hoje, ele se vê como alguém que possui uma fé, mas diz não pertencer a nenhuma religião. No entanto, ele ainda frequenta a igreja ocasionalmente.

Seu retorno ao Recife é descrito como um momento significativo, pois foi algo que aconteceu contra sua vontade e foi marcado por conflitos com seu pai biológico. Este se opunha vigorosamente ao fato de que seu filho vivesse relações amorosas e sexuais com parceiros do mesmo sexo e ainda cultivasse uma rede de convívio com outros homens gays. Para Rildo, o retorno a Recife significou uma ruptura abrupta de vínculos importantes de amizade. Ele o simboliza como a pior situação que ele já viveu por causa da homofobia. Uma experiência descrita com muita dor e lágrimas, que ele atribui à homofobia de seu pai.

Na época de nossa entrevista, Rildo estava morando com sua mãe e seu padrasto. Este último também não aceita a homossexualidade de seu enteado e já chegou a dar a sua esposa o ultimato de escolher entre Rildo e ele. Quatro outros filhos do casal moravam na mesma casa. Rildo me confiou que seu padrasto fazia constantes insinuações de que ele acabaria influenciando seus filhos biológicos, fazendo-os “se tornarem homossexuais”. Rildo também me relatou que seus meio-irmãos também tendem a reproduzir posturas homofóbicas. Ele me fala precisamente de um episódio em que um de seus meio-irmãos, de dez anos, pediu-lhe para que ele não fosse mais buscá-lo na escola, pois seus amigos estavam “fazendo comentários”. *“Aquilo me doeu, escutar isso dele. Certo que quando a gente briga um esculhamba o outro, aquelas coisas de irmão. Só que [se] sentir rejeitado, sentir que um irmão sentiu vergonha de você... Aquilo acabou com a minha vida”*, reconhece Rildo.

Essas situações o levaram, por um período, a deixar sua casa com a ajuda de seu então namorado, que era Renato, meu primeiro entrevistado. Rildo viveu com a prima de Renato por algumas semanas. Apesar do bom relacionamento que tinha com ela e seus três filhos, ele decidiu voltar a viver com sua mãe e seu padrasto. Ele diz que, embora a prima de Renato o fizesse se sentir muito bem-vindo, ela já enfrentava dificuldades financeiras para alimentar seus três filhos e a si mesma, e ele julgava que mais uma boca para alimentar estava fazendo uma grande diferença.

Na época da entrevista, Rildo ainda vivia com sua mãe, padrasto e meio-irmãos. Trabalhar agora significava que ele podia passar menos tempo em casa e, conseqüentemente, vivenciava menos a homofobia em sua casa. No entanto, essa fuga não o dispensava de insultos sistemáticos e de comentários de estranhos, que ele ainda costuma ouvir, mesmo nas situações mais comuns, como ir à padaria do bairro para comprar pão.

 **PERFIL DE  
RILDO VERAS**

Rildo Veras Martins nasceu no dia 1º de novembro de 1975, em Tabira, município com população estimada em cerca de 29.000 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013), localizado no interior de Pernambuco, mais precisamente no Sertão do estado. Ele concluiu seus estudos de graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em 2007, e se especializou em Gênero e Sexualidade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2011. Para a finalização desses dois ciclos acadêmicos, Rildo trabalhou sobre a violação dos direitos humanos dos «homossexuais», como graduado, na UFRPE, e depois dos «LGBT», durante sua formação na UERJ. Isso mostra sua atenção desde cedo às vítimas da violência de uma sociedade hétero-cis-patriarcal. Em 2005, Rildo iniciou seu ativismo institucional na pioneira ONG Leões do Norte. Em novembro de 2009, ele foi nomeado Assessor Especial do Governador para a Diversidade Sexual da administração do Estado de Pernambuco durante o mandato do governador Eduardo Campos (1965-2014), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cargo que ocupou até 2015. Rildo foi, entre 2006 e 2008, o gestor da Gerência para a Livre Orientação Sexual (GLOS), na Prefeitura do Recife, durante a gestão de João Paulo Lima e Silva (PT). Rildo continua sua luta por uma sociedade mais justa no contexto da sala de aula, onde atua como professor efetivo das redes municipais das cidades de Jaboatão e Moreno (PE).

### 3.2.4 *Jacson e o bairro da Várzea, duas histórias que se cruzam*

Por ser também membro do Fórum LGBT-PE, meu entrevistado e eu tínhamos uma relação amistosa antes de nossa entrevista, o que contribuiu para que ele concordasse com uma entrevista formal, gravada e para a atmosfera descontraída em que ela ocorreu. Uma relação de confiança já havia sido estabelecida. Além disso, destaco que ele mesmo poderia ser uma das pessoas a quem presto homenagem neste texto, já que contribuiu significativamente para a luta contra a discriminação e a violência, sendo um dos fundadores de uma importante associação para as pessoas LGBTQIA+ em seu bairro. Dito isso, e com base nas questões éticas mencionadas acima, nomeá-lo-ei usando um nome fictício, a saber Jackson<sup>86</sup>.

Jackson, meu entrevistado, nasceu na comunidade de Vila Arraes, no bairro de Várzea, onde também cresceu e habita até o presente. A Várzea é o segundo maior

<sup>86</sup> Em homenagem a Jackson Junior (Quadro 6), pioneiro e militante histórico em Pernambuco, que participou da fundação do primeiro grupo organizado pela luta dos direitos dos homossexuais, sujeito político que incluímos atualmente na sigla LGBTQIA+.

bairro do Recife, com 22,55 km<sup>2</sup>, com cerca de 70.000 habitantes, segundo o último Censo Nacional (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a). Já teve um papel importante na história de Pernambuco durante a época do Brasil colonial, era anteriormente chamada Várzeas do Capibaribe e abrigava cerca de dezesseis engenhos de açúcar (M. Barbosa, 2018). Menos conhecida hoje por seu poder econômico, a Várzea concentra algumas das principais Zonas Especiais de Interesse Social de Recife (ZEIS), como Brasilit e Unidade Residencial nº 7 (UR-7). A Várzea pode, assim, ser considerada principalmente como um bairro popular. Uma nuance deve ser acrescentada: como a Várzea é limítrofe com a Cidade Universitária (CDU), onde está localizado o campus principal da UFPE, é também um bairro frequentado e habitado por estudantes, intelectuais, professoras e pesquisadoras.

Jackson tinha 28 anos na ocasião de nossa entrevista, que ocorreu no dia 6 de abril de 2017, às 20h, em sua casa. Ele conta, com orgulho e um grande sentimento de pertencimento, sobre o fato de que ele e sua família viram seu bairro nascer e de que fazem parte de sua história.

*Jackson: Vila Arraes é a comunidade daqui [da Várzea], é porque antigamente era só até aqui essa rua, esse resto tudinho aqui era rio, o rio Capibaribe. Não existia aqui a Vila Arraes, era o rio Capibaribe. Aí [a vila] era só até aqui. Aí foi quando o meu avô e a minha avó veio [sic] morar aqui, aí eles foram aterrando. Meu avô trabalhava como motorista de caminhão e foi aterrando e trazendo coisas aqui e o pessoal também, né, foi aterrando por aí... Aí foi quando surgiu a Vila Arraes. Minha avó por parte de pai, ela morava aqui embaixo, na Vila Arraes, ela com a maioria dos filhos. A maioria dos filhos morava aqui, aí um morava aqui embaixo. Aí com uns quatro anos mais ou menos, ou cinco, foi que a gente se mudou pra cá. Aliás, eu era pequeno ainda quando a gente se mudou pra cá, acho que com cinco anos a gente veio morar aqui e com oito anos meu pai se separou de minha. Foi mais ou menos isso. Mas a gente veio morar aqui e minha avó foi pro UR7 e a casa ficou com meu outro tio.*

Um homem cisgênero, ele se identifica como gay ou, como ele mais casualmente afirma: “Sou veaaaaado!”. De uma família numerosa, como ele explica na passagem acima, suas primeiras experiências sexuais acontecem dentro dela. Ele afirma: “Aí justamente a sexualidade desde pequeno, a gente, eu e meus primos a gente ficava [...], rolava sexo e tal, entre a gente. Porque a gente morava tudo aqui, a gente não saía muito, a gente vivia muito em casa, era mais casa e escola, a gente brincava aqui no quintal [...]” Mais

tarde, entre os 14 e 15 anos de idade, Jackson viveu novas experiências com outros meninos de sua idade, que são descritas com mais detalhes na passagem seguinte:

*Jackson: Aí com o tempo, aqui em casa era ainda um barraco de tauba [sic] [i.e. Tábua ou madeira]. A gente ganhou um videogame e começamos a jogar tudinho. Aí eu chamei... Eu nem me lembro mais como é que foi, sei que eu chamei o filho do vizinho... Foi, ele tinha videogame, da minha vizinha aqui, [...] Ele tinha videogame também. Aí a gente jogava lá [na casa dele] e ele jogava aqui [na minha casa]. Aí um dia a gente lá num sei o que, ele sabia que eu era [gay], pegou e ficou. Aí pronto, começou a ficar, aí depois ele chamou o irmão dele, aí depois chamou outro menino que era dali e aí chamou outro menino... Sei que eu fiquei com os meninos da rua tudinho, nessa história de um chama o outro. Era um inferno [risos], a gente pegava e se escondia aqui atrás, entre os pés de bananeira, os pés de manga. Aí a gente vinha aqui pra casa da mãe dele, atrás, que ninguém vinha de noite pra cá, a gente vinha pra cá escondido, ficava aí atrás.*

Jackson diz que, embora sua vida sexual se mostrasse agitada, sua família não tinha conhecimento de suas experiências. Sua estratégia se sustentava no fato de que os outros meninos também tinham interesse em mantê-lo em segredo – por medo do julgamento moral de seus grupos sociais e familiares, ou para preservar esse espaço de satisfação de um desejo deslegitimado pela sociedade heteronormativa. De qualquer modo, esse manejo da situação lhe permitiu manter seu segredo e, às vezes, ter o apoio de seus parceiros quando alguém ameaçava violar esse acordo implícito. Jackson aprendeu cedo a negociar com a desaprovação social.

Além dessa violência simbólica, que o obrigava a calar sobre suas práticas sexuais, ele também enfrentou violência explícita. Um dos espaços onde esse confronto ocorreu com mais frequência foi a escola. Por exemplo, ele relatou o episódio em que, sob a ameaça de um novo colega de classe de ter sua vida privada exposta publicamente, tomou a iniciativa de compartilhar sua intimidade com os amigos e amigas mais próximos, o que lhe permitiu criar aliado·as. Ele também fala desse evento no trecho da entrevista que reproduzo abaixo:

*Jackson: Aí de manhã eu ia estudava. Aí justamente eu não era assumido na escola, foi quando entrou dois meninos, não era nem o mais alto, era o mais baixo, que era o irmão, ficava muito... Eu não lembro muito bem. Ele desconfiava, já sabia que eu era, mas sendo que eu ficava com medo de dizer, com medo de dizer na escola e alguém aqui em casa ficar sabendo. [...] Aí pronto, aí foi justamente na escola aí*

*eu tinha esse probleminha com esse menino, que ele ficava muito no meu pé, que queria dizer, que ia dizer. [...] Aí ele ficava muito nessa de tá me coagindo. Aí eu ficava doidinho porque ele dizia que ia dizer pra escola todinha e eu nervoso porque ninguém sabia. Até que um dia eu disse: “Porra, eu tenho que ir dar um jeito, fazer ele parar de tá me coagindo, fazendo essas coisas, aí o jeito é eu ter que dizer”. Tomei coragem, não foi nem que eu assumi minha homossexualidade, eu fui na diretoria dizer que ele queria bater em mim, fica dizendo coisa de mim, fica querendo que eu faça as coisas pra ele. Aí conversaram com ele num sei o quê... [...] Aí depois de um tempinho, com meus amigos que eu tinha muita intimidade mesmo, aí foi que eu comecei a tipo ir revelando aos poucos. Aí foi quando todo mundo se tocou que eu era. O pessoal se tocou que eu era, aí ele queria ainda tirar algum proveito, só que todo mundo já sabia e não tinha como. “Menino, fica no teu lugar”, [meus amigos e amigas] começavam a tipo assim me defender. “Menino, te orienta, fica quieto, tá perturbando, deixa Jackson em paz.” Aí com o tempo todo mundo já sabia, aí ele mesmo parou, por ele mesmo parou, porque ele viu que não tinha mais como.*

Ainda que Jackson tenha conseguido encontrar saídas para a situação relatada acima, não podemos negligenciar o fato de que esse evento biográfico importante tenha sido desencadeado por uma forma de coerção, na qual a homofobia desempenhou um papel central. Uma situação semelhante o levou a romper o silêncio sobre sua sexualidade com a família, que o aceitou. Apesar da desconfiança de alguns, especialmente de seu pai, e das concessões que ele teve que fazer, pouco a pouco Jackson constrói um bom relacionamento com sua família.

Como visto nessa apresentação e em alguns trechos de seu relato, sua história de vida está entrelaçada com suas estratégias para evitar, superar ou viver com o julgamento de outros. A criatividade de Jackson em encontrar esses espaços de liberdade se expressa em muitos momentos de sua vida. São as modalidades desse poder criativo de agir que serão objeto de minha atenção neste texto.

 **PERFIL DE  
JACKSON JUNIOR**

Jackson Cavalcanti Junior nasceu na cidade do Recife em 13 de março de 1959 e vive na cidade de Olinda desde os seus onze anos de idade, atualmente no bairro dos Bultrins. Devido ao nosso contato desde o Fórum LGBT, tive a felicidade de escrever este “porta-retrato” com sua ajuda. Jackson é historiador, formou-se pela UFPE em 1982 e, no ano seguinte, já fazia parte da equipe da Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, órgão da Prefeitura de Olinda. Em 1995, foi convidado pelo superintendente do arquivo público do Distrito Federal, onde foi responsável pelo recolhimento da documentação sobre a ditadura militar brasileira, junto à Secretaria de Segurança Pública na capital nacional. A ditadura não fez parte apenas do trabalho de historiador de Jackson, mas igualmente de sua biografia. Ele lembra dos tempos em que, desde os 13 anos de idade, tinha o hábito ir às sessões de votação fazer campanha pelo então partido de centro esquerda da cidade e que, aos 15 anos de idade, costumava ir com a sua mãe a todos os comícios de Marcos Freire (1931-1987), que era filiado ao PSB e, em seguida, ao MDB. Em suas palavras: *“Naquela época era foda; por tudo você podia sofrer um atentado”*. Ele situa seu engajamento no movimento social nos seus 21 anos, quando estava na universidade, e seus colegas Nilson, Nelson e Tonhão o convidaram para participar da terceira reunião do GATHO. O Grupo de Atuação Homossexual (GATHO) foi fundado em 12 de maio de 1980 por Rinaldo Almeida (falecido em 2019), Sávio Rigueira (faleceu devido a complicações da Aids, no final da década de 1980), Zé Pópó (José de Albuquerque Porciúncula Filho foi assassinado por um homem com quem ele tinha um relacionamento) e João Valença (que está vivo e mora atualmente em Salvador). Eles se conheceram enquanto integrantes do Cineclub Leila Diniz, que acontecia no Centro de Cultura Luiz Freire em Olinda, onde o GATHO passou a se reunir. *“Não podíamos sair na rua falando dessas coisas, mas podíamos nos reunir desde que em lugares fechados”*, relembra Jackson. Todavia, Jackson rememora com orgulho que, em 1981, realizou o Primeiro Encontro de Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste (I EGHON), que aconteceu em plena ditadura militar, em Recife e Olinda. Além disso, em meados da década de 1980, articulados nacionalmente a outros grupos de militância (como o GGB na Bahia, fundado também em 1980), com o apoio do vereador Fernando Gondim da Motta (já falecido), militou para que na Câmara Municipal de Olinda fosse aprovada uma moção de repúdio ao código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID), que estigmatizava as pessoas em função de sua orientação sexual. Embora o “homossexualismo” não fizesse mais parte, desde a 8ª Revisão do CID (em 1965), da Categoria 320 “Personalidade Patológica”, subcategoria “Desvios sexuais” (Código 320.6), continuava a figurar na da Categoria 302, entre os “Desvios e Transtornos Sexuais», subcategoria “homossexualismo” (Código 302.0). Esse código foi suprimido do CID em 17 de maio de 1992, data na qual se comemora até hoje o “dia internacional contra a homofobia”. Embora essa tenha sido uma conquista

do movimento nacional e internacional, Jackson e o GATHO contribuíram para que Pernambuco marcasse presença na história dessa luta. Finalmente, em 1990, os militantes homossexuais de Olinda, dos quais Jackson fazia parte, conseguiram incluir o termo que proibia a discriminação por “orientação sexual” no texto da Lei Orgânica de Olinda. O GATHO deixou de existir em meados de 1990, por causa dos efeitos sociais da epidemia do HIV/Aids. “*Veio o problema da Aids e todo mundo passou a querer se esconder de novo*”, recorda Jackson. Apesar do fim do GATHO, Jackson continua sua militância até os nossos dias, tanto no âmbito do Fórum LGBT de Pernambuco como nas redes sociais, na sua página em formato de blog, onde ele é um escritor bastante ativo (<https://www.jacksonjunior.com.br>), e na página que criou com o objetivo de resgatar a História do Grupo (<https://grupogatho.blogspot.com>).

---

### 3.2.5 *Jair, uma identidade construída entre sexualidade e raça*

Meu encontro com Jair<sup>87</sup> se deu através do “Curso de formação em ativismo e direitos humanos para público LGBTTI”, promovido pela ONG pernambucana Gestos<sup>88</sup>, uma das organizações que integram o Fórum LGBT-PE. Minha inserção no Fórum LGBT-PE colocou-me em relação com integrantes da Gestos e me permitiu ter acesso a informações sobre o curso de formação e utilizá-lo como um canal de acesso aos seus e às suas integrantes.

Essa formação, de caráter presencial e de metodologia teórica e prática, foi uma ação que integrou o projeto “Direitos Sexuais são Direitos Humanos: Promovendo Cidadania LGBTTI em Pernambuco”. Foi promovida pela ONG Gestos com financiamento da Ford Foundation entre os anos de 2017 e 2018. Buscou-se abordar o “panorama atual da proteção dos direitos humanos da população LGBTTI e da proibição da discriminação pela orientação afetivo-sexual e a identidade de gênero no ordenamento jurídico brasileiro”<sup>89</sup>. Além disso, os custos relativos ao deslocamento, à alimentação e aos materiais didático-pedagógicos usados durante os encontros

---

87 Nome fictício escolhido por meu próprio entrevistado. Ele homenageia o ativista que foi para ele uma referência em sua autoaceitação e em sua construção como homem gay, Jair Bandão (Quadro 7).

88 A “GESTOS – soropositividade, comunicação e gênero” é uma organização não governamental pernambucana situada rua dos Médicis, nº 68, no bairro da Boa Vista, na cidade do Recife. Fundada em 1993 pelo sociólogo Acioli Neto, a jornalista Alessandra Nilo, a socióloga Márcia Andrade e a assistente social Silvia Dantas, essa instituição filantrópica tem como missão “fortalecer os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais para contribuir com a superação do HIV e da Aids e com a construção de sociedades democráticas, equitativas e de paz”. Site: [www.gestos.org](http://www.gestos.org). E-mail: [gestos@gestos.org](mailto:gestos@gestos.org).

89 Essas informações foram obtidas através do seu edital de seleção, lançado em fevereiro de 2017 no site da instituição organizadora (Gestos, 2017).

foram provisos pela instituição promotora. A iniciativa leva em consideração e, ao mesmo tempo, demonstra a precariedade material que caracteriza as pessoas que compõem o movimento LGBTQIA+ local.

As pessoas que participaram desse curso de formação foram selecionadas via chamada pública por edital, sendo “requisitos indispensáveis para as candidaturas”, entre outros: “residir no Recife ou na Região Metropolitana” e “ser LGBTI”. Assim, as pessoas inscritas já se reconheciam de alguma forma dentro dessa sigla. Após obter a autorização da então facilitadora do curso e do coordenador da organização, fui até a sede da Gestos, no Bairro da Boa Vista, Centro do Recife, onde aconteciam os encontros presenciais do curso de formação mencionado acima, para falar sobre este trabalho de tese e recrutar voluntários e/ou voluntárias para participar deste estudo.

Apresentei-me inicialmente como psicólogo, julgando que esse dado seria favorável à construção de uma relação de confiança com o grupo. Em seguida, expliquei que se tratava de uma pesquisa de doutoramento, cujo tema versava sobre a violência fundamentada no preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero. Por fim, passei uma lista que as pessoas poderiam preencher com o nome (ou nome social), e-mail e telefone, caso desejassem falar da sua experiência no contexto de uma entrevista. Não foi difícil encontrar pessoas que tivessem vivenciado situações significadas como violentas, tendo em vista as categorias identitárias às quais se dirigiam esse curso de formação. Obtive, assim, muitas adesões.

Tendo colocado suas informações de contato na lista que passei, entrei em contato com Jair por mensagem. Propus-lhe um encontro alguns dias depois, no campus da UNICAP, cuja localização no centro da cidade era conveniente para nós dois. Assim, encontramos-nos num dos blocos da universidade em 10 de abril de 2017, às 13h00, e depois fomos para o prédio da Clínica Escola de Psicologia, e nos instalamos em uma das salas disponíveis naquele espaço. As salas não eram numerosas e o edifício estava em construção, mas, como tive dificuldades em encontrar uma sala tranquila para realizar as entrevistas, pedi permissão à coordenação do curso de Psicologia da universidade para utilizá-las quando houvesse disponibilidade. Não foi possível conduzir as entrevistas nas casas dos meus entrevistados porque a maioria ainda vivia com suas famílias, que muitas vezes não conheciam nem compreendiam o assunto que íamos discutir. Era o caso de Jair. Na clínica, a sala era pequena, o ar-condicionado estava ligado e de alguma forma seu ruído perturbava um pouco nossa

conversa. A iluminação também não era suficiente, mas era o que havia disponível na época, e a entrevista ocorreu nessas condições, a partir das 13h30min.

Com a ajuda de algumas questões sobre características socioeconômicas propostas, Jair começa sua apresentação: ele tem 24 anos no momento da entrevista, é formado em Direito e é especializado em Direito Social. Como sua mãe era muito católica, ele cresceu em um lar onde a religião marcava forte presença na vida cotidiana. Seus pais estavam separados e ele vivia com a mãe. Jair se identifica como um homem cisgênero e gay. A questão relativa à sua autoidentificação racial foi um capítulo à parte em nosso diálogo, indo além da temporalidade da entrevista. Quando eu perguntei inicialmente naquele dia, ele respondeu, sorrindo, que “*é um processo... Eu me identifico como branco*”.

Esse processo não culminou com essa resposta. Sua posterior inserção em espaços de ativismo tornou possíveis novas reflexões sobre sua identidade racial e até mesmo sobre sua subjetividade. Em uma entrevista concedida posteriormente a uma mídia alternativa (que não se encontra entre as mídias hegemônicas de grande circulação local), à qual eu tive acesso, Jair responde a essa questão:

*Jair: Uma coisa que precisa ser falada é a questão do [ser] negro. Primeiro, compreendo que o fato da minha tez de pele ser clara não me torna menos negro. Com os traços negroides que eu possuo, posso sim me autodeclarar negro. Obviamente, eu preciso deixar em destaque que as pessoas que são mortas e são alvo do genocídio que a gente vive são as pessoas negras com a tez da pele retinta, que são as pessoas com tom de pele mais escuro do que o meu. Pensando nisso, começamos a ver que as pessoas que foram escravizadas, trazidas da África para cá, não vieram porque escolheram estar aqui. Daí a importância da luta racial. Para eu me compreender negro foi um processo muito difícil. Meu pai é branco, minha mãe é negra, e eu, nascido e criado com a minha mãe, tive como referência mulheres e homens negros. Foi aí que eu percebi o quanto que a cultura dos negros é invisibilizada, o quanto que isso daí não é ensinado pra gente.*

Após ler essas palavras, contatei novamente Jair, que, por mensagem, explicou-me as reflexões e as experiências envolvidas nessa mudança em sua identificação racial:

*Jair: [A]preendi que a gente não nasce negro, torna-se. Por conta da higienização e invisibilização desses sujeitos, da cultura e etc., faz com que a gente não se reconheça ou não queira se reconhecer [como uma pessoa negra]. Diante da aproximação com as pautas étnico-raciais, eu aprendi que para além da tez da pele... existem*

*outras características para analisarmos a negritude. Os traços negroides, por exemplo, cabelo, nariz, barba, bunda... etc. Moro com a minha mãe e tenho como referência minha família materna, todos negros. Meu pai é branco. São separados... Tenho pouco contato com o ele e nenhuma aproximação com a família paterna. Mas por que eu tenho que reforçar o sobrenome deles, e a cultura da branquitude [?]. Reconheço meus privilégios por ter a tez da pele mais clara, obviamente. Mas isso não me torna menos negro.*

Jair, com seu tom de pele marrom, usa a noção de pessoa “negra de pele clara”, categoria amplamente utilizada pelos movimentos antirracistas brasileiros para nomear pessoas negras de tez mais clara. Como dito anteriormente, trata-se de uma reafirmação positiva da identidade negra, como uma alternativa para termos muito amplos e às vezes eufemísticos, como, por exemplo, “moreno·a” ou “pardo”. De fato, essa é a posição que Jair adota hoje. Sua maneira de se identificar é diretamente atravessada pelas lutas políticas que ele lidera, enfrentando a violência das normas de sexo, gênero, sexualidade, mas também de raça.

## QUADRO 7

### **PERFIL DE JAIR BRANDÃO**

Jair Brandão, nascido em 1973 na cidade de Lagoa do Carro (PE) e vivendo atualmente em Recife, é uma das figuras mais importantes na luta contra o HIV/Aids do País, ele mesmo sendo uma pessoa vivendo com o HIV há mais de 30 anos. O trabalho desenvolvido por Jair, especialmente no âmbito da ONG Gestos, onde ele é o assessor de projetos desde 2005, tem alcançado visibilidade e vem sendo reconhecido internacionalmente. Por exemplo, em 2018, ele participou das reuniões de alto nível para o fim da AIDS nas Nações Unidas e da reunião sobre tuberculose. Em 2019, ano em que Jair Brandão completa sua segunda década de luta pela resposta ao HIV/Aids no Brasil, ele está entre os delegados convidados para o Fórum Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável nos Estados Unidos da América, em Nova Iorque, representando a RNP+ (Rede Nacional de Pessoas vivendo com HIV/Aids) e a ONG Gestos. Jair Brandão é um dos criadores da Política de Saúde Integral para LGBTQIA+ no estado de Pernambuco. Ele também foi o seu primeiro coordenador dessa que foi a primeira política de saúde integral com coordenação específica para pessoas LGBT no Brasil. Eu tive o privilégio de ser testemunha de sua posse nesse cargo, assistindo à cerimônia. Também pude vivenciar a simpatia e o bom humor de Jair nas reuniões do Fórum LGBT, onde trabalhamos juntos pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ em Pernambuco entre 2012 e 2017.

### 3.2.6 João chega adiantado para evitar ficar em casa

João<sup>90</sup> se identifica como homem trans, heterossexual e branco. Ele nasceu em São Lourenço da Mata, um dos municípios da RMR, cuja população é atualmente estimada em 114.079 habitantes e seu território abrange 264 km<sup>2</sup> (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013). Aos 2 anos de idade, imigrou com sua família para o estado de São Paulo, na região Centro-oeste do Brasil, onde ele viveu quase toda a sua infância, época da qual ele guarda memórias importantes sobre a construção de sua identidade de gênero. Transcrevo abaixo um desses relatos que ele trouxe durante a entrevista:

*João: Eu nunca gostei de roupa feminina. Minha mãe comprava roupa pra mim, eu andava no meio da rua com a camiseta no ombro, mas nunca vestida. Então sempre brincava com os meninos. [...] Na minha infância o cabelo era longo, louro, cacheado... Com aquela cabeleira batendo na bunda. Aí eu sempre tinha a mania de amarrar e passar pelo boné, porque desde criança eu uso boné. E os meninos perguntavam: “Por que você tem cabelo grande?” [Eu respondia:] “Eu não sei. Minha mãe não deixa eu cortar o cabelo assim feito o de vocês”. Um fato meio engraçado pra mim, hoje em dia, é que uma vez um dos meninos foi fazer xixi na minha frente e eu percebi uma diferença. Aí quando cheguei em casa, eu tirei a roupa e fiquei olhando. Aí eu na minha cabeça: “Um dia vai nascer, um dia vai crescer...”*

Alguns anos mais tarde, de volta a Pernambuco, ele teve sua primeira experiência sexual. Também transcrevo abaixo sua descrição desse evento.

*João: Foi aí que eu comecei a perceber que eu gostava de meninas. Eu tive uma experiência com oito anos de idade, que eu não tinha entendido o que tinha acontecido. Tipo, eu tinha oito anos e ela doze. Eu tinha uma melhor amiga, eu era fã, e ainda sou, de Laura Pausini, e ela me chamou pra assistir o show de Laura Pausini que ia passar na televisão. Aí ela foi me buscar na escola. A mãe dela era estilista, fazia roupa pra modelos, pra fora. E ela: “Eu vou vestir umas roupas pra você ver se fica bonito”. Aí ela botou uns vestidos e perguntava: “Tá bonito?”. E eu: “Tá, tá...”, mas não tirava o olho da televisão. [A menina disse:] “E esse? Tu nem viu!” [João:] “Tô vendo.” Aí ela parou na minha frente e ficou nua. [Ela indagou:] “Tu nem viu!” Aí ela: “Eu gosto de você, eu gosto de meninas”. E aí acabou que aconteceu a minha primeira relação sexual. A minha primeira relação foi com uma mulher,*

---

90 Este pseudônimo homenageia a memória de João W. Nery (Quadro 8).

*mas eu não tinha perdido a virgindade [o que significaria, do seu ponto de vista, ter havido uma penetração vaginal]. Eu aprendi na verdade ali, a como conhecer o corpo de uma mulher.*

Os trechos acima são fragmentos do mosaico que é a história de sua trajetória, no tocante às questões de identidade de gênero e sexualidade. Essas narrativas foram compartilhadas durante nossa entrevista, que aconteceu em 19 de abril de 2017, uma tarde, em uma sala da ONG Gestos. Como outros entrevistado-as, João estava participando da formação política para a cidadania LGBTQIA+. Eu havia entrado em contato com ele e sugerido que nos reuníssemos antes do próximo encontro da formação. Isso lhe pareceu conveniente, pois ele tinha a intenção de passar o máximo de tempo possível fora de sua casa.

No dia em que nos encontramos para a entrevista, ele morava novamente em São Lourenço da Mata, com seus pais, irmão e irmã. Sua mãe e seu pai são evangélicos bastante atuantes e desaprovam, até mesmo demonizam, a identidade e expressão de gênero de João. Enquanto sua mãe é mais compreensiva, a repressão, os insultos, a restrição da liberdade e, às vezes, a agressão física de seu pai são sistemáticas e fazem parte de sua vida diária. Da mesma forma, ele diz que sua irmã também o insulta constantemente e que seu irmão já lhe bateu várias vezes. Por exemplo:

*João: A última situação foi no mês passado. Eu tava me preparando pra vir pro curso, eu cheguei com o rosto marcado aqui, a sorte é que ninguém percebeu... Eu tava preparando o almoço pra comer, aliás, pra trazer na verdade. [...] Quando eu virei a bacia de carne tava no chão... [Meu pai] pegou a bacia de carne que tava em cima da mesa e botou no chão e o gato foi pegar. Aí eu peguei a gata pra bater, com a chinela pra ela soltar a carne, né? Aí quando eu virei, ele me deu um murro e saiu me agredindo mesmo, se minha mãe não tivesse me acudido eu nem sei o que podia ter acontecido comigo. Meu irmão também... O tempo que ele puder me agredir dentro de casa, ele me agride. E só não me agride mais porque minha mãe sempre entra no meio, entendeu? E eu tento evitar. Ele me xinga, ele me humilha... Ele já esfregou a minha cara na parede dizendo que eu nunca vou ser um homem, que eu sou uma sapatão masculinizada... Ele diz que eu tô inventando de ser homem, que eu vou acabar morrendo e que tudo lá em casa gira em torno disso. Minha irmã quando chega lá em casa, eu não fico... porque se ajunta a minha irmã e meu irmão aí fala: “A moda agora não é ser sapatão, não, é ser homem trans”, entendeu?*

No que diz respeito aos seus estudos, João encontrava-se bastante atrasado em relação ao percurso tradicional e estava, no momento da entrevista, no sexto ano do que é nomeado no sistema educacional brasileiro como ensino fundamental. A profunda insegurança financeira de sua família e o assédio na escola são fatores que podem explicar o abandono escolar que causou esse atraso. João teve que priorizar o trabalho em detrimento de seus estudos. No momento da entrevista, sua principal fonte de renda era de cerca de trinta reais por mês do Bolsa Família, programa federal de transferência de renda criado sob o governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT). Ele complementava sua renda fazendo e vendendo binders, um tipo de atadura feita de tecido elástico usado para comprimir e aplanar a área do corpo onde se encontram os seios, obtendo a aparência de um tórax masculino. Entretanto, esse trabalho é ocasional e não rende o suficiente para suas necessidades básicas. Tal precariedade é exacerbada por um mercado de trabalho cisnormativo e transfóbico, que o expõe a situações como a seguinte:

*João: Porque é horrível a gente viver num mundo de você, tipo, criar só expectativa, de você tentar só que correr atrás e se dê oportunidade de correr atrás. Feito lá na cidade mesmo onde eu moro, em São Lourenço lá tava abrindo inscrição pra fazer curso. Saí de casa às quatro e meia da manhã, cheguei cedo e já não tinha vaga mais. Aí disseram que tava abrindo inscrição de vaga pra trabalhar, numa fábrica de cesta básica. Beleza. Aí fui lá me inscrever. Aí eu fiquei meio com medo. Como é que eu vou me inscrever? Com nome social, com nome civil? Quando for me ver, como é que vai ser? Acabei desistindo. Porque eu não sabia como me portar ali naquela situação. Eu fiquei meio, tipo, paralisado. “Meu Deus! Se eu boto o nome civil [que está no feminino], aí quando eu for lá vão ver um menino, se eu boto o nome social, quando chegar lá que pedir os documentos vão que eu sou... né? Que meu registro tá no feminino.” E eu fiquei: “Meu Deus!” É tão tal que eu suei, suei, suei, suei.*

*Diego: Acredito...*

*João: Que eu saí daqui de casa, respirei fundo e disse: Meu Deus, me dê força! Porque eu não sei o que eu vou fazer. Apesar que todos que tavam ali, se cadastrou. Todos foram trabalhar. E eu disse: Nossa, eu podia ser um desses! Trabalhar.*

De fato, além da violência intrafamiliar, João se defrontava cotidianamente com um sistema que não está adaptado à sua forma de existência e que, conseqüentemente, o exclui. O caminho para a independência financeira, um possível escape para as pessoas que sofrem discriminação intrafamiliar, não parecia uma alternativa viável

para meu entrevistado até aquele momento. Ele se via forçado a encontrar formas de viver com violência. O que, a meu ver, não significava se resignar. Ele continuava a procurar maneiras de escapar da situação: procurando um emprego, realizando capacitações com uma ONG, por exemplo.

O significado da resistência para João, naquele momento, era este: a necessidade de adaptar-se à violência era seu meio de sobrevivência. Assim, ele continuava a viver com seus pais, irmão e irmã, apesar dos constantes ataques.

## QUADRO 8

### PERFIL DE JOÃO NERY

João W. Nery nasceu em 12 de fevereiro de 1950 e faleceu em 26 de outubro de 2018, no Estado do Rio de Janeiro. João Nery foi um pioneiro como ativista transmasculino, alcançando visibilidade nacional através da publicação de seu livro, *Viagem Solitária* (lançado em 2012, pela Editora LeYa Brasil). Desde então, ele participou de inúmeros programas de televisão e deu várias entrevistas. Com o subtítulo “memórias de um transexual 30 anos depois”, o livro autobiográfico conta a história do processo de transição de João, registrado em seu nascimento como Joana, para a identidade de gênero masculino. João Nery também publicou: *Vidas trans: a coragem de existir* (2017, em colaboração com Amara Moira, Márcia Rocha e T. Brant, da editora Bauru e LeYa Brasil) e *Velhice transviada* (2018, Editora Posthume). João Nery serviu de inspiração para toda uma nova geração de homens transgêneros. Desde João Nery, temos visto o tema da transmasculinidade ganhar o debate público e conquistar uma visibilidade sem precedentes para essas pessoas, agora vistas como sujeitos políticos com demandas singulares dentro do movimento LGBTQIA+. Por exemplo, em 2012, nasceu a pioneira Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), da qual João Nery era membro.

### 3.2.7 Para Weligton, lutar não é uma escolha, mas uma necessidade

Weligton<sup>91</sup>, que conheci igualmente através Gestos, foi quem me concedeu uma entrevista na sequência do trabalho de campo da tese. Ele se identifica, quanto à sua identidade de gênero, como homem e, em termos de sua orientação sexual, como bissexual. No âmbito das categorias raciais do contexto brasileiro, Weligton se identifica como negro. Ele explica essa identificação a partir da genealogia de sua família, da seguinte maneira: “A mãe da mãe do meu pai era indígena, eu não lembro o

<sup>91</sup> Em homenagem ao militante homossexual pernambucano Weligton Medeiros (Quadro 9).

*nome da tribo, [mas a tribo] era daqui de Pernambuco e o pai da minha avó era negro. O pai do meu pai também era negro. Os descendentes da minha mãe são negros, com uma mistura sutil de português”.*

Ele nasceu em Água Fria, bairro da periferia do Recife, onde vive desde então e que ele descreve como “*um local próximo de tráfico... tráfico de drogas e foi o local onde eu vivi e a maioria dos meus colegas de infância são traficantes, enfim, alguns morreram, outros não*”. Ele tinha 21 anos na ocasião da entrevista, que foi realizada em uma sala no prédio da Clínica Escola da Unicap, na tarde de 27 de abril de 2017. Ele declarou que não tinha renda própria e ainda vivia com sua família.

Na história de sua infância e início da adolescência, os conflitos que implicam a construção de sua sexualidade e sua experiência religiosa são temas proeminentes. Ele foi levado à igreja evangélica aos quatro anos de idade, quando sua própria mãe se converteu à essa religião. Ele relata alguns desses conflitos na passagem seguinte:

Weligton: *[Quando eu era criança, eu] comumente eu gostava de meninas, me apaixonava por meninas, aquelas paixonites de criança, mas em imaginação eu sempre andava com meninos, esses meninos, eles não existiam, assim na vida real, quando existiam eram meninos tipo de TV. [...] Um perfil bem estereotipado, porque tem também o fator de falta de identificação com raça, com história, enfim, com a questão da discriminação. Eram meninos tipo brancos, olhos claros, cabelos lisos claros ou não, era mais ou menos como eu via. [...] Estar perto dos meus amigos sempre era um sentimento diferente, certos meninos. [...] Então eu sempre fiquei... Como eu era evangélico... Fui levado a ser evangélico aos quatro anos de idade quando minha mãe também se tornou evangélica, então tinha todas aquelas coisas batendo dentro da igreja [no sentido de ser dito repetidamente, de maneira insistente], como homossexualidade era errado, pessoas do mesmo sexo era errado... [A igreja] contribuiu fortemente pra eu ficar anulando a parte de gostar de meninos e inconscientemente ficar anulando, tentar anular a parte de eu gostar de meninos. Então, eu segui mais ou menos o rumo da igreja nesse sentido até a puberdade. Quando cheguei na puberdade, naquela efervescência dos hormônios, ficou quase que incontrolável conter o meu gosto por meninos.*

Esse trecho da narrativa nos ajuda a entender como a norma de gênero, mas também a norma racial, produzia um duplo efeito opressivo na experiência da Weligton em relação à sua sexualidade. Por um lado, a heterossexualidade era uma imposição: ele deveria namorar com, e apenas com, meninas. Por outro lado, como

um menino descobrindo um desejo por outros meninos, aqueles que representavam o objeto idealizado de seu desejo não eram como ele, negros com cabelos crespos, mas se enquadravam nos cânones hegemônicos de beleza associados à branquitude. Nas fantasias que envolviam meninos, o corpo desejável não carregava as características de um corpo semelhante ao seu próprio.

O sofrimento psíquico causado pela obrigação de reprimir seu desejo por pessoas do mesmo sexo que o seu contribuiu para que Weligton desenvolvesse o que o saber psiquiátrico nomeou de comportamentos obsessivo-compulsivos. Um processo gradual e doloroso, que se estendeu por vários anos, o qual ele resume nos trechos abaixo:

Weligton: *Eu achei isso incrível, porque o simples fato de eu entrar na minha puberdade intensificou minhas paixões por homens, fez com que eu tivesse uma série mudanças radicais no meu comportamento social, na minha forma de pensar, de agir, de me relacionar com as pessoas. [...] E psicologicamente repercutiu em que... Eu acho que eu já tinha TOC [Transtorno Obsessivo Compulsivo], eu acho que eu já tava desenvolvendo TOC aos meus doze anos, trezes anos, mas era sutil demais. [...] Ele veio à tona assim, socialmente visível, aos quatorze anos porque isso me levou a um nível de estresse altíssimo, eu ter ficado, ter tentado bater [no sentido de insistir] sempre nessa questão da sexualidade, de não querer imaginar meninos, outras coisas mais. Não querer gostar, não querer olhar os meninos. [...] Eu rezava, mesmo assim, o pai nosso, no caso. Eu rezava o pai nosso, e o pai nosso eu repetia tantas vezes pra poder me eliminar [os pensamentos que remetiam a] essa questão da sexualidade, que eu comecei primeiro a rezar dez vezes. Não, comecei uma vez, depois dez vezes, depois vinte seguidamente, depois cinquenta. Eu estabelecia pra mim os limites, eu dizia tipo “vou orar assim pra rezar cem vezes”. E rezava cem vezes, depois duzentos, depois quinhentos, mil, dois mil. E eu não parava e eu não fazia tipo “eu vou orar, vou rezar cem agora de oito horas e vou rezar mais cem quando for duas da tarde”. Em seguida, eu estava indo pra escola rezando, eu estava pegando o ônibus rezando, eu estava conversando, tava ouvindo alguém falando, mas enquanto isso eu tava em pensamento tentando fazer as duas coisas ao mesmo tempo. A pessoa falava e eu tentava mentalmente rezar, chegou a duas mil vezes, três mil, cinco mil, dez mil rezas, vinte, cinquenta, cem mil, duzentos mil, trezentos mil. O máximo que eu coloquei foi trezentas e cinquenta mil vezes rezando, que eu passei quatro dias seguidos pra poder chegar a esses trezentos e cinquenta mil vezes,*

*porque em algum momento eu tinha de dormir. [...] Eu acredito que o TOC veio justamente em razão da sexualidade, todo aquele estresse, tudo que aconteceu... E meus pensamentos eram repetitivos e ficou muito nisso.*

Weligton relatou em seguida que havia sido acompanhado por um psicólogo e que tinha conseguido reduzir a frequência e o desconforto causado por seus rituais. Escolhi citar essa parte da entrevista para mostrar, nas palavras de meu entrevistado, que as pessoas que vivem a violência da imposição da heterossexualidade e da aniquilação de seu desejo são forçadas a manter uma relação constante com essa forma de violência. Essa coerção e seus efeitos parecem onipresentes e, como podemos ver pelas palavras de Weligton, pode haver maneiras diferentes de viver essa relação, mesmo que isso signifique infligir ainda mais dor a si mesmo.

Weligton foi evangélico até os 19 anos de idade, cerca de dois anos antes de nossa entrevista. Apesar da proibição de sua religião, ele teve experiências com meninos antes de romper oficialmente sua ligação com a igreja. O acesso à universidade também lhe permitiu problematizar os dogmas da religião e trabalhar para aceitar sua atração por meninos. Na época, ele era estudante de Direito na UFPE e estava envolvido no coletivo que militava pelas pessoas LGBTQIA+ em sua instituição, a Faculdade de Direito de Recife (FDR). Como ele mesmo contou: *“Eles tinham transformado muitas coisas na FDR por meio deles, através desses debates, então eu decidi entrar”*. Desse grupo, ele diz ter se inspirado em um lema que ele faz seu: *“lutar não é uma escolha, é uma necessidade imprescindível de quem precisa sobreviver”*. Essa frase me pareceu bastante representativa de sua história de vida, especialmente no momento em que a narrou. É o motivo pelo qual essas palavras intitulam esta seção na qual começo a reconstruir e apresentar sua história de vida.

---

 **PERFIL DE  
WELIGTON MEDEIROS**

Weligton Medeiros nasceu em 20 de junho de 1962, em Patos, cidade localizada no Sertão da Paraíba, estado da região Nordeste que faz fronteira com Pernambuco. Antes de se engajar formalmente com o “movimento homosexual”, Weligton foi membro do Movimento Estudantil nos anos 1980, quando estudou no prestigioso Ginásio Pernambucano. Nessa instituição, ele participou da reabertura do movimento estudantil, que havia sido fechado durante a ditadura. Nos anos 1990, voltou-se mais diretamente para as demandas das minorias sexuais e de gênero. “*A gente tinha uma militância, mas era uma militância meio solta*”, descreve Weligton, via mensagem de áudio. A palavra “solta” fala da indefinição de demandas comuns, da dificuldade de estabelecer um diálogo interno e da falta de inserção nos espaços de poder da política formal. As eleições municipais de 2000 foram um importante ponto de inflexão em seu ativismo. Nessa época, Weligton e o militante Sérgio Moura se aproximaram dos políticos sensíveis às suas demandas, como Isaltino José do Nascimento Filho (eleito vereador de Recife em 2000, agora deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco e membro do PSB) e João Paulo Lima e Silva (eleito prefeito de Recife em 2000 e reeleito em 2004, também é deputado na ALEPE desde 2019 e membro do PT). Embora Weligton se visse fortemente comprometido com candidatos e partidos políticos de esquerda, ele observou que “*não havia, na época, algo específico para o segmento LGBT*”. Naquele momento, Weligton e Sérgio visavam, mais precisamente, à aprovação de uma lei contra a violência homofóbica. A Lei municipal n. 16.780, contra a discriminação com base na orientação sexual, foi aprovada em 28 de junho de 2002, no Recife. Em 8 de dezembro de 2001, Weligton, Sérgio Moura e Gilvan Rufino fundaram o “Movimento Gay Leões do Norte”. O nome da instituição destaca a identidade regional do estado de Pernambuco. O termo “Leão do Norte” era uma referência a Joaquim Nabuco (1849-1910), escritor nascido em Recife e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Hoje, o “Movimento LGBT Leões do Norte” é uma das associações mais antigas e mais conhecidas de Pernambuco. Weligton continua seu ativismo nesta instituição até os dias de hoje.

---

### 3.2.8 *Miriam me recebe em seu local de trabalho*

Eu cheguei até Miriam<sup>92</sup> por intermédio de uma pessoa da minha rede profissional, uma colega psicóloga (ela mesma casada com uma mulher), que, conhecendo o tema da minha pesquisa, colocou-me em contato com ela (e sua esposa). Esses dois casais de mulheres mantêm uma relação de amizade. O primeiro contato aconteceu por telefone e, em seguida, por *WhatsApp*. Como ela está situada fora do meu círculo de convivência, eu apenas a encontrei pessoalmente no dia da nossa entrevista, em 25 de março de 2017.

Naquele dia, Miriam, uma mulher branca de 40 anos, tinha seus cabelos, pretos e cacheados, na altura dos ombros. A entrevista aconteceu no seu local de trabalho, no interior de uma grande sala de reunião. Era uma empresa da área de tecnologia da informação, no âmbito da qual Miriam ocupa uma posição de gestão e é responsável por uma equipe, o que lhe permite se situar no que se convencionou chamar de classe média alta. Uma posição que testemunha uma relação de continuidade com o seu núcleo familiar de origem.

Vinda de uma família de classe social favorecida, ela descreve as condições materiais no âmbito das quais ela nasceu como as de “uma vida confortável”. Ela descreve também o contexto socioeconômico desse núcleo familiar pelo nível de estudos de seus membros, ou seja, todos e todas alcançaram uma formação de nível superior, inclusive seu pai, que havia falecido há alguns anos, e sua mãe, com quem ela mantém uma relação conflituosa. Uma irmã e irmão fazem também parte desse grupo familiar. Um dos interesses comuns que ela compartilha com eles e elas é a religião. Ela professa uma fé cristã de orientação católica, religião na qual ela cresceu e na qual ela diz crer, frequentar e encorajar outras pessoas a seguir até hoje.

As afinidades entre minha entrevistada e seu grupo social de partida colidem, porém, com suas regras morais rígidas, principalmente no que tocam as questões de gênero. Desde a infância, a hierarquia entre o menino e as meninas da casa organizavam as práticas do cotidiano. Esse funcionamento era imposto por sua mãe, que ela classifica de “extremamente machista”. Por exemplo: as meninas eram proibidas de se sentar no banco da frente do veículo, que era reservado ao seu irmão. Além disso, o fato de ser considerado um homem dava-lhe o direito a uma soma em dinheiro mensal, “para cultivar sua liberdade”. Essa educação conservadora quanto

---

92 Esse nome fictício relembra Miriam Martinho (Quadro. 10).

ao gênero será igualmente um obstáculo às expressões da sexualidade que esbarram na moral cristã.

Miriam: *A minha mãe, ela é extremamente machista. [...] Por exemplo, ela não assiste um canal de TV porque lá aparece propaganda [na qual aparecem pessoas homossexuais], aparecem histórias de casais homoafetivos, ela nem quer, ela tem o repúdio, é agonizante, você sai com ela, passa num shopping, tá aparecendo a cena de qualquer coisa, e ela, nossa, ela só falta... É patético!*

A primeira relação amorosa vivida por Miriam acontece aos seus 18 anos, quando ela começa sua vida profissional. Durante esse período, ela conta: *“eu comecei a despertar a atenção de outros rapazes, então começou a vir uma sequência [...] de homens na minha vida [...], eu nunca ficava sem namorar ninguém, então, assim, isso nunca foi problema pra mim, mas até então [eu me relacionava apenas com pessoas ditas do] sexo masculino”*. Por outro lado, Miriam recupera de sua biografia episódios nos quais ela se apaixona por outras mulheres e, embora essas paixões não tenham se transformado em relações, essa linearidade heterossexual do desejo é desestabilizada.

Ainda no Ensino Médio, ela se recorda que uma das meninas de seu grupo de amigos e amigas despertou nela um sentimento que ela não conseguia nomear, mas que denotava uma atração. *“Eu me lembro de um gesto que ela fez na hora, mas ela me olhou pra mim assim tão fixa e colocou o meu cabelo assim atrás da orelha, um gesto assim carinhoso”*, ela narra e, em seguida, reflete sobre essa experiência: *“[Isso me fez] perguntar como aquilo tava surgindo dentro de mim”*. Em seguida, Miriam reconhece: *“[a menina do grupo] continuava sendo do jeito que ela era mesmo, simpática e coisa e tal, mas eu já não me reconhecia do mesmo jeito antes dela aparecer”*. Embora esse sentimento parecesse desestabilizar uma pressuposta heterossexualidade, ele não foi suficiente para justificar uma identidade sexual diferente dessa norma. Então, *“aquilo ali eu guardei pra mim, não comentei com ninguém, eu deixei as coisas acalmarem”*, diz Miriam, deixando no ar um certo arrependimento. Assim, perto de seus 30 anos, depois desses amores vividos em segredo durante a juventude, ela se engaja numa relação séria e se casa com um homem.

Vivendo um casamento heterossexual, Miriam se vê novamente diante da ambiguidade de seu desejo. Dessa vez, é uma colega de trabalho que traz a ambivalência do desejo para a ordem do dia. Na época, minha entrevistada diz viver um momento de ascensão profissional e trabalhar numa grande empresa de tecnologia da informação, seu domínio de formação. *“E daí nessa empresa acabei*

*criando amizade com essa menina [...] e no cotidiano mesmo acabei gerando laços com ela e tendo uma aproximação muito grande com ela”, narra Miriam, que revive os sentimentos daquele período: “Eu disse, ‘não, isso nunca vai acontecer’, eu já olhava e pensava, ‘será que eu vou começar gostar dessa menina? Não, não é possível!’. Na época eu era casada com ele, e eu disse não, aquilo que passou lá na época do colégio, não sei, foi uma nuvem que passou, algo desse tipo, mas ficou lá”.*

Essas incertezas narradas por minha entrevistada não fazem senão ilustrar a fragilidade do enquadramento normativo da heterossexualidade face aos imperativos transgressivos do desejo. Esses eventos ameaçam a linearidade biográfica fundada na heterossexualidade que minha entrevistada vivia até o momento, o que ela põe em evidência no seguinte fragmento: *“Eu segui esse caminho todinho e nada me aconteceu, só homens vieram na minha vida e eu me sentia perfeita, mesmo não sendo a mulher do salto, a mulher da maquiagem, mas eu nunca tive problema com o sexo oposto, mas aí veio ela”.* Miriam cria, assim, uma oportunidade de falar do assunto com sua colega, mas seu casamento se impõe entre as duas. Elas se afastam ainda mais quando essa colega de trabalho assume uma vaga de trabalho em outro estado.

Alguns anos mais tarde, no meio de uma crise conjugal, Miriam engravida e decide, a fim de se dedicar a seu filho, renunciar à vontade de deixar seu marido. Essa resolução não se sustentará por muito tempo, pois, no momento em que seu filho alcança a idade de pouco mais de um ano, ela coloca fim a essa união e inicia uma nova relação com a pessoa com a qual ela é casada até então, uma outra mulher. Essa ruptura e a constituição de um casamento com uma pessoa do mesmo sexo, oficialmente reconhecido pela lei brasileira, aguçam os conflitos com o meio familiar conservador ao qual ela pertence. Desde então, Miriam diz ser o objeto de numerosas represálias, principalmente da parte da sua mãe, que não perde uma oportunidade de mostrar a sua repulsão vis-à-vis à homossexualidade. As situações nas quais ela sentiu o preconceito fora de seu domicílio não foram, do seu ponto de vista, tão significativas quanto aquelas encontradas no âmbito familiar, que se tornam o motivo principal de seu sofrimento.

Durante nosso encontro, face à questão referente à sua identidade sexual, ela se reconheceu enquanto bissexual. Nós ainda guardamos contato pelas redes sociais. No momento da entrevista, ela estava casada e vivia há 5 anos com sua mulher, seu filho e os três filhos da relação precedente de sua esposa. Essa configuração familiar, atípica para a moral de sua família de origem e de uma parte da sociedade, favorece o confronto com situações desagradáveis de bifobia e/ou lesbofobia. Alguns desses episódios, bem como a maneira de lidar com eles, foram discutidos em nossa entrevista.

 **PERFIL DE  
MIRIAM MARTINHO**

Miriam Martinho foi uma ativista histórica do movimento lésbico e feminista do Sul do Brasil, do qual ela foi pioneira. De acordo com a pesquisadora Núbia Campos (2014), Miriam Martinho foi uma das fundadoras, em São Paulo, do Grupo Lésbico Feminista (LF) e do Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF), em 1979, e da Rede Um Outro Olhar, em 1990. O GALF é reconhecido como um dos primeiros grupos formados unicamente por ativistas que se reconheciam abertamente como lésbicas, e foi uma dissidência do “Somos: Grupo de Afirmação Homossexual” ou, simplesmente, “Somos”, considerado o primeiro grupo organizado do “movimento homossexual” brasileiro (James N. Green, 2019; Macrae, 2018).

### 3.2.9 *Meu encontro com Riva na Gestos*

Meu percurso cruza o de Riva<sup>93</sup> na minha passagem pela Gestos. Riva, assim como Jair, João e Weligton, foi uma dessas pessoas. O encontro em que seu relato foi produzido, no formato de entrevista audiogravada, aconteceu posteriormente, no início de tarde do dia 5 de junho de 2017, numa das salas da Clínica Escola da Unicap.

Riva tem 31 anos, cor branca, vive com a família em Olinda, município da RMR, e, apesar de ter sido criada na religião espírita kardecista, afirma enfaticamente não ter nenhuma religião. É formada em Psicologia e atualmente está cursando uma pós-graduação na área. Além disso, atua como psicóloga clínica em seu consultório e em uma ONG.

No que concerne às suas práticas afetivo-sexuais, declara seu desejo orientado para as mulheres, tendo já vivido uma relação estável durante cerca de cinco anos com alguém “desse sexo”, e, no momento da entrevista, estava também numa relação estável com uma mulher. Dribla arbitrariamente a pergunta sobre “como se identifica quanto à sua identidade de gênero” ao responder com a expressão “gênero fluido”. A perturbação produzida pela surpresa face à resposta leva-me a repetir a pergunta.

---

93 O nome fictício dado a Riva é uma homenagem a Rivânia Rodrigues, militante lésbica, negra e feminista que fez história no movimento LGBTQIA+ pernambucano, senão no nacional. Seu percurso notável testemunha sobre si mesmo e dispensa comentários. Limito-me apenas a acrescentar que, além de sua sagacidade, Rivânia transborda otimismo e disposição para a luta por igualdade em nossa sociedade. Tudo o que aprendi com ela, no âmbito do Fórum LGBT-PE, onde trabalhamos junta-os, não caberia nesta simples nota de rodapé. Ver Quadro 11.

Numa referência explícita ao *[gender] trouble* butleriano, a escolha da palavra “perturbação” para me referir a meu sentimento é proposital.

Riva explica que se apresenta com o gênero correspondente ao nome do registro de nascimento, feminino no caso, “para facilitar a comunicação” (*sic*). Identifica-se, todavia, com o “masculino”, percebido em sua indumentária, mas diz não ter a intenção de utilizar hormônios para modificar seu corpo, que exprime traços físicos “femininos”. Sobre a possibilidade da aproximação com as características de “homem trans”, considera possibilidade da descoberta, mas declara não ter um “gênero fechado” (*sic*). Percebe-se como uma “pessoa fluida” (*sic*).

Utiliza o pronome do feminino em algumas de suas relações do cotidiano, mas eventualmente fala de si utilizando o masculino durante a entrevista. No jogo das identidades, faz uso da posição de “mulher lésbica” em ambientes novos, mas, com a namorada e com a família, pelo fato de se sentir mais livre, exercita a retirada das marcações de gênero de seu vocabulário. No preâmbulo de nossa entrevista, brinca dizendo que “para facilitar a nossa vida” podemos utilizar naquele contexto a posição de mulher lésbica.

Este estudo, porém, não se propõe como espaço apaziguador, que evita as tensões. Numa postura de rejeição do conforto perecível das identidades fixas, resgato a categoria êmica “gênero fluido” e pergunto ainda se Riva conhece o termo “não binário”, que vem sendo utilizado por pessoas que se identificam simultaneamente com o masculino e com o feminino ou que rejeitam toda e qualquer categoria de gênero (Welzer-Lang, 2018). Pergunto também se acredita que esse termo se aplicaria a si. Riva responde que sim e que, inclusive, sente-se mais confortável dessa forma.

Percebo, assim, diferentes formas de negociação e capacidade de agir em jogo. Se, por um lado, nossa entrevistada usa o feminino como um modo de evitar o enfrentamento constante, por outro, reivindica o masculino como estratégia de oposição à norma. Todavia, face aos conflitos que os limites da binaridade de gênero impõem às suas relações no cotidiano, é na operação de um vocabulário de si sem flexão de gênero que transita com fluência.

Desse modo, utilizo na escrita deste texto os pronomes pessoais, assim como as desinências das palavras cujas classes exigem a flexão, em ambos os gêneros – pois o português não admite construções em um gênero neutro –, lançando mão do recurso do ponto mediano. Essa estratégia, embora insuficiente em si mesma, é uma das possibilidades de subversão que coloco em prática face aos limites que

a escrita de um trabalho acadêmico em um idioma binário impõe. É também uma postura ético-política que busca destacar os modos de construção de si que atualizam e reposicionam as subjetividades para além da ordem obrigatória, imaginativa e precária entre corpo-sexo-gênero-desejo (Butler, 2006b).

## QUADRO 11

### **PERFIL DE RIVÂNIA RODRIGUES**

Rivânia Rodrigues nasceu em 18 de junho de 1972 e, como poucas mulheres negras vivendo na periferia, graduou-se em Gestão Pública. De maneira inusitada e inovadora, iniciou a carreira junto ao Movimento Social no grupo jovem da Igreja Católica aos 14 anos. Aos 17 anos, foi a primeira Presidente jovem da Creche Olga Benário do Córrego do Euclides, situada no bairro de Casa Amarela, na periferia do Recife. Mais tarde, integrou a Instituição Cidadania Feminina, onde trabalhou durante oito anos. Foi no Cidadania onde teve os primeiros contatos com o movimento feminista e com o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Em 2005, foi uma das responsáveis pela construção do Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE). Em 2006, esteve na construção do primeiro Seminário para Mulheres Lésbicas Negras do Brasil. Foi ainda a primeira mulher no Estado de Pernambuco a assumir um organismo da Política LGBT, em 2009, no município de Recife, na Gerência da Livre Orientação Sexual (GLOS), onde permaneceu até 2012. Entre as suas inúmeras e significativas contribuições às lutas sociais, destaco, por exemplo, a realização das Caminhadas de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (2009-2012), em Recife, e da 1ª Parada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais em situação de privação de liberdade, na Colônia Penal Feminina Bom Pastor. Além disso, Rivânia, na companhia de outras colegas de militância, organizou o 1º Seminário Lésbica e de Mulheres Bissexuais da Região do Moxotó, no Sertão de Pernambuco. Nos anos de 2010 e 2011, contribuiu diretamente, como gestora, para a 1ª e 2ª Conferência Municipal de Recife de Políticas Públicas de LGBT, e, como organizadora, para a Conferência Estadual LGBT de Pernambuco. Em 2016, participou da 3ª edição desses eventos, quanto à discussão de políticas públicas para LGBT, em nível municipal e estadual, representando a sociedade civil, como conselheira. Hoje Rivânia integra a Coordenação do Fórum LGBT de PE, representando as mulheres lésbicas e bissexuais, o Conselho Estadual de Saúde e o Conselho LGBT PE. É uma das Coordenadora da Rede Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Negras Feministas (CANDACES). É também a Coordenadora Estadual do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (COMLESBI-PE) e Diretora para assuntos LBT da ONG Somos Tod@s Iguais. Por fim, Rivânia contribui como a ONG AMOTRANS-PE, no que concerne às questões relacionadas às pessoas trans e mulheres trans lésbicas e bissexuais.

### 3.3 Reflexões sobre as primeiras entrevistas

#### 3.3.1 Pensar a partir da posição de um “intelectual marginal infiltrado”

Até este ponto neste capítulo, procurei apresentar o primeiro grupo de pessoas com que me encontrei no âmbito de uma entrevista por ocasião desta pesquisa. Esse processo envolveu, naturalmente, uma seleção de eventos e passagens feitas arbitrariamente, o que implica que essa síntese de suas biografias, embora eu tenha contornado o desenvolvimento de análises nesta primeira etapa, constitui uma versão própria que não pretende ser a realidade dos fatos. Nesse sentido, essas pessoas são, comigo, coautore-as deste texto. Esse aspecto também toma forma no fato de que há mais de vinte histórias contadas aqui, há vinte e uma. Esta tese fala de mim, mesmo quando não o falo explicitamente.

Ao descrever o campo, seus atores e atrizes, parto de uma posição, que é a do interior de um grupo politicamente marginalizado em relação à norma social. O ponto de inflexão se encontra na partilha da experiência de marginalização, do ponto de vista da norma de gênero e sexualidade, entre as pessoas que fazem parte desse grupo e eu mesmo. Essa postura, a que Patricia Hill Collins se refere como a de um·a *outsider within*<sup>94</sup> (Hill Collins, 1986), e que traduzo para os fins desta investigação como a de um “intelectual marginal infiltrado”, representa um recurso estratégico na produção do conhecimento.

Em síntese, no texto *Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought*<sup>95</sup>, Patricia Hill Collins nomeia de *outsider within* a experiência das mulheres afro-americanas nos lares das famílias brancas. Há anos, argumenta Hill Collins, essas mulheres negras fazem parte da vida diária e da intimidade das famílias brancas, cuidando de seus filhos, cozinhando, lavando suas roupas e pratos. Hill Collins pondera que, apesar do envolvimento dessas mulheres em “suas famílias brancas”, elas continuaram a ocupar o lugar marginal de uma mulher negra, tanto na sociedade em geral como dentro dessas famílias em particular<sup>96</sup>. Hill

---

94 Neste texto, optei por preservar a escrita em inglês, quando me referirei mais precisamente ao conceito de Hill Collins. No entanto, inspirando-me na autora, designo minha posição no campo desta investigação como a de um “marginal infiltrado” ou, mais precisamente, como a de um “intelectual marginal infiltrado”.

95 Para a versão brasileira, ver tradução de Juliana de Castro Galvão, revista por Joaze Bernardino Costa (Hill Collins, 2016). As reflexões de Patricia Hill Collins sobre o “pensamento feminista negro” podem também ser encontradas no livro de mesmo título, já traduzido para o português brasileiro (Hill Collins, 2019).

96 Cito Patricia Hill Collins precisamente por sua reflexão epistemológica e em função de sua relação direta com as epistemologias feministas do posicionamento e dos saberes situados, que desenvolvo com

Collins considera, assim, que essa condição de *outsider within*, diretamente ligada à experiência das mulheres afro-americanas, acrescenta uma sutileza indispensável às epistemologias do posicionamento e do conhecimento situado.

A leitura do artigo acima foi muito prolífica para as reflexões metodológicas desta pesquisa. De fato, Hill Collins descreve com imensa fineza sociológica o tipo de relação que me vi estabelecendo com o campo e entrevistado·as desta pesquisa. O que não é contraditório, considerando que eu não sou nem mulher nem negra, pois, como ela afirma:

Traduzo: As mulheres negras não são as únicas marginalizadas da sociologia. Como um caso extremo de marginalização que se instalou em uma comunidade que historicamente as colocou como excluídas, as experiências das mulheres negras destacam a tensão vivida por qualquer grupo minoritário que se depara com o pensamento paradigmático da comunidade dominante. Nesse sentido, uma variedade de pessoas pode aprender com as experiências das mulheres negras como *outsiders within*: homens negros, indivíduos da classe trabalhadora, mulheres brancas, outras pessoas de cor, minorias religiosas e sexuais e todos aqueles que, embora provenientes de estratos sociais que gozam dos benefícios da perspectiva masculina branca, nunca se sentiram confortáveis com as suposições que esse grupo considera como verdade estabelecidas<sup>97</sup> (Hill Collins, 1986, p. 29).

De fato, o envolvimento anterior em grupos de militância, como o Fórum LGBT-PE, deu-me acesso a espaços cujos debates interessavam diretamente ao tema desta pesquisa. Naturalmente, essas discussões também alimentaram as reflexões que participaram da construção deste objeto. Essa posição de “intelectual marginal infiltrado” foi um ativo metodológico e epistemológico no contexto desta investigação. De um ponto de vista metodológico, estar envolvido nas lutas travadas pelos membros desses grupos políticos me permitiu construir relações de confiança com pessoas que mais tarde se tornaram participantes ou fontes de informação. De

---

interesse particular nesta tese. Porém, é preciso salientar que autoras brasileiras têm buscado visibilizar em suas produções a experiência de mulheres afro-brasileiras, tais como, só pra citar alguns nomes, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene Santos e muitas outras.

97 Citação original: “Black women are not the only outsiders within sociology. As an extreme case of outsiders moving into a community that historically excluded them, Black women’s experiences highlight the tension experienced by any group of less powerful outsiders encountering the paradigmatic thought of a more powerful insider community. In this sense, a variety of individuals can learn from Black women’s experiences as outsiders within : Black men, working-class individuals, white women, other people of color, religious and sexual minorities, and all individuals who, while from social strata that provided them with the benefits of white male insiderism, have never felt comfortable with its taken-for-granted assumptions.”

um ponto de vista epistemológico, foi uma importante fonte de reflexão, ao longo do trabalho de campo, mas também para as análises que se seguiram. Uma descoberta condizente com o pensamento feminista negro de Hill Collins, que, nos termos de minha tradução, afirma:

A abordagem sugerida pelas experiências de *outsiders within* implica que intelectuais são encorajados a confiar em suas próprias biografias pessoais e bagagem culturais como fontes significativas de conhecimento. Ao contrário das abordagens que exigem a supressão dessas dimensões do eu para se tornar um cientista social, supostamente imparcial e objetivo, a postura de *outsider within* traz esses modos de conhecimento para o processo de pesquisa. Na melhor das hipóteses, o status de *outsider within* parece oferecer a seus ocupantes um poderoso equilíbrio entre a força de sua formação sociológica e as contribuições de suas experiências pessoais e culturais. Nenhum dos dois está subordinado ao outro. Ao contrário, a realidade vivida é usada como uma fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias sociológicas, enquanto o pensamento sociológico oferece novas maneiras de ver essa realidade vivida<sup>98</sup> (Hill Collins, 1986, p. 29–30).

Se a dissidência sexual nos unia, havia muitas outras coisas que nos separavam. No Fórum LGBT-PE, eu era “o menino da Gema”, o que significava “o menino” (logo, jovem) que tinha ido para a faculdade, em um ambiente onde aquele-as que nem tinham terminado o ensino médio eram numeroso-as; o homem gay, mas o homem gay padrão, porque branco, magro e que performava uma masculinidade mais próxima da norma do que os outros; eu vivia nos subúrbios como a maioria, mas eu era um daqueles que tinham um carro para se locomover. Eu era uma pessoa cisgênero. Em resumo, éramos todos-as pessoas LGBTQIA+ marginalizadas, por um lado, mas eu acumulava privilégios de classe, raça e gênero, por outro. Assim, eu estava experimentando as vantagens e desvantagens de ser um intelectual marginal infiltrado.

Essa ambiguidade se prolongou para além dos grupos ativistas nos quais o trabalho de campo começou a ser realizado. Também estive presente, mais tarde, nas entrevistas. Um dos exemplos mais significativos foi meu encontro com

---

98 Citação original: « *The approach suggested by the experiences of outsiders within is one where intellectuals learn to trust their own personal and cultural biographies as significant sources of knowledge. In contrast to approaches that require submerging these dimensions of self in the process of becoming an allegedly unbiased, objective social scientist, outsiders within bring these ways of knowing back into the research process. At its best, outsider within status seems to offer its occupants a powerful balance between the strengths of their sociological training and the offerings of their personal and cultural experiences. Neither is subordinated to the other. Rather, experienced reality is used as a valid source of knowledge for critiquing sociological facts and theories, while sociological thought offers new ways of seeing that experienced reality.* »

Paulete, uma mulher transgênero negra e desempregada que nunca havia ido à universidade. Essas demarcações de posição podem ser lidas na passagem de sua entrevista transcrita abaixo:

Paulete: *Então, eu digo a você, já passei por tanta coisa pior, tá entendendo? E o que me motiva é dizer assim: “Eu cheguei onde eu cheguei, Diego”. Eu não sou branquinho como você, eu não sou bofezinho como você, eu não tenho um emprego, não tenho uma posição social nem financeira como você, mas eu cheguei onde eu cheguei.” É porque minha bolsa ficou lá fora, eu ia lhe mostrar o maior orgulho da minha vida que é o meu COREM, tá entendendo?*

A retórica de Paulete procura enfatizar como as diferenças em nossos corpos nos expõem a diferentes níveis de vulnerabilidade. Ela afirma que, apesar de ter um diploma técnico e de estar inscrita no Conselho Regional de Enfermagem (COREM), ela ainda estava desempregada. Além disso, quando ela se dirigia a mim pela alcunha de *bofezinho*<sup>99</sup>, ela estava falando sobre a violência de gênero que sofria em um grau diferente do que eu julgasse que eu sofria.

Paulete argumentava que a homogeneidade ilusória do sujeito político LGBTQIA+ se dissolve na experiência de cada letra, ou mesmo de cada sujeito, se levarmos em conta as diferentes opressões de classe, raça e gênero. Também me mostrou que, apesar de sermos marginalizados da norma heterossexual, esses processos de marginalização nos afetaram em modulações singulares. Essas observações também tiveram o poder de ressignificar minha relação com o campo: estar dentro desse “grupo marginal” entendido pela sigla LGBTQIA+ certamente me permitiu mover-me com uma fluidez privilegiada no campo da pesquisa. Entretanto, era importante estar atento para não cair na armadilha de tornar nossas experiências equivalentes.

### 3.3.2 A violência e seus efeitos subjetivos

Os-as participantes desta pesquisa vêm sendo apresentado-as como protagonistas de experiências árduas, frequentemente narradas com muita dor e sofrimento. Por vezes, experiências também contadas com uma sensação de alívio.

---

<sup>99</sup> O termo “bofezinho” ou “bofinho” é usado como um diminutivo da gíria “bofe”. Rios (2004, p. 79) explica que “bofes podem ser descritos como homens com práticas homossexuais que usam os marcadores inscritos como masculinos pela sociedade hegemônica para construir suas performances públicas de gênero”. Em suma, os “bofes” são percebidos como homens que, embora tenham práticas sexuais homossexuais, tanto ativas quanto passivas, realizam publicamente uma masculinidade próxima do modelo masculino hegemônico, em oposição aos efeminados, chamados de “bichas”.

Em todo caso, essas experiências fazem parte de sua biografia, mas também da forma como essas pessoas se organizaram como sujeitos durante suas vidas. A violência também lhes é constitutiva.

Assim, para começar a pensar os efeitos subjetivos da violência em suas vidas, recorro às reflexões de Gail Mason (2002)<sup>100</sup>, jurista e professora no departamento de estudos de gênero da Universidade de Sydney. Ela se inspira no modelo foucaultiano do poder para pensar a violência. Mais precisamente, Mason questiona sobre como reconhecer o caráter produtivo do poder e da violência como um instrumento do poder, sem, contudo, negar sua potência repressiva.

Para essa autora, a violência, tanto quanto o poder, faz mais do que oprimir, e a violência é ela mesma uma prática produtiva. Além disso, Mason destaca um aspecto importante dessa produção que me interessa particularmente nesta tese. Nas palavras da autora, que traduzo e dou destaque a alguns trechos com itálicos:

A consciência da possibilidade de se tornar um alvo de formas específicas de violência gera uma série de estratégias de autorregularão concebidas para minimizar o risco percebido. [...] Em outras palavras, os danos, ou o potencial dano, resultantes da violência, operam para compelir os indivíduos, impedindo-os de fazer certas coisas. [...] Evidentemente, a violência engendra igualmente práticas de resistência. Em certos casos, as mulheres lésbicas e os homens gays podem deliberadamente flertar com a o perigo da violência. *No entanto, quer nos rendamos ou resistamos ao risco da violência, o efeito é similar. Isso engendra um imperativo de negociação contínua da segurança física pela gestão de certos aspectos de si mesmo-as*, como o controle de seu próprio corpo para identificar os indícios visíveis da homossexualidade. Nesse sentido, a percepção do risco da violência exerce uma influência governante sutil sobre aquele-as que a experimentam diretamente ou que acreditam que podem vivê-la (Mason, 2002, p. 121–122)<sup>101</sup>.

---

100 Agradeço a Sergio Carrara, que me indicou essa referência num momento de ricas trocas que aconteceu no Café da *Cité Internationale*, durante sua vinda a Paris, no âmbito do projeto de pesquisa franco-brasileiro “Gênero ameaça(n)do”, do qual eu faço parte.

101 Citação original: “*The knowledge that one may be target for particular forms of violence also generates a series of self-regulatory strategies designed to minimize this perceived risk. [...] In other words, the injury, or potential injury, of violence acts to constrain individuals, to stop them from doing things. [...] Of course, violence also engenders practices of resistance. In some cases, lesbians and gay men may deliberately flirt with the danger of violence. However, whether one capitulates to, or resists, the risk of violence, the effect is similar. It engenders an imperative to continually negotiate physical safety by managing certain aspects of oneself, such as monitoring one’s body for visible signs of homosexuality. In this way, the perceived risk of violence exerts a subtle governing influence over those who directly experience it, and those who believe that they might.*”

Eu vou ao encontro de Mason quando ela considera a imposição aos gays e lésbicas (e incluo evidentemente as pessoas bissexuais e trans) uma negociação constante face à violência, ou a percepção do seu risco. Eu me alinho ainda à autora quando ela afirma que a gestão de nossa conduta, seja na capitulação ou resistência à violência, torna-se um trunfo para a nossa própria segurança. Embora Mason compreenda que a homofobia coage a conduta das pessoas LGBTQIA+ a se comportar de uma certa maneira, ela admite nossa margem de manobra, sem que isso queira necessariamente dizer deixar de fazer certas coisas, mas as reformulando de maneiras específicas. Eu me aproximo ainda mais de suas reflexões quando ela afirma que o processo produtivo da subjetivação pode se dar, inclusive, no âmbito de práticas opressivas como a violência.

Os fragmentos das histórias de vida descritas anteriormente neste capítulo mostram que as LGBTfobias desempenham um papel importante na relação que essas pessoas estabelecem com o mundo e com elas mesmas. A relação de Paulete com seus estudos e sua profissão é apenas um exemplo. Em suas palavras: “...*eu amo a enfermagem como um todo, até pra ser respeitada na sociedade. Me deu, como se fosse, um passe livre pra não ser tão agredida como as outras colegas são*”. Esse trecho ilustra o uso do status de sua profissão como moeda em troca de respeito.

Lendo esse trecho descolado de toda a entrevista, pode-se pensar nessa estratégia apenas como uma ação episódica. Entretanto, em seu relato, é possível ouvir diferentes eventos nos quais esta retórica de sucesso é um argumento sistemático contra a posição de inferioridade a que ela é submetida por ser uma pessoa trans. Por exemplo:

*Paulete: Então, como eu sou uma pessoa muito de trabalhar em alguma coisa, fui ser cabelereira, maquiadora, tive problemas também em alguns salões na época porque tinha que prender peito, nem todo salão aceitava uma trans, e fui galgando a minha história, quando eu fiz um curso de cuidadora de idosos [...]. Eu escolhi um curso técnico de enfermagem e [minhas antigas patroas] custearam toda a minha... Porque é um contrato né, o valor, o meu estudo com passagem, com material, com roupa, com o que eu precisasse, até lanche e dali eu me encontrei nos estudos, eu fui representante de turma. [...] Aí, assim, a técnica de enfermagem foi nota dez em muitas disciplinas e agora dá palestra, trabalha com as profissionais do sexo sem ser profissional do sexo, [...] mas a estratégia é essa, posso estar sem nada, mas eu tenho uma postura e eu tenho uma carteira que diz “Eu sou isso”, então a sociedade pensa que eu sou isso.*

Essas passagens retratam uma mulher que aprendeu que seu valor como trabalhadora em um mundo capitalista e liberal pode contrabalançar o fato de que ela é trans em uma sociedade transfóbica. Para Paulete, ela é aquela que trabalha com profissionais do sexo sem ser uma, e que tem uma identidade profissional que diz o que ela é para a sociedade. Esse modo de conduta através da diferenciação – para tomar emprestado o termo de Pierre Bourdieu (1979) – é bastante eloquente de sua subjetividade e está, portanto, diretamente relacionado com a violência que ela experimentou.

Além disso, retomando sua história, Paulete relata situações que ilustram que essa negociação foi aprendida muito cedo. Desde criança, quando ela era identificada como um menino, obter boas notas e se comportar bem na escola eram estratégicos para evitar surras corretivas de seus comportamentos ditos efeminados.

Paulete: *Um tio meu dizia assim: “bater não adianta”, não tem boas notas? Então eu sempre busquei boas notas, bom comportamento e tanto é que só quem tem estudo lá em casa sou eu. Minha irmã terminou pela graça o ensino médio, meus irmãos compraram as fichas dezenove deles [documento que comprova a conclusão desse ciclo escolar].*

O sucesso escolar e, mais tarde, no trabalho, é gradualmente consolidado como uma estratégia de sobrevivência. Na continuidade desse modo de existência, observo, ainda, que a lógica liberal, que atribui a responsabilidade pelo sucesso ao indivíduo, e a lógica capitalista, segundo a qual o reconhecimento social pode ser adquirido através do consumo, são frequentemente mobilizadas em seu discurso. Por exemplo, quando ela diz: *“Nós podemos chegar onde nós quisermos, a oportunidade não vem na porta da gente, a gente que vai atrás”*; ou quando afirma que: *“Eu sou usuária de entrar numa loja de perfumes e sair com três, quatro, coisa que uma mulher, cis, ela compra só um e divide, tá entendendo”*. Embora reconheça os perigos dessas táticas diante da transfobia – pois elas reforçam uma lógica de domínio de classe –, compreendo o contexto mais amplo no qual elas adquirem significado e são valorizadas. Além de uma dimensão ideológica, liberal e capitalista, enxergo também uma dimensão de gênero.

O êxito profissional é uma das marcas do modelo idealizado de masculinidade hegemônica, baseado na virilidade (Connell et al., 2013), que está profundamente presente na socialização de gênero dos que foram designados como meninos ao nascer (Bereni et al., 2012). Isso pode explicar por que uma mulher trans, que viveu parte de sua vida como homem gay, pode reproduzir esse modelo. A sinalização do

êxito através da prosperidade financeira e do sucesso profissional também repercutiu em outras entrevistas, particularmente nos discursos de pessoas que haviam sido socializadas como homens, mesmo quando esta socialização se referia apenas a um período de suas vidas. Era o caso freqüente dos homens gays e bissexuais e das mulheres trans. O uso da estratégia de investir na educação e na vida profissional era frequentemente mencionado como uma ferramenta para compensar os efeitos de desvalorização que as LGBTfobia produzem, na relação consigo e com os-as outro-as.

Além das reflexões que nos permite fazer sobre os efeitos da violência na construção da subjetividade, o exemplo de Paulete também é de grande relevância do ponto de vista da abordagem analítica adotada nesta tese. Neste estágio da discussão, considero importante salientar que o objetivo não é produzir uma hierarquia entre as estratégias utilizadas pelos entrevistados e entrevistadas para lidar com situações de violência. Na verdade, saliento que não levo em conta apenas as estratégias que reforçam o discurso do êxito e da superação, qualquer que seja o domínio de suas vidas. Cito alguns exemplos.

Em termos analíticos, considero as estratégias mobilizadas por Weligton tão ricas quanto as narradas por Jackson. O primeiro procura investir nos estudos a fim de deixar seu bairro popular e viver mais livremente sua sexualidade, enquanto o segundo, quase na direção oposta, faz de sua inserção íntima na vida das pessoas de sua comunidade uma estratégia eficaz para a liberdade de ter práticas sexuais com os homens daquela comunidade. Mesmo as táticas menos “combativas”, como o refúgio de Weligton na religião, são respostas legítimas à LGBTfobia.

Esta sessão buscou começar a tecer o vínculo entre as LGBTfobias e a subjetividade. Entretanto, nem o primeiro nem o segundo são construídos em um vácuo social e político. Pelo contrário, os aspectos sociais e políticos são constitutivos dessa forma particular de violência que são as LGBTfobias e, portanto, da subjetividade daqueles que a experimentam. Nesse sentido, a seção seguinte procura situar o contexto de produção dessas primeiras entrevistas.

### *3.3.3 As LGBTfobias no Brasil pré-bolsonarista*

Como anunciado no início deste capítulo, o fato de que a pesquisa de campo se realizaria em dois períodos distintos não foi previsto a priori. Não se tratou de uma escolha de conveniência, mas em função do campo de pesquisa. Diante da virada política brasileira, na direção de um governo neofascista, autoritário, conservador

e completamente hostil à diversidade sexual e de gênero, tornou-se imperativo levar em conta essas mudanças.

Assim, essas entrevistas iniciais assumiram uma função adicional na compreensão do objeto de pesquisa desta tese. Além da análise da subjetividade nas narrativas da violência, elas também permitiram mapear o significado que essa violência assumia em um momento anterior ao que experimentamos hoje no Brasil. Não se trata de uma comparação, mas de um olhar sobre as continuidades e rupturas. Essas entrevistas podem nos ajudar a entender algumas singularidades desse momento atual, pois fornecem informações para a construção do que Foucault chamaria de história do presente (Foucault, 1969).

Parece óbvio, e os números o demonstram<sup>102</sup>, mas a existência prévia da LGBTfobia é de fato um elemento a ser sublinhado. Se o tom muda, a homofobia já era um problema no Brasil antes da eleição de Bolsonaro. Essas entrevistas destacam as questões que eram mais preocupantes na época. É o caso, por exemplo, da fragilidade institucional e estrutural das respostas governamentais às vítimas, então perceptível especialmente nas ações cada vez mais reduzidas e erráticas do programa Brasil sem Homofobia, ou no fechamento dos Centros de Referência e Cidadania LGBTQIA+ em várias cidades brasileiras, devido à falta de subsídios do governo federal. Um cenário que se agravou após o controverso impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016.

A descrença nos serviços estatais já era visível, por exemplo, nas palavras de Jair. No contexto de uma disputa familiar, que não lhe concernia inicialmente e na qual ele tentou intervir como mediador, foi insultado com comentários homofóbicos. A pessoa que o insultou era um homem, envolvido no conflito, mas não um membro direto de sua família. Jair decidiu, então, prestar queixa. Na passagem seguinte, ele narra o episódio:

*Jair: Ele começou a me esculhambar de tipo, ah, você é um frango safado, não sei o quê, você merece uma rola. A vontade era de eu dizer, realmente eu mereço uma rola bem grande e grossa porque pequena pra mim não satisfaz. Mas aí por questão de respeito eu não podia falar nada, né? Mas a forma como ele me tratou ele ficou bem assim, sabe? De cara a cara comigo, começou a me esculhambar falar com tons pejorativos e eu falei: você vai me bater? Me bata! E comecei a peitar ele, sabe?*

---

102 Por exemplo, o relatório publicado pelo Grupo Gay da Bahia registrou 445 homicídios de pessoas LGBTQIA+ em 2017, o ano anterior às eleições presidenciais, 30% a mais do que em 2016.

*E tipo, eu fiquei assim... Pensei que ele ia me dar um beijo, de língua. Aí ele não me bateu, ele fez um escândalo lá, e tudo o mais... Aí eu me senti ameaçado, porque ele disse que ia me pegar, ia dar em mim, não sei o quê. Aí eu peguei e chamei a polícia, imediatamente. Chamei a polícia e aí quando chegou, porque sempre a polícia pensa que não vai dar em nada né? E aí tava de greve a polícia civil... E aí chegou a PM, no carro, e eu moro do lado do complexo prisional. Aí eu não sei se foi tão rápido porque era uma viatura que estava próxima, enfim, só sei que chegou rapidíssimo. Aí eu falei, né? Conteí da situação... Que ele tinha me chamado de viado, que eu era uma bicha, querendo me menosprezar em relação a minha orientação sexual e tudo mais, e aí os policiais falaram, né: e aí, você vai querer ir pra delegacia? Aí eu falei: então, a gente vai. [...] e aí chegando lá, eu vi um primo dele fardado, e o primo dele é... Eu não sei de qual esfera o primo dele é da polícia... Não sei se é do GATE, do GOE... Eu não sei. Era uma farda preta, aí eu falei: pronto, não vai dar em nada, porque quando eu vi o primo dele eu fiz, pronto, fodeu! E eu vi ele fardado, trabalhando, ele tava de serviço, mas, enfim, fiquei calado. [...] depois era pra ter uma audiência, mas quando chegou a carta pra mim, eu fui... E aí quando chegou o dia da audiência disseram que tinha prescrito a situação. Só que aí, o que que eu acho? Eu acho que demoraram pra mandar pro juizado esse negócio, porque como ele tinha família lá, esse primo dele, ele conhecia o advogado, ele viu a data e tipo assim, vou mandar próximo da audiência, e aí quando a audiência acontecer, já vai ter prescrito e eu não podia fazer nada. Inclusive ele não foi pra audiência, quem foi foi eu. Porque ele já tinha a informação e, tipo, não vai dar em nada, como não deu. [...] mas eu fiquei revoltado com o Judiciário por conta disso... Como é que você marca uma audiência depois de ter prescrito o... A questão da... Do crime.*

A decisão de Jair de denunciar seu agressor não foi a resposta mais comum a esse tipo de insulto ou agressão relatada por outro·as entrevistado·as. Seu nível de educação formal sem dúvida orientou sua decisão. Porém, o fato de Jair ser estudante de Direito, e, portanto, informado sobre o sistema jurídico, não impediu que sua queixa lograsse êxito ou que seu agressor escapasse da punição.

A situação se torna ainda mais complicada quando o agressor é um membro da família. Roberto, meu primeiro entrevistado, teve que lidar com a falta de apoio de toda sua família, com exceção de sua avó e prima. Além de ter sido forçado a deixar sua casa por causa das ameaças de morte de seu irmão, ele viu toda sua família se voltar contra ele por ter denunciado o irmão e agressor.

Os casos em que os entrevistado·as indicaram não apresentar queixa era mais frequente. Foi o caso de Paulete, quando foi agredida no Baile dos Artistas. Ela já havia passado pela experiência de prestar queixa por um fato ocorrido anteriormente a esse, quando ela foi proibida de usar os banheiros femininos em um centro comercial do centro de Recife. A queixa jamais avançou.

*Paulete: Aí foi quando eu conversei com o psicopedagogo do GTP e ele me deu o número do Centro de Referência, que Centro de Referência não faz porra nenhuma, né, e me indicou a advogada de lá. Aí a gente foi pra delegacia da Boa Vista, já começou o babado lá com o escrivão, que ele me tratou como boy, mas depois eu fui chamada, depois de meses, pela delegada, que ela foi muito sensível a minha causa. Só que foi pro Ministério Público, depois voltou porque disse que perderam meu endereço, que eu mudei. Eu já dei telefone e tenho conhecimentos lá e até agora nada, já falei com vários juristas lá, com promotor, sei lá, e ficou nessa, já ouviram a outra parte, o outro lado que eu também não sei como foi, não fizeram nada até agora. E a questão é a seguinte, nenhuma das minhas colegas que sofreram problemas com esse shopping denunciaram, só fui eu.*

O insucesso no caso contra o shopping se adicionou à morosidade do procedimento para a retificação de seu nome civil, prejudicando consideravelmente a confiança de Paulete nas instituições públicas. Esse sentimento, que interpreto como desapontamento e raiva, é verbalizado nas seguintes palavras:

*Paulete: Mas, até porque, assim, a justiça daqui é uma porcaria, o nome social tá uma porcaria. Tem meninas que entraram [com o processo de retificação do nome civil] depois de mim e conseguiram. Eu tô numa vara, quinta vara do Fórum de Joana Bezerra, que é uma merda, já botei o defensor público pra entrar e ele disse “Paulete, eu fui lá, mas tá tal tal tal, daqui a três meses vou lhe dar uma busca ativa pra ver e qualquer coisa a gente”. Eu tô esperando e esperando. O laudo da psicóloga e da psiquiatra botou urgência, eu sou atestada transexual, mulher trans, uma mulher transexual, tá entendendo? Até botou até por conta do meu COREM, mas já tirei o meu COREM já não tem nem mais graça e o nome ainda tá lá. O meu laudo é a coisa mais linda do mundo, pra qualquer jurista nem reclamar e assinar, e tá parado. Aí naquele dia você me questionou pra ir a frente do negócio, do baile... Eu vivo no movimento mas eu não vejo ação, eu não quero que tenha só porque eu faço parte do movimento, só porque eu faço parte do Fórum LGBT, da AMOTRANS que resolva, não, que eu não sou mais gostosa nem melhor que ninguém, tá entendendo?*

*Mas por que tem essas pauta de LGBT se essas praga do Ministério Público não resolve? Que tanto processo é esse que fica parado?*

A fragilidade dos mecanismos governamentais de apoio às vítimas, e até mesmo a violência institucional, são, portanto, outro aspecto a ser destacado deste período. Certamente, a chegada da extrema direita ao poder em 1º de janeiro de 2019 não só aumentou violência, como mudou completamente a relação do Estado com as pessoas LGBTQIA+. No entanto, é ingênuo julgar que no período pré-bolsonarista as LGBTfobias eram plenamente combatidas. A mudança não está (apenas) nas respostas governamentais; o ponto nodal é ideológico: a homofobia não é mais combatida pelo Estado, como começou a ser sob governos anteriores. Em vez disso, ela se torna um modo de governo.

Para elucidar a história dessa mudança ideológica, foi preciso revisitar a extensa bibliografia já publicada sobre esse período. Desse modo, essa revisão sistemática da literatura científica será o tema do próximo capítulo.



# Produções teóricas e narrativas sobre as **LGBTfobias**

Historicizar o discurso  
científico para compreender  
a experiência empírica

PAR  
TE  
**02**

## CAPÍTULO 4

### Reflexividade no âmbito da revisão sistemática da literatura científica

Neste capítulo, apresento o processo (reflexivo e dialógico) que orientou as escolhas e procedimentos na revisão da literatura que desenvolvemos, de modo extensivo e sistemático, no âmbito desta tese<sup>103</sup>. Esse trabalho implicou numa (meta)análise da literatura científica sobre a violência articulada ao preconceito e discriminação em função da orientação sexual e/ou identidade de gênero contra LGBTQIA+, identificada a partir do descritor “homofobia”.

Adotando uma postura reflexiva, a própria revisão da literatura foi tomada como objeto de reflexão, concomitante ao seu desenvolvimento. Tal postura implica na problematização das escolhas metodológicas que guiam o desenvolvimento das etapas da construção de nossa pesquisa, que nesse capítulo se aplica à revisão da literatura científica. Além da reflexividade, a dialogia é um dos elementos que nos acompanharam na construção do texto. A dialogia é estimulada quando explicitamos dos argumentos que justificam nossas escolhas metodológicas, pois deixamos um diálogo aberto com suas futuras leitoras e leitores<sup>104</sup>. Além disso, a nomeação dos diferentes interlocutores e interlocutoras que dialogaram com esse material desde o seu processo de construção, reforçam o seu caráter enquanto produção coletiva. Por esse motivo, quando me refiro aos procedimentos pensados coletivamente, eu privilegio o uso da primeira pessoa no plural.

Nesse sentido, considero indispensável mencionar que procedimentos, escolhas e argumentos que orientaram o desenvolvimento dessa revisão da literatura, ora apresentada, foram construídos coletivamente, no contexto das reuniões periódicas de uma pesquisa mais ampla, intitulada “Atenção psicossocial no contexto das estratégias governamentais para enfrentamento à violência baseada em orientação sexual e/ou identidade de gênero”. Essa pesquisa, a qual integrei a equipe, foi iniciada em 2014, sob coordenação do Professor Dr. Benedito Medrado, e foi

---

103 Um fragmento das reflexões que culminaram nesse capítulo foi aceito e será brevemente publicado na revista *Psicol., Ciênc. Prof.*, sob o título “Revisão da literatura sobre homofobia: escolhas, argumentos e exercício reflexivo em pesquisa” (Paz, Amazonas, et al., 2020a).

104 De acordo com as orientações metodológicas de Medrado e Lyra (2015), que se inspiram nas reflexões epistemológicas de Spink e Lima (2000), a garantia do rigor está depositada na explicitação dos processos de construção dos dados ao invés da estratégia tradicional de privilegiar o desenho da pesquisa, o método. Em outras palavras, o rigor não está necessariamente pautado na aplicação de um método previamente formatado, mas em dar visibilidade aos passos que se delinearam no processo da própria pesquisa.

desenvolvida no âmbito do GEMA/UFPE<sup>105</sup>. As estratégias metodológicas negociadas coletivamente com este grupo de pesquisa, que inclusive compartilhou a tarefa de leituras e primeiras proposições de recorte no material, bem como as lacunas apontadas, fomentaram reflexões importantes para a construção dos primeiros eixos de análise da “homofobia” na literatura científica. Foram igualmente importantes as contribuições que recebi durante as vezes que apresentei esse material nas reuniões do grupo de pesquisa LACLIFEP, na UNICAP, na presença da orientadora brasileira dessa tese, Professora Dra. Cristina Amazonas, e de todas as professoras, mestrando·a·s e doutorando·a·s que integram esse coletivo.

#### 4.1 Breve histórico do termo “homofobia”

Termo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg em 1972, amplamente difundido na década de 1980 em virtude da crise ligada ao HIV/Aids e atualmente, longe da consensualidade, o termo “homofobia” apresenta importantes desafios conceituais que incluem desde sua forte acepção psicopatológica herdada de sua origem clínica ainda presente no sufixo “fobia” até a superação da invisibilização de subgrupos minoritários não representados pelo prefixo “homo” (Junqueira, 2007). Apesar dos nós conceituais, seu emprego produz conquistas no campo político, como tornar visíveis as formas de violência ordenadas a partir da matriz heterocispatrilial, fomentar a possibilidade de formulação de projetos de lei e programas governamentais para combater o preconceito e proteger as vítimas<sup>106</sup> (Chamberland & Lebreton, 2012).

No âmbito das produções acadêmicas, o conceito de homofobia se instituiu inicialmente na esteira das produções francófonas do campo da sociologia no início da década de 1990, disciplina no seio da qual os estudos de gênero encontram grande expressividade no contexto francês. Num primeiro momento, para os sociólogos franceses Daniel Welzer-Lang, Pierre Dutey e o sociólogo franco-canadense Michel Dorais (1994), a homofobia, que na época era uma palavra que ainda não existia nos dicionários de língua francesa, era compreendida sumariamente como uma expressão do sexismo, à medida que o homossexual seria associado à mulher ao assumir uma postura passiva no ato da penetração.

---

105 As estratégias, que se alinham ao modo de produção de revisões sistemáticas da literatura que têm sido desenvolvidas no âmbito do GEMA/UFPE, podem ser encontradas em publicações já disponíveis tais quais Medrado et al. (2010) e Medrado et Lyra (2015).

106 Nesse texto, o emprego do termo vítima não significa a naturalização de um lugar de dominação, mas nomeia uma pessoa que vivenciou uma situação de violência, sem desconsiderar as possibilidades de agência inerentes à toda relação de poder que não implique em total aniquilação das possibilidades de resistência.

Posteriormente, essas ideias encontram eco numa coletânea organizada em 1999 pelo jurista franco-argentino Daniel Borrillo e o sociólogo e jurista francês Pierre Lascoumes, com contribuições de referências incontornáveis da sociologia das homossexualidades como Éric Fassin e Didier Éribon, a obra ainda sem tradução para o português *L'homophobie : comment la définir, comment la combattre* (Homofobia: como defini-la, como combatê-la; tradução nossa). Nessa publicação, os autores enfatizam, de um lado, a articulação da homofobia a outras lógicas de opressão como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo e, de outro lado, a potência política da visibilidade e denúncia desse modo de violência, como no texto de Éric Fassin (1999) no âmbito dessa coletânea sobre o “outing” da homofobia.

A obra é seguida pela publicação igualmente de Daniel Borrillo, na França em 2000 e no Brasil em 2010, do livro *Homofobia: história e crítica de um preconceito*, que se tornou uma referência na área e ponto de partida para os estudos sobre essa forma de violência nos dois países. O livro foi reeditado, em 2019 na França, incluindo as contribuições da jurista Caroline Mecary (Borrillo & Mecary, 2019).

#### 4.2 O campo-tema de uma revisão da literatura

Segundo Luna (2009), embora seja usual afirmar que a revisão da literatura tenha fundamental importância no trabalho científico, é importante destacar que além de familiarizar o-a pesquisador-a com o que já foi investigado sobre determinado problema de interesse, possibilita circunscrevê-lo dentro de um quadro de referência teórica que pretende explicá-lo e entender como este problema em questão vem sendo pesquisado. No entanto, a revisão da literatura não é o momento em que a pesquisa se inaugura, a experiência do-as pesquisadore-as caracteriza a trajetória que os-as leva até determinado tema. As situações e conversas no cotidiano (P. K. Spink, 2008), com outro-as pesquisadore-as ou nas redes informais, o acesso às notícias veiculadas na mídia, as pesquisas em mecanismos de busca on-line configuram a inserção do-a pesquisador-a no seu campo-tema, ou seja, à medida que elegemos um tema estamos inseridos imediatamente no campo de pesquisa.

Essa leitura que amplia a noção tradicional de “campo de pesquisa” se inspira nas reflexões de Peter Spink (2003), para quem o campo não é o lugar onde vamos pesquisar, descrever ou falar sobre, pois, “ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes, também formamos parte do campo; parte do processo e de seus eventos no tempo” (p. 25).

Campo-tema, portanto, é a expressão encontrada por esse autor para se referir às redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumultuado conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades (p. 36).

Esse modo de pensar a relação pesquisador-campo favorece o processo de pesquisa em todas as suas etapas, não obstante, o momento em que seu esboço começa a se delinear. Direcionar a atenção ao que se fala sobre o assunto que desejamos pesquisar e eleger seletivamente os elementos, como as palavras e termos, que são usados para falar desse assunto pelo·as diverso·as interlocutore·as, permite uma compreensão inicial desse campo-tema e fornece importantes artefatos que serão utilizados futuramente no processo de familiarização do pesquisador com as bases de dados na produção de possíveis descritores de busca, como sugere Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (2015).

Tomando as vivências que atravessam minha experiência enquanto redator desse texto, penso que minha implicação no movimento social LGBTQIA+ de Pernambuco e o contato prévio com leituras produzidas no âmbito dos estudos de gênero e de sexualidade forneceram elementos linguísticos importantes para a constituição de um vocabulário prévio sobre o campo. No decorrer dos anos 2010, quando essa pesquisa foi elaborada, o termo “homofobia” já estava estabelecido e amplamente presente no senso comum (mídia, movimento social, “comunidade LGBT+” etc.), principalmente pela sua ampla divulgação pelo movimento social nas décadas anteriores, buscando visibilizar as violências sofridas por essa “população”. Soma-se a isso, as produções acadêmicas que utilizavam o termo para produzir uma genealogia dessa violência e, precisamente no Brasil, a constituição de políticas e programas que portavam esse nome, como o extinto Programa Brasil Sem Homofobia (ver, por exemplo, L. Mello, Brito, et al., 2012). Por outro lado, e paradoxalmente ao seu potencial político, muitas críticas aos apagamentos que esse termo produz já se faziam presentes de forma contundente, acompanhadas de novas proposições. Assim, o vocabulário que construí sobre a violência motivada por preconceito e discriminação em virtude da orientação sexual e/ou identidade de gênero conheceu diferentes termos, tais quais, por exemplo, “lesbofobia”, “bifobia”, “transfobia” e “LGBTfobia”.

Além disso, de modo geral, uma pesquisa exploratória e assistemática nas bases de dados, com as palavras identificadas pelo·a pesquisador·a desde sua inserção no

campo-tema, também possibilita mapear os cenários de produção de conhecimento sobre o assunto que desejamos pesquisar e produzir os possíveis enfoques que serão desenvolvidos na revisão sistemática da literatura (M. A. T. Ribeiro, 2015). Por outro lado, além dos textos indexados às bases de dados, outros materiais são acessados de forma assistemática, durante o processo de revisão da literatura por meio de outros eventos que vão se configurando como importantes fontes de material bibliográfico. Podemos citar como exemplos a participação em eventos científicos e a indicação de textos por pesquisadore-as mais experientes<sup>107</sup>. Compreender que essas estratégias compõem a familiarização prévia ao nosso campo de estudo nos ajuda a perceber que as fronteiras entre sistemático e assistemático não são marcadamente nítidas e que essa fluidez é extremamente pertinente para a amplitude da revisão bibliográfica.

#### 4.3 Como construímos o *corpus* da revisão da literatura científica

Em consonância com Spink e Lima (2000)<sup>108</sup>, bem como Pestre (2006), entendemos que fazer ciência é uma prática social e, como toda forma de sociabilidade, seu sucesso e legitimação estão diretamente associados à possibilidade de comunicação de seus resultados, a fim de que o diálogo com outro-a-s interlocutore-as continue a acontecer. Nesse mote, a revisão da literatura se engendra na conversação como um argumento que irá dialogar posteriormente com os sentidos produzidos pela nossa pesquisa e com outras que se constituirão a partir da nossa. Com vistas a dar visibilidade a esses processos, os procedimentos para a realização da revisão da literatura realizada serão apresentados a seguir na seguinte sequência: a seleção das bases de dados e suas características; o delineamento e escolha dos descritores da pesquisa; os procedimentos na exploração das bases e suas peculiaridades; refinamento dos resultados e seleção acurada dos textos.

---

107 Para citar outros eventos que vão se configurando como importantes fontes de material bibliográfico no contexto da nossa pesquisa, eu mencionaria minha participação no evento científico 2º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, realizado em 2015, em Salvador/BA, cujo tema foi Ativismos das dissidências sexuais e de gênero. Através de eventos como este, pude acessar, por exemplo, os textos de Prado e Machado (2012) e Jésus (2015).

108 Para Mary Jane Spink e Helena Lima (2000), apoiadas em Morin (1985), a objetividade deixa de ser pensada como relação de correspondência com a realidade – onde o rigor está pautado na replicabilidade, generabilidade e fidedignidade – e passa a ser visto como processo intersubjetivo – cujo rigor passa a ser concebido como a possibilidade de explicitar os passos da análise e da interpretação de modo a propiciar o diálogo. A tarefa interpretativa que pauta o fazer em ciência estaria em compreender as características e o modo de funcionamento das linguagens sociais que se engendram nesse diálogo, para participar da conversação e até mesmo para propor concepções opostas. Desse modo, rigor e visibilidade estão estritamente associados, à medida que se constituem como técnicas para que se efetue a comunicação intersubjetiva. Ou seja, a objetividade está perpassada pela dialogia.

#### 4.3.1 A seleção das bases de dados

A utilização das fontes de busca também se configura como uma importante escolha metodológica para a revisão sistemática da literatura, pois circunscreve quais trabalhos científicos poderemos vir a ter acesso. Este é primeiro passo para o desenvolvimento de uma pesquisa sistemática da literatura. Desse modo, apresentamos a seguir, algumas informações sobre as bases de dados escolhidas nesta revisão e, em seguida, comentários pertinentes a essa escolha. As bases bibliográficas eleitas para a busca de artigos científicos foram a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-PSI), que integram dados de publicações científicas a partir de vários bancos de dados de periódicos científicos, principalmente do Brasil e da América Latina, que indexam e publicam em acesso aberto.

#### 4.3.2 O delineamento dos descritores da pesquisa

O termo que inicialmente orientou nossa busca de forma exploratória nas bases de dados foi “homofobia”. Essa expressão é utilizada como categoria ampla, que inclui as diferentes nomeações para a violência por orientação sexual e identidade de gênero direcionadas a LGBT (Homofobia, Lesbofobia, Bifobia, Transfobia), as LGBTfobias (Junqueira, 2007). Reconhecemos o risco da simplificação que tal opção possa resultar, porém a consideramos adequada tendo em vista o uso corrente, por exemplo, no campo midiático, no campo político (nas políticas públicas e nos movimentos sociais), no cotidiano e, principalmente, na literatura científica que analisamos.

Além disso, outros termos foram utilizados de forma exploratória nas bases. Por exemplo, os termos LGBTfobia, gayfobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, embora venham sendo utilizados pelo movimento social LGBT, ao serem lançadas nas bases bibliográficas resultaram em número muito pequeno de referências que, inclusive, já estavam contidas nas buscas realizadas com o termo homofobia.

Após esse longo exercício, caracterizado por experimentações, idas e vindas e várias discussões coletivas, elegemos o termo “homofobia” como descritor principal para a nossa pesquisa e, para uma maior amplitude da busca, foram também utilizados os termos “violência”, “discriminação” e “preconceito” combinados com as palavras “homossexual”, “homossexualidade”, “homossexualismo”, “LGBT”, “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “travesti”, “transexual” e, quando aplicável, seus plurais. Em resumo, além do termo “homofobia”, foram utilizadas 28 combinações no total.

Importante destacarmos que, embora tenhamos buscado acessar o maior número de trabalhos possível que fossem relevantes à nossa pesquisa, reconhecemos que todo conhecimento é acessado de forma situada e parcial. Assim, não esperávamos encontrar um quantitativo que fosse passível de generalizações ou de esgotar todas as possibilidades de análise do nosso objeto de pesquisa. Nosso propósito, ao contrário, era tão somente explicitar tendências, tensões e controvérsias neste campo.

#### *4.3.3 Procedimentos no manejo das bases de dados*

No âmbito dessa revisão sistemática, nossa busca priorizou artigos acadêmicos publicados em revistas científicas, pois esse tipo de produção chega ao acesso público mais rapidamente que outras, como livros, e muitos deles sintetizam e/ou atualizam pesquisas anteriormente publicadas em outros formatos, como dissertações e teses.

A realização da coleta das obras nas bases de dados compreendeu o período de maio a julho de 2015, com revisões realizadas entre agosto e outubro de 2015 e uma atualização em março de 2017. Quanto à data de publicação dos textos, evitamos definir previamente um recorte temporal, a fim de não negligenciarmos literatura relevante. Desse modo, consideramos toda a produção disponível nas referidas bases.

Grafias diversas de alguns descritores (singular e plural, por exemplo) foram utilizadas para ampliar nossa busca (“violência + gay” ou “violência + gays”, por exemplo), pois percebemos que a utilização tanto de uma, como de outra, curiosamente produzia um número diferente de textos. Não percebemos alteração nos resultados em relação ao uso de letras maiúsculas ou minúsculas.

Chamou a nossa atenção que ainda é possível encontrar textos a partir do descritor “homossexualismo”, apesar da ampla discussão no campo acadêmico sobre o caráter estigmatizante do termo<sup>109</sup>. Por exemplo, utilizando a combinação “violência + homossexualismo”, encontramos na base SciELO um artigo publicado em 2006, nas Ciências da Saúde, área Pediatria, que trata da percepção e dos mecanismos de enfrentamento utilizados por pais frente à ambiguidade genital de seus filhos e filhas (C. A. B. da Silva et al., 2006).

Esses autores e autoras utilizam o termo para nomear o anseio dos pais em relação aos “brinquedos e os jogos que possam ‘significar’ um comportamento homossexual” nas crianças. Além desse, o artigo também apresenta outros equívocos

---

<sup>109</sup> Para dados históricos sobre como a relação afetivo-sexual entre homens se constitui como identidade social a partir do discurso médico e jurídico, ver Miskolci (2007).

nas suas exposições como a utilização do termo “hermafroditismo” para nomear as pessoas de genitália ambígua e o tratamento da questão como doença. Embora seja uma publicação que possa ser considerada relativamente recente, suas reflexões no que diz respeito à sexualidade encontram-se ainda situadas antes de 1973 – ano em que a homossexualidade foi excluída do Código Internacional de Doenças (CID-10) e deixou de ser considerada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), fazendo o sufixo de origem grega ‘ismo’ (que denota “condição patológica”) perder todo o sentido nessa palavra.

Todos os resultados encontrados tiveram suas informações (base de dados, título, autor/a, ano de publicação, local de publicação, idioma, descritores utilizados, nome da revista, área do conhecimento e resumo) inseridas em uma planilha eletrônica para posterior leitura e seleção.

#### *4.3.4 Refinamento dos resultados e seleção acurada dos textos*

A partir do exercício de leitura atenta de títulos e resumos dos trabalhos identificados (em alguns casos, devido à carência de informações na construção dos resumos, foi necessário recorrermos também à leitura do texto completo), iniciamos o processo de refinamento dos resultados, tendo como critério a eliminação das repetições e seleção acurada dos textos, ou seja, a exclusão dos trabalhos que não possuíam relação com o nosso tema. Foram eliminados os trabalhos repetidos, ou seja, quando diferentes descritores identificavam trabalhos idênticos ou quando o mesmo trabalho estava presente nas duas bases de dados.

Quanto ao tema, convém destacar que a violência, discriminação ou preconceito por homofobia de alguma forma esteve presente em todos os trabalhos encontrados em nossa busca. Ao analisarmos os resumos, percebemos que a homofobia pode aparecer, por exemplo: 1) na introdução, como forma de contextualização do objeto da pesquisa (Romano, 2008); 2) na justificativa de sua realização (Vidal & Ribeiro, 2008); 3) nos resultados, presente explicitamente nas narrativas de interlocutores (R. M. Barbosa & Facchini, 2009; Brown et al., 2014) ou; 4) na análise ou considerações, a partir das reflexões do·as autore·as sobre o material produzido nas pesquisas (Valadão & Gomes, 2011).

Todavia, nos trabalhos citados acima e nos demais que não foram selecionados pelos mesmos critérios, embora a violência por homofobia estivesse presente nas reflexões, ela não era o eixo norteador da reflexão, ou seja, não contemplava os objetos

ou objetivos. As questões sobre preconceito acabavam sendo apenas um quesito a ser considerado para abordar outros temas que protagonizavam as discussões do texto. Assim, para nossa pesquisa, dado seus objetivos, decidimos eliminar os trabalhos cuja violência associada à homofobia não se apresentava como eixo temático central do trabalho. A Tabela 1 ilustra o quantitativo de textos por base de dados. Nosso *corpus* de análise é composto assim por 98 artigos selecionados do universo de 1.942 encontrados.

**TABELA 1**

 <b>Total de textos encontrados versus selecionados, por base de dados</b>		
<b>Base de dados</b>	<b>Quantitativo Encontrado</b>	<b>Quantitativo Selecionado</b>
SciELO	637	68
BVS-PSI	1.305	30
<b>Total</b>	<b>1.942</b>	<b>98</b>

Importante mencionar que mesmo depois de finalizarmos a seleção de textos, a leitura dos trabalhos completos nos fez realinhar os critérios, retornar a Tabela 1 e rever textos que não julgávamos mais relevantes dentro desses novos critérios. Em um dado momento decidimos desconsiderar os artigos que, embora publicados em revistas brasileiras não versassem sobre a realidade do país. Esse dado nos informa que apesar da escrita produzir a ficção de uma linearidade – como toda narrativa, não dá conta de contemplar o emaranhado que se configura o caminhar na pesquisa. Relembramos, então, que o processo que permeou a escrita deste capítulo de revisão, bem como da tese, não se deu na suposta linearidade que sugere. A pesquisa se faz fazendo.

#### 4.4 Como a homofobia está situada nas produções científicas brasileiras

Nesse momento de nossa revisão, nos preocupamos mais precisamente com o conteúdo dos trabalhos selecionados<sup>110</sup>. Buscamos então descrever como a homofobia vem sendo pesquisada (leia-se: situada) pelas produções científicas brasileiras. Assim, um exercício de releitura atenta dos títulos e resumos nos ajudou a selecionar

<sup>110</sup> Antes de fazer parte deste capítulo da tese, as reflexões à seguir foram publicadas em formato de artigo, estando disponíveis em Paz, Amazonas e Medrado (2020b).

fragmentos utilizados para caracterizar o objeto homofobia a partir de argumentos que ressaltavam temas específicos. Esse exercício de “desmontar o texto” se trata de uma (des)organização das informações disponíveis para a visibilização de tramas discursivas que caracterizam e inscrevem nosso objeto de pesquisa, a fim de que essas sejam reorganizadas por similaridade ou contraste de conteúdo (Medrado & Lyra, 2015), formando “categorias temáticas”<sup>111</sup>.

De forma prática, à planilha em que estavam especificadas as informações de cada artigo (conforme descrito anteriormente, neste mesmo capítulo), acrescentamos novas colunas cujos títulos eram de “tema 01” até “tema 05”, que posteriormente foram nomeados e nomearam as categorias. Cada título e resumo que líamos, preenchíamos esses campos com expressões ou fragmentos utilizados no texto para falar sobre homofobia de diferentes maneiras. Obviamente, nem todos os textos tratavam exatamente de cinco questões diferentes e esse número sempre variava.

Tais colunas deram origem a uma tabela construída em um editor de texto onde organizamos: na coluna da esquerda, o título atribuído à categoria e; na coluna da direita as expressões e fragmentos do texto que preencheram as colunas da planilha eletrônica, mencionada acima. Para cada texto, os diferentes fragmentos ocuparam lugar em diferentes categorias, garantindo o caráter híbrido de nossa classificação.

Compreendemos que tais categorias não ilustram objetos preexistentes, nem estão dissociados dos sujeitos que o produzem. Por exemplo, com o decorrer da leitura, atribuímos títulos para as categorias de acordo com o sentido produzido naquele conjunto de informações. Nesse processo, novas categorias surgiram, algumas tiveram seu nome modificado e outras foram condensadas. As categorias foram construídas no fazer e no tempo da própria pesquisa; num mesmo campo de produção que agencia simultaneamente pesquisadore-as e dados.

As constantes leituras e releituras do material, identificado no exercício (as)sistemático de revisão, nos proporcionou aprofundar o conhecimento sobre a literatura produzida sobre o nosso tema. Tal familiaridade foi se configurando como um facilitador no processo de categorização, indicando caminhos a seguir nas formas de organização das informações.

---

111 Apesar de entendermos que categorias possuem uma função didática e que buscam produzir certa homogeneidade, ao trabalhar com repertórios buscamos respeitar a diversidade encontrada em cada texto. Essa polissemia nos fez adotar um modo de organização em que o mesmo trabalho pudesse estar em diferentes categorias temáticas.

Após a nomeação das diversas categorias, notamos também similaridade entre elas. Muitos enfatizavam 1) as diferentes formas de expressão dessa violência; 2) os territórios, contextos e/ou lugares em que emergiam; e 3) as estratégias de enfrentamento. De forma didática, produzimos um segundo agrupamento enfatizando esses eixos analíticos. Tendo em vista o escopo deste capítulo e os interesses da nossa pesquisa, focalizaremos nossa discussão nos dois últimos eixos.

## QUADRO 12



### HOMOFOBIA

NA LITERATURA  
CIENTÍFICA BRASILEIRA

#### EIXOS ANALÍTICOS

#### CATEGORIAS TEMÁTICAS

##### Territórios e contextos de emergência

Escola e na universidade (n=24)  
Ambiente organizacional e do trabalho (n=8)  
Locais Públicos (n=5)  
Família (n=5)  
Instituições religiosas (n=3)  
Mídia (n=3)  
Espaços de sociabilidade LGBT (n=2)  
Esporte (n=2)  
Eventos de cunho político-cultural (n=1)  
Delegacia (n=1)  
Serviços de Saúde (n=1)

##### Estratégias de enfrentamento

Políticas Públicas e institucionais contra  
Homofobia (n=15)  
Contribuições dos movimentos sociais e da  
academia (n=4)  
Centros de cidadania e atenção psicossocial  
às vítimas (n=5)  
Criminalização da Homofobia (n=2)  
Estratégias individuais empregadas pelos  
sujeitos no cotidiano (n=9)

O que apresentamos no Quadro 12 é uma tentativa de síntese das inferências e reflexões, assim como escolhas que nos implicam no emaranhado de vetores que contribuíram para a construção desse modo de organização, que produzem uma fictícia sensação de linearidade apenas na elaboração deste texto.

Por serem contabilizados em mais de uma categoria, a soma não corresponde ao número total de obras analisadas ( $n=x$ ). Além disso, embora apresentemos o quantitativo, nosso olhar privilegiou a observação sobre a diversidade de sentidos produzidos. Desse modo, no intuito de enriquecer as análises, lançando mão de outros elementos discursivos além daqueles disponíveis nos títulos e resumos, empreendemos a leitura dos textos completos que compuseram os eixos analíticos acima, detalhados a seguir.

#### 4.4.1 Territórios como micro-lugares

Esse eixo temático se refere aos lugares que constituem o campo empírico onde os estudos foram realizados. Mas não apenas. Territórios não se limitam ao espaço físico, mas aos “micro-lugares” que possibilita (P. K. Spink, 2008)<sup>112</sup>, conceito que nos ajudou a perceber que os lugares e suas (re)descrições são importantes elementos das pesquisas que identificamos. O conceito de micro-lugares dialoga diretamente com a noção de campo-tema (P. K. Spink, 2003), pois projeta o nosso olhar de lugares físicos, para os contextos utilizados nas pesquisas como matriz de questionamento e argumento<sup>113</sup>.

Na revisão da literatura que realizamos, a escola e a universidade ( $n=24$ ) foram os territórios mais visitados na problematização sobre a homofobia. Caracterizadas por normas rígidas de gênero e sexualidade, que incluem expectativas a respeito da masculinidade, feminilidade e heterossexualidade (Russell, 2011), a escola se constitui como guardiã e reprodutora da ordem heterossexista (Cornejo E, 2010), na qual se configura um cotidiano naturalizado de discriminações de caráter homofóbico e sexista (Nardi, 2008).

---

112 Segundo Peter Spink (2008) a noção de “micro-lugar” é uma ideia figurativa ou metafórica mais do que uma definição objetiva”, amplia-se aos encontros que acontecem no cotidiano desses lugares, considerando tanto suas materialidades como sociabilidades (p.70). Os micro-lugares, tal como os lugares, “são produtos e produtores de vários processos sociais e identitários”, somos nós, os temas sobre os quais dialogamos, as pessoas com as quais conversamos, como e onde vivemos (p.71).

113 Importante ressaltar que não foram os trabalhos que lemos em nossa revisão que apontam esse conceito, mas decidimos mobilizá-lo na compreensão do material da nossa revisão da literatura, pois compreendemos que sua aplicação contribui significativamente para compreender de forma mais ampla os contextos em que a homofobia foi pesquisada.

Nesse cenário, surge a proposição de políticas e programas que visam promover climas escolares mais seguros para estudantes LGBTQIA+ (Russell, 2011). Na busca pela redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia (Nardi, 2008), destaca-se o “Educando para a diversidade”, no quadro de ações do programa Brasil sem homofobia (Brasil, 2004). Essas iniciativas se configuram como vetores da intervenção estatal nas práticas escolares (G. R. Pereira & Bahia, 2011).

Tais políticas e programas, entendidos como discursos e, enquanto tal, que legitimam e sustentam práticas, são produtivas e constroem noções peculiares de sujeito LGBTQIA+. Desse modo, ao investigar os efeitos enunciativos de tais políticas, o trabalho de Eliana Quartiero e Henrique Nardi (2012) destaca algumas dessas noções, como “o diferente” ou de “pessoas em risco ou vulnerabilidade”. Nomeações que denotam um sujeito vitimizado e restrito em suas possibilidades de agir na relação com as violências às quais vivenciam.

Ainda sobre as pessoas que habitam/frequentam os locais pesquisados, embora alguns trabalhos analisem como material empírico o discurso de profissionais da educação (gestore-as e professo-re-as), apenas um trabalho analisa a experiência de professo-re-as não heterossexuais no contexto do cotidiano escolar, indicando a invisibilidade desse-as profissionais (Nardi & Quartiero, 2012).

A ausência da discussão sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar também é um tema que recebe destaque nos trabalhos sobre homofobia nesse espaço, pois consideram a omissão, também um signo de violência (Dinis, 2011). O silêncio no debate sobre o tema não opera somente no currículo escolar, mas nos livros didáticos (Lionço & Diniz, 2008; Roselli-Cruz, 2011; Vianna & Ramires, 2008).

A impossibilidade do diálogo aberto sobre diversidade sexual e de gênero nos documentos que atravessam as práticas escolares produz um cotidiano hostil para a experiência de ser LGBTQIA+ nesse espaço. Num estudo sobre a percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre homofobia na escola (Borges et al., 2011), as autoras e autores observaram que não existe uma preocupação formal com questões sobre a sexualidade no ambiente escolar e que discriminações, muitas vezes em forma de brincadeiras, são geralmente ignoradas.

Em síntese, o cotidiano escolar ainda é um espaço de manutenção da heteronorma e de controle das sexualidades, operadas na manutenção de discursos que naturalizam a heterossexualidade, que as sustentam hegemonicamente como única forma de

inteligibilidade sexual e que deslegitimam toda expressão diversa de orientação sexual e de identidade de gênero (Fazano et al., 2011; Teixeira-Filho et al., 2011).

Outro território significativamente visitado nas pesquisas é o ambiente organizacional e do trabalho (n=8). Souza e Pereira (2013) caracterizam as organizações como profícuas fontes de investigação, pois tendem a reproduzir os valores e normas da sociedade na qual estão inseridas, cujos padrões heterossexuais são dominantes. Nessas pesquisas, o setor bancário está frequentemente presente (Garcia & Souza, 2010; E. M. de Souza et al., 2012).

Homens homossexuais ocupam a primazia dos trabalhos como sujeitos mais ouvidos. Mulheres lésbicas, em número bem menos expressivo, também são mencionadas (H. A. R. Irigaray & Freitas, 2011). Pessoas transexuais são citadas em apenas um trabalho (Carrieri et al., 2014). De forma geral, as formas de violência que cada grupo experimenta no ambiente de trabalho parecem manter estrita relação com aquelas relacionadas a cada um deles no contexto social mais amplo (Carrieri et al., 2014).

A maior parte desses trabalhos ouviu pessoas em cargos de gestão nas organizações, o que não surpreende ter grande parte dos artigos versando sobre homens, tendo em vista que essas posições são ainda prioritariamente ocupadas por eles. Isso reproduz a invisibilidade experimentada pelo feminino, seja no corpo da mulher lésbica ou transexual.

Por outro lado, esses homens se sujeitam aos padrões hegemônicos de masculinidade, ocultam sua homossexualidade ou evitam expressar comportamentos ditos “afeminados”, na tentativa de serem percebidos por colegas e gestores como pessoas “normais”. Noção de normalidade que está sempre associada aos seus pares heterossexuais. Apesar desse investimento em se “camuflar”, homossexuais têm uma participação reduzida nos grupos de convivência formados no âmbito das organizações e têm levado mais tempo para ocuparem posições de liderança quando considerados os mesmos aspectos na comparação com seus/suas colegas heterossexuais (E. M. de Souza & Pereira, 2013).

Embora em menor número, estudos foram realizados em outros territórios, tais como: locais públicos (n=5), espaços de sociabilidade LGBT (n=2), eventos de cunho político-cultural (n=1), instituições religiosas (n=3), a mídia (n=3), a família (n=5), o esporte (n=2), serviços de saúde (n=1) e delegacia (n=1).

O trabalho etnográfico de Souza, Malvasi, Signorelli e Pereira (2015), que acompanhou o itinerário de 49 travestis numa cidade do Sul do Brasil, exemplifica

tanto a pluralidade como o caráter inusitado dos espaços onde a pesquisa pode se desenvolver. Na perspectiva dos autores e da autora à medida em que as pessoas percorrem caminhos, edificam trajetórias por espaços, lugares instâncias e instituições, articulam territórios e subjetividades.

Locais públicos compreendem espaços urbanos frequentados de forma geral por toda a população. Os exemplos encontrados em nossa revisão são parques ou zonas de prostituição (Cavagnoud, 2014; Gouveia et al., 2012; Verduzco & Sánchez, 2011). Por outro lado, espaços de sociabilidade LGBTQIA+, como bares e boates, são locais privados direcionados para o lazer geralmente noturno dessa população a partir do estabelecimento de uma relação comercial (Cavagnoud, 2014; Gouveia et al., 2012; Verduzco & Sánchez, 2011).

Eventos culturais também são *locus* de produção de análises sobre homofobia (Fernandes, 2013). Esses eventos são potentes na produção de um campo de ação política à medida que visibilizam estéticas socialmente posicionadas pela norma como desprezíveis/marginais, ou seja, utilizam o potencial das artes para afetar sensibilidades e percepções como estratégia de luta contra a discriminação e o preconceito.

O território religioso também foi investigado nas pesquisas sobre homofobia. Um dos estudos que identificamos foi realizado em seminários católicos, bem como em seminários evangélicos de diferentes orientações teológicas. Esse estudo buscou analisar as relações entre o preconceito contra os homossexuais e as representações sociais sobre a homossexualidade com dados de estudantes de teologia de ambos os sexos, evangélicos e católicos (C. R. Pereira et al., 2011).

O campo da religião, controverso e polissêmico, aparece situado de maneiras diferentes nos repertórios acima. As religiões cristãs estão presentes nos repertórios que enfatizam a ideia de uma homofobia pautada por fundamentalismos religiosos (Mott, 2010). As demais religiões, em especial as de matrizes africanas, são identificadas nas práticas religiosas de sujeitos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade à violência (Fernandes, 2013).

A materialidade dos territórios não se dá apenas em espaços geograficamente localizáveis. A mídia impressa como jornais ou revistas, as notícias online, propagandas ou telenovelas também são dispositivos que fazem circular repertórios linguísticos sobre homofobia. Identificamos trabalhos cuja mídia é seu campo empírico (n=3), sendo as notícias de jornal o principal veículo que, em síntese, ressaltam três linhas

narrativas predominantes: 1) a mídia enquanto dispositivo de produção de verdades; 2) a violência noticiada como pontual e individualizada, não como um problema social; e 3) os jogos de (in)visibilidade tanto da homossexualidade como dos modos de ser homossexual.

Sobre o primeiro aspecto, Cassal (2013) escreve que “as notícias da mídia são guias turísticos, *pretensamente neutros e desinteressados* que apenas retratam *o que está ali*” [itálicos nossos] (p.33). Os trechos que destacamos salientam que os materiais midiáticos, em especial as produções jornalísticas, denotam uma “noção de veracidade implicada”, pois são produzidos para fornecer um “retrato da realidade” (L. Rodrigues & Hennigen, 2011).

Embora busquem se autolegitimar como verdades em si mesmas, as notícias de jornal são apenas uma versão possível da realidade, que seleciona elementos em detrimento de outros na produção ficcional de sua narrativa. Neste movimento, de seleção no que o discurso acolhe e faz funcionar como verdade, de distinguir enunciados verdadeiros de falsos, determinadas posições subjetivas que são tornadas visíveis têm sua existência sancionada, outras não (Roberto Machado, 2012; L. Rodrigues & Hennigen, 2011)<sup>114</sup>.

Para ilustrar tais jogos de (in)visibilidade, tomamos como exemplo a pesquisa de Carrara e Vianna (2006) que analisou uma compilação de recortes de jornal com notícias pertinentes à violência contra homossexuais e produziu uma comparação entre as informações presentes na imprensa e nos inquéritos policiais. O autor e a autora ressaltam que não foi possível localizar os registros oficiais de muitos casos, dada a imprecisão das informações presentes na mídia sobre o local do crime, a data da ocorrência ou os nomes de vítimas e acusado-as e omissão do dado sobre a homossexualidade da vítima, nos arquivos policiais ou na imprensa.

Cassal (2013) reverbera essa observação trazendo outros elementos e afirma que esses corpos transgressores são vistos de forma focal e pontual nos noticiários (quando são vistos), individualizando a violência e promovendo um “genocídio do silêncio e da invisibilidade” de todo o grupo social.

---

114 Destacamos que os textos de Machado (2012) e Rodrigues e Hennigen (2011) embora não tenham sido identificadas a partir da busca sistemática deste levantamento, são referências que utilizamos para dar base a argumentos desta seção do texto, diferentemente das demais referências que, identificadas em nosso levantamento, exemplificam as análises.

A omissão dessa informação implica num problema social grave. Tendo em vista que a homofobia em muitos Estados do Brasil, na época em que as pesquisas foram realizadas, ainda não era um crime possível de ser tipificado e que alguns dos principais relatórios sobre violência homofóbica no país ainda estão baseados em dados obtidos através da mídia, podemos afirmar que esse tipo de violência ainda é bastante subnotificado. Por outro lado, quando exibida “de forma insossa, natural e irreversível” (Cassal, 2013, p. 29), seu caráter de problema social é excluído no argumento dos “fatos isolados” e/ou “pontuais”.

Avançando nas análises sobre a produção de micro-lugares, identificamos o contexto familiar como *locus* de manifestação da homofobia. Seja a expulsão pelos familiares ao terem ciência da homossexualidade do·as filho·as, seja o desejo dele·as próprio·as pela ruptura ou afastamento temporário ou permanente do vínculo familiar como forma de cessar as situações de hostilidade e opressão, a experiência de ser homossexual tem sido marcada no âmbito familiar pela exclusão (Perucchi et al., 2014).

As agressões que se iniciam no contexto do núcleo familiar são perpetuadas no ambiente escolar. Esse rompimento pode acontecer em ambos os espaços, especialmente no caso das travestis (M. H. T. de Souza et al., 2015). A ruptura dos “vínculos consanguíneos” tende a formação de “novas famílias”, com pessoas que compartilham das mesmas dores, dos mesmos interesses, desejos e sonhos. O afastamento da família biológica e a construção de espaços de convivência construídos pelo afeto são uma forma de lidar com o sofrimento decorrente da homofobia familiar.

A família é o meio socialmente autorizado a ocupar o lugar de instituição guardiã e reprodutora da heteronormatividade e de exclusão das dissidências dessa norma (Lívia Gonsalves Toledo & Teixeira Filho, 2013a). A problematização dos pilares que sustentam a heterossexualidade enquanto norma (a reprodução como finalidade única das relações sexuais, por exemplo), são também formas de promover resistência às formas de opressão que legitimam e naturalizam a violência contra pessoas LGBTQIA+, tanto na família quanto em diferentes micro-lugares.

Há ainda o caso em que a discriminação é replicada por instituições que deveriam amenizá-la, ou cessar o círculo da violência, como as delegacias de polícia e os serviços de saúde. Esses dois espaços foram investigados no mesmo estudo (M. H. T. de Souza et al., 2015), cujos autores e autora apontam que, no caso das delegacias, muitas travestis evitam realizar boletins de ocorrência por receio de que sejam

revitimizadas. Nos serviços de saúde, são comuns na forma de tratamento olhares, gestos e falas que denunciam o julgamento moral e o desrespeito ao nome social, sendo frequentemente identificadas publicamente com o nome masculino. Esses são exemplos das contradições nas práticas institucionais que deveriam acolher e minimizar o sofrimento das populações vulneráveis que as buscam.

Para além das questões particulares abordadas acima, de modo geral, percebemos, com base nessa revisão da literatura, que a homofobia parece emergir em múltiplos contextos, no cotidiano de pessoas LGBTQIA+. Todavia, percebemos lacunas e invisibilidades de contextos e lugares onde opera a homofobia. Por exemplo, dado o período em que a coleta nos bancos de dados foi realizada, não identificamos artigos publicados de pesquisas desenvolvidas no contexto carcerário com pessoas em privação de liberdade. O cenário político também fica invisível, mesmo se a homofobia tenha sido observada em declarações e plataformas políticas de candidato·as abertamente anti-LGBTQIA+ na mídia, em debates e propagandas eleitorais. Igualmente na internet, em blogs e redes sociais, mesmo se novos termos como “*cyberbullying*” sejam cada vez mais frequentes no cotidiano.

Nesse contexto, ao invés de ler o dado quantitativo como uma hierarquia entre lugares (mais ou menos violentos) ou as ausências como inexistência da violência, podemos analisar as concentrações e rarefações por diferentes prismas, como a dificuldade de acesso a determinados campos ou uso de refinadas estratégias discursivas para negar a existência do preconceito em outros. Há ainda de se considerar os limites dos métodos atuais face aos novos terrenos onde o preconceito age.

Compreender os mecanismos de ação do preconceito no âmbito das vicissitudes de cada contexto, permite a prevenção da passagem ao ato violento ou, minimamente, a produção de modos de agenciamento e resistência. Partindo então do potente enunciado de Michel Foucault (2010a, p. 125)<sup>115</sup> “onde há poder, há resistência”, entendemos que, do mesmo modo que as formas de expressão do preconceito, os modos de resistência possuem muitas facetas, alvo de nossa atenção na próxima categoria.

---

115 Texto originalmente publicado em 1988. Para a versão brasileira, ver Foucault (2011, p. 105).

#### 4.4.2 Estratégias de enfrentamento

Nesta secção, as discussões sobre as estratégias de enfrentamento da violência, em síntese, se articulam num duplo movimento. Por um lado, as estratégias formais, aquelas que congregam as respostas governamentais na promoção de uma “cidadania LGBT” no Brasil e suas interfaces com o ativismo e a academia. Por outro lado, aquelas empregadas no cotidiano pelos sujeitos na relação com a violência.

No campo das estratégias formais, os trabalhos que versam diretamente sobre as estratégias governamentais apresentam os resultados da pesquisa “Políticas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar”, que, em linhas gerais, buscaram analisar criticamente o processo de formulação e implementação de políticas públicas de combate à homofobia e de promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBTQIA+ (L. Mello, Brito, et al., 2012), assim como refletir sobre a efetividade dos planos, programas e conferências produzidos e realizados pelo governo federal no processo de construção dessas políticas (L. Mello, Avelar, et al., 2012), nas áreas de saúde, assistência e previdência social, educação, trabalho e especialmente segurança (L. Mello et al., 2014) no Brasil, em meados dos anos 2000.

Colocando os principais aspectos numa narrativa cronológica temos que, em 2002 –mesmo que durante o mandato do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) tenha sido publicado o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2), contendo propostas de ações referentes aos “direitos dos homossexuais” como pauta do governo federal – é no mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT) que os movimentos sociais organizados encontram receptividade para as suas demandas e começam a ter respostas práticas na promoção e garantia de seus direitos (L. Mello, Brito, et al., 2012).

Importante destacar que essas ações não nascem espontaneamente, pelo desejo do Estado de favorecer uma determinada população, mas pelo reconhecimento e incorporação da agenda do movimento social e das reflexões acadêmicas na construção de respostas à problemática da violência contra “homossexuais”, que desde a década de 1980 promove modos de coletar e visibilizar dados sobre denúncias de violação de seus direitos (Ramos & Carrara, 2006).

É a partir de 2004 que ações de promoção da “cidadania LGBT” começam a ser desenvolvidas. Até o momento, elas estavam restritas à esfera da saúde, com foco no combate ao HIV/Aids. Este avanço acontece principalmente no âmbito do Executivo,

nos níveis federal, estadual e municipal, em face da estagnação do Legislativo decorrente da pressão exercida por parlamentares ligados a grupos fundamentalistas religiosos.

A partir desse período, Mello, Brito e Maroja (2012) destacam: 1) o conjunto das principais iniciativas à Criação do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004; 2) a realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), em 2008; 3) o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT), em 2009; 4) criação do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), em 2009; 5) a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, em 2010 e; 6) a implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010.

Salientamos que foge ao escopo de nossa revisão da literatura explorar exaustivamente esse conjunto de políticas públicas na esfera governamental (ou políticas institucionais na esfera privada<sup>116</sup>), planos e programas que promovem a “cidadania de LGBT” em nosso país. Buscamos fornecer um panorama que favoreça à leitora ou leitor uma compreensão dos aspectos que historicizam o contexto de sua produção. Assim, para uma reflexão pormenorizada sobre a efetividade das ações no processo de construção de políticas públicas para LGBTQIA+ no Brasil, nós encorajamos a consulta dos trabalhos aqui mencionados. Feita a ressalva, retornamos à nossa linha descritivo-argumentativa.

Embora muitas iniciativas tenham sido propostas a situação dos direitos da população LGBTQIA+ no Brasil naquele momento era de que “nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (L. Mello, Brito, et al., 2012, p. 425). Esse sentimento de esvaziamento se produz no encontro de múltiplos fatores. Em princípio, as ações no âmbito do Executivo aconteciam de forma fragmentada, devido ao grande número de iniciativas isoladas nos três níveis de governo, e situada, pois muitas delas possuem ação apenas em contextos específicos<sup>117</sup>. Certamente essa tem sido uma linha de fuga

---

116 Encontramos também em nossa busca o texto de Souza, Silva e Carrieri (2012) onde propõem uma análise sobre as políticas de diversidade promovidas por bancos que, segundo os autores, apesar de existirem políticas oficiais que buscam garantir direitos aos homossexuais nas organizações estudadas, tem demonstrado ineficácia no combate à discriminação em razão de reificarem a ideia de minoria e, consequentemente, a existência de uma identidade homossexual.

117 Por exemplo, em 28 de abril de 2016, pouco antes de ser afastada de seu cargo, a ex-presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto n. 8.727/2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que em suma autoriza essa população a utilizar o nome social nos órgãos do serviço público federal, como ministérios, universidades federais e empresas estatais. Semelhantemente, em nível estadual, Pernambuco conta, por exemplo, com o decreto n. 35.051/2010 que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais

do movimento social e da sociedade civil, ao buscar gestores e gestoras sensíveis às suas demandas, diante da rigidez encontrada em outras esferas de poder. Em segundo lugar, como políticas de governo (de caráter transitório) e não de Estado (de caráter perene e de largo alcance), estão suscetíveis ao desejo de continuidade do-as atuais chefes dos poderes executivos ou possíveis sucessore-as. Esse cenário corrobora para uma forte insegurança jurídica quanto à perenidade dos direitos já conquistados.

Além disso, mesmo numa época em que se falava de abertura e avanço, a homofobia estatal é referida de formas diversas: na reprodução do nexo heteronormativo nas suas práticas, tal como a negação de direitos civis, na experiência de discriminação de seus mecanismos institucionais (serviços de saúde e delegacias), ou na forma como esses mecanismos reagem às situações de discriminação quando acessados. Esses exemplos evidenciam a ambivalência nas práticas do Estado que, no dever de proteger, negligenciam e reiteram a violência (L. Mello et al., 2014; M. H. T. de Souza et al., 2015).

Nesse cenário, foram criados os Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ (CRDH) nas secretarias estaduais de Segurança Pública. Previstos no programa de ações propostas pelo programa Brasil sem Homofobia, especialmente desenhados para o acolhimento, orientação, apoio, encaminhamento e apuração de denúncias e de crimes contra homossexuais (Brasil, 2004), os Centros de Referência visavam instrumentalizar o Estado a atuar de modo não-discriminatório, seja através da mudança de suas práticas, seja através da criação de novos dispositivos (Ramos & Carrara, 2006). Todavia, a fragilidade institucional e a deficiência estrutural ocasionaram a descontinuidade de muitos desses centros em diferentes cidades no país.

As primeiras abordagens na coleta de denúncias reuniam em relatórios os registros documentados dos assassinatos motivados pela condição homossexual da vítima<sup>118</sup>. A produção de informação sobre a homofobia no Brasil até esse momento se pautava nas notícias publicadas em jornais e tinham como foco prioritário a violência letal. Os dados produzidos a partir dos relatos das próprias vítimas deslocam o foco dos assassinatos para a análise das diversas situações de discriminação que envolve a homofobia (Ramos & Carrara, 2006).

---

relativos aos serviços públicos prestados no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

118 Esses relatórios eram produzidos pela militância organizada cujo principal grupo articulador foi o Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980 pelo antropólogo e ativista Luiz Mott, e tiveram um papel de exponencial relevância na quebra da invisibilidade de uma forma de violência que paulatinamente alcançava espaço nas discussões sobre as prioridades na agenda do movimento social e na mídia, a “violência contra homossexuais” ou a “homofobia” (Ramos & Carrara, 2006).

A pesquisa de Silvia Ramos (2001) ouviu narrativas de violência em primeira pessoa a partir de dados coletados no Disque Defesa Homossexual (DDH) e, segundo Ramos e Carrara (2006), apontou uma dinâmica cotidiana e silenciosa da homofobia. Crimes não espetacularizados e não letais, experimentados na escala micro-societária da família ou por pessoas conhecidas, além dos conflitos entre parceiro-as. Apesar de gradativamente esvaziado, o serviço funciona atualmente através do Disque 100, ou Disque Direitos Humanos.

Diante da fragilidade das ações discutidas na literatura que analisamos e da discriminação estatal que o Brasil experimenta atualmente, a capacidade de criar uma vida menos precária para LGBTQIA+ pelas vias do Estado é colocada em xeque. Para Mello, Avelar & Brito (2014)

Isto leva, inclusive, a se ponderar que, talvez, a questão das violências dirigidas à população LGBT (e, assim, de seu enfrentamento) extrapole as possibilidades de atuação governamental em seus marcos jurídicos, uma vez que há dimensões do preconceito e da discriminação heterossexista culturalmente arraigados, produzidos e reproduzidos no cotidiano. (p.316)

O fragmento acima possibilita pensar que existem deslocamentos que a lei não promove. Além disso, a precariedade experimentada durante o período indicado na literatura mostra que políticas públicas são uma forma, mas não a única, nem a mais potente, de produzir resistência contra as violências experimentadas no cotidiano das pessoas.

O número de artigos que analisam práticas institucionais – como políticas públicas (programas governamentais e centros de referência), dispositivos jurídicos (ações de criminalização da homofobia), ou ainda os movimentos sociais e a academia – é bastante significativo (n=26) em relação àqueles que se ocupam das estratégias individuais acionadas no cotidiano pelos sujeitos (n=9). Essas últimas se articulam num movimento de conformidade ou confrontação, conforme descritas a seguir.

Por um lado, a conformidade com as normas de gênero que compreendem “manter identidades discretas”, que inclui o segredo sobre suas relações amorosas; “manter as aparências”, que significa também não aparecer ou manter a invisibilidade; dissimular uma heterossexualidade presumida; e evitar falar no assunto. Estratégias que buscam a tolerância, apaziguar a violência sem confrontá-la, essas formas de “driblar” o preconceito não eximem os sujeitos de

situações indesejadas. Elas suscitam formas de preconceito igualmente sutis, como afastamento de amigos e familiares, coerções, chantagens e outras formas de assédio moral e psicológico (Monteiro et al., 2011).

Por outro lado, configuram-se como “modos mais combativos” assumir um modo de posicionar-se explicitamente contra as manifestações de preconceito e discriminação na assimilação de uma visão de mundo e projeto de sociedade, um “modo de subjetivação militante”, que não envolve necessariamente a filiação associativa; apropriação do vocabulário teórico-político (que frequentemente provém dos estudos de gênero e sexualidade) para posicionar-se contra as formas verbais de preconceito, sejam as formas explícitas como o insulto, sejam as formas mais sutis pela propagação de normas que inferiorizam a homossexualidade em relação a heterossexualidade; sair de casa e afastar-se dos vínculos familiares violentos e enfrentar desde muito cedo os altos custos de uma vida autonomamente financeira; recusar e/ou esconder demonstrações de afeto em público (Monteiro et al., 2011).

Ainda no campo da confrontação, Juan Cornejo (2010) e Teixeira, Marretto, Mendes e Santos (2012), percebem a tensão que se estabelece quando jovens assumem a identidade homossexual numa atitude de resistência ao cotidiano escolar hostil. O “sair do armário”<sup>119</sup> como uma ferramenta de ação política.

William S. Peres et Livia G. Toletto (2011) apostam nas dissidências existenciais *queer* como forma de resistência e enfrentamento dos modos de subjetivação normatizados e das instituições que marginalizam tais existências. Compreendemos que posturas de conformidade ou de combate indicam posições de sujeito assumidas no emaranhado de forças em que se configuram as redes de poder (Foucault, 2001)<sup>120</sup>. Num movimento de tensão entre assujeitamento e resistência, essas posições conformam diferentes e novos modos de subjetivação capazes de promover importantes deslocamentos (Foucault, 2014b)<sup>121</sup>. Assim, pesquisas que apostam na visibilidade de modos alternativos de subjetivação carregam em si um importante potencial de resistência ético-política. Todavia, essas ainda são pouco expressivas.

---

119 Expressão que significa assumir publicamente a homossexualidade, é uma tradução da expressão *Coming Out of the Closet*, popularizada nas discussões da autora dos estudos queer Eve Kosofsky Sedwick, no seu livro *Epistemology of the closet*, publicado em 1990.

120 Texto original publicado em 1982. Para a versão brasileira, ver Foucault (2014c).

121 Texto original publicado em 1984. Para a versão brasileira, ver Foucault (2010b).

#### 4.4.3 Homofobia na literatura científica brasileira, um conceito teoricamente controverso e politicamente potente

Apesar de ser visto pela primeira vez numa publicação no jornal *O Globo*, designando “horror ao homossexual” (Ramos & Carrara, 2006, p. 191), o primeiro texto acadêmico que identificamos desenvolvendo a homofobia como um conceito foi na *Revista Estudos Feministas*, em se tratando da tradução de um texto de Welzer-Lang, sobre A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia (ver Welzer-Lang, 2001).

Uma parte desses trabalhos coloca em xeque os limites do termo, tanto pelos apagamentos das orientações sexuais e identidades de gênero promovidas pelo seu prefixo, como pelo sentido nosológico que guarda o seu sufixo do contexto médico-clínico de seu surgimento<sup>122</sup>. Uma tentativa de fuga desse impasse é a adição das letras que indicam os sujeitos políticos internos ao movimento social “LGBT”, resultando no uso do termo LGBTfobia, mas que fracassa em dar conta de toda a complexidade desses sujeitos e as lógicas opressivas a que são particularmente submetidas e submetidos. Além disso, preserva toda a carga negativa do sufixo “fobia”<sup>123</sup>.

Podemos afirmar assim que as autoras e autores dos artigos que analisamos utilizam o termo homofobia para referir-se aos dados encontrados no âmbito das pesquisas que desenvolveram (principalmente porque um número expressivo dessas pesquisas versa sobre políticas públicas, que no Brasil se constituíram sob a égide desse termo). Esses autores e autoras não se limitam, porém, a sua reprodução sem uma crítica aos limites e apagamentos que produz.

Se por um lado percebemos mudanças no seu uso, por outro, o sentido do termo homofobia preserva aquele da literatura que o consagrou no âmbito acadêmico da década de 1990, inspirada pelas agendas políticas dos movimentos homossexuais dos anos 1980 (Borrillo, 2000; Fassin, 1999; Welzer-Lang et al., 1994). Ou seja, um conceito

---

122 Cunhado na década de 1970, o termo se distancia de seu teor psico-clínico que o inscreve nas relações individuais, significando o medo de homossexuais, e, nos anos 1980, populariza-se nas agendas dos movimentos homossexuais com o objetivo de chamar atenção para a violência sofrida por esse grupo. Ao longo da década de 1990, submetido a um exame de historicização, passa a ser utilizado para nomear um fenômeno de amplitude social intrinsecamente articulado aos sentidos produzidos sobre a homossexualidade, revelando-se uma ferramenta com forte potência política.

123 A potência criativa das autoras e autores dos artigos que analisamos vão além das emendas ao termo “homofobia” para expandir os seus limites conceituais e exploram igualmente a proposição de expressões alternativas, tais quais “violência contra homossexuais” (Ramos & Carrara, 2006) “preconceito contra homossexuais” (Fleury & Torres, 2007), “violência por preconceito sexual” (Gómez, 2007), “discriminação de homossexuais masculinos” (Garcia & Souza, 2010) (Garcia & Souza, 2010) ou “intolerância à diversidade sexual” (Mondragón, 2009).

que, embora perecível diante de críticas teóricas contundentes, nomeia e articula lógicas de dominação atuais, imbuídas e embutidas em nossa história.

Apesar de toda a controvérsia que envolve o termo homofobia, este foi o descritor mais eficaz na nossa busca por artigos. Dado o grande número de trabalhos identificados a partir desse descritor, observamos que este termo foi amplamente mobilizado pelas pesquisas para nomear a violência fundamentada no preconceito e discriminação em relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Se por um lado a potência política que este termo produz nos seduz a uma zona de conforto, por outro, como pesquisadore-as implicado-as com o nosso objeto, desejamos que o vocabulário se amplie e outros termos ganhem semelhante visibilidade na literatura, dada às especificidades das violências a que são submetidos os diferentes sujeitos que abarcam a sigla LGBTQIA+ e os que não cabem nessa ou em quaisquer outras nomeações.

#### 4.5 Políticas de demolição

Para concluir essa revisão da literatura, retomo o uso da primeira pessoa do singular e gostaria de focalizar no aspecto das estratégias de enfrentamento do tipo de violência baseada no preconceito e discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero. Para tal, é imprescindível levar em consideração a grave fragilidade institucional e deficiência estrutural das respostas governamentais a essa violência, que eu nomeio aqui, acompanhando a literatura científica especializada, de homofobias ou LGBTfobias. Refiro-me principalmente as que foram colocadas em prática desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva et Dilma Rousseff, do PT. Isto é, as quais descrevo no âmbito nesse capítulo.

Como demonstrei, temos experimentado nos últimos anos um grande retrocesso no campo das políticas públicas de enfrentamento às homofobias ou LGBTfobias. Esse cenário se agrava na esteira da destituição da presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff, em 2016, que culminou na posse do então vice-presidente Michel Temer, do PMDB/MDB (Quadro 1). Desde o dia seguinte a esses eventos dramáticos, vimos, por exemplo, a supressão do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Michel Temer liderou uma política de demolição dos programas, já frágeis, que visavam à igualdade de gênero e a diversidade sexual até então.

O que se torna ainda mais alarmante quando desde os últimos acontecimentos políticos, a saber, a vitória do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro à eleição presidencial de outubro de 2018. Abertamente nostálgico da ditadura militar (1964-1985), ele se faz ilustrar no cenário nacional por suas declarações sexistas, racistas e LGBTfóbicas. Os efeitos do discurso de ódio, disseminado e vulgarizado na voz desse político, fazem-se perceber mesmo desde o período que precedeu o período eleitoral.

Essa realidade promove uma reviravolta no cenário político brasileiro, com efeitos diretos sobre a realidade sobre a qual versa a minha pesquisa, que me levou a retornar o meu olhar atento, senão meu corpo e experiência como pesquisador e homem gay, na direção do campo empírico. Um processo que narro no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 5

### O retorno ao campo

No dia 11 de outubro de 2018, apenas alguns dias depois do primeiro turno da eleição presidencial no Brasil, eu me levantei cedo para iniciar minha rotina, que, naquele momento, incluía começar o dia com uma atividade física e, em seguida, voltar para casa e trabalhar na redação da tese. Eu me encontrava em intercâmbio na Universidade de Paris 8 e vivia no campus da *Cité Internationale Universitaire de Paris*. Eu me encontrava numa etapa de aproximação ao material produzido durante as entrevistas realizadas no ano anterior, deixando-me afetar para produzir potenciais eixos analíticos a partir das narrativas que haviam sido transcritas. Sabendo que nos encontrávamos em período eleitoral, eu costumava utilizar o período matinal, ou o fazia até mesmo durante a atividade física, para me atualizar dos últimos acontecimentos no Brasil, através dos meios de comunicação brasileiros, bem como franceses.

As informações do Brasil vinham frequentemente de programas disponíveis gratuitamente na plataforma de streaming<sup>124</sup> *YouTube* ou de veículos alternativos à mídia dominante, como, entre outros, a *Revista Fórum* e a *Mídia Ninja*. Eu incluí posteriormente nesta sorte de clipagem matinal o jornal de grande circulação nacional *Folha de São Paulo*, quando ele começou a denunciar a difusão de conteúdo falso (conhecido pela alcunha de *fake news*) pelo envio de mensagens em massa através do aplicativo *WhatsApp*. Essas mensagens eram financiadas ilegalmente por empresas privadas, que atacavam diretamente o candidato do PT e a candidata à vice do PCdoB, Fernando Haddad e Manuela d'Ávila, favorecendo Jair Bolsonaro (P. C. Mello, 2018). Na França, eu consultava frequentemente o jornal *Mediapart*, que é escrito por jornalistas e por colaboradore-as principalmente orientado-as politicamente à esquerda, e principalmente, quase todas as manhãs, o aplicativo *La Matinale* (em português: A Matinal), do jornal *Le Monde*, que fornecia uma seleção dos artigos considerados pelo jornal como os mais importantes do dia. Eu considerara a identidade visual e modo de utilização do *La Matinale* divertida, pois lembrava o aplicativo de encontros *Tinder*, pois eu podia deslizar à direita ou à esquerda para selecionar os artigos que eu gostaria ou não de ler. A escolha das leituras era feita baseada em uma imagem, sobreposta pelo título da matéria, e uma descrição. Naquela

---

124 Essa palavra, de origem americana, mas já integrada ao léxico brasileiro, é definida pelo dicionário Houaiss como “tecnologia [usada] para captar, como um fluxo contínuo, som ou imagens num computador, a qual possibilita ouvi-los ou visionar as imagens antes de a informação como um todo haver sido baixada para computador” (Houaiss, [s.d.]).

quinta-feira, dia 11 de outubro de 2018, uma imagem nas manchetes da *La Matinale* havia chamado particularmente minha atenção.



Figura 2. Ilustração da matéria sobre as LGBTfobias no Brasil, *Le Monde*, 18/11/2018.

Como mostra a Figura 2 (Correa, 2018), a imagem ilustrava, em primeiro plano, um adesivo redondo colado na frente de uma estátua cinza, sobre o qual estava escrito “#ELENÃO”, em maiúsculo e negrito, com cor de fonte preta sobre um fundo listrado com as cores que lembram o arco-íris, símbolo do movimento LGBTQIA+. Esse adesivo estava fixado sobre uma faixa de cor violeta, símbolo do feminismo, que havia sido amarrado na parte que representa a cabeça da estátua, baixa e com os olhos fechados. Em segundo plano, eu via o solo de uma praça em mosaico de pedras – provavelmente em granito, um material nacional utilizado para reproduzir a herança colonial das calçadas portuguesas em pedras calcárias – e pessoas que andavam em diferentes direções, sem que eu pudesse distingui-las, pois estavam muito distantes e o fundo estava desfocado. Porém, a identidade das pessoas não era provavelmente o mais importante, visto o destaque dado ao #EleNão. A descrição da foto dava outros indícios: “Um adesivo Ele Não (em referência ao candidato Jair Bolsonaro) em uma estátua, no Rio, em 8 de outubro”<sup>125</sup>. Eu soube, então, do que se tratava, pois o movimento de “mulheres contra o fascismo no Brasil” havia alcançado Paris com manifestações contra Jair Bolsonaro, que utilizavam tanto a *hashtag* #EleNão como sua tradução em francês, ou seja, “#PasLui”. Como mostram as Figuras 3 e 4, eu mesmo estive presente

<sup>125</sup> No original: “Un autocollant « Pas lui » (en référence au candidat Jair Bolsonaro) sur une statue, à Rio, le 8 octobre. LEO CORREA / AP.”

nessas manifestações e segui, ao lado de Larissa Pelúcio, o percurso das mulheres que haviam organizado as manifestações parisienses, que foi posteriormente publicado em formato de artigo (Pelúcio & Paz, 2020).



Figura 3. Com o cartaz «NÃO AO FASCISMO; #ELENÃO», Place de la République, Paris – França, 29/9/2018.



Figura 4. Com o cartaz «[Ele] JAMAIS», Place de la République, Paris – França, 29/9/2018.

“No Brasil a já esperada vitória de Bolsonaro desencadeia violências homofóbicas” foi o título da matéria assinada por Claire Gatinois, traduzido aqui em português, cujo subtítulo dizia: “As associações LGBT denunciam um expressivo aumento das agressões desde o sucesso do candidato da extrema-direita no primeiro turno das eleições”<sup>126</sup>. O primeiro turno havia acontecido no domingo 7 de outubro de 2018. Além de ser um artigo sobre a política brasileira no jornal francês, seu conteúdo parecia tocar particularmente tanto a mim quanto o tema de minha tese:

Intimidações, agressões e mesmo mortes. Depois do primeiro turno da eleição presidencial que fez do militar de reserva, que fez reputação por ser homofóbico, o grande favorito com 46% das vozes à frente do seu adversário de esquerda, Fernando Haddad (26 %), uma onda de violência se abateu sobre o Brasil, mas principalmente sobre a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bi, trans). No Rio de Janeiro, o banheiro do colégio franco-brasileiro foi pichado com a frase “*Sapatas vão morrer. Kkkk*”. Em São Paulo, após o anúncio do resultado, homens dentro de um automóvel gritaram: “*Sapatão imunda, filha da p... agora vai ter dinheiro público pra que tu vá te tratar*”. Em Curitiba, um cabeleireiro homossexual foi espancado até a morte. No momento da agressão, o principal suspeito teria gritado “Viva Bolsonaro!”. “*É extremamente chocante. Uma síndrome do pânico está sendo colocada em prática, as pessoas nem ousam mais sair. Jamais tínhamos vivido isso durante uma eleição*”, alerta Marcelo Cerqueira, presidente da organização de defesa dos LGBT Grupo Gay da Bahia. (Gatinois, 2018b, p. [s. p.], itálicos da autora)<sup>127</sup>

O artigo do *Le Monde* falava do agravo das violências homofóbicas, na esteira de uma “onda de violência” visando a “todos os adversários de Jair Bolsonaro” (Gatinois, 2018b, p. [s. p.]). Contudo, *Mediapart* precisava que a multiplicação das “agressões por

---

126 Ambos, no original: “*Au Brésil, le triomphe attendu de Bolsonaro déchaîne les violences homophobes*”; “*Les associations LGBT dénoncent une recrudescence des agressions depuis le succès du candidat d’extrême-droite au premier tour de la présidentielle*”.

127 Citação original: “*Intimidations, insultes, agressions et même meurtres. Depuis le premier tour du scrutin présidentiel qui a fait du militaire de réserve, réputé pour son homophobie, le grand favori avec 46 % des voix devant son adversaire de gauche, Fernando Haddad (26 %), une vague de violences s’abat sur le Brésil, notamment à l’encontre de la communauté LGBT (lesbiennes, gays, bi, trans). A Rio de Janeiro, les toilettes des filles du collège franco-brésilien ont été taguées « Sapatas vão morrer. Kkkk » (« A mort les gouines. Ah ah ah »). A Sao Paulo, après l’annonce des résultats, des hommes ont crié depuis une voiture : « Gouine immonde, fille de p... Maintenant il y aura des subventions pour que tu te fasses soigner. » A Curitiba, un coiffeur homosexuel a été frappé à mort. A l’annonce de son décès, le principal suspect aurait crié « Vive Bolsonaro ». « C’est extrêmement choquant. Un syndrome de panique est en train de se mettre en place, les gens n’osent plus sortir. Jamais au cours d’une élection nous n’avions connu ça », alerte Marcelo Cerqueira, président de l’organisation de défense des LGBT Grupo Gay da Bahia.*”

motivos políticos”, após o primeiro turno da eleição presidencial brasileira, tinha os seus “primeiros visados” (Albertini, 2019)<sup>128</sup>. Essa visibilidade internacional fazia eco a uma avalanche de depoimentos, compartilhados principalmente nas redes sociais, sobre agressões cometidas por apoiadores de Jair Bolsonaro. Esses testemunhos repercutiram, em seguida, nas mídias nacionais, tais como, o jornal *Folha de São Paulo* (Delfim, 2018), *El País Brasil* (Lima et al., 2018), *O Globo* (B. Mello et al., 2018) e a revista *Carta Capital* (Costanti, 2018). Em Pernambuco, os casos de violência se fizeram visíveis pelas mídias locais, como o *Diário de Pernambuco* (AE, 2018) e *Folha de Pernambuco* (Melo, 2018).

A militância e as instituições de defesa de Direitos Humanos tentaram medir a escala dessa “onda de violências” organizando-se para recolher e catalogar esses depoimentos (Antunes & Martinelli, 2018), mesmo que de maneira precária e imprecisa, vista a ausência de instrumentos (leia-se: interesse) do Estado para produzir dados oficiais. Um dos exemplos mais visíveis desse momento nos é fornecido pela plataforma *Mapa da violência política no Brasil (Violência política no Brasil, 2018)*. Criada pelo jornalista e doutor em literatura brasileira Haroldo Ceravolo Sereza (Costanti, 2018), essa plataforma coletou, durante o mês de outubro de 2018, o relato de mais de 150 casos de violência cometidas potencialmente por apoiadores da extrema direita no Brasil. Sereza alerta que se trata de um estudo preliminar e passível de imprecisões. Dito isso, a plataforma permitiu uma visão geral de um problema que tomou dimensões sociais e políticas. Em Pernambuco, o Observatório da Intolerância Política, criado pela filial local da Ordem dos Advogados do Brasil no dia 15 de outubro, registrou 30 ocorrências no intervalo de 48h, ou seja, entre os dias 15 e 17, segundo informações do *Diário de Pernambuco* (AE, 2018).

Alguns dos casos suscitaram a comoção nacional, senão internacional. Um dos exemplos mais significativos foi o que culminou no homicídio, no estado da Bahia, do mestre de capoeira Romualdo Rosário da Costa, dito Moa do Katendê, 63 anos. O autor do crime, Paulo Sérgio Ferreira de Santana, 36 anos e eleitor de Jair Bolsonaro, impôs o silêncio a Moa, que havia votado em Fernando Haddad, ao cabo de doze golpes de faca na noite mesmo do domingo em que aconteceu o primeiro turno (Lima et al., 2018). Apesar do choque nacional, o homicídio de Moa não bastou para conter o dilúvio de violências que invadiu o Brasil de outubro de 2018. Alguns dias depois, o assassinato

---

128 Fragmento original completo: “*Les agressions à caractère politique se multiplient à l’approche du deuxième tour de la présidentielle au Brésil, où le candidat d’extrême droite Jair Bolsonaro est donné grand favori. Les militants du PT, les journalistes, les minorités sexuelles ou encore les activistes sans-terre sont les premiers visés.*”

da travesti Priscila, de 25 anos, no dia 16 de outubro em São Paulo e o da mulher trans Laysa Fortuna, de 25 anos, no dia 18, em Sergipe, também suscitaram a atenção nacional (Antunes & Martinelli, 2018). Segundo testemunhas, seus carrascos gritavam palavras como “Bolsonaro!” ou “Ele sim!” enquanto as golpeavam de faca, embora a polícia tenha rejeitado a hipótese de LGBTfobia política (Tomaz & Stochero, 2018).

## QUADRO 13

### **PERFIL DE VERA BARONI**

Nascida em 16 de maio de 1945 no Rio de Janeiro, Vera Regina Paula Baroni é considerada uma cidadã de honra do estado de Pernambuco, onde chegou durante o período ditatorial e vive até os dias de hoje. Vera trabalhou na educação de pessoas adultas, ensinando-lhes a ler ou escrever. Depois de ter se formado como técnica de enfermagem e ter exercido a função no Hospital da Restauração de Pernambuco, Vera começou um trabalho pela formação das pessoas nas comunidades das periferias do Recife, sendo a semente e, posteriormente, uma das pessoas que contribuiu com a implantação do programa Agentes Comunitários de Saúde, que nasceu na periferia do bairro de Casa Amarela. Formando-se em Direito, Vera se dedicou em seguida à luta pela defesa das mulheres negras no Brasil. Em 2001, ela representou a cidade do Recife na Conferência Mundial contra o Racismo (*World Conference against Racism – WCAR*), em Durban, na África do Sul. Em 2003, foi uma das fundadoras da Uiala Mucaji, primeira associação de mulheres negras de Pernambuco. Atualmente, é representante das Mulheres de Terreiro. Terreiro o nome dado ao lugar de culto das religiões brasileiras de matriz africana como o Candomblé, a Umbanda e a Jurema Sagrada. Fonte: Coletivo Obirin (Eloy, 2020).

Em meio a esses acontecimentos, sem mesmo esperar que isso pudesse acontecer, recebo mensagens no *chat* pessoal do aplicativo da rede social *Instagram*. Elas vinham de um amigo brasileiro, psicólogo, feminista, negro e gay, de Vitória de Santo Antão, uma cidade do interior de Pernambuco, situada a aproximadamente 40km de Recife. Eu as transcrevo abaixo:

*Olá, Diego, querido!!*

*Tudo bem?*

*Aqui estamos precisando de força*

*Continue [sic] a denunciar entre seus amigos o golpe em curso e perigo do bozo [uma*

referência jocosa a Bolsonaro, que eu explico no Capítulo 1 desta tese] *subir ao poder*

*Acredite, ele tem muito mais chances de ganhar do que estamos tentando acreditar*

*Em Recife [sic] o clima de terror já tá rolando*

*Todo mundo com medo de sair sozinho*

*Mesmo distante*

*Sigamos fortalecendo*

*Haddad 13* [em referência ao candidato do PT, Fernando Haddad, cujo número para a urna de voto era 13]

*EleNão*

As notícias da mídia começavam, então, a ganhar o corpo de pessoas que me eram próximas. Mobilizado por essa mensagem e submerso pelos depoimentos nas redes sociais e mídias, pus-me imediatamente a contatar as pessoas que compunham minha rede de relações e que se encontravam no local onde tudo se passava. Num grupo do WhatsApp, formado por colegas próximo-as de meu antigo grupo de pesquisa, Vera<sup>129</sup> (nome fictício), mulher cisgênera heterossexual, negra e feminista, testemunha de seu sentimento diante da minha provocação no grupo sobre o assunto:

*Diego: Não queria identificar a pessoa, mas ontem recebi essa mensagem de uma pessoa que todas vocês conhecem e de nosso meio. Eu senti um tom de desespero. Tocou-me muito. Queria saber de vocês se esse medo é mesmo real ou se é pânico sem muito fundamento?*

*Vera: Exatamente.*

*Diego: ?*

*Vera: Sem tirar, nem pôr.*

*Vera: Medo real*

*Vera: Cê quer a verdade?*

*Diego: Manda ver*

*Vera: [Em múltiplas mensagens consecutivas] A verdade é que o otimismo*

---

129 Eu homenageio aqui Vera Baroni, mulher negra ícone do movimento pela luta social e antirracista no Brasil. Ver Quadro 13.

*(maravilhoso) de que Haddad ganha é muito mais das petistas. As petistas estão otimistas. Isso é ótimo. As não petistas não estão. E acredito que é um olhar menos apaixonado, logo mais coerente. O medo é real. Não tô conseguindo sair para longe com botom ou camisa. Algumas coisas [também] nos identificam, não só material de campanha. Cabelo curto, roupa de gente de [ciências] humanas, tatuagens, etc. Barba. Então, [...] Tu não faz ideia o quanto isso tá sendo real.... É assustador, [porque] nossa geração não viveu isso em outro momento. E é MUITO real. Temos “jeito” de [pessoas que estudam ciências] humanas. Sinônimo de esquerda. Tenho amigo negro, de barba, que quando pisou no seu local de trabalho na segunda pós-eleição, GRITARAM (falaram não, gritaram) “Teu PT vai ganhar não, visse?”. Ele só respondeu “Eu não sou petista”. [...] É tudo explícito e natural. Tô com medo sim. Tô com medo de andar nos lugares e tô me limitando aos locais (geográficos) de familiaridade. Não penso nem de longe ir a Boa viagem, por exemplo. Mesmo sem material de campanha, Dih. Tá no corpo.*

Diego: *E as LGBT, Bi? Como as Bi tão? Tu conhece gente que sofreu algo?*

Lia (nome fictício): *um amigo meu ontem foi agredido [seguida por um emoticon com uma lágrima]*

Lia: [Ela transfere uma captura de tela contendo o depoimento escrito por seu amigo] *Eu vim aqui falar uma coisa. Eu sofri a segunda violência direta hoje de eleitor de Bolsonaro.*

O amigo de Lia<sup>130</sup> é Thiago<sup>131</sup> (nomes fictícios), alguém que eu conhecia e com quem havia convivido, pois ele havia tido uma relação amorosa estável com um amigo próximo a mim. Contudo, eles não estavam mais juntos. Eu o contatei e pude conversar com ele. Alguns meses depois, reencontramo-nos em Recife e ele me contou o episódio, contextualizado na sua vivência de homem branco e gay. As agressões tinham alvos privilegiados e a afirmação de Vera, na mesma discussão no grupo de *WhatsApp* que me levou ao depoimento de Thiago, situava os indícios da vulnerabilidade: “*Tá no corpo*” .

---

130 Inspiro-me no nome da cantora-compositora e dançarina Lia de Itamaracá (Quadro 14).

131 Este nome fictício foi escolhido em homenagem a Thiago Rocha, empresário e engajado no movimento LGBT+ de Pernambuco há quase 20 anos. Ver Quadro 15.

 **PERFIL DE  
LIA DE ITAMARACÁ**

Lia de Itamaracá nasceu Maria Madalena Correia do Nascimento em 16 de janeiro de 1944, em Itamaracá, município do litoral do estado de Pernambuco, localizado na ilha com o mesmo nome, Ilha de Itamaracá. Lia é a cantora-compositora e dançarina, conhecida como a Rainha da Ciranda, um ritmo dançado em rodadas simulando as ondas do mar. Lia é, desde 2005, um patrimônio cultural vivo do estado de Pernambuco (Amorin, 2014).

Se, por um lado, as mídias falavam de uma “onda de violência” que parecia indistinta, por outro, os corpos das vítimas mostravam que as violências seguiam certas lógicas de classe, de raça, de identidade de gênero e/ou de orientação sexual. Lógicas de opressão que agem na produção de corpos vulneráveis, pois abjetos<sup>132</sup> (Butler, 2020). Para decifrar os modos de operação dessas lógicas de opressão, não devemos pressupor sua acumulação ou anulação mútua – visto o exemplo e Thiago, gay, porém branco, ou Vera, mulher negra, contudo heterossexual –, mas deve-se pensar seu entrecruzamento<sup>133</sup>.

Além disso, faz-se importante notar que no contexto eleitoral as pessoas LGBTQIA+ se mostravam particularmente tocadas por essa “onda de violências”. Essa é uma leitura construída através dos depoimentos publicados nas mídias e redes sociais, mas também nos depoimentos de pessoas próximas. Essa inflexão provisória pôde ser observada posteriormente, numa escala mais ampla, pelos pesquisadores Lucas Bulgarelli e Arthur Fontgaland (2019), durante o estudo Violência contra LGBTQIA+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral (que cito na introdução dessa tese), e, por mim mesmo, na continuidade de meu trabalho de campo, que havia começado desde o início desta tese no Brasil. Nesse novo contexto, não se tratava de mudar meu objeto. Estava nítido que meu objeto de pesquisa continuava o mesmo, a construção da subjetividade dos LGBTQIA+ na capacidade de agir face às LGBTfobias. Contudo, o contexto político

132 Butler (2020), principalmente no capítulo *Gender is burning: questões de apropriação e subversão*, recupera o termo abjeção de Julia Kristeva (1980) para falar das subjetividades (homossexuais e trans, por exemplo) que são excluídas de uma matriz cultural de inteligibilidade fundada na heterossexualidade, mas que servem igualmente à construção da inteligibilidade dessa matriz e de seu status de norma, na medida em que ela se desenha na produção do que lhe é “abjeto”, logo, estranho, diferente, etc.

133 Essa forma de pensar a articulação entre as opressões, inspirada no movimento feminista afro-americano (Davis, 1982; Dorlin et al., 2008), dá forma a uma abordagem teórica e metodológica nomeada por intelectuais universitários como interseccionalidade (Crenshaw, 2005; Fassin, 2015; Viveros, 2018)

da cidade, para não mencionar o estado e o país, no âmbito da qual esse fenômeno se produzia parecia acrescentar dimensões históricas a meu objeto que eu não poderia negligenciar, sob risco de produzir um trabalho já destinado à obsolescência.

Desse modo, mobilizado por um sentimento de urgência, eu discuti essas questões com minha orientadora de tese no Brasil, Cristina Amazonas, e com meu orientador na França, Éric Fassin. Ambos me recomendaram fortemente retomar a coleta de dados, não apenas a distância, na França, mas também no campo, no Brasil, para levar em consideração as nuances que engendram, sobre minha pesquisa, a nova conjuntura política brasileira após a eleição de 2018. As violências contra as pessoas LGBTQIA+ haviam tomado uma dimensão expressiva, para não dizer jamais vista. Era igualmente um momento em que essas mesmas pessoas estavam se mobilizando (Boldrini, 2018; D. Mello & Oliveira, 2018). Pareceu-me, então, indispensável integrar esse momento à tese, com novas entrevistas no Brasil. Foi assim que, com a anuência da minha orientadora e do meu orientador e com o apoio financeiro do LEGS, da *École Doctorale Théorie et Pratique du Sens*, e do *Institut de Genre*<sup>134</sup>, eu pude programar uma nova coleta de dados no Brasil, que se deu entre o dia 1º de julho e 15 de agosto de 2019, em Recife.

A narrativa construída em seguida, que versa sobre esse período, é ritmada pela história de vida de meus entrevistados e entrevistadas. Suas próprias narrativas agregam, mais do que suas vivências, a experiência socialmente compartilhada desse momento de um Brasil de extremos e de violências. A transcrição de fragmentos de suas narrativas contém ainda minhas intervenções, a partir de recordações (às vezes rememoradas no momento das entrevistas), de minhas identificações e indignações e, portanto, de minha subjetividade. Essas subjetividades, incluindo a minha, não foram exclusivamente forjadas pelas LGBTfobias, mas não puderam evitar serem constituídas em seu âmbito. Essas subjetividades, que se confundem com a luta pela sobrevivência num contexto político hostil, são apresentadas a seguir.

---

<sup>134</sup> Agradeço ao *Laboratoire d'Études de Genre et de Sexualité* (LEGS) e à *École doctorale Théorie et Pratique du Sens*, grupo de pesquisa e escola doutoral (equivalente ao Programa de Pós-Graduação no Brasil), aos quais sou vinculado na Universidade de Paris 8, e ao *Institut du Genre*, pela subvenção no âmbito do edital do programa de Mobilidade para jovens pesquisadore-as (*Mobilité de la jeune recherche*) dessa etapa importante da minha pesquisa.


**PERFIL DE  
THIAGO ROCHA**

Thiago Pereira Rocha nasceu em 7 de dezembro de 1979 em Recife, cidade onde ele vive até hoje. Em 2004, Thiago ingressou no Instituto Papai, ONG em que trabalha, desde 1997, numa perspectiva feminista e de gênero, com os homens e as masculinidades (Medrado & Lyra, 2014). Dois anos depois, Thiago passa a representar essa instituição no Fórum LGBT de Pernambuco, participando desde então da organização da Parada da Diversidade de Pernambuco, isto é, desde a sua terceira edição. Vinculado ao Instituto Papai há 16 anos, Thiago ocupa atualmente a cadeira que representa os homens gays e bissexuais no conselho colegiado da coordenação do Fórum LGBT de Pernambuco. Ao lado de um pouco mais de uma dezena de pessoas, ele é um dos principais responsáveis por toda a logística e as negociações políticas que implicam esse evento, que atrai mais de 600 mil pessoas todos os anos às ruas. Thiago é um militante gay de referência para a minha geração e para as que virão. Durante o período em que estive vinculado diretamente ao Fórum LGBT, tive a oportunidade de conviver com ele, bem como a sorte de aprender com sua experiência e competência como militante, marcadas pela paciência, pelo tato e pelo pragmatismo que lhes são próprios.

## 5.1 Narrativas sobre violência contra LGBTQIA+ no contexto das eleições 2018

### 5.1.1 “O clima nas ruas é de hostilidade.” O medo do futuro e o desejo de Jean de partir

Jean<sup>135</sup> foi uma das pessoas com quem eu realizava trocas de mensagens durante as eleições de 2018, estando eu na França e ele no Brasil, sobre o efeito, no cotidiano, das violências contra as minorias sexuais e de gênero. Nós não éramos tão próximos no início, mas nossa relação foi se desenvolvendo nas redes sociais, principalmente quando ele comentava minhas publicações sobre a França, expressando o desejo de deixar o Brasil e viver fora do país, alhures<sup>136</sup>. Embora ele possuísse um emprego e

135 Com esse nome fictício, homenageio Jean Wyllys, político brasileiro, abertamente gay e defensor dos direitos humanos e das pessoas LGBTQIA+. Ver Quadro 16.

136 Escolho esse termo, para preservar o sentido poético da palavra “*ailleurs*”, que utilizo na versão em francês. A palavra francesa “*ailleurs*” possui sentidos diversos e a sua interpretação não pode vir senão através do seu próprio campo semântico. Para o *Dictionnaire culturel en langue française* (Dicionário cultural da língua francesa), editado por Alain Rey (2005), e para o *Le Lexis: le dictionnaire érudit de la langue française* (Dicionário erudito da língua francesa), de Claude Nimmo (2014), “*ailleurs*” pode significar “em um outro lugar, diferente daquele em que estamos ou do qual falamos”, mas também “em todos os lugares” ou ainda “em lugar algum”. Em razão de tal riqueza semântica, “*ailleurs*” é constantemente empregada na literatura. No cotidiano, frequentemente assume um sentido poético. Por isso, nossa tradução pela simples expressão “fora do país”, que compreendo ser a mais apropriada para o contexto, não poderia deixar de vir acompanhada de uma nota explicativa.

uma vida estável, ele manifestava uma insatisfação geral com o país, sua população e escolhas políticas. Como outras pessoas com as quais eu dialogava naquele momento, ele temia pelo futuro. Os sentimentos que Jean expressava se intensificaram no seu relato depois que a extrema-direita obteve um percentual expressivo de votos e a violência que esses acontecimentos desencadearam.

Assim, ele decide partir no mês seguinte e me anuncia, por *WhatsApp*, no dia 22 de outubro, com a seguinte mensagem: *“Tudo certo, chego em Paris dia 7 de novembro”*. Eu repondo: *“Fiquei sabendo que tá bem complicado, casos de agressão e tudo.”* Ele confirma afirmando: *“Pior que tem tudo pra esse neonazista e fascista ser eleito.”* Em seguida, pergunto se as coisas mudaram depois do primeiro turno, quando o resultado de Jair Bolsonaro, anunciava, com 41 % dos votos válidos, sua provável eleição. Jean descreve assim: *“O clima nas ruas é de hostilidade”; “Os eleitores dele são agressivos e fazem ameaças abertamente”*. Em seguida, enviando uma mensagem de áudio no mesmo aplicativo, ele me narrou dois episódios de violência que ilustram seu sentimento descrito anteriormente, um deles havia acontecido a uma de suas amigas próximas e do outro ele mesmo havia sido testemunha.

*Uma amiga minha foi cuspidada na rua por estar usando uma camisa vermelha. [...] Ela tava voltando do trabalho com uma camisa vermelha, não tinha nem o nome Haddad, não tinha o nome de nada, mas logo após o primeiro turno... porque eles juravam que iam ganhar no primeiro turno. Então quando houve o primeiro turno e no dia seguinte ela foi para o trabalho de camisa vermelha, ela anda de moto. A moto dela também é vermelha. A mulher baixou o vidro. Ela não conhece muito bem de carro, mas ela disse que era um desses carrões de luxo. Era uma senhora muito bem-vestida, baixou o vidro e chamou ela de “petralha imunda” e cuspiu nela.*

*Durante uma panfletagem, nós estávamos num grupo de quatro pessoas. A maioria das meninas que estavam ao meu redor eram LGBTs também e aí nós estávamos entregando panfleto e passou uns moleques de moto... cidade pequena que eu tava, é aqui no interior do Maranhão, Pedreiras o nome da cidade, minha cidade natal. E eles passaram e disseram assim... algumas palavras assim... estavam vestidos com camisa de Bolsonaro, adesivada a moto deles, e disseram assim: “esses veado vão tudo morrer quando Bolsonaro ganhar”. E falaram mais alguma coisa que eu não entendi muito bem, fizeram sinal de arma. [...] As pessoas acham que é tudo vitimismo quando a gente conta, “Ah, tão exagerando!”, mas só quem sabe é quem passa, né. A sensação de estar sendo ameaçado por ser você, por tá ali existindo*

*e estar exercendo uma função política. Porque panfletar em lugar aberto é uma ação política.*

(Jean, por mensagem de áudio, 22/10/2018)

Nós retomamos a conversa e pudemos falar sobre esses episódios, no dia 23 de março, quatro meses após a sua chegada na França. Naquele dia, encontramos-nos para uma entrevista da minha pesquisa, a primeira que eu pude realizar formalmente no âmbito do que eu considero como a segunda etapa de meu trabalho de campo, a que se adiciona a coleta de depoimentos feitos a distância, na França, por *WhatsApp* ou *Facebook Messenger*. Assim como ocorre na pesquisa completa, essa entrevista acontece em um momento de transição em meu trabalho de campo. Essa foi a primeira entrevista após a eleição presidencial de outubro de 2018, em que buscava levar em conta a reviravolta que engendrou, no tema desta tese, a nova conjuntura política brasileira, que me parecia não negligenciável.

A entrevista se desenrola, assim, num ambiente amigável e fluido, apesar dos conteúdos sensíveis que emergiram. No desenvolvimento do encontro, tanto ele como eu mesmo pudemos reevocar lembranças de violência que fizeram parte de nossas histórias de vida individuais, mas que nossas memórias pareciam esquecer. Foram trocas que se alimentavam mutuamente num momento de tomada de “consciência” e elaboração compartilhada. Isso aconteceu no meu apartamento no prédio das províncias francesas (*Maison des Provinces de France*), situado na Cidade Universitária Internacional, no 14º distrito de Paris, onde eu estava instalado depois de pouco mais de um ano. A familiaridade com o local me deixava bastante à vontade. Jean se mostrava duplamente disponível, sem imposições de horário e aberto à discussão.

Além disso, eu me sentia mais confiante na minha posição de pesquisador. Depois de uma dezena de entrevistas que eu havia realizado anteriormente, eu havia tido tempo para refletir sobre elas. No mais, as trocas acadêmicas posteriores ao meu afastamento desse momento do campo puderam igualmente me ajudar a promover deslocamentos em minhas certezas e revigorar minhas reflexões sobre minha posição no campo. Se minha formação como psicólogo e minha experiência clínica me ajudaram a desenvolver a sensibilidade da escuta e de saber quando e como fazer uma pergunta (nem sempre de forma bem-sucedida), os debates com os colegas sociólogo·as da Universidade Paris 8 et do LEGS me fizeram ainda redefinir minha própria maneira de conduzir uma entrevista (os aspectos investigados, o tempo dedicado, etc). Esse retorno ao campo, embora eu tenha a impressão de jamais

ter me afastado dele, foi um momento rico, necessário, para os resultados e para as análises trazidas por esta tese. A entrevista com Jean indica o início dessas reflexões.

Jean estava na casa de seus 29 anos no momento em que acontece a entrevista. Ele nasceu em Pedreiras, cidade situada no interior do Maranhão, estado da região Nordeste e um dos mais pobres do Brasil. Vindo de uma família de cristãos evangélicos praticantes, ele mesmo não crê em Deus, o que é um caso inabitual na cultura brasileira. Jean afirma, ainda, que a religião é apenas uma ideologia propagada para aliviar o jugo da vida. Não obstante a religiosidade dos demais familiares, seu pai, formado em filosofia, encorajava frequentemente o diálogo em casa acerca de temas existenciais ou tabus, desde a existência de Deus à masturbação. Essa abertura mudou bruscamente depois da descoberta da homossexualidade de seu filho. De acordo com Jean, seu pai veio de uma família muito pobre, de uma cidade ainda menor que Pedreiras. No que concerne a sua mãe, ela veio de uma família favorecida economicamente, pois era filha de um próspero pecuarista da região. Essa diferença na origem de classe social de seu pai e mãe será percebida por Jean na relação que cada um dos dois lados da família cultivava com ele, com maior rigidez e controle do lado materno e maior aceitação do lado paterno, quanto ao modo de se portar e de se vestir, por exemplo.

Durante a adolescência, Jean procurará se liberar pouco a pouco do controle familiar, buscando partir da cidade de Pedreiras. Ele se recorda: *“Eu juntei dinheiro, estudando, trabalhando para as pessoas, eu ajudava meu avô, meus colegas nos programas da escola, fazer prova pros outros, digitava trabalho, tudo que eu podia fazer para juntar dinheiro pra ir embora”*. Aos 16 anos, como uma grande parte dos jovens de sua geração, ele se beneficia de uma bolsa do PROUNI para seguir os seus estudos de nível superior. Ele vai, em seguida, estudar na capital do Maranhão, São Luís. *“São Luís é uma capital, uma cidade enorme, [pra mim] que saí de Pedreiras, que era minúscula, minha cidade natal tem 40 e poucos mil habitantes, São Luís tem um milhão e toda a diferença é muito brutal”*, ele compara.

A saída da casa de seu pai e mãe, e da cidade onde habitavam, também significou uma mudança de direção na sua trajetória sexual, segundo ele mesmo verbaliza: *“Então eu queria, minha vida era sexual, assim eu queria transar todos os dias eu ia para faculdade pensando em sexo voltava pensando em sexo. É como se eu quisesse tirar um atraso, eu não sei”*. Embora a “cidade grande” oferecesse a suposta liberdade de se relacionar com diferentes parceiros, sua primeira experiência sexual com um

menino, ele conta, aconteceu quando ele ainda estava “no interior”, em Pedreiras<sup>137</sup>. Experiência vivida com um colega da vizinhança, quando Jean tinha 13 anos.

Dois anos após sua chegada a São Luís, quando ele tinha 18 anos, Jean passa novamente no Enem, o que lhe permite orientar seu percurso universitário no sentido de uma graduação em odontologia, dessa vez em outro estado. Tal mudança, embora mais importante, vai ao encontro de seu desejo de distanciamento, como ele me conta no seguinte trecho: *“Fui para São Luís, estudei, mas aqui ainda tá muito perto da minha cidade. Eu quero ir para mais longe, São Paulo, para Brasília, o mais distante possível dali. E aí quando eu fui para Pernambuco, eu adorei Pernambuco, sou apaixonado por Pernambuco”*.

Ele situa o seu percurso, colocando-o em relação com o contexto político da época: *“Em 2008, em Pernambuco, foi o segundo mandato de Lula. Ele tava acabando o primeiro, ele começou o segundo em 2009, aí é... Lula, graças a ele eu terminei a faculdade”*. Eu lhe respondo, então, reforçando o vínculo com meu entrevistado: *“Olha, eu também, viu. Eu também sou aluno PROUNI”*. Ele responde com ar surpresa: *“Tu és PROUNI também? Pois é... Aí... é... ele [Lula] mudou uma geração”*. *“Ele mudou”*, concluo. A identificação criada pela aproximação entre nossas experiências contribui ainda mais para a construção de um vínculo de empatia mútua entre pesquisador e entrevistado.

Em Pernambuco, Jean experimenta uma sociabilidade nos espaços LGBTQIA+ e constrói uma rede de amizades. Ele vive igualmente a experiência de coabitação com um parceiro, que ele nomeia de “primeiro marido”. É no âmbito dessa relação que ele declara publicamente suas práticas homossexuais, ao publicar nas redes sociais uma foto na qual ele aparece beijando seu parceiro. Essa relação terminará dois anos depois.

Apesar de suas práticas sexuais e relações amorosas bem mais frequentes com homens, ele afirma um desejo também por mulheres. Segundo ele me explica: *“Eu transo com homem regularmente, e tipo, vamos dizer três vezes no ano, às vezes aparece uma garota que eu sinto vontade, me sinto à vontade e fico”*. Não à toa, ele reflete criticamente sobre as identidades sexuais. *“Se eu sou bissexual ou homo, eu não sei dizer. Eu falo*

---

137 O tipo de percurso migratório de jovens homossexuais indicando uma “fuga” para as grandes cidades supostamente anônimas, tolerantes e emancipadoras foi observado por autores como, por exemplo, Chauncey (1994), Éribon (2012) e, no contexto brasileiro, Green (2019). Contudo, apesar do ideal de “sonho urbano” (Blidon & Guérin-Pace, 2013), alimentado pela literatura sociológica clássica, podemos observar que o percurso de jovens gays pode incluir as experiências sexuais mesmo nas pequenas cidades onde nasceram. Além disso, uma literatura recente tem colocado em evidência as sociabilidades homossexuais nos espaços distantes dos centros urbanos, evitando uma supervalorização do urbano na formação identitária homossexual (M. A. de A. Teixeira, 2015).

*pras pessoas que eu quero transar... Para menina eu falo que sou bi, mas eu não sei se eu tô falando a verdade. É como se eu tivesse mentindo. E quando eu falo pra o cara que eu quero transar que sou gay, é como se eu tivesse mentindo.*” As experiências no relato de Jean nos mostram a precariedade da estabilidade acordada às categorias sexuais. No âmbito desse estudo, eu utilizarei, tendo o acordo de Jean, a nomenclatura bissexual com mera finalidade analítica, mas reconhecendo os limites que ela impõe.

Jean concluirá, então, sua formação em odontologia e trabalhará em seguida como dentista. Os anos em que viveu em Pernambuco foram de abertura e descoberta. Ele afirma: *“Minha vida começa em Pernambuco.”* É importante, ainda, considerar que isso não acontece no contexto de uma grande metrópole, como a capital Recife, mas numa cidade do interior do estado, onde ele se instala até o momento em que deixa o Brasil para vir à França.

No curso de nossa entrevista, Jean pôde compartilhar experiências agradáveis e árduas da vida, no contexto das quais o fato de não se conformar às normas de gênero e sexualidade padrões foi um elemento disparador. As estratégias colocadas em prática para lidar com as situações difíceis fizeram igualmente parte dos temas abordados na nossa entrevista. Naquele momento em que conversávamos, uma dessas estratégias tinha sido o afastamento físico de seu país de origem. Ele compartilhava um sentimento de insegurança sobre o fato de ser bissexual, mas igualmente um medo de não poder alcançar suas ambições num Brasil que não parecia promissor. Esse desejo de partir e, de certa maneira, de “refazer a vida” economicamente falando, para Jean, como visto em sua narrativa biográfica, está diretamente ligado à sua capacidade de agir face à homofobia. O sucesso socioeconômico parece um trunfo para Jean na luta contra os efeitos sociais da homofobia (uma ideia que desenvolvo mais atentamente na Parte III da tese), e sua vinda à França representava a ampliação das possibilidades de agir face à homofobia.

Num sentido inverso ao de meu entrevistado, eu retornava ao Brasil em julho de 2019, seis meses após a posse do novo governo, oito de minha entrevista com Jean e dez meses após os eventos em torno da eleição presidencial de outubro de 2018. Eu tinha como objetivo encontrar aquelas pessoas que haviam vivido, e perceber como viviam até aquele momento, essa hostilidade nas ruas da qual Jean falava em seu relato. Alguns encontros foram previstos, outros imprevistos.


**PERFIL DE  
JEAN WYLLYS**

Filho de pai negro e mãe branca, Jean Wyllys de Matos Santos nasceu em 10 de março de 1974 em Alagoinhas, no Sertão do estado da Bahia, a cerca de 100 quilômetros da capital Salvador, no Nordeste do Brasil. De origem pobre, sua mãe era lavadeira e seu pai pintor de automóveis. Wyllys fez dos estudos um trampolim para sair da miséria. Na juventude, foi selecionado para estudar gratuitamente na Fundação José Carvalho, uma passarela para a Universidade Federal da Bahia, onde se formou em Comunicação Social e jornalismo e fez um mestrado em Letras e Linguística. Ele se tornou, em seguida, professor na Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM) e na Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro. Passou a ser uma celebridade, inicialmente, por sua participação no *reality show* Big Brother Brasil, do qual ele saiu vencedor, com um prêmio de um milhão de reais. Posteriormente, foi eleito deputado federal no Rio de Janeiro pelo PSOL, em 2010, e reeleito em 2014. Em 2016, no momento de seu voto contrário à abertura do processo que culminou no *impeachment* de Dilma Rousseff, ele se torna mais uma vez o centro das atenções ao cuspir no rosto do então deputado federal Jair Bolsonaro, em resposta aos insultos homofóbicos que proferia. Jean Wyllys foi novamente reeleito em 2018, mas renunciou e se exilou fora do país, em função de sucessivas ameaças de morte das quais ele foi alvo depois da eleição de Bolsonaro à presidência da república. Fonte: Wyllys et Abujamra (2019).

### 5.1.2 “Foi quando o medo começou a se tornar real”. Depois do primeiro turno, a violência interseccional e a militância de Thiago

Desde o primeiro turno, a iminente eleição de Bolsonaro foi frequentemente declarada, por inúmero-as de seus-suas apoiadore-as, como uma sentença de morte àquele-as que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou trans. Uma ameaça que lhes mobilizou fortemente na campanha eleitoral contra esse candidato. Foi o que me informou Thiago, a pessoa cujo relato de agressão Lia havia compartilhado no grupo do *WhatsApp*. Após tê-lo contactado e termos trocado algumas mensagens, ainda no calor dos acontecimentos, eu pude propor que pudéssemos conversar pessoalmente assim que eu chegasse a Recife. A entrevista aconteceu no dia 15 de julho de 2019, na sala do apartamento onde eu me hospedei durante minha passagem por Recife, no bairro da Ilha do Leite.

Thiago: *Assim, é engraçado porque... Não, não é engraçado, é irônico, é irônico, porque por mais que a gente tivesse a galera do [partido de extrema-direita da*

UFPE], que era extremamente misógina e homofóbica, pra gente era uma minoria. E agora em 2018, em 2019, que era o que eu tava conversando com [um amigo] enquanto eu te esperava, era que ninguém levava Bolsonaro a sério. No primeiro turno, quando ele ganhou e foi com Haddad pra o segundo turno, eu vi gente que era anarquista panfletando na rua pra Haddad, sabe. Foi quando o medo começou a se tornar real. [Ele diz que se perguntava:] Meu irmão, será que existe, não uma maioria, mas um percentual expressivo pra esse cara entrar no poder, falando essas besteiras, tá ligado? [...]. E a gente na rua panfletando, foi quando o medo [que Bolsonaro fosse eleito] começou a se tornar real. [...] Quando o resultado saiu no domingo, na segunda-feira eu acordei... Primeiro que a gente foi assistir a verificação do primeiro turno, todo mundo se reuniu pra ver, porque tava todo mundo torando aço [expressão que significa ter muito medo], mas não era torando aço de que, tipo “é real”, era mais “será que isso é possível de acontecer?”. E aí todo mundo se reuniu pra assistir à apuração da eleição juntos. Aí todo mundo se reuniu na casa de uma amiga aqui no centro e a gente foi assistir. Bicho, quando saiu a apuração todo mundo começou a chorar assim loucamente, tá ligado. Acho que foi aí que começou a cair a ficha, tá ligado, naquele domingo. E aí foi meio que um tapa na cara de todo mundo.

Nessa passagem, Thiago coloca em narrativa seu sentimento de surpresa por ter se dado conta de que as ideias de extrema-direita, características do bolsonarismo, poderiam mobilizar uma maioria suficiente para eleger um presidente. Ele compara o que viveu nas eleições de 2018 com o momento no qual ele tinha estado em contato com grupos de extrema direita, como estudante na UFPE. Por outro lado, o sentimento de alívio de que essas ideias pudessem estar restritas a um pequeno grupo de jovens universitários foi substituído pelo receio de que elas pudessem mobilizar a maioria dos sufrágios de uma nação.

Esse amálgama de medo e perplexidade narrado pelo meu entrevistado foi um sentimento socialmente compartilhado tanto pelo-as apoiadore-as e militantes de esquerda como pesquisadores e pesquisadoras em ciências sociais do Brasil, mas não apenas. O ponto de interrogação no título da compilação de ensaios *Democracia em risco?* (Abranches et al., 2019), publicada na sequência desses acontecimentos, confirma a incerteza no futuro e o espanto geral. Uma revanche das elites contra o “lulismo” (Whitaker, 2019), o fim de um ciclo para a esquerda (Théry, 2019), o ultraconservadorismo ou mesmo o obscurantismo cristão dos evangélicos (Reina, 2019) e a virada autoritária

de um capitalismo ultraliberal (Andrade, 2020; Georges & Tizziani, 2020) foram algumas das hipóteses defendidas pelos intelectuais brasileiros e estrangeiros.

Estando na França, tive a oportunidade, junto com Larissa Pelúcio, de investir nessa reflexão, justo com o sociólogo e brasilianista Éric Fassin (Pelúcio & Paz, 2019), que nos encorajava a olhar para a centralidade do gênero na compreensão do presente. Eu o cito: “o gênero não é apenas o objeto dos ataques, mas é também o seu instrumento” (p. 8). Sonia Corrêa (2019) chama nossa atenção para a utilização da política antigênero como arma eleitoral, no contexto da eleição de Bolsonaro. As reflexões de Fassin e Corrêa reforçam a pertinência social das questões de gênero como objeto de reflexão acadêmica, bem como do campo que se dedica ao seu estudo, o que reforça o valor social deste estudo e desta tese.

Maud Chirio e Camille Noûs (2020) buscaram recentemente analisar a vitória da extrema-direita no Brasil à luz da sua história recente (como jovem democracia, fragilizada pela crise desse regime no Ocidente) e antiga (por causa de seu passado autoritário, colonial e escravagista). As autoras tomam emprestado o termo de Bensa e Fassin (2002) para traduzir esse fenômeno da atualidade política brasileira por uma “ruptura de inteligibilidade”, pois rompe, ao mesmo tempo, com a continuidade da compreensão do passado e o modo como o futuro era vislumbrado (Chirio & Noûs, 2020). Essa noção me ajuda a compreender o sentimento narrado por Thiago, na medida em que a ascensão da extrema-direita até sua chegada ao poder, afirmam Chirio e Noûs, foi vivida como uma ruptura na subjetividade, pois esse evento histórico quebra a experiência que os observadores possuem do fio do tempo, o que teve um impacto, nas palavras de meu entrevistado, de “*um tapa na cara de todo mundo*”. Como meu objetivo aqui não é o de realizar um diagnóstico da vitória de Bolsonaro, mas o de oferecer os elementos que eu julgo importantes para que os leitores e leitoras compreendam o contexto das violências vividas pelos meus entrevistados e entrevistadas, retorno meu olhar para a entrevista com Thiago.

Thiago possuía 29 anos no momento da entrevista. Ele se identifica como homem cisgênero, gay e branco. Ele nasceu em Catende, cidade situada no interior de Pernambuco, mas vive em Recife desde os seus 4 anos. Vindo de um núcleo familiar cuja mãe era do lar e o pai trabalhava no comércio, ele obteve sua primeira graduação em Administração de empresas na UFPE, mas reorientou sua carreira realizando uma segunda formação em Sistemas de informação, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Seus pais são divorciados atualmente e ele alterna sua

residência entre a casa de sua mãe e a de seu pai. Inclusive, a relação com sua família tem um papel importante no seu engajamento emocional na campanha eleitoral, o que ele detalha na seguinte passagem:

*Thiago: Então, minha mãe e minha vó foram pró-Bolsonaro e eu consegui reverter, sabe. Até hoje eu sinto vontade de dizer uma piadinha, assim: “Eita, deveria me agradecer, porque não votaram nessa desgraça” [risos]. Porque no início elas defendiam Bolsonaro com aquele discurso que “o PT acabou o Brasil”, ou “É melhor tirar o PT e vir qualquer outra coisa”, tá ligado.*

*Diego: Quando tem alguém da tua família que, mesmo por outro motivo que não o ódio por gays, antipetismo, etc., mas diz que vota em Bolsonaro, isso te toca de alguma forma?*

*Thiago: Sim! Eu sofri muito, eu chorei muito quando eu soube que ela... E eu soube assim, na época eu entrei no Facebook e vi uma postagem de mainha com a bandeira do Brasil. Eu disse: “O que é que tá acontecendo aqui?”. Foi quando eu fui falar com ela: “Minha irmã, você não tem vergonha não de ter um filho gay e votar num cara que diz que ter filho gay é falta de porrada?”. “A senhora devia ter batido mais em mim, é?”. Eu disse isso assim pra ela, sabe? Ela: “Não, não é isso, etc.”, começou a querer se justificar. Eu disse “não tem o que se justificar, a senhora leu o plano de governo dele?”. Nem plano de governo tinha pra ler, tá ligado? “Pra você estar querendo defender ele por qualquer outro motivo”, sabe? E isso me abalou muito, quando eu soube. E foi um mote, um dos, não foi o único, de sair na rua pra panfletar. De que, tipo, isso não podia acontecer, de que a ficha vai cair de que vai acontecer, vai acontecer, vai acontecer e aconteceu. E agora a gente tá aí, nessa merda.*

Assim, entre uma trajetória política construída no Movimento Estudantil da UFPE e os sentimentos que desencadeiam a atualidade política após o resultado do primeiro turno da eleição presidencial, é a possibilidade de ver as pessoas de sua família manifestarem seu apoio ao candidato da extrema-direita que impulsiona Thiago a investir mais tempo e energia na campanha política. Tal engajamento faz com que ele viva uma experiência desagradável de ameaça de agressão, que ele conta em detalhes no trecho da entrevista transcrito abaixo:

*Thiago: E aí teve um dia que a gente foi no Mercado da Encruzilhada fazer panfletagem, eu, [alguns amigos e amigas]. Todo mundo foi pra o Mercado da Encruzilhada. [...] E aí a gente marcou esse encontro num sábado, no Mercado*

da Encruzilhada. E eu, por morar perto, eu cheguei primeiro [do que as outras pessoas], e comecei já a panfletar mesmo sozinho, sabe? Daí eu me cheguei no grupo [que já estava lá], peguei material e disse “galera, vocês vão ficar panfletando aí?”, daí [me explicaram que] “um grupo vai ficar aqui na frente do Mercado da Encruzilhada e algumas pessoas estão entrando nos corredores do mercado”. Aí eu “tá bom, vou fazer isso então”. Aí eu fui para os corredores do mercado. Aí eu panfletando, fiquei conversando com uns garçons, assim, um bom tempo, falando sobre o plano do governo de Haddad, etc., conversando. Foi quando um senhor, de idade assim, eu acho que ele tinha bebido, eu não sei, mas ele estava com cheiro de cerveja, não sei se ele tava bêbado. Ele chegou assim pra mim e começou a falar alto assim: “Como assim você tão novo defendendo bandido?” e “não sei o que, não sei o que lá”. E gritando! Eu, tipo, nem dando bola, tá ligado? Aí teve um momento que eu fui andar, assim, e ele me cutucou e disse “Eu tô falando com você!”. Eu: “Moço, eu tô aqui defendendo o que é importante. Se o senhor discorda, tudo bem, o senhor não precisa concordar comigo”. Aí ele: “Mas você tá defendendo bandido”. Eu: “Eu não tô defendendo bandido, não, eu tô defendendo um professor, que é Haddad e o senhor acha realmente que um decreto [que vai legalizar o porte] de armas vai melhorar alguma coisa na violência?”, “O senhor acha que se o senhor andar armado, vai estar com algum tipo de segurança?”. Aí ele: “Era bom mesmo que liberasse o porte de armas que a gente ia poder...”, aí fez um gesto como se fosse atirar em mim. Ele fez aquilo, eu já saí todo cagado. Eu dei as costas e fui me embora. Aí um garçom veio e disse “vá pra lá porque ele deve tá bêbado já, ele tá aqui desde de manhã”. Aí eu fui embora. Aí [meu amigo] chegou e perguntou “amigo, o que é que tu tens que tu estás branco?”. Eu: “Um cara acabou de dizer que era bom que liberasse o porte de armas porque podia... e começou a fazer um gesto de atirar em mim”. E aí eu fiquei assustado e não panfletei mais, eu fiquei assim, sentado ao lado do grupo maior e foi quando [meus amigos e amigas] chegaram e ficaram querendo saber o que é que tinha acontecido, e ficaram perguntando quem era, mas eu disse “não, minha gente, deixa pra lá, vamos ficar por aqui”. [...] Foi quando começou a ficar mais evidente esse tipo de posicionamento radical, tá ligado, radicais, mas sem muito embasamento teórico, sabe. E aí ficou meio evidente que a gente tava vivendo tempos apocalípticos, um apocalipse político, assim.

A Figura 5 mostra a fachada do local onde aconteceu a agressão narrada por Thiago, o Mercado público do bairro da Encruzilhada (*Mercado da Encruzilhada, Recife - PE*, 2019), construção que data de 1924, onde os residentes da vizinhança vão fazer compras de mantimentos, mas também aproveitar dos restaurantes de comida regional e os bares instalados no interior (Gaspar, 2006). O bairro da Encruzilhada, que recebe esse nome por ser o lugar do cruzamento dos trens vindos de Recife, de Beberibe e de Olinda no início do século XVII (Vainsencher, 2003), constitui a parte considerada nobre do centro do Recife. Segundo os dados do último Censo nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o “valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes” do bairro da Encruzilhada era de R\$ 5.692,43, enquanto a média do Recife era de R\$ 567,34 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010c)<sup>138</sup>.

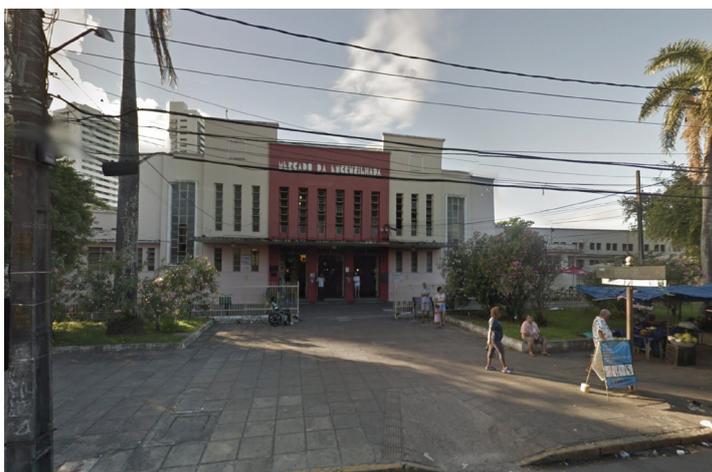


Figura 5. Fachada do Mercado da Encruzilhada, Recife - PE.

Se o indivíduo que ameaçou Thiago era um desconhecido, nós podemos razoavelmente associar seu perfil, em partes, ao eleitor-tipo de Bolsonaro, desenhado pelas enquetes de intenção de voto: um homem de meia idade e de classe social favorecida<sup>139</sup>. Por outro lado, a intenção de voto para Haddad era majoritária entre

<sup>138</sup> Em 2010, o valor do salário-mínimo era de R\$ 510, em outubro de 2018, de R\$ 954,00 e atualmente, desde 1º de janeiro de 2020, de R\$ 1.045,00 (Guia Trabalhista, 2020).

<sup>139</sup> A pesquisa de intenções de voto realizada pelo Instituto Datafolha, entre 24 e 25 de outubro de 2018, publicada pelo site de informações da TV Globo, mostra que essas intenções de voto são superiores para Bolsonaro, em relação ao candidato Haddad: entre os homens (estando empatadas tecnicamente entre as mulheres: ou seja, 41% das mulheres dizem votar por Haddad e 42% por Bolsonaro, mas a pesquisa admite uma margem de erro de 2 pontos percentuais); os heterossexuais (50% daquele-as que se identificam como heterossexuais desejavam votar por Bolsonaro e 36% por Haddad, enquanto do lado dos “homossexuais, bissexuais e outros” 57% teriam a intenção de votar por Haddad, contra 29% por Bolsonaro); entre aquele-as com mais de 35 anos e tendo terminado no mínimo o Ensino Médio ou com formação superior e as pessoas com renda mínima de dois salários mínimos (Bolsonaro obtém mesmo 61% das intenções de voto, contra 29% de Haddad, entre a população recebendo entre 5 e 10 salários mínimos); aquele-as que residem nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul (exceto no Nordeste,

os grupos de 25 a 34 anos, tendo estudado até o Ensino Fundamental, que recebia até dois salários-mínimos, habitando principalmente na região Nordeste, de religiões de origem africana, sem religião ou ateus, de orientação sexual “homossexual, bissexual e outros”, de cor “negra ou parda”.

O voto do Nordeste impediu que Bolsonaro fosse eleito já no primeiro turno. Antes da contagem de votos dessa região, Bolsonaro tinha o percentual de votos necessário para ser eleito sem a necessidade de um segundo turno. Os mapas eleitorais do Brasil, como os que são ilustrados nas Figuras 6 e 7 (G1, 2018a; Sorano, 2018a), mostram o candidato mais votado em cada estado e em cada cidade e foram publicados amplamente nas redes sociais. Eles alimentaram ainda mais o imaginário social e os preconceitos fundados na oposição entre o norte e o sul do Brasil, as regiões supostamente mais pobres e mais ricas, aquelas que supostamente oneram os cofres públicos com os programas sociais do governo e aquelas que produzem a riqueza.



Figura 6. Candidato mais votado no primeiro turno da eleição presidencial de 2018, em cada estado do Brasil.

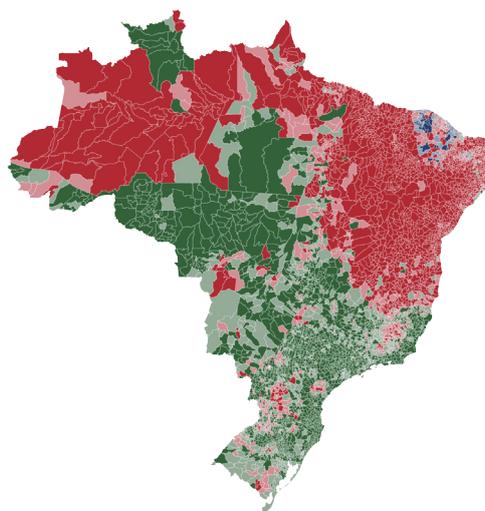


Figura 7. Candidato mais votado no primeiro turno da eleição presidencial de 2018, em cada município do Brasil.

onde Haddad obtém 56% das intenções de voto, contra apenas 30% de Bolsonaro); e entre aquele-as de religião evangélica ou espírita (um novo empate técnico acontece entre os católicos, 43% exprimindo o desejo de votar por Haddad e 44% por Bolsonaro). Datafolha não analisou seus resultados segundo a variável de cor ou raça, o que foi feito pelo Ibope, entre 26 e 27 de outubro de 2018, e publicado pela TV Globo. De acordo com Ibope, as intenções de voto para Bolsonaro seriam majoritárias entre as pessoas que se declaram brancas (58% do-as branco-as por Bolsonaro, contra 31% por Haddad), enquanto entre as pessoas que se declaram negras ou pardas a maioria exprimiu o desejo de votar por Haddad (47% do-as negro-as ou pardo-as, contra 41% por Bolsonaro).

Esse cenário de disputa eleitoral intensifica a discriminação e o preconceito contra os nordestinos e nordestinas, colocando-o-as na categoria bolsonarista de “inimigos da nação”, ou seja, todos e todas que não haviam votado por Bolsonaro ou, o que era considerado um delito ainda maior, teriam votado no PT. Em suma, os “inimigos da nação” eram todos e todas que não eram os “cidadãos de bem” (Brum, 2019). As redes sociais foram então invadidas de publicações portando discursos de ódio contra as pessoas dessa região (Camillo, 2018). Do ponto de vista do-as eleitores-as nordestino-as de esquerda, eles e elas teriam dado uma nova chance para o Brasil e estavam orgulhoso-as por isso.

Thiago fala desse orgulho, que, segundo ele, trouxe esperança para o segundo turno e aumentou o engajamento na campanha eleitoral nessa região:

*Diego: Isso porque tinha o risco que ele fosse eleito no primeiro turno, né, e foram os votos do Nordeste que baixaram o score dele [de Bolsonaro].*

*Thiago: Isso. Quando terminou a apuração, na madrugada de domingo, o WhatsApp começou a pipocar. As pessoas começaram a se organizar pelo WhatsApp pra fazer panfletagem pro PT, tá ligado? E aí surgiram uns 50 grupos. Quando eu vi, eu tava participando de uns 15 a 20 grupos diferentes. A galera tirando do próprio bolso pra fazer “santinho”, aqueles panfletinhos. A galera fez “lambe”, que foi pras periferias colar lambe, tá ligado, nos postes nos cantos. E aquilo meio que deu uma esperança, meio que “não, vai mudar, a gente vai conseguir mudar, pra que não aconteça isso, pra que esse cara não entre no poder”, e todo mundo muito esperançoso, até o último dia, até o último domingo do segundo turno tava todo mundo “vamo virar”.*

Contudo, os nordestinos e nordestinas bolsonaristas manifestavam cada vez mais sua fúria. Como Thiago me relata, na passagem abaixo:

*Thiago: Assim, não tinha muito debate com essas pessoas. Porque, assim, existiam três grupos: os indecisos, os pró-Bolsonaro e os Petistas. E pessoas que eu não vou nem dizer que eram petistas, mas que sabiam que Bolsonaro era uma aberração e que, por causa disso, vamos votar em Haddad, tá ligado? Com os indecisos, você até conseguia conversar, com a galera que entendia conjuntura política e via que Bolsonaro não era uma opção, podia ser Lula de novo, que Lula podia ser o maior ladrão do mundo, mas que podia ser Lula de novo candidato e iam votar em Lula, porque sabiam que mesmo nessa conjuntura Bolsonaro não era uma opção. [Com os bolsonaristas:] Não existia debate, porque eles passavam na rua já gritando*

*assim, com as pessoas que votavam em Bolsonaro não existia debate porque eles já chegavam na agressividade, tá ligado. De longe, viam você de vermelho... Era tanto que nos grupos de WhatsApp em que a gente se organizava pra panfletar, algumas pessoas pediam pra não ir de vermelho, [mas] ir de branco, ir de preto, ir de qualquer outra cor, menos vermelho, porque chegou no ponto em que as pessoas viam de longe alguma coisa de vermelho e já começavam a gritar, tá ligado?*

A agressão que Thiago viveu no Mercado da Encruzilhada não é senão um exemplo de uma violência reiterada e que criou um clima de terror visando aos inimigos dos cidadãos de bem. Para retornar ao episódio que ele me contou e explorá-lo mais atentamente, eu coloquei em seguida algumas questões a esse respeito. Eu julgo que seus comentários foram bastante pertinentes e os compartilho abaixo:

*Diego: No dia, tua reação foi postar no Instagram?*

*Thiago: Foi, eu postei [no Instagram] algo como eu tinha sido ameaçado. E foi como eu me senti, porque ele fazia o gesto da arma na minha direção. Eu fiquei mal pra caralho, não chorei, mas eu fiquei muito, muito, muito mal. Aí parei na mesma hora de panfletar e me sentei perto do pessoal assim, do grupo maior que... Eu só postei isso à noite, porque por mais que eu tivesse conversado com [meus amigos e amigas], eu precisava desabafar de alguma forma. Foi quando eu postei no Instagram dizendo que eu tinha sido ameaçado e tal. Acho que foi o que ele queria fazer mesmo, sabe,tava nem aí. Mesmo que, se liberasse o porte de armas, talvez ele nem pudesse ter condições de comprar uma. Mas é essa violência que a gente pensava que não existia no Brasil.*

*Diego: Tu classificarias a violência que tu viveste de violência homofóbica, sim ou não, e por quê?*

*Thiago: Eu não sei se esse episódio poderia ser classificado estritamente assim, mas era algo da violência gratuita e de achar que o outro é o inimigo. A ideia populista do fascismo de que sempre tem um inimigo e que esse inimigo é sempre quem não concorda com você.*

*Diego: E os LGBT faziam parte desse outro, né?*

*Thiago: Eu não sei se pra ele eu era uma ameaça LGBT, só isso. Mas naquele momento eu representava todo “o outro”, que não é somente LGBT, mas é LGBT também. Em todo caso, foi uó [quer dizer que foi uma situação muito desagradável].*

*Diego: Como tu comparas essa violência com as outras que tu viveste?*

Thiago: *Foi a mais grave. Eu acho que foi a mais direta, assim, de violência real, explícita assim. Porque todas as outras eram, assim, de debochar, de querer lhe colocar por menos. Mas de violência mesmo, assim, de ameaçar a vida, de eu ter esse pensamento, eu acho que foi aquela. Porque todas as outras eram mais assim de deboche, “ah, você é gay, você é veado, etc.”, essas coisas.*

O caráter exposto da ameaça e o choque que meu entrevistado descreve na esteira da violência pela qual ele é acometido reverberam o que eu pude ouvir por outras pessoas durante essa fase de meu trabalho de campo. Quanto a Thiago, ele a nomeia de “violência real”. O episódio vivido durante as eleições aparece na sua fala em contraste com os que ele já teria lidado até aquele momento. Os deboches dos insultos homofóbicos parecem pertencer a um tipo de experiência ordinária comparada ao episódio narrado acima.

Os eventos vivenciados durante o período eleitoral pelas pessoas que entrevistei mostram novas características. Para alguns, como Thiago, eles são mesmo mais graves e não em consequência de seus efeitos, como é o caso, por exemplo, das agressões físicas, mas pela forma através da qual ela se manifesta. Embora as LGBTfobias não tenham sido experiências novas para eles e elas, alguns elementos novos aparecem com certa frequência no relato das pessoas que entrevistei. Um deles é a forma arrogante por meio da qual ela se expressa. À virada que promove a popularidade do discurso da extrema-direita, validado pelo resultado de Bolsonaro no primeiro turno, é que se torna legítimo, ou mesmo valorizado socialmente, manifestar-se contra minorias, que inclui as pessoas LGBTQIA+. Os cidadãos e cidadãs de bem não têm medo de ser LGBTfóbico-as, são mesmo orgulhosos de sê-lo.

Além disso, a violência que Thiago viveu revela a importância de uma leitura das homo-bi-transfobias num nível mais amplo, seja social e político, que ultrapasse o contexto restrito das relações interpessoais nas quais elas acontecem e que alcance o nível mais complexo das produções coletivas das violências e das relações de poder. Embora a pessoa que exprimiu a vontade de atirar em Thiago não tenha dito querer fazê-lo porque ele era gay, são as homofobias que concorrem para a produção da desigualdade nas posições que ambos, agressor e agredido, ocupavam. Não é aleatório que Thiago, homem cisgênero como seu agressor, seja a pessoa na posição de agredido. É a maneira pela qual Thiago significa a experiência de ser um homem gay que o impulsiona a defender o candidato vinculado a um partido político mais inclusivo, ao invés daquele defendido por seu agressor, que exprime sem desconforto o desprezo

pelas pessoas homossexuais, bi ou trans. A posição inferiorizada da homossexualidade, efeitos das homofobias, configura-se uma importante condição de possibilidade da situação de violência vivida por Thiago. Contudo, ela não era a única.

Meu entrevistado dá indícios de compreender que a ameaça feita à sua vida não é estritamente homofóbica, mas que a homofobia fazia parte de um todo mais complexo. Ele mostra ter compreendido que sua existência não representava uma unidade homogênea, mais se expressava no entrecruzamento de outros sujeitos e lutas políticas. Isso me parece evidente na seguinte afirmação: *“Eu não sei se pra ele eu era uma ameaça LGBT, só isso. Mas naquele momento eu representava todo “o outro”, que não é somente LGBT, mas é LGBT também”*.

Essa onda LGBTfóbica que invadia o Brasil naquele momento não pode ser compreendida sem se levar em consideração sua relação com outras violências, endereçadas a outros sujeitos políticos na luta por igualdade no Brasil, como, por exemplo, mulheres, nordestino·as e praticantes de religiões de origem africana, região geográfica e religião cujas pessoas que se identificam como negras e pardas são majoritárias<sup>140</sup>, o que é igualmente verdadeiro no tocante às classes populares<sup>141</sup>. No mais, a eleição de Bolsonaro foi também considerada como uma ameaça para as políticas ambientais, o que colocou os povos indígenas em alerta, como afirma Francisco Piyãko, militante e líder do povo Ashaninka, em uma entrevista publicada na revista Carta Capital (Milanez, 2018).

No alvo da violência política no Brasil de outubro de 2018, havia um corpo, que não era formado simplesmente pela acumulação da experiência de ser mulher, LGBTQIA+, negro·a, nordestino·a ou pobre, mas estaca na cruzamento dessas identidades. O fato de encarnar um único desses sinais da abjeção os transformava em alvos privilegiados da violência. Por outro lado, se no alvo das violências havia um corpo, os apoiadores e apoiadoras da extrema direita também - frequentemente brancos, heterossexuais, cristãos evangélicos e/ou de classe social economicamente

---

140 De acordo com o IBGE, em 2019, 74,4% da população do Nordeste se autodeclarava negra ou parda e 24,7%, branca. Ao contrário, por exemplo, da Região Sul, onde essa proporção se inverte e 25,9% se considera negra ou parda e 73,2% branca (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019c). Além disso, de acordo com o último Censo nacional, realizado em 2010, 0,16% da população residente no Nordeste declara pertencer à Umbanda e ao Candomblé. Dentro desses 0,16%, 0,14% se consideram negras ou pardas e 0,02% brancas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b). Em síntese, dentro o grupo minoritário de pessoas de religiões de origem africana, negros e negras, bem como pardos e pardas, representam a esmagadora maioria.

141 Como mostra o estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019b).

favorecida. Encarnavam o orgulho de propagar o ódio de classe, de raça, de sexo, de gênero e da diversidade sexual. Em suma, sem ter a pretensão de desenvolver uma análise da violência *per se*, eu poderia, porém, concluir afirmando que as LGBTfobias às quais meus entrevistados e entrevistadas foram submetido-as se formam de maneira cruzada.

Todavia, se as agressões não visavam apenas às pessoas LGBTQIA+, as narrativas produzidas no decorrer deste estudo mostram que essas pessoas eram um alvo privilegiado, o que interessa particularmente ao objeto de minha análise. Eu continuo, assim, a buscar compreender as nuances dessa LGBTfobia generalizada, senão normalizada, do Brasil de 2018.

### 5.1.3 “Bolsonaro vem te pegar”. Um encontro inesperado com Sandro e a violência que diz um nome

Em Recife, dialogando com as pessoas, eu pude notar que os vestígios da onda homofóbica ainda não tinham se dissipado. A exposição aos inúmeros depoimentos compartilhados nas redes sociais e nas mídias, bem como o fato de ter vivido na pele uma LGBTfobia desprovida de timidez, exigia dessas pessoas novas formas de existir, e as vezes de resistir, face à arrogância com a qual a discriminação se exprimia doravante. Foi o que me descreveu Sandro<sup>142</sup>, quando eu o encontrei de maneira inesperada numa grande loja de departamentos da Avenida da Boa Vista, situada no bairro de mesmo nome, onde ele vivia, e bem próximo de onde eu havia me hospedado em Recife entre julho e agosto de 2019.

Eu o havia conhecido mesmo antes de deixar o Brasil pela primeira vez, pois frequentávamos alguns dos mesmos espaços de sociabilidade gay de Recife (que não são muitos), onde nos encontrávamos com certa frequência. Depois de eu ter viajado, mantínhamos contato pelas redes sociais, embora sem tanta aproximação. Posso dizer que nunca fomos amigos confidentes, mas possuíamos afinidades. Assim, na fila do caixa dessa loja de departamentos, eu o reencontrei e falei do motivo pelo qual eu havia retornado ao Recife. Ele, então, confessou ter sido agredido, durante as eleições de 2018, nessa mesma loja. Expressando meu desejo de ouvir sua história com mais tempo e tranquilidade, eu pude negociar uma entrevista com ele.

De acordo com as informações indicadas durante sua entrevista, Sandro, 23 anos, é um homem cisgênero que adota o qualificativo gay como identidade sexual. De pele clara,

---

142 Nome fictício escolhido em memória de Sandro Cipriano Pereira (Quadro 17).

ele se reconhece como branco. Nascido em Flores, uma pequena cidade do interior do estado de Pernambuco, com uma média de 22 600 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019a), onde a religião é bastante presente no cotidiano, principalmente na fabricação e controle das normas de gênero e sexualidade. Ele mesmo viveu em uma família católica praticante, religião que ele professa até hoje e diz também visitar ocasionalmente centros de Candomblé.

Como uma grande parte dos garotos cuja forma de ser não faz eco às expectativas sociais das normas da masculinidade viril, ele conheceu a violência do preconceito e da discriminação homofóbica desde jovem. Na escola, ele via sua companhia ser evitada pelos outros meninos, que manifestavam, de forma explícita e agressiva, o desejo de não estar perto dele. Ele se refugiava nos grupos de meninas, onde se sentia mais acolhido. Ele fala assim desses momentos: *“Eu era uma criança veada, mas eu não percebia que eu era uma criança veada. Pra mim eu era só uma criança ainda”*. De uma maneira ou de outra, essa rejeição era recíproca, pois, do seu ponto de vista, ele mostra igualmente uma recusa ao modo de manifestação da masculinidade daqueles meninos, o que pode ser percebido no fragmento abaixo:

*Sandro: Não tive assim situação específica que, tipo, “ah, essa foi uma situação muito grande assim que me afastou” [dos grupos de meninos da minha idade]. Não. Era pelo comportamento deles e muitas vezes a forma das brincadeiras de criança, de criança já de 10, 12 anos. E aquilo me afastava e não me fazia... Às vezes me empurrava pra ficar com meninas, me forçar a ficar com meninas, e eu não querer, sabe? E não querer aquilo por saber, já ter uma ideia de assim, “não, não quero ficar”, e, tipo, no outro dia ser taxado de veado, de gay e tal, como algo bem pejorativo.*

O discurso injurioso e a rejeição vivida no espaço da escola ressoavam na repressão familiar, principalmente de seu pai, que, face aos comentários de seus amigos – *“teu filho tá parecendo um veado, teu filho tá parecendo um frango”* –, responsabilizava-o pelas críticas que recebia. Ele relata: *“E meu pai, ao invés de me defender para aquela pessoa, não, ele vinha brigar comigo [...], jogar pra mim a responsabilidade daquilo, quando, cobrar algo quando eu só tava sendo... fazendo nada demais pra mim, tipo, normal, né”*.

Mais tarde, na sua família, ele não será a única pessoa a viver relações amorosas e sexuais com pessoas do mesmo sexo, mas será o primeiro a se assumir abertamente. Para falar de sua homossexualidade à sua mãe, por exemplo, ele apresenta a ela, como namorado, um rapaz com quem ele tinha uma relação. Por outro lado, ele confessa nunca ter tido com seu pai essa conversa na qual ele pudesse

falar abertamente de sua sexualidade, mesmo se ele se diz certo de que seu pai sabe de sua homossexualidade. Ele diz deixar que ele o perceba nas situações do cotidiano, para evitar que essa questão seja colocada como um problema desde o início. Ele diz que acha injusto que seu irmão, que se diz heterossexual, não tenha jamais tido a necessidade de se assumir, como heterossexual, e ele tenha que se perceber nessa obrigação. Nesse sentido, sua maneira de evitar colocar em cena a enunciação de sua homossexualidade se torna igualmente uma maneira de enfrentar as injunções da norma heterossexual à sua subjetividade.

Esses acontecimentos no âmbito de sua família haviam acontecido recentemente, menos de um ano antes que ele tivesse deixado Flores para vir morar em Recife. De acordo com Sandro, a resignificação de sua relação com as normas é potencializada no confronto com os diferentes modos de pensar e de viver, que têm lugar no seio dos novos encontros feitos nessa cidade. Sandro se muda para Recife, no bairro da Boa Vista, pois é contemplado com uma bolsa de estudos do PROUNI, que lhe permite seguir uma formação superior no curso de Psicologia, prestes a ser concluída no momento em que nossa entrevista aconteceu. Mais uma vez, nossas narrativas de vida se aproximam, tendo em vista que as políticas governamentais de acesso ao ensino superior impactam diretamente nossa maneira de viver nossa sexualidade (ver o prefácio desta tese), numa dimensão pessoal, mas também social e política. Uma narrativa que reproduz igualmente as vivências que me confiou meu entrevistado Jean.

Os efeitos concretos da política (dita formal) na vida de Sandro não terminam por aí. Como eu já havia anunciado acima, esse homem gay branco e politicamente engajado também viveu a homofobia durante o período da eleição presidencial de 2018.

*Sandro: Durante a campanha de Bolsonaro eu já ouvi isso assim de “Bolsonaro vem te pegar”, “Bolsonaro vem aí”. Na frente do Atacado dos Presentes, inclusive, o cara saiu com umas bolsas e falou isso pra mim assim, num dia de comício, assim, “Bolsonaro vem te pegar”.*

Diego: *Como foi isso?*

*Sandro: Eu tava entrando no Atacado dos Presentes, eu ia comprar alguma coisa e era o dia do comício de [Fernando] Haddad aqui. E eu tava com essas bermudas curtinhas, uma camisa, óculos e um adesivo aqui [apontando para o busto].*

Diego: *De Haddad?*

Sandro: *De Haddad. E o cara sai olhando e gritando pra mim isso, tipo, “Bolsonaro vai te pegar”. E eu pensava que não era comigo. Mas depois ele tava olhando fixo pra mim. Então foi a primeira vez que eu senti medo na campanha política, assim, o medo real do que poderia acontecer comigo caso ele [Bolsonaro] fosse eleito. Foi a primeira vez assim que eu me assustei, embora eu tenha visto várias agressões que as pessoas vinham sofrendo, as redes sociais ficavam compartilhando isso, as notícias... Mas eu nunca tinha sentido na minha pele aquilo, nem com alguém tão próximo. Alguém tão próximo não, porque todos os LGBTs pra mim, eles estão próximos de mim, mas não assim alguém que eu conhecesse. Então pra mim aquilo também era algo distante, assim. Mas quando eu vi aquela coisa gritando em cima de mim, daí eu fiquei com medo. Aí foi quando eu... Eu imaginei, a gente precisa fortalecer essa luta porque a gente não pode deixar esse cara se eleger. Mas aí era uma questão que ele já estava eleito mesmo. Era um país doente e uma pessoa com ideias doentes.*

Diego: *Isso foi depois da eleição.*

Sandro: *Não, isso foi no começo da eleição. Acho que pouco depois do primeiro turno. Eu acho que [, na verdade,] pouco antes do primeiro turno. Eu tinha ido comprar minha passagem pra ir pra Flores votar no primeiro turno e tava indo lá no Atacado indo comprar alguma coisa pra levar pro interior.*

Diego: *Engraçado que, assim, quando tu conta isso... Porque quando a gente se encontrou lá no Atacadão tu falou pra mim isso, e hoje também quando eu pedi pra que tu falasse das situações que foram complicadas e que envolviam a tua sexualidade, a minha percepção quando tu me conta é que essa foi uma situação realmente significativa pra ti, e que eu poderia dizer que foi uma das mais importantes. Uma das mais fortes pra ti?*

Sandro: *Sim, significativa. Sim, forte, mas ela me abalou naquele momento. Ela não me desestruturou a ponto de eu ter medo de sair de casa, não.*

Diego: *E te desestruturou de alguma outra forma?*

Sandro: *Naquele momento eu fiquei muito assustado, mas depois eu tive que me fortificar, tive que ter forças. Porque é o que eles querem, é intimidar a gente, é deixar a gente calado, não é? E a gente... Se a gente baixar a cabeça pra eles, a gente tá fazendo o que eles querem. A gente tá negando, tá dizendo não a mim mesmo, e entregando a minha liberdade de mãos beijadas a eles.*

Diego: *O que é que tu fez na hora, assim?*

Sandro: *Na hora eu não fiz nada, a não ser baixar a cabeça, entrar, fazer o que eu tinha que fazer, mas, assim, desnorteado, e depois chegar em casa e avisar para todas as minhas amigas o que tinha acontecido.*

A surpresa narrada por Sandro revela o caráter inédito, não da homofobia, mas da forma explícita na qual ela se expressou diante dele. Essa violência à qual Sandro foi submetido reitera ainda mais uma das características das homofobias das quais as pessoas entrevistadas falavam durante esse momento de meu trabalho de campo, que foi a utilização do nome do candidato da extrema-direita como uma forma de ameaça. A violência não tinha medo de se fazer ouvir e ela evocava um nome, o de Bolsonaro.

Esse nome fora, inclusive, associado a um discurso de aniquilação. Bolsonaro era aquele que iria “acabar com tudo isso”. Os partidários e partidárias da extrema direita que proferiram ameaças contra as pessoas que entrevistei falavam frequentemente da morte. Por exemplo: “*esses veados vão tudo morrer quando Bolsonaro ganhar*”, segundo havia relatado Jean. Thiago foi ameaçado de levar um tiro. Sandro, semelhantemente, narrou um episódio de violência homofóbica que não havia colocado fim à sua vida, mas o havia anunciado simbolicamente. Os casos de agressão e de assassinato que foram amplamente noticiados nas mídias e redes sociais davam um efeito de concretude a essas ameaças. A violência era real e o medo também.

## QUADRO 17

---

### **PERFIL DE SANDRO CIPRIANO**

Sandro Cipriano Pereira, ou Sandro do SERTA, militante pela causa da juventude e da causa LGBT+ por mais de 20 anos (HRD Memorial, 2019), foi morto por arma de fogo com 36 anos, no dia 27 de junho de 2019 (Aguiar, 2019). Era engajado no Grupo Sete Cores, na cidade de Pombos, a 57 quilômetros de Recife, depois de mais de 10 anos. Ele foi professor na ONG SERTA, ou seja, Serviço de Tecnologia Alternativa. Ele também foi diretor da seção pernambucana da ABONG, Associação Brasileira de ONGS (Abong, 2019). Sandro havia sido entrevistado poucas semanas antes do seu assassinato. As imagens da entrevista são acessíveis no documentário *O silêncio dos homens*, disponível no YouTube (Leite & Castro, 2019).

---

#### 5.1.4 “Quem tem cu tem medo”. O medo disseminado e o engajamento de Fátima

*“Quem tem cu tem medo, a famosa frase. Quem entendeu tava com medo. Se você não tá com medo é porque você não entendeu ainda.”*

(Fátima, 29 anos, mulher sapatão negra)

Esse ditado popular em forma de subtítulo desta seção é um regionalismo frequentemente pronunciado na região Nordeste e afirma o caráter democrático do medo pela metáfora do cu (nomenclatura popular para o ânus): todas as pessoas possuem ambos. Essa “famosa frase” foi utilizada por Fátima<sup>143</sup> para falar de sua experiência do período eleitoral de 2018. Fátima é uma entrevistada de 29 anos que se reconhece, do ponto de vista da identidade gênero, como uma mulher cisgênero, como ela mesma me explica: ela se reconhece no sexo que lhe foi atribuído em seu nascimento. Do ponto de vista da sexualidade, ela se identifica como sapatão. “*E é ‘sapatão’ mesmo, né ‘lésbica’, não!*”, Fátima assim o reivindica. Para essa entrevistada, o termo lésbica é vazio de sentido, pois não diz de sua vivência. “Sapatão” é a maneira como ela compartilha e afirma politicamente a experiência do desejo por mulheres. É desse modo que ela se reconhece e é reconhecida pelas pessoas de quem ela é próxima. “Sapatão” seria mais acessível a todas e todos, ela me explica, enquanto “lésbica” seria um termo higienizado.

Seus posicionamentos relacionados à sexualidade não são as únicas bandeiras de suas lutas sociais. A afirmação de seus combates políticos passa também pelas autodesignações que marcam posições de sujeito numa sociedade racista, como a nossa. Fátima se identifica como mulher negra de pele clara, em função de certas características físicas como sua pele marrom clara e seus cabelos crespos e cacheados, mas também vis-à-vis à forma como ela se reporta hoje às memórias que organizam sua narrativa de vida.

*“É engraçado tudo isso, né, porque a memória também é construída, é assim como você de alguma forma se torna negra, não é como se eu sempre me reconheci enquanto negra”,* reflete Fátima. Essas ideias valorizam a forma como seu engajamento nas lutas feministas e antirracistas de hoje lhe permitiram produzir reflexões críticas, por exemplo, no que diz respeito às suas relações parentais, como no trecho em seguida: *“Eu sou uma filha preta numa família branca; minha família é toda branca. Minha mãe é branquíssima, eu diria, do olho claro, assim como a grande maioria da*

---

143 Em homenagem à militante feminista, negra e lésbica Íris de Fátima da Silva (Quadro 18).

*minha família materna. Mas meu pai é negro, né*". As questões raciais se cruzam ao seu posicionamento feminista, quando ela reflete sobre o abismo que separa o grau de investimento parental de sua mãe e a ausência de seu pai:

*Fátima: Eu nunca convivi com a família do meu pai, né. Fui uma filha bastarda, é, meu pai era casado, eu sou a primeira filha dele, mas ele tem dois outros filhos que são dessa esposa. E aí eu fui, na verdade, uma filha bastarda. E, detalhe, ele é preto bem retinto e minha mãe é bem branca, assim. E, enfim, outro padrão, né, que a gente chama de "palmitagem", é o famoso "palmiteiro", mas, enfim...*

Durante meu trabalho de campo, eu pude muitas vezes me identificar com as narrativas produzidas pelos meus entrevistados e pelas minhas entrevistadas, o que marcava a aproximação entre suas experiências e a minha própria. No que concerne a Fátima, o fato que ela não viveu uma relação com seu pai biológico é um exemplo. Por outro lado, meu desconhecimento do léxico das lutas de Fátima expunha meu privilégio, como pesquisador de pele branca, pelo fato de não ter vivido o racismo que lhe concernia. Uma ponderação que não teria sido possível sem a minha aproximação às reflexões, nem que eu tivesse levado em conta neste trabalho as contribuições, do pensamento feminista negro aos saberes situados (Collins, 2019). Assim, diante do meu ar de surpresa e de minha reação, "*Desculpa, eu não sou familiarizado com o termo*", ela me explica:

*Fátima: É uma expressão "palmiteiro". "Palmiteiro" são homens negros que se relacionam... Quando podem escolher, escolhem com mulheres brancas e preterem mulheres negras. Aí, quando mais retinta, mais sofre. Essa é uma pauta no movimento negro, assim, sobretudo de mulheres negras, que falam sobre a "palmitagem", né, e a solidão da mulher negra, porque o homem negro ainda pode escolher, mas a mulher negra, não. Ela inclusive luta pelo direito de ser mãe, luta pra ter direito a tá num relacionamento. Mas, enfim, a partir desse olhar, meu pai era um famoso "palmiteiro" [risos]. E a mulher dele, a esposa dele, também é branca. Então, assim, não à toa, né assim, vai embranquecendo. Assim, eu sou negra de pele clara.*

O relato sobre seu pai e mãe permitiram que ela descrevesse, desse modo, suas origens socioeconômicas, que ela apresenta como pobres. Sua mãe, que a criou sozinha, nasceu em Princesa Isabel, no estado da Paraíba, situado na fronteira norte de Pernambuco, e viveu em seguida em Sertânia, no interior desse último. Essas são cidades do Sertão do Nordeste do Brasil, uma região caracterizada pela sequeidão do clima semiárido e pela pobreza de sua população. Fátima nasceu na Grande Recife,

também conhecida como Região Metropolitana do Recife (RMR), no município de Jaboatão, segunda cidade em extensão da RMR, onde ela morou durante quase toda a sua vida.

Fátima tem suas primeiras experiências com mulheres no final do ensino médio, quando é aprovada no vestibular, aos 18 anos. Isso não se coloca necessariamente como um problema em si para ela, em função da aceitação dessas experiências pelo seu grupo de amigo·as, comum entre a escola e a vizinhança, cujo·as membro·as ela qualifica como “excêntrico.as”, “exótico.as” ou mesmo “excluído.as da sociedade”. Ela me explica ainda que se tratava de uma escola privada, que trabalhava na perspectiva de Paulo Freire<sup>144</sup>, frequentada principalmente pelo·as filho·as de famílias de figuras políticas, artistas e cineastas locais de classe econômica abastada. Não era esse o caso de Fátima, cujos estudos eram financiados pela pensão de sua avó, de quem ela cuidava em troca.

O problema se coloca posteriormente no contexto familiar. No início de seus estudos universitários, ela se vê obrigada a mudar-se e morar com uma de suas tias, mais conservadora. Embora ela cultive uma relação de cumplicidade com sua mãe, ela se torna incapaz de exercer a função parental de cuidado, pois desenvolve sérios problemas psiquiátricos e é enviada ao interior do estado para receber tratamento e morar numa instituição para pessoas com problemas de saúde mental. Estando na casa de sua tia, Fátima vê sua vida se tornar um inferno. Esse cenário de sofrimento só tem fim quando Fátima começa a se tornar financeiramente autônoma, quando termina os estudos e deixa a casa de sua tia. É também o período em que sua mãe, tendo um quadro mais estável, retorna ao Recife e Fátima volta a morar com ela.

Atualmente, Fátima mora com amigas e colegas de profissão no centro do Recife, no famoso bairro LGBTQIA+ da Boa Vista. Ela se situa hoje no que ela nomeia, de maneira mais ampla, de “classe média”, ou seja, ela pôde acessar o ensino

---

144 Paulo Freire foi um educador brasileiro que cultivava até hoje uma grande influência na perspectiva educacional do país. De acordo com esse autor, a aprendizagem não se dá pela repetição de convenções de uma educação formal – ler, escrever, calcular –, mas a formação deve visar principalmente à estimulação de um senso crítico (Freire, 1986). Isso significa que não basta ensinar as pessoas a reproduzir os modelos, mas se deve colocá-los em questão, senão pensar maneiras mais adaptadas de aprender sobre o mundo ou ainda reinventá-lo. Para tal, é necessário fornecer aos aprendizes as ferramentas necessárias. Nessa perspectiva, a relação entre aluno·as e professora·as reside numa troca dialética e horizontal. Dito de outro modo, as pessoas que estão em formação não são um depósito de conhecimento, mas participam ativamente dessa relação com os seus próprios saberes. O método pedagógico, segundo Paulo Freire, busca fazer da·os aluna·os futura·os cidadã·os, capazes de lidar com questões complexas do cotidiano, tanto de suas vidas como do mundo social. Ao invés de simplesmente reproduzir o *status quo*, esse·as aluno·as o reexaminam e propõem formas novas e mais igualitárias de existir no mundo.

superior, obtendo uma graduação e um mestrado em Psicologia na UFPE, instituição na qual nós nos conhecemos, quando éramos colegas no grupo de pesquisa GEMA. Após sua formação acadêmica, ela se especializou na clínica e fundou uma clínica de psicoterapia com algumas de suas colegas também psicólogas. Essa instituição é reconhecida pelo engajamento feminista das profissionais e por ser um espaço acolhedor aos grupos social e politicamente minorizados.

O seu posicionamento político e sua experiência como mulher negra e sapatão fizeram de Fátima um alvo particular da violência política LGBTfóbica que marcou a eleição presidencial de 2018:

Diego: *Como foi que tu vivenciaste o período das eleições de 2018?*

Fátima: *Nossa senhora! [Suspiro forte] Foi muito triste! [Suspiro] Muito triste. [Silêncio] Foi tipo... Eu lembro que eu tive medo de ver o resultado na rua, porque o clima era muito tenso, né. A gente já não tava mais podendo fazer campanha assim. Tipo, existia um medo real de sair de vermelho. [...] Por exemplo, eu fiquei com medo de andar de mãos dadas na rua, pra mim isso já é LGBTfobia. Né me senti completamente intimidada, ameaçada, porque é isso, ser gay, lésbica, bissexual, negra no Brasil virou uma ameaça. “Fique na sua!” Agora é assim aqui. Eu não consigo te localizar numa situação, porque pra mim essa violência é cotidiana, mas o que eu percebo de diferente é como isso se intensificou. [Diz ironicamente:] A gente dizia antes que no Brasil não tinha crime, né, “A gente não é homofóbico!”, mas é o país que mais mata [LGBTQIA+]. “A gente não é racista!”, mas a gente assassina uma negra liderança que ascendeu [referindo-se a Marielle Franco]. Então é isso. O que a gente velava a gente explicitou. [...] A guerra já tava declarada, ela só foi nomeada. [...] Se antes a gente dizia que não existia violência, agora a gente explicitou quem é que faz e quem é que sofre.*

Ela fala das mulheres, da população negra e LGBTQIA+, todos e todas tendo se tornado inimigos a serem combatidos, pois associados à esquerda, ao PT e à cor vermelha. Como ela explica em seu relato, não é que o Brasil tenha se tornado do dia para a noite LGBTfóbico, mas sua LGBTfobia foi exposta.

---

 **PERFIL D'**  
**IRIS DE FÁTIMA**

Íris de Fátima da Silva é uma ativista feminista, negra e lésbica, que fez a história do movimento LGBTQIA+ nacional, no estado de Pernambuco. Nascida em João Pessoa, na Paraíba, em 1º de setembro 1963, Íris de Fátima mudou-se para Pernambuco em 1986, onde vive até hoje, no município de Jaboatão dos Guararapes. Desde 1991, é funcionária pública do Governo do Estado, onde foi pioneira na proposição de ações visando à singularidade na assistência do público LGBTQIA+ no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Iniciou seu engajamento pela igualdade social trabalhando com mulheres lésbicas e bissexuais dos bairros periféricos do Recife. Isso se dá, por exemplo, através da realização de eventos lúdicos, como torneios de futebol feminino, e de grupos de discussão e apoio em locais como a associação de moradores da Vila do Ipsep, a Praia do Pina e o Quartel da Polícia Militar, no Derby. Representando o Grupo Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana (AMHOR), Íris de Fátima compôs a coordenação colegiada do Fórum LGBT de Pernambuco. No âmbito do Fórum LGBT, Íris participou da construção da primeira Parada da Diversidade de Pernambuco, que desfilou na Avenida Conde da Boa Vista, em 28 de junho de 2002. Dez anos depois, em 2012, eu pude participar da organização da 11ª edição desse evento, e Íris de Fátima ainda era uma das responsáveis por sua realização. Ela foi membro ativo dessa instituição desde sua fundação, até o ano de 2015. Seu pragmatismo e vitalidade, bem como seu bom humor e assertividade, dos quais experimentei durante o período em que trabalhamos juntos, foram indispensáveis para sucesso das ações do Fórum LGBT e para o avanço do movimento social LGBTQIA+ na região. No ano de 2019, ela foi a primeira militante lésbica a receber o título de cidadã pernambucana, das mãos do Deputado Estadual Isaltino Nascimento (PSB), por meio da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Atualmente é Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT. Íris de Fátima continua sendo, até hoje, um pilar do movimento social e das lutas pelas pessoas LGBTQIA+ no nosso estado e no nosso país. Fontes: (Diário de Pernambuco, 2019; Folha de Pernambuco, 2019; GEMA et al., s. d.).

---

### 5.1.5 “Até que chegou a era Bolsonaro, e aí as máscaras caíram”. Demétrio denuncia uma violência legitimada e desnudada

*Então, porque, antes, é... Todo mundo, eu acho que... Todo mundo era discreto, né? Sei lá, não falava por algum tipo de, não sei, medo de mostrar o seu preconceito ou de falar o que você pensa. Na Era Bolsonaro não, é... Bolsonaro dizia o que queria, ficava por isso mesmo e todo mundo começou a fazer isso também: “Ah, eu vou falar! Pra ele que é candidato não tá dando nada, por que pra mim vai dar, né? E aí todo mundo começou a demonstrar suas opiniões preconceituosas, racistas, enfim...*

(Demétrio, 27 anos, homem trans, vendedor ambulante)

As declarações impunes de Bolsonaro davam autorização aos seus apoiadores e apoiadoras para se alinhar ao discurso dominante e para tirar seus preconceitos do armário. “Bolsonaro dizia o que queria, ficava por isso mesmo e todo mundo começou a fazer isso também”, denuncia Demétrio<sup>145</sup>, um homem trans de 27 anos, de cor de pele negra. Demétrio não cresceu em uma família religiosa, mas hoje em dia é praticante do Candomblé. Ele estudou até o ensino médio. Ele havia trabalhado recentemente num dispositivo do Estado que oferece serviços de saúde para a população LGBTQIA+ do município de Camaragibe, onde Demétrio cresceu e viveu toda a sua vida e onde mora até os dias atuais. Ele mora com sua esposa e o filho de sua companheira, do qual ele assume a paternidade. Estando fora do mercado formal de trabalho, ele garante sua renda no comércio ambulante nos transportes públicos do centro do Recife.

Para essa entrevista, havíamos combinado de nos encontrar na quarta-feira, dia 17 de julho de 2019, por volta das 15h, no Shopping Boa Vista, situado nos arredores de seus pontos de trabalho. Ele estava acompanhado de sua esposa e filho pequeno, que estavam sentado-as numa mesa da praça de alimentação enquanto eu me dirigia ao local. Era a primeira vez que eu o via. Eu havia chegado até ele através de um antigo colega do Fórum LGBT-PE, instituição que ele integrava representando o Movimento Rua, do qual Demétrio era igualmente membro. Para que eu pudesse reconhecê-lo, Demétrio me envia uma foto de seu rosto pelo *WhatsApp*. Essa foto havia sido feita enquanto ele estava trabalhando nas ruas. Como era habitual, era um dia ensolarado, quente e úmido em Recife, e o brilho aparente em sua pele deixava transparecer o suor do seu dia laborioso. Quando nos encontramos, ele propôs que fôssemos ao local de uma associação situada a algumas ruas de onde estávamos. Embora essa

---

<sup>145</sup> Nome fictício escolhido em memória de Demétrio Campos (Quadro 19).

associação não fosse especialmente LGBTQIA+, ele conhecia algumas das pessoas que trabalhavam nessa instituição, que dispôs de uma sala para que nossa entrevista pudesse ter lugar, bem como um espaço para que sua esposa e filho pudessem nos aguardar com mais conforto.

A razão pela qual eu havia solicitado uma entrevista com Demétrio, além do fato que ele se identificava com os sujeitos que a sigla LGBTQIA+ tende a representar, era o fato de que ele havia sido o alvo de uma ameaça de agressão durante o período eleitoral, que ele narra na passagem abaixo:

*Demétrio: Eu levei uma carreira também aqui na Boa Vista. É, de vários... De vários caras assim. Eu não sei o que eles perceberam em mim. Eu não sei se perceberam que eu era trans. Eu não sei que danado foi. Eu não sei se eles pensaram que eu era um gay afeminado. Não sei. Não sei. Eles começaram a gritar “Bolsonaro!” e correr atrás de mim.*

*Diego: Como foi que tu percebeste que era contigo?*

*Demétrio: Porque só tinha eu na rua. Já era um pouquinho, tipo, era umas nove horas já. Eu tava saindo de alguma ação de militância, coisa do tipo, alguma reunião, e eu tava só. E aí eles passaram por mim, né, uns de um lado e outros de outro. E aí eles começaram a falar coisas entre eles. E aí começaram a gritar: Bolsonaro! Bolsonaro! Aí quando eu olhei pra trás, eles estavam vindo andando rápido em minha direção. E aí quando eu olhei que eles estavam andando rápido eu comecei a correr, e eu nem apressei os passos, eu corri. E eles correram atrás de mim. [...] Eles falavam coisas, só que eu só escutei mesmo, assim, só absorvi a palavra... só absorvi o nome Bolsonaro. E era alguma coisa “vai matar”, alguma coisa assim, e aí eu saí correndo. “Vai acabar”, era uma coisa assim. E aí eu disse: “eu não vou esperar, não! Eu vou só correr, eu não vou esperar. Eu vou correr.” E aí eu saí correndo. Eu não vi como foi que eles voltaram. Enfim... Eu nem sei se, depois que eu corri, eles correram até certo ponto. Eu não olhei para trás, eu só corri! Eu não olhei para trás, eu só corri!*

Demétrio traz um novo exemplo da transfobia política. Novamente, a morte e o fim haviam sido declarados, para não dizer vociferados publicamente nas ruas da Boa Vista. Seu relato, por um lado, reitera certos aspectos já mencionados por outro-as entrevistado-as e, por outro lado, adiciona um elemento importante. Ou seja, se a normalização e legitimação da violência das declarações do candidato da extrema-direita encorajava as LGBTfobias a expor seu rosto nas ruas, ela fazia também “caírem as máscaras” nas relações do dito privado.

Demétrio: *Até que chegou a era Bolsonaro, e aí as máscaras caíram. As pessoas falavam comigo, que tinham aproximação comigo, começaram a postar coisas em relação a Bolsonaro e tipo, falando sobre a “ideologia de gênero”, já dando a entender... Se referindo a mim mesmo, sabe? Chamando de aberração e tal. Era direcionado. Falavam no grupo, no grupo da família, eu me retirei, por exemplo. Ficavam mandando coisas da “ideologia de gênero”. Todo mundo sabia que eu estava naquele grupo.*

Aquilo que me relatava Demétrio fazia eco à minha entrevista com Sandro, que também havia compartilhado a sua experiência no que tange a esse aspecto.

Diego: *Pensando a tua experiência, tu acha que mudou alguma coisa em relação a ser LGBT no Brasil hoje depois da eleição de Bolsonaro?*

Sandro: *Eu acho que foi um divisor de águas muito profundo essa campanha. Eu digo que essa campanha tem dois lados, que dá pra a gente olhar até por um lado positivo. Ela mostrou pessoas que defendem ideias monstruosas, mas que estavam escondidas, e que um presidente eleito defendendo essas ideias fez com que essas pessoas saíssem do armário. Abriu as portas do armário pra essas pessoas poderem falar das monstruosidades, falar as loucuras delas de forma mais livre e aberta, porque o chefe do Estado, o chefe do Brasil comunga com aquilo e agora eu posso falar abertamente o que antes não poderia, porque eu não posso falar essas asneiras. [...] Foi um grande divisor de águas por isso, porque a gente viu a maldade das pessoas, a estrutura doente das pessoas.*

A hipocrisia que Demétrio e Sandro denunciam foi desnudada na esfera pública, nos atos de violência de parte do-as apoiadore-as da extrema-direita e seu candidato, bem como na esfera do privado, na qual o campo de batalha privilegiado eram os aplicativos de mensagem instantânea, como o *WhatsApp*. As LGBTfobias mostraram que, mais do que nunca, o pessoal era político.

---

 **PERFIL DE  
DEMÉTRIO CAMPOS**

Demétrio Campos foi artista, bailarino, modelo e militante LGBTQIA+. Demétrio se entregou à morte aos seus 23 anos, no dia 17 de maio de 2020, data na qual se comemora o dia internacional de luta contra as LGBTfobias. De uma família de Taimos, no Rio de Janeiro, ele habitava na periferia de São Paulo e falava frequentemente nas suas redes sociais sobre a experiência de viver como um homem trans negro da periferia. Sua morte repercutiu nacionalmente nas redes sociais e nas mídias alternativas de esquerda e fez reviver o debate sobre a saúde mental da população LGBTQ+, principalmente a mais vulnerável, como é o caso da população trans, negra e que vive na periferia. Demétrio experienciava o amálgama dessas vulnerabilidades, e suas publicações nas redes sociais testemunhavam suas lutas cotidianas. Numa dessas publicações, ele havia escrito: “Morar em periferia é um desafio pra construção da masculinidade do homem preto ainda mais por ser um lugar hostilizado. [...] Em uma sociedade racista, o homem negro traz a escravidão impressa em seu corpo e com ela vários atributos associados aos criados ‘supermasculinos’” (D. Campos, 2020). Nossa sociedade transfóbica, mas também racista e classista, matou Demétrio Campos. Fontes : Karol Gomes (2020), Ralph Duccini (2020) e Victor Carvalho (2020).

---

### 5.1.6 “Era violência todo dia”. *WhatsApp, a arena virtual de uma batalha real*

Os grupos nos aplicativos de mensagens, principalmente o *WhatsApp*, foram um dos campos de batalha onde se praticava e se propagava a violência, sentida pelas vítimas de modo tangível. Por um lado, a mídia mostrava como esse tipo de rede social era amplamente utilizada na proliferação de notícias falsas entre os candidatos implicados na guerra eleitoral, bem como na difusão de discursos de ódio (Fioratti, 2018; P. C. Mello, 2018). Por outro lado, durante as eleições a distância ou posteriormente, no campo, eu podia observar os desdobramentos desses discursos de ódio no depoimento dos meus entrevistados e das minhas entrevistadas. As eleições mostraram que o pessoal era tão político quanto o público, mas também expuseram a porosidade das fronteiras que se habituou a estabelecer entre virtual e real.

Como havia sido descrito por Demétrio, a violência não vinha unicamente do-as desconhecido-as. Além das agressões explícitas nas ruas, esse entrevistado me relatou como ele havia vivido a discriminação no assédio cotidiano da parte de pessoas da sua família. Ele não foi o único. Essa experiência é igualmente relatada por Fátima, na colérica passagem abaixo:

Fátima: *No meu grupo, assim, eu falava, minha prima colava comigo [no sentido de concordava]. Eu nunca conseguia deixar passar violência, porque me incomodava, me afetava, eu tinha que falar, mas virou uma coisa assim de desgaste de energia. Todo dia era um textão, todo dia era um textão. E, assim, ver o silenciamento das pessoas, ver as pessoas fazendo pouco caso assim. Vendo o que é que tá acontecendo no país e passando pano [no sentido de minimizar], porque é sobrinho, vai tomar no cu! Não sou obrigada! Depois que eu saí vieram me perguntar, eu disse “não sou obrigada”, “pra mim grupo de família é pra ver foto fofo de bebê”, nem isso tinha mais. Pra eu ficar me sugando, vai te fuder! “Vou virar voto na rua que dá mais futuro que ficar me trocando aqui, sabe”. E me desgastava porque todo dia era uma violência. Tu falando agora e eu não lembrei, mas no grupo da família todo dia eu sofria violência de alguma coisa, de alguma coisa. Eram todos os dias. Eu falei tanto na terapia, “eu vou sair desse grupo sem culpa”, mas foi violência todos os dias. [...] Por exemplo... [suspiro profundo]. Acompanhei o caso, lembrei agora, de uma amiga de um amigo próximo. [...] Ela foi agredida num bar, por um casal, porque ela falou do PT, e ela foi agredida gravemente, as câmeras filmaram, saíram notícias. Eu tinha falado que eu não lembro, mas aí eu vou falando e lembrando de coisas absurdas que acompanhei, tipo próximo. Enquanto eu tava acompanhando isso, tipo, esse meu amigo, eu deixei ele na casa dela, tipo ela tinha uma filha, mas ela ficou completamente deformada. Foi aqui num bar. E ela não reagiu, não foi assim, não, a galera foi pra cima dela. Estavam rolando coisas desse tipo. E ela ficou completamente deformada, cheia de hematomas. E [esse meu amigo] deu um suporte, ela tinha uma filha. E aí enquanto eu tava acompanhando essa história com um amigo meu, no grupo da família uma galera dizendo que era mentira, que era fake news. Eu fiz, “minha gente, vocês tão enlouquecendo, eu tô com o caso aqui em casa”. Eu lembro que eu o levei pra comprar os remédios na farmácia e deixar ele na casa dela. E a gente falando desse clima hostil, desse medo de ser agredido nas ruas, e a família dizendo que era fake news. Vai tomar no cu! [...] Isso pra mim era violento, podia ser comigo, tá entendendo? E aí ele dizendo [no grupo do WhatsApp da família]: “Vai trabalhar, Fátima. Quem é de direita tá trabalhando”. “No mínimo ela fez alguma coisa”. Tipo assim, “porque quem tava apanhando na rua fez alguma coisa pra merecer”. Era isso todo dia.*

Esse-as entrevistado-as descreviam que eram compartilhados nos grupos dos quais ele-as faziam parte muitas imagens (em formato de *memes*), vídeos e textos. O conteúdo era frequentemente ofensivo e nomeava as pessoas LGBTQIA+, por exemplo, de “abominação” ou de “aberração”.

Os temas das imagens, vídeos e textos mobilizavam principalmente o sintagma “ideologia de gênero”, que foi um instrumento privilegiado para criticar e atacar violentamente as LGBTQIA+. Esse tipo de conteúdo era normalmente compartilhado nos grupos de conversação da família dos meus entrevistados e entrevistadas, no aplicativo *WhatsApp*. Todavia, ele-as eram, normalmente as únicas pessoas abertamente lésbicas, gays, bi ou trans desses grupos. Embora as mensagens não fossem endereçadas a ele-as, elas lhes concerniam diretamente.

Uma outra entrevistada, que eu nomeio aqui de Marielle<sup>146</sup>, também descreveu uma experiência similar:

*Marielle: E fora, assim, grupo de WhatsApp. Saí de vários. Saí dos grupos da minha família. Porque tinha o grupo da família. Tinha não, tem. Eu é que não estou mais nele. Grupo da minha família por parte de pai, grupo da minha família por parte de mãe, eu saí dos dois. Saí de outros grupos de amigos de longas datas, por conta de coisas, assim, que foram aparecendo e que, assim, ficou impossível continuar. E em determinado momento era coisa, assim, de manter minha sanidade mental mesmo. Eu tava surtando, eu tava ficando estressadíssima com essas coisas e a opção foi sair.*

*Diego: E o que era que aparecia?*

*Marielle: Essas discussões. Você acaba percebendo que no fundo é tudo da boca pra fora, eu te aceito, mas... Aquele famoso “eu te aceito, mas...”. E na maioria não era nem coisas voltadas para a homossexualidade ou coisas LGBT geral, era muito questões de direitos humanos mesmo. Então, o discurso desse presidente [Jair Bolsonaro] que está aí e as pessoas se sentiram empoderadas pra poder falar o que realmente acreditam e pensam, né.*

*Diego: E as pessoas que falavam, usavam o presidente [Jair Bolsonaro], que na época era candidato, como referência? Houve alguma situação dessas direcionadas pra ti?*

*Marielle: Total. Várias vezes.*

*Diego: Por quem? Em que contexto? Como foi isso?*

*Marielle: Familiares, primos, etc. Não é aquele texto direto, né, mas é uma figurinha que vem aleatoriamente. Figurinhas, vídeos supostamente aleatórios que vêm no*

---

<sup>146</sup> Marielle Franco, a quem homenageio pela utilização de seu nome como pseudônimo, tornou-se um símbolo internacional da luta contra as injustiças sociais, o racismo e as LGBTQIfobias no Brasil. Ver Quadro 20.

*meio da mensagem quando você tá no meio daquela discussão. Em alguns momentos é muito subliminar, né, a informação. Em outros, foram diretos.*

Diego: *Tu lembra de algum específico?*

Marielle: *Foi tanta coisa, Diego. Tem o meu primo de Natal que é por parte da minha família de pai que era uma loucura, assim, o WhatsApp com ele era uma agressão, mas, assim, sempre no formato de figuras, de memes, de vídeos, de tal. Ele não falava. Mas era bombardeio 10, 20, 30 vídeos. Eu não abria, mas eu sabia o conteúdo. Algumas frases você consegue ler sem baixar. E era direcionado. Eu era a única [bissexual] naquele grupo, eu e minha prima, que até hoje tem estômago pra continuar lá, mas era direcionado, porque éramos as únicas contrárias àquilo ali.*

Diego: *E essas frases eram enaltecendo Bolsonaro, atacando pessoas LGBT, ou os dois?*

Marielle: *Os dois. Não só pessoas LGBT, mas [atacando] os direitos humanos de forma geral, e também em relação à esquerda. Então embutido nesse discurso de PT não, jamais não, vinha tudo o que o atual presidente, que eu não gosto nem de chamar o nome dele, prega né. E aí ficou muito claro de que a construção do que é esse cara na presidência deixou livre para que as pessoas externem o que elas realmente pensam e acham que deveria ser, né.*

Esses relatos falam de agressões e do assédio nos grupos de mensagem da família e de amigo-as, bem como de um sofrimento no nível da saúde mental. Algun-mas dele-as, como Fátima, partiam para o enfrentamento. Outros, como Demétrio, preferiam se resguardar. Para não ter que se submeter a esse tipo de agressão sistemática, Demétrio, Fátima e Marielle fizeram todo-as a mesma escolha de se retirar desses grupos no *WhatsApp*. De uma maneira ou de outra, essa situação foi vivida de forma bastante violenta e produziu relatos de muito sofrimento.

Além dos ataques vividos nos grupos de mensagem, Marielle também testemunhou outros episódios de violência. Porém, o olhar crítico que ela lança sobre essas experiências pôde me ajudar a ampliar a compreensão dessa onda LGBTfóbica.

---

 **PERFIL DE  
MARIELLE FRANCO**

Marielle Francisco da Silva, nascida em 27 de julho de 1979 no Rio de Janeiro, foi assassinada a tiros em 14 de março de 2018, no interior de seu veículo, junto com o seu motorista Anderson Pedro Gomes. Mulher feminista, negra, vinda da periferia e bissexual (antes de sua morte, ela foi casada com Mônica Tereza Benício), Marielle ganha visibilidade por seu combate à desigualdade social, racial e de gênero e, como vereadora da cidade do Rio de Janeiro, filiada ao PSOL. As razões de seu assassinato ainda são pouco conhecidas. Portanto, seus colegas de partido – como o ex-deputado federal JeanWyllys, Marcelo Freixo, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, e Guilherme Boulos, candidato à presidência em 2018 e à prefeitura de São Paulo em 2020, pelo PSOL – denunciam uma represália pela sua luta de encontro à violência policial contra a população negra e sua oposição às milícias nas favelas do Rio. Em março de 2019, o policial militar reformado Ronnie Lessa e o ex-policial militar Élcio Queiroz foram presos como suspeitos da autoria da execução dos disparos que tiraram a vida de Marielle e Anderson, o motorista que a acompanhava (Barreira & Coelho, 2019). Em meados do final de 2019, a TV Globo evocou uma possível ligação entre o assassinato de Marielle e o presidente Jair Bolsonaro (Guimarães et al., 2019). De acordo com o porteiro do condomínio onde a família de Bolsonaro reside, um dos suspeitos teria ido ao condomínio e teria dito que iria à “casa de seu Jair”. Após o evento ter mobilizado o debate público e as mídias nacionais, a testemunha voltou atrás em sua declaração. No entanto, as suspeitas que miravam o presidente se intensificaram no momento em que o seu antigo ministro da justiça, o ex-juiz Sérgio Moro, renunciou ao seu cargo, pois, segundo ele, o presidente teria tentado interferir no comando da Polícia Federal do Rio de Janeiro, órgão responsável pela investigação do assassinato de Marielle e Anderson. Além disso, esse tipo de interferência da parte do presidente é proibido pela lei brasileira. O caso continua sem resolução e a memória de Marielle permanece como uma das inspirações de grupos que se identificam com as lutas pelas quais ela militou em vida. Seu nome se tornou, nas suas bocas, uma palavra de ordem, “*Marielle presente!*”, e uma interrogação, “*Quem mandou matar Marielle, e por quê?*”.

---

### 5.1.7 “Esse pânico também tá sendo construído”. Marielle denuncia os benefícios políticos da espetacularização do terror

Marielle, 43 anos, identifica-se como mulher cisgênero e bissexual. Ela já viveu relações amorosas de longa duração tanto com homens como com mulheres. Marielle estava, no momento da entrevista, em uma relação estável com uma mulher há 6 anos. Nossa entrevista aconteceu no fim da tarde, no dia 9 de julho de 2019, num café, que ela mesma escolheu, situado num bairro da parte considerada nobre do centro do Recife.

Minha entrevistada é graduada em Serviço Social e é especialista em saúde mental e políticas públicas em álcool e outras drogas. Ela diz não ter nenhuma religião nem crença. Ela nasceu em Recife, onde seu pai e mãe viveram desde então e vivem até os dias atuais. Seu pai foi da área da tecnologia da informação e sua mãe deixou seu trabalho externo e remunerado para cuidar da família, o que se deu após o nascimento de seu irmão, o segundo dos filhos e filhas. Ele-as são três no total, um homem e duas mulheres, Marielle sendo a mais velha. Ela nasceu num contexto financeiro confortável, que lhe permitiu realizar seus estudos em instituições privadas, o que não foi o caso de seu irmão e irmã, pois, ela conta, a situação financeira se degradou. Segundo Marielle, o fato de que ela esteve, em diferentes momentos de sua vida, em relação com homens e, em outros, com mulheres nunca foi colocado como uma questão por seu pai, mãe, irmã e irmão.

Minha relação com essa entrevistada precede essa entrevista e mesmo o início da minha pesquisa de doutorado, pois havíamos nos conhecido anteriormente num contexto universitário. Nós havíamos, assim, desenvolvido uma relação amigável e nossas trocas eram frequentemente relacionadas aos nossos trabalhos universitários ou à política, que sempre tocava as questões ligadas às pessoas LGBTQIA+. Marielle ocupa atualmente uma vaga na gestão de uma das políticas dirigidas à saúde pública desse grupo no estado de Pernambuco.

Ela é igualmente engajada politicamente pelos direitos humanos, questões igualdade social e na luta feminista. Durante o período que precedeu o segundo turno da eleição presidencial de 2018, ela esteve bastante ativa nas redes sociais e fazia inúmeras publicações contra o candidato vinculado à extrema-direita. Ela se engajou igualmente na campanha de “vira-voto”, movimento encabeçado pela esquerda brasileira que buscava o diálogo com os eleitores e eleitoras de Jair Bolsonaro (com quem era possível estabelecer um diálogo) e com as pessoas indecisas quanto ao seu voto e redirecionar seus votos para o candidato Fernando Haddad. Foi nessa

ocasião que eu retomei o contato com ela, da França, por meio do aplicativo *Facebook Messenger*, e que ela pôde me relatar seu sentimento vis-à-vis à sua experiência do contexto político local.

*Tá foda*

*Puxado demais amigo*

*Eu sinceramente tô louca que domingo chegue e que essa etapa passe seja lá o que vier*

*Muita gente pirando*

*Eu tô bem na medida do possível. Tenho tentado me manter atuante, mas até um certo limite.*

*Mas durmo mal e tô bem cansada*

*Andar de ônibus tem sido um exercício*

*As conversas*

*O povo brigando*

*Já aconteceu de parar na parada e um cara gritar pra dois gays “dia 1 essa viagem acaba”*

*E por aí vai...*

(Marielle, por *Facebook Messenger*, em 24 de outubro de 2018)

Essas mensagens traduzem o sentimento de fadiga emocional compartilhado pela maioria das pessoas no Brasil com quem eu estive em contato nesse período. Marielle também foi alvo da intimidação e da hostilidade de eleitores (tratava-se, de fato, de dois homens) do candidato da extrema-direita. Embora ela carregue os privilégios da cor de pele branca, a violência a captura através do cruzamento com outras lógicas de opressão, como o sexo, o gênero e a orientação sexual. Nós tivemos a oportunidade de retomar esse acontecimento e outros temas durante nossa entrevista, no terraço de um café no bairro dos Afritos. Curiosamente, a “aflição” era um dos sentimentos abordados na nossa entrevista.

*Diego: Como é que foi ser mulher bissexual, ser Marielle, durante esse processo de, tipo, Bolsonaro crescendo nas pesquisas, etc. Como foi isso pra ti? Como foi que tu viveste isso?*

*Marielle: Bem tenso, né, porque eu sou bissexual, no momento tenho uma relação com*

*uma mulher há 6 anos, né, vai fazer 6 anos. Então essa questão do apagamento da bissexualidade também fica... No momento eu sou uma mulher lésbica pra maioria das pessoas. Isso é o que conta, o que vê é o que conta. Assim, é bem tenso, foi bem tenso, em vários aspectos, no contexto familiar, no contexto de trabalho, no dia a dia, mesmo assim, de modo geral os ânimos ficaram muito acirrados. De modo geral, e isso foi bem complicado. Agora tá mais calmo, mas no período eleitoral foi bem tenso.*

*Marielle: Trazendo para a prática, tu conheces ou viveu alguma situação em que tu te sentiste em vulnerabilidade pelo fato de tu seres uma mulher bissexual ou identificada como mulher lésbica?*

*Marielle: No dia da eleição do primeiro turno, eu tava indo votar e eu tava com uma camisa que era do arco-íris e dois homens pararam na calçada e ficaram esperando que eu passasse. Assim, eles abriram para que eu passasse entre eles, e foi bem ostensivo, assim. Não foi uma coisa, tipo, abriram porque me deram licença. Ficaram me encarando o tempo inteiro e... Eu não saí da calçada, eu decidi enfrentar, mas, assim, foi tenso, porque eles abriram pra eu passar. E quando eu passei, ainda ficavam olhando.*

*Diego: Com intimidação?*

*Marielle: Intimidação total!*

Esse episódio aconteceu precisamente no domingo do primeiro turno das eleições. A competição, já constitutiva do contexto eleitoral, foi elevada aos extremos naquele ano. O fato que Marielle usava uma camiseta com um arco-íris era um indicador simbólico desse contexto. Em reação ao nacionalismo estampado pela extrema-direita que ostentava a bandeira brasileira e suas cores, as pessoas que se opunham a elas, principalmente militantes de esquerda, haviam usado no dia da votação as cores que simbolizam seus valores: a cor vermelha, o violeta do feminismo e o arco-íris. Algumas usavam camisetas e adesivos nos quais estavam escritas frases que haviam se tornado slogans, como “Ele Não”. Outras encarnavam a abjeção nos seus corpos. Marielle, uma mulher, que, apesar da cor de pele branca, exibia tatuagens em seus braços e usava uma camisa com o símbolo das lutas LGBTQIA+, era naquela ocasião a representação do inimigo.

A cena descrita acima mostra o modo de ação típico dos grupos formados por eleitores da extrema-direita: intimidação e a propagação do medo. Além dos casos de agressão e mesmo de homicídios, registrados durante esse período por motivações

políticas, no cotidiano da grande parte das pessoas com as quais eu conversei durante as entrevistas, a agressão não se dava prioritariamente no âmbito físico, mas no psíquico. Para muitas pessoas, a passagem ao ato fora uma realidade concreta. Os muitos depoimentos nos jornais e redes sociais, bem como os que ouvi em meu trabalho de campo, puderam atestar a concretude da violência. Contudo, as práticas cotidianas de ameaça e de intimidação se mostravam a estratégia mais eficaz para colocar em prática o ambiente de terror generalizado entre os LGBTQIA+. Face a essa constatação, eu lanço o tema no meu diálogo com Marielle.

*Diego: Eu tenho a impressão que durante as eleições propagou-se muito uma sensação apocalíptica, o que tu achas?*

*Marielle: Eu acho que foi exacerbado mesmo. Eu acho que atingiu um pico de histeria mesmo, em alguns sentidos isso. No comitê mesmo eu era a pessoa que fazia “gente, vamos ter calma”, “controle”, “não é assim”, “esse pânico também tá sendo construído”, eu era a pessoa que fazia isso, mesmo que eu estivesse me cagando de medo por dentro. Mas isso foi construído também, eles quiseram fazer isso. Foi tudo programado, tudo orquestradinho.*

Coloquei essa questão, pois, tentando compreender os impactos da conjuntura política do período eleitoral sobre as violências LGBTfóbicas, eu via uma lacuna entre as agressões e homicídios relatados na mídia e redes sociais e o depoimento de algumas pessoas próximas. Como mencionei acima, durante o período eleitoral, eu me pus a dialogar mais frequentemente com as pessoas que eu havia entrevistado em 2017. Eu esperava ouvir novos relatos de violência explícita, vivida de maneira sistemática, da parte de todos e todas. Mas eu fui confrontado a um campo que me apresentou mais nuances.

Entre as pessoas que eu havia entrevistado anteriormente, bem como outras que poderiam potencialmente ser incluídas, eu constatei que aquelas mais distanciadas da política mencionavam que tinham conhecimento de que o país não estava bem, relatavam medo do futuro e sabiam que o contexto exigia mais prudência face aos riscos de violência, mas esse grupo não me relatou ter sofrido agressões em seu cotidiano. Por outro lado, Roberto me relatou que uma de suas tias havia enviado uma mensagem de áudio na qual dizia que ele deveria ter medo, pois “*Bolsonaro vai matar os frangos tudinho*”. Eu achei interessante que ele não considerou esse episódio como um ato de homofobia.

Mesmo que a conjuntura não houvesse chegado à exterminação sistemática e generalizada que haviam anunciado, eu fui confrontado com muitos relatos de medo: medo de sair na rua, de se afastar de suas residências, de vestir a cor vermelha, de usar um adesivo ou qualquer indício revelando ser um eleitor da esquerda – sob pena de ser publicamente insultado·as, ameaçado·as ou ainda agredido·as. Esse tipo de narrativa vinha mais frequentemente das pessoas da militância política, que se implicaram na ação buscando dialogar com as pessoas indecisas ou os eleitores e eleitoras da extrema-direita, como o “vira-voto”. Esses sujeitos testemunhavam particularmente do sentimento de apreensão constante, principalmente por terem sido eles mesmos expostos a agressões ou por de terem estado presentes no momento em que alguma outra pessoa foi. No final das contas, mesmo se a violência não tinha sido generalizada, o terror, sim.

De uma maneira ou de outra, nesse processo, as pessoas LGBTQIA+ se encontravam particularmente vulneráveis. De fato, os insultos LGBTfóbicos e as violências contra LGBTQIA+ haviam aumentado expressivamente. Como visto em algumas das narrativas das pessoas entrevistadas nessa pesquisa, as ameaças – tais como “quando Bolsonaro ganhar, esses veados vão tudo morrer”, “dia 1 essa viagem acaba”, “Bolsonaro vem te pegar”, “Bolsonaro tá chegando”, “Bolsonaro vai matar os frangos tudinho” ou “melhor Jair se preparando” (um trocadilho com o nome de Jair Bolsonaro) – fizeram parte de seu cotidiano. Interessante notar que o objeto dessas ameaças continha, explícita ou implicitamente, uma sentença de morte. Em todo caso, uma chamada à aniquilação do·a “outro·a”. Esse·as “outro·as” eram todos e todas que transgrediam o ideal do gênero e da sexualidade. Era como um anúncio da morte desse·as desviantes, que fora amplamente difundido com finalidades políticas. A gestão do medo que servia a um futuro governo da morte. “A homofobia existe aqui e ali, Jair Bolsonaro a estimula como estratégia política”, afirma Jean Wyllys ao jornal francês *Le Monde* (Gatinois, 2018b). Wyllys denuncia os benefícios políticos do candidato à presidência. Dito de outra maneira, o bolsonarismo surfava na onda LGBTfóbica do período eleitoral.

Nas vésperas do segundo turno, Bolsonaro foi perguntado pelos jornalistas sobre as dezenas de agressões da parte de seus apoiadores e apoiadoras contra os eleitores e eleitoras da esquerda, principalmente sobre os ataques homofóbicos. Além de não os condenar firmemente, ele minimiza sua importância e se abstém de toda responsabilidade. Ele afirmou: “Eu lamento. Peço ao pessoal que não pratique isso, mas

*eu não tenho controle sobre milhões e milhões de pessoas que me apoiam*” (Maciel et al., 2018). Embora ele não fosse, naquele momento, o chefe do governo, suas declarações exerciam influência sobre quem o seguia.

Marielle havia compreendido essa gestão estratégica do medo e a denunciou: *“esse pânico também tá sendo construído”, “... isso foi construído também, eles quiseram fazer isso. Foi tudo programado, tudo orquestradinho”*. Contudo, isso não impedia de sentir os efeitos no seu corpo, que somatiza as emoções, como ela me escreve por mensagem: *“durmo mal e tô bem cansada”*. O adoecimento de Marielle não era uma reação isolada, mas uma experiência compartilhada pelos meus entrevistados e entrevistadas.

#### 5.1.8 *“As pessoas estão adoecendo porque elas estavam correndo risco de vida”*. O impacto da política na saúde mental das LGBTQIA+

Thiago: *Eu faço acompanhamento [psicológico] na Gestos.*

Diego: *Foi depois das eleições que tu começaste ou tu já fazia antes?*

Thiago: *Depois, mas bem depois, porque eu demorei a procurar, [Eu procurei por conta:] dessas crises de pânico, sabe, de você pensar que vai acontecer algo se você sair de casa, quando alguém olha pra você, elas querem fazer alguma coisa com você. Eu cheguei a perder várias aulas na Rural, por não conseguir pegar ônibus. E bem depois das eleições. Foi aí que eu disse “meu irmão, eu tenho que procurar ajuda, porque eu não vou sair dessa sozinho”. Aí eu conversei com [duas amigas que são psicólogas] que me disseram “Vá, bicha, vá procurar ajuda, por mais que você tenha vontade, vai ser difícil sair sozinho”, aí ela me passou o contato da Gestos, foi quando eu fui.*

A narrativa de Thiago representa mais que um relato de sofrimento subjetivo ou individual, mas faz eco a um sofrimento coletivo relatado pelas pessoas cujos corpos se inscrevem nos grupos vulneráveis à violência política, como os LGBTQIA+. Fátima, minha entrevistada que é psicóloga e feminista, comenta durante nossa entrevista sobre o sentimento de medo generalizado e seus efeitos na saúde mental das pessoas que naquele momento se viam risco:

Fátima: *De todo esse contexto político que eu vi e que eu vivi era todo um processo de adoecimento, né. Vendo as pessoas da militância adoecendo mesmo, acompanhei pessoas próximas, assim, deprimindo, tendo crises de ansiedade, ficarem com medo de sair na rua porque tava sendo arriscado mesmo. Não tava pra brincadeira. [...]*

*Você vê criança com blusa de metralhadora, fazendo gesto de arma, tipo foi isso que a gente tava vivendo, e isso adoeceu as pessoas. Então a demanda na clínica começou a aumentar muito [...]. Eu percebo que ao mesmo tempo que existia uma grande demanda pra fazer terapia, a população que mais tava sofrendo era essa população que tava sendo prejudicada, a galera que é pobre, preta, LGBT, enfim, todos esses retrocessos. [...] As pessoas estão adoecendo porque elas estavam correndo risco de vida. Quem tem cu tem medo, a famosa frase. Quem entendeu tava com medo. Se você não tá com medo é porque você não entendeu ainda. [Hoje em dia:] as coisas estão mais espaçadas, mas não menos intensas. Acho que o baque já rolou, todo dia um baque, mas de alguma forma a gente tá também aprendendo a viver nesse mundo né.*

Durante as eleições de outubro de 2018, principalmente entre o primeiro e o segundo turno, Fátima e suas colegas de clínica ofereceram um plantão psicológico para a população mais atingida pela violência desse período. Segundo Fátima, as declarações das pessoas que ela recebia em seu consultório faziam constantemente referência ao contexto político e como ele estava afetando suas vidas. O posicionamento político de sua instituição – feminista, antirracista e pró-LGBTQIA+ – faz com que o público acolhido seja principalmente composto por pessoas que procuram psicólogo-as que não reproduzam as LGBTfobias, o sexismo e o racismo da sociedade, o que não é algo tão evidente. Naquele momento, Fátima afirma, era o público mais atingido pela demolição das políticas sociais e pela diversidade sexual que vinham sendo colocadas em prática desde a destituição de Dilma Rousseff. que E estava na ordem do dia um cenário que sinalizava para a vitória da extrema-direita e do candidato homofóbico, sexista e racista. Os corpos que encarnavam a abjeção eram os que sentiam as dores e o adoecimento da política bolsonarista.

### *5.1.9 “Bolsonaro ganhou, tu vai morrer filho da puta!”. O amanhã de Dandara*

O segundo turno da eleição presidencial aconteceu no domingo, 28 de outubro de 2018. Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão foram eleitos com 55,13% dos votos válidos (ou seja: 57.797.847), i.e., sendo excluídos da contagem os brancos e nulos, contra 44,87% (ou seja: 47.040.906) obtidos por Fernando Haddad e Manuela d’Ávila<sup>147</sup>. O total de votos brancos e nulos foi recorde, em se tratando de um segundo

---

<sup>147</sup> O total de votos equivale a 115.933.451 (100%), dentre os quais 104.838.753 foram válidos (90,43%), 2.486.593 brancos (2,14%) e 8.608.105 (7,43%) nulos, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), publicados pelo site de notícias da TV Globo (G1, 2018b).

turno de uma eleição presidencial desde o período da redemocratização (Almeida, 2018), representando 9,6% do total dos votos (ou seja: 11.094.698). Jair Bolsonaro havia certamente convencido 57 milhões de brasileiro·as a votarem em seu nome, porém mais de 89 milhões o haviam rejeitado<sup>148</sup>. Em suma, cerca de dois terços do·as eleitore·as brasileiro·as não haviam dado seu acordo ou haviam se absterido diante do projeto de Brasil bolsonarista.

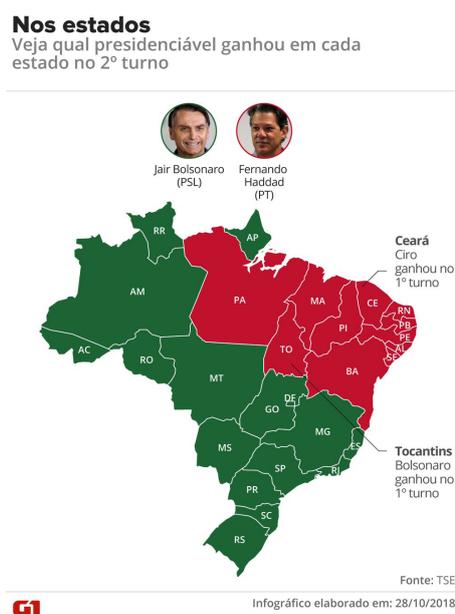


Figura 8. Candidato mais votado no segundo turno da eleição presidencial de 2018, em cada estado do Brasil.

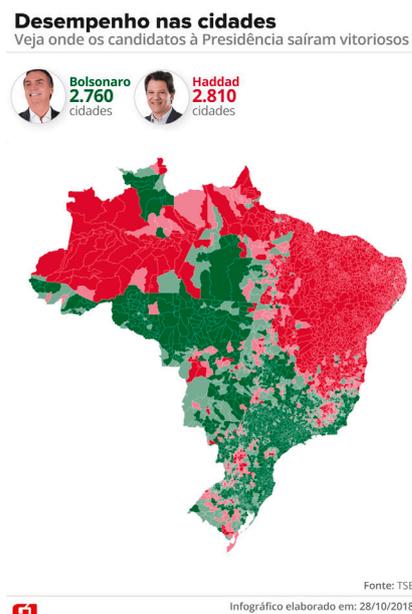


Figura 9. Candidato mais votado no segundo turno da eleição presidencial de 2018, em cada município do Brasil.

O cenário do primeiro turno foi reproduzido, e a maioria do·as eleitore·as da região Nordeste se opuseram a Bolsonaro. Como mostra a Figura 8 (Sorano, 2018b), a esquerda de Fernando Haddad e Manuela d’Ávila foi novamente vitoriosa em todos os estados que compõem a região Nordeste, adicionados do estado do Pará (PA) e do Tocantins (TO), da região Norte. Foi o caso igualmente, em nível municipal, em Pernambuco, nas três principais cidades de sua região metropolitana: a capital Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda<sup>149</sup>, como mostra a Figura 9 (Reis & Banquiere, 2018).

148 O que representa a soma dos votos por Fernando Haddad e Manuela d’Ávila, os brancos, nulos e abstenções; ou seja, 89.507.308 de eleitore·as.

149 Segundo informações do TSE, ilustradas no *Mapa da Apuração*, do site G1 (2018a): em Recife, Haddad e d’Ávila obtiveram 52,5% dos votos válidos (482.673), contra 47,5% (436.764) de Bolsonaro e Mourão; em Jaboatão dos Guararapes, Haddad e d’Ávila obtiveram 53,38% (175.911) e Bolsonaro e Mourão 46,62% (153.618); e, em Olinda, 56,51% (127.824) dos votos válidos foram para Haddad e d’Ávila e 43,49% (98.361) para Bolsonaro e Mourão.

O resultado da esquerda de Haddad e d'Ávila no Nordeste não impediu, porém, a vitória da extrema-direita de Bolsonaro e Mourão, nem a retomada da onda LGBTfóbica desencadeada desde o primeiro turno. É o que eu pude constatar entrevistando Dandara<sup>150</sup>, cuja narrativa eu transcrevo aqui em partes:

*Dandara: Agora, o que aconteceu comigo mesmo, um dia após ele ter ganho, tinha uns caras com uns copos, bandeira do Brasil... Acho que estavam voltando da festa da vitória deles. Vocês viam que eles tinham vindo de uma festa, estavam embriagados. E aí eu desci [do ônibus] no Derby, na parada do BRT e vim caminhando sentido do colégio onde eu trabalhava [...], mas antes eu estava indo para a [academia], que era uma academia que eu estava indo dar uma aula lá de Hidrodance pra uma turma de idosos que um amigo meu viabilizou essa aula pra mim. E aí na saída da parada [do ônibus], atravessando pra o Derby, sentido Hospital da Restauração, eu atravessei. Como eu ia trabalhar, eu ia de bermudinha, camisa normal básica, de óculos, de coque, sem uma pintada, sem nada, porque de lá eu ia trabalhar na escola e não podia, o mais neutro possível, como eu digo: “indo de menino”. E aí, ao atravessar, um primeiro, um baixinho, assim, ele virou pra mim: “Oxe, olha aí, vê mesmo, Bolsonaro ganhou, tu vai morrer, filho da puta!”. Aí eu olhei e continuei andando. Só que aí na praça ainda tinham aquelas bases de cimento que fazem pra colocar as bandeiras, tipo um porta-bandeiras. Foi aí quando eles estavam lá, estavam mais perto assim, e tinha um de porte mais alto, foi aí quando ele fez: “Ei, puto safado, olha frango safado o que tu merece!”. Ele tava com um negócio desses na mão, aí ele correu e jogou. E à medida que ele correu e jogou, eu corri também. Foi quando eu cheguei na outra esquina, próxima do [Banco do] Bradesco e tinha um moço lá, eu fiz: “Moço, me ajuda, me ajuda, tão jogando pedra em mim”. E daí ele jogou só que não chegou a bater, porque como o negócio era pesado e ele também não conseguiu ter força. Eu só sei que jogou e a pedra se espatifou e os estilhaços da pedra bateram na minha panturrilha, bateu num carro que tava no sinal, o cara saiu do carro e tudo, deu uns gritos lá. Eu corri, meu pensamento foi correr e quando eu cheguei em frente à parada do Hospital da Restauração... Foi o mais engraçado, porque as paradas tinham um negócio de propaganda [de Bolsonaro], e eu fui me esconder pra que eles não me vissem. E o tempo todo da confusão da pedra, eles: “Tu vai morrer, filho da puta!”, “Teu sangue não vale nada, não!”. E quando eu cheguei em frente à parada, eu: “Minha gente, me ajuda, me ajuda, tão jogando*

---

150 Nome fictício que adoto em homenagem à memória da travesti Dandara dos Santos (Quadro 21).

*pedra em mim”. Aí um senhor fez: “Deve ser porque é frango né?!”. Aí eu me abracei com minha bolsa e fiquei assim na parada olhando pra o povo, o povo me olhava da cabeça aos pés, sabe? Não me ajudaram em momento algum. Aí uma senhora que tava assim na parada fez: “Tome, meu filho, uma garrafa d’água”, “se acalme”, “Quer sentar? Tome meu banco!”. Aí ela levantou pra me dar o banco. Minha perna tremia muito. Eu fazia, falando, muito nervosa: “É complicado, né, esse infeliz num faz nem 24h que ganhou e as pessoas já fazendo o que estão fazendo”. Aí ela fez: “O que foi?”. Foi quando eu comecei a contar a história. O pessoal todo da parada se virou e começou todo a olhar pra mim, aí eu comecei a contar a ela: “Engraçado, eu descí do ônibus, indo trabalhar como um cidadão qualquer, no seu livre arbítrio pra ir e vir trabalhar, ganhar o seu dinheiro pra o seu pão de cada dia e chegar agora, 12h que o cara ganha, vê o que o pessoal tá fazendo, jogando pedra em mim. O que foi que eu fiz pra eles? Em nenhum momento, eu nem olhei pra eles.” [...] Depois que eu contei tudo na parada do ônibus, aí o povo, “É, o bichinho, o bichinho, né”; [Por outro lado, diziam:] “Mas a partir de agora vai ser assim, viu, meu filho”.*

Dandara é uma mulher trans de 28 anos, que vive no bairro da Várzea, na periferia do Recife, vila onde ela nasceu. A família de seu pai é de origem portuguesa; ele chegou ao Brasil quando sua mãe – avó de Dandara – ainda estava grávida. A família de sua mãe é de Glória do Goitá, mas também de Vitória de Santo Antão e Chã de Alegria, três cidades do interior de Pernambuco. Como ela mesma define: “Uma mistura!”. Essa “mistura” se faz notar na cor de pele branca e nos cabelos crespos e negros de Dandara. Ela se situa socioeconomicamente no que ela nomeia de classe média, seu pai tendo sido taxista e sua mãe professora e diretora em uma escola da rede pública de ensino, ele e ela agora aposentados.

A cena narrada por Dandara acontece na manhã do dia seguinte ao segundo turno das eleições, uma segunda-feira, dia 29 de outubro de 2018, no centro do Recife, no momento em que ela descia da para de ônibus do BRT (sigla, em inglês, para o sistema de *Bus Rapid Transit*), indo em direção à Praça do Derby – mostrados, respectivamente, ao centro esquerda e ao centro direita da Figura 10 (*Parada do BRT e Praça do Derby, Recife - PE, 2020*). Como ilustra igualmente a imagem, trata-se de um local bastante frequentado, com grande fluxo de veículos, de ônibus e pedestres. Dandara precisou, em seguida, que eram 6h da manhã, horário em que o sol já nasceu. A agressão acontece à luz do dia diante, provavelmente, de um grande número de pessoas.

Figura 10. Vista da parada de ônibus do BRT e da Praça do Derby, Recife - PE, Brasil.



Por outro lado, é importante indicar que esse não foi senão apenas um dos episódios de violência, embora provavelmente o mais grave, que Dandara vivenciou e presenciou durante as eleições. O que ela me relata em seguida:

Diego: *O que foi que aconteceu na tua vida entre primeiro turno, segundo turno, eleição.*

Dandara: *Ele [Bolsonaro] começa a falar um monte de coisa e a partir dali você começa a sofrer com muitas coisas, né. “Bolsonaro vem aí”, sabe? “Bolsonaro vem aí pra matar vocês”.*

Diego: *Tu escutaste isso?*

Dandara: *Muito! Demais! [...] Teve uma marcha pra Bolsonaro aqui também e nós estávamos aqui na Praça [da Várzea], porque aqui na comunidade tem um grupo chamado Gaymado e aí normalmente as bichas se reúnem, conversam e tal. E aí [gritaram:] “vão morrer!”.*

Nossa entrevista se passava exatamente no local dos acontecimentos que ela me relatava acima, na Praça da Várzea, dia 18 de julho de 2019. Estávamos ela e eu sentado-as sobre um banco de concreto, sob uma árvore que nos fornecia um pouco de sombra naquele dia ensolarado, úmido e quente. Durante pouco menos de uma hora de entrevista (Dandara estava apressada, pois tinha os afazeres de casa para finalizar), ela me contava um pouco de sua história de vida e como o encadeamento desses últimos eventos a havia deixado aterrorizada.

Dandara: *[Depois que eu fui agredida na rua] Eu apaguei tudo. Tudo o que tinha de #EleNão, eu apaguei tudo do meu Facebook, depois que aconteceu isso. Fiquei morrendo de medo. Fiquei morrendo de retaliações. Tirei tudo o que tinha contra o atual governo. Minha mãe também fez “tire, tal”. É porque eu fiquei com medo,*

*pensei em morar fora, aí eu comecei a trabalhar, conheci meu companheiro que eu tô hoje. Daí como a gente não faz questão de sair de casa mesmo, é daqui pra casa da minha mãe. Aí pronto, estamos bem, minha casa é minha fortaleza.*

Ela confessa ter tido que mudar seus hábitos desde então. Dandara evita utilizar os transportes públicos ou mesmo sair de casa, onde ela vive com seu companheiro. Para ir ao trabalho, ela estava utilizando o automóvel de seu pai, que vive no mesmo bairro com sua mãe, quando está disponível. Ela diz que não tem usado ônibus depois do episódio na Praça do Derby, mesmo tendo passado quase um ano desse evento. Eu, então, lhe questionei sobre a sua leitura sobre a situação atualmente, em relação ao que ela tinha vivido no ano anterior. Ela me respondeu:

*Diego: Como tu acha que está agora em relação ao que tu viveste isso ano passado?*

*Dandara: Não mudou muita coisa, não. Acontece, todo mundo tá vivendo do mesmo jeito. Todo mundo tá vivendo diante de tudo o que eu vejo. Como eu vivia um papel profissional masculino, eu não passava por tantas coisas. Como eu não vivo de tá no mundo, vou na casa da minha mãe, trabalho, cabelo, então eu não passo por situações constrangedoras. Porém, no início, quando ele ganhou, foi babado. [...] Do início, de como tá agora, eu acho que abrandou, não tá tão forte, mas eu já vi os policiais agora... Eu já vi amigas minhas apanhar por nada.*

Como minha entrevistada, as pessoas trans, que rompem mais visivelmente a norma de gênero, são corpos ainda mais vulneráveis à violência legitimada. Além disso, são as pessoas cujas vidas parecem menos importar e cujas mortes nem mesmo são passíveis de luto (*grivable*) – utilizando a ideia contida no termo de Butler (2018b). Tal desprezo pela existência alheia fora vociferado pelos agressores de Dandara: “*Teu sangue não vale nada, não!*”.

Dandara me explica, assim, que sua vida atualmente se resume ao seu domicílio e seus deslocamentos para a casa da sua mãe ou local de trabalho. Sua capacidade de agir foi reduzida à preservação da sua integridade física e da sobrevivência. Segundo Dandara, agora ela se vê obrigada a ser mais precavida, pois, como havia lhe dito a pessoa desconhecida da parada de ônibus: “*...a partir de agora vai ser assim, viu, meu filho*”.

## **PERFIL DE DANDARA DOS SANTOS**

Dandara dos Santos foi assassinada em 15 de fevereiro de 2017, em Fortaleza, no Ceará. Dandara, mulher travesti, negra, pobre e nordestina, foi violentamente espancada com pedras e paus, por 5 homens. Um deles atirou nela e a matou. Um dos homens gravou as imagens em seu telefone celular e, em seguida, o vídeo circulou amplamente nas redes sociais. Durante as agressões, Dandara chamava por sua mãe, Senhora Francisca Ferreira. A maneira como Dandara foi torturada até a morte chocou a militância LGBTQ+ brasileira, que pôde expor nacionalmente a crueldade da violência LGBTQfóbica, principalmente aquela sofrida pelos grupos mais vulneráveis, como as pessoas trans. Fontes: Catraca Livre [2017] e Grupo Gay da Bahia [2018].

### 5.1.10 *“Eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”.* Ruth cita Conceição

A narrativa sobre esse momento histórico traz também na sua constituição elementos de resposta coletiva à violência. Em reação à eclosão do neofascismo no Brasil, os movimentos de resistência fizeram ouvir suas réplicas. Reações que se articulam dentro e fora do Estado. Do lado daquele-as que buscam produzir reações pela via do Estado – no interior da barriga do monstro, como diz Haraway (1995) –, observamos, em nível nacional, um aumento de 386% de candidaturas de LGBTQIA+, considerando as eleições de 2018 em relação às aquelas de 2014<sup>151</sup>.

Em nível local, ou seja, em Pernambuco, iniciativas pautadas pela criatividade e estratégia alargam as possibilidades de ação no campo político. É o caso, por exemplo, do JUNTAS deputadas, uma candidatura compartilhada que foi eleita e atualmente ocupa uma poltrona na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Carol Vergolino, jornalista, Joelma Carla, estudante de Letras, Jô Lima, vendedora ambulante, Kátia Cunha, professora, e Robeyoncé Lima, a primeira mulher trans do Nordeste do Brasil a ter o nome social na sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são as codeputadas do JUNTAS<sup>152</sup>. Hoje, elas formam uma mandata, substantivo feminino escolhido pelo grupo, no lugar do masculino mandato, no âmbito do qual cinco mulheres feministas tomam as decisões de maneira colegiada.

<sup>151</sup> Segundo o site [www.votelgbt.org](http://www.votelgbt.org)

<sup>152</sup> Cf. <https://www.juntascodputadas.com.br/>

Por outro lado, nas ruas, ajuntamentos de milhões de mulheres ocuparam inúmeras cidades do Brasil e do mundo, em torno da hashtag #EleNão. O Mulheres contra Bolsonaro é um movimento de engajamento popular surgido nas redes sociais, que reverbera nas minorias políticas violentamente oprimidas pelo contexto eleitoral e as coaliza em favor de um objetivo provisoriamente comum: bloquear o avanço do neofascismo no Brasil.

Outras iniciativas de resistência popular também se organizaram nas redes sociais espontaneamente. Por exemplo, no dia da votação, os opositores do anti-intelectualismo bolsonarista foram votar carregando livros nas mãos. Desejavam passar a mensagem que se tornou palavra de ordem contra a promessa de campanha do então candidato Bolsonaro de flexibilizar o porte de armas: mais livros, menos armas! Naquele mesmo dia, eu recebi nos grupos de *WhatsApp* dos quais eu fazia parte fotos de colegas brasileiros e brasileiras que iam votar e mostravam seus livros. Dentre os títulos, estavam, por exemplo, o romance *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, e *Quem tem medo do feminismo negro*, de Djamila Ribeiro, filósofa, feminista negra e militante do movimento antirracista e pró-LGBTQIA no Brasil.

Eu encerro, assim, esta narrativa sobre as eleições 2018 com uma imagem que recebi, também por *WhatsApp*, no dia da votação do segundo turno. Ao contrário de todas as más notícias recebidas durante aquele período, essa imagem me trouxe alegria. Era uma foto da *Drag Queen* Ruth Venceremos, diante da urna de voto com uma bandeira vermelha, que fazia par com as cores de sua peruca e de seus acessórios. Ruth é a criação do artista Erivan Hilário, de 35 anos, nascido em Pernambuco e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde os seus 13 anos (R. M. Ribeiro, 2020). Ruth Venceremos se identifica em seu perfil na rede social *Instagram* (@ruthvenceremos) como *Drag Queen*, ativista e nordestina vivendo em Brasília, cidade onde cofundou o Distrito Drag, grupo de transformistas do estado do Distrito Federal (DF). Além dessa foto, visível abaixo na Figura 11 (Gabriel, 2018), Ruth postou naquele mesmo dia, em seus *stories Instagram*, uma foto da bandeira do arco-íris, sobre a qual estava escrita a frase atribuída à escritora brasileira e negra Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”.

## 5.2 Despojos

Eu gostaria de concluir este capítulo retomando os elementos que me ajudam a compreender o papel da violência na subjetividade das pessoas com as quais eu pude dialogar, ao longo da minha pesquisa, principalmente durante esse período dramático. Tento, assim, recolher os despojos de uma guerra eleitoral que deixou traços na experiência de ser LGBTQIA+ das pessoas com quem eu trabalhei. Contudo, a análise das subjetividades no contexto das LGBTfobias deve ultrapassar as situações narradas nas agressões do cotidiano, para se compreender esse fenômeno como efeito das condições de possibilidade que articulam dimensões sociais, históricas e políticas. Dentre elas, o contexto político no qual essas entrevistas aconteceram se mostram um exemplo pertinente.

De fato, a violência que meus entrevistados e entrevistadas viveram alcança a materialidade e, em muitos momentos, ameaçou as suas integridades físicas, senão suas vidas. Por outro lado, a teatralização e a reiteração de um discurso de aniquilação, presentes nas ameaças dirigidas às pessoas com quem eu dialoguei, pareciam querer muito mais intimidar que levar a cabo a ameaça anunciada. Como a morte que foi sentenciada inúmeras vezes. A violência fora ainda mais discursiva que material, e seu funcionamento revelava uma lógica circular, senão performativa (J.L Austin, 1970; Butler, 2017)<sup>153</sup>. A violência verbal do ato ameaçando se realizar, num nível subjetivo (pelo sentimento de risco que ele desencadeava, frequentemente passível de se concretizar), bem como num nível coletivo (pela difusão do terror compartilhado socialmente que, por sua vez, alimentava o sentimento de medo individual). O medo foi, assim, um instrumento de dominação.

Uma estratégia bastante eficaz, pois, como afirma o historiador francês Jean Delumeau (2011), que estudou as diferentes manifestações do medo no Ocidente, o medo, fundamentalmente, é o medo da morte; e como a morte não desaparecerá, tampouco o medo o fará. Segundo Delumeau, esse medo, que num nível individual parece a simples constatação do de um perigo, enraíza-se na sociedade de forma estrutural, na medida em que sua utilização pode servir estrategicamente aos interesses do-as governantes. Quem detém o excesso do poder, afirma Delumeau, pode, desse modo, produzir o medo e utilizar o medo como maneira de governar.

---

153 Eu desenvolvo essa perspectiva nos Capítulos 7 e 8, partindo das reflexões de Judith Butler, que, apoiando-se sobre o filósofo John Austin, propõe sua própria teoria sobre a performatividade.

A pesquisadora brasileira Vera Malaguti Batista (2001), ao estudar a história do medo na cidade do Rio de Janeiro, destacou os usos do medo no controle social, na gestão das pessoas que têm o direito de ocupar certos espaços da cidade, e na justificativa de medidas autoritárias, para controlar aquele-as que fazem “baderna”. Para a autora, certas “campanhas de pânico social” visam a produzir, na “teatralidade do poder”, a disciplinarização de certas populações<sup>154</sup>. Se observarmos o argumento de Vera Batista, é possível nos darmos conta de que o que foi visto em 2018 não é senão a repetição, com as nuances de seu tempo, de nossa história. Vera nos lembra que o medo do caos social, como efeito da ocupação dos espaços públicos pelas classes subalternas, alimentou o imaginário nacional após a abolição da escravatura, em maio de 1888, com a proclamação da República, em novembro de 1889, ou nos argumentos que justificaram o golpe militar de 1964.

Luan Cassal e Pedro Bicalho (2011) mobilizam as reflexões de Vera Batista sobre o medo para pensar o funcionamento das homofobias no controle dos corpos. Para esses autores, a agressão homofóbica não passa de um espantalho para regular os comportamentos coletivos ligados às performances de gênero dissidentes da norma e as demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo. A agressão contra um indivíduo, argumentam os autores, cria um vínculo com a possibilidade daquele-a que burla a norma ser o-a próximo-a. Para Cassal e Bicalho, as homofobias se tornam, logo, uma produção social do medo e da sensação de insegurança. Nesse sentido, o medo é um instrumento de dominação social cujo poder age no controle das condutas.

Eu julgo as reflexões desses autores e autora bastante pertinentes e tendo a concordar com seus argumentos, principalmente com o que Cassal e Bicalho dizem sobre o medo e as homofobias. Por outro lado, embora esses autores se inspirem nas reflexões de Michel Foucault para desenvolver suas inflexões, do meu ponto de vista, eles deixam escapar um aspecto importante da visão de Foucault sobre o poder, que é repressivo e produtivo ao mesmo tempo. Não estou afirmando que os autores não levam em consideração o aspecto produtivo do poder, mas seu texto tende a acentuar o seu aspecto repressivo. É nesse ponto que os nossos olhares divergem.

---

154 Vera Batista se interessa pela população das prisões e pelas políticas de segurança pública, observando como a produção de imagens de terror, tais quais, por exemplo, as fotos de corpos assassinados nas páginas dos jornais, visam a disciplinar os grupos étnicos e culturais que se tornaram mais vulneráveis na estrutura de nosso processo civilizatório. “É como se a memória do medo, milimetricamente trabalhada, construísse uma arquitetura penal genocida, cuja clientela-alvo fosse se metamorfoseando infinitamente entre índios, pretos, pobres e insurgentes” (p. 83), analisa a autora. Nesse contexto, ela conclui: “É como se torturadores estivessem sempre a postos, prontos para entrar em cena e limpar o jardim” (p. 83).

Como disse antes, sobre os aspectos repressivos e produtivos do poder, minha análise está mais alinhada com a de Gail Mason (2002), Embora Mason compreenda, como Cassal e Bicalho (2011), que a homofobia coage as pessoas LGBTQIA+ a se comportarem de uma certa maneira, ela admite nossa margem de manobra, sem que isso queira necessariamente dizer deixar de fazer certas coisas, mas as reformular de maneiras específicas. Ainda que Mason proponha essa discussão, ela deixa de dar exemplos de como isso se produz, o que se torna um dos pontos de partida para minhas reflexões sobre o papel da capacidade de agir face às LGBTfobias, que eu desenvolvo em seguida, na Parte III.



Figura 11. A Drag Queen pernambucana Ruth Venceremos na urna de voto, 28/10/2018, Brasília - DF, Brasil.



Violência e produção  
de si no âmbito das  
LGBTfobias

PAR  
TE 03

foto: Mário Pizzi

## CAPÍTULO 6

### Da *l'agentia* à capacidade de agir: o que significa *agency* ?

Colocado no centro das reflexões neste capítulo, o termo *agency*, que utilizo provisoriamente na sua grafia de origem, é uma palavra anglófona que aparece na história da língua inglesa no século XVII (Balibar & Laugier, 2019). Em inglês, essa palavra deriva do latim *agentia*, cujo sentido se inscreve no grupo léxico do verbo *agere* (Zaharijevic, 2018a). O exercício de compreensão desse termo neste capítulo busca respeitar o momento histórico, a filiação teórica e a língua a partir da qual minha reflexão se situa. Além disso, o debate que implica sua tradução, uma questão tanto teórica como política, enriquece seu caráter polissêmico e amplia as reflexões conceituais que o termo produz.

Desde a sua introdução no âmbito da filosofia no século XVIII (Balibar & Laugier, 2019), *agency* foi o objeto de problematizações em diferentes correntes de pensamento e disciplinas. Profícuas teorias foram, assim, produzidas, atribuindo-lhe significados plurais. Começarei por traçar brevemente os usos de *agency* nas principais disciplinas no âmbito das quais lhes são atribuídos contornos conceituais, principalmente a filosofia, a teoria social e a teoria feminista. Em seguida, conduzido pelas proposições da teoria feminista, focalizo especialmente nas contribuições da filósofa americana Judith Butler. Interessa-me sobretudo as suas reflexões sobre o diálogo entre performatividade e sujeito, que colocam em prática uma nova teoria da capacidade de agir (leia-se: *agency*). Finalmente, as problematizações que derivam da tradução desse conceito em outros idiomas serão igualmente úteis à reflexão desenvolvida nesta secção para a escolha de uma expressão no português brasileiro que lhe corresponda. Tal escolha informa igualmente um posicionamento (*standpoint*) teórico e político.

#### 6.1 Trajetória filosófica do termo *agency*

De acordo com Étienne Balibar et Sandra Laugier (2019), filósofo e filósofa franceses, os primeiros usos de *agency* visando a uma reflexão filosófica evocam um sentido aristotélico, que opõe ação e paixão, agente e paciente. Nesse sentido, “*agency* poderia designar tanto a ação (no âmbito físico) como o que qualifica a ação (em oposição ao submeter-se), ou ainda o que qualifica o agente (em oposição ao paciente)”, explicam o autor e autora (p. 26, segundo minha tradução). Dito de outro modo, na medida em que se qualifica o que é ativo, esse termo se opõe claramente

ao que estaria no domínio da passividade. Diferentemente do uso que se fará na contemporaneidade (e nesta tese), essa palavra nomeia, ao mesmo tempo em que instaura, uma dicotomia.

Para Mustafa Emirbayer et Ann Mische (1998), sociólogo e socióloga americano-as, inúmeras das tensões atuais acerca da definição de *agency* remontam às ideias dos filósofos iluministas, principalmente sobre qual seria a expressão mais pura da liberdade. Por outro lado, mesmo se a ideia de liberdade é a protagonista das concordâncias e divergências desses filósofos do século XVIII, as suas produções teóricas sobre a ação encontram igualmente ressonância no percurso filosófico da noção de *agency*. Sob influência da moral religiosa católica de seu momento histórico, esses filósofos se apoiam em tais concepções de liberdade e de ação para pensar o “indivíduo” a partir da noção de um “sujeito livre”, ou seja, capaz de tomar “decisões racionais” para eles e elas mesmas e para a sociedade (Emirbayer & Mische, 1998, p. 964). O autor e autora remontam, por exemplo, às ideias de filósofos como John Locke (1632-1704), que, localizando os fundamentos da sociedade no contrato social entre os indivíduos, dá destaque a uma noção de sujeito como alguém capaz de moldar as circunstâncias nas quais vive (Emirbayer & Mische, 1998, p. 964). Essas ideias são retomadas por outros pensadores, tais como Adam Smith (1723-1790), Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), que dão ênfase a uma visão “individualista e calculada da ação” (p. 965), sustentando até hoje uma das correntes de pensamento mais frequentemente referenciadas sobre a liberdade nas sociedades ditas ocidentais capitalistas e laicas: o liberalismo.

Emirbayer e Mische (1998) evocam em seguida outros dos filósofos do Iluminismo para pensar os atributos associados à *agency* em filosofia, como, por exemplo, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para quem a liberdade reside na capacidade do agente de sua própria “autogestão moral” (Kaufman, 1997), isto é, na obediência às leis que prescrevemos a nós mesmo-as, e Immanuel Kant (1724-1804). Este último afirma que a origem da vontade moral, i.e. o desejo de fazer o que é concebido como bom, vem do próprio sujeito (e não mais de Deus – o que coloca em oposição um tipo de moral cristã, hegemônica em sua época, e outra humanista). Para Kant, o agir moralmente é um “imperativo categórico”, uma lei universal válida em todo lugar, em todo tempo e para quem quer que seja (por exemplo: todas as pessoas devem dizer a verdade em todas as situações). Essa lei universal deve ser respeitada (pois um imperativo independente (e não variar em função) das circunstâncias (pois categórica). Segundo

a moral kantiana, o sinal da liberdade reside na capacidade de se liberar de suas próprias necessidades por uma escolha moral. Assim, de acordo com Kant, a escolha moral é o símbolo da liberdade.

Na sequência dessas reflexões, Emirbayer e Mische (1998, p. 965) lembram que a noção kantiana sobre a liberdade por intermédio de um posicionamento moral ativo servirá à inspiração de sociólogos, como, por exemplo, Talcott Parsons (1902-1979), cujas teorias sobre a ação se apoiam sobre as noções de esforço e intenção. Tais debates filosóficos acerca da ação e da liberdade conduzem pensadores em ciências sociais (principalmente sociólogo·as e psicólogo·as sociais) a estudar a capacidade do indivíduo de modificar seu contexto, fazendo da noção de *agency* um objeto de estudo de importância em teoria social<sup>155</sup> (Emirbayer & Mische, 1998).

Seguindo a trajetória filosófica da noção de *agency* em teoria social, Emirbayer e Mische (1998) destacam a contribuição de autores que são referências nesse domínio, como os sociólogos americanos James Coleman (1926-1995), que defende que as decisões tomadas pelos atores sociais podem ser interpretadas racionalmente, porque motivadas pela antecipação de suas consequências (que sustenta uma concepção de *agency* baseada em escolhas racionais); e Jeffrey C. Alexander, que sistematizou dimensões da ação humana (leia-se: *agency*), como a interpretação do contexto (*interpretation*) e a construção de estratégias para a ação (*stratetization*). De acordo com a cartografia desenhada por Emirbayer e Mische, ganham destaque igualmente as reflexões de George Herbert Mead (1863-1931) para a construção de uma teoria social da ação e, conseqüentemente, para o conceito de *agency*. George Mead, filósofo referenciado principalmente por suas contribuições aos fundamentos da psicologia social, dá continuidade ao debate acerca da ideia de *agency*, situando a reflexão sobre a ação dentro de um enquadramento temporal (o olhar sobre o passado oferece as condições de ponderação sobre o presente, que são utilizadas para moldar as respostas visando ao futuro).

---

155 A teoria social é uma corrente de pensamento que privilegia a teorização, em relação ao trabalho empírico, no processo de conhecer o mundo social, segundo Emmanuel Renault (2018). Em sua cartografia crítica dos modos de teorização do mundo social, Renault situa a teoria social numa intersecção entre a filosofia e a sociologia. Para o autor, teórico·as sociais defendem que a “pesquisa empírica não deve jamais ser construída apenas pela via empírica, sem que haja um trabalho de tipo especulativo sobre suas hipóteses” (Renault, 2018, p. 45, minha tradução). Tendo dito isso, Renault propõe um caminho conciliatório que valorize a teoria sem romper com a pesquisa empírica. De acordo com esse autor, nesse duplo movimento de aproximação da filosofia e distinção da sociologia, defensores·as atuais da teoria social ambicionam “numa prática interdisciplinar, o meio de resguardar a ligação entre teoria e empirismo que permita aos projetos em teoria social ver seu valor reconhecido, não apenas aos olhos de filósofo·as, mas igualmente de sociólogo·as (Renault, 2018, p. 57, minha tradução).

Ainda amplamente discutida atualmente, a noção de *agency* constitui um dos principais objetos de interesse da teoria social. Diferente dos trabalhos de Emirbayer e Mische, que datam de 1990 e referenciam autores norte-americanos, as produções da cientista política britânica Lois McNay desenham nos anos 2000 a produção conceitual dos “aspectos criativos e imaginativos da ação” no pensamento do que ela nomeia de teóricos sociais europeus, a saber Pierre Bourdieu (1930-2002), Paul Ricœur (1913-2005) e Cornelius Castoriadis (1922-1997), bem como da filósofa americana Judith Butler.

A primeira ocorrência do termo *agency* no sentido filosófico próximo do que conhecemos mais recentemente pode ser encontrada no trabalho do metafísico e teólogo britânico Samuel Clarke (1675–1729), como relembram Balibar e Laugier (2019). Confirmando, assim, a sugestão de Jerome B. Schneewind que, em *The Invention of Autonomy*, afirma: “Clarke faz o que creio ser o primeiro uso do termo ‘agency’ em seu senso filosófico moderno” (Schneewind, 1998, p. 313, minha tradução)<sup>156</sup>. Em seus escritos, Clarke argumenta que a liberdade da vontade (*freedom of the will*) implica um poder de autodeterminação libertário, colocando *agency* e livre arbítrio (*free will*) num nível equivalente (Yenter & Vailati, 2018).

Samuel Clarke não representa um caso isolado, pois o pensamento clássico inglês compartilha de uma noção particular sobre *agency*. Nas palavras de Balibar et Laugier (2019, p. 28, minha tradução), “*agency* designa a propriedade geral e indefinida de agir, fortemente ligada à causalidade e à eficácia. [...] *Agency* é, assim, o que caracteriza a ação e seu autor, apontando para a causa real e efetiva da ação”. De acordo com esse autor e autora, no âmbito da tradição filosófica clássica inglesa, *agency* pode ser qualificado como “princípio da ação”. A essa acepção moderna, sucedera então uma noção contemporânea, qualificada de princípio do “descentramento da ação”, que, por meio de um prolongamento e ruptura, guardará igualmente as particularidades das reflexões anteriores.

Graças ao trabalho das diferentes expressões da língua inglesa, *agency* irá resumir as dificuldades de resumir a ação e, na contemporaneidade, permite pensar o agir, não mais como categoria oposta à paixão, mas como disposição à ação. Uma disposição que mina a oposição ativo/passivo. O agente mesmo, em *agency*, não é apenas ator ou autor da ação, mas é capturado num sistema de relações que deslocam o lugar

---

<sup>156</sup> Citação original: “Clarke makes what I believe is the first use of the term “agency” in its modern philosophical sense” (Schneewind, 1998, p. 313).

e autoridade da ação, modificando (e potencialmente demolindo definitivamente [...]) a definição da ação (Balibar & Laugier, 2019, p. 26, minha tradução)<sup>157</sup>.

Em suma, e correndo todos os riscos que as sínteses implicam em benefício de uma compreensão global, é possível identificarmos, de acordo com a literatura mencionada acima (Balibar & Laugier, 2019; Emirbayer & Mische, 1998): (i) primeiramente, um sentido da palavra *agency* que convoca as categorias clássicas aristotélicas para pensar a ação como paixão, em contraste com o que é paciente; (ii) em seguida, uma definição moderna que evoca a capacidade que temos de agir, herdada do debate iluminista sobre a liberdade conquistada pela ação racional e voluntária; e, (iii) finalmente, uma visão contemporânea que busca demolir a oposição ativo/passivo. Essa cartografia filosófica mostra sua relevância à medida que nos permite constatar que a riqueza semântica do termo *agency* promoveu, e promove ainda hoje, profícuos debates sobre a ontologia da ação, que se mostram uma fonte epistemológica importante para a produção científica (teorias e métodos) sobre o processo de conhecer o mundo social e as subjetividades.

Para além de seu caráter científico, esse conceito ganha visibilidade e potência a partir do senso político que adquire no âmbito do feminismo anglo-americano. Como indica McNay (2000, 2003), por ser uma temática predominante em teoria social, a noção de *agency* ocupará um lugar privilegiado na teoria feminista quando buscará identificar novas formas de autonomia na redefinição das condições assimétricas de poder nas relações de gênero. Tal concepção de *agency*, enquanto teoricamente produtiva e politicamente potente, como a transformação das hierarquias sociais de gênero (e, também, de sexualidade), encontra coerência com as pretensões desta tese e merece, assim, uma atenção particular.

## 6.2 *Agency* e a teoria feminista

As reestruturações pelas quais passam a posição das mulheres e, conseqüentemente, as relações de gênero, nas sociedades capitalistas, desde os anos 1960, convocam os pesquisadores-as a refletir sobre novas formas de conceber autonomia e coerção que ultrapassem a dicotomia entre dominação masculina

---

157 Cf. : “Grace au travail des différentes expressions dans la langue anglaise, *agency* va résumer les difficultés à définir l’action et, à l’époque contemporaine, permettre de penser l’agir, non plus en tant que catégorie opposée à la passion, mais en tant que « disposition » à l’action, une disposition qui ébranle l’opposition actif/passif. L’agent lui-même, dans l’agency, n’est plus seulement l’acteur/auteur de l’action, mais il est pris dans un système de relations qui déplace le lieu et l’autorité de l’action, et modifie (voire brouille définitivement [...]) la définition de l’action.”

e subordinação feminina (McNay, 2000). Diante das ambiguidades que suscitam as novas relações sociais de gênero, que não reforçam inteiramente as formas tradicionais de desigualdade nem podem ser vistas como totalmente emancipadoras, o conceito de *agency* se torna uma das noções predominantes nos domínios da teoria social e da teoria feminista (McNay, 2003).

As produções acadêmicas em teoria feminista, as quais focalizo nesta sessão, mostram nuances nas maneiras de conceber *agency*. Do meu ponto de vista, tais distinções podem ser classificadas, por um lado, em função do objeto de estudo ou, por outro lado, em função da abordagem teórica e metodológica dos autores e autoras que produzem tais reflexões.

No que concerne à relação com o objeto do estudo, Kelsy Burke (2012), no seu prolongamento do trabalho de Orit Avishai (2008), propõe sintetizar, em quatro grupos distintos, as principais formas como a noção de *agency* é mobilizada no âmbito das pesquisas desenvolvidas em teoria feminista. Para tal, a autora analisa os trabalhos que versam sobre as práticas de mulheres inseridas em “religiões que reproduzem a norma tradicional de gênero”, campo em que esse conceito é amplamente utilizado, visto sua rigidez face aos discursos que desafiam radicalmente suas normas. Apesar da particularidade desse contexto, tal categorização se mostra relevante na medida em que nos oferece uma breve visualização de como as pesquisas em teoria feminista mobilizam *agency*, a saber: no sentido de “resistência” (*resistance agency*), como “empoderamento” (neologismo derivado do termo anglo-americano *empowerment*), de maneira “instrumental” (*instrumental agency*) e, finalmente, como “indulgência” (*compliant agency*).

Desse modo, a perspectiva na qual *agency* é vista como sinônimo de resistência tende a focalizar os momentos nos quais as mulheres, adeptas de religiões que reiteram a norma tradicional de gênero, desafiam ou buscam modificar certos aspectos das práticas de sua crença. É o caso, por exemplo, das redes informais que se articulam para requerer reformas no âmbito das normas da igreja. A antropóloga brasileira Margareth Rago (2013) reconstitui a trajetória de Ivone Gebara, teóloga católica e uma das fundadoras do movimento feminista *Católicas pelo direito de decidir*, que luta pelo direito das mulheres de “poder decidir” voluntariamente sobre seu próprio corpo, “com autonomia e liberdade, especialmente em relação à sexualidade e reprodução”, no caso, por exemplo, de uma interrupção de gravidez<sup>158</sup>. Pela ruptura que se propõe,

---

158 Para mais informações, ver: <http://www.catolicasonline.org.br/>

a perspectiva na qual *agency* é um sinônimo de resistência ganha destaque por seu caráter visivelmente flagrante. No entanto, ela corre o risco de pressupor que todas as mulheres desejam romper com as normas tradicionais de gênero, e exclui aquelas que não o desejam (Burke, 2012).

Como alternativa à perspectiva que associa *agency* à resistência, Burke (2012) identifica nos trabalhos de pesquisadoras feministas duas outras abordagens. O conceito de *agency* como empoderamento é identificado nas práticas de mulheres religiosas que modificam suas interpretações, no que diz respeito às normas tradicionais de gênero, ao invés de modificar as normas propriamente ditas – como as mulheres que declaram sua autonomia baseada na ideia de que a submissão é devida a Deus, e não aos seus maridos. Em seguida, o *agency* instrumental (como um instrumento visando a alcançar algo), pode ser identificado no momento em que as mulheres dos trabalhos analisados por Burke fazem uso de sua inserção na religião para promover mudanças em aspectos de sua vida externa à religião (e não na opressão promovida por suas normas internas sobre as questões de gênero) – consideremos o exemplo de mulheres evangélicas que persuadem seus maridos a se converter à sua religião, a fim de lhes dissuadir do uso do álcool e evitar comportamentos abusivos e agressivos (Burke, 2012).

Finalmente, a utilização de *agency* no sentido de indulgência realça as ações intencionais de conformidade às normas de gênero, ou seja, os estudos que adotam essa abordagem entendem que as mulheres exercem igualmente sua capacidade de *agency* quando optam pela conformidade às normas. De acordo com Burke (2012), derivando-se de uma perspectiva pós-colonial, essa abordagem argumenta que definir *agency* apenas a partir da autonomia deixa de lado a experiência religiosa de mulheres num contexto não ocidental, pois tende a valorizar principalmente a versão liberal da liberdade humana. Dito de outro modo, “uma mulher que interpreta deliberadamente os textos sagrados que prescrevem, segundo sua religião, o papel que lhe é atribuído enquanto mulher não exibem *mais agency* que outra, que interprete esses mesmos textos de modo a respeitar tais prescrições de gênero” (Burke, 2012, p. 128, tradução minha, grifo em “mais” da autora, meu itálico em “agency” por ser uma palavra estrangeira)<sup>159</sup>. Burke utiliza o exemplo de mulheres da religião dos mórmons que zelam pela obediência aos imperativos de gênero, tendo em vista cumprirem os

---

159 Ou seja: « *one woman who liberally interprets sacred texts about women’s proper role within her religion does not exhibit more agency than another woman who interprets those same texts in a way that uphold gender-traditionalism* ».

requisitos necessários para tornarem-se deusas após a morte. Eu citaria igualmente, além desse exemplo, o célebre trabalho da antropóloga americana Saba Mahmood (2006), que analisou as práticas de mulheres muçulmanas engajadas em um movimento integrado ao revivalismo islâmico na cidade do Cairo, no Egito<sup>160</sup>.

O Quadro 22, que reproduzo abaixo, de Burke (2012, p. 124, tradução minha), propõe sintetizar as quatro categorias acima descritas. É importante indicar que, mesmo que este quadro destaque suas diferenças, tais abordagens não se excluem entre si. Como dito anteriormente, a singularidade do tema de seu estudo não exclui a possibilidade percepção do lugar do conceito de *agency* na teoria feminista. Além disso, notaremos que, fazendo a substituição do sintagma “doutrina religiosa” ou “religião” por “normas de gênero e sexualidade” no referido quadro, as afirmações continuaram a fazer sentido no contexto social mais amplo.

---

160 Esta obra, publicada originalmente em inglês, sob o título *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject* (Mahmood, 2005), possui um de seus capítulos traduzido e publicado, em formato de artigo, em português de Portugal. Referencio, na tese, o artigo em português visando ao acesso de minhas leitoras e leitores. No entanto, visto que consultei principalmente a obra integral em francês, as citações de trechos que não puderem ser encontrados no artigo farão referência à versão nesse idioma, seguido de sua respectiva referência (Mahmood, 2009).

QUATRO  
ABORDAGENS  
NO USO DO  
CONCEITO DE  
**AGENCY**



	<b>Vantagens</b>	<b>Limites</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Resistência</b>	As mulheres não aceitam passivamente as doutrinas religiosas e podem desafiar, de maneira criativa, as instituições dominadas pelos homens.	As mulheres indulgentes são excluídas. A pressuposição da oposição universal das mulheres às práticas que concordam com a norma tradicional de gênero.	Feministas católicas que escrevem cartas solicitando aos seus líderes de reconsiderar a posição oficial da Igreja quanto à ordenação de mulheres (Katzenstein, 1998).
<b>Empoderamento</b>	As mulheres não aceitam passivamente as doutrinas religiosas e podem viver a religião de maneira positiva.	As mulheres indulgentes são excluídas. A pressuposição do desejo universal das mulheres pelo empoderamento.	Uma mulher pentecostal que se sente empoderada pelo amor de Deus, relacionando esse evento ao seu abandono pelo pai na infância (Griffith, 1997)
<b>Instrumental</b>	A participação religiosa das mulheres pode ter resultados positivos. A religião interage com outros fatores de suas vidas.	A pressuposição da ação instrumental. As práticas religiosas que não explicadas pelos efeitos ligados a questões não religiosas são excluídas.	Uma mulher muçulmana que usa um véu sobre a cabeça e nota que seus colegas do sexo masculino a valorizam mais por sua inteligência que sua aparência no ambiente de trabalho (Read & Bartkowski, 2000).
<b>Indulgência</b>	As mulheres não aceitam passivamente as doutrinas religiosas e são indulgentes de maneiras diversas, de acordo com as circunstâncias.	O risco de ampliar em excesso a definição de <i>agency</i> pela inclusão de todo tipo de ação, o que tornaria o conceito sem utilidade.	Mulheres da Igreja dos Mórmons que julgam seus atos de submissão necessários para que se tornem deusas no paraíso após a morte (Hoyt, 2007).

A categorização feita por Burke (2012), seguindo o critério da abordagem no uso do conceito, destaca a maneira pela qual as mulheres se posicionam face às imposições baseadas em normas de gênero e sexualidade vindas do contexto social no qual estão inseridas. Esse é um modo de organização que ajuda a compreender como a noção de *agency* tem sido mobilizada em pesquisas empíricas recentes, porém, deixa de informar os vínculos teóricos que sustentam tais procedimentos. Essas seriam informações indispensáveis à compreensão dos sentidos o conceito em questão adquire, sobretudo para o percurso teórico que busco traçar nesta sessão.

Desse modo, sigo as indicações de Lois McNay (1999), que propõe uma maneira diferente de cartografar os usos do conceito de *agency* na teoria feminista, particularmente interessante a esta tese. A autora destaca, primeiramente, as três correntes de pensamento que predominam no âmbito das teorias feministas sobre gênero e sexualidade, a saber a psicanálise pós-lacanianiana, as teorias da comunicação intersubjetiva derivada do pensamento habermassiano e, finalmente, as teorias pós-foucaultianas da construção discursiva. Em seguida, McNay focaliza essa terceira tendência, que a conduz a seu interesse central, o trabalho de Judith Butler.

De acordo com McNay (1999), no âmbito da tradição que deriva do pensamento de Michel Foucault, é o trabalho de Judith Butler que impacta mais significativamente a compreensão feminista sobre a identidade de gênero. Além disso, Butler será responsável pela diminuição da distância entre as perspectivas psicanalíticas e construcionistas no que tange à formação do sujeito. É assim que, apoiando-se na teoria da performatividade, a noção de *agency* se torna central na teoria butleriana da formação do sujeito e da construção da subjetividade, problemáticas caras às reflexões nas quais me engajo nesta tese.

### 6.3 Sujeito e performatividade em Judith Butler: uma nova teoria da capacidade de agir

A teoria sobre *agency* desenvolvida por Judith Butler é abordada primeiramente em sua obra célebre *Gender Trouble*, publicado em 1990, principalmente na sessão dedicada às suas reflexões sobre o gênero performativo, bem como na introdução à sua segunda edição, publicada dez anos depois, em 1999. Em seguida, essas ideias são desenvolvidas principalmente em suas publicações posteriores, tais como *Bodies That Matter*, de 1993, *Excitable Speech* e *The Psychic Life of Power*, ambas publicadas

originalmente em 1997<sup>161</sup>. Através desses textos, a filósofa irá redefinir esse conceito, por um lado, associando-o à sua teoria da performatividade do gênero e, por outro, integrando-o à noção de sujeito que desenvolve.

### 6.3.1 Formação do sujeito e condições para a ação

Convém começarmos pela questão: qual o lugar do sujeito numa teoria sobre o conceito de *agency*? Ou ainda: nesse contexto, existe uma funcionalidade ou utilidade para o sujeito? Contudo, antes de nos dedicarmos a tais questões, buscando a funcionalidade e utilidade do sujeito, será útil definir o que se pretende dizer com esse termo e que significados adquire na teoria butleriana.

De acordo com Butler (2018a), o sujeito deveria ser descrito como uma categoria linguística. Falar de “sujeito” não é o mesmo que falar de “indivíduos” ou “pessoas”, afirma a autora. Essas palavras, conseqüentemente, não são sinônimas. Diga-se de passagem, seria através da ocupação desse espaço linguístico que pessoas e indivíduos adquiririam inteligibilidade e existência discursiva, tornar-se-iam “sujeitos”.

Por outro lado, este ato fundador do sujeito se ancora sobre um ato de coerção, pois não haverá indivíduo ou pessoa que se tornará sujeito sem que “seja subjetivado” (*becoming subjected*) ou passe pela “subjetivação” (*subjectivation*) (Butler, 2018a, p. 19). Assim, a compreensão butleriana de sujeito toma como ponto de partida a noção foucaultiana de subjetivação (*subjectivation*)<sup>162</sup>, segundo a qual “o sujeito se constitui através das práticas de [assujeitamento] ou, de maneira mais autônoma, através de

---

161 Essas obras foram consultadas nas versões originais em inglês, em suas traduções em francês e, quando estavam disponíveis neste idioma, em português. Visando à facilidade no acesso dos leitores e leitoras brasileiras, priorizarei, sempre que for possível, as referências e números de página das versões em português, salvo casos em que a especificidade da informação demanda a citação de uma versão em outro idioma.

162 Frédéric Gros (2017) identifica dois sentidos para a noção de subjetivação (*subjectivation*) na obra de Michel Foucault: num sentido mais amplo, subjetivação indicaria uma “modalidade histórica da experiência” e, num sentido mais estrito, os jogos que implicam formas de “construção de uma relação consigo mesmo” (*rappor à soi*). Enquanto modalidade histórica, afirma Gros, a subjetivação é uma forma de expressão da experiência. Isto é, modalidades históricas da experiência (como a loucura, o crime ou a sexualidade) produzem, atrelados a certos “domínios do saber” e “tipos de normatização”, “formas de subjetividade” (tais quais, por exemplo: o louco, o criminoso ou o homossexual). Por outro lado, no sentido da construção de uma relação consigo mesmo, a subjetivação é o processo que engaja o sujeito na sua autoconstituição (enquanto sujeito ético). Trata-se de uma “estruturação ética da existência”, conjugando “técnicas” de si e “práticas” de assujeitamento (*assujettissement*) e de libertação (p. 94). Em síntese, a subjetivação, como modalidade histórica da experiência, é “constitutiva do sujeito ético” e nos engaja na questão mais ampla sobre “O que é o homem?”. Como construção de uma relação consigo mesmo, é “o processo mesmo de construção de um sujeito ético” e nos instiga a conhecer “Quem somos nós?” (p. 96). Tal separação, adverte Gros, atende meramente a critérios pedagógicos, pois a subjetivação implica sempre modos de ser históricos e singulares. Por fim, no âmbito deste estudo, esclareço que a subjetivação é analisada no seu sentido mais preciso, como constituição de um sujeito ético.

práticas de liberação, de liberdade” (Foucault, 2010b, p. 291)<sup>163</sup>. Em síntese, tornar-se sujeito implicaria assim dois tipos de práticas aparentemente contraditórias, de assujeitamento e de liberdade.

Contudo, a fim de evitar a ideia de uma possível oposição, Butler preferirá falar nos termos de um paradoxo, ao invés de uma contradição, valorizando, sobretudo, o caráter dialético e ambíguo desse processo, que se mostra mais coerente com as ideias e a obra de Foucault no seu todo. Assim, nos termos da autora, o paradoxo da “sujeição” (*subjection*) implica que para se opor ao poder é necessário, ao mesmo tempo, submeter-se a ele. Dito de outro modo, o mesmo poder ao qual buscamos “nos” opor é o mesmo que constitui a existência de um “nós”, ou seja, “[c]omo forma de poder, a sujeição é paradoxal” (Butler, 2018a, p. 9).

Chegamos, então, ao ponto em que suas reflexões encontram meu interesse na noção de *agency*. Butler (2018a, p. 10) afirma que o paradoxo da sujeição “consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação”. Isso significa que o processo pelo qual uma pessoa se torna sujeito, pelo assujeitamento, é o mesmo que lhe atribui a capacidade de agir (*agency*). O sujeito se torna, assim, o vetor de uma ambivalência: se a ação do sujeito pressupõe sua própria subordinação, a luta contra esta subordinação a pressupõe e a reconvoca (Butler, 2018a, p. 21–22), uma ambivalência que coexiste no âmbito do sujeito. O sujeito se torna assim o *locus* paradoxal do poder. Como resume Fassin (2006, p. 15, segundo minha tradução), em relação ao sujeito butleriano: “Opomo-nos ao poder, mas ao mesmo tempo dependemos dele. [...] A atribuição que endossamos, e recuperamos ao nosso favor, é a condição paradoxal da nossa capacidade, senão de nossa potência de agir”<sup>164</sup>.

### 6.3.2 A performatividade é o coração da capacidade de agir

Se o assujeitamento é o ato inaugural para o *agency*, a performatividade é o seu vetor. Dito de outra maneira, se a coerção constitutiva do assujeitamento não é capaz de aniquilar a potência para a ação, ela situa essa potência não numa relação de

---

163 No original: “... le sujet se constitue à travers des pratiques d’assujettissement, ou, d’une façon plus autonome, à travers des pratiques de libération, de liberté.” (Foucault, 2001, p. 1551). Optei por utilizar o termo “assujeitamento” no lugar de “sujeição”, duas traduções amplamente utilizadas em português para o francês “*assujettissement*”, por critério de proximidade com o termo original, visando a uma melhor compreensão na transferência do conceito de um idioma para o outro.

164 Ou seja: “*Nous nous opposons au pouvoir ; mais dans un même temps nous en dépendons. [...] L’assignation que nous endossons et reprenons à notre compte est la condition paradoxale de notre capacité, voire de notre puissance d’agir*”.

oposição que é externa ao poder, mas numa prática de reiteração ou de reformulação no interior de seu exercício (Butler, 2020, principalmente o Capítulo 4, “gender is burning”). É essa prática de reiteração e de reformulação, imanente ao poder e fulcro de uma teoria sobre *agency*, que Butler nomeia de performatividade (traduzo):

Neste e em outros textos, eu busquei compreender o que poderia ser tal capacidade de agir politicamente [*political agency*], na medida em que ela não poderia estar isolada da dinâmica do poder que a forja. O caráter iterativo da performatividade se encontra no coração de uma teoria da capacidade de agir [*theory of agency*], teoria da qual o poder é inegavelmente uma das condições de possibilidade (Butler, 1999, p. XXV)<sup>165</sup>.

A filósofa apresenta, então, a sua teoria da performatividade como modo de pensar a resistência nos termos dessa iteração, i.e., repetição, sendo o sujeito o lugar de uma possível alteração. Isso poderia responder às questões sobre a utilidade e funcionalidade do sujeito, indagadas no início desta sessão.

Se por um lado o pressuposto butleriano da sujeição, no sentido de um assujeitamento e da subjetivação, informa que o sujeito reitera sua subordinação cada vez que a afronta; por outro, ele admite que tal repetição nunca é totalmente mecânica, sem falhas (Butler, 2018a). Em síntese, se a performatividade mostra o caráter ritualizado do poder, o *agency* revela sua fissura<sup>166</sup>.

A fragilidade do poder se faz notar na necessidade constante de se reafirmar, afirma Butler, por meio da reiteração de seus enunciados. Considerando que a “cópia” não será jamais idêntica à “original”, pois o “original” não passa de uma idealização, a performatividade conduz frequentemente ao erro. É onde se situa sua fragilidade. Dizer que a performatividade está no coração de uma teoria sobre *agency*, implica que a possibilidade do fracasso do discurso é a condição de uma resposta crítica (Butler, 2017). Trata-se do “fracasso constitutivo do performativo” (Butler, 2020 p. 144 de 260, Versão Apple Livros).

---

165 Embora *Gender Trouble* já tenha sido traduzido para o português, o trecho citado se refere à introdução à segunda edição, que ainda não está disponível na versão brasileira da obra. Tendo dito isto, reproduzo, em seguida, o fragmento original do texto: “*In this text as elsewhere I have tried to understand what political agency might be, given that it cannot be isolated from the dynamics of power from which it is wrought. The iterability of performativity is a theory of agency, one that cannot disavow power as the condition of its own possibility*”.

166 A propósito, se a dimensão ritualizada da performatividade aproxima Butler da noção de *habitus*, segundo o trabalho de Pierre Bourdieu (Butler, 1999, p. 206, nota 8), a fissura produzida pela potência para a ação, no âmbito dessa mesma ritualização, afasta-os (Fassin, 2006, p. 15).

Além disso, a formação do sujeito em Butler está estreitamente ligada à teoria da performatividade do gênero. Em outros termos, se o sujeito é uma categoria discursiva, esse não poderá adquirir inteligibilidade social através da linguagem sem passar pela marca do gênero (Butler, 2006b, p. 43). A linguagem enquanto veículo do poder pode “realizar coisas”, produzir efeitos de verdade, pois “a linguagem atua” (Butler, 2017, p. 22).

Para Butler, o poder de realização da linguagem se traduz, por exemplo, na maneira como vemos o gênero pela materialidade do sexo, bem como nas identidades e sujeitos que ela produz, como o status de substância que adquire a categoria psicológica de pessoa (Butler, 2006b, p. 43). Porém, a ideia do performativo foi concebida para mostrar que “o que vemos no gênero como essência interior é fabricado através de uma série ininterrupta de atos, que essa essência é posta como tal na, e pela, estilização do corpo atravessada pelo gênero” (Butler, 1999, p. XV, de acordo com minha tradução)<sup>167</sup>. Uma síntese de tal relação, entre subjetivação e gênero performativo, é apresentada abaixo nas palavras de Fassin (2006, p. 14):

É assim que nos constituímos enquanto sujeitos: o gênero não é a nossa essência, que se revelaria em nossas práticas; é nas práticas do corpo cuja repetição institui o gênero. A identidade sexual não preexiste às nossas ações: não se deve supor, atrás ou diante da ação, qualquer ator. Pois essas ações são elas mesmas efeito: o gênero é o efeito das normas de gênero.

Embora o gênero seja produzido na norma, ele é também um domínio da capacidade de agir e das práticas de liberdade. Além disso, se a formação do sujeito é atravessada pelo gênero, senão constitui-se com o gênero, esse último não poderia ser o único a tornar possível a capacidade de agir pela performatividade. Como temos visto, o sujeito é igualmente um domínio da capacidade de agir e da liberdade.

Como afirma McNay (1999, p. 177, de acordo com minha tradução), “a construção performativa da identidade de gênero é simultaneamente constitutiva de uma margem de manobra [*agency*], visto que os processos de identificação, através dos quais as normas são materializadas, permitem a formação de um sujeito capaz de resistir a essas normas”<sup>168</sup>. Isso significa que os modos através dos quais “nós”

---

167 Citação original: “*The view that gender is performative sought to show that what we take to be an internal essence of gender is manufactured through a sustained set of acts, posited through the gendered stylization of the body.*”

168 Isto é: “*The performative construction of gender identity is simultaneously constitutive of agency in that the identificatory processes through which norms are materialized enable the formation of a subject who is capable of resisting those norms.*”

nos construímos enquanto sujeitos são igualmente expostos à desestruturação, em virtude da reiteração e, conseqüentemente, da reformulação das normas de gênero.

Em suma, a noção de *agency* mostra sua potência teórica para pensar a subjetivação no âmbito do poder, vis-à-vis às normas de gênero e de sexualidade, bem como nos termos dos abusos desse poder, como no caso da violência baseada em tais normas, que é o tema desta pesquisa.

### 6.3.3 *Agency e resistência não são (necessariamente) sinônimos*

Neste ponto desta exposição, que visa a situar teoricamente o conceito de *agency*, constato a necessidade de mencionar igualmente as tensões que nos dão pistas interessantes para mobilizar esse conceito no âmbito deste trabalho. Privilegiarei, assim, duas críticas principais, pois ambas se apoiam, e ao mesmo tempo prolongam, o trabalho de Judith Butler. Em princípio, cito a crítica dirigida ao chamado paradigma negativo da subjetivação (a coerção como elemento fundador do sujeito), formulada por Lois McNay, e, em seguida, a crítica do privilégio atribuído a uma noção de *agency* prioritariamente como subversão, proposta por Saba Mahmood.

Apesar da abertura que a dialética da subjetivação foucaultiana, compreendida na diáde entre coerção e liberdade, abre para pensar *agency*, McNay (2000, p. 2) irá se queixar das teorias ditas pós-foucaultianas, como a de Butler, no que concerne a uma predominância de foco sobre o aspecto negativo da formação do sujeito, ou seja, sobre o assujeitamento.

Do meu ponto de vista, embora bastante ênfase tenha sido efetivamente dada ao assujeitamento, o paradigma foucaultiano da subjetivação não se mostra negativo em seu todo, considerando, por exemplo, sua ideia sobre a construção de si como uma obra de arte (Foucault, 2010b). Além disso, compreendo que é possível, ainda, produzir análises que colocam em evidência o aspecto ativo do sujeito no processo de construção de si.

As pesquisas que recorrem ao paradigma foucaultiano da subjetivação, às quais pude ter acesso no curso da redação desta tese, tendem a permanecer nessa polarização, classificando ações como assujeitamento ou resistência. Para imprimir um aspecto subversivo, buscam mostrar a todo preço que há sempre resistência no âmbito dos fenômenos e nas ações dos interlocutores/as estudado/as. Percebo tal movimento diferentemente. Parece-me que a resistência, ou qualquer oposição nítida ao exercício do poder ou seus abusos, não estará necessariamente presente no

âmbito das ações das pessoas. Contudo, as ações, essas estarão sempre presentes e poderão ser classificadas, mas não necessariamente, como resistência.

O tornar-se sujeito, segundo Butler, vem adicionar nuances às ideias trazidas por Foucault. O paradigma, segundo essa autora, parece não estar restrito às possibilidades de leitura das ações entre liberdade e assujeitamento, pois “o conceito do performativo insiste sobre como a coerção é constitutiva, mas não completamente determinante da subjetividade e do gênero, em outras palavras, a capacidade de agir ganha destaque”<sup>169</sup>, como afirma McNay (1999, p. 177, tradução minha). Parece, então, evidente que, em grande parte do tempo, as ações dos sujeitos excedem o assujeitamento ou resistência, no processo de se construir a si mesmos.

Se ousar reescrever a fórmula foucaultiana da formação do sujeito no vocabulário butleriano de uma teoria da potência de agir, ou seja, de *agency*, eu diria que o sujeito se constitui através de práticas de assujeitamento, mas essas, por sua vez, tornam possíveis modos criativos de ação, podendo ser, por exemplo, de resistência, de conformidade e/ou de adaptação ao poder. Nessa afirmação, o termo “criativo” pode ser lido como o que “libera a possibilidade para a ação”; e “possibilidade para a ação” como “outra coisa senão a restauração de uma autonomia soberana no discurso”<sup>170</sup> (Butler, 1997, p. 15). A propósito, a crítica da soberania, na qual o sujeito não é soberano dos seus atos, não implica a demolição de sua capacidade de agir (Butler, 1997, p. 16). Em síntese, mesmo que implicando a potência, senão a capacidade de agir, *agency* não é (necessariamente) um sinônimo de resistência.

Essa nova concepção permite escapar à dicotomia submissão *versus* resistência para pensar *agency* como um tipo de híbrido entre subversão e adaptação, ou seja, um campo de forças oscilantes. Assim, as práticas de sujeição (no sentido de subjetivação), mesmo em conformidade com as normas (i.e., de repetição do assujeitamento), não podem deixar de ser consideradas ações, que valorizam o aspecto ativo do sujeito, porque a repetição nunca é a repetição do mesmo. As pessoas podem construir sua subjetividade “deliberadamente” de acordo com as normas, mas isso não nega o fato de que estão exercendo sua capacidade de agir, logo, seu *agency*. Por outro lado, as ações “deliberadamente” de ruptura com a norma, essas também carregam a marca

---

169 Nas palavras da autora: “[The] concept of performative highlights how constraint is constitutive but not fully determining of gender subjectivity, in other words, the theory of agency is outlined.”

170 Ou seja: “I hope to make clear that by affirmative [em referência aos modos mais “afirmativos” de ação, que eu substituí em meu texto por “criativos”], I mean ‘opening up the possibility of agency,’ where agency is not the restoration of a sovereign autonomy in speech [...]”

do poder. O desafio no qual se encontra o sujeito é o de produzir maneiras mais criativas de viver o assujeitamento pelo poder, buscando ampliar sua margem de manobra, o que implica sua capacidade de agir face às imposições do poder. “Não se trata de um exercício da capacidade de agir a distância, mas precisamente de lutar no interior dos limites da coerção”<sup>171</sup>, resume Butler (1997, p. 37, minha tradução).

Outrossim, mesmo que Butler venha matizar a oposição entre assujeitamento e resistência, valorizando o aspecto ativo do sujeito sem lhe atribuir uma posição soberana no discurso, nós encontraremos na antropóloga paquistanesa Saba Mahmood (2009)<sup>172</sup> algumas divergências produtivas vis-à-vis à perspectiva da filósofa estadunidense (que traduzo abaixo):

Um dos principais pontos de tensão poderia ser resumido assim: embora ela [Butler] afirme que exista uma relação necessária entre a consolidação e a desestabilização das normas, sua análise da capacidade de agir [*agency*] aborda, sobretudo, os mecanismos de poder que permitem ressignificar e subverter as normas. Assim, mesmo que Butler lembre a todo momento que os atos de subversão são um produto dos termos da violência aos quais esses atos buscam se opor, sua análise da capacidade de agir privilegia frequentemente os momentos que orientam “as possibilidades de ressignificação contra os objetivos da violação” ou ainda que fornecem “a ocasião de uma rearticulação radical do horizonte simbólico”. Em outros termos, Butler se interessa pela capacidade de agir antes de tudo nos contextos em que as normas são colocadas em questão ou são ressignificadas. (Mahmood, 2009, p. 41–42)<sup>173</sup>.

Mahmood reconhece o quanto suas reflexões devem aos trabalhos de Butler, mas ela critica veementemente o privilégio dado pela filósofa à análise de *agency* em contextos nos quais essa noção aparece como um sinônimo da subversão das normas. O trabalho da antropóloga versa sobre a política islâmica no Egito, a partir

---

171 Nas palavras de Butler: “*This is not an exercise of agency at a distance, but precisely a struggle from within the constraints of compulsion.*”

172 Para uma versão síntese desse texto, publicada em português em formato de artigo, ver Mahmood (2006).

173 Citação traduzida do francês: “*L’un des principaux points de tensions pourrait se résumer ainsi : alors qu’elle affirme qu’il existe un lien nécessaire entre la consolidation et la déstabilisation des normes, son analyse de la capacité d’agir porte surtout sur les mécanismes de pouvoir qui permettent de résignifier et de subvertir les normes. Ainsi, alors même que Butler rappelle sans cesse que tous les actes de subversion sont un produit des termes de la violence auxquels ces actes cherchent à s’opposer, son analyse de la capacité d’agir privilégie souvent les moments qui orientent « les possibilités de résignification contre les objectifs de la violation » ou bien ceux qui fournissent « l’occasion d’une réarticulation radicale de l’horizon symbolique ». En d’autres termes, Butler s’intéresse à la capacité d’agir avant tout dans les contextes où les normes sont remises en question ou resignifiées.*”

de uma pesquisa etnográfica desenvolvida com um movimento feminino dentro das mesquitas, que fazem parte do movimento de renovação islâmica no Cairo. Mahmood se opõe, assim, ao que qualifica como noção liberal da autonomia, que se pretende um projeto universal na teoria feminista, pois incompatível, por exemplo, com a ética das mulheres com as quais ela pode conviver em seu estudo. Em suma, tal noção liberal de *agency*, afirma Mahmood, não pode funcionar em contextos nos quais a atividade humana escapa ao binarismo repressão e resistência.

Mahmood denuncia uma tendência na teoria feminista, e nos estudos de gênero, a naturalizar um desejo humano de liberdade e autonomia. Essa tendência, segundo Mahmood, faz parte de uma herança do pensamento iluminista (e a ilusão de um sujeito racional, mestre de si e transcendente, que menciono acima) e de sua tradição liberal em particular, uma noção libertária de sujeito que se expandiu amplamente na nossa tradição intelectual humanista.

Assim, ao invés de restringir as análises de seu campo com visões românticas da resistência, Mahmood sugere que mobilizemos a noção de resistência, mais para o que qualifica como mecanismos específicos do poder. No âmbito desses mecanismos, poderemos ver que *agency* não se exprime apenas nas práticas de oposição às normas, mas também nas práticas nas quais as normas são habitadas e vividas.

Essa perspectiva foi particularmente útil para que eu pudesse pensar certos momentos da experiência de meus e minhas entrevistadas, narrados durante o trabalho de campo que desenvolvi para esta tese. Foram principalmente úteis para refletir sobre os momentos em que a conjuntura política foi marcada por uma esmagadora opressão, quando a capacidade de agir não podia ir muito mais além que a preservação da própria vida.

## CAPÍTULO 7

### Capacidade de agir e produções de si face às LGBTfobias

A experiência da violência baseada no preconceito e na discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, as LGBTfobias, exerce um papel significativo na construção da subjetividade das pessoas não conformes às normas hegemônicas de gênero e sexualidade. A concretude dessa experiência, uma lembrança que a evoque ou a sua iminência onipresente obriga lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas *queer* e intersexuais a estarem em constante relação com a violência. É na relação com esse tipo de vivência, sempre concreta ou simbolicamente presente, que as pessoas LGBTQIA+ constroem seus modos de existir no mundo. Uma construção que implica numa barganha permanente com as prescrições sociais, principalmente em termos de gênero e sexualidade, e suas sanções. Essa existência negociada requer modos criativos de ação. Em outros termos, os modos nos quais nos organizamos para produzir respostas criativas às experiências de violência constroem modos de existir, bem como de resistir, que se traduzem em formas singulares de subjetividade.

Essas ideias tomam como referência, ao mesmo tempo que expandem, os argumentos defendidos por Didier Eribon, em suas *Reflexões sobre a questão gay* (*Réflexions sur la question gay*), que traduzo no fragmento abaixo:

Podemos nos questionar se as vidas gays não são submetidas a um tipo de “assédio moral” permanente, direto ou indireto, mas, em todo caso, presente em todas as situações da existência: um assédio social. [Um questionamento que nos leva a outro:] E se, por conta disso, a personalidade que se constrói, a identidade que se produz em tais condições, não são determinadas pelas consequências psicológicas desta posição social de “assediado” na vida cotidiana (pelo xingamento, deboche, agressão, clima de hostilidade...) [?]. Podemos conceber que um dos princípios estruturantes das subjetividades gays e lésbicas consiste em procurar os meios de fugir da injúria e da violência e que isto passa pela dissimulação de si mesmo ou pelo êxodo para lugares mais indulgentes.<sup>174</sup> (Éribon, 2012, p. 30)

174 Isto é: “On peut se demander si les vies gays ne sont pas soumises à une sorte de « harcèlement moral » permanent, direct ou indirect, mais en tout cas présent dans toutes les situations de l’existence : un harcèlement social. Et, par conséquent, si la personnalité qui se construit, l’identité qui se façonne dans de telles conditions ne sont pas déterminées par les conséquences psychologiques de cette position sociale de « harcelés » dans la vie quotidienne (par l’injure, la moquerie, l’agression, l’hostilité ambiante...). On conçoit que l’un des principes structurants des subjectivités gays et lesbiennes consiste à chercher les moyens de fuir l’injure et la violence, que cela passe par la dissimulation de soi-même ou par l’émigration vers de lieux plus cléments.”

Vou ao encontro desse autor quando afirma o caráter subjetivante da violência à qual se submetem constantemente, no exemplo de seu texto, gays e lésbicas. Vou de encontro a ele quando seu foco recai sobre a violência, e não sobre as respostas produzidas na relação com ela. Éribon admite certamente as consequências psicológicas que empurram as pessoas LGBTQIA+ a buscarem meios de fugir da violência, mas não são esses efeitos que estão no centro de suas reflexões. Para o autor, a violência é mais central que a capacidade de agir. Segundo Eribon, a injúria é um elemento disparador mesmo da subjetivação, visto a célebre citação da obra mencionada acima: “No começo, era a injúria” (p. 25), um trocadilho entre a gênese bíblica e a gênese do sujeito na homofobia.

Nesse mesmo sentido, Butler relembra a formulação de Louis Althusser para estabelecer o assujeitamento como um ato de interpelação<sup>175</sup> social inaugurado pelo discurso de ódio:

A marca impressa da interpelação não é descritiva, mas inaugural. Ela busca mais introduzir do que levar em conta uma realidade existente; e ela realiza essa introdução citando uma convenção existente. A interpelação é um ato de discurso cujo “conteúdo” não é nem verdadeiro nem falso: a descrição não é seu objetivo primordial. Seu objetivo é o de designar e de estabelecer um sujeito na sujeição, de produzir seus contornos sociais no tempo e no espaço. Sua operação reiterativa tem o efeito de sedimentar o “posicionamento” do sujeito no tempo.<sup>176</sup> (Butler, 1997, p. 33–34, segundo minha tradução)

Ou seja, a violência verbal constitui o sujeito<sup>177</sup> ao mesmo tempo que lhe designa uma posição subordinada; todavia, essa constituição não é de modo algum definitiva, mas reiterativa, e, como mencionado antes, encontra, nas fissuras que essa repetição permite, a possibilidade de uma resposta crítica (Butler, 1997, p. 18–19).

---

175 A cena proposta por Althusser (1976), para exemplificar sua noção de interpelação social, descreve um policial que brama a um passante a frase “Ei, você aí!”, que, em se reconhecendo nesta chamada, adquire inteligibilidade linguística no âmbito desse episódio.

176 No original: “*The mark interpellation makes is not descriptive, but inaugurative. It seeks to introduce a reality rather than report on an existing one; it accomplishes this introduction through a citation of existing convention. Interpellation is an act of speech whose ‘content’ is neither true nor false: it does not have description as its primary task. Its purpose is to indicate and establish a subject in subjection, to produce its social contours in space and time. Its reiterative operation has the effect of sedimenting its ‘positionality’ over time.*”

177 Convém fazer uma diferenciação aqui. Butler, em *Excitable Speech*, descreve a produção do sujeito numa dimensão linguística e social (a sujeição como submissão originária ao poder), sem ainda focalizar em seus aspectos psicológicos (a sujeição como a forma psíquica que toma o poder). Uma dimensão que não será deixada de lado pela autora, que a colocará no centro de sua análise em *The Psychic Life of Power*. Evidentemente que faço essa diferenciação com uma finalidade pedagógica, mas tendo em vista que os fenômenos se mesclam e se confundem em seus modos de operação.

Colocando esse·a·s autore·as em perspectiva, vejo a princípio que Eribon suporta sua teoria da constituição do sujeito no discurso por bases filosóficas similares àquelas de Butler, como Foucault e Althusser. Além disso, ele se coloca em diálogo no seu texto com as reflexões da autora. Porém, percebo que o autor se restringe à análise da violência do insulto sem explorar com a mesma riqueza as possibilidades de ação e subversão, uma vez que Butler, por sua vez, situa na análise do discurso de ódio o ponto de partida de uma teoria da capacidade de agir.

Contrariamente a Eribon e Butler, que trabalharam precisamente sobre a violência verbal, minha análise não se focalizará em um só tipo de violência. Tendo em vista a diversidade de experiências narradas durante minha pesquisa de campo, o “privilégio” será dado ao que me foi narrado. São as narrativas que fornecem as pistas do que será analisado. Além disso, interesse-me mais precisamente pelas construções de si ligadas à luta na sua relação com a violência que a violência em si.

Finalmente, aproximo minhas reflexões às de Mahmood (2006), que, apoiando-se no trabalho de Butler, destaca o papel da capacidade de agir no paradoxo da sujeição (no sentido de subjetivação). Para Mahmood, a capacidade de agir compreende tanto os atos de resistência às normas como as múltiplas formas de habitá-las:

Em outros termos, podemos afirmar que o conjunto de qualidades próprias a um sujeito (ou seja, as qualidades que definem os diferentes aspectos da capacidade de agir) não são o resíduo de um si mesmo que escapa a toda dominação preexistente ao trabalho do poder, mas essas qualidades são elas mesmas os produtos desse trabalho. Tal compreensão do poder e da formação do sujeito nos incita a conceituar *agency* não apenas como um simples sinônimo da resistência às relações de subordinação, mas como uma capacidade para a ação criada no âmbito de relações de subordinação específicas.<sup>178</sup> (Mahmood, 2006, p. 17–18, de acordo com minha tradução)

Desse modo, considerando as potencialidades e os limites nas proposições teóricas dessas autoras e autores, cujos aspectos que julgo mais pertinentes foram citados acima, formulo as ideias que norteiam meu próprio argumento de análise nas três seguintes afirmações:

---

178 Nas palavras da autora: “*Stated otherwise, one may argue that the set of capacities inhering in a subject – that is, the abilities that define her modes of agency – are not the residue of an undominated self that existed prior to the operations of power but are themselves the products of those operations. Such an understanding of power and subject formation encourages us to conceptualize agency not simply as a synonym for resistance to relations of domination, but as a capacity for action that specific relations of subordination create and enable.*”

1) Primeiramente, a violência é um ato que assujeita e produz formas de subjetividade. Isso não se restringe à violência verbal, pois mesmo aquelas que atingem dimensões físicas, psicológicas ou morais imputam posições de sujeitos baseadas em categorias de gênero e sexualidade, tais quais lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, sapatão, veado, bicha, etc. Um soco também carrega todos esses sentidos. Ou seja, as violências LGBTfóbicas, nas suas múltiplas manifestações, produzem efeitos de subjetivação, pois inscrevem pessoas em formas de habitar o mundo que as reenviam às suas práticas sexuais ou identidades de gênero.

2) Em seguida, esse processo de se tornar sujeito, sobretudo para pessoas tendo práticas sexuais não exclusivamente heterossexuais ou se identificando com um gênero diferente do sexo que lhes foi atribuído na nascença (num exercício que evita naturalizar as categorias identitárias da sigla LGBTQIA+), faz-se numa luta que implica a produção de uma margem de manobra ou capacidade de agir face a um tipo específico de violência baseado em suas abjeções de gênero e sexualidade (que nomeio aqui de LGBTfobias).

3) Finalmente, essa capacidade de agir não se limita a ações ou práticas que se opõem visivelmente às normas, mas inclui igualmente as formas criativas de habitá-las.

Em poucas palavras, argumento que, se a violência produz um sujeito LGBTQIA+ pelo assujeitamento, o processo de se construir como tal se faz na luta. São os modos de produção dessa capacidade de agir face à violência e o seu papel na subjetivação que estarão no centro deste capítulo.

7.1 “*Eu lembro dos meninos falarem que eu era gay*”. A homofobia como experiência de interpelação e assujeitamento

Diego: *Quando foi a primeira vez que tu se sentiu confrontado em relação à sua sexualidade na... primeira lembrança, assim, que tu tem?*

Jean: *Primeira lembrança [de homofobia], na escola! Cê é criança, eu era um pouco afeminado já. Sempre fui afeminado. Eu sempre tive... afeminado assim, pros... É engraçado, porque depois que assumi que era gay eu fiquei menos afeminado. Assim, no sentido que afeminado para mim isso não existe, hoje eu acho que eu sou natural, eu sou quem eu sou, mas, na escola, eu lembro dos meninos falarem que eu era gay, de falar em bichinha. “Fica em pé que nem homem.” Eu não sabia jogar futebol. No Brasil, tem uma cultura muito forte de futebol, então menino que não joga futebol, que anda com a mão assim [gesticula dobrando o punho], que é*

*muito engraçadinho, que... que tá sempre brincando com as meninas e não com os meninos, ele é gay. Então eu ouvi aquilo que era gay antes de saber o que significava a palavra gay. Então é como se aquilo já fosse botando na sua cabeça. Então isso, só era meu jeito.* (Jean, 29 anos, homem bissexual)

Esse fragmento faz parte da narrativa de vida de Jean, recolhida durante sua entrevista, que aconteceu no bairro da Cité Universitaire, em Paris, algumas semanas após as eleições presidenciais brasileiras de 2018. O fragmento reproduz o momento em que esse entrevistado narra suas memórias das primeiras vezes que ele se sentiu confrontado em relação a sua sexualidade. A questão que coloco em princípio visava incentivá-lo a falar das possíveis sanções sociais às quais ele poderia estar exposto por escapar, em função de suas práticas sexuais tanto com homens quanto com mulheres e de se identificar como bissexual, à norma sexual socialmente aceita.

Notem que inicialmente, de um ponto de vista metodológico, eu evitava voluntariamente utilizar em minhas questões as palavras que categorizavam de antemão essa experiência, tais como *homofobia* ou *LGBTfobia*. Faço eco a Jovchelovitch et Bauer (2000), quando aconselham o pesquisador ou a pesquisadora a trazer o mínimo de elementos linguísticos possíveis ao momento da entrevista narrativa, sob o risco de impor um léxico antecipadamente enquadrado à pessoa entrevistada. Além disso, a resposta que segue minha questão mostra que meu entrevistado compreendeu perfeitamente que eu me referia às suas vivências de violência no tocante às suas práticas sexuais socialmente dissidentes ou (o que seria concebido posteriormente em sua vida adulta) como uma identidade sexual “bi”.

Proponho, em seguida, analisar as características da violência narrada. Analisando assim o conteúdo, observaremos que, apesar de minha questão tematizar a sexualidade (“*a primeira vez que tu se sentiu confrontado em relação à sua sexualidade*”), sua resposta descreve formas de violência associadas ao gênero. Por exemplo, ele explica as agressões vividas na escola pelo fato de ser uma criança afeminada ou de não jogar futebol, duas maneiras de se comportar que rompem com as expectativas sociais associadas mais frequentemente ao masculino. Tal relação de significação (estabelecida entre minha questão e sua resposta) ilustra como as lógicas de sexo e gênero, ainda que possuam suas nuances particulares, articulam-se na efetivação da violência.

De maneira análoga, essa articulação testemunha a proposição de Butler (2006b) sobre o liame indissociável sexo-gênero-desejo que fabrica o quadro de inteligibilidade do sujeito, que a autora nomeia de matriz heterossexual (pp. 215-216).

Em outros termos, é esperado que alguém designado como homem (sexo) se comporte de um modo socialmente concebido como masculino (gênero) e se sinta atraído sexualmente exclusivamente por outra pessoa de um sexo supostamente oposto ao seu (desejo). Esse esquema não funcionará senão no âmbito da lógica heterossexual, pois seu objetivo será sempre a reprodução. Assim, no momento em que o sujeito foge a esse modelo de inteligibilidade, por exemplo, não se comportando “como um homem”, ele se tornará o alvo de uma (re)designação da “normalidade”. No exemplo de Jean, o imperativo “*Fica em pé que nem homem*”, que o reconvoça à ordem do gênero, ou o insulto “*veadinho*”, que identifica uma forma de desvio da sexualidade, são mobilizados para sancionar, senão punir, as transgressões de um sujeito que não corresponde às normas. Em suma, embora a utilização do termo *homofobia* sirva frequentemente para nomear uma violência dirigida às práticas e identidades ligadas a categorias sexuais (homossexual, gay, lésbica ou bi), o termo também compreende implicitamente uma violência de gênero (Meyer, 2015).

Coloco meu foco, então, sobre a frase “*Então eu ouvi aquilo que era gay antes de saber o que significava a palavra gay*”. Jean evoca aqui o fato de ser chamado pelos outros garotos de sua escola de modo injurioso por ser afeminado (*sic*). Apego-me a essa afirmação, pois, do meu ponto de vista, ela é um exemplo manifesto da constituição do sujeito na relação com a LGBTfobia, meu objeto de interesse nesta seção. Essa análise também acolhe e repercute o argumento de Butler (1997) segundo o qual o ato de ser insultado reúne as condições para a fundação da subjetividade na linguagem. Dito de outro modo, receber um nome (*to be called a name*)<sup>179</sup>, sobretudo um de conotação injuriosa, funciona como uma chamada, senão, como evocado anteriormente, uma interpelação. Segundo a autora, “o fato de sermos abordados não significa que estamos sendo reconhecidos pelo que já somos, mas que o termo pelo qual o reconhecimento de nossa existência se tornou possível nos foi atribuído”<sup>180</sup> (Butler, 1997, p. 5, tradução nossa). Tal definição descreve o então nascimento do sujeito na linguagem. Como explica a autora, um endereçamento aguarda um·a auditor·a de quem se espera a

---

179 Usada por Butler em seu texto, a expressão “*to be called a name*” equivale analogamente a ser injuriado por alguém e, num sentido mais literal, “receber um nome” (Nordmann & Vidal, 2017). O liame é igualmente válido se considerarmos o português que utilizamos no Brasil, se considerarmos eventualmente as inflexões dessa expressão na Região Nordeste, onde utiliza-se frequentemente a palavra *nome* num sentido eufemístico de *palavrão*. Por exemplo, uma criança que denuncia um·a amigo·a que pronuncia palavras moralmente inapropriadas, como os palavrões, dirá principalmente “ele·a estava dizendo nomes” ou “ele·a estava chamando nomes comigo”. Assim, nessa cena, “ser chamado por um nome” pode também significar “ser insultado”.

180 Em suas próprias palavras: “*Thus, to be addressed is not merely to be recognized for what one already is, but to have the very term conferred by which the recognition of existence becomes possible.*”

identificação da posição social que o endereçamento comunica. Os insultos com conotação LGBTfóbica carregam o sentido de tal posição, frequentemente situada numa escala hierárquica inferior. Um endereçamento injurioso interpela e constitui um sujeito, atribuindo-lhe uma posição de subordinação. Contudo, tal posição atribui a possibilidade linguística de existir e de agir.

Reverberando essa ideia, Eribon (2012) defende que a nomeação pela injúria é capaz de produzir um tipo de tomada de consciência de si mesmo como um “outro”, alguém excluído da lógica social dominante, como descrito abaixo por suas próprias palavras (que traduzo):

“Veado safado”, “sapatão nojenta”, não são simples palavras lançadas de passagem. São agressões verbais que marcam a consciência. São traumatismos sentidos como mais ou menos violentos no instante em que se inscrevem na memória e no corpo (pois a timidez, o desconforto, o receio, a falta de confiança em si, a vergonha... são atos corporais produzidos pela hostilidade do mundo exterior). E uma das consequências da injúria é a de fabricar modos de se relacionar com os outros e com o mundo. E, assim, de produzir a personalidade, a subjetividade, o ser mesmo do indivíduo [ou seja, a subjetividade]<sup>181</sup>. (Éribon, 2012, p. 25)

Ao falar sobre uma “tomada de consciência”, sobre o fato de existir enquanto “si mesmo-a”, Eribon realça a dimensão psicológica da subjetivação (que Butler, por sua vez, nomeia de “vida psíquica do poder”). Todavia, o autor parece atribuir uma posição passiva ao sujeito que, de certo modo, o priva de sua margem de manobra. Se ele reconhece uma capacidade de agir, não mostra como ela pode participar da subjetivação. O autor se permite nomear traços pessoais oriundos da violência (timidez, desconforto, receio, falta de confiança em si, a vergonha, etc.), ao fato de que, em vez da vergonha, da timidez e do desconforto, o sujeito pode igualmente desenvolver o orgulho, a teatralidade, a extravagância e a desenvoltura. É evidente que esses modos de ser podem coexistir e podem, mais ou menos, durar ou mudar em diferentes momentos da vida. Igualmente, não convém produzir julgamentos de valor, pois tais modos de ser são, mesmo que aparentemente antagônicos, estratégias

---

181 No original, em francês: “« Sale pédé », « sale gouine », ne sont pas de simples mots lancés au passage. Ce sont des agressions verbales qui marquent la conscience. Ce sont des traumatismes plus ou moins violemment ressentis sur l’instant mais qui s’inscrivent dans la mémoire et dans le corps (car la timidité, la gêne, la crainte, l’incertitude de soi, la honte... sont des attitudes corporelles produites par l’hostilité du monde extérieur). Et l’une des conséquences de l’injure est de façonner le rapport aux autres et au monde.”

de sobrevivência face à violência. Trata-se aqui unicamente de os colocar em contraste para valorizar a sua diversidade.

O insulto homofóbico, como o que foi endereçado a Jean, convoca a uma tomada de consciência (“*é como se aquilo já fosse botando na sua cabeça*”) e condena ao repúdio. Pois, embora o sentido do termo não lhe fosse completamente familiar (“*eu ouvi aquilo que era gay antes de saber o que o que significava a palavra gay*”), as condições nas quais lhe foi atribuída tal alcunha permitiram a Jean compreender desde cedo que aquilo não se tratava de algo desejável. Assim, buscando me aproximar da experiência de meu entrevistado, afastando-me de um discurso genérico sobre o assédio vivido, peço que Jean me conte uma situação que pudesse ilustrar o que ele havia descrito mais cedo. De fato, quando lemos atentamente o primeiro fragmento acima, não encontraremos nele a narrativa de um episódio concreto, mas de um contexto (“*...na escola, eu lembro dos meninos falarem que eu era gay*”). Por isso, incentivei meu entrevistado a descrever seu relato com mais precisão:

Diego: *E tu lembra de alguma situação em que isso aconteceu?*

Jean: *Muitas, tiveram muitas, no dia... no dia a dia.*

Diego: *Tu podes contar alguma lembrança mais nítida?*

Jean: *Eu lembro de uma vez que dois meninos na escola me seguraram para um outro me dar um murro. Eles não pararam pra conversar, eles simplesmente me pararam no corredor; um segurou de um lado, o outro segurou do outro, e o outro deu um murro. Eu lembro que saiu sangue do meu nariz, parecia coisa de novela, aí eu falei assim “Tu é um covarde”, porque eu tinha um vocabulário legal já. Meu pai era muito exigente com estudo, então eu tinha um vocabulário um pouco acima dos meninos da nossa idade. Aí, “Tu é um covarde”, ele: “Eu sou o quê?” E eu entendi que ele não entendia o que era covarde. Eu digo: “Tu precisa de duas pessoas pra me segurar para me dar um murro.” Ele fez: “É o quê, veadinho?” Aí virou as costas e saiu, porque eu falei assim, entendeu? Pelo meu jeito de falar.*

Como podemos constatar, a injúria não foi a única forma de violência que Jean experimentou. Ainda que a violência verbal estivesse mais uma vez presente no desenrolar do episódio exposto acima, ela vem agora de maneira acessória a uma agressão física. Podemos vê-la ainda no fragmento abaixo, em que meu entrevistado me confere mais detalhes de seu cotidiano na escola:

Jean: *E, na escola, era aquelas brincadeiras de botar o pé pra eu cair, eu era... já... já teve de realmente me agredir, de dar esse murro que deram. Foi uma vez só, mas de me agredir assim, de empurrar na Educação Física: “Sai para lá, veado, tu não sabe jogar.” Então, tipo, tinha essas coisas assim. As vezes que eu tava saindo da escola ou da Educação Física, eu tentava um diálogo com os meninos pra ver se rolava. Tipo: “Eu tenho que mudar isso.” Tentava um diálogo, mas os meninos: “Oxe, sai daqui!” Como se fosse um animal, como se eu fosse um bicho, carregando alguma praga, alguma doença, algum fungo, alguma coisa que fosse contaminar as pessoas.*

Embora a designação a um lugar que não escolhemos seja uma violência que não podemos evitar totalmente, esta não nos condena ao silêncio (Nordmann & Vidal, 2017). Sendo assim, Jean utiliza os recursos dos quais dispõe para reagir ao soco que recebe. Essa reação não vem, contudo, pelos mesmos meios da agressão sofrida por ele, a força física. Jean mostra sua capacidade de percepção para avaliar a relação de forças e utiliza os meios nos quais ele se encontra em posição favorável em relação aos seus agressores. No momento em que ele se vê em face desse ataque gratuito, ele compreende que sua resposta, utilizando um vocabulário desconhecido pelos garotos que o agredem (“*Tu é um covarde*”), é capaz de desestabilizá-los. A reação de um dos agressores ilustra essa desestabilização: “*Eu sou o quê?*” Jean compreende que há algo de diferente acontecendo, que sua reação produz um efeito: “*E eu entendi que ele não entendia o que era covarde.*” Seu vocabulário distinto do dos garotos de sua idade tinha o poder de reverter a relação de forças em seu favor.

É interessante notarmos que ele situa seu vocabulário numa posição hierárquica superior àquela dos outros garotos. Jean mobiliza um atributo que ele compreende ser socialmente valorizado para contrapor um outro que seria depreciado. Uma estratégia que passa por uma negociação com o mundo. Ou seja, a arma utilizada para se defender mostra uma relação com aquela utilizada para atacar. A intelectualidade, um atributo mais frequentemente associado ao feminino (em contraposição ao pragmatismo e tecnicismo do masculino), é utilizada para se defender quando ele é atacado por sua maneira supostamente afeminada de ser. A intelectualidade feminina corrói a superioridade de uma masculinidade que se vangloria de sua força física. O gênero é, ao mesmo tempo, a arma de ataque e de defesa.

A acentuação da intelectualidade como estratégia de defesa é repetida em seu discurso, de sorte que se refere a diferentes momentos de sua vida, com diferentes modos de ação (ver subitem 9.4.3 deste capítulo). Essa estratégia parece se estabelecer

como um modo de funcionamento durável no âmbito de suas relações, senão um modo de se construir a si mesmo, que é produzido no confronto à violência homofóbica. Apesar dos seus efeitos nefastos, a violência é igualmente um elemento desencadeador da potência da ação que molda sua subjetividade.

O discurso de Jean nos permite ainda visualizar o assujeitamento pela interpelação social que os atos discursivos do discurso de ódio produzem. Ou seja, a ambiguidade que habita o ato violento que, ao mesmo tempo, designa uma posição subordinada e faz nascer o sujeito que recorrerá à linguagem para se opor a essa violência (Butler, 1997). Butler propõe que a compreensão do exercício desse poder que submete, bem como de suas linhas de fuga e de falha, não é possível se não compreendermos esse evento como uma “situação discursiva total” (*total speech situation*) (Butler, 1997, p. 3).

A noção de situação discursiva total é recuperada do filósofo da linguagem John L. Austin (1990), segundo o qual os atos de fala (*speech acts*)<sup>182</sup> podem ser classificados em dois tipos: ilocucionários, ou os atos que fazem algo concomitante ao momento em que são ditos, como um juiz que condena alguém ao pronunciar “Eu o condeno” ou um padre que anuncia “Eu vos declaro casados”; e os perlocucionários, que são os atos que produzem efeitos em sua decorrência. “O ato de fala ilocucionário é ele mesmo a coisa que efetua; o ato perlocucionário produz efeitos que não se confundem com o ato de fala em si”, resume Butler (1997, p. 3), segundo minha tradução<sup>183</sup>.

Novamente, Butler adiciona nuances aos propósitos do autor no qual ela se apoia. Dessa vez, trata-se de Austin. Por um lado, ela reconhece a força performativa ilocucionária do discurso de ódio (a injúria produz certamente efeitos no momento em que é pronunciada, como “a ferida” que provoca). Como exemplifica Butler, a afirmação que as palavras ferem, ao recuperar um léxico corporal, comunica a similaridade da lesão linguística e corporal que, em ambos os casos, produzem efeitos instantâneos. Pois não podemos esquecer que “a própria existência social do corpo é possibilitada antes de tudo por sua interpelação no interior dos termos da linguagem” (Butler, 1997, p. 5, minha tradução)<sup>184</sup>. Por outro lado, Butler relativiza a

---

182 Em vez da tradução literal por “atos de discurso”, acompanho a sugestão de Mary Jane Spink et al. (2000), que prefere traduzir o termo como “atos de fala”.

183 Citação original: “*The illocutionary speech act is itself the deed that it effects; the perlocutionary merely leads to certain effects that are not the same as the speech act itself.*”

184 Cf.: “*... it is by being interpellated within the terms of language that a certain social existence of the body first becomes possible.*”

eficácia desses discursos afirmando que, sejam ilocucionários ou perlocucionários, os atos de discurso não produzem necessariamente o efeito esperado. Se uma pessoa declara “Eu o condeno”, mas não ocupa uma posição capaz de atribuir o status de coerção a essa declaração, esse ato está condenado ao fracasso, analisa a filósofa, apoiando-se nas afirmações de J. L. Austin.

No caso do insulto, a posição ocupada pela pessoa que o pronuncia é fundamental para compreender a margem de manobra (*agency*) no âmbito desse ato de violência verbal. Acerca disso, tanto Eribon quanto Butler adicionam elementos importantes. Segundo Eribon (2012, p. 26), a pessoa que lança uma injúria pretende sua autoridade sobre aquele a quem ela se endereça, como a imposição de uma dominação sobre a pessoa injuriada. Butler nota, contudo, que a presunção que a pessoa que produz um discurso de ódio tem de possuir um “poder soberano” de fazer o que diz é falaciosa. Para a autora, mesmo que o endereçamento injurioso possa imputar ao outro uma situação de vulnerabilidade, não é coerente pensar que esses atos de fala têm a força de agir sobre seu destinatário de maneira depreciativa (de maneira que produza os efeitos esperados). De acordo com a posição de poder que ocupa o locutor, afirma Butler, o ato de discurso não passará de um fracasso performativo. Assim, em síntese, “o fosso que separa o ato de discurso e seus efeitos futuros [...] é o ponto de partida de uma teoria da capacidade linguística de agir [...]” (Butler, 1997, p. 15, tradução nossa)<sup>185</sup>.

Contextualizando a entrevista com Jean, é possível perceber a abertura ao contrapoder que a violência mesma torna possível. Sem dúvidas, as agressões impõem a ele condições de bastante dor, mas foi no âmbito desse evento infeliz que ele pôde igualmente se impor. Nesse caso, poderíamos afirmar que o soco é um ato de discurso? Para responder a essa questão, é preciso levar em consideração que a situação discursiva considera também as convenções evocadas no momento da enunciação (Butler, 1997). Por isso, não devemos perder de vista que a cena do soco condensa, ao mesmo tempo, tanto elementos materiais como discursivos. Se a agressão verbal visa ridicularizar seu alvo, a agressão física se mostra a passagem ao ato de um desejo de aniquilação da homossexualidade e tudo o que ela representa. Há certamente uma mensagem que acompanha o soco. Uma mensagem de ódio, o desejo de aniquilação da existência do outro, não verbalizada, mas carregada de sentidos. Do meu ponto de vista, a violência física (como a que foi narrada por Jean), bem como

---

185 Cf.: “Thus, the gap that separates the speech act from its future effects [...] it begins a theory of linguistic agency [...]”

as numerosas manifestações da LGBTfobia, pelo seu conteúdo linguístico, podem ser compreendidas como um enunciado performativo.

Nos recortes da história de vida de Jean, que ele pôde me contar durante a nossa entrevista, não foram predominantes os episódios de confrontação no âmbito dos quais ele pôde se impor e cuja resposta à violência exprime claramente uma forma de resistência. Ele narra também episódios no âmbito dos quais ele tenta, por exemplo, camuflar sua suposta feminilidade para evitar as frequentes chacotas das quais ele era objeto.

*Jean: Quando eu ia apresentar um trabalho, os meninos sempre têm aquele negócio de rir ou repetir um gesto que eu acabei de fazer, por exemplo, eu tô explicando aqui e aqui nesse gráfico... Aí eles faziam... Então você tá entendendo que aquilo é... [Ele narra seus pensamentos:] “Putá que pariu, acabei de fazer mais um movimento”, entendeu? “Meu disfarce foi por água abaixo.” É como se você... todo dia vestir uma capa para sair, todo dia, viver... pra sair na igreja, pra sair na escola, pra ir para o curso de inglês, pra brincar na rua... é ausência de naturalidade, é ausência de infância, por isso que até hoje isso marca.*

Certas estratégias colocadas em prática para se proteger do constante assédio impõem uma relação particular às suas emoções e os modos nos quais ele as exprime.

*Jean: Gincana na escola, ah, a criançada se libera, grita, brinca, eu não podia fazer isso porque eu achava que todo mundo ia rir e todo mundo ia olhar, que todo mundo ia comentar... [...] Por exemplo, numa festa de crianças, no aniversário que a gente ia, por exemplo, todo mundo correndo e eu ficar do lado da minha mãe... Não é normal, sabe? Não é normal.*

*Diego: E tu fazia isso intencionalmente?*

*Jean: Intencionalmente!*

*Diego: Pra não mostrar?*

*Jean: Pra não ouvir piada. [...] Quando ia brincar de pique-esconde, diziam: “Hum, tá indo com o Jean, é?” Tipo, eu não sou idiota, a gente não é idiota, a pessoa não é idiota. A gente começa... a gente fica até mais esperto do que a população normal, porque a gente começa a perceber, observar esses detalhes.*

Como eu pude afirmar anteriormente, os ecos da violência perseguem as pessoas que existem de maneira diferente do que prescreve a norma heterossexual.

Podemos notar que Jean ajusta a sua maneira de se comportar e, sobretudo, a expressão de seus afetos em função das expectativas de se ver exposto. A tensão no ambiente o coloca em posição de constante estresse, o que torna sua atenção sensível ao mínimo sinal de comentário. É como se Jean estivesse vivendo e revivendo as cenas de insulto e agressão de maneira reiterada, o que lhe coage a estar, como diz Eribon, “sempre de guarda”. Isso implica no desenvolvimento de maneiras de desenvolver uma relação com o mundo e consigo mesmo tendo a violência sempre como algo a ser levado em conta, às vezes para se opor, outras para fugir. Em todo caso, para sobreviver a ela.

Em nossa entrevista, o verbo *sobreviver* foi evocado, algumas vezes, com bastante força. Pois, além da descoberta de seu desejo sexual, tanto por homens como por mulheres, ele precisou lidar com as reminiscências de violência sexual que viveu durante alguns anos de sua infância, da parte da mulher que “cuidava” dele na ausência de seus pais. A sobrevivência à violência é assim uma marca de uma das versões sobre si que Jean apresentou no âmbito de nossa entrevista.

Diego: *Como foi que tu sobreviveste a isso?*

Jean: *Na minha relação com o mundo. Eu não sei, fiquei um pouco violento. Talvez isso. Eu aprendi a ser um pouco agressivo, porque minha mãe fala muito que “é engraçado como tu é diferente, quando era criança era muito meigo”. Minha mãe não fala que eu era bicha, minha mãe não fala que eu era afeminado. [...] Engraçado que só ela percebe isso. Ela remarca, como chama? ...observa isso, de dizer que “tu era muito meigo quando era criança”. Ela fala muito, ela relembra muito. “Tu era muito meigo, tu era muito carinhoso, não sei o quê... e tu ficou adulto, tu ficou rebelde... tu é um adulto muito rebelde”, e ela faz um vínculo do ser rebelde ao fato de ser gay, como espécie de protesto com meus pais. Mas, na verdade, ela não entende que é o oposto, que o rebelde é o protesto de não ser aceito por todos eles, o fato de ser gay. Mas essa rebeldia é uma proteção natural, eu acho que é animalesco até. Mas qual é o meu rebelde? Eu não agrido, eu nunca bati em ninguém, eu não consigo me imaginar. Eu não sou alguém que... mas eu agrido com a boca, com a palavra, eu consigo humilhar uma pessoa com algumas olhadas, com algumas... tipo, pra me sentir na situação... não é de superior, mas de protegido, de conseguir me defender. [...] O fato de se sentir, de parecer mais sério, mais sisudo, mais careta, mais durão, dá um pouco de medo nas pessoas [de] se aproximar. Então se [a pessoa] não se aproxima, não pode me fazer mal.*

7.2 “Então, eu aprendi que pra ser mulher você tem que ser lutadora”. Transformar-se para (r)existir (à)na transfobia

As lutas que fabricam os modos de existência tocam as diferentes expressões da experiência LGBTQIA+. Na passagem que vem na sequência, Paulete, 40 anos, mulher trans heterossexual e negra de pele clara, narra sua vivência cotidiana da violência. Esse fragmento faz parte da nossa entrevista que se desenrolou na manhã do 25 de março de 2017, numa sala do interior da Biblioteca Central da UNICAP. Paulete, que se pôs em narrativa durante essa entrevista, foi construída em meio a experiências particularmente duras. Um repertório variado de agressões, que vai da homotransfobia<sup>186</sup> ordinária do cotidiano a exemplos flagrantes da crueldade humana, que ela me confiou durante as quase duas horas em que estivemos juntos.

Após ter me contado parte de sua história de vida, já atravessada por conflitos familiares e também aqueles relacionados à descoberta de si em uma identidade de gênero e sua sexualidade (que eu sintetizo na Parte I desta tese), Paulete narra episódios vividos na sua vida adulta depois de ter assumido uma identidade trans. O que inclui, por exemplo, ser chamada por um homem no momento em que ela desce do ônibus: “Ei!”; em seguida, ela olha e recebe uma cuspidinha no rosto. Um gesto de interpelação que traz uma mensagem de asco por um outro ser humano. Paulete limpa, então, o seu rosto da saliva daquele que a agrediu, dissimula a vergonha e segue sua vida. Ela não pode fazer nada, pois o ônibus já partiu.

Paulete também me confiou a descrição de um evento de sua vida que ela qualifica de uma agressão “de verdade”. Aparentemente as demais são tão corriqueiras que se tornaram triviais. Paulete conta que, havia aproximadamente 7 anos, desde o momento da entrevista, voltava para casa de uma festa e foi abordada por três policiais militares numa viatura, que a fizeram entrar na viatura. Ela foi levada a um terreno baldio e foi violentada pelos três homens. Além do ato sexual não consentido, o modo como ele foi feito faz prova de tortura e desumanidade, pois os policiais utilizaram cassetetes e armas de fogo. No fim desse ritual repugnante, usaram-na como mictório e a fizeram entrar sozinha em casa. Aqueles que deveriam protegê-la foram seus algozes. Paulete jamais prestou queixa.

---

186 Refiro-me ao período em que ela era percebida socialmente como homem gay e, em seguida, como ela se autoidentifica atualmente, mulher travesti e/ou mulher trans, tendo vivido assim as especificidades tanto da homofobia dirigida aos homossexuais como da transfobia.

A escuta desse relato me tocou fortemente. Foi indubitavelmente um dos mais violentos que ouvi no âmbito do meu trabalho de campo, sendo relatado diretamente pela vítima. No momento de trazê-lo para a redação da tese, eu refleti, hesitei, consultei uma colega antropóloga experiente. O fato de minha colega ter a experiência de ser uma mulher era importante naquele momento. Havia decidido não escrever os detalhes. Mudei de ideia quando lembrei do texto de Margareth Rago (2013), em *Aventuras de contar-se*, quando fala das mulheres que tiveram ratos introduzidos na vagina, como prática de tortura durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Assim como as histórias das mulheres contadas por Rago, o relato de Paulete tinha um valor histórico que eu não poderia ignorar.

No cotidiano, atividades simples, como esperar o ônibus na parada ou ficar numa fila para pagar uma fatura num banco, podem se revelar grandemente antigênicas e intimidar uma pessoa que, como Paulete, carrega as marcas da abjeção do gênero de maneira flagrante em sua aparência. Ela coloca, então, em comparação a vivência cotidiana da violência em duas perspectivas distintas. De um lado, a de Carlos, nome (fictício) de registro utilizado para se referir a ela mesma, em terceira pessoa. De outro, Paulete, o nome que ela utiliza atualmente para se nomear no feminino, que foi recentemente reconhecido pela lei brasileira em sua documentação civil. O nome Paulete designa também essa *persona* – se eu me permito fazer um uso vulgar do termo do psicanalista Carl Yung –, que na narrativa de minha entrevistada representa uma versão forte de si.

*Paulete: Eu nunca tive medo, acho que essa [é] a diferença de Carlos que minha mãe diz que eu matei pra Paulete. Carlos era tímido, Carlos tinha medo de enfrentar fila, tinha medo de ser descoberto, medo de levar uma curra dentro de um ônibus, ser trans me mostrou a violência, ser trans me mostrou que é ou não é, tá entendendo, de estar na parada do ônibus... Carlos levou várias coisas, berinjelada nas costas quando passou pela feira, já Paulete já levou urina... de tá numa avenida com uma colega esperando um ônibus e um belo carro parar e soltar um saco com urina, mas a Paulete ela pega uma pedra e estoura o carro, tá entendendo? Então, eu aprendi que, pra ser mulher você tem que ser lutadora, então eu não tenho medo de fila, não tenho medo de lugares, eu me expresso, eu falo o que eu penso, eu sou de voltar, porque eu aprendi que a violência em casa a gente até reprime por respeito, mas a violência na rua a gente tem que ser arretada, e eu venci Carlos porque ele era fraco, se eu não puder agir naquela hora eu entrego a Deus, mas eu sou de revidar, seja da*

*forma que for, ou em palavras ou em ações, eu não levo desaforo pra casa foi o que eu aprendi, porque quando se transforma pra todos é travesti, então, pra eu botar uma saia eu tenho que fazer valer e nenhum cara tirar onda comigo não, tá entendendo?*

De acordo com os episódios que relata nesse fragmento de entrevista, seja na pele de Carlos ou na de Paulete, minha entrevistada é o alvo de agressões. Contudo, as respostas a essas agressões mudam radicalmente de um à outra. Por um lado, Carlos representa em sua narrativa uma pessoa fraca que Paulete precisou superar. Esse nome no masculino também evoca os conflitos familiares entre ela e sua mãe, que a acusa de ter matado “seu filho”. Esse nome masculino a reenvia às incertezas de um momento de sua vida em que, na pele de um homem gay, Paulete duvidava de seu lugar no mundo. Por outro lado, Paulete designa um modo de se construir como mulher, “lutadora” e “arretada”, estritamente ligada ao enfrentamento e à luta. Para minha entrevistada, o se tornar mulher toma forma na sua capacidade de agir.

Na passagem seguinte, ela entra nas minúcias desse tornar-se mulher em sua própria experiência, que a constitui:

*Paulete: Eu aprendi uma coisa, a trans que chora ela é derrubada ali na frente, a trans ela não pode ser penosa, se lamuriar, se vitimizar, ela tem que correr atrás, eu choro no meu travesseiro, eu choro no meu quarto, até pra minha família eu sou uma personagem, sou a pessoa que mostrou a eles que eu consegui ter uma profissão cadastrada, é uma arma até pros meus irmãos que me respeitam porque eu sou de saúde, sou uma profissional da área de saúde, meu bairro, mas eu guardo só pra mim, eu sou uma imagem, como eu digo: “Só o meu travesseiro vai aplaudir ou vai vaiar minha atuação no dia.”*

*Diego: Alguma dessas situações você contou pra alguém?*

*Paulete: Eu tenho orgulho... o mundo aos quarenta anos me diz que não deve confiar em todo mundo, e geralmente quando eu confio me decepcionei, até em ajudar amigos a conseguirem algo e essas pessoas me traírem, falarem mal de mim pelas costas, então eu criei essa capa, essa armadura. [...] Eu não procuro me vitimizar, eu tô frágil agora porque você nessa conversa tá me fazendo chorar, coisa que eu prometi a mim mesma [não fazer mais], até porque eu não tinha mais lágrima, sou de enfrentar, mas, assim, essa conversa me trouxe a sentimentos aqui como chorar.*

Essa maneira singular de se construir encontra ressonância na biografia. Forçada a cultivar uma relação com a discriminação e o preconceito, Paulete

encontrou na estratégia de se fazer forte uma via para sobreviver à transfobia, nem sempre tão ordinária assim. Embora seja a mais valorizada por ela, essa versão indestrutível não é evidentemente a única possibilidade de habitar o sujeito Paulete, o que se faz visível em sua confissão de fragilidade e nas lágrimas que a seguem. Essa versão forte de si, à qual ela se apegava e se identifica, testemunha, porém, de uma maneira de se reconhecer a si mesma que foi construída vis-à-vis à violência. Tendo dito isso, é importante não perder de vista que esse processo não implica unicamente a confrontação, mas pode também se atrelar, num mesmo plano, a mecanismos de adaptação. Buscar não se vitimizar hoje (*sic*), por exemplo, pode significar que em inúmeras ocasiões não foi lhe dado a escolha senão de ocupar esse lugar de vítima.

Minhas reflexões acerca da experiência de Paulete restituem assim os argumentos que sustento nessa análise, que contextualizo e reposiciono nas palavras a seguir. As maneiras de se construir na experiência de ser identificado-a LGBTQIA+ são fabricadas na relação com as LGBTfobias, sendo elas mesmas estratégias para enfrentá-las. Eu me faço assim, pois é assim que aprendi a ser, mas o que sou é também um meio que pouco a pouco elaborei a fim de sobreviver quotidianamente à presença simbólica ou concreta da violência. Eu sou, ao mesmo tempo, o efeito do poder e a arma para enfrentá-lo.

### 7.3 A lesbifobia “...é tipo uma doença que eu carrego comigo, essa doença não vai me derrubar e eu vou viver com ela”

Assim como a violência adquire modulações distintas de acordo com a experiência sexual e de gênero do sujeito, os modos de se organizar para vivê-la assumem igualmente tonalidades diferentes. São essas as nuances que nos ensinam as relações amorosas e sexuais entre as mulheres.

A “sexualidade entre mulheres” é o sintagma que utilizo aqui como uma categoria para me referir à experiência pela qual me interesso nesta seção, a fim de considerar a complexidade dessas relações sem limitá-las às categorias identitárias. É também uma forma de precisar que, sobretudo no caso das mulheres que se autoneciam bissexuais, o foco de minha análise repousa sobre as suas relações com pessoas do mesmo sexo. Todavia, no momento em que as especificidades se mostrarem importantes, as categorias identitárias, tais que, por exemplo, bissexual e

lésbica, serão evocadas de maneira provisória e analisadas em suas particularidades, principalmente para a compreensão das variações da bifobia vis-à-vis à lesbofobia<sup>187</sup>.

Assim, analiso particularmente nesta seção os efeitos que produzem, em suas subjetividades, a capacidade de agir de mulheres cujo desejo sexual é orientado às pessoas do mesmo sexo (mas não exclusivamente), face a violência baseada no preconceito de gênero e de sexualidade, mais precisamente a bifobia e a lesbofobia.

A discriminação e o preconceito dirigidos à sexualidade entre mulheres exprimem sua violência de acordo com as particularidades da experiência de ser (designada, socializada, percebida e situada como) uma mulher, como é de fato conhecido pela literatura científica em Ciências Sociais (Borrillo & Mérary, 2019; Chetcuti, 2013; Gérard, 2003; Guillemaut, 1994; Livia Gonçalves Toledo, 2008; Viñuales, 2002). Trata-se de um efeito cumulativo da lógica depreciativa dirigida às mulheres, característica do sexismo, e da inferiorização da homossexualidade, marca da homofobia (Fassin, 2008)<sup>188</sup>. Essa dupla penalidade inflige às mulheres ditas lésbicas e bissexuais sanções, ao mesmo tempo, pelo gênero (pelo fato de ser uma mulher) e pela sexualidade (por suas práticas sexuais homossexuais) (Borrillo & Mérary, 2019).

Segundo Françoise Guillemaut (1994), a lesbofobia age como uma extensão do sexismo ao qual as mulheres são historicamente submetidas na forma de uma invisibilização do seu desejo. A proibição das mulheres ao desejo sexual, afirma a autora, estende-se principalmente ao seu exercício entre elas. A articulação entre essas duas lógicas de opressão toma forma, por exemplo, na ocultação dos discursos sobre a sexualidade entre mulheres dos relatos históricos ou literários, seja pela completa negação de sua existência, seja pelo apagamento que produzem os eufemismos tais que “pecado silencioso” (Guillemaut, 1994, p. 227). Esse duplo mecanismo, que busca o apagamento da experiência sexual *entre mulheres*, mas também *das mulheres*, é nomeado por Guillemaut na metáfora de “imagens invisíveis”.

---

187 De acordo com Raymonde Gérard (2003), ativista e autora do verbete *lesbofobia* (“*lesbophobie*”) para o *Dicionário da homofobia* (*Dictionnaire de l’homophobie*) (Tin & Delanoë, 2003), esse termo nomeia as características próprias à experiência de dominação das mulheres lésbicas como grupo social. Esse termo permite destacar, afirma Gérard, a desigualdade de condições entre os sexos na vivência da homossexualidade de homens gays e mulheres lésbicas, frequentemente recoberta no uso do termo *homofobia*.

188 Minha opção pelo uso do termo *sexismo* repousa sobre o argumento de Éric Fassin (2008, p. 77), que o coloca em perspectiva com o termo *misoginia*. Fassin defende que *misoginia* reenvia a um registro psicologizante, o que implicaria no risco de restringir a problemática ao domínio individual; uma vez que o *sexismo*, na medida em que comunica uma ideologia, que supõe a desigualdade entre os sexos, inscreveria a atitude de desprezo pelas mulheres na esfera do coletivo. Assim, a opção pelo termo *sexismo* informa uma posição que reivindica a igualdade nas relações e, principalmente, no nível das políticas públicas.

Se a invisibilidade é efeito do sexismo, a deslegitimação é efeito da hierarquização da homossexualidade em relação à heterossexualidade, implícita à homofobia. O status de norma no qual as relações heterossexuais são localizadas testemunha uma ordem sexual heterossexista<sup>189</sup>, no âmbito da qual a sexualidade das mulheres serve unicamente à reprodução ou ao prazer dos homens. As pesquisadoras feministas têm denunciado há décadas os mecanismos de opressão das mulheres, como o casamento, que encontram na reprodução a justificativa “natural” para a apropriação de seus corpos e sua dominação pelos homens, nas relações sociais pautadas pelo sexo<sup>190</sup>. Recentemente, Judith Butler, ligada à corrente pós-estruturalista dos estudos *queer*, analisa o papel basilar da reprodução numa matriz de inteligibilidade cultural que naturaliza os corpos, o gênero e o desejo e os coage a um serviço obrigatório: a heterossexualidade (Butler, 2006b, p. 215). Dito de outro modo, o desejo não pode atingir uma posição de legitimidade senão no âmbito da heterossexualidade, pois está situado numa engrenagem reprodutiva. Nessa lógica, que funciona de maneira hierarquizada, o sexo masculino (e seu desejo) recobre o feminino.

O prazer das mulheres é assim negado; e a sexualidade entre elas, empurrada para as margens. Uma tal economia da sexualidade entre mulheres, e suas diversas formas de existência, é denunciada pela psicóloga e pesquisadora Livia Toledo (2008, p. 181): “faz-se crer: que mulheres lésbicas, no que tange ao ato sexual, são insatisfeitas porque não fazem ‘sexo de verdade’, já que entre elas falta-lhes o pênis”, ou “que lésbicas estejam disponíveis aos homens na pornografia”, ou ainda “que lésbicas deixarão de sê-lo quando encontrarem um homem que as satisfaça sexual e afetivamente”.

### 7.3.1 “Eu cresci ouvindo chacota...” *A interpelação camuflada e a capacidade de agir no interior das identidades sexuais*

As dinâmicas de opressão acerca da sexualidade das mulheres, e entre mulheres,

---

189 Borillo e Mérary (2019) definem heterossexismo pela “crença na hierarquia das sexualidades”, localizando a homossexualidade abaixo da heterossexualidade, que é um dos princípios da homofobia. Como na lógica sexista, que subordina as mulheres em relação aos homens, o argumento da naturalização da hierarquia faz aqui seu eco. Colocando essas ideias em contraste, Borillo e Mérary situam assim o heterossexismo (hierarquização das sexualidades) em relação à homofobia (desprezo pela homossexualidade), em analogia ao que o sexismo (hierarquização dos sexos) representa para a misoginia (desprezo pelas mulheres). Além disso, semelhante ao debate em que diferencia o sexismo (registro coletivo de uma ideologia) da misoginia (registro psicológico da individualidade), Éric Fassin (2008) advoga pelo uso do termo *heterossexismo* em desfavor da homofobia. Como estratégia política, defende Fassin, isso nos evitaria a armadilha da individualização da questão, em função da acepção psicologizante que a homofobia traz consigo, e permitiria problematizar, de maneira mais ampla, a ordem sexual que sustenta a desigualdade.

190 É o caso, por exemplo, das autoras ligadas ao feminismo materialista francês como Christine Delphy, Nicole Claude-Mathieu, Colette Guillaumin e Danièle Kergoat.

encontram-se nos modos como a violência opera no cotidiano de sua vida. É o que pude observar semelhantemente em meu trabalho de campo quando dialogava com mulheres (e uma pessoa não binária) atraídas sexualmente por (outras) mulheres, que compartilharam, no âmbito de entrevistas, suas narrativas de vida. É o caso de Miriam e Marielle, mulheres cisgênero e brancas que se autnomeiam bissexuais; de Riva, que foi designado-a mulher devido ao seu sexo anatômico, adotando atualmente uma identidade de gênero não binária e se relacionando amorosa e sexualmente com mulheres, também de cor de pele branca; mas também, enfim, de Fátima, mulher cisgênero que reivindica uma identidade sexual “sapatão” e negra.

Diego: *Você não se sentia acolhida pelo ambiente que você vivia?*

Miriam: *Não, porque desde a infância eu já tinha o exemplo lá da minha tia, então de lá pra cá vieram outras e outras expoentes, mas o exemplo já tinha dentro de casa, preconceito maciço, doentio, doentio mesmo já era dentro de casa, teve vezes que eu comecei a achar que na rua eu me sentia mais acolhida do que dentro de casa. Meu pai sempre foi uma pessoa muito irônica. Interessante e que vale ressaltar é que eu cresci, meu pai ele tem uma irmã mais velha [...]. Eu cresci ouvindo as histórias da minha tia, por exemplo, que ela foi casada duas vezes, teve cinco filhos, mas teve uma hora que ela jogou tudo pro alto e ela deixou a relação que ela tinha, heterossexual, e foi viver com uma mulher e ela tá com essa mulher até hoje. [...] Eu cresci ouvindo chacota sobre ela, não do meu pai, meu pai procurava ficar um pouco mais calado, e ele achava como se fosse assim, “ah fora da minha casa ok, pode acontecer o que quiser, mas dentro da minha casa não” [simulando a voz do seu pai], porque o padrão ali dentro de casa era o que tava ali, tudo de acordo com o que eles [seu pai e mãe] queriam.*

Diego: *O que é [que] tu ouvias e como é que tu te sentias quando tu ouvias aquilo?*

Miriam: *Eu achava assim, primeiro eu não conseguia entender, eu tava achando, ela roubou? Ela matou alguém? Ela fez alguma coisa muito sacana dentro da família pras pessoas falarem dela? [...] Minha avó materna, a outra, ela sempre associava tipo assim que alguém quando tem algum comportamento estranho herdou de alguém da família, “você parece com seu pai, você é num sei o quê”, sabe? Sempre tem alguém pra associar, ela vivia assim. Ela já não está mais aqui, mas ela fazia essa associação o tempo todo. Então quando ela via alguma coisa em mim que ela não gostava, primeira coisa que ela associava era minha tia.*

Diego: *Ela via em ti alguma coisa que ela não gostava, indícios de que você podia ser igual a tua tia?*

Miriam: *É. Se bem que na época eu não relacionava tal ponto, tá? Mas ela já fazia aquela associação de imediato, em relação a minha, por exemplo, vaidade, o costume que as meninas têm de dizer, “ah gosto de ir num salão, gosto de passar horas ali escovando meu cabelo”. Enfim, coisas do comportamento feminino bem sutis assim, eu não tinha. [...] Minha mãe sempre foi muito assim [vaidosa], mas ela nunca exigiu nem de mim, nem da minha irmã. Minha irmã acabou seguindo a mesma linha dela, mesma coisa, já eu não, eu adorava andar da forma mais despojada possível, eu me sentia bem estando confortável. [...] Daí veio o período que eu comecei a trabalhar já tinha entrado na faculdade e tava trabalhando. Quando eu vim trabalhar, o trabalho, o ofício, me exigia uma imagem. Então aí eu passei a usar salto, eu passei a usar maquiagem, porque eu era imposta, mas eu vivia aquele papel até umas 18 horas, umas 17 horas do dia. Quando chegava a noite tirava aquela maquiagem, tirava tudo e voltava a ser [eu]. Eu me sentia à vontade, era eu e nos finais de semana [era assim] também.*

Vimos até aqui que a violência homofóbica produz, segundo Butler, uma forma de consciência de si. Pretendo, a partir deste momento, observar mais precisamente as modulações dessa tomada de consciência em se tratando da experiência de violência nas vivências da sexualidade entre mulheres. As memórias produzidas durante a narrativa de Miriam, por exemplo, ajudam-nos a compreender a dinâmica no assujeitamento e na subjetivação de alguém que encarna essa experiência. Olhemos mais de perto as afirmações tais que “...desde a infância eu já tinha o exemplo lá da minha tia”, “Eu cresci ouvindo as histórias da minha tia...” e “Eu cresci ouvindo chacota sobre ela...”. Elas mostram como a homossexualidade lhe fora apresentada por meio de suas relações familiares, expressada no desdém e em comentários jocosos. Embora minha entrevistada reconheça não entender imediatamente o dito “delito” de sua tia (“...primeiro eu não conseguia entender”), sua família já a fazia compreender o tipo de tratamento que lhe era dirigido. Miriam nem havia vivido suas primeiras experiências sexuais, mas sua família se apressava em lhe ensinar seus interditos. De fato, a condenação naquele momento não vinha endereçada à prática sexual em si, mas ao sujeito que ela produzia (Foucault, 2011).

As comparações de conotação depreciativa vêm confirmar a desestima ao sujeito homossexual: “Então, quando ela via alguma coisa em mim que ela não gostava, primeira coisa que ela associava era minha tia.” O que se reproduz, sobretudo, nos

momentos nos quais Miriam não adota o comportamento tipicamente feminino, que, no âmbito do seu grupo social de origem, significava amar ir ao salão de beleza (pois não basta fazê-lo, é necessário amar fazê-lo) ou amar passar horas escovando os cabelos, usar salto alto e se maquiar (*sic*). A comparação com sua tia, uma mulher que vivia com outra mulher, tinha o sentido de uma punição. Ser nomeada homossexual (*to be called a name*) era visto como uma sanção, em virtude da transgressão da norma sexual (viver com uma mulher), mas também de gênero (não ser “feminina”). A mensagem, embora não tenha sido enviada pela agressão de um insulto ou soco, era suficientemente inteligível e igualmente coercitiva. Não se deve ser homossexual nem, sobretudo, sugerir sê-lo em sua maneira de se comportar. A LGBTfobia atesta assim sua potência no controle das condutas (Foucault, 2014a).

De modo similar, a entrevista que realizei com Riva, pessoa não binária atraída por mulheres, pode ser igualmente elucidativa quanto à força coercitiva das formas sutis de LGBTfobia:

*Riva: Era difícil me encaixar nas brincadeiras ditas femininas porque, uma, eu não tinha muita vontade de brincar e, outra, quando eu vinha a ser chamada eu não me encaixava adequadamente naquele jogo. Geralmente era “queimada”, uma brincadeira mais de elástico ou bambolê e aí eu não me sentia participante. E também a brincadeira masculina, o futebol, era às vezes muito grosseira ou muito contato, luta, conflito e eu também não me adequava por conta de corpo e tal e aí tinha dificuldade de me colocar [vai diminuindo o ritmo da fala, fica em silêncio e se põe a chorar].*

*Diego: Pode ficar à vontade, tá? Você pode levar o tempo que você quiser.*

*Riva: [Com uma voz de choro] E aí era a porta aberta pra discriminações, bullying e algumas dificuldades a mais, e eu fui me percebendo um pouco diferente até na questão do desejo, porque meu desejo era direcionado pras meninas. E aí eu cheguei a falar, já aos sete anos eu me declarei a uma menina e comecei a ter algumas dificuldades com relação até a família dela, com relação ao receio que minha família soubesse.*

Como na narrativa de Miriam, a de Riva mostra as sanções sociais da não conformidade às normas de gênero. Desta vez, Riva conta, através de um episódio da infância, seu duplo desacordo, tanto com os jogos ditos femininos quanto com aqueles ditos masculinos. Atualmente, apesar da adoção de uma identidade não binária, seus traços corporais apresentam características que podem ser lidas socialmente como de uma mulher. É o caso, por exemplo, da sua voz suave e aguda e os seios volumosos.

Além disso, seu desejo publicamente assumido por mulheres faz com que minha-meu entrevistada-o seja frequentemente o alvo de situações “lesbofóbicas”. No fragmento acima, mesmo que um episódio de agressão tácita não tenha sido descrito, a afirmação quanto “*ao receio que [sua] família soubesse*” se mostra bastante eloquente quanto à lesbofobia. Do meu ponto de vista analítico, o medo que seu sentimento por uma menina seja revelado à sua família testemunha a consciência de que tal sentimento seria percebido como um delito, passível, inclusive de sanções.

Miriam e Riva narram um modo de interpelação vivido diferentemente daquele descrito por outro-as entrevistado-as, em contrapartida do tipo de violência percebido na narrativa de, por exemplo, Jean e Paulete. Recorrendo mais frequentemente à agressão física, o assédio da les-bi-fobia parece atribuir aos corpos categorias de sujeito de maneira camuflada. Essa modulação das LGBTfobias, que eu nomeio provisoriamente de *lesbifobia*, captura especialmente as pessoas ouvidas em minha pesquisa que foram identificadas como mulheres em virtude de seu sexo anatômico e com práticas sexuais com mulheres (incluindo assim as mulheres cisgênero e pessoas não binárias). Contudo, se as narrativas de Miriam e Riva descrevem um modo de atribuição implícito, não é o caso de interpretar os efeitos menos visíveis da violência como uma forma de tolerância às pessoas bissexuais, sobretudo as mulheres, e lésbicas (Borrillo & Mérary, 2019).

A lesbifobia se mostra, na realidade, uma espada de dois fios, afiada em ambos os lados. Ou seja: o modo de assujeitamento produzido pela lesbifobia (traduzido no cotidiano na invisibilidade e negação do desejo, senão na sua compulsão à heterossexualidade) parece tornar possível certos modos de se construir menos compromissados com os enquadramentos identitários. Desenvolvo a ideia: a norma que pressupõe que as mulheres não têm uma sexualidade ou que são sempre heterossexuais (não para o seu próprio prazer, mas para o dos homens e para alcançar sua função reprodutiva – colocando a questão em certa medida de forma caricaturada) não se dá conta da possibilidade de que elas podem experimentar o prazer mutuamente. Em síntese, o que quero dizer é que a sexualidade entre mulheres é um ponto cego da matriz heterossexual. Isso permite que as mulheres escapem em certa medida às etiquetas frequentes dos insultos ou à violenta e explícita interpelação das agressões físicas ao mínimo sinal de uma suposta homossexualidade. O fato de que os gestos de afeto, como andar de mãos dadas, sejam mais aceitos entre mulheres que entre homens em culturas ocidentais como a nossa concorre para que a afetividade entre

elas seja menos percebida como uma expressão da sexualidade (Borrillo & Mécarry, 2019).

É evidente que as mulheres (ou os corpos identificados como tais, por terem uma vagina) também estão expostas a formas de violência graves, como é o caso do “estupro corretivo”, que acomete frequentemente mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans, visando “corrigir” a orientação sexual ou identidade de gênero da vítima por meio de uma relação “heterossexual” sem consentimento<sup>191</sup>. Eu me refiro, contudo, aos modos “ordinários” da LGBTfobia, com os quais pessoas LGBTQIA+ lidam com frequência e de modo corriqueiro no cotidiano de sua vida. Por exemplo, os episódios de lesbofobia ou bifobia narrados durante as entrevistas que conduzi no âmbito de minha pesquisa de campo comunicam principalmente a hostilidade do assédio familiar ou os olhares e comentários de desconhecido·a·s. Os episódios de interpelação mais agressivos, como insultos ou agressões físicas, foram mais raros. A violência sexual não foi relatada como sinal de lesbifobia.

Assim, as mulheres cisgênero ou as pessoas não binárias com práticas amorosas e sexuais com outras mulheres entrevistado·as nesta pesquisa foram exposto·as a tipos de interpelação camuflados. Por camuflados eu quero dizer distintas do domínio da agressão corporal física ou restrita ao âmbito privado da família, ou seja, menos explícitos que aqueles vividos mais frequentemente por homens gays e bissexuais e mulheres trans.

Esse tipo de interpelação por meio de uma violência menos explícita, às vezes subentendida, parece permitir-lhes viver sua sexualidade de maneira mais desatrelada das identidades sexuais, senão mais livres. É por isso que suas trajetórias de vida são frequentemente marcadas por uma entrada na vida sexual passando por relações heterossexuais antes de se afirmar bissexual ou se dizer lésbica (Chetcuti, 2013) ou, ainda, por práticas sexuais com homens e mulheres sem que isso seja necessariamente associado a uma identidade sexual. Porém, é preciso não perder a norma de vista e considerar que a heterossexualidade é sempre um dado implícito.

---

191 Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, levantados pela revista *Gênero e Número* (V. R. da Silva, 2019), foram registrados 2.379 casos de estupro de mulheres lésbicas em 2017, sendo 6 vítimas por dia. O “estupro corretivo”, embora seja uma prática denunciada por organizações de direitos humanos e grupos de pesquisa como o Lesbocídio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ainda carece de dados oficiais, pois foi tipificado pela justiça brasileira apenas em 2018, pela Lei nº 13.718. A pena então é aumentada em um terço nos casos em que o crime é cometido para “controlar o comportamento sexual ou social da vítima”. *O Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017* (M. C. C. Peres et al., 2018), publicação do grupo de pesquisa Lesbocídio, mostra que esses estupros podem ainda ser seguidos de morte.

Como afirma Guillemaut (1994), as lésbicas e bissexuais têm boas razões para continuar invisíveis. É importante, porém, precisar que não se trata de minimizar os efeitos da violência, mas de produzir um olhar sobre um sujeito mais potente em suas ações, que submetido a uma forma de opressão, pode se adaptar a ela ou ainda fazer uso em seu benefício. Nesse sentido, a capacidade de agir opera segundo a dinâmica de opressão na qual ela é possibilitada.

Em minha pesquisa, por exemplo, Miriam declara ter vivido consecutivas relações com homens, chegando a se casar e ter um filho antes de se engajar numa relação com uma mulher ou que uma identidade bissexual ou lésbica tenha se imposto. Hoje, embora casada com uma mulher, ela prefere se autoneamar bissexual, pois o desejo pelos homens não está excluído do seu campo de possibilidades. Da mesma forma, Marielle, em se identificando como bissexual, reivindica a mesma abertura: “...*eu sou bissexual, no momento tenho uma relação com uma mulher há 6 anos, eu sou uma mulher lésbica pra maioria das pessoas. Isso é o que conta, o que vê é o que conta.*” Para Marielle, o fato de estar numa relação com uma mulher não a define. Ela prefere dizer que ama a pessoa, e não um sexo. Hoje ela ama sua namorada, que é uma mulher, mas que em outro momento de sua vida foi um homem.

O fato de que essas mulheres, como Miriam e Marielle, autonomizam-se na sexualidade não significa que elas se desvencilham de seu assujeitamento, pois, por um lado, a pressuposição da heterossexualidade as inscreve antecipadamente em uma posição de sujeito (heterossexual) e, por outro, as relações que estabelecem com outras mulheres se encontram ainda no campo da interdição. Contudo, elas podem tirar proveito do ponto cego da matriz heterossexual, como uma abertura à produção de uma margem de manobra na vivência da sexualidade. Não se trata de escapar ao assujeitamento do poder, mas de encontrar, na construção de suas subjetividades, maneiras criativas de serem governada-o-s (Martins & Peixoto Junior, 2013). É, então, mais próximo de um ato de se conduzir que de se deixar conduzir. Ou ainda, como Butler (2018a) reformula a questão estratégica de Foucault, adicionando o aspecto da capacidade de agir: “como administramos as relações de poder pelas quais somos administrados, e em qual direção?” (p. 107).

7.3.2 “Eu fui me dando conta que aquilo ali era uma forma de me defender”. A *subjetividade é o efeito e o instrumento da capacidade de agir*

A subjetividade LGBTQIA+ é fabricada na relação de forças com as LGBTfobias. Um enfrentamento constante que não cessa de se reconfigurar. Sendo sempre uma produção inacabada, o sujeito só se constitui na reafirmação repetida (senão performativa) de si mesmo como sujeito, como afirma Butler (2018a, p. 100). A autora insiste que essa dependência do sujeito da repetição para criar a ilusão de sua coerência é o que revela de sua incoerência e incompletude (Butler, 2018a, p. 107). Contextualizando essas afirmações ao objeto desta tese: não é uma vivência que definirá o modo de se conduzir posteriormente face aos atos violentos, mas a repetição das práticas que acontecem na confrontação direta ou indireta com o poder e a sua violência, o que coloca em relevo o aspecto performativo das LGBTfobias.

Tendo dito isso, eu gostaria de insistir no aspecto da capacidade de agir. O sujeito não sendo uma unidade coerente, as respostas ao confronto são igualmente inesperadas e escapam à previsibilidade esperada da repetição. Pois as repetições possibilitam “recorporificar a norma subjetivadora” e “redirecionar sua normatividade” (Butler, 2018a, p. 107). É onde se localiza a possibilidade de produção de uma margem de manobra no interior do espaço do sujeito, como esse pode reeditar o assujeitamento da violência no momento em que o incorpora, ou seja, na sua subjetivação.

Alguém submetido-a a uma agressão LGBTfóbica pode efetivamente reagir diferentemente, de acordo com contingências diversas, como as fases cronológicas nas quais a nossa vida foi artificialmente dividida (infância, adolescência, vida adulta ou velhice), o contexto atual que essa pessoa atravessa, o cenário político de seu país, a pessoa que a agride, o lugar onde ela é agredida, a avaliação do risco de represálias ou de sua própria integridade física ou, ainda, o risco da morte. A lista não é exaustiva, mas permite visualizar que a cena interpelativa descrita anteriormente é meramente ilustrativa<sup>192</sup>. Essas múltiplas contingências contribuem assim à criatividade e à possibilidade de se fazer diferente, de se reinventar, não como se quer, mas com os (e limitado aos) elementos que me são disponíveis.

---

<sup>192</sup> Butler também considera o insucesso da cena interpelativa, em virtude do fracasso no autoreconhecimento do sujeito interpelado, ou seja, chamado, nomeado. O que pode se reproduzir por diversos motivos, como (nas palavras da autora): “Quem é chamado pode não ouvir, entender mal o chamado, virar para o outro lado, responder a outro nome, insistir para não ser abordado daquela maneira. [...] Quando um nome é chamado, eu tenho certeza de que é o meu, mas não é. Quando um nome é chamado, eu tenho certeza de que é o meu, mas a voz é incompreensível ou, pior, é alguém que tosse ou, pior, é um radiador cujo som, por um instante, assemelha-se a uma voz humana. Ou eu tenho certeza de que ninguém percebeu minha transgressão e que não é meu nome que está sendo chamado, mas é apenas um transeunte que tosse, ou o som alto do mecanismo de aquecimento – mas é meu nome, e, no entanto, não me reconheço no sujeito que o nome instaura naquele momento” (Butler, 2018a, p. 103).

A continuidade habitando também na descontinuidade, essa pessoa pode vir a (ou não ter escolha e se sentir obrigada de) adotar uma postura que se reproduz com certa regularidade, permitindo-a de se defender. Eu não busco sugerir a formação de uma regularidade coerente (como uma estrutura de personalidade, se eu mobilizo o léxico do campo epistemológico da psicanálise, do qual eu ratifico minha completa exterioridade). Isso seria incoerente com os pressupostos da performatividade, na qual a descontinuidade está implícita na continuidade. Na realidade, inspirando-me em Mahmood (2005), eu busco formular essa relação sujeito-LGBTfobia nos termos foucaultianos de uma ética de si, criada e reproduzida na regularidade das práticas que fabricam formas particulares de subjetividade, estando, todavia, suscetíveis à imprevisibilidade da performatividade butleriana. Em síntese, eu argumento que as subjetividades (das pessoas) LGBTQIA+ são fabricadas nas práticas que se produzem na relação reiterada com a violência, mas essas formas particulares de subjetividade são, ao mesmo tempo, um meio de (sobre)viver (com) a LGBTfobia. Ou seja, a subjetividade é efeito e instrumento da capacidade de agir.

A continuidade da narrativa de vida de Riva concorre à compreensão desse aspecto. Neste momento da entrevista, ela-e me contava que a discriminação vivida durante a infância se perpetuou na adolescência:

*Riva: Passou o tempo, cheguei na adolescência, ainda tinha algumas complicações com relação a gênero também, só que os problemas eles vinham aumentando, porque aí a dificuldade social ficou grande, comecei a me isolar, ficar um pouco mais introspectivo [fala de si no masculino, assoando o nariz e com voz de choro], e aí depois eu fui me dando conta que aquilo ali era uma forma de me defender e que não tava talvez me causando sofrimento [com a voz “partindo”].*

Em se dando conta de sua dissidência corporal vis-à-vis à norma sexual e de gênero, consciência produzida na discriminação e no preconceito, Riva coloca em prática estratégias para “se defender” e, talvez, “evitar de sofrer” (*sic*). Se é patente que a ação de “se isolar” não se configura uma estratégia de ataque, não é menos verdade que se trata de uma estratégia de luta. Pois as estratégias menos combativas (que poderíamos nos apressar em excluir do campo da capacidade de agir, pois não se trata de uma ação de resistência flagrante) são as possibilidades de ação viáveis em um dado momento e contexto. Podemos assim observar que, segundo a narrativa de Riva, sua maneira de organizar sua existência se constitui na relação com a (e por se defender da) violência LGBTfóbica. É o lugar da agência na construção performativa da subjetividade.

Nesse sentido, eu me aproximo intimamente da noção de Mahmood (2005, p. 32) sobre a capacidade de agir como uma forma de trabalho de si sobre si [*agency within the efforts of the self*]<sup>193</sup>, que se inspira na formação ética numa perspectiva foucaultiana. Em suma, a autora relembra primeiro que a ética foucaultiana: é situada, ou seja, compreende um conjunto local e particular de atividades práticas inerentes a um certo modo de vida, no âmbito do qual formas bastante específicas de sujeito ético e moral são constituídos; é produtiva, o que significa que o que ela faz é mais importante do que o que significa. Nesse sentido, “a ética compreende as práticas, as técnicas e os discursos pelos quais um sujeito se transforma a fim de alcançar um modo de ser, um estado de felicidade ou aceder a uma forma particular de verdade” (p. 28, tradução nossa)<sup>194</sup>. A capacidade de agir (*agency*) se torna assim um vetor de construção de formas particulares de sujeito ético.

Proponho assim que voltemos à experiência narrada de Riva. Tornar-se “introspectivo” aparece em seu discurso como um ato reflexivo (“...*eu fui me dando conta que aquilo ali era uma forma de me defender...*”). No entanto, esse ato não é desprovido de limites, pois, inscrito e negociado na relação com os efeitos da sua não conformidade de gênero (isolar-se é uma alternativa à exclusão que ela-e já havia vivido por parte dos grupos de meninos e meninas), não podendo ser percebido como completamente autônomo. Nesse sentido, Mahmood nos relembra que, embora a teoria foucaultiana tenha dado uma atenção ao esforço do indivíduo para se constituir a si mesmo, o sujeito foucaultiano não é um sujeito autônomo num sentido voluntarista. O sujeito não é, então, nem determinado nem autônomo em sua formação (ele não é racionalmente livre para agir como o que está implícito na moral kantiana), mas se constrói nas contingências históricas (ou seja, práticas e injunções morais predefinidas) que lhe são disponíveis, chamados “modos de subjetivação” (Foucault, 2011; Mahmood, 2005).

Essa capacidade de reflexividade (“...*eu fui me dando conta que aquilo ali era uma forma de me defender...*”), que Butler (2018a) descreve como o sujeito que “toma a si mesmo como objeto e, desse modo, equivoca-se consigo mesmo” (p. 110), deriva da formação da consciência produzida pela interpelação da violência. Todavia, observa

---

193 Mesmo tendo acesso à obra completa no original em inglês, minha tradução, desse e de outros trechos, se baseia na versão francesa, que julgo mais próxima e inteligível quando traduzida para o português, ou seja: “*la capacité d’agir comme une forme de travail de soi sur soi*” (Mahmood, 2009, p. 56).

194 Ou seja: “... *refers to those practices, techniques, and discourses through which a subject transforms herself in order to achieve a particular state of being, happiness, or truth*”.

Mahmood (2005), não se deve pressupor um ator consciente de si mesmo implícito à formação ética de si, pois o trabalho que as pessoas fazem sobre si mesmas não derivam de suas vontades autônomas, mas são o produto de tradições discursivas que são autoridade, cuja lógica e cujo poder ultrapassam amplamente a consciência dos sujeitos que suas próprias práticas as tornam. Reflexões que fazem eco a Foucault, mas também a Butler (2006a), segundo a qual “não há necessidade de existir um ‘agente atrás do ato’, mas que o ‘agente’ é diversamente construído no e através do ato” (p. 205). Contextualizando a narrativa de Riva, sua reflexividade está inscrita, entre outras coisas, na consciência do perigo e da necessidade de se defender dele. Para Riva, a autodefesa se torna implícita à construção de si.

Do mesmo modo que Mahmood, eu penso que é bastante produtivo pensar a capacidade de agir como um trabalho ético de si sobre si, numa perspectiva foucaultiana, principalmente para pensar a construção da subjetividade no seu confronto com as LGBTfobias. De acordo com essa antropóloga, que me ajudou bastante na laboriosa análise dos dados empíricos de meu campo através das lentes da filosofia foucaultiana e butleriana, essa apreensão da noção de *agency* desloca o foco de nossa atenção da caça à subversão das normas, para dar mais atenção à análise dos “elementos exteriores” — como as experiências de violência — na construção das “capacidades éticas humanas e da capacidade de agir”<sup>195</sup>. A autora insere a capacidade de agir no processo de subjetivação, no sentido foucaultiano das “técnicas de si”, que implica nas práticas que operamos sobre nós mesmos para nos transformar em sujeitos éticos, que derivam desse convite ao estabelecimento de uma relação consigo permeada pela reflexão e exame de si por si (Foucault, 2007, p. 38). No tocante à resistência, no sentido de uma potência política das ações dos sujeitos no sentido da transformação social, Mahmood não a deixará de lado, mas preferirá defini-la como uma estratégia para o “diagnóstico de formas específicas do poder” (Mahmood, 2005, p. 9).

Tendo dito isso, é preciso considerar uma diferença fundamental na definição de resistência que emerge em ambos os contextos, seja o da etnografia desenvolvida por essa antropóloga, no âmbito da “sociedade mulçumana contemporânea”, e o do estudo em que eu mesmo conduzi, situado pelos valores da sociedade ocidental capitalista<sup>196</sup>.

---

195 Nos termos da autora: “*Specifically, he [Foucault] draws our attention to the contribution of external forms to the development of human ethical capacities, to specific modes of human agency*” (Mahmood, 2005, p. 29).

196 Esse paralelo se mostra importante, pois, como observa Mahmood, nossa tradição intelectual humanista, tendo sido influenciada pelos pressupostos liberais sobre a “natureza humana”, alimenta a crença de que “todos os seres humanos experimentam um desejo nato pela liberdade; a ideia de que buscamos todos e todas, de uma maneira ou de outra, afirmar nossa autonomia desde que possível; a

De um lado, para as mulheres do movimento das mesquitas entrevistadas por Mahmood, a capacidade de produzir mudanças no mundo passa pelo cumprimento de obrigações religiosas, de acordo com os princípios da misericórdia islâmica e do comportamento virtuoso em suas condutas quotidianas, que os pressupostos liberais de esquerda se apressariam em classificar como a docilização dos corpos. Por outro lado, as lésbicas, gays, bissexuais, trans e não binário-as, com os-as quais eu pude dialogar ao longo do meu estudo, vinculam-se aos valores de emancipação e liberação, aderindo ao *télos* ético da sociedade na qual se inscrevem. Salvo todas as proporções, a forma que Mahmood emprega a capacidade de agir me parece uma profícua ferramenta analítica, pois me permite pensar nas ações das LGBTQIA+ que eu entrevistei, face às LGBTfobias, como práticas constitutivas de suas subjetividades, sem as inscrever *a priori* numa grelha binária de submissão e resistência.

A propósito, o episódio narrado por Riva mostra que a capacidade de agir não reside unicamente nas ações que declaram guerra ao poder, mas também naquelas que buscam um acordo de paz com ele. Essa observação faz eco no relato de Miriam, quando essa entrevistada fala do implacável assédio psicológico vivido no âmbito de sua família:

Miriam: *Eu já tô cansada de ver [tanto preconceito], porque eu vim de uma família [preconceituosa] assim. Então a violência que eu falo... ela é desse tipo, de teor psicológico. Até hoje ainda sofro perseguição, vez ou outra. Depende da vontade deles, né? Determinada situação aí vem e enfim...*

Diego: *Como tu lidas com essas situações?*

Miriam: *É difícil, eu acho que... Eu não vou dizer que eu não tenho feridas em relação a isso, [porque] que eu tenho. Mas é tipo uma doença que eu carrego comigo... Tipo, essa doença não vai me derrubar, e eu vou viver com ela; ou ela vai te matar literalmente uma hora, mas eu não vou deixar; ou ela vai desaparecer, tipo uma febre que vai passar. Eu fico o tempo todo trazendo a minha mãe pro meu mundo, o tempo todo. Não é fácil.*

Colocando o foco nas reações de minha entrevistada, em detrimento da descrição sobre a violência, observo com bastante atenção a seguinte afirmação: “*Mas é tipo uma*

---

convicção de que a capacidade de agir dos seres humanos se exprime antes de tudo nos atos que se opõem às normas, e não naqueles que as reconduzem” [ou seja: *the belief that all human beings have an innate desire for freedom, that we all somehow seek to assert our autonomy when allowed to do so, that human agency primarily consists of acts that challenge social norms and not those that uphold them, and so on*] (Mahmood, 2005, p. 5, de acordo com minha tradução).

*doença que eu carrego comigo... Tipo, essa doença não vai me derrubar, e eu vou viver com ela...* Parece-me que Miriam se vê a tal ponto limitada em suas possibilidades de se opor ao assédio que vive no âmbito de sua família, que a maneira de lidar com a situação é aceitar e integrar a violência ao seu modo de vida. O agenciamento de Miriam se traduz no seu modo de se organizar para viver (apesar de) a lesbifobia. Ela associa a lesbifobia familiar, por ela ser casada com uma mulher, a uma doença crônica, um tipo de mal intenso e constantemente presente, que ela aprendeu a viver com ela.

Eu achei essa analogia muito forte, e ela me tocou bastante. Ao mesmo tempo, essa afirmação se aproximava tanto da minha compreensão de *agency* — e que reverberava na vida das LGBTQIA+ que entrevistei, que encontrei e convivi ao longo da minha vida e, principalmente, em momentos em que eu mesmo me percebi — que eu decidi colocá-la em destaque num dos subtítulos deste capítulo. Miriam havia atribuído palavras a um sentimento no qual eu mesmo me reconhecia e que reverberava na experiência de outros entrevistados e entrevistadas (bem como, sem dúvida, na experiência daqueles que serão meus futuros leitores e leitoras), quando éramos o “veado” ou a “sapatão” da escola, o “homossexual” da família ou o “traveco” da rua. A impossibilidade de se livrar a curto prazo desses ambientes que frequentemente nos adoeciam não nos deixava senão a possibilidade de integrar esse mal e (sobre)viver (com) as condições restritas que estavam disponíveis. Alguns se dão conta em algum momento que a violência vivida não era um problema apenas individual, mas coletivo, e transformam essas problemáticas em questões de pesquisa e escrevem uma tese. Foi meu caso, mas não é o único caminho viável a seguir. É esta uma das riquezas desta tese, de tornar visível modos criativos de viver (apesar de) as LGBTfobias.

Semelhante à experiência de Miriam, o contexto das relações familiares é um desafio, mas também um espaço privilegiado da construção e do trabalho sobre si, para Riva:

*Riva: Ele [seu pai] me procura mais porque eu sou a única filha, pra quando ele estiver nessa situação [de doença, de vulnerabilidade, de dependência], mas, por afeto, por necessidade de tá junto, não.*

*Diego: Você falou da sua madrasta também, não é? Houve algum momento em que explicitamente você...*

*Riva: Houve. Eu cheguei lá um dos dias próximos ao Natal, a gente passou lá, eu resolvi levar minha namorada pra poder apresentar pra eles. [...] Aí, quando chegou*

*lá, eu apresentei ela, a gente começou a jantar, e aí eu tava com a minha afilhada também juntos... e aí, no meio do jantar, ela [sua madrasta] perguntou se a minha namorada era babá da minha afilhada. Um comentário sem pé nem cabeça, só com o intuito de realmente incomodar. Daí ela [a namorada de Riva] disse que não tinha problema nenhum em ser babá da minha afilhada, mas que não era, que era minha namorada. E aí a situação ficou constrangedora, eu tentei amenizar o máximo. E aí, na hora, a gente tava na mesa, e aí saímos da mesa e ficamos com a criança brincando, pra que a criança também não precisasse passar por um constrangimento e percebesse. E, de fato, foi o que aconteceu, a criança continuou brincando com a gente, e aí ela percebeu que tinha sido desnecessária e começou a se aproximar e conversar novamente, mas ficou uma situação bem delicada. E depois a gente resolveu que não ia mais fazer isso, que quando eu fosse pra lá eu ia só, pra que não acontecesse mais situações desse tipo. [...] Pedi desculpas a minha namorada, e ela disse: “Realmente foi uma coisa ridícula, e eu sei que não tem nada a ver com você, e vamos proteger tanto a criança como proteger a gente pra poder isso não acontecer novamente.”*

Observemos que Riva descreve uma reação que visa a sua proteção, mas também a de sua namorada e de sua afilhada. O cuidado aparece como uma característica de sua capacidade de agir diante do comentário discriminatório de sua madrasta. Embora busque se desvincular das categorias sexuais *homem* e *mulher*, observo que Riva reproduz um comportamento de quem foi socializada-o no feminino. Esse exemplo mostra a meu ver a ambiguidade da subjetivação (*subjectivation*), ou seja, enquanto o sujeito busca ampliar sua autonomia diante das imposições do poder, acaba em certa medida repetindo seu “apego apaixonado” ao assujeitamento (*assujettissement*) (Butler, 2018a).

Essa passagem permite igualmente visualizar como os sentimentos ambíguos suscitados pelo núcleo familiar podem mascarar o conteúdo violento das relações e, por conseguinte, reduzir drasticamente a disponibilidade afetiva a se opor a essa violência. De forma semelhante, a experiência de Miriam narrada no fragmento abaixo reproduz essa dinâmica controversa:

*Miriam: Minha irmã mesmo, eu entrei em tapas com ela, de rasgar a roupa, eu nem me lembrava mais disso.*

*Diego: Por esse motivo [a bissexualidade]?*

Miriam: *Por esse motivo.*

Diego: *E como foi?*

Miriam: *Ah, ela desceu, eu tava na casa da minha mãe, eu tava sentada, ela já tava com dor de cabeça. Sabe aquela hora que você tá quieto e chega alguém provocando? Soltando ironia, isso foi minha irmã, ela chegou, só que ela chegou com cada alfinetada que eu tive que mandar ela calar a boca, aí ela partiu pra grosseria, acho que ela me deu um empurrão, algo assim me chamando mesmo, aí eu não aguentei, eu podia tá com...*

Diego: *Ela te xingava?*

Miriam: *Sim, de todo tipo de xingamento que você possa associar. [...] Daí foi uma briga tão feia, a gente começou a se agarrar, puxando o cabelo da outra, batendo, chutando, aí ficou a minha tia pra segurar ela, e a empregada me segurando do outro, e a pobre não tinha nem tanta força pra segurar as duas, mas foi de rasgar as roupas.*

Diego: *E aí a gente pode, com a leitura dessa situação, chegar talvez à conclusão de que você já foi agredida fisicamente por homofobia?*

Miriam: *Fui, dentro de casa.*

Miriam havia declarado no início de nossa entrevista não ter sido jamais vítima de uma agressão física em função de sua bissexualidade. Esse episódio de confrontação física com sua irmã, descrito por Miriam acima, não havia sido identificado como uma agressão LGBTfóbica em princípio. Faço assim uma intervenção em formato de questão: “*E aí a gente pode, com a leitura dessa situação, chegar talvez à conclusão de que você já foi agredida fisicamente por homofobia?*” Minha pergunta não é desprovida de afetação e deixa aparente meu incômodo com a situação que ela me relata. Isso não significa que Miriam não se questione sobre o conteúdo bifóbico do confronto com a sua irmã, mas esse episódio talvez não tivesse sido relatado se minha entrevista tivesse se resumido a perguntas como “*Você já viveu uma agressão física por LGBTfobia?*”. Foi no relato da sua experiência, no seu diálogo comigo, que Miriam e eu construímos juntos essa narrativa. Um processo de produção de sentidos que se inaugura nas trocas que têm lugar no momento de nossa entrevista (Pinheiro, 2000).

Esse relato mostra como a violência pode ser normalizada no contexto familiar, ao ponto de nem mesmo ser percebida como LGBTfobia, e dificultar os posicionamentos visando se opor a ela. Pois “*A família é sempre a primeira instituição*

e a mais difícil de lidar”, como explica Miriam no fragmento abaixo:

Diego: *Então parece que as experiências familiares foram mais marcantes pra você.*

Miriam: *Foram, porque eles são minha família. Então, como eu tenho um laço que não dá pra desfazer, atinge fácil assim. O pessoal da rua você se arma, mas o pessoal de casa... como você vai lidar com isso?*

Diego: *Como?*

Miriam: *Não sei, e eu acho que todo mundo passa por isso, todo gay, lésbica, qualquer um passa por algum momento. Os pais podem vir a aceitar em algum momento, mas pra chegar ali eles já passaram por muita coisa, entendeu? A família é sempre a primeira instituição e a mais difícil de lidar.*

A relação conflituosa das LGBTQIA+ com seus grupos sociais de origem já se fizeram nomear na literatura científica pelas alcunhas de *homofobia familiar* ou *homofobia intrafamiliar*, o que eu pude constatar na revisão da bibliografia que desenvolvi no âmbito dessa pesquisa, cujos resultados e cujas reflexões se encontram na Parte II desta tese, mas também em Paz, Amazonas e Medrado (2020b). Essas pesquisas mostram a família, por exemplo, como um *locus* dissimulado da manifestação da *homofobia* (termo utilizado indiferentemente se o preconceito é endereçado a gays, lésbicas, bissexuais ou trans), pois seu papel de suposta guardiã da sexualidade de seus membros lança à sombra as dinâmicas abusivas de suas relações internas<sup>197</sup>. Uma dimensão que não é consenso, pois, por exemplo, Salima Amari (2012, 2018) observou o papel paradoxal da família, que, frequentemente compreendida como “instituição” ou “fabrica de dominações”, foi para as mulheres lésbicas que ela entrevistou, de origem norte-africana vivendo na França, um importante espaço de solidariedade e de construção de si, bem como um refúgio contra o racismo experimentado no âmbito dos grupos sociais externos.

Nesta seção da tese, a relação com a família é tomada mais como um dos contextos de emergência do meu objeto de análise, um “microespaço”, no sentido de Peter Spink (2003), que como o objeto em si, sendo este sempre a capacidade de agir. Não foi meu objetivo analisar de maneira mais profunda as dinâmicas controversas

---

197 Ver, por exemplo: o artigo de Livia Gonsalves Toledo e Fernando Silva Teixeira Filho (2013b), que analisou a “homofobia familiar”, nas narrativas de história de vida de “mulheres dissidentes da norma heterossexual”; o trabalho de Juliana Perucchi, Brune Brandão e Hortênsia Vieira (2014), que analisa os aspectos psicossociais da “homofobia intrafamiliar” com jovens gays e lésbicas; e também o de Martha Souza, Paulo Malvasi, Marcos Signorelli e Pedro Paulo Pereira (2015), sobre a violência presente nas trajetórias de travestis do sul do Brasil.

que se produzem na vida cotidiana desse “microespaço”, que se mostrou de grande importância no relato dos entrevistados e entrevistadas e que merecia ser abordado. De fato, para alguns·mas dele·as, os membros da família ocupavam lugares importantes em suas redes de apoio. O que reforça ainda mais o caráter controverso e ambíguo das dinâmicas familiares na vivência das LGBTfobias.

### 7.3.3 “Eu resolvo não dar relevância a aquilo...”. *A capacidade de agir como uma categoria êmica*

Eu tenho explorado nesta seção até o momento o caráter muitas vezes camuflado da bifobia e da lesbofobia. Contudo, para as pessoas (mulheres cisgêneras e uma pessoa não binária) com práticas sexuais e amorosas com mulheres que pude ouvir durante meu estudo, essas violências também dizem de forma audível seu nome, sendo também explícitas e diretas.

Eu reproduzo abaixo uma passagem de minha entrevista com Marielle, que eu acho particularmente interessante. Em primeiro lugar, pelo fato de que essa entrevista aconteceu em 9 de julho de 2019, ou seja, após a eleição de Bolsonaro em 2018. Marielle traz elementos em sua fala que ressaltam o contraste que esse evento político desencadeia em seu cotidiano como mulher bissexual numa relação estável com uma mulher: “*As pessoas se sentem respaldadas hoje pra tecer qualquer tipo de comentário que seja ofensivo e que se foda, porque tem alguém de cima que tá legitimando isso.*” Em segundo lugar, é uma passagem na qual nós dois interagimos bastante, fazemos muitas trocas interessantes. E, finalmente, ela mostra como a experiência de Marielle se diferencia da de Miriam e Riva, que me permitiu deslocar o olhar e ver as coisas diferentemente. Uma vez que eu não busco produzir generalizações a partir das narrativas de minhas entrevistadas, é a diversidade de experiências que me interessa.

Diego: *Em que momentos tu achas que a questão da sexualidade te colocou numa posição de vulnerabilidade, ou, foi complicado pra ti por conta disso?*

Marielle: *Tu fala dessa vulnerabilidade no sentido de violências mesmo, não?*

Diego: *No aspecto mais amplo possível, sabe? Desde um comentário ou...*

Marielle: *Diego, eu acho que eu só vivi isso agora nessas eleições [diz em tom reflexivo].*

Diego: *Hurum.*

Marielle: *Dessa forma assim aberta, escancarada, agressiva, foi agora [com ênfase*

no “aberta, escancarada, agressiva”].

Diego: *Tu não és a primeira pessoa que me diz isso.*

Marielle: *Pois é, é horrível isso.*

Diego: *Hurum.*

Marielle: *Porque, assim, antes, se havia, era quando eu dava as costas, entendeu? Não era na minha cara, não era me dando uma indireta, não era... não era! Não posso dizer que eu percebia isso antes. Agora, reconheço meu lugar privilegiado nesse sentido também, né, de um núcleo familiar que tem essa pegada comigo, de tranquilidade e tal; um núcleo amplo de amigos que também é bacana; meu convívio de trabalho, não é? Então, assim, tem esses privilégios, assim, por onde eu passo.*

Marielle: [Ela fala dos privilégios de poder “passar por...” e continua:] *Agora mesmo não tendo essa característica física [masculina], esse perfil [de lésbica masculinizada], sei lá como chama... Se Mônica [nome fictício] estiver aqui do meu lado, todo mundo vai saber que ela é minha namorada, porque a gente pega na mão, a gente se beija, não sei o quê. Isso não fica... “vamos fazer de conta que somos amiguinhas”. É bastante evidente o que nós somos quando nós estamos juntas, né? Então nesses momentos, tá, nesses momentos eu encontro olhares, eu encontro alguém que dá uma cutucada, alguém que faz um gesto, não sei o que, e tal...*

Diego: *Como é que tu reage a isso?*

Marielle: [risos] *Enquanto ficar só na cutucada, no olhar, eu ignoro.*

Diego: *E tu ignoras por quê? [...]*

Marielle: *Por que eu ignoro? Eu acho que eu ignoro porque eu resolvo não dar relevância a aquilo ali. Eu resolvo que aquilo ali não vai me incomodar. O problema não é meu, é teu e te fode. Eu acho que é por aí.*

Diego: *E isso é uma forma de...*

Marielle: *De responder também à pessoa. Porque também tem isso, não é que eu ignore e que eu mude a minha postura porque eu tô vendo aquela pessoa incomodada, entre aspas. Eu vou continuar a fazer o que eu estava fazendo. Eu ignoro também neste sentido. Se eu estiver de mãos dadas com ela, eu vou continuar de mãos dadas com ela.*

Falando do seu sentimento em relação à hostilidade do contexto atual,

Marielle faz um paralelo com a vivência de sua sexualidade nos seus grupos sociais de pertencimento. É o caso de sua família, qualificada como “*um núcleo familiar que tem essa pegada comigo, de tranquilidade e tal*”, bem como “*um núcleo amplo de amigos que também é bacana*”. Essa descrição sugere que ela não teria se percebido até então tão diretamente interpelada em relação à sua sexualidade.

A ausência desse tipo de interpelação violenta em sua experiência pode ainda ser percebida no seguinte relato: “*Isso nunca foi uma questão na minha família, entendeu? Nunca foi uma questão. Pelo contrário, à medida que eu namorava meninos, eu namorava meninos, quando eu passei a namorar meninas, namorava meninas*”. Apesar de suas relações afetivas e sexuais com mulheres não terem sido nomeadas — o “Isso” que nunca foi uma questão —, Marielle produz um discurso sobre sua sexualidade que reflete de certa forma uma fluidez. Por exemplo, ela se mostra incomodada quando identificada diretamente como lésbica simplesmente pelo fato de viver com uma mulher: “*Então essa questão do apagamento da bissexualidade também fica... no momento eu sou uma mulher lésbica pra maioria das pessoas. Isso é o que conta, o que vê é o que conta.*”

Do meu ponto de vista, o fato de ela reivindicar a bissexualidade comunica menos um apego a uma identidade e mais seu desejo de “deixar a porta aberta” à mudança. Além disso, essa reivindicação pode também refletir o enquadramento da instituição na qual ela está implicada politicamente. Sendo ligada a um comitê LGBTQIA+ no âmbito do Estado, a identidade bissexual pode ser uma alternativa viável para borrar as fronteiras de um contexto de política identitária. Como eu já havia mencionado anteriormente, percebo que o desprendimento entre práticas e identidades sexuais esteve menos presente no discurso dos entrevistados e entrevistadas que foram submetidos a atos mais violentos desde muito cedo em sua vida. Parece que a maneira a partir da qual nos construímos como “sujeitos LGBTIA+” não está indiferente às dinâmicas interpelativas das LGBTfobias.

Por outro lado, o fragmento acima mostra que os “*olhares*”, “*alguém que dá uma cutucada*” e/ou “*alguém que faz um gesto*” tentam mostrar à minha entrevistada que ela ocupa um certo lugar fora da norma socialmente aceita. Decido então analisar sua reação. Não é sua reação aos gestos que me chama a atenção a princípio (“*eu ignoro*”, diz Marielle), mas sua reação à minha provocação (“*E tu ignoras por quê?*”). Primeiramente, de um ponto de vista metodológico, noto a pausa que segue minha questão e o fato de que ela se faz a mesma pergunta (“*Por que eu ignoro?*”). Penso, antes de tudo, que esse movimento mostra como a linguagem age construindo realidades no

espaço da entrevista e, em seguida, mostra como a entrevista pode ser um momento de produção, reposicionamento e negociação de sentidos atribuídos às experiências vividas (Aragaki et al., 2014).

Em segundo lugar, de um ponto de vista teórico, o conteúdo dessa experiência se mostra um exemplo de que, como explorei anteriormente, a capacidade de agir ultrapassa a racionalidade daqueles e daquelas que agem. Esse momento da narrativa de Marielle reitera o que venho discutindo até então à luz da filosofia foucaultiana e butleriana, que as ações constroem os sujeitos, pois os sujeitos são seus atos. Embora seu relato sugira um ato refletido (“*eu resolvo não dar relevância a aquilo ali*”), Marielle não produz essa conclusão senão no âmbito de nossa entrevista. Isso não quer dizer que essa “versão” seja mais ou menos verdadeira, mas que a entrevista é igualmente um espaço privilegiado da capacidade de agir na construção de si dos meus e minhas entrevistadas, na medida em que agenciam versões de si. Assim, poderia igualmente afirmar que o ato de colocar a si mesmo em narrativa é também um modo de empregabilidade da capacidade de agir de meus entrevistados e minhas entrevistadas.

A propósito, as contradições na formação do sujeito se dissimulam em suas narrativas de vida. O fato de que meus entrevistados e entrevistadas contam episódios de sua infância, ou adolescência, para explicar suas experiências de gênero e sexualidade de hoje nos dá uma impressão de continuidade. Essas correlações se mostram, contudo, como produções linguísticas, na medida em que eles e elas olham para o passado a partir de suas noções atuais de gênero e sexualidade. Tal linearidade não se produz senão discursivamente, na maneira de organizar suas narrativas, que produzem um tipo de *ilusão narrativa*, fazendo uso do termo do sociólogo Pierre Bourdieu (1986). Essa observação se faz pertinente nesse momento, pois, embora alguns dos fragmentos de entrevista que selecionei para reproduzir em meu texto tratem de episódios da infância e adolescência de meus entrevistados e entrevistadas, não se trata da busca da origem de suas ações ou, menos ainda, de produzir uma relação de causa e efeito com suas experiências da vida adulta. Compreendo que os fragmentos de narrativa sobre episódios da infância ou adolescência de alguns mas entrevistados-as mostrem de forma mais evidente o caráter da descoberta, porém essa imprevisibilidade se reproduz e permite reconfigurar os modos de existência em todos os momentos de sua vida, o que inclui o momento da entrevista. Foi o que busquei analisar, por exemplo, na narrativa de Marielle.

Finalmente, outra característica importante a destacar na narrativa de

Marielle é o sentido que emerge de capacidade de agir, face às interpelações implícitas da lesbifobia. Para essa entrevistada, não atribuir importância aos olhares e gestos LGBTfóbicos é uma maneira ativa de lhes responder. Um tipo de leitura da qual compartilha também Riva:

Diego: *O que você procura fazer quando essas situações acontecem? Qual tua reação?*

Riva: *Geralmente eu não respondo, ignoro, procuro sair de perto ou, se responder, é tentando entender qual o motivo daquela agressão, mas basicamente eu procuro ignorar, não que não machuque, né, mas você estar constantemente recebendo não é fácil [com voz chorosa]. Mas eu procuro transparecer que isso não incomoda. [...]*

Riva: *Eu acho que eu caio na ideia de que isso já acontece, que é comum e que vai continuar acontecendo e que eu preciso evitar conflito. Seria uma forma mais fácil, mais tranquila, de tentar continuar minha vida, é... ou mais de maneira comum, de maneira mais fácil, vou evitar esses conflitos e diminuindo meus espaços, ou seja, causa conflitos do mesmo jeito, porque eu recuso esse espaço social e me limito a festas alternativas, LGBTs, enfim, quando não haveria necessidade disso, caso houvesse uma insatisfação demonstrada, tanto por mim como pelo grupo de uma forma geral.*

Diego: *Seria uma forma de não chamar atenção?*

Riva: *Sim!*

Diego: *Você identifica isso como estratégia para lidar com esse tipo de situação?*

Riva: *Eu acredito que é a estratégia que eu uso atualmente e, assim, que talvez esteja me causando sofrimento, porque eu me vejo muito passiva diante da agressão social, diante da intolerância, basicamente isso.*

O fato de que Riva declara buscar transparecer que “isso” não incomoda mostra, do meu ponto de vista, um movimento ativo face à violência, mesmo ela reconhecendo o sofrimento por se sentir “*muito passiva diante da agressão*”. Esse tipo de relação com as LGBTfobias também esteve presente no discurso de Miriam:

Diego: *Face a uma situação que aconteceu, seja familiar, seja fora do seu núcleo familiar, você já pensou em denunciar alguma situação que você tenha vivido de desrespeito ou de preconceito ou homofobia?*

Miriam: *Olha, já, isso sempre vem à mente quando isso acontece, mas é aquela história, tem coisa que vale a pena e tem coisas que você contorna. Porque assim,*

*you pass through a situation that you develop a methodology or you go there and face it and say "Oh what's your problem?" ... And, in detail, never get stuck, never get stuck and, if possible, solve the problem right there, because, you can believe, at the moment you do this you are not alone, whether in a restaurant, whether in a street [...] because staying silent is worse, because it seems like you are agreeing, it's wrong, you know, you go home, you stay in that anxiety, it's worse.*

Diego: *In some moment you instead of facing you ignored...*

Miriam: *You have. Because you evaluate it... it's worth the pain or not.*

Diego: *What do you take into consideration?*

Miriam: *It depends on where I am, it depends on what I am doing, there are certain things like that that I need to be more practical, then I won't be able to fix the world all the time.*

Esses eventos do cotidiano reforçam a tese de que a capacidade de agir implica numa negociação. Existir enquanto LGBTQIA+ é aprender a negociar sua existência. Podemos colocar as normas em xeque, mas também fazer concessões. Nesse jogo de barganha, perdemos e ganhamos, mas não há apenas perdas nem apenas ganhos. É um híbrido de concessões e contestações. Uma maneira de pensar o *rapport* subjetivo às LGBTfobias que permite escapar à armadilha simplista e binária da resistência contra a subordinação. Pois a grande parte das práticas que meus entrevistados e entrevistadas relatam mobilizar na sua relação com a violência aderem à sujeição, mas, e ao mesmo tempo, adicionam-lhe nuances.

Como relembra Mahmood (2005), essa visão da capacidade de agir se justifica quando compreendemos a resistência a partir da noção foucaultiana de poder, ou seja, a capacidade de agir não se opõe ao poder do seu exterior, mas desde o interior de seu campo de ação. Não se trata de romantizar as violências vividas pelos meus entrevistados e entrevistadas, pois, antes de tudo, eles e elas o concebem efetivamente como uma violência e, em seguida, esses relatos são acompanhados muitas vezes de intenso sofrimento subjetivo. Por outro lado, não se trata também de produzir um julgamento sobre as ações das pessoas face à violência LGBTfóbica, classificando-lhes como mais ou menos apropriadas ou mais ou menos desestabilizadoras das normas.

Dessa maneira, no lugar de julgar e classificar as práticas do meu ponto de vista, prefiro compreender a capacidade de agir como uma categoria êmica, ou seja, desde o ponto de vista dos entrevistados e entrevistadas. Essa ideia adere-se ainda

mais à proposta de Mahmood (2005), que, em vez de definir previamente a capacidade de agir [*agency*], prefere compreender essa noção a partir da gramática conceitual que lhe corresponde, o que significa que é preciso deixar em aberto a significação da capacidade de agir e deixá-la emergir<sup>198</sup>. Além disso, acrescenta a autora, “a capacidade de agir dos seres humanos não se exprime unicamente nos atos que se opõem diretamente às normas sociais, pois as normas não são apenas combatidas, mas igualmente vividas e *habitadas*” (Mahmood, 2005, p. 15, tradução nossa, itálicos da autora)<sup>199</sup>, um pressuposto que se revela coerente com o paradoxo da sujeição segundo Butler (2018a).

Essa perspectiva ajudou-me assim a analisar como as práticas de meus entrevistados e entrevistadas, mais precisamente aquelas que se produzem na relação com as LGBTfobias, passam a integrar a relação que desenvolvem consigo e com os outros, como essas práticas constroem suas formas específicas subjetividades.

#### 7.4 “Ninguém solta a mão de ninguém” Capacidade de agir coletivamente e solidariedade entre oprimido·as

Como visto anteriormente, as estratégias para, por exemplo, sobreviver, evitar ou superar experiências de violência podem ser o resultado e o meio de um trabalho de si sobre si mesmo. Para algun·mas do·as entrevistado·as desta pesquisa, a produção de uma subjetividade politicamente implicada foi um elemento de sua trajetória de vida, integrada em seu modo de estar no mundo, que lhes permitiu lutar contra a violência cotidiana. Entendendo que essa separação entre o individual e o político é ficcional, observei que algun·mas dele·as construíram suas trajetórias de vida, e até mesmo suas subjetividades, a partir de práticas militantes: do uso de um vocabulário específico até a afiliação associativa ou partidária. Contudo, essa capacidade de ação coletiva, ou *political agency* (Butler, 2016), não está restrita à esfera individual. Os recursos mobilizados também se estendem à dimensão coletiva. As relações diárias são, desta forma, mobilizadas para poder agir.

---

198 Nas palavras da autora: “*First of all, as I hope I have made clear, I am not interested in offering a theory of agency, but rather I insist that the meaning of agency, must be explored within the grammar of concepts within which it resides. My argument in brief is that we should keep the meaning of agency open and allow it to emerge [...]*” (Mahmood, 2005, p. 34).

199 Isto é: “*In this sense, agentival capacity is entailed not only in those acts that resist norms but also in the multiple ways in which one inhabits norms*”.

No campo desta pesquisa, essa rede de apoio incluiu, em um primeiro nível, os membros do núcleo familiar (com os quais os·as entrevistado·as vivem ou viviam). Embora, paradoxalmente, essas pessoas foram também muitas vezes as responsáveis pelas agressões. Em um segundo nível, os membros da família estendida (fora do domicílio de origem) ocupavam este lugar de proteção. E em um terceiro nível de proximidade, mas não menos importante, estavam as amizades (frequentemente mencionadas na literatura de ciências sociais como uma família substituta). Dito isso, examinemos a seguinte passagem:

*Bianca: Uma forma de me proteger disso [de ser agredida] é de andar com LGBTs e pessoas que me ajudem na luta, não é? Eu vi recentemente agora um amigo meu que anda... que o melhor amigo dele é bolsoninion [termo usado para se referir aos apoiadores e apoiadoras de Bolsonaro], e tipo, desses gays bem enrustidos, conservador, de apoiar Bolsonaro, apoiar as ideias, inclusive contra os LGBTs. E eu me questionava com ele, porque tipo “como é que você anda com uma pessoa como essa?”. “Ah, não, eu aprendi a distinguir, é... relevar essas coisas porque é meu amigo”. Eu digo “não uma pessoa dessa não é um amigo meu.” Se eu tô com um amigo meu, que se diz amigo meu, e ele é contra minha própria luta, contra a luta que eu tô defendendo, ele não é meu amigo. Porque uma coisa é você defender um time de futebol, uma [outra] coisa é você defender um princípio de vida, umas ideias que refletem sobre o mundo, sobre a vida do outro. Então, isso pra mim não é ter um amigo. Tá andando junto com pessoas... Então eu procuro andar com pessoas que me ajudem, que me fortalecem na luta e não que... Eu vou aqui lutar por isso e daqui a pouco ele vem e destrói, é totalmente contra aquilo. Então uma forma de me blindar, de me proteger é andar com pessoas LGBTs, e andar sempre em grupo, sair sempre em grupo. Nunca vai um sozinho, sempre vai todo mundo. Fica todo mundo ou vai todo mundo. Então o meu grupo de amigas a gente adota isso, né, a gente sempre tá juntos.*

*Diego: E como é que isso te blindava?*

*Bianca: Pra mim isso chega no sentido que todo mundo tá protegendo um ao outro. Eu posso, eu tenho com quem contar aqui. Se acontecer algo, [alguém] vai me defender, vai comprar minha briga também, assim como eu compro a dela, caso aconteça algo.*

Bianca<sup>200</sup> é uma mulher travesti, bissexual, de 40 anos, nascida em uma família de origem pobre cujo pai era lavrador e a mãe do lar. As condições de vida de sua família melhoraram quando seu pai aprende o ofício de joalheiro e começa a exercer essa profissão. Atualmente ela vive com seu pai e mãe no bairro de Imbiribeira, nas proximidades do centro de Recife. Nossa entrevista foi realizada na tarde de 9 de julho de 2019, em sua casa.

Bianca defende, na passagem acima, que sua maneira de se proteger de possíveis agressões é se cercar de pessoas que compartilham suas lutas. O que significava, naquele momento, buscar estar entre as chamadas pessoas LGBTQIA+. Contudo, esse nem sempre foi o único grupo no qual ela se sentiu segura, levando em conta a sua história. Essa forma de lidar com situações ameaçadoras, diz ela, foi muito útil na sua época de escola, mais precisamente no ensino médio. Naquela época, ela, então identificada como “ele”, relata que integrava um grupo de amigas no qual encontrava a coragem para enfrentar qualquer pessoa que a insultasse.

Bianca: *Eu tava no segundo ano [do ensino médio] no Marista. [Eu era] bem conhecido no Marista. todo mundo: “Olha, não fala dele não”... porque na época eu não era ainda transicionada, né... [Então:] “Não fala dele não, porque se falar que ele é bicha, ela dá um bale triste”. Eu era balista no Marista, todo mundo tinha medo de mim. A balista que abria a boca e comprava briga por conta disso. [...]*

Diego: *O que te fazia ter essa atitude?*

Bianca: *Por causa das meninas, [eu] tinha muito apoio, entendeu... de pessoas da minha sala. Principalmente as meninas, por tinha um grupo... se criou um grupo, não LGBT, um grupo mais de meninas, né, que eram muito desafortadas, afrontosas, muita gente de esquerda. [...] E aí tinha um grupo de esquerda, empoderadas, de gritar! E aí, eu fui pra perto delas. Elas não imaginavam que eu era travesti, né, imaginavam que eu era gay, né.*

Diego: *E esse grupo de aceitava...*

Bianca: *É. E aí nesse grupo a gente vivia mais [entre nós] e aí a gente dizia: “a gente discute pra isso mesmo, se tiver que dar um bale, a gente... agente vai. [...] E aí se uniu né. E aí ficou um grupo que fazia trabalho junto, peça junto, e dava força né. [...] Elas tomavam as minhas dores. Era mais eu que tomava as dores, porque o povo já tinha medo de mim mesmo [risos].*

---

200 Nome fictício escolhido para homenagear a poetisa, escritora, atriz e rapper Bianca Manicongo, mais conhecida como Bixarte MC. Ver quadro 23

O exemplo de Bianca mostra como a agentividade em sua dimensão coletiva toma forma na construção de laços entre pessoas que pertencem a grupos sociais oprimidos, com o intuito de enfrentar a violência. Esta capacidade de agir coletivamente se mostrou mais importante do que nunca no período eleitoral de 2018. Ao cruzar as narrativas de meus entrevistados com o contexto no qual elas foram construídas, pude observar a formação e o fortalecimento de um senso de coletividade e solidariedade na época do aumento da violência politicamente motivada. Essa solidariedade entre os oprimidos é descrita abaixo por Laerte:

*Laerte: Eu acho que nesse período de eleição, as reuniões do comitê eram muito mais de catarse, de todo mundo falando de suas dores e dos seus medos [...]. Porque era um espaço onde, principalmente quem era LGBT, se sentia acolhido e seguro pra dizer “eu tô com medo”. Então a gente vivenciou muito isso no comitê, sabe? Obviamente nem todas as pessoas são LGBT, mas essas pessoas também têm uma vida política e eram... e são contra o que está posto. Então também estavam com medo, mas eram outros medos, né. Não era o medo na pele do ser LGBT. Mas a gente passou longos meses, assim, as reuniões do comitê são mensais e era muito difícil, assim, as pessoas chorando, as pessoas chegando com medo, as pessoas deixando de ir pra reunião, né, com medo da exposição. Isso foi real. Isso foi real.*

Laerte é um homem gay negro de 39 anos e ativista LGBTQIA+. Ele é educador de arte e trabalha com jovens em vulnerabilidade social no bairro da periferia de Recife, onde nasceu e foi criado. O conselho a que ele se refere é a “Comissão Assessora da Secretaria de Saúde Pública LGBT de Pernambuco”, da qual ele é membro, juntamente com Marielle, outra entrevistada desta pesquisa. A passagem acima foi descrita durante nossa entrevista, que ocorreu em um café no bairro da Ilha do Leite, no centro de Recife, em 18 de julho de 2019. Considero sua afirmação muito significativa, pois ele fala da importância da existência de um espaço de partilha e acolhida, mesmo que sirva “apenas” para acolher as lágrimas. Em suas próprias palavras: “...era um espaço onde, principalmente quem era LGBT, se sentia acolhido e seguro pra dizer ‘eu tô com medo’”.

De fato, a eleição de 2018 foi frequentemente narrada como um período de muita angústia e sofrimento subjetivo, que refletia o coletivo. Neste contexto, uma frase foi particularmente difundida, logo após a vitória da extrema direita e que, em minha opinião, era muito reveladora desta capacidade de ação coletiva e/ou política: “Ninguém solta a mão de ninguém”.

Embora essa máxima tivesse como objetivo destacar a necessidade de se reunir, ela também foi alvo de debates controversos, como podemos ler abaixo no testemunho de Thania:

Diego: *Tu viu a frase passar “ninguém solta mão de ninguém”?*

Thania: *Assim, essa frase também já recebeu muitas críticas, porque também essa história de ninguém solta a mão de ninguém de forma indiferenciada é muito hipócrita. Porque a gente sabe que tem gente que tá fudida real e esse negócio de “ninguém solta a mão de ninguém” não quer dizer necessariamente sororidade. Então já teve muitas críticas com relação a isso, eu tenho muitas críticas com relação a isso, mas eu acho que essa frase ela teve uma importância.*

Thania é uma mulher jovem de 22 anos, que se identifica como travesti. Ela se encontrava em uma relação estável com um homem transgênero e se nomeia como heterossexual. Nossa entrevista ocorreu em 4 de julho de 2019, no apartamento onde eu estava hospedado em Recife na época. Não foi surpresa que uma pessoa que falava a partir da perspectiva da experiência trans, que também sofre discriminação entre pessoas LGBTQIA+, pudesse se mostrar reticente com tal afirmação. Por isso, procurei saber mais a esse respeito:

Diego: *Qual o sentido ela teve pra você?*

Thania: *Pra mim é o sentido de quem é que tá contido. Mais importante de vencer a guerra é saber quem é que tá do teu lado da trincheira. Eu sei de que lado eu tô. Então isso virou mais importante do que qualquer coisa. E essa frase fala muito disso pra mim, de quem é que tá contigo nesse lado, porque virou uma coisa de fazer novas alianças assim, de saber quem dialoga contigo politicamente, eticamente. Isso fala de várias coisas assim, eu rompi relações com muitas pessoas, na minha família [...]. Eu peguei muita briga, acompanhei muitos absurdos. Eu rompi muitas relações e tenho rompido ainda, por muito menos. Então “ninguém solta mão de ninguém” fala disso mesmo, e tem casos que solta sim, a gente solta mesmo. [...] Você precisa romper relações quando a outra pessoa está defendendo o extermínio de pessoas sabe. Eu não tive condições de manter relações com qualquer familiar que fosse se a pessoa tá defendendo a minha morte assim. Pra mim é um nível de hipocrisia... Ele pode ser burro, porque ele não tá entendendo, mas ele tá sendo fascista, quando ele repercute discursos de ódio que me atacam diretamente. [...] É por não soltar as mãos de algumas pessoas que você rompe com outras assim.*

Thania reconhece, portanto, a importância política da afirmação “ninguém solta a mão de ninguém”. No entanto, para ela, essa igualdade idílica pode ser usada para encobrir desigualdades internas às experiências LGBTQIA+. A partir da nuance extremamente relevante que Thania acrescentou, concluo que a agentividade em sua dimensão coletiva é uma estratégia poderosa para enfrentar a violência, mas não pode ser uma justificativa para o apagamento das exigências subjetivas.

## QUADRO 23

---

### **PERFIL DE BIANCA MANICONGO (BIXARTE MC)**

Bianca Manicongo é a pessoa trans não binária e negra por trás da Bixarte MC, poetisa, escritora, atriz e rapper. Com apenas vinte anos de idade em 2021, ela já adquiriu grande visibilidade no estado da Paraíba, no Nordeste do Brasil, mas também a nível nacional. Em 2020, ela ganhou, na Paraíba, o Festival Estadual de Música e, no Rio, o prêmio Slam Cúir do Festa Literária das Periferias (Flup). Sobre esse tema, ela diz: *“A gente tem que ser visionária, né? Porque a gente é bicha, preta, a gente é trans e a gente não é aceita em todo canto”* (Carulla, 2019). Nas redes sociais (@bixarte), Bianca recita palavras engajadas, carregando demandas por visibilidade, mas também críticas contra a violência em relação às mulheres trans e travestis, à população LGBTQIA+, negra e que vive nos subúrbios. Ela critica fortemente a violência cotidiana, mas principalmente a do Estado, dirigindo-se diretamente ao atual governo brasileiro. Ela explica: *“Pouco depois da morte de Marielle Franco, fiz um vídeo falando sobre a conjuntura política fascistas do governo e abordei temas como o medo, algo recorrente na minha luta através da poesia e dos discursos de ódios que estavam sendo abordados. Tive um retorno através da rede social, espaço que divulgo meus vídeos, mas me senti contemplada com pessoas vizinhas que me diziam que haviam assistido e se identificavam com o que estava falando. Isso me deu um entendimento do que é o poder da palavra de uma travesti preta e nordestina. Pude entender que o sentimento através da poesia faz parte do meu jogo de sobrevivência e dos meus, o que também gerou identificação em outras pessoas de periferias, uma revolta coletiva que ali estava sendo retratada em palavras.”* (Lacerda, 2021). Bianca, ou Bixarte, é exemplo da riqueza criativa da luta das pessoas LGBTQIA+. Ela é uma das protagonistas desta luta, que ganha um novo fôlego no Brasil, e que começa na Região Nordeste.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

## **“Se fere minha existência, eu serei resistência”**

A redação desta tese começa por ocasião da posse de Jair Bolsonaro como Presidente do Brasil, em 1º de janeiro de 2019. Hoje, ao escrever estas considerações finais, há uma convocação para manifestações em muitas cidades do Brasil, incluindo Recife, e em outros lugares, como em Paris, para o 29 de maio de 2021. Em Recife, a marcha começará na Praça Derby, o mesmo lugar onde Dandara foi agredida no dia seguinte ao segundo turno das últimas eleições presidenciais. Em Paris, a reunião para o ato acontecerá na Place de la République, local onde ocorreram anteriormente os protestos do movimento “Mulheres contra Bolsonaro”, popularizados pelo #EleNão (Pelúcio & Paz, 2020).

O plano de fundo dos protestos de maio de 2021 é uma pandemia global, que atinge severamente o Brasil. Os disparadores são a postura adotada pelo chefe de Estado, sua gestão da pandemia da Covid-19 e seus efeitos no país. De fato, o Brasil tem estado imerso nessa crise sanitária histórica há mais de um ano, desde que o primeiro paciente positivo para o novo Covid-19 foi identificado em 25 de fevereiro de 2020 (Folha de S.Paulo, 2020). Desde então, quase meio milhão de brasileiros já pereceram de Covid-19. Até 27 de maio de 2021, o número total de mortes era de 454.768 e o número de casos confirmados de 16.280.392, dos quais 15.524 óbitos e 470.063 casos foram registrados em Pernambuco. Esses números são fornecidos pelas secretarias de saúde das cidades e unidades federais, e depois coletados e publicados pelo consórcio criado pela associação meios de comunicação de massa do país, como os jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Extra* e *O Globo*, assim como os sites de notícias *UOL* e *G1*. Essa coligação midiática tem ocorrido desde que o governo federal e o Ministério da Saúde, sob a gestão do General Eduardo Pazuello, ameaçaram parar de publicar o número de mortes diárias, publicaram dados contraditórios e removeram informações do site do ministério relativas ao número total de mortes desde o início da pandemia (Renato Machado, 2020; M. Teixeira, 2020).

Bolsonaro, por sua vez, multiplicou declarações que minimizaram o perigo do coronavírus responsável pela Covid-19, opôs-se publicamente às medidas de prevenção recomendadas por instituições de saúde internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), dada a natureza desconhecida do vírus e a falta de tratamento até agora, como o fechamento de locais e espaços comerciais e de lazer que favorecem aglomerações e a propagação do vírus.

A negligência do chefe do executivo, e mesmo seu boicote à luta contra a Covid-19 desde o início da crise, denunciada diretamente por seus opositores e indiretamente por instituições de saúde pública como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)<sup>201</sup>, tornaram-se públicas após a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 27 de abril de 2021. Uma das informações que mais mobilizou o debate público e político foi a que indicou que o governo Bolsonaro e o Ministério da Saúde sob Pazuello ignoraram os contatos dos laboratórios que produziram as vacinas. Enquanto muitos países do mundo estavam passando por uma escassez de doses, a “CPI da Covid” revelava que os atores deste governo recusaram ofertas dos laboratórios para a comercialização das doses, em várias ocasiões. As manifestações de 29 de maio de 2021, portanto, exigem, entre outras coisas, que o Presidente seja responsabilizado por sua parte na crescente crise sanitária relacionada à Covid-19 no Brasil.

O atual chefe do governo está sob investigação por seus possíveis crimes de responsabilidade e improbidade administrativa. No entanto, a dimensão homofóbica de suas declarações desde o início da pandemia permanece menos visível aos olhos da lei - embora continuamente denunciada pelos movimentos sociais LGBTQIA+. De fato, além das muitas declarações feitas pelo chefe do executivo negando a gravidade da pandemia, ele também fez declarações que zombavam das medidas preventivas contra a Covid-19 e, ao mesmo tempo, atacavam as pessoas LGBTQIA+. Em julho de 2020, o jornal Folha de São Paulo revelou que aqueles que usavam máscaras ao visitar o Palácio do Planalto eram supostamente alvo de piadas homofóbicas da parte do Presidente (Bergamo, 2020). Recusando-se ele próprio a usá-las, disse que “[Usar] máscara é coisa de veado”, para justificar sua escolha e atacar aqueles que a usam. Embora o isolamento fosse a medida mais recomendada no combate à pandemia, a homofobia bolsonarista não estava confinada.

A leitura da coluna me fez pensar imediatamente no que Demétrio havia me dito em 2019: “Até que chegou a era Bolsonaro e as máscaras caíram”. As máscaras, na metáfora do meu entrevistado, simbolizam um objeto que esconde atrás dele algo que se deseja dissimular, ao mesmo tempo em que mostra um outro lado, mas socialmente aceito. Demétrio descrevia a virada LGBTfóbica que ocorrera junto

---

201 Em 6 de maio de 2020, a Fiocruz publicou uma nota oficial confirmando sua posição, “com base em análises técnico-científicas”, favorável a medidas de distanciamento físico, como o *lockdown*, na cidade do Rio de Janeiro. A instituição reafirmava a urgência na necessidade da aplicação dessas medidas, a fim de “salvar vidas” e “visando à redução do ritmo de crescimento de casos e a preparação do sistema de saúde para o atendimento adequado e com qualidade às pessoas acometidas com as formas graves da COVID-19” (Fiocruz, 2020, p. 1).

à propagação da ideologia bolsonarista. Se antes a discriminação e o preconceito eram de certa forma velados, agora eram expressos com orgulho. Na época de nossa entrevista, o mundo ainda não conhecia a Covid-19 e, de fato, esse não era o tema sobre o qual falava Demétrio. Mas sua metáfora de máscaras caindo era, do meu ponto de vista, extremamente simbólica no cenário em que um presidente anti-LGBTQIA+, antimáscara, recusava-se a usar o item e continuava a exibir sua homofobia para justificar suas escolhas. A frase ligava uma coisa à outra. Jair Bolsonaro se dizia um messias que não opera milagres, mas foi a declaração de Demétrio que foi profética.

Essa não foi, então, a única demonstração de homofobia do chefe de Estado. Em novembro de 2020, Bolsonaro disse em uma entrevista que as medidas preventivas contra o vírus eram apenas uma fuga porque, segundo ele, o vírus deveria ser enfrentado diretamente, sem medo da morte. Do seu ponto de vista, ficar em casa (respeitando as medidas sanitárias de isolamento) era coisa de “maricas”. Em suas próprias palavras: *“Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Olha que prato cheio para a imprensa. Prato cheio para a urubuzada que está ali atrás. Temos que enfrentar de peito aberto, lutar. Que geração é essa nossa?”*<sup>202</sup>

Nessas declarações, homofobia e sexismo andam de mãos dadas. A expressão da masculinidade ditada pela norma da virilidade está mais do que nunca em pauta. Para afirmá-lo, Bolsonaro continua a empregar a estratégia de ridicularizar as demonstrações divergentes desse modelo, que resultam no escárnio do feminino. “Maricas” é um termo utilizado para designar um homem afeminado ou desvirilizado, quer ele seja heterossexual ou homossexual. Sem dúvida, a sexualidade indicaria o caráter flaudulento da masculinidade do “maricas”, pois um “homem de verdade” não se relaciona amorosamente nem sexualmente com outro homem, mas o ataque mira diretamente o gênero. Um “homem de verdade” não cuida de si mesmo nem dos outros, por isso não usa máscara e nem fica em casa. Em suma, os contornos da masculinidade hegemônica são delineados pela negação do feminino e da homossexualidade, ou seja, pela afirmação do sexismo e do heterossexismo (Borrillo & Mérary, 2019; Fassin, 1999; Welzer-Lang et al., 1994).

Comecei a escrever esta tese situando seu objeto de estudo em seu contexto político contemporâneo. Expliquei, então, ao longo do texto, como as mudanças nessa conjuntura afetaram e redefiniram a pesquisa sobre a qual a tese se baseia. Concluirei com a constatação da continuidade das LGBTfobias do Estado brasileiro.

---

<sup>202</sup> Ver, por exemplo, a publicação do site de notícias G1 (P. H. Gomes, 2020).

Com elas, os desdobramentos que tomam forma nas relações cotidianas dos sujeitos, tanto os restringindo quanto os transformando.

Desde a vitória da extrema direita em outubro de 2018, uma divisa tem sido inscrita nas molduras das fotos de perfil das redes sociais de pessoas cuja existência se sentira ameaçada pela chegada ao poder deste novo governo: *Se fere minha existência, eu serei resistência*. Esse enunciado afirma desde uma primeira pessoa (“minha existência”, “eu serei”) a oposição a um “agente oculto” que fere. O agente dessa frase não é oculto porque não existe. É oculto porque, como o poder, está diluído, dissimulase, é difuso; e ao mesmo tempo está em toda parte. Poder que se exerce nos atos que constroem, como nas palavras do Presidente, mas também no medo de dar as mãos na rua. Mas que possibilita práticas que só fazem sentido em oposição a esse contexto de constrangimento: dou as mãos publicamente a·ao meu·minha parceiro·a do mesmo sexo, porque reconheço a importância de que essa imagem seja visível, até se tornar invisível aos olhos que a reprimem. Essa divisa é também uma excelente metáfora para se pensar relação que as pessoas entrevistadas durante o curso desta tese mantiveram, mantêm, hoje, e continuarão a fazê-lo, quando a última palavra for escrita, com a violência das LGBTfobias. Se suas vidas vierem a ser feridas, ele·as mesmo·as serão resistência.

A nuance a acrescentar é que esse processo de autoconstituição como resposta à violência não foi inaugurado em 2018. As LGBTfobias são tão antigas quanto a invenção da heterossexualidade, como identidade e norma (Katz, 2001), e a homossexualidade, como sua negação e abjeção (Butler, 2009; Foucault, 1999, 2010a; Steinberg et al., 2018). Assim, as LGBTphobias têm sido constitutivas da subjetividade das pessoas LGBTQIA+ desde que a invenção da própria ideia das pessoas LGBTQIA+.

Como as entrevistas nos mostraram, os modos de subjetivação que se constituem na relação com a violência estavam presentes na vida de meus entrevistados e entrevistadas precedem o bolsonarismo, através de diferentes modos de ação e suscitando modos singulares de adaptação. O bolsonarismo foi certamente um elemento significativo nesta tese, se não determinante, dada a singularidade do contexto neofascista no qual sua análise foi conduzida, mas não foi o único.

Por um lado, reconheço a natureza particular desse novo contexto político para as subjetividades LGBTQIA+. As pessoas entrevistadas nesta pesquisa tiveram que enfrentar uma conjuntura que exigia doses extras de tenacidade e senso de sobrevivência. Algum·mas, como Dandara e Sandro, descreveram as experiências

vividas nesse período como as mais violentas de suas vidas. Outro-as, como Fátima e Marielle, viram os próprios membros de suas famílias reproduzirem um discurso que encorajava o aniquilamento de suas existências. Por outro lado, vejo que a formação de suas vidas como uma maneira de lidar com a violência remonta a um longo caminho. Para Paulete e João, por exemplo, ser insultado e agredido por seus entes queridos não é novidade. Para ele e para ela, e não duvido que esse seja também o caso de muito-as outro-as, suas existências têm estado há muito tempo sob ataque e ter que resistir é apenas uma experiência banal, que não tem nada de excepcional. Por esse motivo, apesar do caráter particular da atual situação política brasileira, marcada pela naturalização dos discursos neofascistas, as reflexões que esta tese proporciona podem ser úteis para pensar sobre as subjetividades LGBTQIA+ em múltiplos contextos sociais e históricos.

Alimento, assim, a ambição de que esta tese forneça uma nova perspectiva sobre as subjetividades que são construídas fora da norma heterossexual, quer se identifiquem ou não com a sigla LGBTQIA+. Finalmente, espero que a visibilidade dada, neste trabalho acadêmico, à violência que essas pessoas sofrem não apague o reconhecimento de seu poder criativo para se adaptar, sobreviver, superar e agir para transformar um mundo que ainda lhes é hostil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

Abong. (2019, juin 29). A Abong de luto. *Abong*. <https://abong.org.br/2019/06/29/a-abong-de-luto/>

Abranches, S. H., Almeida, R. de, Alonso, A., Barros, C. R. de, Bolle, M. B. de, Domingues, P., Dunker, C. I. L., Fausto, B., Fausto, R., Giannotti, J. A., Gomes, A. de C., Lemos, R., Melo, C., Louzano, P., Moriconi, G., Quinalha, R., Reis, D. A., Salles, J. M., Solano, E., ... Venturi, G. (2019). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. Companhia das Letras.

AE. (2018, octobre 17). Observatório da Intolerância Política de PE registra 30 denúncias em dois dias. *Diário de Pernambuco*. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/10/observatorio-da-intolerancia-politica-de-pe-registra-30-denuncias-em-d.html>

Aguiar, P. (2019, juin 29). *Professor e militante da causa LGBT é encontrado morto em Pombos, na Zona da Mata de Pernambuco*. G1. <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/06/29/professor-e-militante-da-causa-lgbt-e-encontrado-morto-em-pombos-na-zona-da-mata-de-pernambuco.ghtml>

Albertini, J.-M. (2019, octobre 28). Au Brésil, les agressions politiques se multiplient avant le second tour. *Mediapart*, 3.

Albuquerque Júnior, D. M. de. (2013). *Nordestino : Invenção do falo. Uma história do gênero masculino (1920-1940)* (2<sup>e</sup> éd.). Intermeios.

Almeida, M. R. (2018, octobre 28). Brancos e nulos somam 9,6%, índice recorde em 2<sup>o</sup> turno pós-ditadura. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/brancos-e-nulos-somam-96-indice-recorde-em-2o-turno-pos-ditadura.shtml>

Althusser, L. (1976). Idéologie et appareils idéologiques d'Etat : Notes pour une recherche. In *Positions : (1964-1975)* (p. 79-137). Éd. sociales.

Amaral, M. (2016). Jabuti não sobe em árvore : Como o MBL se tornou o líder das manifestações pelo impeachment. In I. Jinkings, K. Doria, M. Cleto, & A. Singer (Éds.), *Por que gritamos golpe ? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil* (1<sup>re</sup> éd., p. 44-47). Boitempo.

Amari, S. (2012). Des lesbiennes en devenir : Coming-out, loyauté filiale et hétéronormativité chez des descendantes d'immigrant·e·s maghrébin·e·s. *Cahiers du Genre*, 53(2), 55-75. <https://doi.org/10.3917/cdge.053.0055>

Amari, S. (2018). *Lesbiennes de l'immigration : Construction de soi et relations familiales*. Éditions du Croquant.

Amorin, M. A. (2014). *Patrimônios Vivos de Pernambuco* (2<sup>e</sup> éd.). FUNDARPE.

Andrade, D. P. (2020). Le néolibéralisme autoritaire au Brésil. *Sens public*, SP1515, Article SP1515. <http://sens-public.org/articles/1519/>

Andrea, M. (2018, décembre 15). No Recife, 15 dos 94 bairros concentram 50% dos homicídios. *Jornal do Comércio*. [https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/12/15/no-recife-15-dos-94-bairros-concentram-50\\_porcento-dos-homicidios-365683.php](https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2018/12/15/no-recife-15-dos-94-bairros-concentram-50_porcento-dos-homicidios-365683.php)

Antunes, L., & Martinelli, A. (2018, novembre 7). Redes criadas para combater violência contra LGBTs nas eleições se fortalecem. *Carta Maior*. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Redes-criadas-para-combater-violencia-contra-LGBTs-nas-eleicoes-se-fortalecem/47/42314>

Aragaki, S. S., Lima, M. L. C., Pereira, C. C. Q., & Nascimento, V. L. V. do. (2014). Entrevistas : Negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In M. J. P. Spink, J. I. M. Brigagão, V. L. V. do Nascimento, & M. P. Cordeiro, *A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas* (1<sup>re</sup> éd., p. 57-72). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Araújo, M. (2015, octobre 1). Uma casa para o Vivencial Diversiones. *Revista Continente*. <https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/178/uma-casa-para-o-vivencial-diversiones>

Audoin-Rouzeau, S., Baecque, A. de, & Bard, C. (2011). *Histoire de la virilité. 3, La virilité en crise ? : XXe-XXIe siècle* (A. Corbin, G. Vigarello, & J.-J. Courtine, Éds.). Éd. du Seuil.

Austin, J. L. (1970). *Quand dire c'est faire* (G. Lane, Trad.). Éditions du Seuil.

Avishai, O. (2008). "Doing Religion" In a Secular World : Women in Conservative Religions and the Question of Agency. *Gender & Society*. <https://doi.org/10.1177/0891243208321019>

Balibar, E., & Laugier, S. (2019). Agency. In B. Cassin (Éd.), *Vocabulaire européen des philosophies : Dictionnaire des intraduisibles* (p. 26-32). Le Robert : Seuil.

Barbosa, M. (2018, octobre 31). Bairro da Várzea marcou o início da ocupação de Pernambuco pelos portugueses. *Brasil de Fato - Pernambuco*. <https://www.brasildefatope.com.br/2018/10/31/bairro-da-varzea-marcou-o-inicio-da-ocupacao-de-pernambuco-pelos-portugueses>

Barbosa, R. M., & Facchini, R. (2009). Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, s291-s300. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001400011>

Barreira, G., & Coelho, H. (2019, mars 14). Presos suspeitos da morte de Marielle e Anderson passam por audiência de custódia | Rio de Janeiro | G1. *G1 et TV GLobo*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/14/presos-suspeitos-da-morte-de-marielle-e-anderson-sao-encaminhados-para-audiencia-de-custodia.ghtml>

Bensa, A., & Fassin, É. (2002). Les sciences sociales face à l'événement. *Terrain. Anthropologie & sciences humaines*, 38, 5-20. <https://doi.org/10.4000/terrain.1888>

- Bereni, L., Chauvin, S., Jaunait, A., & Revillard, A. (2012). Genre et socialisation. In *Introduction aux études sur le genre* (2e édition revue et augmentée, p. 107-168). De Boeck.
- Bergamo, M. (2020, juillet 7). Mônica Bergamo : Máscara é « coisa de viado », dizia Bolsonaro na frente de visitas. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/07/mascara-e-coisa-de-v-dizia-bolsonaro-na-frente-de-visitas.shtml>
- Bertaux, D. (2016). *Le récit de vie* (4<sup>e</sup> éd.). Armand Colin.
- Blidon, M., & Guérin-Pace, F. (2013). Un rêve urbain ? La diversité des parcours migratoires des gays. *Sociologie*, Vol. 4(2), 119-138.
- Boldrini, A. (2018, octobre 17). Após denúncias de violência, LGBTs criam « grupos de segurança » e buscam aulas de autodefesa. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/apos-denuncias-de-violencia-lgbts-criam-grupos-de-seguranca-e-buscam-aulas-de-autodefesa.shtml>
- Borba, R. (2019). Gendered politics of enmity : Language ideologies and social polarisation in Brazil. *Gender and Language*, 13(4), 423-448. <https://doi.org/10.1558/genl.38416>
- Borba, R., & Lopes, A. C. (2019). Archi-écritures de genre et politiques de différence : Immondices verbales et littéracies d'intervention dans le quotidien des établissements scolaires. *GLAD! Revue sur le langage, le genre, les sexualités*, 07, Article 07. <https://doi.org/10.4000/glad.1754>
- Borges, Z. N., Passamani, G. R., Ohlweiler, M. I., & Bulsing, M. (2011). Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). *Educar em Revista*, 39, 21-38. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100003>
- Borrillo, D. (2000). *L'homophobie*. Presses Universitaires de France.
- Borrillo, D., Lascoumes, P., Éribon, D., Fassin, É., Fourest, C., Iacub, M., Le Doaré, C., Leraton, R.-P., Leroy-Forgeot, F., & Millet, N. (1999). *L'homophobie : Comment la définir, comment la combattre ?* ProChoix Editions.
- Borrillo, D., & Mérary, C. (2019). *L'homophobie* (3<sup>e</sup> éd.). Presses Universitaires de France.
- Boserup, E., Kanji, N., Tan, S. F., & Toulmin, C. (1970). *Woman's role in economic development*.
- Bourcier, M.-H. (2009). Préface. Cyborg plutôt que déesse : Comment Donna Haraway a révolutionné la science et le féminisme. In *Des singes, des cyborgs et des femmes : La réinvention de la nature* (p. 7-16). J. Chambon Actes Sud.
- Bourdieu, P. (1986). L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62(1), 69-72. <https://doi.org/10.3406/arss.1986.2317>

Brasil. (2004). *Brasil Sem Homofobia : Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Conselho Nacional de Combate à Discriminação do Ministério da Saúde.

Brasilino, J. C. B. (2014). *Portas de entrada para a saída do inferno : A rede de serviços de atenção a mulheres em situação de violência* [Tese de doutorado em Psicologia Social]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Brown, J. L., Pecheny, M., Tamburrino, M. C., Conde, L. L., Perrotta, G. V., Capriati, A., Andia, A. M., Mario, S., & Ibarlucia, I. (2014). Atención ginecológica de lesbianas y bisexuales : Notas sobre el estado de situación en Argentina. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(51), 673-684. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0049>

Brum, E. (2019, janvier 29). L'homme "moyen" prend le pouvoir (Karine Lehmann & Jean Sant-Dizier, Trad.). *Les traductions d'Autres Brésils [En-ligne]*. <https://www.autresbresils.net/L-homme-moyen-prend-le-pouvoir>

Bulgarelli, L., & Fontgaland, A. (2019). *Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral*. Gênero e Número. <http://violencialgbt.com.br/>

Burke, K. C. (2012). Women's Agency in Gender-Traditional Religions: A Review of Four Approaches. *Sociology Compass*, 6(2), 122-133. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2011.00439.x>

Butler, J. (1997). *Excitable speech : A politics of the performative*. Routledge.

Butler, J. (1999). *Gender trouble : Feminism and the subversion of identity* (2<sup>e</sup> éd.).

Butler, J. (2003). *La vie psychique du pouvoir : L'assujettissement en théories* (B. Matthieussent, Trad.). Leo Scheer.

Butler, J. (2006a). Sujets de sexe/genre/désir. In C. Kraus (Trad.), *Trouble dans le genre : Le féminisme et la subversion de l'identité* (p. 59-112). La Découverte.

Butler, J. (2006b). *Trouble dans le genre : Le féminisme et la subversion de l'identité* (C. Kraus, Trad.). La Découverte.

Butler, J. (2009). *Ces corps qui comptent : De la matérialité et des limites discursives du sexe* (C. Nordmann, Trad.). Éditions Amsterdam.

Butler, J. (2016a). *Frames of war : When is life grievable?* Verso Books.

Butler, J. (2016b). *Rassemblement : Pluralité, performativité et politique* (C. Jaquet, Trad.). Fayard.

Butler, J. (2017). *Le pouvoir des mots : Discours de haine et politique du performatif* (C. Nordmann & J. Vidal, Trad.). Éditions Amsterdam.

- Camillo, M. (2018, outubro 7). Após primeiro turno, nordestinos são alvos de preconceito mais uma vez. *#hashtag*. <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2018/10/07/apos-primeiro-turno-nordestinos-sao-alvos-de-preconceito-mais-uma-vez/>
- Campos, D. (2020, mars 23). Masculinidade do homem negro na periferia, por Demétrio Campos, no Instagram [Rede Social]. *demetriocampovive*. [https://www.instagram.com/p/B-M\\_ebunrZM/?utm\\_source=ig\\_embed](https://www.instagram.com/p/B-M_ebunrZM/?utm_source=ig_embed)
- Campos, N. C. (2014). *A lesbianidade como resistência : A trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001* [Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana]. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Carrara, S., & Vianna, A. R. B. (2006). « Tá lá o corpo estendido no chão... » : A violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 233-249. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312006000200006>
- Carrieri, A. de P., Souza, E. M. de, & Aguiar, A. R. C. (2014). Trabalho, violência e sexualidade: Estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, 18(1), 78-95. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552014000100006>
- Carulla, G. (2019, novembro 16). Bixarte : As diversas faces de uma trans não binária dentro do Rap. *Brasil de Fato - Paraíba*. <https://www.brasildefatopb.com.br/2019/11/16/bixarte-as-diversas-faces-de-uma-trans-nao-binaria-dentro-do-rap>
- Carvalho, V. (2020, mai 21). Demétrio Campos e o debate sobre a saúde mental das pessoas trans. *Medium*. <https://medium.com/revista-amarelo/suic%C3%ADdio-de-homem-trans-gera-debate-sobre-sa%C3%BAde-mental-da-comunidade-lgbt-6148457ce13f>
- Cassal, L. C. B. (2013). Homofobia e cidade : Um ensaio sobre lâmpadas, segurança e medo. *Revista Polis e Psique*, 3(3), 24. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.42294>
- Cassal, L. C. B., & Bicalho, P. P. G. de. (2011). Homofobia e sexualidade : O medo como estratégia de biopoder. *Revista de Psicologia da Unesp*, 10(2), 57-64.
- Cassin, B. (2019). Présentation. In B. Cassin (Éd.), *Vocabulaire européen des philosophies : Dictionnaire des intraduisibles* (p. XVII-XXII). Le Robert : Seuil.
- Cavagnoud, R. (2014). Violencias y contra-dominación : Notas etnográficas sobre el espacio social de la prostitución travesti en un barrio marginal de Lima. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 17, 149-173. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.09.a>
- Cerqueira, D., Lima, R. S. de, Bueno, S., Neme, C., Ferreira, H., Coelho, D., Alves, P. P., Pinheiro, M., Astolfi, R., Marques, D., Reis, M., & Merian, F. (2018). *Atlas da Violência 2018* (Relatório Institucional Nº 19; p. 93). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)

Chamberland, L., & Lebreton, C. (2012). Réflexions autour de la notion d'homophobie : Succès politique, malaises conceptuels et application empirique. *Nouvelles Questions Feministes*, Vol. 31(1), 27-43.

Chauncey, G. (1994). *Gay New York: Gender, urban culture, and the makings of the Gay male world, 1890-1940*. Basic Books.

Chetcuti, N. (2013). *Se dire lesbienne: Vie de couple, sexualité, représentation de soi*. Payot.

Chirio, M., & Noûs, C. (2020). La victoire de Bolsonaro à la lumière de l'histoire brésilienne. *Sens public*, SP1515, Article SP1515. <http://sens-public.org/articles/1458/>

Connell, R. (2014). *Masculinités: Enjeux sociaux de l'hégémonie* (M. Hagège & A. Vuattoux, Éd.; C. Richard, C. Garrot, F. Voros, M. Duval, & M. Cervulle, Trad.). Éditions Amsterdam.

Connell, R., Gouranier, M., Rebucini, G., & Voros, F. (2013). Masculinités, colonialité et néolibéralisme. Entretien avec Raewyn Connell. *Contretemps*. <https://www.contretemps.eu/masculinites-colonialite-et-neoliberalisme-entretien-avec-raewyn-connell/>

Cornejo E, J. (2010). Jóvenes en la encrucijada. *Ultima década*, 18(32), 173-189. <https://doi.org/10.4067/S0718-22362010000100010>

Correa, L. (2018). Un autocollant « Pas lui » (en parlant du candidat Jair Bolsonaro) sur une statue, à Rio, le 8 octobre. [https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/10/11/au-bresil-le-triomphe-attendu-de-bolsonaro-dechaine-les-violences-homophobes\\_5367697\\_3222.html](https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/10/11/au-bresil-le-triomphe-attendu-de-bolsonaro-dechaine-les-violences-homophobes_5367697_3222.html)

Corrêa, S. (1994). Reproductive and sexual rights: A feminist perspective. In R. Sen, A. Germain, & L. C. Chen (Éds.), & M. Acselrad (Trad.), *Population Policies Reconsidered. Health, Empowerment, and Rights*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.4324/9780203966105-31>

Corrêa, S. (1999). « Saúde Reprodutiva », Gênero e Sexualidade: Legitimação e novas interrogações. In K. Giffin & S. H. Costa (Éds.), *Questões da saúde reprodutiva* (p. 39-49). Editora Fiocruz. <http://books.scielo.org/id/t4s9t/pdf/giffin-9788575412916-03.pdf>

Corrêa, S. (2019). *The Brazilian presidential election: A perfect catastrophe?* 11.

Costanti, G. (2018, octobre 11). Violência política pró-Bolsonaro cresce após primeiro turno. *CartaCapital*. <https://www.cartacapital.com.br/politica/episodios-de-violencia-por-motivacoes-politicas-crescem-pos-primeiro-turno/>

Crenshaw, K. W. (2005). Cartographies des marges: Intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur (O. Bonis, Trad.). *Cahiers du Genre*, n° 39(2), 51-82.

Davis, A. (1982). *Women, race, & class*. The Women's Press.

Delfim, R. B. (2018, octobre 11). Em campanha polarizada, país registra agressões ligadas à discussão eleitoral. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-campanha-polarizada-pais-registra-agressoes-ligadas-a-discussao-eleitoral.shtml>

Delumeau, J. (2011). *La peur en Occident : XVIe-XVIIIe siècles*. A. Fayard.

Diario de Pernambuco. (2019, septembre 11). Militante Íris de Fátima será primeira lésbica a receber título de cidadã pernambucana. *Diario de Pernambuco*. <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/militante-iris-de-fatima-sera-primeira-lesbica-a-receber-titulo-de-cid.html>

Dinis, N. F. (2011). Homofobia e educação : Quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, 39, 39-50. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100004>

Dorlin, E. (2008). Épistémologies féministes. In *Sexe, genre et sexualités. Introduction à la théorie féministe* (p. 9-31). Presses Universitaires de France.

Dorlin, E., & Rodriguez, E. (2012). Introduction. En compagnie de Donna Haraway. In *Penser avec Donna Haraway* (1<sup>re</sup> éd., p. 7-22). Presses universitaires de France.

Dorlin, E., Wallace, M., Smith, B., & Lorde, A. (2008). *Black feminism : Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000* (E. Dorlin, Éd.). l'Harmattan.

Duccini, R. (2020, juin 5). Demétrio Campos, presente! *Rede NINJA*. <https://midianinja.org/transpoetas/demetrio-campos-presente/>

Dupuis-Déri, F. (2012). Le discours de la « crise de la masculinité » comme refus de l'égalité entre les sexes : Histoire d'une rhétorique antiféministe. *Cahiers du Genre*, n° 52(1), 119-143.

Eloy, D. (2020, juin 19). *Uma mulher negra em movimento : Conheça a história de Vera Baroni*. Obirin. <http://www.obirin.com.br/uma-mulher-negra-em-movimento-conheca-a-historia-de-vera-baroni/>

Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What Is Agency? *American Journal of Sociology*, 103(4), 962-1023. <https://doi.org/10.1086/231294>

Éribon, D. (2012). *Réflexions sur la question gay* (Nouvelle édition). Flammarion.

Espínola, A. F. (2012). Subjectivité et connaissance : Réflexions sur les épistémologies du 'point de vue'. *Cahiers du Genre*, n° 53(2), 99-120.

Fabre, C., & Fassin, É. (2004). *Liberté, égalité, sexualités : Actualité politique des questions sexuelles*. Belfond.

Facchini, R. (2005). *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Editora Garamond.

Fagundes, R. S. (2019, abril 30). As grandes mentes de esquerda do século XX - Le Monde Diplomatique. *Le monde diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/as-grandes-mentes-de-esquerda-do-seculo-xx/>

Fassin, É. (1999). Le outing de l'homophobie est-il de bonne politique ? Définition et dénonciation. In D. Borrillo & P. Lascoumes (Éds.), *L'homophobie : Comment la définir, comment la combattre ?* (p. 23-32). ProChoix Editions.

Fassin, É. (2006). Préface à l'édition française. In C. Kraus (Trad.), *Trouble dans le genre : Le féminisme et la subversion de l'identité* (p. 5-19). La Découverte.

Fassin, É. (2008). Le outing de l'homophobie est-il de bonne politique ? Définition et dénonciation. In *L'inversion de la question homosexuelle* (Nouvelle édition augmentée, p. 75-83). Éditions Amsterdam.

Fassin, É. (2015). Les langages de l'intersectionnalité. *Raisons politiques*, N° 58(2), 5-7.

Fassin, É. (2019, octobre 22). Brasil : O laboratório interseccional do neoliberalismo (L. Pelúcio, Trad.). *Cult*. <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-interseccional/>

Fassin, É. (2020a). Anti-gender Campaigns, Populism, and Neoliberalism in Europe and Latin America. *Latin American Studies Association Forum*, 51(2), 67-71.

Fassin, É. (2020b). Campagnes anti-genre, populisme et néolibéralisme en Europe et en Amérique latine. *Revue internationale et stratégique*, N° 119(3), 79-87.

Fazano, L. C., Ribeiro, A. I. M., & Prado, V. M. do. (2011). Homofobia na escola : O discurso indiferente ao aluno diferente. *Revista de Psicologia da Unesp*, 10(2), 78-84.

Fernandes, F. B. M. (2013). Assassinatos de travestis e « pais de santo » no Brasil : Homofobia, transfobia e intolerância religiosa. *Saúde em Debate*, 37(98), 485-492. <https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000300012>

Fiocruz. (2020). *A evolução da Covid-19 no estado do Rio de Janeiro : Desafios no enfrentamento da crise sanitária e humanitária relacionada à pandemia* (Posicionamento da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – 06/05/2020, p. 19). Fiocruz. [https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u91/relatorio\\_distanciamentosocial.pdf](https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u91/relatorio_distanciamentosocial.pdf)

Fioratti, G. (2018, octobre 8). No WhatsApp, eleitores compartilham ódio, xenofobia e notícias falsas. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ataque-ao-nordeste-surge-em-rede-online-pro-bolsonaro-petistas-mostram-desanimos.shtml>

Flax, J. (1987). Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 12(4), 621-643. <https://doi.org/10.1086/494359>

Fleury, A. R. D., & Torres, A. R. R. (2007). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(4), 475-486. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000400007>

Folha de Pernambuco. (2019, septembre 9). *Paraibana é a primeira mulher lésbica a receber título de pernambucana*. <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/paraibana-e-a-primeira-mulher-lesbica-a-receber-titulo-de-pernambucana/12205/>

Folha de S.Paulo. (2020, février 26). Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus.shtml>

Foucault, M. (1969). *L'archéologie du savoir*. Gallimard.

Foucault, M. (1999). *Les anormaux : Cours au Collège de France (1974 - 1975)* (V. Marchetti & A. Salomoni, Éd.). Gallimard [u.a.].

Foucault, M. (2001). Une esthétique de l'existence. In D. Defert & F. Ewald (Éds.), *Dits et écrits, 1954-1988. II, 1976-1988* (Edition revue et corrigée, nouveaux index augmentés, p. 1548-1553). Numérique Premium.

Foucault, M. (2004). *Histoire de la sexualité, 2. L'usage des plaisirs*. Gallimard.

Foucault, M. (2010). *Histoire de la sexualité, 1. La volonté de savoir*. Gallimard.

Foucault, M. (2012). *Du gouvernement des vivants : Cours au Collège de France (1979-1980)* (F. Ewald, A. Fontana, & M. Senellart, Éd.). EHESS, Gallimard, Seuil.

Foucault, M. (2014a). L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In D. Defert & F. Ewald (Éds.), *Dits et écrits, 1954-1988. IV, 1980-1988*. Gallimard. <http://1libertaire.free.fr/MFoucault212.html>

Foucault, M. (2014b). Pouvoir et savoir. In D. Defert & F. Ewald (Éds.), *Dits et écrits, 1954-1988. III, 1976-1979* (p. 399-414). Gallimard.

France & Haut Conseil à l'égalité entre les femmes et les hommes. (2016). *Pour une communication publique sans stéréotype de sexe : Guide pratique*.

Freire, P. (2001). *Pédagogie des opprimés : Suivi de Conscientisation et révolution* (L. Lefay & M. Lefay, Trad.). La Découverte.

Froeliger, N. (2017). Traduction et trahison – Tout est dans le contexte. In M. Grégoire & B. Mathios (Éds.), *Traductions et contextes, contextes de la traduction* (p. 33-52). L'Harmattan. <https://hal-univ-diderot.archives-ouvertes.fr/hal-01735882>

G1. (2018a). *Mapa da apuração no Brasil*. G1. <https://especiais.g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/mapa-da-apuracao-no-brasil-presidente/1-turno>

G1. (2018b, octobre 26). Datafolha de 25 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e orientação sexual. G1. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>

G1. (2018c, octobre 27). Pesquisa Ibope de 27 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e raça/cor. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/27/pesquisa-ibope-de-27-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-cor.ghtml>

G1. (2018d, octobre 29). Resultado da apuração de 2º turno para presidente das Eleições 2018. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/apuracao/presidente.ghtml>

Gabriel, A. (2018). *Ruth Venceremos*. [https://www.instagram.com/p/Bpey7wdHMWK/?utm\\_source=ig\\_web\\_button\\_share\\_sheet](https://www.instagram.com/p/Bpey7wdHMWK/?utm_source=ig_web_button_share_sheet)

Garcia, A., & Souza, E. M. de. (2010). Sexualidade e trabalho : Estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública*, 44(6), 1353-1377. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000600005>

Gardey, D. (2007). Avant-propos. Deux ou trois choses que je dirais d'elle. In D. Haraway, D. Gardey, N. Magnan, & L. Allard, *Manifeste cyborg et autres essais : Sciences, fictions, féminismes* (p. 9-16). Exils éditeurs.

Gaspar, L. (2006, novembre 7). Mercado da Encruzilhada. *Fundação Joaquim Nabuco*. [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=731&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=731&Itemid=1)

Gatinois, C. (2018a, octobre 11). Au Brésil, le triomphe attendu de Bolsonaro déchaîne les violences homophobes. *Le Monde*. [https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/10/11/au-bresil-le-triomphe-attendu-de-bolsonaro-dechaine-les-violences-homophobes\\_5367697\\_3222.html](https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/10/11/au-bresil-le-triomphe-attendu-de-bolsonaro-dechaine-les-violences-homophobes_5367697_3222.html)

Gatinois, C. (2018b, octobre 11). Au Brésil, le triomphe attendu de Bolsonaro déchaîne les violences homophobes. *Le Monde*. [https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/10/11/au-bresil-le-triomphe-attendu-de-bolsonaro-dechaine-les-violences-homophobes\\_5367697\\_3222.html](https://www.lemonde.fr/ameriques/article/2018/10/11/au-bresil-le-triomphe-attendu-de-bolsonaro-dechaine-les-violences-homophobes_5367697_3222.html)

GEMA, Instituto Papai, & Fórum LGBT de Pernambuco. (s. d.). Exposição virtual « Memórias da Parada da Diversidade de Pernambuco ». *Memória - Parada Diversidade*. Consulté 21 février 2021, à l'adresse <http://paradadiversidade.blogspot.com/>

Georges, I., & Tizziani, A. (2020). La crise de la démocratie et le capitalisme néolibéral à la lumière de la situation brésilienne. *Sens public*, SP1515, Article SP1515. <http://sens-public.org/articles/1448/>

Gérard, R. (2003). Lesbophobie. In L.-G. Tin, *Dictionnaire de l'homophobie* (p. 262-264). Presses universitaires de France.

Gestos. (2017, février 3). *Seleção para formação em ativismo e Direitos Humanos para LGBTTI*. [https://www.gestos.org.br/old/informe\\_gestos/03/02/2017/Seleccedilatildeo\\_para\\_formaccedilatildeo\\_em\\_ativismo\\_e\\_Direitos\\_Humanos\\_para\\_LGBTTI/](https://www.gestos.org.br/old/informe_gestos/03/02/2017/Seleccedilatildeo_para_formaccedilatildeo_em_ativismo_e_Direitos_Humanos_para_LGBTTI/)

Gomes, K. (2020, juin 4). Mãe de Demétrio Campos fala como a alegria de viver do filho foi abreviada pelo racismo e transfobia. *Hypeness*. <https://www.hypeness.com.br/2020/06/mae-de-demétrio-campos-fala-como-a-alegria-de-viver-do-filho-foi-abreviada-pelo-racismo-e-transfobia/>

Gomes, P. H. (2020, novembre 10). Brasil tem de deixar de ser « país de maricas » e enfrentar pandemia « de peito aberto », diz Bolsonaro. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

Gómez, M. M. (2007). Violencia, homofobia y psicoanálisis: entre lo secreto y lo público. *Revista de Estudios Sociales*, 28, 72-85.

Gordon, L. (2017). *The second coming of the KKK : The Ku Klux Klan of the 1920s and the American political tradition*. Liveright Publishing Corporation.

Gouveia, V. V., Athayde, R. A. A., Soares, A. K. S., Araújo, R. de C. R., & Andrade, J. M. de. (2012). Valores e motivações para responder sem preconceito frente a homossexuais. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 215-225. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000200005>

Green, James N. (2019). *Além Do Carnaval. A Homossexualidade Masculina Do Brasil Do Século Xx* (2<sup>e</sup> éd.). UNESP.

Green, James Naylor, Quinalha, R. H., Caetano, M., Fernandes, M., & Peixe, A. (Éds.). (2018). *História do Movimento LGBT no Brasil*. Alameda.

Griffith, R. M. (1997). *God's daughters : Evangelical women and the power of submission* (1st paperback print). University of California Press.

Gros, F. (2017). *Michel Foucault* (5<sup>e</sup> éd.). Presses Universitaires de France.

Grosfoguel, R. (2009). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais : Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global (I. M. Ferreira, Trad.). *Periferia*, 1(2), Article 2. <https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>

Grossi, M. P., Uziel, A. P., & Mello, L. (Éds.). (2007). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Editora Garamond.

Grupo Gay da Bahia. (2019). *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil. Relatório 2018*. <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>

Guia Trabalhista. (2020). *SALÁRIO MÍNIMO - TABELA DE VALORES*. Guia Trabalhista. [http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario\\_minimo.htm](http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm)

Guillemaut, F. (1994). Images invisibles : Les lesbiennes. In D. Welzer-Lang, P. Dutey, & M. Dorais, *La peur de l'autre en soi : Du sexisme à l'homophobie /sous la dir. De Daniel Welzer-Lang, Pierre Dutey et Michel Dorais* (p. 225-237). VLB.

Guimarães, A., Freire, F., Leitão, L., Martins, M. A., & Menezes, T. (2019, outubro 29). Suspeito da morte de Marielle se reuniu com outro acusado no condomínio de Bolsonaro antes do crime; ao entrar, alegou que ia para a casa do presidente, segundo porteiro. *Jornal Nacional, G1 Rio*. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/29/suspeito-da-morte-de-marielle-se-reuniu-com-outro-acusado-no-condominio-de-bolsonaro-antes-do-crime-ao-entrar-alegou-que-ia-para-a-casa-do-presidente-segundo-porteiro.ghtml>

Haraway, D. (1985). A Manifesto for Cyborgs: Science, Technology and Socialist Feminism in the 1980s. *Socialist Review*, 80, 65-108. <https://doi.org/10.1080/08164649.1987.9961538>

Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://doi.org/10.2307/3178066>

Haraway, D. (1991). *Simians, cyborgs, and women: The reinvention of nature*. Free Association Books.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial (M. Corrêa, Trad.). *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.

Haraway, D. (2004). « Gênero » para um dicionário marxista: A política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>

Haraway, D. (2007). Savoirs situés: La question de la science dans le féminisme et le privilège de la perspective partielle. In D. Petit & N. Magnan (Trad.), *Manifeste cyborg et autres essais: Sciences, fictions, féminismes* (p. 107-144). Exils éditeurs.

Haraway, D. (2008). *When species meet*. University of Minnesota Press.

Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*.

Haraway, D. (2020). *Vivre avec le trouble* (V. García, Trad.). Les éditions des mondes à faire.

Haraway, D., Allard, L., Gardey, D., & Magnan, N. (2007). *Manifeste cyborg et autres essais: Sciences, fictions, féminismes* (D. Gardey, Trad.). Exils éditeurs.

Haraway, D., Bonis, O., & Bourcier, M.-H. (2009). *Des singes, des cyborgs et des femmes: La réinvention de la nature*. J. Chambon Actes Sud.

Haraway, D., Kunzru, H., & Silva, T. T. da. (2013). *Antropologia do ciborgue as vertigens do pós-humano* (T. T. da Silva, Trad.; 2<sup>o</sup> éd.). Autêntica.

Harding, S. G. (1986a). From the Woman Question in Science to The Science Question in Feminism. In *The science question in feminism* (p. 15-29). Cornell University Press.

Harding, S. G. (1986b). Gender and Science: Two Problematic Concepts. In *The science question in feminism* (p. 30-57). Cornell University Press.

- Harding, S. G. (1986c). *The science question in feminism*. Cornell University Press.
- Harding, S. G. (1991a). Thinking From the Perspective of Lesbian Lives. In *Whose science ? Whose knowledge ? : Thinking from women's lives* (p. 249-267). Cornell University Press.
- Harding, S. G. (1991b). *Whose science ? Whose knowledge ? : thinking from women's lives*. Cornell University Press.
- Harding, S. G. (1992). After the Neutrality Ideal: Science, Politics, and « Strong Objectivity ». *Social Research*, 59(3), 567-587.
- Harding, S. G. (1995). « Strong Objectivity » : A Response to the New Objectivity Question. *Synthese*, 104(3), 331-349.
- Harding, S. G. (1998). *Is science multicultural?: Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies*.
- Harding, S. G. (2004a). Introduction : Standpoint Theory as a Site Political, Philosophic and Scientific Debate. In S. G. Harding (Éd.), *The feminist standpoint theory reader : Intellectual and political controversies* (p. 1-16). Routledge.
- Harding, S. G. (2004b). *The feminist standpoint theory reader : Intellectual and political controversies*. Routledge.
- Harding, S. G. (2009). Standpoint Theories : Productively Controversial. *Hypatia*, 24(4), 192-200. <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2009.01067.x>
- Harding, S. G. (2015). *Objectivity and diversity : Another logic of scientific research*. University of Chicago press.
- Hartsock, N. C. M. (1983). The Feminist Standpoint : Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. In S. Harding & M. B. Hintikka (Éds.), *Discovering Reality : Feminist Perspectives on Epistemology, Metaphysics, Methodology, and Philosophy of Science* (p. 283-310). Springer Netherlands. [https://doi.org/10.1007/0-306-48017-4\\_15](https://doi.org/10.1007/0-306-48017-4_15)
- Hill Collins, P. (1986). Learning from the Outsider Within : The Sociological Significance of Black Feminist Thought. *Social Problems*, 33(6), S14-S32. <https://doi.org/10.2307/800672>
- Hill Collins, P. (2004). Learning from the Outsider Within : The Sociological Significance of Black Feminist Thought. In S. G. Harding (Éd.), *The feminist standpoint theory reader : Intellectual and political controversies* (p. 103-126). Routledge.
- Hirsh, E., Olson, G. A., & Harding, S. G. (1995). Starting from Marginalized Lives : A Conversation with Sandra Harding. *JAC: A Journal of Composition Theory*, 15(2), 193-225.
- Hobsbawm, E. J. (2018). *Les bandits* (J.-P. Rospars & N. Guilhot, Trad.). la Découverte.

Hoyt, A. (2007). Beyond the Victim/Empowerment Paradigm: The Gendered Cosmology of Mormon Women. *Feminist Theology*, 16(1), 89-100. <https://doi.org/10.1177/0966735007082519>

HRD Memorial. (2019). *Sandro Cipriano*. <https://hrdmemorial.org/fr/hrdrecord/sandro-cipriano/>

Iasi, M. L. (2014). Alienação e ideologia: A carne real das abstrações ideais. In M. Del Roio, *Marx e a dialética da sociedade civil* (p. 95-124). Cultura Acadêmica.

Ibos, C. (2019). Éthiques et politiques du care. Cartographie d'une catégorie critique. *Clio*, 49, 181-219. <https://doi.org/10.4000/cli0.16440>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010a). *Censo demográfico 2010. Sinopse por setores*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopseporsetores/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010b). *Censo Demográfico. Tabela 2094—População residente por cor ou raça e religião*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/2094>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010c). *Censo demográfico. Tabela 3345—Domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, Valor do rendimento nominal médio mensal e Valor do rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, por situação do domicílio e classes de rendimento nominal mensal domiciliar—Universo 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3345#notas-tabela>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). *Atlas do censo demográfico 2010*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019a). *Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2019*. Diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019b). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019c). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Tabela 6408—População residente, por sexo e cor ou raça*

- (1ª visita). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>
- Irigaray, H. A. R., & Freitas, M. E. de. (2011). Sexualidade e organizações : Estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. *Organizações eamp; Sociedade*, 18(59), 625-641. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302011000400004>
- Irigaray, L. (1985). *Parler n'est jamais neutre*. Éd. de Minuit.
- Jesus, J. G. de. (2015). *Homofobia : Identificar e prevenir* (1. ed.). Metanoia editora.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2000). Narrative interviewing. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Éds.), *Qualitative Researching With Text, IMAge and Sound : A Practical Handbook* (p. 57-74). Sage. <http://www.sagepub.co.uk/>
- Junqueira, R. D. (2007). Homofobia : Limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 1(01). <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>
- Kastrup, V. (2015). La cartographie comme méthode : Pistes pour la pratique d'une recherche-intervention. *Bulletin de psychologie*, Numéro 536(2), 133-142.
- Katz, J. N. (2001). *L'invention de l'hétérosexualité*. EPEL.
- Katzenstein, M. F. (1998). *Faithful and fearless : Moving feminist protest inside the church and military*. Princeton University Press.
- Kaufman, A. (1997). Reason, Self-Legislation and Legitimacy : Conceptions of Freedom in the Political Thought of Rousseau and Kant. *The Review of Politics*, 59(1), 25-52. JSTOR.
- Kimmel, M. S. (2013). *Angry white men : American masculinity at the end of an era*. Nation Books.
- Kraus, C. (2006). Note sur la traduction. In J. Butler, *Trouble dans le genre : Le féminisme et la subversion de l'identité* (p. 21-24). La Découverte.
- Kristeva, J. (1980). *Pouvoirs de l'horreur : Essai sur l'abjection*. Éditions du Seuil.
- Labica, G. (1999). Ideologie. In G. Bensussan & G. Labica (Éds.), *Dictionnaire critique du marxisme* (3<sup>e</sup> éd., p. 560-572). Presses universitaires de France.
- Lacerda, V. (2021, mai 17). ENTREVISTA : O poder da palavra da mulher trans, negra e paraibana; conheça Bixarte. *Alma Preta Jornalismo*. <https://almapreta.com/sessao/cultura/entrevista-o-poder-da-palavra-da-mulher-trans-negra-e-paraibana-conheca-bixarte>
- Latour, B. (2019). *Nous n'avons jamais été modernes : Essai d'anthropologie symétrique*. La Découverte.

Le Petit Robert. (2018). Streaming. In *Le Petit Robert de la langue française numérique*. Dictionnaires Le Robert.

Leite, I., & Castro, L. de. (2019, août 29). *O silêncio dos homens | Documentário completo* [Documentário]. Monstro Filmes. <https://youtu.be/NRom49UVXCE>

Lima, B., Oliveira, J., & Betim, F. (2018, outubro 10). Morte, ameaças e intimidação: O discurso de Bolsonaro inflama radicais. *EL PAÍS*. [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288\\_960840.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html)

Lindner, J. (2019, abril 9). Bolsonaro: 'Queremos uma garotada que comece a não se interessar por política'—Educação. *Estadão*. <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-queremos-uma-garotada-que-comece-a-nao-se-interessar-por-politica,70002785320>

Lionço, T., & Diniz, D. (2008). Homofobia, silêncio e naturalização: Por uma narrativa da diversidade sexual. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 307-324.

Lukács, G. (1971). *History and class consciousness: Studies in Marxist dialectics*. MIT press.

Luna, S. V. de. (2009). A revisão da literatura como parte integrante do processo de formulação do problema. In *Planejamento de pesquisa: Uma introdução, elementos para uma análise metodológica*. (p. 85-111). EDUC.

Machado, Renato. (2020, juin 7). Após ameaçar sonegar dados, governo promove confusão com números da Covid-19. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/apos-ameacar-sonegar-dados-governo-promove-confusao-com-numeros-a-covid-19.shtml>

Machado, Roberto. (2012). Por uma genealogia do poder. In M. Foucault, *Microfísica do poder* (25. ed., p. 7-23). Graal.

Maciel, A., Lavor, T., Roza, G., Ribeiro, A., & Lázaro Jr, J. (2018, outubro 11). Apoiadores de Bolsonaro realizaram 50 agressões no início de outubro. *Exame*. <https://exame.abril.com.br/brasil/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>

Macrae, E. J. B. das N. (2018). *A construção da igualdade: Política e identidade homossexual no Brasil da « abertura »*. EDUFBA.

Mahmood, S. (2009). *Politique de la piété. Le féminisme à l'épreuve du renouveau islamique* (N. Marzouki, Trad.). la Découverte.

Martins, L. A. M., & Peixoto Junior, C. A. (2013). Deslocamentos na Governamentalidade: A subjetivação como resistência ético-política em Foucault. *Revista Psicologia Política*, 13(27), 245-259.

Marx, K., & Engels, F. (1988). *L'idéologie allemande* (G. Badia, Éd.; H. Auger, G. Badia, J. Baudrillard, & R. Cartelle, Trad.). Éd. sociales.

Mason, G. (2002). *The Spectacle of Violence : Homophobia, Gender and Knowledge* (1<sup>re</sup> éd.). Routledge.

McNay, L. (1999). Subject, Psyche and Agency : The Work of Judith Butler. *Theory, Culture & Society*, 16(2), 175-193. <https://doi.org/10.1177/02632769922050467>

McNay, L. (2000). *Gender and agency : Reconfiguring the subject in feminist and social theory*. Polity Press ; Blackwell Publishers.

McNay, L. (2003). Agency, Anticipation and Indeterminacy in Feminist Theory. *Feminist Theory*, 4(2), 139-148. <https://doi.org/10.1177/14647001030042003>

Medrado, B., & Lyra, J. (2014). *Produzindo memórias para alimentar utopias. Narrativas sobre uma organização feminista brasileira que, desde 1997, ousa trabalhar com homens e sobre masculinidades* (1<sup>re</sup> éd.). Instituto Papai.

Medrado, B., & Lyra, J. (2015). Entrevistas e outros textos : Compartilhando estratégias de análise qualitativa. In C. E. Lang, J. de S. Bernardes, M. A. T. Ribeiro, & S. V. Zanotti, *Metodologias : Pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas* (1<sup>re</sup> éd., p. 85-118). Edufal.

Medrado, B., Lyra, J., Toneli, M. J. F., Trindade, Z. A., Valente, M., Quirino, T., Machado, M., Felipe, D., Oliveira, L. de, Dantas, L. G., Silva, M. C. da, & Gondim, S. (2010). Literatura científica sobre gravidez na adolescência como dispositivo de produção de paternidades. In M. J. F. Toneli, B. Medrado, Z. A. Trindade, J. Lyra, & B. Medrado (Éds.), *O pai está esperando ? Políticas públicas de saúde para a gravidez na adolescência* (p. 25-52). Editora Mulheres.

Mehnert, S. (2015). « Traduire, c'est trahir » ? Pour une mise en question des notions de vérité, de fidélité et d'identité à partir de la traduction. *Trajectoires. Travaux des jeunes chercheurs du CIERA*, 9, Article 9. <https://doi.org/10.4000/trajectoires.1649>

Mello, B., Martinez, M., & Borges, W. (2018, octobre 11). Entidades denunciam agressões ligadas à eleição. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/brasil/entidades-denunciam-agressoes-ligadas-eleicao-23146865>

Mello, D., & Oliveira, N. de. (2018, octobre 21). Mulheres promovem atos pelo país contra Bolsonaro. *EL PAÍS*. [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/20/politica/1540071581\\_145915.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/20/politica/1540071581_145915.html)

Mello, L., Avelar, R. B. de, & Maroja, D. (2012). Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, 27(2), 289-312. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>

Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no

Brasil : Notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>

Mello, L., de Avelar, R. B., & Brito, W. (2014). Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. *Estudos Feministas*, 22(1), 297-320. JSTOR.

Mello, P.C. (2018, outubro 18). Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

Melo, M. (2018, outubro 28). Relatos de violência são registrados no Recife após resultado da eleição. *Folha de Pernambuco*. <https://www.folhape.com.br/noticias/relatos-de-violencia-sao-registrados-no-recife-apos-resultado-da-eleic/85832/>

*Mercado da Encruzilhada, Recife—PE.* (2019). [Google Street View]. [https://www.google.com/maps/uv?hl=fr&pb=!1s0x7ab185885a577ff%3A0xc0a982641a895e00!3m1!7e115!4s%2Fmaps%2Fplace%2Fmercado%2Bda%2Bencruzilhada%2Brecife%2F%40-8.0373922%2C-34.89-21677%2C3a%2C75y%2C359.68h%2C90t%2Fdata%3D\\*213m4\\*211e1\\*213m2\\*211s\\_rnCZTazaJYEK\\_6JRVcy-A\\*212e0\\*214m2\\*213m1\\*211s0x7ab185885a577ff%3A0xc0a982641a895e00%3Fsa%3DX!5smercado%20da%20encruzilhada%20recife%20-%20Recherche%20Google!15sCgIQAQ&imagekey=!1e2!2s\\_rnCZTazaJYEK\\_6JRVcy-A&sa=X&ved=2ahUKEwixYzDiKDrAhVR1xoKHR9BCxMQpx8wCnoECBMQCw](https://www.google.com/maps/uv?hl=fr&pb=!1s0x7ab185885a577ff%3A0xc0a982641a895e00!3m1!7e115!4s%2Fmaps%2Fplace%2Fmercado%2Bda%2Bencruzilhada%2Brecife%2F%40-8.0373922%2C-34.89-21677%2C3a%2C75y%2C359.68h%2C90t%2Fdata%3D*213m4*211e1*213m2*211s_rnCZTazaJYEK_6JRVcy-A*212e0*214m2*213m1*211s0x7ab185885a577ff%3A0xc0a982641a895e00%3Fsa%3DX!5smercado%20da%20encruzilhada%20recife%20-%20Recherche%20Google!15sCgIQAQ&imagekey=!1e2!2s_rnCZTazaJYEK_6JRVcy-A&sa=X&ved=2ahUKEwixYzDiKDrAhVR1xoKHR9BCxMQpx8wCnoECBMQCw)

Meyer, D. (2015). Gendered views of sexual assault, physical violence and verbal abuse. In *Violence against queer people: Race, class, gender, and the persistence of anti-LGBT discrimination* (p. 64-83). Rutgers University Press.

Miano, L. (2012). *Habiter la frontière : Conférences*. L'Arche.

Mignolo, W. D. (2000). *Local histories/global designs : Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton University Press.

Miguel, L. F. (2018). Une criminalisation de l'éducation au Brésil ? *Brésil(s)*, 1. <https://doi.org/10.4000/bresils.2856>

Milanez, F. (2018, setembro 23). A emergência da esquerda indígena contra o fascismo. *CartaCapital*. <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-emergencia-da-esquerda-indigena-contra-o-fascismo/>

Milanez, F., & Aldon, L. D. (2018, setembro 29). L'émergence d'une gauche indigène contre le fascisme. *Autres Brésils*. <https://www.autresbresils.net/L-emergence-d-une-gauche-indigene-contre-le-fascisme>

Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social : Reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, 28, 101-128. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>

Miskolci, R. (2012). *O desejo da nação masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. Annablume.

Mondragón, J. M. (2009). Intolerancia a la diversidad sexual y crímenes por homofobia : Un análisis sociológico. *Sociológica (México)*, 24(69), 123-156.

Monteiro, L. F., Machado, P. S., & Nardi, H. C. (2011). Do armário à armadura : Estratégias de mulheres no enfrentamento da homofobia e do heterossexismo. *Revista Polis e Psique*, 1(3), 112. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.31533>

Monteiro, S. S., Villela, W. V., & Soares, P. da S. (2014). É inerente ao ser humano ! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 24(2), 421-440. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000200006>

Morin, E. (1985). *O problema epistemológico da complexidade*. Europa-América, Publicacoes Europa-America.

Mott, L. (2010). Del malo pecado al pecado intrínsecamente malo : La radicalización fundamentalista de la homofobia católica desde los tiempos de la Inquisición hasta Benedicto XVI. *História (São Paulo)*, 29(1), 4-23. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000100002>

Moutinho, L. (2014). Diferenças e desigualdades negociadas : Raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, 42, 201-248. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>

Nardi, H. C. (2008). O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França : A comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. *Psicologia eamp; Sociedade*, 20(spe), 12-23. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400004>

Nardi, H. C., & Quartiero, E. (2012). Educando para a diversidade : Desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 11, 59-87. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000500004>

Nations Unies & Conférence mondiale sur les femmes. (1996). *Rapport de la quatrième Conférence mondiale sur les femmes, Beijing, 4-14 septembre 1995*. Nations Unies.

Naves, M.-C. (2018). *Trump, la revanche de l'homme blanc*. Textuel.

Negreiros, A. (2018). *Maria Bonita : Sexo, violência e mulheres no cangaço*. Objetiva.

Nordmann, C., & Vidal, J. (2017). Avertissement des traducteurs. In J. Butler, *Le pouvoir des mots : Discours de haine et politique du performatif* (p. 12-19). Éditions Amsterdam.

*Parada do BRT e Praça do Derby, Recife—PE.* (2020). [Google Street View]. <https://goo.gl/maps/GYBweo51uq5BrPCfA>

Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (2009). *Pistas do método da cartografia*. Sulina.

Pastor, W. (2019). *Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBT No Recife* [Apresentação em Power Point]. [http://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/apresentacoes/item/download/1097\\_85025fd4448a006c82e1e0fcf603a366](http://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/apresentacoes/item/download/1097_85025fd4448a006c82e1e0fcf603a366)

Paz, D. (2014). “*Eu vos declaro...*” *Repertórios sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo com participantes da Parada da Diversidade de Pernambuco* [Dissertação de Mestrado em Psicologia / Memoire de Master 2 en Psychologie]. Universidade Federal de Pernambuco.

Paz, D., Amazonas, M. C. L. de A., & Medrado, B. (2020a). Revisão da literatura sobre homofobia : Escolhas, argumentos e exercício reflexivo em pesquisa. *Psicol., Ciênc. Prof.*, 40(e215726), 1-18. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003215726>

Paz, D., Amazonas, M. C. L. de A., & Medrado, B. (2020b). Repertórios linguísticos na literatura científica brasileira sobre « homofobia ». *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 72-92. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2020v72i2p.72-92>

Paz, D., Pelúcio, L., & Borba, R. (2020). Le genre de la nation et le x de la question. Controverses linguistiques dans le contexte politique brésilien. *Cahiers du Genre*, 69, 121-147.

Pelúcio, L., & Paz, D. (2019). “A democracia sexual no coração da democracia”. A centralidade do gênero para a leitura do presente—Entrevista com Éric Fassin. *Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu*, 23(e190258), 1-12. <https://doi.org/10.1590/Interface.190258>

Pelúcio, L., & Paz, D. (2020). #paslui: Feminismos brasileiros no hexágono europeu. *Revista Estudos Feministas*, 28(3). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n371498>

Pereira, C. F. (2016). *Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco : O caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia*. Universidade Federal de Pernambuco.

Pereira, C. R., Torres, A. R. R., Pereira, A., & Falcão, L. C. (2011). Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(1), 73-82. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100010>

Pereira, G. R., & Bahia, A. G. M. F. (2011). Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola : Desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. *Educar em Revista*, 39, 51-71. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100005>

- Peres, M. C. C., Soares, S. F., & Dias, M. C. (2018). *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil : De 2014 até 2017*. Livros Ilimitados. <https://www.lesbocidio.com/relatorios>
- Peres, W. S., & Toledo, L. G. (2011). Dissidências existenciais de gênero : Resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 261-277.
- Pernambuco. (2012). *Protocolo de atendimento às demandas LGBT acompanhadas pelo centro estadual de combate à homofobia 2012—2013*. Governo do Estado de Pernambuco.
- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. dos S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 19(1), 67-76. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009>
- Pestre, D. (2006). *Introduction aux Science Studies*. La Découverte.
- Pinheiro, O. de G. (2000). Entrevista : Uma prática discursiva. In M. J. Spink (Éd.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano : Aproximações teóricas e metodológicas* (Edição Virtual, p. 156-187). Cortez.
- Prado, M. A. M., & Machado, F. V. (2012). *Preconceito contra homossexualidades : A hierarquia da invisibilidade* (2<sup>o</sup> éd.). Cortez Editora.
- Puig de la Bellacasa, M. (2012). *Politiques féministes et construction des savoirs : « Penser nous devons » !* L'Harmattan.
- Puig de la Bellacasa, M. (2014). *Les savoirs situés de Sandra Harding et Donna Haraway : Science et épistémologies féministes*. l'Harmattan.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se : Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Editora Unicamp.
- Ramos, S. (2001). Disque Defesa Homossexual : Narrativas da violência na primeira pessoa. *Comunicações do ISER*, 20(56), 53-66.
- Ramos, S., & Carrara, S. (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais : A articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 185-205. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312006000200004>
- Read, J. G., & Bartkowski, J. P. (2000). To Veil or Not to Veil? A Case Study of Identity Negotiation among Muslim Women in Austin, Texas. *Gender and Society*, 14(3), 395-417. JSTOR.
- Rego, J. L. do. (2011). *Cangaceiros* (14<sup>o</sup> éd.). Jose Olympio.
- Reina, M. (2019). La dimension religieuse des élections de 2018 et l'obscurantisme chrétien de Bolsonaro. *IdeAs. Idées d'Amériques*, 13. <https://doi.org/10.4000/ideas.5385>

Reis, T., & Banquieri, R. (2018, octobre 28). Bolsonaro vence em 2.760 cidades e Haddad, em 2.810, no 2º turno. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/bolsonaro-vence-em-2760-cidades-e-haddad-em-2810-no-2o-turno.ghtml>

Renault, E. (2018). Théorie sociologique, théorie sociale, philosophie sociale : Une cartographie critique. *Sociologie*, Vol. 9(1), 43-59.

Ribeiro, D. V. (2019). *Chroniques sur le féminisme noir* (P. Anacaona, Trad.). Anacaona.

Ribeiro, M. A. T. (2015). A pesquisa em bases de dados : Como fazer. In C. E. Lang, J. de S. Bernardes, M. A. T. Ribeiro, & S. V. Zanotti, *Metodologias : Pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas* (1ª éd.). Edufal.

Ribeiro, R. M. (2020, juillet 19). Conheça Ruth Venceremos, a drag que levou a militância LGBT para o MST. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/entretenimento/conheca-ruth-venceremos-a-drag-que-levou-a-militancia-lgbt-para-o-mst>

Rios, L. F. (2004). *O Feitiço de Exu : Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro* [Tese de doutorado em Saúde Coletiva]. Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Rodrigues, A. C. B. (2016). “Mundo Guei” : *Produção caleidoscópica de homossexualidades em um dispositivo jornalístico* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco]. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19013>

Rodrigues, L., & Hennigen, I. (2011). Jornalismo, a questão da verdade e a produção de subjetividade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(3), 45-57.

Romano, V. F. (2008). As travestis no Programa Saúde da Família da Lapa. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 211-219. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000200019>

Roselli-Cruz, A. (2011). Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão : Seu uso na educação sexual escolar. *Educar em Revista*, 39, 73-85. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100006>

Russell, S. T. (2011). Challenging homophobia in schools : Policies and programs for safe school climates. *Educar Em Revista*, 39, 123-138. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100009>

Sansone, L. (2004). *Negritude sem etnicidade : O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Edufba ; Pallas.

Schneewind, J. B. (1998). *The Invention of Autonomy : A History of Modern Moral Philosophy*. Cambridge University Press.

- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Companhia das Letras.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053-1075. <https://doi.org/10.2307/1864376>
- Silva, C. A. B. da, Brito, H. B. de, Ribeiro, E. M., & Brandão-Neto, J. (2006). Ambigüidade genital: A percepção da doença e os anseios dos pais. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 6(1), 107-113. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292006000100013>
- Silva, S. G. da. (2006). A crise da masculinidade: Uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26(1), 118-131. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000100011>
- Silva, V. R. da. (2019, août 22). No Brasil, 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia. *Gênero e Número*. <http://www.generonumero.media/no-brasil-6-mulheres-lesbicas-sao-estupradas-por-dia/>
- Solano, E. (Éd.). (2018). *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil* (1<sup>re</sup> éd.). Boitempo.
- Solano, E. (2019). A bolsonarização do Brasil. In S. H. Abranches (Éd.), *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (p. 203-212). Companhia das Letras.
- Sorano, V. (2018a, octobre 7). Bolsonaro vence em 17 estados e Haddad, em 9; nas capitais, placar é 23 a 3. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/07/bolsonaro-vence-em-17-estados-e-haddad-em-9-nas-capitais-placar-e-23-a-3.ghtml>
- Sorano, V. (2018b, octobre 28). No 2º turno, Bolsonaro vence em 16 estados e Haddad, em 11; nas capitais, placar é de 21 a 6. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/no-2o-turno-bolsonaro-vence-em-16-estados-e-haddad-em-11-nas-capitais-placar-e-de-21-a-6.ghtml>
- Souza, E. M. de, & Pereira, S. J. N. (2013). (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: A discriminação de homossexuais por homossexuais. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14(4), 76-105. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000400004>
- Souza, E. M. de, Silva, A. R. L. da, & Carrieri, A. de P. (2012). Uma análise sobre as políticas de diversidade promovidas por bancos. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 315-326. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200009>
- Souza, M. H. T. de, Malvasi, P., Signorelli, M. C., & Pereira, P. P. G. (2015). Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(4), 767-776. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00077514>
- Spink, M. J., & Lima, H. (2000). Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos da

interpretação. In M. J. Spink, *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano : Aproximações teóricas e metodológicas* (2ª éd.). Cortez.

Spink, M. J., Medrado, B., Passarelli, C. A. F., Lima, H., Mirim, L. Y. L., Spink, M. J. P., Pinheiro, O. de G., Frezza, R. M., Spink, P., Frezza, R. M., & Menegon, V. M. (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano : Aproximações teóricas e metodológicas* (Edição Virtual). Cortez.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social : Uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>

Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, 20(spe), 70-77. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000400010>

Spivak, G. C. (2010). "Can the Subaltern Speak?" In R. C. MORRIS (Éd.), *Can the Subaltern Speak?* (p. 21-78). Columbia University Press; JSTOR. [www.jstor.org/stable/10.7312/morr14384.5](http://www.jstor.org/stable/10.7312/morr14384.5)

Starling, H. M. (2019). O passado que não passou. In S. H. Abranches (Éd.), *Democracia em risco ? 22 ensaios sobre o Brasil hoje* (p. 224-236). Companhia das Letras.

Steinberg, S., Bard, C., Boehringer, S., Houbre, G., & Lett, D. (Éds.). (2018). *Une histoire des sexualités*. PUF.

Teixeira, F. S., Marretto, C. A. R., Mendes, A. B., & Santos, E. N. dos. (2012). Homofobia e sexualidade em adolescentes : Trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 16-33. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000100003>

Teixeira, M. (2020, juin 8). Governo Bolsonaro comete crime ao omitir dados sobre coronavírus, dizem especialistas. *Folha de S.Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/governo-bolsonaro-comete-crime-ao-omitir-dados-sobre-coronavirus-dizem-especialistas.shtml>

Teixeira, M. A. de A. (2015). "Metronormatividades" nativas : Migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. *Áskesis*, 4(1), 23.

Teixeira-Filho, F. S., Rondini, C. A., & Bessa, J. C. (2011). Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. *Educação e Pesquisa*, 37(4), 725-741. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400004>

Théry, H. (2019). Éclairages cartographiques sur l'élection présidentielle brésilienne de 2018. *IdeAs. Idées d'Amériques*, 13. <https://doi.org/10.4000/ideas.5377>

Tiburi, M. (2019). *Delírio do poder : Psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação* (1ª éd.). Editora Record.

- Tin, L.-G., & Delanoë, B. (2003). *Dictionnaire de l'homophobie*. Presses universitaires de France.
- Toledo, Livia Gonçalves. (2008). Lesbianidades e biopoder: Um olhar genealógico. *Revista de Psicologia da Unesp*, 7(1), 13-13.
- Toledo, Livia Gonsalves, & Teixeira Filho, F. S. (2013a). Homofobia familiar: Abrindo o armário « entre quatro paredes ». *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 376-391.
- Toledo, Livia Gonsalves, & Teixeira Filho, F. S. (2013b). Homofobia familiar: Abrindo o armário « entre quatro paredes ». *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 376-391.
- Tomaz, K., & Stochero, T. (2018, outubro 31). Polícia prende suspeito de matar travesti em SP e descarta intolerância e motivação política. *G1*. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/31/policia-prende-suspeito-de-matar-travesti-em-sp-e-descarta-intolerancia-e-motivacao-politica.ghtml>
- Vainsencher, S. A. (2003, juillet 24). Encruzilhada (Bairro, Recife). *Fundação Joaquim Nabuco*. [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=264](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=264)
- Valadão, R. de C., & Gomes, R. (2011). A homossexualidade feminina no campo da saúde: Da invisibilidade à violência. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1451-1467. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400015>
- Verduzco, I. L., & Sánchez, T. E. R. (2011). La homofobia y su relación con la masculinidad hegemónica en México. *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 22, 101-121.
- Vianna, C., & Ramires, L. (2008). A eloquência do silêncio: Gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. *Revista Psicologia Política*, 8(16), 345-362.
- Vidal, E. I., & Ribeiro, P. R. M. (2008). Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 519-531. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922008000200016>
- Viennot, É., Haddad, R., & Sebah, C. (2018). *Le langage inclusif: Pourquoi, comment*. Éditions iXe.
- Viñuales, O. (2002). *Lesbofobia*. Bellaterra.
- Violência política no Brasil*. (2018, outubro 1). [Violência política no Brasil]. Google My Maps. <https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1hNIXsASpLAXFjsWPMqFZtm-cuigr3jj9>
- Viveros, M. (2018). *Les couleurs de la masculinité: Expériences intersectionnelles et pratiques de pouvoir en Amérique latine*. La Découverte.

- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: Dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>
- Welzer-Lang, D. (2018). *Les nouvelles hétérosexualités*. ERES. <https://doi.org/10.3917/eres.welze.2018.01>
- Welzer-Lang, D., Dutey, P., & Dorais, M. (1994). *La peur de l'autre en soi : Du sexisme à l'homophobie / sous la dir. de Daniel Welzer-Lang, Pierre Dutey et Michel Dorais*. VLB.
- Whitaker, J. (2019). Comprendre la victoire de Jair Bolsonaro. Une revanche aveugle des élites contre le « lulisme » ? *IdeAs. Idées d'Amérique*, 13. <https://doi.org/10.4000/ideas.5559>
- Wyllys, J., & Abujamra, A. (2019). *O que será : A história de um defensor dos direitos humanos no Brasil*. Objetiva.
- Yenter, T., & Vailati, E. (2018). Samuel Clarke. In E. N. Zalta (Éd.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2018). Metaphysics Research Lab, Stanford University. <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/clarke/>
- Zaharijevic, A. (2018a). La traduction politiquement impegnata della filosofia : Il caso del termine agency. In I. Fiket, S. Hrnjez, & D. Scalmani (Éds.), *Culture in traduzione : Un paradigma per l'Europa / Cultures in Translation : A Paradigm for Europe* (p. 113-127). Mimesis International.
- Zaharijevic, A. (2018b, novembre 23). *Engaging Translation, Making it Do Things: The Case of Agency* [Communication orale]. Séminaire Traduire le genre, Paris, France. <https://legs.cnrs.fr/seminaires/seminaire-dequipe-traduire-le-genre/>
- Zitouni, B. (2012). With whose blood were my eyes crafted ? (D. Haraway). Les savoirs situés comme la proposition d'une autre objectivité. In *Penser avec Donna Haraway* (1<sup>re</sup> éd., p. 46-63). Presses universitaires de France.

## ANEXOS

---

## Annexe 1 – Terme de consentement libre et éclairé (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)  
Pró-reitoria Acadêmica – PRAC  
Coordenação Geral de Pesquisa e Pós Graduação  
Curso de Doutorado em Psicologia Clínica

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa **Construção de subjetividades no contexto da violência: narrativas de pessoas LGBT que denunciaram situações de homofobia**, que está sob a responsabilidade do Pesquisador **Diego Paz**, com endereço na Av Marcos Freire, 70, Santo Aleixo, Jaboatão, Pernambuco, CEP 50.140-390, Telefone (81) 99917.0121, E-mail [diegopaz.psy@gmail.com](mailto:diegopaz.psy@gmail.com).

Este Termo de Consentimento pode conter alguns tópicos que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa a quem está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**Descrição da pesquisa:** Este projeto tem como objetivo, de modo geral, analisar as narrativas de pessoas que buscaram os centros de atenção psicossocial a vítimas de homofobia por terem vivenciado situações de violência. De modo específico, busca cartografar as principais formas de violência relatadas por LGBT nos centros; identificar as formas de inserção socioeconômicas e identidades sociosexuais das pessoas atendidas; refletir sobre como outros marcadores sociais se articulam na produção de violências por orientação sexual e identidade de gênero; compreender as razões que levaram as pessoas a procurar os centros, analisando os agenciamentos implicados no processo de busca pela formalização de uma denúncia; e compreender o lugar do serviço na construção da rede de apoio e enfrentamento às violências pelas vítimas.

**Período de participação do sujeito:** entre 1 e 2 horas, por entrevista.

**Riscos diretos para o participante:** Informamos que a participação neste estudo apresenta risco mínimo do ponto de vista da integridade física, social e emocional dos participantes. Porém, se por ventura, nas entrevistas algum constrangimento ou desconforto moral/emocional ocorrer ou for pelo participante revelado, o(a) Sr(a) receberá orientação para buscar serviço adequado a sua necessidade.

**Benefícios diretos e indiretos decorrentes da participação na pesquisa:** Enquanto benefício direto, o(a) Sr(a) poderá ter acesso à transcrição da entrevista fornecida, possibilitando o registro de memória de seu trabalho e do seu grupo, permitindo, inclusive, revisão e ajustes de suas estratégias de atuação política. Como benefício indireto, as informações fornecidas pelo(a) Sr(a) serão muito úteis para a produção de conhecimento na área da saúde, gerando debates e publicações que podem contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (entrevistas), ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no seguinte endereço: **(A definir)**, Fone/Fax: **(A definir)**, E-mail: **(A definir)**, pelo período de 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UNICAP no endereço: **Rua do Príncipe, nº526, Boa Vista, Fone:2119-4376, Tel.: (xx) xxxx.xxxx – e-mail: xxxxx@unicap.br.**

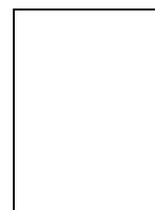
\_\_\_\_\_  
(assinatura do pesquisador)

#### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “**Construção de subjetividades no contexto da violência: narrativas de pessoas LGBT que denunciaram situações de homofobia**”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data \_\_\_\_\_

Assinatura do participante:  
\_\_\_\_\_



Impressão digital  
(opcional)

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:
Assinatura:

Nome:
Assinatura:

UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
DE PERNAMBUCO



UNIVERSITÉ  
PARIS 8  
VINCENNES-SAINT-DENIS